theneadigital
REVISTA DE PENSAMIENTO E INVESTIGACION SOCIAL

Vol. 17 nº 1

marzo 2017

Atheneadigital
REVISTA DE PENSAMIENTO E INVESTIGACION SOCIAL
ISSN: 1578-8946

Editor
Lupicinio Íñiguez-Rueda
Universitat Autònoma de Barcelona, España
Co-Editor
Juan Manuel Muñoz Justicia
Universitat Autònoma de Barcelona, España
Administrador del sitio
Marc Roger Bria Ramírez

Editores/as de sección

Adriana Gil Juárez
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Ana Vitores
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Brígida Maestres
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Joel Feliu i Samuel-Lajeunesse
Universitat Autònoma de Barcelona

Pep Vivas i Elias
Universitat Oberta de Catalunya, España

Francisco Javier Tirado Serrano
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Editores/as asociados

Patricia Amigot
Universidad Pública de Navarra, España

Charles Antaki
Loughborough University, Reino Unido

Silvia García Dauder
Universidad Rey Juan Carlos, España

Gabriel Gatti
Universidad del País Vasco /Euskal Herriko Unibertsitatea, España

Lucía Gómez
Universidad de Valencia, España

Daniel López
Universitat Oberta de Catalunya, España

Luz Mª Martínez
Univesitat Autònoma de Barcelona, España

Ignacio Mendiola
Universidad del País Vasco /Euskal Herriko Unibertsitatea, España

Martín Mora Martínez
Universidad de Guadalajara, México

Athenea Digital, editada por el Departament de Psicologia Social y el Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona.

http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital

Desde el año 2010, Athenea Digital se publica tres veces al año, apareciendo el primer martes no festivo de los meses de marzo, julio y noviembre.

SOME RIGHTS RESERVED

Athenea Digital se adhiere a las diferentes iniciativas que promueven el acceso libre al conocimiento, por lo que todos los contenidos de Athenea Digital son de acceso libre y gratuito y se publican bajo licencia Creative-Commons de tipo Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada.

Índice

Artículos

Entre sujeitos e jogos políticos no contexto do movimento LGBT de Pernambuco, Brasil
Benedito Medrado, Aida Carneiro 3-22

Doping e a lógica da escolha
Juliana Aparecida de Oliveira Camilo, Rafael Nogueira Furtado 23-41

Em busca do silêncio e da infâmia nas drogas: percursos de experiência, escrita e pesquisa
Pedro Augusto Papini, Jaqueline Tittoni 43-56

Transformaciones históricas de la cirugía estética como dispositivo de normalización. El caso de la rinoplastia
Marcelo Córdoba 57-78

Ciencia ficción política y construccionismo
Carlos Andrés Sánchez Jaramillo, Nelson Molina Valencia 79-96

Autoayuda cerebral y nuevas gramáticas del bienestar. Cuidar el cerebro para una vida saludable
María Jimena Mantilla 97-115

Problematizações (im)pertinentes: (sobre)vivências das travestis nos serviços de atenção básica em saúde no Brasil
Danielle Jardim Barreto, José Augusto Gerônimo Ferreira, Leticya Grassi de Oliveira 117-143

Desde las epistemologías feministas a los feminismos decoloniales: Aportes a los estudios sobre migraciones
Macarena Trujillo Cristoffanini, Paola Contreras Hernández 145-162

Produção enunciativa nas estratégias biopolíticas atuais: a questão da qualidade de vida
Gabriel de Freitas Gimenes, Rosane Azevedo Neves Silva 163-185

De la biopolítica a la psicopolítica en el pensamiento social de Byung-Chul Han
Manuel Cruz Ortiz de Landázuri 187-203

Ações coletivas e comportamento político: produção científica da psicologia social brasileira (1986-2011)
Frederico Alves Costa, Marco Aurélio Máximo Prado 205-230

¿Del "alma bella" al "cuerpo feo"? Un análisis materialista de la subjetividad política
Ana Cecilia González, José Enrique Ema 231-248

Lazo social y globalización: las sociedades imaginales y un abordaje metodológico para su estudio
Esteban Marcos Dipaola 249-267

Retórica y divulgación científica. Una propuesta para la web de empresas biotecnológicas
María Luisa García Hernández, Estrella Martínez-Rodrigo, Juan Salvador Victoria Mas 269-290

¿Se acabaron las lágrimas? Estudio de las repuestas culturales a la violencia de género
Laura Filardo Llamas, Cristina Perales García 231-315

Reseñas

Reseña de Alcántara y Mariani (2016) La política va al cine
David Carrión Morillo 319-322
Reseña de Aranguren (2016) Cuerpos al límite: tortura, subjetividad y memoria en Colombia (1977-1982)
Edgar Andrés Avella González 323-325
Reseña de Sabadell-Nieto y Segarra (Eds.) (2014) Differences in common. Gender, vulnerability and community
Joseba García Martín 327-332
Reseña de Weheliye (2014) Habeas Viscus: Racializing Assemblages, Biopolitics, and Black Feminist Theories of the Human
Ander Mendiguren Nebreda 333-338

Artículos

Entre sujeitos e jogos políticos no contexto do movimento LGBT de Pernambuco, Brasil

Between political subjetcs and games in the context of the LGBT movement of Pernambuco

Benedito Medrado; Aida Carneiro

Universidade Federal de Pernambuco; beneditomedrado@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 13-03-2015

Aceptado: 27-01-2017

Palavras-chave
Gênero
Sexualidade
Movimentos sociais
Movimento LGBT

Resumo

Este artigo apresenta resultados de pesquisa cujo objetivo foi analisar os usos e efeitos das identidades sexuais no contexto do Fórum de Lésbicas Gays, Travestis e Transexuais de Pernambuco (LBGT/PE), nordeste do Brasil. Para tanto, definimos como objetivos específicos: 1) identificar nomeações utilizadas pelos sujeitos que compõem o coletivo em questão; 2) identificar sentidos produzidos acerca das identidades sexuais nesses mesmos encontros; e 3) analisar campos de tensão e usos estratégicos destas categorias identitárias. A metodologia envolveu a realização de observações no contidiano das reuniões do Fórum LGBT/PE, durante 12 sessões. Foram incluídos nos processos de análise outros elementos tais como: cartazes, atas de reunião, e-mails, arranjo do espaço, camisetas. As análises apresentadas evidenciam um campo-tema que se materializa como rede heterogênea, interconectado por diversos momentos, locais e sujeitos, tendo o Fórum LGBT/PE como ponto de conexões, que não se limitam a ele.

Keywords
Gender
Sexuality
Social movements
LGBT Movement

Abstract

This paper presents research results with the objective of analyse uses and effects of sexual identities in the context of the Fórum de Lésbicas Gays, Travestis e Transexuais de Pernambuco (LBGT/PE), northeast of Brazil. To this end, it is defined as specific objectives: 1) to identify the designations used by the subjects that compose this collective; 2) to identify meanings produced on the sexual identities in their encounters; and 3) to analyse tension fields and strategic uses of identity categories. The methodology involved everyday observations in the meetings of the Forum LGTB\PE, during 12 sessions. In the analysis processes were included other elements, such as: posters, meeting records, e-mails, space arrangement, T-shirts. The analysis presented show the materialization of a field-theme as heterogeneous network, interconnected by different moments, places and subjects, and the Forum LGBT/PE as a point of connections, which is not limited to it.

Medrado, Benedito & Carneiro, Aida (2017). Entre sujeitos e jogos políticos no contexto do movimento LGBT de Pernambuco, Brasil. *Athenea Digital*, *17*(1), 3-22. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1603

Situando a produção desta pesquisa

Uma vez que nosso interesse com este trabalho é analisar os usos e efeitos das identidades sexuais no Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco (LGBT/PE), optamos por iniciar este texto narrando alguns caminhos que nos levaram à formulação do problema da pesquisa. Esta narrativa visa localizar o/a leitor/a em relação às condições de produção do conhecimento, situada e parcial (Haraway, 1995), e a necessidade de contextualização do/a pesquisador/a (Iñiguez, 2005).

Fundado em 2004, o Fórum integra representantes de diversos segmentos da sociedade civil organizada que atuam no campo dos direitos humanos para a população LGBT. Sua atuação visa uma articulação política contra o preconceito e pelos direitos humanos e civis desta população, sem fazer distinção religiosa, étnico-racial, ideológica, de gênero, orientação sexual, faixa etária e/ou partidária. Tem como compromisso:

> Denunciar todas as formas de omissão, transgressão e violação dos direitos humanos, civis, políticos e sociais, por discriminação de orientação sexual e identidade de gênero [...]; Contribuir para a desconstrução do modelo machista de sociedade heteronormativa, Contribuir para o reconhecimento legal dos diversos modelos de família; Reconhecer o público LGBT como sujeito de direito perante a sociedade. (LGBT/PE, 2010, p. 1).

Ainda que sua fundação seja datada de 2004, os/as integrantes que o compõem são, em geral, pessoas com experiência prévia em outros movimentos sociais (sindicalistas, político-partidários, estudantil, saúde pública etc.) e atuam politicamente no campo dos direitos sexuais há muito tempo, configurando-se como rede, a partir da organização da Parada da Diversidade de Pernambuco, que teve início em Recife em 2002.

As questões que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa tiveram origem no desenvolvimento de um projeto de extensão universitária promovido pelo Núcleo Feminista de Pesquisas sobre Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE) que tinha como objetivo a formação e outras estratégias de apoio estrutural para esta rede de ativistas e grupos que compõem o Fórum LGBT-PE.

Adotamos aqui a concepção de campo-tema de Peter Spink (2003), segundo a qual o campo:

> Não é o lugar onde o tema pode ser visto – como se fosse um animal no zoológico – mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. (p. 36)

Compartilhando dessa noção de campo-tema proposta por Spink (2003), que vai além da compreensão do campo como espaço físico pré-determinado, que destacamos a necessidade de narrar o trajeto percorrido, situar o problema da pesquisa, para, por fim, apontar os objetivos pretendidos.

Assim, o campo-tema desta pesquisa é profundamente afetado por essas experiências iniciais de aproximação ao movimento LGBT local, possibilitada por certa legiti-

midade que o coordenador do projeto tinha junto ao Fórum, na medida em que contribui para as ações do movimento, desde sua origem.

No curso do projeto de extensão, supra-referido, além das atividades de formação, produção de documentos, captação de recursos e acompanhamento das reuniões do Fórum, passamos progressivamente a realizar observações-participante e produções de diários das reuniões e de outros momentos e locais de sociabilidade do movimento LGBT (como, por exemplo, a Parada da Diversidade de Pernambuco e o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual – ENUDS –, para citar alguns).

Em 2011, configuramos um projeto de pesquisa de caráter sócio-antropológico e psicossocial, intitulada *Performatividades de gênero, violência e sexualidade em movimentações político-culturais: a produção de sujeitos e estéticas políticas em Belém e Recife.* Tal projeto configurou-se como fruto de uma parceria entre núcleos acadêmicos de pesquisa e organizações feministas localizados nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil: Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades/UFPE; Grupo Orquídeas (Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual); Grupo NósMulheres/UFPA e Instituto PAPAI.

Esta pesquisa mais ampla teve como objetivos trilhar percursos e trajetos da organização de eventos político-culturais voltados ao público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) em Belém e Recife, de forma que contribuam na identificação de dispositivos de produção de sujeitos LGBT.

Em Recife, o evento político-cultural voltado à população LGBT selecionado foi a 10ª Parada da Diversidade de Pernambuco, que aconteceu em 18 de setembro de 2011, cujo tema foi *Por um Pernambuco sem homofobia: a mudança começa em você.* Como a Parada da Diversidade de Pernambuco é organizada pelo Fórum LGBT/PE, foram realizadas para a pesquisa observações *no* cotidiano das reuniões do Fórum LGBT/PE durante o período preparatório para o evento. As observações foram registradas em diários por quatro integrantes da pesquisa e que se organizavam em duplas para frequentarem as reuniões.

Essas aproximações ao movimento LGBT e as discussões em grupo foram alimentando e circunscrevendo algumas inquietações que mobilizaram a produção desta pesquisa, seja o incômodo frente aos efeitos de verdade produzidos acerca da temática da sexualidade e gênero, seja pelo esforço contínuo de desconstruí-las. Ao buscar no campo da diversidade sexual um problema de pesquisa, percebemos que não se trata apenas de problematizar o que é ser "homem" e o que é ser "mulher" na nossa sociedade. Trata-se, ainda, de repensar como uma pergunta aparentemente inocente ("é menino ou menina?") integra uma lógica dicotômica, que divide o mundo entre masculino e fe-

minino, alinhavado pelo imperativo heterossexual. Entre os efeitos desta lógica dicotômica podemos citar: a produção de desigualdades, a restrição de possibilidades de ser e estar no mundo, a negação de direitos. Neste sentido, a ciência tem um papel fundamental, na revisão crítica desta lógica, inclusive por ser um campo privilegiado e produtor de verdades.

Dividir a sociedade entre masculino e feminino implica também em destiná-los alguns lugares, dentre eles, o de direcionarem seu desejo para o sexo oposto. O imperativo de que "mulheres atraem-se por homens", e vice-versa, ao passo que é exaustivamente repetido torna-se naturalizado e compulsório. Portanto, é necessário dar visibilidade aos processos a partir dos quais a heteronormatividade se expressa em nossa sociedade, restringindo possibilidades de existência, ou ainda, como aponta Richard Miskolci (2007), é preciso reconhecer a homofobia materializada na interdição ou controle das relações entre pessoas fora do padrão heterossexual. É preciso evidenciar como classificações binárias (masculino/feminino, heterossexuais/ homossexuais, brancos/negros, normal/patológico) produzem hierarquias, desigualdades e opressões, gerando, como efeito de verdade a ilusão de um sujeito estável, dotado de uma identidade expressa em seu "sexo" e, igualmente, comportamentos coerentes e regulares.

Aproximações ao cotidiano de militantes que atuam no campo dos direitos sexuais foi, aos poucos, nos provocando certo desconforto quando percebíamos, de algum modo, que essas construções dicotômicas também se faziam presentes nas práticas discursivas daquelas pessoas, produzindo tratamentos desiguais e invisibilidade de outros arranjos possíveis.

Assim, o objetivo geral deste trabalho foi analisar os usos e efeitos das identidades sexuais no contexto do Fórum LGBT/PE, tendo como objetivos específicos: 1) identificar as nomeações sexuais utilizadas pelos sujeitos que compõem o coletivo em questão; 2) identificar os sentidos produzidos acerca das identidades sexuais nesses mesmos encontros; e 3) analisar os campos de tensão e os usos estratégicos destas categorias identitárias.

Breve revisão da literatura

Para esta pesquisa, realizamos uma revisão da literatura que visava à busca de textos e produções científicas sobre as Paradas do Orgulho Gay, o que também abordava o movimento LGBT do Brasil. Neste sentido, utilizamos como palavras-chave: GLS, GLBT, LGBT, Gay, Homossexual, Homossexualidade, Homossexualismo, Lésbica, Lesbianda-de, Lesbianismo, Travesti, Travestilidade, Travestismo, Transexual, Transexualidade,

Transexualismo, Transgênero, Homofobia, Lesbofobia e Transfobia. As bases de dados utilizadas foram o Scielo e o Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

No que se referem ao Scielo, as produções encontradas datavam do período entre 1997 e 2011. Importante destacar que os termos de busca citados foram usados tanto no singular como no plural, uma vez que encontrávamos resultados diferentes. Posteriormente, excluímos as repetições para, por fim, chegar a uma lista de 242 artigos. No Banco de Teses e Dissertações da CAPES, as produções datavam do período de 1987 a 2011. O quantitativo gerado, após excluir as repetições, foi de 1030 trabalhos. Dos 1030, 791 correspondiam a dissertações e 239 as teses.

Após a busca dos trabalhos nos bancos de dados, realizamos um processo coletivo que tinha como finalidade selecionar apenas os trabalhos que abordavam manifestações político-culturais LGBT, através da leitura de todos os títulos e resumos. Foram selecionados apenas 7 dissertações, 4 teses e 1 artigo. Destes, apenas 4 dissertações e 2 teses tratavam das Paradas do Orgulho Gay, e, apenas 1 dissertação não dizia respeito a Parada Gay de São Paulo. Em oposição à centralidade dos trabalhos na região sudeste do país, as produções distribuíam-se em campos variados: psicologia social, antropologia, linguística, comunicação e ciências da religião. Igualmente, apresentavam distintas abordagens teórico-metodológicas, noções de sujeitos, identidades sexuais e noções de cultura e política.

De maneira geral, os trabalhos selecionados tinham formas diversas de abordar as Paradas LGBT, seja através da instituição e dos sujeitos políticos que a organiza, seja através do material veiculado sobre a mesma pela mídia. Mas, importante destacar que em muitos destes trabalhos se fez presente o desafio em abordar o evento em sua complexidade, assim como as implicações e efeitos do mesmo. Outra dificuldade bastante recorrente se tratava da dicotomia entre política e cultura. Ainda que o/a autor/a se esforçasse ao criticar tal dicotomia, esbarrava em várias dificuldades no seu percurso metodológico. Tal dificuldade não parece se limitar aos trabalhos publicados, mas a um questionamento caro aos movimentos sociais LGBT, uma vez que são recorrentes comentários que resumem a Parada a um carnaval fora de época, ou ainda, que apontam a despolitização do mesmo. Também, pode-se dizer que todos os trabalhos em questão buscavam apontar a importância de tal evento, seja pela garantia de visibilidade ou conquista de direitos.

Tratando-se, especificamente, dos trabalhos que abordavam os atores e atrizes sociais envolvidos na produção da Parada LGBT em questão, houve certo interesse em apontar a heterogeneidade de tais grupos, seus processos de aproximação e diferenciação. Também, buscou-se visibilizar as negociações internas de semelhanças e diferen-

ças que estavam sempre presentes no processo de constituição e atuação dos grupos. Ainda, foi apontado que tal evento não poderia ser abordado por ele mesmo, se tratando de uma rede que articula não só sujeitos políticos do movimento LGBT, mas também outros atores como o mercado e o Estado. O que acaba por expressar uma multiplicidade de demandas, população diversificada e a emergência de antagonismos. Igualmente, houve um interesse em apontar a construção de tais sujeitos políticos, mas também questioná-las.

De fato, o processo de revisão bibliográfica tornou-se crucial não só por focar em trabalhos que se debruçaram em um evento que conquistou sua importância ao longo dos anos. As Paradas LGBT, além de terem se tornado uma peça-chave na luta por visibilidade e reivindicações, é um fenômeno complexo e que envolve a articulação de diversos atores e atrizes. Entretanto, apontou para uma escassez de trabalhos que tratem do mesmo em toda sua complexidade, e, igualmente, a necessidade de descentralizar tais produções. Pois, ainda que encontremos poucos trabalhos sobre manifestações político-culturais LGBT, quase todos diziam respeito à região sudeste, sobretudo a Parada Gay de São Paulo. É preciso abrir espaço para que outras versões sejam narradas, de forma que o tema seja abordado em toda sua complexidade, sem perder de vista as especificidades de cada contexto e, sobretudo, suas contribuições para esta parcela da população.

Por fim, tal revisão se fez necessária, pois, apesar do Fórum LGBT/PE não ter sua importância limitada à organização da Parada da Diversidade, grande parte de suas reuniões eram de caráter preparatório para o evento. Também, segundo Sérgio Carrara, Silvia Ramos, Paula Lacerda, Benedito Medrado e Nara Vieira (2007), pesquisas indicam que as Paradas parecem se organizar em torno de um denominador comum: a luta contra a violência e a discriminação LGBT, o que acaba por agregar esta população. As Paradas do Orgulho Gay, então, surgem como um instrumento útil de análise para o estudo de tal população. E, mesmo que a finalidade deste trabalho não esteja diretamente ligado às Paradas, torna-se inviável falar da construção identitária de um coletivo que organiza tal evento sem abordá-lo.

Procedimentos metodológicos

Ainda que produto da pesquisa mais ampla, citada na introdução deste trabalho, este subprojeto buscou apropriar-se das ferramentas teórico-metodológicas, adequando-as de forma que melhor se aproximasse dos propósitos desta prática de pesquisa. Assim sendo, a presente pesquisa, baseada em uma epistemologia feminista proposta por Donna Haraway (1995), adota como princípio metodológico fundamental a observação

no cotidiano (Spink, 2007), pensando o conceito de campo-tema (Spink, 2003) como articulador da produção científica.

A partir da interlocução de uma epistemologia feminista com as ferramentas conceituais do pós-construcionismo, buscamos realizar uma pesquisa *no* cotidiano, ao contrário de uma pesquisa *do* cotidiano. Também, buscamos utilizar como ferramenta útil para análise os "diários de bordo" produzidos a partir das observações-participantes das reuniões do Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco entre o período de abril a julho de 2010.

A expressão "diário de bordo", tomada de empréstimos do meio náutico e aeronáutico, constitui-se como uma:

> Estratégia discursiva para dar visibilidade a ideia de 'viagem' na qual se inscreve sempre e, por princípio, elementos-chave de nossas análises tais como: movimentos, transições, desvios, atalhos, imprevistos, olhares produzidos e histórias contadas por viajantes. (Medrado et al., 2011, p. 192)

Os diários de bordo foram elaborados por quatro integrantes do Gema. Os/as quatro tentaram se organizar de tal forma que, a cada reunião do Fórum LGBT/PE, pelo menos dois dos/as pesquisadores/as estivessem presentes. A partir dos diários de bordo produzidos, foram re-construídas cenas consideradas relevantes para o objetivo da pesquisa, realizando-se em seguida sua análise.

As reuniões do Fórum ocorriam sempre nas segundas-feiras às 18h, alternado quinzenalmente. O local variava, pois não havia sede. Ainda que continuemos a frequentar as reuniões e o Gema tenha integrado oficialmente o Fórum, enquanto material de análise foram selecionadas apenas os diários de bordo do período de abril a julho de 2010. Este material compreende um total de 12 diários de bordo, sendo quatro produções de cada uma das três estudantes de graduação em psicologia. A confecção dos diários foi orientada pela pergunta de pesquisa e leituras identificadas na revisão da literatura sobre o tema. O procedimento de análise envolveu uma leitura atenta do material produzido, assim como a desorganização para posterior reorganização em eixos temáticos, seguindo exercício proposto por Mary Jane Spink e Helena Lima (1999).

Vale ressaltar, ainda que o foco recaia sobre os sujeitos políticos, buscamos não descartar elementos outros que se faziam presentes, atuando e sendo atuados: cartazes, atas de reunião, e-mails, arranjo do espaço, camisetas. Como afirma Francisco Tirado e Miquel Domènech (2005), rompendo com as dicotomias micro/macro, natureza/cultura, sujeito/objeto, humano/não-humano nas ciências sociais, o que importa não é a prevalência de um sobre o outro, mas a interação entre os actantes: nem humanos,

nem não-humanos. Mas, quase-objetos e quase-sujeitos tecendo uma rede heterogênea.

Fundamentação teórico-metodológica

Para o escopo deste trabalho, buscamos articular algumas leituras que nos pareceram necessárias e cruciais no que se refere às bases para a fundamentação teórico-metodológica e conceitual. Dentre elas, destacamos a noção de "observação no cotidiano" de Mary Jane Spink, o conceito de "campo-tema" abordado por Peter Spink e a perspectiva foucaultiana acerca do dispositivo da sexualidade, o qual foi, posteriormente, apropriado e reformulado por outros/as teóricos/as, como Judith Butler.

Como pretendemos partir a análise dos diários de bordo produzidos das observações-participante no Fórum LGBT/PE, faz-se necessário trazer a discussão feita por Mary Jane Spink (2007) sobre a observação no cotidiano. Segundo a autora, trata-se de uma postura metodológica diferenciada, a partir do momento em que se propõe trabalhar *no* cotidiano, diferente de trabalhar *o* cotidiano. Tal ênfase é dada a partir de um posicionamento pós-construcionista, o qual foca-se nos conhecimentos locais, abrindo mão dos universais. Além disso, tal postura implica um posicionamento crítico em relação à clássica divisão entre pesquisador e seu objeto de pesquisa. Nesta perspectiva, o/a pesquisador/a é visto/a como implicado/a no processo a ser investigado, atuando e/ou sendo atuado.

Além de evitar a separação tradicional entre pesquisador-objeto, nos consideramos partícipes desse processo de construção do objeto em questão, mediado por outros atores e atrizes, e que atravessam a produção científica e o próprio campo-tema no qual nos encontramos imersos. Ainda, tal perspectiva pós-construcionista faz uma boa interlocução com a noção de conhecimento situado proposta por Donna Haraway (1995), e que pretendemos também adotar nesta pesquisa. Partindo de uma epistemologia feminista, Haraway problematiza a suposta "objetividade" científica – produzida hegemonicamente por homens, brancos, heterossexuais –, que se pretende a fazer uma ciência neutra e, sobretudo, universal. Da mesma forma, pontua as relações de poder implicadas no fazer científico, assim como seu contexto histórico e singular. De tal forma, além de uma crítica aos universais, a autora aposta em conhecimentos locais e parciais.

Em diálogo com os princípios metodológicos citados acima, compartilhamos da noção de campo-tema, abordado por Peter Spink (2003). Situado também dentro de uma perspectiva pós-construcionista, é entendido muito mais como processo do que local físico pré-determinado. Nas palavras do autor,

> Não é o lugar onde o tema pode ser visto – como se fosse um animal no zoológico – mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. (2003, p. 36)

De tal maneira que não haveria um campo a priori, mas um assunto que tem um campo e que se dá enquanto processo.

Assim sendo, nosso campo se materializa como trama ou rede, interconectado por diversos momentos, locais e sujeitos, tendo apenas como ponto de partida o Fórum LGBT/PE, mas que, definitivamente, não se limitou a ele. Fez-se presente nas conversas entre amigos/as, mesas de bar, através da mídia, corredores.

Ainda, partindo do referencial teórico de Michael Foucault, destacamos as discussões acerca do dispositivo da sexualidade, pois, entendemos tal discussão como crucial para o diálogo que pretendemos tecer a respeito das categorias identitárias produzidas na (e pelo) movimento social LGBT.

Referindo-se ao sexo a partir de estratégias de saber-poder, Michael Foucault (1976/1988) afirma que, antes de qualquer coisa, trata-se da produção da sexualidade.

> Esta não deve ser concebida como uma espécie determinada de natureza que o poder tentaria abater ou como um domínio obscuro que o saber tentaria a pouco e pouco revelar. É o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não realidade vinda de baixo, sobre o qual se exerceriam actuações difíceis, mas grande rede de superfície, em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, o incitamento ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço das fiscalizações e das resistências, se encadeiam uns com os outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (pp. 108-109)

A partir desta citação, torna-se possível pontuar algumas rupturas que Foucault (1976/1988) propõe ao tratar do dispositivo da sexualidade. Como a crítica a noção essencialista e ontológica do sujeito, ao afirmar ser o "sexo", tal qual o entendemos hoje, uma criação. Segundo o autor, a necessidade de tomar o "sexo" como uma identidade, onde supostamente estaria alocado o que nós somos, está localizada no tempo e no espaço (especificamente no século XVIII). Em outras palavras, nem sempre ao nosso sexo coube responder a verdade última sobre nós mesmos. Mas, sobretudo, que o dispositivo da sexualidade produz o sexo que afirma descrever nos corpos. É no movimento de afirmar a necessidade de controlar ou revelar esse sexo, que as estratégias de saber-poder o produzem. Nas palavras de Judith Butler (2008), "a regulação do 'sexo' não acha nenhum sexo ali, externo à sua própria regulação; a regulação produz o obje-

to que vem a regular; a regulação regulou antecipadamente aquilo que ela vai ver maliciosamente apenas como objeto de regulação" (p. 96).

De tal maneira, Foucault aproxima-se de uma noção provisória, fragmentada e descentrada dos sujeitos, ao passo que rompe totalmente com os ideais iluministas do sujeito cartesiano: dotado de uma identidade unitária, totalizante e estável. Ideal, diga-se de passagem, que ainda prevalece na psicologia hegemônica. Mas, Foucault não só localiza espaço-temporalmente a produção do sexo enquanto identidade que revela a verdade sobre o sujeito, assim como as estratégias de saber-poder envolvidas, mas, sobretudo, aponta que é esta categoria identitária que garante inteligibilidade ao sujeito. Ou seja, para que o ser humano seja reconhecido enquanto humano e tenha acesso a direitos, ele/a tem que ser marcado/a pelo sexo. Contudo, não basta apenas ser marcado pelo sexo, mas, "deve-se ser coerentemente sexuado. A incoerência do sexo é precisamente o que separa o abjeto e o desumanizado do reconhecimento humano" (Butler, 2008, p. 100).

Por fim, uma vez que temos como foco analisar o jogo identitário a partir do movimento social LGBT de Pernambuco, recorremos a alguns/mas teóricos/as que se aproximam do nosso entendimento acerca dos sujeitos políticos que compõem o Fórum LGBT/PE. Segundo Isadora Lins França (2006), o movimento LGBT – denominado por ela homossexual – é "um sujeito político bastante complexo, formado por múltiplas categorias identitárias, nem sempre movidas pelos mesmos discursos" (p. 103). Deste modo, refletir sobre o movimento LGBT torna-se inviável sem, necessariamente, incluir a análise destas categorias identitárias produzidas discursivamente, seus efeitos, conflitos e contradições. Também, ao passo que esses grupos encontram-se num campo de luta pela liberdade de classificações preconceituosas e de identidades cristalizadas, a questão "quem sou eu?" parece ocupar um lugar de destaque. O que aponta para um movimento que faz da intimidade um palco de luta política, via produção de identidades sexuais.

Contudo, segundo Tiago Corrêa (2012) a associação entre homossexualidade e cidadania ocorre não apenas no conteúdo produzido e veiculado pela organização, mas também na performance da homossexualidade de seus membros em espaços públicos. Do mesmo modo, evidenciam-se certas formas de expressão da homossexualidade, em detrimento de outras; criando-se uma hierarquia sexual que irá admitir inclusive o exercício da representação sobre uma dada população. Como, por exemplo, um tratamento diferenciado com relação às travestis e a alguns estereótipos, como o do afeminado.

Isadora França (2006) também aponta para a produção de hierarquias no interior do movimento LGBT. A partir de um estudo de caso sobre a *Blitz Trans*, ação promovida pela Secretaria de Transgêneros da Associação da Parada de São Paulo, problematiza a relação entre o movimento e o mercado GLS. A ação consistia numa visita de travestis, acompanhada de um advogado da Associação, a estabelecimentos comerciais que impediam o ingresso deste público (dentre eles, saunas gay), reivindicando o livre direito de ir e vir. Ao analisar as repercussões da *Blitz Trans* no próprio movimento LGBT de São Paulo, França coloca:

> Uma das questões que serve de subtexto aos que criticam as travestis é o que pode ou não ser reivindicado, o que é legítimo como ação política. Vale lembrar que as manifestações das travestis contra a violência policial, por exemplo, são acolhidas quase inquestionadamente (sic) pelo movimento homossexual. Em contraposição ao protesto contra as saunas, qualificado como 'populista' por militantes, os protestos contra a violência são encarados como assunto grave, talvez por enfatizarem o aspecto de que as travestis são 'vítimas da homofobia', por dirigirem-se ao Estado (um campo mais tradicional de luta política do que o mercado) e, por fim, por estabelecerem uma oposição entre homofobia heterossexual versus direitos humanos de homossexuais/travestis, diferente do protesto das saunas, que questiona o potencial de inclusão da cena gay. (2006, p. 110)

Ao colocar em evidência algumas tensões e contradições, Isadora França (2006) problematiza, dentro da relação entre mercado e movimento, "as fronteiras do que pode ou não ser considerado atuação política" (p. 104), e suas consequências no debate para a construção de identidades sexuais, processo que aponta ora para a segmentação, ora para a coalizão de sujeitos políticos. Sendo assim, além desses sujeitos políticos serem diversos e permeados por hierarquias, não são aqui compreendidos como dados. Como afirma Butler (2003), tais sujeitos políticos são constituídos processualmente, no e pelo discurso, e em contextos políticos bastante específicos.

Resultados e análises

Primeiras aproximações: a necessidade de saber/produzir uma identidade para as pesquisadoras

Enquanto projeto-extensivo, a pesquisa pretendia-se não só a incluir no seu cronograma observações do Fórum LGBT de Pernambuco, mas, principalmente, contribuições para o movimento social em questão. Na fase inicial da pesquisa (março de 2010), o grupo era composto por três estudantes de graduação, um aluno de mestrado, um edu-

cador do Instituto PAPAI e o coordenador da pesquisa. Tentamos nos organizar de forma que a inserção de mais três pessoas nas reuniões do Fórum fosse o menos invasivo e mais amigável possível. De tal forma, as três alunas da graduação se organizaram em duplas, enquanto que o aluno do mestrado e o educador do PAPAI continuaram frequentando as reuniões, como faziam anteriormente.

Antes da primeira ida à reunião do Fórum, houve uma conversa entre os integrantes da pesquisa de forma que as pessoas que já tinham tido algum contato com o coletivo compartilhassem suas vivências e impressões. Como foi comentado que o número de pessoas presentes no Fórum variava bastante, achamos razoável a quantidade de integrantes presentes. Com exceção do número de mulheres, que era claramente minoritária. O local era bastante quente e simples. Porém, bem localizado e de fácil acesso. A dupla de pesquisadoras foi apresentada ao grupo como "integrantes do Gema" por um dos integrantes do Fórum (educador do PAPAI).

Inicialmente houve a sensação de ser bem recebida, e fizemos questão de colocar que estávamos lá também para apoiar e contribuir com o movimento social, não somente "fazer pesquisa" no local. Também nos habilitamos para fazer a ata de reunião (que conteria os informes, pautas e encaminhamentos do dia), uma forma inicial de apontar que não queríamos ocupar apenas o lugar de "observadoras".

Outro ponto que chamou bastante nossa atenção foi o recorte geracional e sócio-econômico daqueles/as que estavam presentes. As pessoas mostraram-se mais velhos/as do que imaginávamos. Também, notadamente pertenciam a um nível sócio-econômico menos favorecido. Ainda, impressionou o cunho prático que predominava na reunião. O fato da classe social, geração e da dinâmica que se estabeleceu terem chamado nossa atenção também estão bastante interligados do lugar que onde falam as pesquisadoras: mulheres jovens, universitárias e de classes médias e que não haviam tido outro contato com os movimentos sociais, a não ser com o movimento estudantil.

Já em outra reunião do Fórum, foram sentidos incômodos e desconfortos por não saber identificar que lugar estavam ocupando naquele coletivo. Um dos integrantes do Fórum, Beto[1] (Entrevistado Nº 1, conversa em grupo, 25 de maio de 2010), que não estava presente na primeira reunião, começou a olhar (de modo não tão discreto) as anotações das pesquisadoras, enquanto eram produzidas, e a perguntar várias coisas, entre elas: a que instituição estavam vinculadas, se eram estudantes de psicologia, se estavam lá como observadoras (expressando, ironicamente, cara de espanto). A impressão era de que ele fazia tais perguntas de forma provocativa e como quem já sabia as res-

[1] Com exceção dos/as pesquisadores/as do Gema/UFPE, todos os nomes aqui citados são fictícios.

postas. Contudo, tal situação não pareceu se limitar ao nosso desconforto enquanto estranhos "coletando dados". Contudo, a pergunta *qual a instituição que você faz parte* parece indicar que Beto não estava apenas incomodado com as anotações, mas pelos usos possíveis da informação.

Uma das pesquisadoras, em seu diário de bordo, relata algo que se aproxima do colocado acima: "um homem, que depois descobri que se chama Roberto [nome fictício], me olhava estranhamente, desconfiado. Nesse dia eu pensei: 'eita, hoje eu tô lascada, Thiago não está aqui para me reapresentar como integrante do Gema e Clarissa ainda nem chegou para me fazer companhia!'" (registro de diário, 5 de abril de 2010). E, como havia compartilhado com ela do incômodo que senti pelas perguntas feitas por Beto, neste mesmo diário de bordo Fernanda (pesquisadora) relata que Beto lançou o mesmo olhar de "quem é você?" para ela. Ela escreve: "Uma fala de Beto no meio da reunião me intrigou, ele disse: 'com as anotações do que acontece aqui dá até pra fazer um trabalho de psicologia clínica'. Foi num tom de brincadeira, mas o desconforto dele estava óbvio" (registro de diário, 5 de abril de 2010).

Ainda, neste mesmo diário de bordo de Fernanda, a mesma relata: "Gustavo [nome fictício] sentou do meu lado e ficou me ajudando com o nome das pessoas para a confecção da ata, também depois de um tempo ele perguntou: 'o que é que tu tanto anota, hein menina?'" (registro de diário, 5 de abril de 2010). Neste recorte, a fala de Fernanda parece não se limitar, novamente, ao incômodo que os integrantes do Fórum sentiram com a nossa presença, registrando tudo que acontecia na reunião, seja para os fins da pesquisa, seja para a produção da ata. Mas também do lugar que ocupávamos naquele espaço, assim como as atas.

O que inicialmente provocava um mal-estar em nós, por não visualizarmos nosso lugar e contribuição para o Fórum, e nas pessoas ali presentes que se sentiam observadas, posteriormente foi nosso veículo de aproximação, conferindo algum lugar no grupo. Como relata Fernanda, referindo-se a um momento de tensão provocado pela presença de uma pessoa na reunião:

> Em meio ao clima de hostilidade que se instaurou na discussão, pela primeira vez, eu parecia ter um 'lugar' no grupo. Quando a discussão se instaurou, querendo todos falar ao mesmo tempo, Bruno pediu que Vinícius anotasse a ordem das pessoas que pediram pra falar e completou: 'pode falar que nossa amiga está anotando tudo' (registro em diário, 20 de maio de 2010). [...] E dirigindo-se a ela, completa: "anota tudo hein!".

A partir desses recortes podemos observar como o sentido das atas foi sendo (re)configurado. Ora causa de desconfortos, ora ferramenta que nos possibilitava certa

inclusão e importância no grupo. Com isso, podemos perceber como a dicotomia sujeito-objeto, e a hierarquia subsequente a ela carecem de sentido. Conforme nos aproximávamos do Fórum LGBT, elementos não-humanos (atas, e-mails, camisetas), foram ganhando outros sentidos, ao passo que atuavam e eram atuados naquele contexto. Assim, são destacados enquanto ato e na interação com outros elementos que constituem a rede heterogênea. Como, também, quando vestida da camiseta A diversidade é legal, iniciou-se uma conversa sobre a diversidade sexual e homofobia e o campo-tema se fez presente.

Percebemos também que, apesar de termos ficado responsáveis pela produção das atas, os integrantes do Fórum LGBT/PE não tinham acesso às mesmas, por sérias falhas de comunicação. Em grande parte, se dava pelo e-mail do coletivo não funcionar adequadamente. Outro elemento não-humano. O e-mail não só estava praticamente sem ser usado, como muitos dos integrantes do grupo não tinham acesso à internet com facilidade, o que também dificultava o recebimento das atas. Mas, as implicações não se restringiam a isso, comprometia de forma geral o funcionamento do grupo. Como, por exemplo, em uma reunião extraordinária para tratar apenas do tema da Parada da Diversidade e um integrante do grupo levanta outro ponto de pauta, o que provocou um desentendimento entre ambos. Uma vez que as decisões acerca da reunião extraordinária foram tomadas na reunião que a antecedeu, talvez o clima hostil entre ambos tivesse sido evitado se não houvesse tantos problemas na circulação das informações.

Ao serem progressivamente esclarecidos sobre o nosso lugar das pesquisadoras, teve início um novo questionamento, nem sempre de modo sutil, sobre a sexualidade das pesquisadoras. Afinal, elas seria "L" (lésbicas) ou "B" (bissexuais)? Ao mencionarem ser estudantes universitárias, o "T" (travestis ou transexuais) parece ter sido prontamente descartado, uma vez que são poucas as travestis e/ou transexuais que conseguem concluir os estudos e ingressar na universidade, tamanha a discriminação e violência que sofrem. Esta informação é ratificada por pesquisa (Carrara et al., 2007) realizada na 5ª Parada da Diversidade de Pernambuco, em 2006, na qual a agressão verbal/ameaça de agressão, como agressão física, é relatada por sujeitos trans – travestis e transexuais – com maior frequência que outras pessoas. Entre as modalidades de discriminação, a segunda mais frequentemente para esta população se referiu às instituições de ensino e educação formal (33,5%).

"Eles" são múltiplos

Muitos foram os momentos em que presenciamos situações de conflito e atrito entre os integrantes do grupo. Portanto, nosso primeiro desafio foi desconstruir a imagem

romântica que tínhamos dos movimentos sociais, de algo sempre amigável, coerente, uno, homogêneo. Mas, o coletivo se mostrava formado por diversos sujeitos, cada um/a com suas particularidades, histórias de vida, demandas e expectativas. Sendo assim, por múltiplas contingências, tinham posicionamentos igualmente diversos.

Um episódio que nos chamou a atenção refere-se a uma reunião em que Rosa relata ter presenciado um caso de homofobia próximo a uma boate GLS de Recife, localizada no centro da cidade. Segundo ela, dois homens agrediram outro homem e, ainda que o segurança da boate tenha presenciado tudo, não fez nada. Ela conta ainda, demonstrando indignação, que o segurança afirmou que o "michê"[2] (homem agredido) tinha passado a noite dando em cima dos dois homens e que ele estava indo e voltando pro 'escuro' com eles. Diante do relato, Vinícius afirma que "os gays têm que saber se portar, porque a sociedade é homofóbica, senão eles vão ser vítimas de violência mesmo! Algumas pessoas não gostam quando eu digo isso, dizem que eu estou cooperando com a homofobia, mas eu não acho isso. Por exemplo, na Parada de São Paulo, no final o pessoal naquele empurra-empurra, vai logo... (imita alguém baixando as calças e fazendo sexo oral). O pessoal fica atrás das árvores, na Praça da República... Aí depois acha ruim porque os policiais são violentos. E, reafirmando a necessidades das pessoas serem discretas, ele continua: "se fosse do lado da mesa da tua família, o que eles achariam?" (trecho de diário, 22 de maio de 2010).

A partir deste trecho, retirado de diário de bordo, é possível perceber a diferença de posicionamento entre os integrantes. Rosa se exalta ao trazer o caso, principalmente diante da justificativa dada pelo segurança, que legitimou a violência ao afirmar que o "michê não se deu o respeito". Em contraposição, Vinícius reafirma a necessidade dos LGBT serem "discretos". Sobretudo, o que nos chama a atenção nesse episódio é que, apesar de Vinícius colocar que algumas pessoas afirmariam que sua fala é homofóbica, ele se nega. Ainda, culpabiliza a vítima e justifica a atitude do agressor. Mas, acreditamos que a grande discordância entre os dois está diretamente relacionada à compreensão acerca do que se entende por homofobia. Também, evidencia-se uma hierarquia sexual, em que expressões da homossexualidade são favorecidas, em detrimentos de outras, pelo próprio movimento LGBT.

Do mesmo modo, um ponto que se mostrou emblemático em vários momentos refere-se as letrinhas LGBT. Desde o primeiro contato da pesquisadora com o movimento LGBT em questão, chamou a atenção como os homens predominavam em quantidade. O movimento que se dizia LGBT aproximava-se muito mais de um movimento gay. Pouco é discutido a respeito das letrinhas, e quando o é, se dá de maneira confusa e, muitas vezes, contraditória. Dandara, que se posicionava enquanto transexual, em uma

[2] Profissional do sexo, também conhecido como "garoto de programa".

reunião trouxe para o grupo o que tem se discutido dentro dos movimentos trans acerca das nomenclaturas transexual e travesti. Explicou também que existe uma tendência internacional em usar o termo transexual, devido ao caráter pejorativo que está atrelado a travestilidade (muito associada à prostituição, por exemplo). De tal forma que, conforme citava os porquês de unir as duas nomenclaturas em uma única sigla, parecia se posicionar a favor. Mas, em outra situação, Dandara defendeu ser contra a união das duas siglas, justificando que existiriam demandas diferentes.

Tratando-se de um movimento identitário, acreditamos ser importante o debate que Dandara traz para o movimento. Mas, ao passo que percebe a necessidade em reforçá-las e reafirmá-las, evidencia-se também a dificuldade de esclarecer o que se entende por tais categorias. Novamente, a construção das identidades sexuais remete ora para a segmentação, ora para a coalizão desses sujeitos políticos. O que também mostra que tais categorias se sustentam no esforço repetitivo de tentar dar-lhes alguma forma. É a própria regulação que produz a categoria que vem a regular.

Outro momento que colabora com o que foi colocado acima se refere a uma discussão, relatada em diários, entre dois integrantes do Fórum em relação a realizar ou não um Seminário que tinha como finalidade dialogar com organizadores/as de Paradas LGBT locais do estado de Pernambuco. Enquanto Beto, de forma taxativa, era contrário a ideia de realizar o Seminário por defender a necessidade de estabelecer previamente uma programação, objetivos e metodologia, Carmem (mulher, negra, lésbica e de classe social baixa) discorda. Já irritada, Carmen indaga Beto: "Você sabe o que a gente já conquistou com as Paradas? Não, mas eu sei!" Enquanto Beto calava-se, Carmem citava uma por uma as conquistas que memorizara de cabeça. Em seguida, afirma que o propósito do Seminário é justamente "dialogar com os outros promotores de Paradas, pra discutir suas conquistas e evitar que este evento perca seu cunho político" (registro em diário, 14 de junho de 2010). Novamente, a verdade essencialista por trás das categorias é colocada em questão. Mesmo que em muitos momentos, ou na maioria deles, Carmem seja a oprimida, não quer dizer que só por ser mulher, negra, lésbica e de classe social baixa que não tenha voz. Pelo contrário, neste momento ela defende sua ideia com firmeza, além de ficar evidente o respeito que tem dentro do coletivo. A relação não é estabelecida a priori, mas no ato. Portando, particular e situada, não se estendendo a outro momento.

Mas, apesar da crítica a tais categorias identitárias, é importante enfatizar que elas produzem, como efeitos de verdade, muitas coisas. E, nesse movimento constante de reafirmação elas têm sido bastante úteis. Por exemplo, são notáveis as conquistas do movimento LGBT no que concerne à visibilidade e luta por direitos.

Glória certa vez trouxe em sua fala que "estávamos ali por uma causa única, e que todos viviam uma luta". Mas, em seguida afirma: "eu, por exemplo, não faço parte do grupo LGBT, eu sou puta, né! Mas tenho que ver o lado das meninas que são lésbicas que trabalham comigo" (registro em diário, 14 de julho de 2010). Esta fala, ainda que se prenda a lógica identitária, possibilita repensar alguns pontos que acreditamos serem fundamentais, não só para as finalidades deste Projeto de Pesquisa, mas, sobretudo, para o debate e fortalecimento dos movimentos sociais LGBT.

Glória, que se intitula como profissional do sexo, também trabalha com a política de redução de danos. Figura sempre presente não só nas reuniões do Fórum e também nos eventos promovidos pelo mesmo, assim como de outras instituições vinculadas (ou não). Mas que, como disse acima, dialogam por lutarem pela mesma causa. Mas, o que nos chama a atenção neste trecho é que, mesmo que Glória se reconheça unida pela mesma causa, não encontra seu lugar ali, ao afirmar que "não faz parte do grupo LGBT", mas que apenas se solidariza com as companheiras lésbicas de trabalho. (registro em diário, 14 de julho de 2010).

Contudo, as reflexões que suscitaram não se limitam as contradições que este discurso apresenta. Mas, porque num movimento que se diz a favor da diversidade sexual, uma pessoa heterossexual não encontra lugar, nem voz? Ou ainda, enquanto o movimento LGBT transformou o direito ao casamento e a adoção como causas principais, como ficam aqueles/as que não querem casar ou adotar filhos/as?

Uma vez que as categorias identitárias têm se mostrado úteis, o desafio aponta, então, para o uso que fazemos delas. Ao categorizar o que é ou não um/a LGBT, no jogo de luz e sombra, simultaneamente ao movimento de visibilizar alguns modos de ser, inviabiliza-se outros. Com isso, excluem-se outros arranjos possíveis.

Considerações finais

> Perdi alguma coisa que me era essencial, e que já não me é mais. Não me é necessária, assim como se eu tivesse perdido uma terceira perna que até então me impossibilitava de andar, mas que fazia de mim um tripé estável. [...] Sei que somente com duas pernas é que posso caminhar. Mas a ausência inútil da terceira me faz falta e me assusta, era ela que fazia de mim uma coisa encontrável por mim mesma, e sem sequer precisar me procurar. [...] Não sei se terei uma outra para substituir a perdida. Sei que precisarei tomar cuidado para não usar sub-repticiamente uma nova terceira perna que em mim renasce fácil como capim, e a essa perna protetora chamar de 'uma verdade'. (Lispector, 1964/2009, pp. 9-12)

Ainda que tenhamos usado, prioritariamente, os diários de bordo para orientar nossas análises, faz-se importante destacar que não os entendemos aqui como representando, ou ainda, revelando uma realidade. São aqui tomados como ferramentas de análise local e situada, permeada por impressões pessoais, mas que tornaram possível narrar cenas consideradas relevantes para os objetivos desta pesquisa, para que alguns pontos pudessem ser ilustrados e problematizados.

Como nosso campo-tema se materializa como rede heterogênea, interconectado por diversos momentos, locais e sujeitos, tendo apenas como ponto de partida o Fórum LGBT/PE, mas que, definitivamente, não se limitou a ele, o desafio consistiu em narrar o processo para, então, ser possível fazer alguns questionamentos. Neste sentido, acreditamos ter atingido os objetivos propostos, fazendo uso das ferramentas teórico-metodológicas e conceituais e adaptando-as para o contexto específico. O que reforça a concepção de que este trabalho não se pretende universal, mas limitado às particularidades e contexto específicos.

Após a apresentação dos resultados obtidos e a interpretação que lançamos sobre os mesmos, concluímos que negar a importância do uso das categorias identitárias não parece ser um exercício simples e sempre positivo, uma vez que estas têm produzido muitas utilidades para o movimento LGBT. Mas, como afirma Beatriz Preciado (2011), ao referir-se ao uso estratégico das categorias identitárias[3], é crucial que não as tomemos como verdades, concepções fixas e ontológicas, corroborando na (re)produção de normalizações. Pois, tal uso implica que outros modelos de expressão da homossexualidade sejam invisibilizados, desencorajados e/ou combatidos. Mas, acreditamos que os casos de resistência, por muitas vezes subverterem padrões culturais naturalizados, normas de gênero e práticas preconceituosas, seriam muito mais enriquecedores se aderidos ao movimento LGBT, ao invés de se limitarem a uma ameaça. Afinal,

> Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são 'representáveis' porque são 'monstruosas' e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos 'normais'. (Preciado, 2011, p. 108)

Embora as categorias identitárias garantam alguma estabilidade e proteção (como um tripé estável) – ao se apresentarem enquanto "verdade" –, é somente na falta inútil desta terceira perna que podemos nos movimentar em direção ao novo. Por isso, apostamos num posicionamento crítico constante, para que esta terceira via (do tripé su-

[3] Cabe destacar que esta não é uma contribuição singular de P. B. Preciado, mas um posicionamento resultante de vários ativismos e extensa produção teórica.

postamente estável), que também em nós insiste em (re)nascer como capim, não se imponha como essencial ou necessária.

Referências

Butler, Judith (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, Judith (2008). Inversões Sexuais. In Izabel C. Friche Passos (Org.), *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade* (pp. 91-108). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Carrara, Sérgio; Ramos, Silva; Lacerda, Paula; Medrado, Benedito & Vieira, Nara (2007). *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade. Pesquisa 5ª Parada da Diversidade – Pernambuco 2006.* Rio de Janeiro: CEPESC.

Corrêa, Tiago Matheus (2012). *O governo carnavalizado ou o carnaval governado: política e estética no campo de ação da 9ª Parada da Diversidade de Pernambuco.* Dissertação de Mestrado inédita. Universidade Federal de Pernambuco.

Foucault, Michael (1976/1988). *A história da sexualidade I: A vontade de saber.* Rio de Janeiro: Edições Graal.

França, Isadora Lins (2006). "Cada macaco no seu galho?": poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *21*(60), 104-115. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000100006

Haraway, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**.** *Cadernos Pagu*, *5*, 7-41. Recuperado de http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=51046&opt=4

Iñiguez, Lupicinio (2005). Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la psicología social de la era 'post-construccionista'. *Athenea Digital*, *8*. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v1n8.235

LGBT/PE (2010). *Carta de princípios do Fórum LGBT/PE*, 2010. Disponível em http://flgbtpe.blogspot.com.br/p/o-forum-lgbt-de-pernambuco-partilha-dos.html Acessado em 02/02/2017

Lispector, Clarice (1964/2009). *A paixão segundo G. H.*. Rio de Janeiro: Rocco.

Medrado, Benedito; Lyra, Jorge; Dantas, Luiza Gomes; Valente, Márcio; Quirino, Túlio; Machado, Michael… Gondim, Symone (2011). Paternidades *no* cotidiano de uma unidade de saúde em Recife: traços, curvas e sombras em redes heterogêneas. In, Maria Juracy F. Toneli, Benedito Medrado, Zeidi Araújo Trindade & Jorge Lyra (Orgs.), *O pai está esperando? Políticas públicas de saúde e gravidez na adolescência* (pp. 189-211). Florianópolis: Editora Mulheres.

Miskolci, Richard (2007). A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. *Anais Eletrônicos do 16º Congresso de Leitura do Brasil.* Recuperado de http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf

Preciado, P. Beatriz (2011). Multidões Queer: Notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas*, *19*(1), 11-20. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002

Spink, Mary Jane (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, *19*(1), 7-14. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000100002

Spink, Mary Jane P. & Lima, Helena (1999). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: Mary Jane P. Spink (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (pp. 93-122). São Paulo: Cortez.

Spink, Peter (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade, 15*(2), 18-42. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003

Tirado, Francisco & Domènech, Miquel (2005). Asociaciones heterogéneas y actantes: El giro postsocial de La teoría Del actor-red. *AIBR: Revista de Antropologia Iberoamericana,* (número especial). Recuperado de http://www.aibr.org/antropologia/44nov/articulos/nov0512.php

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Doping e a lógica da escolha

Doping and the logic of choice

Juliana Aparecida de Oliveira Camilo; Rafael Nogueira Furtado

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; jacamilo@pucsp.br; rnfurtado@yahoo.com.br

Historia editorial

Recibido: 25-06-2015

Aceptado: 27-01-2017

Palavras-chave
Doping
Mixed Martial Arts
Praxiografia
Teoria ator-rede

Resumo

Quando um atleta utiliza anabolizantes, para aumentar seu rendimento esportivo, observa-se que um conjunto de práticas e discursos tenta atribuir a ele a responsabilidade exclusiva pelo consumo. Neste artigo serão discutidos os casos de dois lutadores de *Mixed Martial Arts* (MMA), condenados por doping. Os autores mantiveram contato com os atletas durante seis meses, em duas academias da cidade de São Paulo, no ano de 2014. O estudo fundamenta-se em uma metodologia praxiográfica, vinculada à Teoria Ator-Rede. Por meio deste trabalho, pretendeu-se desconstruir a lógica da "escolha individual" pelo uso de anabolizantes, na qual o atleta é posicionado como o único responsável pelo consumo.

Keywords
Doping
Mixed Martial Arts
Praxiography
Actor-network theory

Abstract

When an athlete uses anabolic steroids to increase his athletic performance, it is observed that a set of practices and speeches try to attribute to him an exclusive responsibility for consumption. In this article, we will discuss the cases of two Mixed Martial Arts (MMA) fighters convicted for doping, with whom the authors have had contact. The contact lasted for six months, at two specialized academies in the city of São Paulo, in the year 2014. The methodology of this study consists in a praxiographic analysis, based on the Actor-Network Theory (TAR). In this work, we intend to deconstruct the logic of "individual choice" by the use of doping, by which the athlete is positioned as the sole responsible for the consumption.

Aparecida de Oliveira Camilo, Juliana & Nogueira Furtado, Rafael (2017). Doping e a lógica da escolha. *Athenea Digital*, *17*(1), 23-41. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1670

Introdução

Um atleta é pego no *doping*. Imediatamente *sites* especializados, programas de TV e jornais esportivos começam a divulgar suas impressões em torno do ocorrido. Retaliações diversas são então dirigidas à sua figura: acusa-se o competidor de ter estragado sua carreira, colocando a perder os patrocínios recebidos, ter fornecido um exemplo moral negativo à sociedade, sendo responsável por não ter escolhido adequadamente sua equipe de apoio.

No entanto, quais outros fenômenos estariam implicados neste acontecimento, para além da infração individual do atleta? Quando o *doping* é colocado sob a luz da realidade dos lutadores de *Mixed Martial Arts* (MMA) – símbolos de força e vigor no imaginário popular –, não causa surpresa o aparecimento de declarações como: "eu sabia que esse corpo forte era construído por drogas"; "só assim para suportar tantos

golpes violentos"; "isso não é esporte, é um espetáculo que vale tudo"; entre outras afirmações.

Discute-se, neste artigo, o caso de dois atletas profissionais de MMA que fizeram uso de substâncias banidas para aumentar o seu desempenho. O primeiro caso refere-se ao lutador Miguel, 23 anos, atuante em ligas nacionais, e que havia chegado há pouco tempo à carreira profissional. O segundo caso é protagonizado por Thiago, 29 anos, um atleta profissional experiente, recém-contratado por uma importante liga de MMA internacional.

Diferentes momentos na carreira, diferentes profissionais envolvidos na preparação (treinadores, nutricionista, fisioterapeuta e preparadores físicos), diferentes condições socioeconômicas, mas uma prática em comum: eles "escolheram" usar substâncias ilegais para potencializar sua performance.

Objetiva-se, neste estudo, analisar as práticas nas quais os lutadores estiveram envolvidos, evidenciando sua relação ambivalente com o uso de anabolizantes, buscando compreender as consequências pessoais e profissionais deste uso. Deste modo, procura-se refletir sobre a rede de *actantes* (atores humanos e elementos não-humanos) em que os atletas estão inseridos, colocando em questão o limite do controle destes indivíduos sobre seus corpos e condutas.

A interação e as conversas com os sujeitos da pesquisa deram-se no ano de 2014 em duas academias de MMA, localizadas na cidade de São Paulo. O estudo consistiu em uma análise discursiva e praxiográfica, tal como propõe Mary Jane Spink (1999) e Annemarie Mol (2002). Trata-se de abordagens que levam em consideração o conjunto dos atores, instrumentos, instituições e ambientes que compõem o fenômeno a ser estudado, possibilitando assim sua descrição e compreensão.

Conforme orienta a Resolução CNS/MS n° 466/12, esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, recebendo o número de parecer 579.937. Os nomes aqui apresentados são fictícios, visando à garantia do anonimato dos participantes do estudo.

Mediante a análise proposta por este trabalho, pretendemos ressaltar, em consonância com Mol (2002), que um ator é atuado (*enacted*), ao mesmo tempo em que atua (*enact*). Esta atuação e seus efeitos não são exclusividade de agentes humanos, mas atributos de espaços, artefatos tecnológicos e acontecimentos. Reflexões que conduzem a questão: será uma escolha exclusiva do lutador o uso de substâncias ilegais (*doping*)?

A relação entre MMA e o *doping*

O *Mixed Martial Arts* (MMA) é uma modalidade esportiva de combate que utiliza diferentes técnicas corporais oriundas de múltiplas artes marciais e esportes de combate, tais como: jiu-jitsu, boxe, kickboxer, muai thay, luta greco-romana, kung fu, karatê, entre outras (Correia & Franchini, 2010; Franchini & Vecchio, 2012; Paiva, 2015). No Brasil, o MMA vem ao longo dos anos impondo-se no cenário esportivo e na mídia, conquistando um número crescente de interessados, fãs, praticantes, patrocinadores, levando ao desenvolvimento de produtos esportivos e à organização de novos eventos.

O esporte é composto por dois lutadores competindo em um ringue cujas grades laterais lhe conferem o aspecto de jaula. Espera-se que os lutadores demonstrem suas habilidades em diferentes artes marciais. Esta demonstração destina-se não apenas à vitória sobre o oponente, mas busca cativar o público com o desempenho do atleta, assegurando-lhe um lugar de destaque entre os demais lutadores (Wells, 2012).

O *Ultimate Fighting Championship* (UFC) é a principal liga de MMA do mundo e têm faturamentos que impressionam. Os números do UFC Rio, na sua 134ª edição, de 27 de agosto de 2011, ajudaram a impulsionar a modalidade no país. Foram mais de 20 mil pessoas presentes no evento, 30 milhões de aparelhos de TV ligados no Brasil, 135 países conectados, 597 milhões de lares no mundo e um impacto econômico de US$ 50 milhões para a cidade do Rio (Vinicius, 2012).

Os eventos profissionais de MMA que atendem a requisitos mínimos para sua prática são registrados mundialmente por um portal on-line chamado *Sherdog* (www.sherdog.com). Criado em 1997, é considerado um dos principais mapeadores de eventos e resultados de lutas, ainda que haja controvérsias intensas sobre sua legitimidade. Em 2014, no Brasil, foram localizadas 312 ligas que realizaram eventos no respectivo ano. Estas ligas são registradas como empresas, podendo possuir investidores, patrocinadores e incentivos governamentais.

A modalidade está envolvida por uma complexa rede de humanos (atletas, técnicos, profissionais de saúde, fãs, entre outros) e não-humanos (octógono, suplementos, anabolizantes, balança para pesagem, rankings classificatórios, premiações). Com isso, concebemos que diferentes objetos não são apenas necessários, mas fundamentais para que a prática do MMA ocorra.

Um evento de MMA profissional pressupõe a existência de um espaço físico, luvas, vaselina para "deslizar" os golpes no rosto, a balança para a pesagem do atleta, o gelo para as contusões, o som do sino ao final do *round*, apenas para citar alguns elementos. A presença de itens não-humanos, não pode ser encarada como algo secundá-

rio que integra o esporte, mas sim componente fundamental para que ele ocorra. Deste modo, ao focalizar neste artigo o processo de ordenação social, resultante da interação entre os humanos e não-humanos, daremos ênfase aos efeitos relacionais produzidos e estabilizados por meio destas interações.

Entre os elementos que compõem a rede de práticas do combate, encontram-se substâncias capazes de alterar o funcionamento do organismo dos atletas, influindo em seu desempenho físico. Tais substâncias são objeto de repressão, entendidas como ameaça ao espírito esportivo, sendo seu uso denominado *doping*.

A palavra *doping* deriva do termo *dop*, oriundo do dialeto sul-africano Kaffir (Palácios, Nicot & Pancorbo, 1991). O termo *dop* era empregado para denominar um licor estimulante consumido pelos membros das tribos do sul da África, em suas cerimônias religiosas. Com o tempo, foi incorporada pela língua inglesa para identificar a mistura de ópios e narcóticos dada a cavalos em corridas (Palácios et al., 1991).

Posteriormente, o *doping* incorporou dois novos sentidos: o uso de substâncias ou métodos proibidos para melhorar o rendimento durante as competições esportivas em geral e as consequências deste uso. O desejo de vencer, ou de superar limites a qualquer custo, fez com que muitos recorressem a essas substâncias, o que gerou o aumento de medidas antidopagem em escala mundial (WADA, 2003, 2014, 2015).

Com isto, em 1967, foi criada a Comissão Médica do Comitê Olímpico Internacional (COI) e, em 1999, a *World Anti-Doping Agency* (WADA), que mesmo financeiramente recebendo contribuições do COI, possui gestão independente. A WADA tem o objetivo de criar e fomentar a cultura esportiva sem dopagem e, para isso, criou o Código Mundial *Antidoping* em 2004 e o atualizou em 2014, para efeito em 2015 (WADA, 2014). Entre suas atribuições, está ajudar Federações Esportivas Internacionais a realizarem testes de *doping*, assim como possui a tarefa de gerar uma lista com as substâncias que os atletas não podem utilizar.

Até janeiro de 2015 o UFC, principal liga de MMA do mundo, não seguia os princípios da WADA, optando pelas diretrizes da Comissão Atlética de Nevada (NSAC). A NSAC regulava na ocasião todos os eventos de combate desarmados dentro do estado de Nevada, incluindo o licenciamento e supervisão de promotores, pugilistas, kickboxers, lutadores de artes marciais mistas, entre outros.

Devido Nevada ser um centro de esportes de combate, a NSAC é considerada a comissão atlética mais importante dos Estados Unidos, sendo suas regras seguidas pela maioria das ligas de MMA, dentro e, por vezes, fora dos EUA. No entanto, após sucessivos casos de *doping*, de atletas considerados da elite do UFC (Wanderley Silva, Jon

Jones, Anderson Silva, Nick Dias, entre outros) em 18/02/2015 o UFC decidiu intensificar sua fiscalização e punição, seguindo também os princípios da WADA.

Até 2014, no Brasil, havia duas confederações esportivas que regulamentavam o MMA: (1) a Confederação Brasileira de MMA (CBMMA), surgida em 2011 e reguladora dos principais eventos do país, dentre eles o UFC, e (2) a Comissão Atlética Brasileira de MMA (CABMMA), que surgiu em 2013 e regulava principalmente o MMA Olímpico, dentre outros eventos nacionais.

Sobre o controle de *doping*, a CABMMA anunciou no início de 2015 a criação de uma coordenação de controle de dopagem suportada por Oficiais Controladores de Dopagem (*Doping Control Officers* – DCO), que tinham a intenção de seguir o Código Mundial Antidopagem da WADA.

De acordo com Elenor Kunz (1994), o problema do *doping* no esporte é quase tão antigo como o próprio esporte. O chamado uso de "meios auxiliares", notadamente de natureza química, para influenciar no rendimento esportivo, já era algo conhecido nas antigas olimpíadas gregas. Para a autora, os mais conhecidos e usados são os anabólicos esteroides, que provocam uma vantagem tão grande sobre os que não o usam que dificilmente um atleta, por mais talentoso e mais dedicado que seja, consegue superar aqueles indivíduos usuários desta substância.

Substâncias	Efeitos	Exemplos
Estimulantes	Agem no sistema nervoso, aumentando o estado de alerta, o tempo de reação a estímulos, a sensação de autoconfiança e a capacidade física.	Efedrina; anfetamina; mesocarb; bromantan; cocaína.
Agentes anabolizantes	Usados para aumento de crescimento, força e potência muscular. Também reduzem o tempo de recuperação do atleta entre as atividades físicas.	Propionato de drostanolona; estanozolol; metandrostenolona.
Betabloqueadores	Diminuem a frequência cardíaca e a pressão arterial. São usados em esportes que necessitam de precisão e concentração.	Atenolol; propanolol.
Narcóticos	Aliviam e retraem a sensação de dor e fadiga.	Morfina; metadona; fentanil.
Diuréticos	Usados por aqueles que têm que atingir determinado peso para entrar em uma categoria específica. Podem mascarar o uso de outras substâncias no exame *antidoping*.	Clortalidona; furosemida; metolazona; bumetanida.
Hormônios peptídeos e análogos	Estimulam o desenvolvimento de determinados tecidos e células, potencializando diversas funções orgânicas e atenuando a sensação de dor.	Gonadotrofina coriônica humana; hormônio do crescimento; hormônio adrenocorticotrófico; eritropoetina.

Tabela 1. Exemplos de substâncias proscritas pela WADA (2014)

A tabela 1 apresenta alguns tipos de substâncias proibidas, de acordo com a WADA (2014).

Estas substâncias são utilizadas frequentemente entre 3 a 6 meses antes do período de competição. Todavia, apesar do aparente consenso sobre a necessidade de se reprimir o uso de drogas no esporte, há um conjunto de pensadores que defende mudanças radicais no modo como é pensado o controle destas substâncias. Eles questionam os princípios sobre os quais se apoia a WADA, ao banir o *doping*.

A agência considera ilegal a substância que ofereça riscos à saúde do competidor e viole aquilo que denomina "espírito do esporte". Este espírito é definido como o conjunto de valores, tais quais: honestidade e justiça; dedicação e comprometimento; coragem; respeito pelas regras; trabalho em equipe; caráter e educação; respeito por si mesmo e pelos outros (WADA, 2009).

A WADA considera-o o coração de sua política *antidoping* e uma meta a ser buscada pelas competições, configurando a base da ética desportiva. Em decorrência deste espírito, o esporte representa mais que o domínio de uma técnica: ele é exemplo de virtude e modelo social (WADA, 2009).

O uso de melhoradores da performance, porém, não contradiz este espírito, dirão os críticos das diretrizes *antidoping* (Clayton, Foddy & Savulescu, 2004). Conforme apontam, o recurso a substâncias que permitem aos sujeitos alterarem seus corpos e capacidades físicas seria uma continuidade natural de outros comportamentos tradicionalmente aceitos: exercícios físicos, dietas e suplementação.

Nos esportes profissionais, estaria em jogo não apenas a demonstração do potencial biológico inato de cada atleta, mas a coragem, sabedoria e determinação do competidor em superar suas limitações. Para os autores, a manipulação biológica está na base do espírito humano, isto é, "sua capacidade de melhorar a si mesmo, por meio da razão e do julgamento" (Clayton et al., 2004, p. 667).

Megan Clayton et al. procuram refutar o argumento segundo o qual o *doping* produziria desigualdades e injustiça nas competições. Para eles, esportes são disputas inevitavelmente desiguais. São "loterias genéticas", dado que competidores possuem organismos com capacidades distintas, não passíveis de serem completamente niveladas pela divisão dos atletas em categorias, como peso, gênero e idade (Clayton et al., 2004, p. 667).

Ademais, as diferenças biológicas desses sujeitos são acentuadas pelos distintos treinamentos recebidos, em virtude de melhores academias, técnicos e programas nutricionais. Liberado o uso de substâncias modificadoras da performance, sairá vence-

dor "não a pessoa que nasceu com o melhor potencial genético", mas aquele "com a combinação do potencial genético, treinamento, mente e julgamento" (Clayton et al., 2004, p. 667).

Neste sentido, não haveria em princípio uma distinção essencial entre *doping* e treinamentos convencionais. O único critério que viria a distinguir entre formas aceitáveis ou não de intervenção sobre o corpo seriam os danos oferecidos à saúde. Uma vez desenvolvidos modos seguros de potencializar o desempenho, estes deveriam ser incorporados no repertório de técnicas disponíveis para a escolha do atleta (Clayton et al., 2004).

Vale ressaltar ainda que, ao definirmos critérios sobre quais riscos para saúde devem ser tolerados ou não, precisamos considerar o fato de os esportes de alto rendimento estenderem o corpo dos atletas ao limite. Estes esportes, por vezes, implicam em graves lesões e comprometimentos físicos, fazendo com que nos questionemos se de fato há uma associação necessária entre saúde e práticas desportivas.

Na contramão das opiniões expressas por Clayton et al., o Conselho Presidencial de Bioética norte-americano, em um relatório emitido em 2003, faz objeções às tentativas de liberação do *doping*. Ele procura mostrar ser enganosa a aparente indistinção entre *doping* e práticas tradicionais de treinamento, insistindo em uma diferença qualitativa entre fator humano e tecnologia.

Uma série de inovações tecnológicas foi incorporada ao esporte, sem que elas nos fizessem pensar que as competições são desleais. São inovações como melhores calçados para corrida, raquetes de tênis e bastões de golfe com nanotubos de carbono, bastões de *hockey* curvos, luvas de baseball maiores, melhores programas nutricionais e de exercícios. Para o Conselho Presidencial de Bioética, estes avanços técnicos atuariam indiretamente sobre o corpo e estariam sob o controle dos sujeitos que a eles se submetem. Por meio deles, os atletas se modificam mediante sua própria atividade e seus esforços autodirigidos (President's Council on Bioethics, 2003).

Em contrapartida, o Conselho acredita que a modificação biotecnológica do corpo – por meio de anabolizantes, estimulantes, ou mesmo terapias genéticas que visam à reconstrução direta dos músculos – ameaça violar o principio fundamental da prática esportiva: o fator humano.

Estas modificações seriam "menos inteligíveis, no sentido de serem menos conectadas à nossa própria atividade autoconsciente e esforço" (President's Council on Bioethics, 2003, p. 128). O desempenho e conquistas obtidos por estes meios seriam devidos, portanto, mais aos procedimentos técnicos que aos indivíduos que deles se valem.

Além da perda da autenticidade da performance, o *doping* ocasionaria outras consequências sociais negativas. Entre elas, está a possível escalada química decorrente da liberação de substâncias ilegais (President's Council on Bioethics, 2003). O medo de serem suplantados por adversários que recorrem a melhoradores do desempenho levaria os competidores a fazerem uso de drogas proscritas, incentivados por seus técnicos e patrocinadores.

Um caso histórico que ilustra esta questão é o da equipe feminina de natação da Alemanha Oriental que, após sair vitoriosa das Olimpíadas de 1976, processou o governo, acusando-o de forçar as atletas a usarem anabolizantes (Clayton et al., 2004). Porém, no atual contexto do esporte profissional, as fronteiras que separam vítimas e réus são mais difusas. Em um cenário em que as competições se tornaram negócios milionários e o uso de substâncias bastante difundido, pressões a favor do *doping* são multilaterais e nem sempre assumem um caráter coercitivo, confundindo-se com o próprio desejo e escolha do atleta em sair vitorioso (President's Council on Bioethics, 2003).

Sobre o modo de fazer esta pesquisa

Para pesquisar os fenômenos que emergiram neste estudo, foi necessário abrir nossa "caixa de ferramentas" (Latour, 2005/2012; Spink, Brigagão, Nascimento & Cordeiro, 2014), selecionando técnicas diversas para observar, registrar e refletir sobre os acontecimentos.

Neste trabalho, utilizamos como recurso metodológico, a análise de conversas no cotidiano, proposto por Mary Jane Spink (1999), e a praxiografia de Annemarie Mol (2002). Conforme metáfora de Bruno Latour (2005/2012, p. 213), operar no campo de pesquisa implica transformarmo-nos em "formigas míopes": vasculhando, questionando, interagindo e trabalhando intensamente.

As pesquisas científicas buscam esquivar-se das conversações no cotidiano, apoiadas em uma tradição cartesiana que acaba por enrijecer estes diálogos, controlá-los, negá-los ou até mesmo eliminá-los do exercício da ciência (Batista, Bernardes & Menegon, 2014, Spink, 1999). No entanto, analisar conversações permite reconhecer a diversidade de sujeitos que operam na construção do conhecimento, possibilitando uma articulação mais estreita entre saber e experiência.

Não é possível seguir, todo o tempo, os atores com gravadores e roteiros pré-determinados de entrevista. Ademais, o que é falado em uma entrevista produz ressonâncias distintas quando reproduzido fora do contexto da conversação. Isso autoriza

dizer que o conhecimento é uma construção ininterrupta e novas informações são comunicadas a cada momento que se revisita a entrevista realizada. O processo de conversação nem sempre é pacifico, formas de resistência podem emergir, repelindo a estrutura preparada inicialmente pelo entrevistador (Spink, 1999; Batista et al., 2014).

O método praxiográfico, elaborado por Annemarie Mol, auxiliou-nos em nossa análise das conversações. De acordo com a autora, este método consiste em atentar-se para as circunstâncias e práticas que "tornam as coisas visíveis, audíveis, tangíveis, perceptíveis" (Mol, 2002, p. 33). Isto significa determinar a rede de elementos e gestos que conferem realidade a certo acontecimento, permitindo que ele seja conhecido e vivenciado por um conjunto de indivíduos.

A praxiografia tem como fundamento filosófico a Teoria Ator-Rede, cujo principal proponente é Bruno Latour. Esta teoria adota em sua abordagem conceitos-chave, tais como rede, actante, ator, elementos humanos e não-humanos. Latour (2005/2012) compreende as relações entre ciência, sociedade e tecnologia em termos de conexões múltiplas e dinâmicas, as quais não possuem um centro, mas se espalham de forma capilarizada, formando uma rede sempre aberta a incorporar novas associações.

Estas associações podem ser entre atores humanos, mas também incluir elementos não-humanos, como máquinas, artefatos técnicos, medicamentos, para citar alguns exemplos. Na medida em que tais atores e elementos produzem efeitos de realidade, Latour (2005/2012) refere-se a eles pelo termo actantes, isto é, seres que atuam, criando efeitos sobre o mundo.

Apoiando-nos nestes referenciais metodológicos, escolhemos para nosso estudo o caso de dois atletas envolvidos com o uso de substâncias ilegais, intensificadoras do desempenho esportivo. Estes atores não foram eleitos por nós. Foram eles que nos escolheram ao contar suas histórias, medos, dúvidas e expectativas, enquanto estávamos no campo em pesquisa.

Daremos ao primeiro, o nome fictício de Miguel. Com a idade de 22 anos, e usuário de anabolizante, é profissional de MMA há menos de 1 ano. Vivia em uma comunidade periférica de São Paulo e sempre tinha dificuldades para conseguir ir aos treinamentos, pois frequentemente estava sem dinheiro para o transporte e para sua alimentação. No momento do uso da substância, Miguel havia descoberto que sua namorada estava grávida. Afirma jamais ter consumido qualquer substância ilegal antes, consumo para o qual dizia também não possuir dinheiro.

Atribuiremos ao segundo atleta o nome de Thiago. Com 29 anos, era profissional experiente de MMA, tendo sido recentemente contratado para uma importante liga de

MMA. Thiago era casado, possuía uma filha de 2 anos, apartamento e carro próprios. Usufruía de situação financeira e social estáveis, mas temia perder um combate e ser demitido da liga de MMA. Este temor para ele justificava-se, pois, conforme dizia, "já não era jovem e não podia perder essa oportunidade". Havia usado, por várias vezes, substâncias ilegais ao se preparar para uma luta, mas estava tentando, a cerca de 2 anos, "manter-se sem elas, pois temia muito os efeitos colaterais". Segue, portanto, a discussão dos referidos casos.

Quando a escolha entra em combate

Em um cenário permeado por ideais de força, domínio de si, masculinidade, superação e resistência, característico do MMA, não surpreende que valores como poder de escolha individual e autonomia sejam exaltados e perseguidos. Mas no contexto dos modernos esportes de combate, o que significa ser autônomo e capaz de escolher?

A problematização da escolha do lutador, pelo uso de substâncias ilegais (*doping*), apoia-se nos estudos de Annemarie Mol (2008). Em pesquisa conduzida sobre a relação de pacientes com o tratamento de diabetes, Mol salientou dois modos de os indivíduos lidarem com sua doença. De um lado, ela identifica a lógica do cuidado, entendida como práticas que levam em consideração as necessidades dos pacientes, oferecendo a eles uma atenção individualizada. De outro lado, há a lógica da escolha, definida como práticas que visam, sobretudo, atender as necessidades do mercado, compreendendo o paciente como um consumidor, dotado de direitos.

Guardadas as diferenças entre os contextos da pesquisa de Mol e deste estudo, buscamos analisar o *doping* a partir da lógica da escolha, elucidando os fatores que motivam o consumo de substâncias pelos lutadores. Trata-se de investigar, a partir de conversações, a multiplicidade de actantes da rede que permeia o MMA, na qual encontram-se elementos humanos e não-humanos.

O caso de Miguel

Miguel estava diante de uma luta importante. Tais lutas não são facilmente agendadas. Há uma demanda significativa de lutadores procurando por combates e, ainda que o MMA tenha obtido destaque nos últimos anos, os eventos sofrem de dificuldades frequentes para oferecer oportunidades a todos os atletas.

Somando-se a isto, o combate de Miguel seria televisionado, transformando-se em alvo de patrocinadores, e suscitando nele a esperança de conseguir comprar o enxoval do primeiro filho que estava a caminho. Um combate sabidamente perigoso, posto que

a derrota em sua modalidade poderia significar não apenas lesões importantes, mas tanto a possibilidade de não mais ser convocado para lutas futuras, quanto a exclusão definitiva da academia em que treina. Uma derrota entra para o currículo do lutador, em seu *Sherdog* e, portanto, nunca é esquecida.

Neste momento, entra em jogo um poderoso actante para assegurar a vitória: as substâncias ilegais. Tomar ou não tomar, questiona-se o lutador.

> Miguel: Eu não quero tomar. Eu sei que é uma luta importante e eu não posso perder, mas eu não quero tomar. Sabe, posso confessar uma coisa? Eu morro de medo de tomar injeção... Mas o mestre me falou que, se eu não tomar, eu não tenho chance... Eu sei, sou magro, não tenho musculatura, mas será que vai adiantar tomar essa "parada" aí se eu não me alimentar direito? Porque eu treino 8 horas todos os dias e não me alimento direito, né? Não tenho dinheiro para comer na rua e às vezes não dá tempo de fazer a marmita. Eu não sei o que faço... Não quero tomar, mas não posso perder. O pior de tudo isso é que o mestre falou que sou "menininha", porque eu tenho medo de tomar, daí agora todo mundo está dando risada de mim (Miguel, entrevista pessoal, 10 de janeiro de 2014).

A fala de Miguel nos aponta para a contradição entre a vulnerabilidade (medo de usar o anabolizante e de tomar injeção) e o lugar de invulnerabilidade destinado aos homens nesse cenário (todo mundo dando risada do lutador porque ele não queria tomar).

A exacerbação da virilidade, força e poder tem caracterizado os esportes de combate, posicionando-os como esportes masculinos (Bourdieu, 1984/2003, pp. 136-153; Brito & Paula, 2013). Compartilhando desta percepção, Adriano Nascimento et al. (2011), ao estudar a virilidade e competição em duas tradicionais revistas de artes marciais, Tatame e Grace Jiu-jitsu, concluiu que ambas as publicações servem para a construção e a manutenção de representações sociais de lutadores ideais, ancoradas em referências tradicionais do masculino, segundo as quais ser melhor lutador é também ser melhor homem.

A equivalência efetuada entre homens e invulnerabilidade, parece ter levado Miguel a se adequar a um determinado ideal de masculinidade, que desconsidera sua insegurança e ambivalências, vinculando o "vencer" e o "perder" a uma força ou fraqueza de ordem individual. Deste modo, não se contesta a lógica esportiva que naturaliza o consumo de substâncias proibidas, ainda que elas sejam condenadas por diretrizes desportivas.

Outro aspecto presente na fala do lutador evidencia a cruel realidade vivenciada por um atleta para manter-se em sua modalidade esportiva. Sem alimentação básica necessária, treinando por oito horas diárias e tendo na vitória de curto prazo, a única possibilidade de continuar em sua profissão. Aqui Miguel se posiciona de modo contestatório: "faz sentido usar um anabolizante, mas não se alimentar corretamente?".

Após uma semana, quando voltamos à academia de MMA, notamos que o lutador não havia ido treinar. Perguntamos sobre ele para outros atletas e ouvimos apenas que teria tomado algumas medicações e não estava passando bem. Entramos em contato pelas redes sociais com o atleta, mas não conseguimos retorno naquela semana. Após dez dias, ele entrou em contato:

> Miguel: O fulano (nome do mestre do lutador) não te contou? Eu quase perdi minha perna! Ele me aplicou uma injeção que era para me dar força, só que necrosou o líquido, porque não circulou, ficou parado. Daí fiquei com muita febre, meu lado esquerdo ficou totalmente parado por 4 dias. Daí fui ao médico e fui operado às pressas, porque se eu demorasse mais dois dias iria perder a minha perna. Não vou poder lutar! Não sei quando vou poder voltar a treinar. (Miguel, entrevista pessoal, 25 de janeiro de 2014).
>
> Entrevistadora: Mas como foi isso? Você havia falado que não queria usar. (Entrevistadora, 25 de janeiro de 2014).
>
> Miguel: E eu tenho escolha? Se eu não tomasse, eu iria perder, porque o "cara" (adversário) era bem mais forte do que eu. Mas eu também nem tive chance de escapar. Quando cheguei à academia estava lá o mestre com a injeção e já foi falando para eu parar de "viadagem" e deixar que ele aplicasse logo. (Miguel, entrevista pessoal, 25 de janeiro de 2014).

O mestre a que Miguel se refere é seu professor de MMA, especialista na arte marcial tailandesa Muay Thai (que combina chutes, cotoveladas e socos). Pela gravidade do relato, contatamos o mestre de Miguel para entender o que havia ocorrido.

> Mestre: É, ele não vai lutar mais. Eu apliquei uma parada nele para ver se ele ganhava algum peso e um pouco mais de força e disposição para treinar e acho que deu uma reação e ficou meio ruim. Vomitou, teve febre e teve que ficar internado. Eu acho que ele ficou mesmo com medo da injeção. Vê se pode... Um negão daquele tamanho e com medo da injeção! Com certeza foi isso que fez com que desse problema na aplicação da injeção. (31 de janeiro de 2014).

Miguel nos aponta para as consequências do uso de uma substância sem prescrição, sem controle médico e sem uma aplicação adequada. Em seu relato novamente há

um endosso quanto à virilidade do atleta que toma a injeção de anabolizante e a "viadagem" de quem a teme. Não sobra espaço para a contestação. O adversário é mais forte e é necessário ficar como ele para que se tenha a possibilidade de lutar em condições igualitárias.

Vale dizer que o estímulo do mestre ao uso de anabolizantes ia além da possibilidade de vitória de Miguel. Para ele o que estava em jogo era a reputação de ser um "mestre de vencedores" e, no curto espaço de tempo, o dinheiro que receberia caso o atleta saísse vitorioso (a premiação financeira de Miguel seria dividida com ele).

Ao ser questionado sobre o que aconteceu com Miguel, o Mestre pareceu naturalizar o uso sem qualquer controle do anabolizante, acreditando que daria mais força e disposição e parecendo desconsiderar as questões socioeconômicas do lutador, como a falta de alimentação adequada.

No mais, está implicada no discurso do Mestre a dimensão ético-racial de sua relação com o atleta: "um negão daquele tamanho" não deve temer. Neste sentido, a força e o tamanho dos negros seriam incompatíveis com o medo de uma "simples injeção", medo responsável pelo líquido não ter circulado devidamente. Se efeitos indesejáveis ocorreram, trata-se de culpabilizar o atleta, seja por sua compleição física, sua ambivalência ou sua dificuldade em dizer "não" ao mestre, colocando em risco sua própria perna.

Desta forma, o relato nos permite problematizar a questão da escolha pelo *doping*. Em que medida o atleta de fato opta por usar a substância, ou é pressionado pela rede de atores e elementos que o circunda? Miguel evidencia que o ato de escolher possui motivações que ultrapassam o sujeito e colocam em xeque o ideal de autonomia individual.

O caso de Thiago

Quando o conhecemos, Thiago estava prestes a ter uma luta importante. Caso vencesse, poderia ser admitido em uma liga de MMA de destaque, realizando o seu sonho de ser reconhecido como um profissional de "elite", como ele mesmo gostava de dizer. Thiago era um atleta classificado como "peso-pesado", o que significa ter mais de 100 kg. Sua altura, força e vitalidade causaram impacto à primeira vista. Despertava respeito e receio. No entanto, este estereótipo foi derrubado assim que fizemos o contato inicial, sendo gentil, educado e cortês em todas as interações.

Thiago era também um lutador experiente. Já havia lutado em diversas ligas nacionais e internacionais. Havia usado muitas substâncias consideradas proibidas, quase

sempre compradas no mercado ilegal. Tinha uma filha de 2 anos e, desde então, evitava tomar qualquer tipo de anabolizante, pois temia adoecer no futuro. Como agora ele estava pleiteando lutar na principal liga de MMA, temia também ser pego nos testes *antidoping*.

> Thiago: eu não quero tomar mais nada. Já tomei muita coisa, mas ouvi dizer que isso aí dá câncer, né? Sei lá... Melhor não abusar. (Thiago, entrevista pessoal, 25 de maio de 2014).

Observamos parte significativa da preparação de Thiago para uma luta, que incluía treinamentos técnicos, condicionamento físico, atendimentos com profissionais de saúde (nutricionista, fisioterapeuta e psicólogo) e diferentes interações com a mídia. Thiago sempre nos contava sobre seus medos, ansiedades e dilemas com a equipe.

> Thiago: O problema é que cada um fala uma coisa. Se eu seguir 100% o que o professor de Boxe fala, eu não faço o que o professor de Jiu-Jitsu pede. Se eu fizer o que o fisioterapeuta pede, eu não faço o que o preparador físico manda. Ás vezes, temos que seguir a nossa cabeça mesmo. Você acredita que uma vez meus professores brigaram quando eu ganhei uma luta? Porque um achava que eu tinha que ganhar de um jeito e outro achava que eu tinha que ganhar de outro. Mas não é a mesma coisa? Daí eu faço mesmo o que é melhor para mim. (Thiago, entrevista pessoal, 25 de maio de 2014).

A experiência de Thiago o faz contestar as múltiplas tecnologias de gestão de um atleta de alto rendimento e os desafios por elas suscitados. Michel Foucault (2006/2008), em suas análises sobre a biopolítica, mostra como a emergência do neoliberalismo conduz à transposição da lógica econômica para as diversas as esferas da vida privada.

A relação dos sujeitos com seus corpos e condutas passa a ser pensada a partir de categorias e racionalidades próprias à gestão de capital e à administração empresarial. Tal relação submete-se um cálculo que procura extrair dos corpos e dos comportamentos, sua máxima eficiência e performance. Uma "generalização da forma econômica", a qual opera enquanto "princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais" (Foucault, 2006/2008, p. 334).

Os indivíduos são então representados socialmente como empresas, unidades produtivas cujo desempenho deve ser potencializado, em uma relação de concorrência permanente com seus pares. O atleta é tomado como capital humano, o qual se espera que seja competitivo e supere, incessantemente, seus próprios limites e de seus adversários.

Sem utilizar qualquer tipo de substância ilegal, Thiago ganhou seu combate e seu contrato com a liga de MMA. Após 3 meses, recebe convite para lutar por esta liga, em uma categoria de peso chamada "meio-pesado" (+83.9kg e -92.9kg). A partir deste momento, o gerenciamento de seu peso passou a fazer parte de seu cotidiano, já que, no momento do convite, Thiago estava com cerca de 120 kg.

> Thiago: Estou feliz pra caramba! É a principal luta da minha carreira! O problema agora será controlar o peso. Porque não vou emagrecer muito. Vou desidratar cerca de 10 kg na semana do combate e recuperar antes da luta. (Thiago, entrevista pessoal, 25 de maio de 2014).

No MMA, é comum os atletas combinarem a redução de massa corporal com a desidratação (perda de líquidos do corpo), para que possam se enquadrar em uma determinada categoria de peso, normalmente abaixo do seu peso habitual. Há uma intensificação dessa combinação na semana que antecede o combate, onde se diminui o consumo de carboidratos, como pães e bolachas, sem diminuir a intensidade dos treinamentos.

Pode-se também treinar com capas de chuva, blusas pesadas e calças de frio, ou embrulhado em plásticos. Há o uso de diuréticos, assim como a ingestão de água destilada, para tentar reduzir os sais no sangue. É comum também a desidratação do corpo em saunas ou banheiras quentes, sem ingerir nenhum líquido no período. A desidratação tem sido descrita pela literatura com um dos momentos mais agressivos para o corpo do atleta e que pode colocar sua vida em risco (American College of Sports Medicine, 1999; Franchini, Brito & Artioli, 2012; Pahl, Vaziri, Akbarpour, Afrasiabi & Friis, 1988).

Tudo isso para que, no momento da "pesagem", os árbitros chequem se os lutadores estão de acordo com a categoria em disputa. Caso não estejam, os atletas veem-se diante de três alternativas: ganharem mais algumas horas para perder o peso, não receberem o valor combinado por sua luta ou serem proibidos de lutar. Após a pesagem, os atletas tentam recuperar parte do que perderam, voltando a ingerir líquidos, carboidratos em grandes quantidades e, por vezes, recebendo aplicação de soro intravenoso.

Thiago tinha 3 meses para perder 20 quilos, deixando 10 quilos para a semana do combate, durante o processo de desidratação. Os dias passavam e o peso continuava inalterado e, com ele, a angústia de Thiago.

> Thiago: Não estou conseguindo baixar meu peso. Eu falo para o treinador que estou fazendo tudo certinho. Tudo o que me mandam, mas eles não acreditam em mim, pensam que estou comendo como um louco, mas não veem o quanto eu treino e o quanto me privo de comer. Mas eu tenho certeza que a

> partir da semana que vem às coisas vão começar a mudar. Vou começar a emagrecer com certeza. (Thiago, entrevista pessoal, 8 de junho de 2014).

Na semana seguinte, fomos novamente conversar com o Thiago, mas antes que isso fosse possível, tivemos um contato inesperado com um dos seus patrocinadores.

> Patrocinador: Eu falo para ele que ele tem que ser determinado! E ele não está sendo. Colocou na cabeça que não consegue e daí não baixa mesmo o peso. Deve também estar abusando. Fala para ele, por favor, que é a cabeça que manda em tudo? (Patrocinador, entrevista pessoal, 8 de junho de 2014).

> Thiago: Não é assim! Eu estou tentando, estou tentando! O que quer que eu faça? Fique em jejum absoluto? Daí eu vou emagrecer mesmo, quando estiver morto. (Thiago, entrevista pessoal, 8 de junho de 2014).

Quando ficamos sozinhos, Thiago falou sobre sua angústia, frustração e medo de não conseguir baixar seu peso. Estava também indignado com o patrocinador, que gerenciava sua vida e acreditava "tudo saber". Após duas semanas, um mês antes de sua luta, encontramos novamente com o atleta.

> Thiago: Estou baixando o peso. Estou bem mais aliviado agora! (Thiago, entrevista pessoal, 8 de junho de 2014).

> Entrevistadora: Que bom! Como você está conseguindo? (Entrevistadora, entrevista pessoal, 8 de junho de 2014).

> Thiago: Então, eu passei em um nutricionista "top" que me receitou umas "paradas" que estão dando certo. (Thiago, entrevista pessoal, 8 de junho de 2014).

> Entrevistadora: Você sabe que pode ser pego nos exames *antidoping*, não é? (Entrevistadora, entrevista pessoal, 8 de junho de 2014).

> Thiago: Não tem risco! O nutricionista sabe como burlar isso. Já me deu remédio que vai camuflar isso, se acontecer. (Thiago, entrevista pessoal, 8 de junho de 2014).

> Entrevistadora: E você sabe que isso pode fazer mal para sua saúde, não é? (Entrevistadora, entrevista pessoal, 8 de junho de 2014).

> Thiago: Ah, tá vendo? Cada um fala uma coisa. Ele é um nutricionista bem caro, ele é que trouxe as paradas. Preciso confiar nele. Ele deve saber esse lance aí. Ele é um nutricionista caro. (Thiago, entrevista pessoal, 8 de junho de 2014).

Precisa-se confiar que o profissional sabe, aliás, ele é caro e deve ser bom. Ponto final. O risco do adoecimento é deixado de lado, aliás, a ilusão do corpo forte e do emagrecimento, se contrapõe à "distante" doença. Atende-se a reivindicação do patrocinador. Atende-se a necessidade de peso cobrada pela liga de MMA. E mais uma vez não se escolhe, se deixa ser escolhido.

Considerações finais

Anabolizantes, injeções, necroses, *rankings*, balanças e pesos. Elementos não-humanos que têm agência e se articulam a agentes humanos: patrocinador, mestre, lutador, nutricionista, preparadores físicos. Associados, estes objetos criam realidades, atuam e são atuados em rede. Estas conexões múltiplas e difusas possibilitam compreender a conduta do atleta, reconhecendo nele um sujeito que não age sozinho, mas conjuntamente a outros elementos.

A complexidade desta rede coloca em xeque o estatuto da escolha como fruto de decisão autônoma e centrada no indivíduo. Diferentemente do ideal de sujeito que realiza o cálculo racional entre várias opções disponíveis, os atletas atuaram e foram atuados, motivados por desejos individuais, assim como pela pressão do contexto social em que estavam inseridos.

Todavia, ainda que o desfecho dos dois casos apresentados tenha sido o consumo de substâncias ilegais, os atletas resistiram, expuseram seus medos e tentaram subverter a lógica de consumo instituída. Houve questionamento dos lutadores sobre o uso destas substâncias e suas consequências para a saúde.

A participação em uma competição de MMA é a possibilidade de sustento para atletas, treinadores e outros profissionais. Assim, pressões são exercidas sobre eles para demonstrarem rendimentos que satisfaçam o público, a liga de MMA, os patrocinadores e a academia na qual estão vinculados. As substâncias ilegais, que os auxiliariam, oferecendo a possibilidade de vencer, suportar as dores, a exaustão e a diminuição rápida do peso, apresentam forte apelo aos envolvidos na prática esportiva.

Antes vilãs, elas passam a ser percebidas como aliadas e, neste momento, o lutador precisa colaborar. Precisa ser dócil e não questionar o que está tomando e seus efeitos colaterais. No entanto, ao final do espetáculo, grande parte destes *actantes* sai de cena, deixando ao atleta a responsabilidade individual pela escolha de consumir a substância. Uma escolha feita, nos dois casos apresentados, em troca da esperança de obter "sucesso na carreira", ainda que em detrimento da saúde e da reputação.

Referências

American College of Sports Medicine (1999). Redução de peso em lutadores. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, *5*(1), 77–80. http://dx.doi.org/10.1590/S1517-86921999000200008

Batista, Neiza Cristina Santos; Bernardes, Jefferson & Menegon, Vera Sônia Mincoff (2014). Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In Spink, Mary Jane; Brigagão, Jaqueline; Nascimento, Vanda & Cordeiro, Mariana (Eds.), *A produção de informação na pesquisa social*: *compartilhando ferramentas* (pp. 97-122). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Bourdieu, Pierre (1984/2003). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

Brito, Gabriel Ferreira & Paula, Josías Vicente (2013). A masculinidade e a ideologia: a socialização masculina. *Revista OPSIS*, *13*(2), 173-188. http://dx.doi.org/10.5216/o.v13i2.23404

Clayton, Megan; Foddy, Bennett & Savulescu, Julian (2004). Why we should allow performance enhancing drugs in sport. *British Journal of Sports Medicine*, *38*(6), 666-670. http://dx.doi.org/10.1136/bjsm.2003.005249

Correia, Walter Roberto & Franchini, Emerson (2010). Produção acadêmica em lutas, artes marciais e esportes de combate. *Motriz*, *16*(1), 1–9. https://doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n1p01

Foucault, Michel (2006/2008). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Franchini, Emerson; Brito, Ciro José & Artioli, Guilherme Giannini (2012). Weight loss in combat sports: physiological, psychological and performance effects. *Journal of the international society of sports nutrition*, *9*(1), 1-6. https://doi.org/10.1186/1550-2783-9-52

Franchini, Emerson & Vecchio, Fabrício Boscolo Del (2012). Estudos em modalidades esportivas de combate: estado da arte. *Revista Brasileira de Educação Física e do Esporte*, *25*, 67-81.

Kunz, Eleanor (1994). As dimensões inumanas do esporte de rendimento. *Movimento*, *1*(1), 10-19. Recuperado de http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2004/837

Latour, Bruno (2005/2012). *Reagregando o social*: *uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba.

Mol, Annemarie (2002). *The body multiple*: *ontology in medical practice*. Londres: Duke University Press.

Mol, Annemarie (2008). *The logic of care*: *health and the problem of patient choice*. New York: Routledge.

Nascimento, Adriano Roberto Afonso; Veloso, Flávia Gotelip Corrêa; D'Almeida, Ana Carolina Costa; Miranda, Christianne Câmara Lopes; Fernandes, Jessyca & Nunes, Katiuscia Caminhas (2011). Virilidade e competição: masculinidades em perfis de lutadores das Revistas Tatame e Gracie magazines. *Memorandum*, *21*(1), 195–207. Recuperado de http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/revista/wp-content/uploads/2012/03/nascvealmifenu01.pdf

Pahl, Michael; Vaziri, David; Akbarpour, Mohsen; Afrasiabi, Arian & Friis, Peter (1988). Effect of rapid weight loss with supplemented fasting on serum electrolytes, lipids and blood pressure. *Journal of the national medical association*, *80*(7), 803–809. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32892013000100018

Paiva, Leandro (2015). *Olhar clínico nas lutas, artes marciais e modalidades de combate*. Rio de Janeiro: OMP.

Palacios, Solis; Nicot, Balón & Pancorbo, Sandoval (1991). *Doping y dopaje en el deporte*: *un guía actual para médicos y entrenadores*. La Habana: Ciencias Médicas.

President's Council on Bioethics (2003). *Beyond therapy*: *biotechnology and the pursuit of happiness*. New York: Public Affairs.

Spink, Mary Jane Spink (1999). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*: *aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.

Spink, Mary Jane Paris; Brigagão, Jaqueline; Nascimento, Vanda & Cordeiro, Mariana Prioli (2014). *A produção de informação na pesquisa social*: *compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Vinicius, Marcos (2012). *Políticos ganham popularidade trabalhando pelo MMA*. Recuperado de http://www.mmabrazucas.com.br/index.php/2012/02/21/forca-do-mma-motivou-deputados-a-elaborar-leis-em-prol-do-esporte/

Wells, Garrison (2012). *Mixed martial arts*: *ultimate fighting combinations*. Minneapolis: Lerner Publications Company.

World Anti-Doping Agency, WADA (2003). *Copenhagen declaration of anti-doping in sport*. Montreal: Autor.

World Anti-Doping Agency, WADA (2009). *World anti-doping code*. Montreal: Autor.

World Anti-Doping Agency, WADA (2014). *World anti-doping code*: *the 2015 prohibited list international standard*. Montreal: Autor.

World Anti-Doping Agency, WADA (2015). *World anti-doping code*: *important facts and highlights from WADA's athlete guide*. Montreal: Autor.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Em busca do silêncio e da infâmia nas drogas: percursos de experiência, escrita e pesquisa

In serch of silence and infamy in drugs: courses of experience, writing and research

Pedro Augusto Papini; Jaqueline Tittoni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul; pedroaugustopapini@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 11-08-2015

Aceptado: 19-01-2017

Palavras-chave

Drogas
Narrativas
Educação

Resumo

Este trabalho mostra um percurso em dois espaços de educação permanente em drogas: as experiências nos projetos Caminhos do Cuidado e Rede Multicêntrica narrado na forma de uma pesquisa acadêmica. Aqui procuramos desenhar estes espaços no fio da experiência do pesquisar, onde a experiência de escrita pode produzir e reconstruir as questões de um campo de experimentações. Campo este, de dispersão e de narrativa, mas que se apresenta com alguns pressupostos de busca: como a busca pelos silêncios nos discursos que falam intensamente sobre drogas. Partiremos de uma introdução que indica alguns equipamentos que compõe a produção do pesquisar, a saber, a escrita, a leitura e a análise de um percurso na forma de produção de narrativas. Tais estratégias nos alçarão a pensar os discursos que pululam em discrição quando se diz de usuários de drogas e das estratégias que orientam as políticas públicas neste campo.

Keywords

Drugs
Narrative
Education

Abstract

This work shows a journey in two drugs lifelong education spaces: the experiences in the Caminhos do Cuidado's and Rede Multicênttrica's projects narrated in a academic way research. Here we look to draw these spaces in the knife-edge of the researcher's experience where the writing expierence may produce and rebuild the poits of an experimentation field. Field of dispersion and narrative but with some assumptions of this search: like the search for a silence in drugs theme. We will leave for an introduction that indicate about a gear that composes the research production; that gear are the writing, the reading and the analysis in the research process in the shape of narrative production. These strategies will make we think about the discourses that swarms in discretion when we talk about drugs and drugs users and about the strategies that guide the public policies in this field.

Papini, Pedro Augusto & Tittoni, Jaqueline (2017). Em busca do silêncio e da infâmia nas drogas: percursos de experiência, escrita e pesquisa. *Athenea Digital*, *17*(1), 43-56. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1688

Introdução

A pesquisa acadêmica é um percurso, tanto quanto um resultado; ela é um instrumento para problematizar, tanto quanto mais tornar possível o conhecer. Ao compartilharmos uma perspectiva crítica que inscreve o pesquisar em processos de experimentações e problematizações implicados com os movimentos da vida e suas descontinuidades, a narração de um processo de pesquisa compõe, também, este percurso. Em uma perspectiva que toma o conhecimento como construção que, para além de firmar os alicerces que lhe dão sustentação, busca novas formas e novas aberturas, o narrar um processo percorre, ele mesmo um percurso particular a ser tematizado. Neste texto, buscamos mostrar uma narrativa que se ensaia à luz da produção foucaltiana sobre a

vida dos homens infames, fato que se revela, aqui, tal qual se mostrou no próprio percurso do pesquisar, a saber, no final. Buscamos mostrar um percurso, entre tantos, que se construiu orientado pela curiosidade de ouvir os silêncios que habitam a tagarelice dos discursos sobre as drogas e, especificamente, sobre drogas e saúde mental, que é o campo de experimentações que se delineiam nesta pesquisa.

Inspirados em Michel Foucault (1984/2013), entendemos o pesquisar relacionado com o descaminho daquele que conhece; este interlocutor nos dá sustentação quando imaginamos que a imersão em fluxos de experimentação, como em um campo de pesquisa, tem como propriedade mudar aquele que entra no fluxo. O exercício da narrativa da pesquisa, neste caso, implica em estar disposto a sucumbir ao problema que o levara até ali, para, então, modificá-lo e transformá-lo no próprio processo de escrita. Dizer que se vai narrar o processo de pesquisa pode, também, ser cair em armadilhas transcendentais ou individualizantes; portanto, antes de propriamente narrar, há que se falar em como, de que modo, com que pressupostos.

Para pensar tais questões, queremos olhar brevemente sobre o que poderíamos chamar de uma ascese da pesquisa, como nos mostram Jéssica Prudente e Jaqueline Tittoni (1984/2014), a partir de estudos foucaultianos. As autoras nos apresentam uma leitura dos estudos de Michel Foucault sobre a ascese como exercício ético e a *paraskeué* como equipamento deste exercício, traçando possíveis relações destes elementos teóricos com as estratégias metodológicas no processo do pesquisar. Tomando a ética como problematização da liberdade (Foucault, 1984/2014), o exercício ético da pesquisa consiste em interrogar, provocar e tensionar as relações de poder e as condições de sujeição na busca dos espaços de criação, de produção de diferenças e de reflexões possíveis no campo de pesquisa (Prudente & Tittoni, 2014). Como interrogar, provocar e tensionar, perguntam as autoras, para, em seguida, responder: por uma série de exercícios onde a escrita e a leitura são dois deles.

As autoras afirmam que a escrita é um dos elementos dessa ascese do sujeito-pesquisador-escritor, da constituição dessa relação de si para consigo, tão cara a Michel Foucault nos últimos cursos do College de France. Mas qual é a tática, qual é o instrumento desta ascese? Podemos pensar que a *paraskeué* está para a *ascese*, assim como a metodologia está para a experiência da pesquisa. A *paraskeué* é uma das táticas da *ascese* ou uma de suas estratégias. Assim, podemos entender a metodologia como uma *paraskeué* ou um equipamento. A *paraskeué* que Foucault (2001/2011) nos traz, é a preparação ao mesmo tempo aberta e finalizada do indivíduo para os acontecimentos da vida. Foucault nos mostra a *parasskeué* como o exercício do atleta do acontecimento.

"Trata-se pois, na ascese, de encontrar uma preparação, uma *paraskeué* capaz de ajustar-se ao que se possa produzir, e a isso somente, no momento exato em que se produzir, caso venha a produzir-se" (Foucault, 2001/2011, p. 286)

Neste trabalho falaremos da experiência em dois locais que formam uma geografia da nossa busca, traduzida na dissertação de mestrado "Fragmentos de um cálice: drogas e narrativas", defendida junto ao programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estes dois espaços são o projeto "Caminhos do Cuidado" e a "Rede Multicentrica". Um relato de pesquisa é sempre polifônico e pode-se ouvir, muitas vozes nas entrelinhas que habitam as restrições impossíveis da escrita. Neste caso, em especifico, propusemos ouvir os silêncios e a busca foi, na maioria das vezes, por recursos de escuta e de visibilidade. As cidades, os lugares, as histórias contadas nas rodas de conversa são material que torna capaz dizer de um certo silenciamento, pois ao metaforizar uma certa infâmia, nos permitem acessar o que se enuncia silenciosamente como um segredo contido nas palavras e nas figuras que podem indicar. A relação com as drogas como um segredo que se enuncia infâmia mostra-se, então para ser, a partir disso, uma outra coisa. Esta exposição distingue uma, entre as várias vozes desta pesquisa acadêmica, a saber, aquela que pode mostrar como os elementos para compor uma narrativa foram sendo escolhidos e colocados em destaque para dizer, neste caso, das relações de continuidade e de ruptura nos discursos que sustentam as linhas que ligam as drogas e a saúde mental. Estes elementos foram sendo destacados das histórias vividas no processo do pesquisar, envolvendo relatos de situações vivenciadas em processos de educação permanente com trabalhadoras e trabalhadores da saúde, bem como foram sendo definidos e elaborados a partir das experiências que ligavam pesquisadores e os processos de pesquisa.

Por fim, cabe, ainda, apresentar de modo sucinto uma *paraskeué* a que nos propomos: a prática da leitura de Marcel Proust e sua obra *Em Busca do Tempo Perdido*. A imersão em tal obra literária como parte de um exercício de ascese não é aleatória, já que importantes interlocutores desta pesquisa escreveram seus ensaios sobre ela, como Walter Benjamin, Maurice Blanchot e Gilles Deleuze. Este último dedicou um livro à obra de Proust, e inicia o seu trabalho falando justamente sobre o termo "busca" do título; ele diz que a "busca" não é simplesmente um esforço de recordação. A busca, diz Deleuze, é o relato de um aprendizado (Deleuze, 1964/2010). Não queremos de forma alguma discutir as inúmeras leituras que se tem da obra de Proust, mas é importante frisar que neste trabalho ela faz parte de uma tática. Podemos pensar que *Em Busca do Tempo Perdido* funciona como uma *paraskeuê*, dita assim por nós, pois é um livro que conta a história de um texto (Motta, 2013). E, ainda, quase que simplesmente com a reprodução de seu título já podemos pinçar a questão da pesquisa, *a busca*. A La *Recher-*

che Du Temps Perdu poderia ser traduzida pela "pesquisa do tempo perdido". Portanto, sobre esta obra literária destacamos esses três elementos que se sobrepõe nesta tática da narrativa da pesquisa: a "busca", o relato de uma aprendizagem e a história de um texto.

Poderíamos tomar assim um modo de pensar a pesquisa: um percurso, um percurso de uma busca em encontrar algo. E, adendo a isto, Maurice Blanchot (1969/2010) nos ensina algo muito importante na palavra encontrar.

> Lembro-me de que a primeira significação da palavra encontrar não é de forma alguma encontrar, no sentido do resultado prático ou científico. Encontrar é tornear, dar a volta, rodear. Encontrar um canto é tornear o movimento melódico, fazê-lo girar. Aqui não existe nenhuma ideia de finalidade, ainda menos de parada. Encontrar é quase exatamente a mesma palavra que buscar, que diz 'dar a volta em'. (1969/2010, p. 63)

Uma última nota introdutória sobre a escrita. Como Michel Foucault é um interlocutor importante, olhemos para o que ele nos diz em uma entrevista em que ele faz um raro relato biográfico e fala sobre a escrita (Artières, 2004). Foucault revela que seu estilo vinha de uma antiga herança do bisturi: "Talvez, no fim das contas: será que não traço na brancura do papel aqueles mesmos signos agressivos que meu pai traçava outrora sobre os corpos quando ele operava? Eu transformei o bisturi em caneta" (Foucault, 2011/2016, pp. 43-44). Foucault com sua escrita percorria e incidia o corpo do outro.

Turbulência e maniçoba: a experiência no projeto Caminhos do Cuidado e na Rede Multicêntrica

Estamos em um avião indo para casa. Boa e velha casa. Existe um tipo de turbulência da qual as pessoas dizem que o avião "pegou um vácuo". É um fenômeno causado por correntes de ar dentro de nuvens ou grandes diferenças de pressão, acontece uma momentânea perda de sustentação e o avião perde altura como um elevador que desce muito rápido. Viajar de avião é um luxo, viajei a primeira vez há poucos anos; com o projeto Caminhos do Cuidado as viagens passaram a ser frequentes e, como muitos, já nem me lembro mais quantas vezes utilizei desse veículo que intervém na virtualidade das distâncias. Pegar um vácuo é sentir uma fugaz certeza de que o avião vai cair e que vamos todos morrer incapazes de fazer qualquer coisa.

Neste dia que peguei um vácuo no ar, estava voltando da linda cidade de Belém para Porto Alegre. Chamou-me a atenção que em Belém, ao mapa no extremo oposto

de Porto Alegre (onde resido), fosse possível depararmo-nos com os mesmos escritos que violam os muros da capital gaúcha: "polícia fascista", "passe livre", "foda-se a copa".

Em Belém, deixei de comer maniçoba, um prato típico local. A maniçoba, dizem, é algo como uma feijoada indígena que, ao invés dos comuns grãos escuros do feijão, sua feitoria é a base de folhas de mandioca. Não ter experimentado a maniçoba me deixa com duas saudades: uma refere-se ao fato de que, diferente das pichações, não encontro esse alimento em Porto Alegre; o outro fator consiste na poesia de seu preparo. A folha de mandioca é cozida durante sete dias ininterruptos, é um paciencioso procedimento para que seja neutralizado o seu veneno.

Tive a sorte de combinar viagens com trabalho e com pesquisa. Em dado momento, minha função no projeto Caminhos do Cuidado era estar junto a profissionais de nível superior do Sistema Único de Saúde - SUS - para estes tornarem-se tutores de um curso voltado para agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes e técnicos de enfermagem (Atenfs) de Estraégias de Saúde da Família nas suas cidades de origem. O principal objetivo do projeto era formar a totalidade dos ACSs e boa parte dos Atenfs do país na discussão sobre drogas e saúde mental. Para isso, era preciso que uma equipe centrada, inicialmente, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, se estendesse pelo território nacional durante os anos de 2013 e 2014 para preparar os tutores para darem aula ao público final.

Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Curitiba, Goiânia, Belém, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Vitória, Fortaleza, Porto Velho, Boa Vista e São Luiz são cidades, nesta ordem, que já visitei com os propósitos do projeto Caminhos do Cuidado. Falando desse modo das cidades, já denoto certa serialidade a que me sinto exposto; refém da memória e incapaz de abraçar todas as belezas e todas as singularidades, agora lembro delas assim, em lista.

O projeto Caminhos do Cuidado teve por objetivo principal, a formação da totalidade de agentes comunitários de saúde e parte dos técnicos de enfermagem do Sistema único de Saúde para trabalhar com drogas e saúde mental. Foi uma ação de governo federal que envolveu eixos de um programa sobre drogas mais amplo: o Crack é Possível Vencer (Brasil, 2011), que continha três eixos: cuidado, educação e autoridade. Uma direção frequente da cartilha que explica o programa é a integração entre entidades para lidar com o problema (juntos contra um inimigo comum!). O projeto Caminhos do Cuidado foi financiado seguindo a lógica da integração dos eixos Cuidado e Educação.

Algo muito importante nos cursos, tanto para tutores como para os agentes e técnicos de saúde, se colocava no sentido de deslocar preconceitos quanto ao cuidado de

pessoas que usam drogas, já que as discussões sobre drogas são permeadas fortemente por dizeres reducionistas. No nosso contato com os profissionais da saúde, se colocava evidente este discurso comum que vemos de modo problemático nas mídias de grande circulação. Assim, como a procurar o novo referenciado no velho ou procurando o novo baseado no velho, tínhamos esse *a priori* de que o tema era polêmico e, por vezes, dramático e carregado de práticas fascistas. Contudo, belas histórias nos surpreenderam tanto quanto as funestas. E de funesto, podemos lembrar de uma roda de conversa, onde uma profissional de uma pequena cidade do interior, narrou sobre um jovem usuário de crack que foi, junto com outros pacientes de um Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas - CAPS AD, a um evento do tipo seminário chamado "como vencer as drogas"; durante o evento, o rapaz parecia meio agitado - narrou a colega - e, provavelmente, ele "tinha usado naquele dia". Quando as autoridades iniciaram a fala de abertura (secretarias da saúde, segurança, educação e prefeito), o jovem agitado irrompeu do silêncio da plateia e gritou: "ESTOU COM FOME"; imediatamente, como se já tivessem apostos e o grito do rapaz soasse como "AGORA!", um grupo de policiais avançou sobre o jovem, imobilizando-o e, em seguida, arrastou-o até a viatura. A mesma, sem mais explicações, saiu e se perdeu na distância dos olhos envergonhados das pessoas que ali ficaram.

De belo, podemos lembrar de uma moça cega participando do curso para tutor que contou a sua história de cegueira tardia e disse da experiência de modificar um olhar; ao fim, pegou um violão e tocou uma música.

Experimentarmos nos perder entre os caminhos do belo e do funesto e tentar vaguear ao alto as dicotomias que restringem tanto o pensamento nas discussões sobre drogas (Torossian & Papini, 2013) é um intento desta escrita e deste projeto. A experiência do deslocar-se, neste caso, entre dicotomias, pode mostrar-se um instrumento ético capaz de novos traçados, curioso de novas aventuras e inquieto de sua própria experimentação.

Um curioso procura curiosidades. Curiosidade, imaginemos, é uma espécie de vontade - diferente da realização final de um desejo. Então, nos é permitido pensar, se um curioso procura curiosidade, ele procura uma vontade; porém, procurar já pressupõe uma vontade: a vontade de achar. Então, a partir dessa breve reflexão podemos pensar que curiosidade é uma vontade de vontade; coisa parecida com a insônia (que é vontade de vontade de dormir).

Devaneios a parte, a curiosidade dava vontade de ver detalhes únicos em todas as cidades. Ocorre, porém, que um dia, em Curitiba, confessei para uma colega algo que incomodava minha curiosidade. Um pouco embaraçado, disse a ela que havia algo

inesperado nas cidades que andávamos visitando: elas eram, de certo modo, iguais. A minha colega (que estava em sua primeira viagem com o projeto), também ansiosa por singularidades, discordou e deu a entender que eu não estava me esforçando direito e que eu era pouco criativo. É claro que eu estava me esforçando.... Mais tarde esqueci-me desse episódio. Agora, porém, posso lembrar que sim as singularidades estavam lá; só que não as encontrei, obviamente, onde eu estava procurando. Afinal, nos parece que um curioso só se sacia quando encontra algo de fora, da borda exterior ao que a imaginação pôde suportar; um curioso nunca acha nada, porque quando acha, esqueceu-se que estava procurando.

Dessas memórias, opto por registrar que havia uma friagem nas cidades, friagem que as *continuidades* suscitavam neste pesquisar. Há um filme dirigido por Anna Luiza Azevedo (2009) que se chama "Antes que o mundo acabe"; neste, um fotógrafo está envolvido em um projeto cujo nome é homólogo ao do filme: "Antes que o mundo acabe"; ele viaja pelos continentes do planeta catando os últimos registros de civilizações que nunca tiveram contato com a história da cultura global hegemônica. A ideia do projeto no filme é fazer esses registros antes que seja impossível.

A continuidade vem logo antes (é uma irmã mais velha) da generalização. E as cidades visíveis a que me referia à minha colega, aqui, são importantes para esboçarmos a problemática da continuidade. E é precisamente na cidade de Curitiba, no ônibus que nos levava do local dos cursos até o hotel, que as ideias da pesquisa começaram a virar texto. Preocupado com os acontecimentos que o tema das drogas fazia emergir no projeto Caminhos do Cuidado, falei para os amigos: "o que há é um silêncio na área das drogas, é proibido falar!"; o que um astuto e experiente colega respondeu "ao contrário, se pode falar sim das drogas, e se fala até demais! O que há é uma tagarelice".

Aeroporto, táxi, hotel. Isso esteve necessariamente presente em todas as cidades. Desses três elementos, ouso destacar um deles: o hotel. Diferente dos táxis e dos aeroportos, os hotéis, lugares de estadia e não de passagem, são os que, dos três, encontro lembranças bem mais palpáveis. E não digo isso pelo fator (talvez crucial) de que as formações aconteceram nos mesmos hotéis em que estávamos hospedados.

Em Minas Gerais, em um curso de tutores, ficamos em um hotel antigo e grande no centro da cidade de Belo Horizonte. Havia lindas tapeçarias enfeitando longas paredes que desembocavam em escadas. Tinha um teatro com capacidade para mais de quinhentas pessoas. Tudo muito velho, nos espaços para realização de eventos - muitas salas com carpete vermelho, as majestosas tapeçarias sempre nas paredes enquadradas em vidro; algumas salas possuíam lustres bonitos e desnecessários; inúteis cortinas contornavam as bordas das janelas de salas onde não entra o sol. Havia enfeites e

decorações que chamavam outra época; parecia o ambiente aristocrático de um filme dos anos 30 (ou de uma era proustiana). Quanto a esse ambiente todo, descobri que ali, naquelas salas em que faríamos uma capacitação sobre drogas para profissionais da saúde, em áureos anos passados, ocorreram as efusões de um grande cassino que o hotel abrigara.

E nesse hotel em que os vícios trocavam suas máscaras em um baile do tempo, após uma oficina, escutamos a história de Fernanda. Fernanda era uma enfermeira de uma Estratégia de Saúde da Família que expôs em um debate um sentimento; ela temia ser negligente. Contou que se estivesse fazendo seu trabalho na unidade de saúde e chegasse uma pessoa que está, segundo avaliação dela, nitidamente se matando devido ao uso de alguma droga, ela, como profissional, se não dissesse para essa pessoa parar de fazer uso, estaria sendo negligente. Como educadores achamos essa uma ótima questão, em especial porque fazia parte de um anseio. Pedimos para que Fernanda contasse mais.

Acontece que Fernanda atende no posto a Dona Terezinha. As duas encontram-se há dois anos quase toda a semana. A Dona Terezinha, na verdade, também é conhecida como Professora Terezinha. Fernanda disse que o que a perturbava enquanto profissional de saúde era que a Dona Terezinha bebia mais de um litro de cachaça por dia. Todos os dias. Nos fins de semana, começava na sexta-feira à noite e só parava no domingo; o fim de semana era diferente dos dias "úteis" porque Dona Terezinha trabalhava como professora em uma escola local. Fernanda procurava entender de que maneira a professora Terezinha conseguia beber mais de um litro de cachaça em uma noite e, pela manhã, estar em plena disposição para ir ao trabalho – todos os dias, não faltava nunca.

Fernanda solicitava ao grupo da oficina uma "explicação física" para o que acontecia com a sua paciente. Lembrou do problema clássico da mistura de fármacos (quando um combina com outro e sua interação se torna fatal); a presença insistente do álcool poderia interagir com outra eventual substância de ordem médica, ocorrendo em envenenamento. Esta problemática soma-se a outra especulação: a de que toda pessoa que consome álcool compulsivamente, quando parar, sofrerá de graves sintomas de abstinência, podendo vir a óbito em função da ausência abrupta da coisa. Pois bem, este último quesito somado com o primeiro é um ponto que, em especial para Fernanda, coloca sempre o bêbado, drástico, sorrindo inutilmente para a morte.

Contudo, com a Dona Terezinha, acontecia uma coisa incrível: se ela precisasse, por dica médica, tomar algum outro *phármakon* de má interação com o álcool, ela simplesmente parava de beber durante os dias necessários. E era para isso que Fernanda

solicitava uma "explicação física", para a ausência dos famigerados sintomas de abstinência.

A rotina básica e resumida de Dona Terezinha era ir à escola o dia inteiro; à noitinha, passar no bar, comprar a sua cachaça e ir para casa; depois, beber e desabar para no dia seguinte começar de novo. Isso em todos os dias do ano, com uma exceção, porém. Durante os 40 dias da quaresma, Dona Terezinha não colocava sequer uma gota de álcool na boca.

Me pergunto, lembrando da maniçoba, quanto (ou como) é preciso escrever para se extrair o veneno das palavras? As palavras escritas carregam em si remédio e veneno: Jaques Derrida (1972/1991) chama isso de phármakon. Na escritura, o remédio e o veneno são inseparáveis: em realidade, é diferente da maniçoba – o tempo não está a favor da escritura porque ela só é presente. O Phármakon é um filosofema que refere aquilo que contem em si a vida e a morte, o remédio e o veneno.

Derrida (1972/1991) diz que as traduções para a palavra grega *phármakon* vão acabar escamoteando um sentido originário. Para os gregos a que o autor se refere, o termo carrega imiscuído tanto o valor do remédio quanto do veneno. Perigo e salvação na mesma palavra. Em alguns contextos, o apelo do remédio pode ser mais claro, mas o veneno nunca deixará de estar ali, compondo a substância. E o autor nos mostra em uma reflexão sobre um texto de Platão, como a ideia do phármakon se associa à escrita.

Escritura, maniçoba, álcool. Novamente, um triunvirato de continuidades nesta história. Referências importantes aqui pois dizem daquilo que interage de modo, por vezes, ambíguo com os sujeitos dessa experiência (seja o escritxr, o pesquisadxr ou o usuárix de drogas). Mas nos remontemos ao aeroporto, ao táxi e voltemos ao hotel de Belo Horizonte. Lembrar da maniçoba é válido: sublinhar as continuidades é importante neste trabalho. Para Fernanda, parecia haver uma ausência de continuidade na história em relação a Dona Terezinha, uma lacuna "física" que fazia a enfermeira sentir-se impotente e afastada frente à situação.

É curioso que essa displicência que Fernanda imaginava não se refletiu em uma memória que, ao fim do debate, como um último lembrete importante, ela contou. Certo dia, em um domingo, ela recebera uma ligação: era uma das filhas da Dona Terezinha. Dona Terezinha começara a beber cachaça na sexta-feira e, segundo a filha, não dava sinal de quem ia parar e parecia até que estava revirando os olhos. (Fernanda disse para o grupo que a escutava na roda de conversa que nunca dava o seu número pessoal para as pessoas que ela atendia, este caso era uma exceção). A filha de Dona Terezinha perguntou para Fernanda se elas tinham que internar a mãe; Fernanda respon-

deu que aquilo era uma decisão da família, mas que levassem em conta que, quando a Dona Terezinha melhorasse e percebesse que ela estava no hospital e não na escola, ela ia ficar brava. Dona Terezinha não foi internada: no dia seguinte, acordou e foi trabalhar – à noite, estava tomando cachaça de novo.

Fernanda tinha uma vontade de falar, de dizer algo a Dona Terezinha; e, do modo como ela contava, o que acontecia fora da ordem do prescrever estava longe da nobreza de uma ação de cuidado e de sensibilidade. E aqui, em Minas Gerais, lembramos de Curitiba, naquele ônibus em que começamos a pensar sobre a tagarelice e o silêncio nas drogas; e, em Belo Horizonte: o silêncio incômodo de Fernanda.

Negligência lembra "o ato de não fazer", de omitir-se; talvez o silêncio seja uma forma de omissão da palavra. Mas, nos ensina Maurice Blanchot (1969/2010), em um diálogo é justamente essa omissão da palavra de um que proporciona a palavra do outro, o câmbio de interlocutor. Por isso então esta inversão em Curitiba: o que eu disse com "nas drogas não se pode falar" aqui se transmuta em "nas drogas não se pode ficar em silêncio"; lembrando de Fernanda, a quietude pode até ser confundida com negligência profissional. Esse medo de não estar presente parece forçar o diálogo a constituir-se em uma falange continua, monológica, indo a *uma* direção e vindo de *um* lugar – deixando pouco espaço para fragmentar-se no plural da interlocução.

O silêncio também carrega suas ambiguidades. Como o caso de um outro relato cuja conversa trata sobre a existência dos ininvestíveis em um hospital de Porto Alegre, pois podemos achar que os ininvestíveis habitam uma geada do silêncio. É notável, contudo, que o silêncio frente aos ininvestíveis não é narrado como negligência profissional, mas sim como um triste fado.

Em Porto Alegre participo de um coletivo de educação permanente em drogas chamado Rede Multicêntrica. A Rede Multicêntrica proporciona cursos onde se pode debater o tema das drogas, da redução de danos e das políticas públicas. E também, em Porto Alegre, de modo parecido com o Caminhos do Cuidado, posso estar em contato com esses debates de trabalhadores sobre o tema das drogas. Foi em um curso da Rede Multicêntrica que um grupo de profissionais de um hospital local disse dos pacientes "que não se investe mais".

O ininvestível carrega um desmerecimento e uma presença – um imbricamento do biopoder (Foucault, 1976/2011). Este personagem está frente a um atendimento de saúde, está ali, com o corpo sondado em uma instituição que faz circular a palavra de que nele não se investe, de que a ele se é indiferente, de que nele não há força que se queira mais pôr. O fazer morrer e o deixar viver se confundem. O ininvestível é aquele sujeito que está em tal grau de degradação e que já foi tentado de tudo para que ele

saísse deste estado; e que é preciso, por força e como que por esgotamento de opções, digamos, deixar morrer. E, mesmo assim, ele está ali, *sendo desinvestido* no hospital, o lugar de excelência para se fazer viver. Um imbricamento do biopoder: forçado a viver, deixado para morrer.

O ininvestível não é negligenciado, ele não é esquecido e o hospital ocupa-se dele. O discurso "daqueles que não se investe mais" é encontrado em um umbral onde as palavras são sempre as mesmas, onde seus atos contados são previsíveis e incontroláveis – indignos de investimento. O ininvestível está alocado em um silêncio que não pede movimento, em uma espécie de "já dito" que não dá necessidade de dizer mais; participa de uma fala que quando vê a abertura do estranho e do novo, se cala.

Esta reflexão sobre o ininvestível deve ser levada em consideração não apenas para agregarmos complexidade ao que chamamos de silêncio, mas, também, para caracterizar esse espaço da Rede Multicêntrica, onde também se conta e se problematiza muitas histórias sobre drogas.

A Rede Multicêntrica e o Caminhos do Cuidado expuseram este pesquisar a uma ampla e variada rede de lugares e de pessoas conversando sobre o tema das drogas. Não quaisquer pessoas, sim trabalhadores de algum equipamento das redes de políticas públicas. Mesmo com essa última constante, o que ocorre é uma verdadeira dispersão, uma desconcentração, uma diáspora de histórias, um alongamento da experiência. E esse alongamento é importante parra a narrativa. Para Walter Benjamin (2012), essa distância vai ser uma característica do narrador; o narrador contém o longínquo, é um viajante, um constante forasteiro - ou é uma pessoa muito velha, que leva o mistério da experiência nos seus anos vividos.

O que catar? (a invenção sobre o arquivo)

Foucault (2012) discute sobre o que ele escolherá chamar de vida dos homens infames. Neste texto, A vida dos homens infames, Foucault descreve um arquivo com o qual ele escolheu se ocupar. O quê em tais ou quais registros fez com que se quisesse olhar para eles. Registros que se caracterizam por ter surgido depois de dois séculos de silêncio. Vidas ínfimas que se tornaram cinzas nas poucas palavras que as abateram, diz Foucault (2012, p. 202). No meio dos documentos e notificações, esse autor diz ter procurado personagens obscuros que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro.

As histórias do Caminhos do Cuidado e da Rede Multicêntrica são cheias de personagens destinados a passar sem deixar rastros. Rastro é o signo de uma ausência. Apaguem os rastros! Nos aturde o poema de Bertold Brecht (1956/2000).

Foucault diz, da vida dos homens infames, que a raridade e não a prolixidade faz com que real e ficção possam ser equivalentes. Fragmentos de pura existência verbal, mas "fragmentos de discurso carregando os fragmentos de uma realidade da qual fazem parte" (Foucault, 2012, pp. 202-203). O fragmento não como a parte de um todo, mas contendo o todo. "Relatos que não mais existem senão através das poucas palavras terríveis que eram destinadas a torná-los indignos para sempre da memória dos homens" (Foucault, 2012, pp. 201-202).

Inspirados nesse movimento de investigação foucaultiana, pensamos em dizer o que nos atraiu para essa ou aquela história. Foucault fala de um embaraço e de uma certa poesia que fez brilhar alguma coisa ou outra. Em dado momento do texto, o autor lista algumas "regras simples" que ele diz ter se imposto:

- Que se tratasse de personagens tendo existido realmente
- que essas existências tivessem sido, ao mesmo tempo, obscuras e desventuradas;
- que fossem contadas em algumas páginas, ou melhor, algumas frases, tão breves quanto possível;
- que esses relatos não constituíssem simplesmente histórias estranhas ou patéticas, mas que de uma maneira tivessem feito parte realmente da história minúscula dessas existências, de sua desgraça, de sua raiva ou de sua incerta loucura;
- e que do choque dessas palavras e dessas vidas nascesse para nós, ainda, um certo efeito misto de beleza e de terror (Foucault, 2012, pp. 201-202).

Obviamente, não faz sentido para nós simplesmente importarmos essas regras que esse importante interlocutor escolheu. Trata-se aqui, nitidamente, de um outro contexto, mas há vetores comuns. Essas regras, Foucault diz ter se imposto com o intuito de "reencontrar alguma coisa como essas existências-relâmpago, como esses poemas-vida" (Foucault, 2012, p. 202).

Por isso, a importância de nos ocuparmos em narrar as experiências com a Rede Multicêntrica e com Caminhos do Cuidado. Aqui, vindo desses lugares, dos hotéis, dos táxis, das viagens, chamou-nos à vigília histórias que também nos servem para pensar em existências obscuras e desventuradas; também que são breves; que carregam uma incerta loucura (se dando nas extravagâncias com as drogas); e que disso, em fragmen-

tos, pudessem vir sensações um tanto díspares. Colocando um problema em perspectivas que se entrelaçam as políticas públicas, o *phármakon*, os acontecimentos ínfimos e o jogo com o silêncio.

E que o encontro com essas histórias tenha sido algo como uma turbulência; essa queda repentina, essa impotência perante a máquina da qual dependemos até que estejamos no solo. Mas da qual dependemos o voo inteiro, e isso nos pasma apenas quando achamos brevemente que o avião vai cair.

Referências

Azevedo, Ana Luiza (diretora); Toamsi, Luciana & Goulart, Nora (produtoras) (2009) *Antes que o mundo acabe*. Brasil: Casa de Cinema Porto Alegre.

Artières, Philippe (2004). Dizer a atualidade: o trabalho de diagnóstico de Michel Foucault. Em Fédéric Gros (Org.), *Foucault: a coragem da verdade* (pp. 15-37). São Paulo: Parábola.

Benjamin, Walter (2012). *Obras escolhidas, volume 1.* São Paulo: Brasiliense.

Blanchot, Maurice (1969/2010) *A conversa infinita I: a palavra plural.* São Paulo: Escuta.

Brasil, Governo Federal (2011). *Crack é possível vencer.* Recuperado de: http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/docs_oficiais/1_D_2013_Crack%20_possivel_vencer_estrategia_completa.pdf

Brecht, Bertold (1956/2000). *Poemas: 1913 - 1956.* São Paulo: Editora 34.

Deleuze, Gilles (1964/2010). *Proust e os signos.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Derrida, Jacques (1972/1991). *A farmácia de platão.* São Paulo: Iluminuras.

Foucault, Michel (2011/2016). *O belo perigo: conversa com Claude Bonnefoy.* Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Foucault, Michel (1976/2011). *A história da sexualidade I: a vontade de saber.* São Paulo: Graal.

Foucault, Michel (2001/2011). *A hermenêutica do sujeito.* São Paulo: WMF Martins Fontes.

Foucault, Michel (2012). A vida dos homens infames. Em Manoel Barros da Mota (Org.), *Ditos & Escritos IV: Estratégia Poder-Saber* (pp. 199-217). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, Michel (1984/2013). *A história da sexualidade II: o uso dos prazeres.* São Paulo: Graal.

Foucault, Michel (1984/2014). A ética do cuidado de si como prática de liberdade. Em Manoel Barros da Mota (Org.), *Ditos & Escritos V: Ética , Sexualidade, Política* (pp. 257-280). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Motta, Leda Tenório (2013). A história de um texto. Em Marcel Proust (Org), *O tempo redescoberto* (pp. 454-460). São Paulo: Globo.

Prudente, Jéssica & Tittoni, Jaqueline (2014). A pesquisa intervenção como exercício -petico e a metodologia como paraskeué. *Revista Fractal, 26*(1), pp 17-28. http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922014000100003

Torossian, Sandra Djambolackdjian & Papini, Pedro Augusto (2013). As drogas e suas políticas: usos, excessos e reduções. Em Lilian Rodrigues da Cruz, Luciana Rodrigues & Neuza M. F. Guareschi (Orgs.), *Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social* (pp. 190-200). Santa Cruz do Sul: Udunisc.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Transformaciones históricas de la cirugía estética como dispositivo de normalización. El caso de la rinoplastia

Historical transformations of aesthetic surgery as a normalization apparatus. The case of rhinoplasty

Marcelo Córdoba

Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad (CIECS-CONICET)
marcedcordoba@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 16-09-2015

Aceptado: 10-09-2016

Palabras clave
Cirugía estética
Rinoplastia
Normalización
Passing quirúrgico

Resumen

En el presente artículo desarrollo una interpretación histórica de la cirugía estética como tecnología normalizadora de la apariencia corporal. El argumento que despliego sostiene que la cirugía estética, en cuanto dispositivo de normalización, funcionó con arreglo a una racionalidad homogeneizadora hasta mediados del siglo pasado, para sobrellevar desde la segunda postguerra un proceso de reconfiguración que llegaría a consolidarse en la actualidad como un régimen de carácter individualizador. Ilustro este argumento a partir de una consideración del sentido y el valor cultural cambiante que en este período recibió la experiencia de la rinoplastia. El método empleado es el análisis comparativo de dos textos producidos en condiciones históricas diversas: por un lado, *Transformation and Identity. The Face and Plastic Surgery* (1974), de la antropóloga estadounidense Frances Cooke Macgregor; por otro, *Hacerse. El viaje de una mujer en busca de la cirugía perfecta* (2010), de la periodista argentina Daniela Pasik.

Keywords
Aesthetic Surgery
Rhinoplasty
Normalization
Surgical Passing

Abstract

In this article I develop a historical interpretation of aesthetic surgery as a normalizing technology of body appearance. The argument I present holds that the normalization apparatus of aesthetic surgery operated according to a homogenizing rationality until the middle of the past century, undergoing since the second postwar a reconfiguration process which nowadays established it as an individualizing regime. I illustrate this argument by considering the changing cultural meaning and value that the experience of rhinoplasty received along this period. The method I employ is the comparative analysis of two texts produced in different historical conditions: first, *Transformation and Identity. The Face and Plastic Surgery* (1974), by the American anthropologist Frances Cooke Macgregor; secondly, *Hacerse. El viaje de una mujer en busca de la cirugía perfecta* (2010), by the Argentine journalist Daniela Pasik.

Córdoba, Marcelo (2017). Transformaciones históricas de la cirugía estética como dispositivo de normalización. El caso de la rinoplastia. *Athenea Digital*, *17*(1), 57-78. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1714

Introducción

La especialidad quirúrgica comúnmente conocida como "cirugía estética" designa a una práctica médica particular: su realización comporta intervenir quirúrgicamente sobre un cuerpo funcionalmente sano. Refiere a procedimientos realizados por profesionales médicos, cuyo propósito declarado, con todo, no es otro que el *embellecimiento* del paciente; por definición son, por tanto, procedimientos de carácter *electivo.* Por su parte, las aspiraciones del cirujano plástico —en cuanto profesional médico— trascienden las milenarias constricciones hipocráticas, proyectándose idealmente en la

consumación arquetípica del hombre renacentista. Tal como la ha caracterizado la Sociedad Internacional de Cirugía Plástica Estética (ISAPS, por sus siglas en inglés), sus procedimientos suponen el despliegue de una refinada "combinación de arte y ciencia".

La etiqueta formal "cirugía plástica" fue acuñada por el cirujano francés Jean Pierre Desault (1738-1795) —expresión derivada del término griego *plastikós,* esto es, una sustancia susceptible de ser moldeada o reformada— para describir aquellos procedimientos que buscan reparar deformidades y corregir déficits funcionales. Pero el nombre sólo se volvió de uso común —junto con el sufijo *-plastia* para calificar a los procedimientos implicados— a partir de la publicación en 1818 de la monografía *Rhinoplastik,* del cirujano alemán Carl Ferdinand von Graefe (1787-1840) (Gilman, 2001). En los orígenes, la rinoplastia fue, en efecto, la cirugía estética por antonomasia.

En el presente artículo desarrollo una interpretación histórica de esta particular práctica médica, enfocando mi interés sobre la transformación de su modo de funcionamiento como tecnología normalizadora de la apariencia corporal. El argumento que despliego sostiene que la cirugía estética, en cuanto dispositivo de normalización, funcionó con arreglo a una racionalidad homogeneizadora hasta mediados del siglo pasado, para sobrellevar desde la segunda postguerra un proceso de reconfiguración que llegaría a consolidarse en la actualidad como un régimen de carácter individualizador. Ilustraré este argumento a partir de un análisis del sentido y el valor cultural cambiante que en este período adquirió la experiencia de la rinoplastia, procedimiento que se desligó de su matriz racial constitutiva —en cuyo marco se le había asignado originariamente el propósito de suprimir una diferencia corporal estigmatizadora— y asumiría plenamente el actual ideal individualizante que busca optimizar la nariz conforme a las proporciones singulares de cada caso particular.

Analizando las transformaciones históricas en el sentido y el valor de la rinoplastia, entablo además una polémica con la influyente interpretación de la cirugía estética elaborada por el historiador Sander Gilman (1998; 2001), cuyas proposiciones fundamentales —a las que caracterizo como la tesis del *passing* quirúrgico— presento y evalúo críticamente. En particular, critico la persistencia de un determinado sesgo racial —en detrimento de la importancia que la dimensión del género ha adquirido como eje estructurante de la práctica—, a raíz de lo cual esta interpretación resultaría incapaz de dar debida cuenta de la relativa obsolescencia histórica de la racionalidad homogeneizadora, y la consecuente emergencia del régimen individualizador que regula el funcionamiento del dispositivo en el presente. Contrariamente a lo que Gilman propone, la motivación básica de la cirugía estética hoy ya no sería *suprimir* una diferencia corporal estigmatizadora para volver al cuerpo "(in)visible", sino *interpretar* esa diferencia para optimizar el cuerpo en cuanto encarnación sensible de la identidad individual

"auténtica". Conforme a semejante retórica de la autenticidad, la intervención quirúrgica, lejos de pretender "enmascarar" el cuerpo para permitir al sujeto "pasar" inadvertido dentro de la categoría social dominante, buscaría adecuar el *parecer* exterior con el *ser* interior del sujeto, haciendo así manifiesta su identidad "verdadera". En este artículo describo tal articulación discursiva —responsable de estructurar la racionalidad de la práctica en el presente— como la "narrativa ontológica".

A efectos de justificar mi argumento, despliego un análisis comparativo del modo en que se interpreta la experiencia de la rinoplastia en dos textos producidos en condiciones históricas diversas, pero aunados dialógicamente por tratar un mismo tema, la práctica de la cirugía estética. En primera instancia, un texto académico, publicado a mediados de la década del setenta, pero gestado desde los años de postguerra: *Transformation and Identity. The Face and Plastic Surgery* (1974), de la antropóloga estadounidense Frances Cooke Macgregor. A continuación, un texto periodístico, publicado contemporáneamente: *Hacerse. El viaje de una mujer en busca de la cirugía perfecta* (2010), de la periodista argentina Daniela Pasik. Así pues, a través de esta comparación ilustro la transformación histórica en el modo de funcionamiento del dispositivo, desde una tecnología que buscaba eliminar el estigma racial conformando la apariencia del cuerpo a una norma común, hasta una tecnología de género que busca optimizar el cuerpo femenino en cuanto expresión auto-afirmativa de la individualidad de una mujer autónoma y responsable.

La constitución de la cirugía estética como dispositivo de normalización

Si bien el procedimiento que aquí convocará mi interés —la rinoplastia— tuvo sus orígenes modernos en el siglo XIX, la especialidad recibiría su impulso inicial sólo a partir de la Primera Guerra Mundial. Ahora bien, los cirujanos plásticos que forjaron tanto sus competencias quirúrgicas como su autoconciencia profesional en los hospitales militares —así como quienes por ellos fueron formados— concibieron sus prácticas civiles como una extensión de esa prestigiosa y honorable empresa bélica. A comienzos del siglo XX, la creencia autorizada seguía siendo que el propósito de la medicina siempre debía ser curar, nunca meramente embellecer. Cirujanos que habían presenciado los horrores del campo de batalla, como los estadounidenses Vilray Papin Blair (1871-1955) y John Staige Davis (1872-1946) —ambos figuras centrales de esta etapa histórica en la formación de la especialidad— sostenían la convicción de que lo que ya por entonces se conocía en inglés como "cirugía cosmética" iba en contra de los principios fundamentales de la profesión médica.

En 1916, Davis publicó en la *Revista de la Asociación Médica Americana* (*JAMA*, por sus siglas en inglés) uno de los primeros alegatos en favor del reconocimiento de la labor del cirujano plástico como una especialidad médica por derecho propio. El artículo (titulado *Plastic and Reconstructive Surgery*) postulaba lo que a su entender constituían los tres objetivos principales de dicha labor: a saber, el alivio del dolor y la deformidad, el restablecimiento de la funcionalidad "y, por último, pero no menos importante, la capacidad para ganarse la vida" (citado en Haiken, 1997, p. 38, traducción propia). La gravedad de las lesiones faciales sufridas en los combates de trincheras era causa de que a menudo los veteranos de la Gran Guerra no estuvieran en condiciones de conseguir un empleo remunerado. El problema estético, por tanto, se revelaba social y económicamente incapacitante, y la operación que procuraría resolverlo, un tratamiento médico justificable.

Pero en el planteo del cirujano Davis también puede advertirse una muestra de que, ya desde sus inicios, la especialidad se reconoció como una respuesta a problemas de índole tanto médica como cultural. Los procesos de transformación sociocultural de entreguerras perfilaron su trayectoria histórica inmediata. La emergencia y consolidación, en los Estados Unidos, de un mercado de consumo de masas —motorizado por la expansión de una nueva cultura de la imagen basada en el dominio excluyente de los medios visuales— pusieron en jaque las actitudes y creencias tradicionales asociadas a la moral victoriana del "carácter". En su lugar sobrevino el nuevo imperativo de cultivar una "personalidad" socialmente atractiva. En este contexto, los problemas estéticos mundanos —ya no sólo los consecuentes de la conflagración bélica— adquirían verdadera gravedad en la conciencia de los pacientes, y una nueva dignidad a ojos de los cirujanos. De este modo, asimismo, las mujeres comenzaron a convertirse en las principales demandantes de sus servicios.

De manera concomitante a estas transformaciones, la cultura estadounidense de entreguerras fue escenario del advenimiento de otro de los factores que han contribuido centralmente a delinear el sentido contemporáneo de la cirugía estética. El auge popular de los saberes englobados en las denominadas disciplinas "psi" suministró un encuadre discursivo en cuyo marco esta especialidad quirúrgica lograría validar definitivamente sus pretensiones de práctica médica legítima. Un papel destacado, a este respecto, fue el que desempeñó la teoría del "complejo de inferioridad" de Alfred Adler. La accesibilidad de sus planteos permitió que el trabajo de Adler (desprovisto además del profundo arraigo sexual, y de la sombría visión de la naturaleza humana que volvían a la teoría de su antiguo maestro, Sigmund Freud, refractaria a un público masivo) fuera erigido en una suerte de *vulgata* psicológica por parte del discurso mediático.

Así pues, la curación del "complejo de inferioridad" devino el propósito que verosímilmente definiría la racionalidad médica de la cirugía estética. Fue el propio Adler el que se ocupó de refrendar el nexo entre su concepción psicológica y esta práctica quirúrgica. En 1936, escribió un entusiasta texto introductorio al libro *New Faces, New Futures: Rebuilding Character with Plastic Surgery* (*Nuevas caras, nuevos futuros: reconstruyendo el carácter con la cirugía plástica*), del controvertido cirujano neoyorquino Maxwell Maltz (1899-1975). Adler describía llanamente, en este contexto, la situación problemática de marras:

> En la medida en que vivimos en un grupo y somos juzgados por el grupo, y en que este grupo objeta cualquier desviación respecto de la apariencia normal, una deformidad facial puede tener un efecto muy deletéreo en el comportamiento (citado en Haiken, 1997, p. 116, traducción propia).

Establecidas las premisas del problema —los deletéreos efectos psicológicos de una apariencia facial que "el grupo" juzga "desviada" de la norma—, el propio Maltz proseguía postulando los términos generales en que se desenvolvería su solución quirúrgica:

> El cirujano busca aliviar la mente remodelando los rasgos en conformidad con lo normal. Una vez que la normalidad es alcanzada, la mente se libera de la carga de la inferioridad, del miedo al ridículo y de la inseguridad económica. La personalidad se relaja en su naturalidad y el carácter es transformado (citado en Haiken, 1997, p. 116, traducción propia).

Los saberes psicoterapéuticos ofrecieron la matriz discursiva en que se forjó la racionalidad de la cirugía estética en cuanto *dispositivo de normalización*. Según la expresiva caracterización de Gilman (1998), el objetivo que desde el comienzo ha movilizado la labor de los cirujanos plásticos ha sido "embellecer el cuerpo para curar el alma" (p. IX, traducción propia). Esto se lograba —tal como lo formulara con insuperable transparencia la sociedad psicoquirúrgica Adler-Maltz— a través de la supresión quirúrgica de la diferencia corporal estigmatizadora, a fin de facilitar la integración social del paciente, procurándole así las condiciones de existencia necesarias para garantizar su salud mental. En este sentido, el dispositivo de la cirugía estética funcionaría con arreglo a una racionalidad homogeneizadora, concibiéndose a la intervención quirúrgica como "un medio para enmascarar el cuerpo, para hacerlo (in)visible" (Gilman, 1998, p. 22, traducción propia).

La tesis del *passing* quirúrgico y una somera genealogía racial de la rinoplastia

He concluido la sección anterior con una referencia a la interpretación del historiador Sander Gilman. La obra de Gilman nos ofrece acaso la historia cultural de la cirugía estética mejor documentada hasta la fecha. Pero entiendo que esta obra adolece de cierto sesgo que invalida, con todo, su interpretación del sentido de la práctica en el presente. Tal sesgo es de un carácter específicamente *racial,* y, a raíz del mismo, Gilman sería incapaz de discernir los efectos contemporáneos de un proceso histórico —desplegado a partir de la segunda postguerra— que transformó radicalmente la matriz psicoterapéutica originaria del dispositivo. Desde entonces, el objetivo de la cirugía estética, en cuanto práctica médica, sería menos curar la mente "enmascarando" el cuerpo, que oficiar de medio para la autoafirmación de la propia individualidad, contribuyendo así a mejorar el bienestar subjetivo integral. Entiendo que Gilman es incapaz de discernir el alcance de esta reconfiguración individualizadora del dispositivo por su compromiso con lo que denomino la tesis del *passing* quirúrgico. A continuación, presento esta tesis con más detenimiento, contextualizándola en el marco de una somera genealogía racial del procedimiento quirúrgico de la rinoplastia.

Sustentado en una erudición histórica y un rigor documental impresionantes, Gilman (2001) propone la tesis del *passing* como su más significativa apuesta teórica e interpretativa: la proposición que sostiene que el deseo de "pasar" (de *pasar*, esto es, inadvertido, tomado por un miembro de la cohorte social dominante) constituye, por cierto, la "motivación básica" de toda cirugía estética, de aquí que entender tal intencionalidad se afirme clave para desentrañar el sentido de esta particular práctica médica (p. XVIII). Así las cosas, Gilman justifica el énfasis —en apariencia excesivo— que su obra otorga a la nariz, alegando el valor emblemático que este órgano reviste para la comprensión del deseo de "pasar". Codificada racialmente como ancestral marca facial distintiva del judío, la nariz es la parte del cuerpo cuya transformación habría justificado inicialmente el desarrollo del dispositivo de la cirugía estética en un contexto histórico signado por el antisemitismo.

En un principio, como ya he señalado, la reconstrucción quirúrgica de la nariz era básicamente la referencia que evocaba la expresión "cirugía plástica". Esta estrecha asociación se había forjado desde que en 1818 fuera publicada la obra *Rhinoplastik,* monografía de quien es considerado uno de los padres fundadores de la especialidad, el cirujano alemán Carl Ferdinand von Graefe. Pero los antecedentes del procedimiento se remontan aún mucho más atrás en el tiempo. El *Sushruta Samhita*, uno de los textos fundacionales de la medicina tradicional india (siglos IV-III a. C.), ya se refiere a técnicas quirúrgicas de reconstrucción nasal. En Occidente hubo que esperar hasta el

Renacimiento para que surgiera una técnica comparable. Gaspare Tagliacozzi (1545-1599), profesor de anatomía y cirugía de la Universidad de Bolonia, exponía en su obra *De Curtorum Chirurgia Per Insitionem* ("Cirugía de mutilaciones por injertos"), publicada en 1597, un procedimiento para reconstruir la nariz a través de injertos de piel tomados del brazo del mismo paciente (Gilman, 2001).

En ese contexto histórico, la mutilación nasal podía ser consecuencia de un trauma. Muy a menudo, con todo, la nariz se perdía a causa de la sífilis, cuyo primer brote epidémico registrado data de fines del siglo XV. Interpretada como efecto de la enfermedad, la desfiguración adquiría un valor estigmatizante; era la expresión física inequívoca de un carácter moral disoluto. El peligro imaginado de infección condenaba al ostracismo y a la exclusión social a quien había perdido la nariz, independientemente de cuál fuera la causa real de la pérdida. Al restaurar la apariencia facial, eliminando las bases físicas de una existencia desdichada, Tagliacozzi procuraba "animar el espíritu y auxiliar a la mente del afligido" (citado en Gilman, 2001, p. 68, traducción propia). Tras la muerte de Tagliacozzi, no obstante, su obra pasaría al olvido hasta fines del siglo XVIII, cuando una nueva oleada de pánico moral ante la sífilis renovó el interés por sus técnicas.

La reconstrucción quirúrgica de la nariz adquiriría un nuevo significado ya en pleno siglo XIX, en un contexto intelectual dominado por los supuestos de la "ciencia racial". Tal como lo caracteriza Gilman (2001), éste era un mundo en el que "la gran cadena del ser" que se pretendía extendida desde las cumbres más elevadas de lo humano hasta sus estratos más primitivos, era también "una cadena de la belleza, y lo bello se medía por la nariz" (p. 85, traducción propia). En 1871 se sancionó la emancipación civil de los judíos[1] en Alemania. Pero el levantamiento de las restricciones legales a la plena participación en la vida social sólo puso en evidencia cuán arraigados estaban los prejuicios antisemitas en este país.

Es contra semejante trasfondo que se perfila con toda vivacidad el sentido cultural de que se revestía el problema anatómico que la intervención buscaba resolver. Determinadas cualidades físicas provocaban la adscripción del sujeto a un grupo distinguido especialmente a través del estereotipo de la astucia y la avidez mercantil. De este modo, la visibilidad nasal, rasgo estereotipadamente interpretado como marca facial inequívoca del judío, constituía para el paciente —independientemente de cuál fuera su efectiva ascendencia racial— un obstáculo que en los hechos impedía integrarse a la vida económica en igualdad de condiciones.

[1] El género gramatical ha de interpretarse aquí en un sentido estricto: sólo los varones fueron emancipados; sobre las judías siguió pesando el mismo estatuto legal degradado que para el resto de las mujeres.

Ésta fue la problemática que capturó el interés del cirujano Jaques Joseph (1865-1934), siendo él mismo un judío alemán asimilado, y considerado sin excepciones como uno de los más grandes maestros e innovadores de la cirugía plástica. Un hito a este respecto fue su primera operación de reducción nasal, cuyo desarrollo y resultados expuso en un informe presentado ante la Sociedad Médica de Berlín en 1898. El paciente fue un joven judío, pero lo que en este informe me interesa destacar es justamente la elisión del factor racial, esquivamente sobreentendido en la declarada racionalidad psicoterapéutica a que responde el procedimiento. Postulando la asimilación física del paciente como una cuestión de salud mental, Joseph justifica la intervención quirúrgica en un cuerpo funcionalmente sano, al tiempo que tácitamente reconoce el sentido racial de la norma de estética corporal a la que procuró aproximarlo. Tal el sentido de lo que reportó a sus colegas: "El efecto psicológico de la operación es de suma importancia. La actitud deprimida del paciente remitió completamente. Se siente *feliz de desenvolverse inadvertido*" (citado en Gilman, 2001, p. 132, traducción propia, énfasis agregado). El cirujano plástico, como vemos, refrendará la relevancia terapéutica de su práctica en virtud de la capacidad de volver al paciente "(in)visible". Se entiende, por lo demás, que Joseph aún no podía sentirse satisfecho con su trabajo, por cuanto la técnica que había desarrollado inevitablemente dejaba cicatrices. Sólo en 1904 logró ver coronados sus esfuerzos, cuando perfeccionó el procedimiento que le permitiría efectuar las correcciones desde dentro de las fosas nasales, a través de incisiones en el cartílago, eliminaba así cualquier rastro capaz de frustrar la pretensión de anonimato racial del paciente.

A pesar de su notoriedad, la figura de Joseph no puede erigirse a este respecto en calidad de pionero exclusivo. Ya en la década de 1880, el cirujano John Orlando Roe (1849-1915) había desarrollado una técnica similar en los Estados Unidos. El dato nos habla de los sinuosos y dilatados derroteros por los que aún transitaba el intercambio y la acumulación del conocimiento científico en las condiciones tecnológicas de fines del siglo XIX. Nos remite además al rudimentario nivel de autoconciencia profesional de parte de los médicos que practicaban la incipiente especialidad de la cirugía plástica, circunstancia agudizada, por otro lado, para quienes lo hacían bajo las condiciones escasamente profesionalizadas que todavía entonces pesaban sobre el ejercicio de la medicina en los países americanos. A juicio de Gilman (1998), con todo, la relativa independencia de los casi contemporáneos desarrollos de un cirujano berlinés y un cirujano neoyorquino, significaría sólo una prueba más del hecho de que toda la cirugía estética moderna hunde sus raíces en el "estigma racial" (p. 56).

El compromiso con que Roe se involucró en el perfeccionamiento de la rinoplastia obedeció, como en el caso de Joseph, a su interés por facilitar la asimilación de quien

era percibido como "diferente". Las particularidades de su contexto histórico, no obstante, determinaron que la inventiva técnica del estadounidense se orientara menos a idear un procedimiento para la reducción nasal que a la corrección de lo que se describía como el defecto de la "nariz ñata" (*pug nose*). Estos desarrollos se plasmaron en el artículo que Roe publicó en una edición de 1887 de la revista *The Medical Record*, la antigüedad de cuyas condiciones de producción puede discernirse en la candidez de su título: *The Deformity Termed 'Pug Nose' and Its Correction, by a Simple Operation* (*La deformidad denominada 'nariz ñata' y su corrección, por una operación simple*). Dicho atributo —la nariz pequeña y respingada— era el rasgo corporal que identificaba estereotipadamente a los inmigrantes irlandeses católicos, arribados en masa a los Estados Unidos a raíz de la hambruna que en la década de 1840 azotó su país. En este contexto, concluye Gilman (2001), el trasfondo racial de la cirugía estética de la nariz no ha de remontarse tan sólo al paciente judío que pretendía "pasar" en una sociedad antisemita; semejante genealogía también ha de registrar el momento en que esta operación era concebida como una forma de que el "celta" pasara por "anglosajón" (p. 91).

Así las cosas, a través de esta reseña de la historia de la rinoplastia que Gilman desarrolla en su obra, he podido además contextualizar la tesis del *passing* quirúrgico que constituye su principal apuesta teórica e interpretativa. Ahora bien, entiendo que es ese énfasis aparentemente excesivo sobre la cirugía de nariz el que impediría a Gilman apreciar el verdadero alcance del proceso de reconfiguración del modo de funcionamiento del dispositivo de la cirugía estética. Este proceso se habría desencadenado desde la segunda postguerra, consolidándose definitivamente en el último cuarto del siglo pasado, etapa en la que se produjo el desarrollo técnico y la masificación cuantitativa del procedimiento del aumento mamario con implantes de gel de silicona. La reconfiguración se consumaría, en fin, con la sustitución del eje simbólico estructurante del sentido de la práctica, al reemplazarse la dimensión racial por la del género.

A propósito, mi argumento converge en un punto que el propio Gilman, por cierto, está dispuesto a conceder. Según las palabras del autor, la historia moderna de la cirugía estética, desde el siglo XIX hasta el presente, es la del paso de "la cirugía en la cara para corregir lo que se veía como signos de diferencia 'racial', a una mucho más amplia alteración de otras formas de diferencia corporal" (Gilman, 2001, pp. XVII-XVIII, traducción propia). Tal concesión se pretende reconocimiento de un contexto que relega a la cirugía de nariz a un segundo plano, opacada por el interés masivo que hoy despiertan procedimientos en otras partes del cuerpo: el aludido aumento mamario es, si se quiere, acaso el más conspicuo. Mi argumento, con todo, apunta más bien a poner de relieve que —sin perjuicio de esta declarada relativización de su originario contenido racial— es la persistencia de la misma tesis del *passing* la que explica las difi-

cultades de Gilman a la hora de comprender la especificidad del actual modo de funcionamiento del dispositivo.

El principal error consiste en seguir reduciendo el sentido de la cirugía estética al miedo a ser percibido como "diferente". Reducida a una tal racionalidad negativa y homogeneizadora, esta particular práctica médica sólo podrá entenderse como "un medio para enmascarar el cuerpo, para hacerlo (in)visible" (Gilman, 1998, p. 22, traducción propia). Se pierde de este modo la perspectiva conceptual necesaria para dar cuenta del predominio que justamente los efectos *individualizantes* de la tecnología parecen adquirir en el actual régimen normalizador del dispositivo. En este nuevo contexto, ya no es la intención de conformarse a una cierta regularidad corporal que posibilite "pasar" lo que determinará la decisión de someterse a un procedimiento estético. De ahora en más, la experiencia quirúrgica remite su sentido al horizonte complejizado de lo que en una sección subsiguiente de este artículo definiré como "narrativa ontológica", el proyecto de intervenir en la apariencia corporal para lograr una expresión más fiel del ser interior "auténtico" del sujeto. La medida de tal discontinuidad cristaliza pues en el relevo de una tecnología consagrada a *suprimir* las diferencias corporales, por otra cuyo objetivo sancionado es *interpretarlas*, ofreciéndose como instrumento de un proyecto reflexivo de autoafirmación de la identidad individual.

La rinoplastia en el texto de Macgregor y la emergencia de una antinomia reveladora, "Cambiadores" vs. "Arregladores"

Para ilustrar este proceso histórico de reconfiguración del dispositivo de la cirugía estética —así como el cuestionamiento a la validez de la tesis del *passing* que el mismo fácticamente comporta— procederé al análisis comparativo de dos textos especialmente seleccionados. Alejados en tiempo y espacio en lo concerniente a sus condiciones de producción, ambos textos convergen, sin embargo, en lo que respecta al tema tratado, la cirugía estética. A propósito, me concentraré aquí en el sentido y el valor que cada uno de ellos atribuye al procedimiento quirúrgico de la rinoplastia.

El primer texto corresponde al libro *Transformation and Identity. The Face and Plastic Surgery* (1974), de la antropóloga estadounidense Frances Cooke Macgregor. He seleccionado este texto, en principio, porque es el primer estudio que desde las ciencias sociales se haya emprendido tomando a esa particular práctica médica que es la cirugía estética por objeto. Publicado a mediados de la década del setenta, el libro recoge, con todo, los resultados de una serie de investigaciones particulares que Macgregor llevara a cabo desde los primeros años de la postguerra. Su representatividad radica, por tanto, no sólo en el carácter de investigación pionera que se le reconoce, sino tam-

bién en el hecho de ofrecerse al analista como la cristalización discursiva de un período histórico constitutivo de la configuración contemporánea del dispositivo. Comienzo pues abordando el revelador sentido que entiendo subyace al modo en que el texto de Macgregor representa la experiencia de la rinoplastia.

Uno de los capítulos del libro (el cuarto, expresivamente titulado *Viviendo con una cara desviada: la identidad y las respuestas de los otros* [Macgregor, 1974, pp. 71-116]) está dedicado a analizar las motivaciones de la "cirugía plástica de la nariz". La autora, para empezar, comienza asegurando que esta cuestión reviste el máximo interés para el "cientista social", por cuanto el sentido de dicho procedimiento sería "eliminar una característica que a uno lo diferencia de los otros" (Macgregor, 1974, p. 80, traducción propia). Los motivos que esgrimen los pacientes de rinoplastia se analizan, en efecto, a partir de una premisa determinada: el propósito de esta intervención no es otro que "reducir la visibilidad" asociada con "estigmas sociales y culturales".

Sobre la base de este postulado, el capítulo en cuestión prosigue tabulando los datos obtenidos en el marco de una encuesta.[2] Junto con los valores desagregados de variables tales como "sexo", "edad" y "estado civil" (Macgregor, 1974, p. 83); "estatus profesional", "ingresos" y "nivel educativo" (p. 85); se nos presenta una tercera tabla cuyas entradas corresponden a "estatus inmigratorio", "trasfondo etnocultural" y "religión" (p. 86). Una vez expuestos estos resultados, la autora se consagrará de lleno a la cuestión de las motivaciones, planteada directamente bajo la forma de un interrogante: "¿Cuáles son las razones que subyacen al descontento de los pacientes con la apariencia de sus narices y a sus solicitudes de cirugía plástica?" (Macgregor, 1974, p. 86, traducción propia). En principio nos ofrece una respuesta en términos generales, afirmando que, para "la mayoría de los pacientes", la voluntad de someterse a una cirugía de nariz arraigaba en el modo en que la apariencia de ésta interfería en "sus patrones de interacción social" (p. 88). Alude con esto a la carga emocional que supone lidiar con "la reacción de los otros" ante el defecto físico, además de problemas de orden social y económico, tales como "obtener empleos" y "conocer parejas".

Ahora bien, por contrapartida al sin duda escaso interés que la enunciación de tales generalidades pudiera suscitar, de inmediato nos señalará la presencia de un cierto "rasgo distintivo" con arreglo al cual el conjunto de los pacientes de rinoplastia se prestaba a ser significativamente clasificado en "dos grupos" separados. Según afirma Macgregor, la adscripción respectiva de cada paciente a uno u otro de estos grupos se

[2] Esta encuesta, realizada en la ciudad de Nueva York, se prolongó de 1946 a 1954. De los 89 pacientes encuestados, sesenta habían recibido su operación en un hospital público, y los 29 restantes en una clínica privada. Las edades oscilaban entre los 16 y los 46 años. Ahora bien, el dato cuantitativo que la autora apunta como el más "sorprendente" es la equivalencia en la proporción del sexo de los pacientes: 44 masculinos y 45 femeninos (Macgregor, 1974, pp. 82-3).

relacionaba con la especificidad de su "deformidad nasal", y al particular "significado simbólico" que a ésta se atribuía; criterio a cuya luz propondrá la siguiente demarcación: "En el Grupo Uno, consideraciones etnoculturales y estereotipos grupales jugaban un rol predominante; en el Grupo Dos, interpretaciones individuales y estereotipos de personalidad eran problemas mayores" (Macgregor, 1974, p. 88, traducción propia). Caracterización que se completa con el ilustrativo título que la autora asigna a cada grupo respectivamente: "Cambiadores" (*Changers*), los primeros; "Arregladores" (*Fixers*), los segundos. Me interesará, en definitiva, observar las diferencias que estas categorías contrastantes supuestamente abarcarían, no con la intención de cuestionar la validez del criterio de clasificación invocado, sino más bien para reflexionar acerca de las transformaciones históricas en el modo de funcionamiento del dispositivo de la cirugía estética que esta oposición indicaría.

Procedo pues a la disección de las categorías. La totalidad de los 46 pacientes que conformaban el grupo de los "Cambiadores" ("59 por ciento eran judíos; la mayoría de los otros italianos, armenios, griegos, iraníes y libaneses") creían que sus narices los identificaban con "ciertas minorías étnicas o religiosas". La cirugía es concebida en estos casos como un medio eficaz para conformarse a las normas de estética corporal —racialmente jerarquizantes— sancionadas por la cultura hegemónica: "Estas personas querían 'lucir como un americano', proposición a la que algunos judíos añadían: 'Quiero una nariz parada irlandesa'" (Macgregor, 1974, pp. 88-89, traducción propia). Contemplamos aquí, por cierto, una instancia especialmente llamativa del sentido de la variabilidad histórica a que se exponen los parámetros de esta particular práctica médica. El atributo investido alguna vez del valor de estigma en tanto emblema corporal del inmigrante despreciado, ahora es considerado, en cambio, el arquetipo mismo de la nariz "americana". La "nariz ñata" (*pug nose*), el preciso defecto a cuya eliminación John Orlando Roe había consagrado su talento quirúrgico a fines del siglo XIX, se ha convertido ya en la "nariz parada" (*turned-up nose*) que los pacientes solicitarán a sus cirujanos plásticos en la postguerra.

Lo que a continuación llama la atención en el texto de Macgregor es que la filiación étnica predominante entre los 35 pacientes clasificados como "Arregladores" admitirá cómodamente ser definida por una negativa: a saber, "33 (el 92 por ciento) eran no judíos, de los cuales casi la mitad eran italianos" (Macgregor, 1974, p. 92, traducción propia). Contrariamente a quienes entraban en la primera categoría, cuyo propósito era "cambiar" el rasgo que los había identificado con una cierta identidad grupal, quienes caían bajo esta segunda rúbrica se mostraban más preocupados por los efectos que un "rasgo facial antiestético" pudiera tener sobre la expresión de su identidad individual. Aquello que estos pacientes pretendían "arreglar" con sus rinoplastias era especí-

ficamente esa imperfección a la que adjudicaban la proyección de "falsas percepciones e imágenes distorsionadas" de su personalidad y carácter.

Se constata así, en el despliegue conceptual de estas dos categorías, la presencia de una oposición valorativa. En la medida en que el "Grupo Dos" (los "Arregladores") es definido negativamente, su aparición adquiere tácitamente el estatus de anomalía; en este contexto, por cierto, toda vez que un paciente invoque razones distintas a las raciales (vale decir, "etnoculturales", en el idioma políticamente edulcorado que imponía la convulsionada década del setenta) su registro se juzgará una transgresión a las expectativas establecidas a propósito de las motivaciones habituales de una rinoplastia. Para explicitar la jerarquía inherente a esta oposición binaria, puedo decir entonces que la categoría "Arregladores" representaba el *término marcado* contrapuesto como negación del "Grupo Uno" (los "Cambiadores"), categoría propia de aquellos cuyas razones efectivamente respondían al *término no marcado* de esta relación, el racial.

Proseguir esta línea de análisis exige luego observar la formulación positiva que, más allá del aludido rechazo a la asimilación "etnocultural", reciben las intenciones de quienes componen el "Grupo Dos". A este respecto, la particularidad que de inmediato se destaca será la conjunción postulada entre una voluntad de autoafirmación personal, y un concomitante anhelo de adecuación a las normas sociales vigentes en el momento; he aquí el enunciado de los motivos en apariencia contradictorios de los "Arregladores": "Ellos querían ser identificados como 'lo que yo *soy*... no lo que parezco' y evitar las desventajas sociales y psicológicas de la fealdad en una sociedad cuyo sesgo cultural hacia la belleza, la juventud y la conformidad es extremo" (Macgregor, 1974, p. 93, traducción propia, énfasis en el original). Planteadas en tales términos, las razones en principio anómalas de esta categoría de sujetos reciben, en cambio, una valoración inequívocamente favorable. En virtud de esta formulación positiva, las intenciones de los "Arregladores" ya no se sugieren como una desviación respecto a las expectativas tradicionalmente atribuidas a los pacientes de rinoplastia. Contemplados a esta luz, antes bien, quienes integran esta categoría aparecen situados en una posición moral netamente ventajosa de cara a los "Cambiadores", en cuya denominación podemos ahora ver también reflejada su vocación fraudulenta de "pasar" por miembros de la raza mayoritaria.

En este sentido, por lo demás, incluso la conjunción entre singularidad individual y conformidad colectiva se desprende de su apariencia contradictoria. Entiendo que la operación interpretativa que aquí se implica se despliega en dos momentos. En primera instancia, se sobreentiende que el propósito de la intervención quirúrgica es alinear el *parecer* con el *ser;* la rinoplastia es consagrada de este modo en su función "veridictoria": el objetivo de la operación no es otro que el de hacer manifiesta la *verdad* del

sujeto, esto es, "arreglar" la superficie corporal para permitir la expresión del yo interior profundo. En segunda instancia, si la expresión de esta "verdad" subjetiva se conforma precisamente a los ideales culturales de "belleza" y "juventud", ello no se juzgará como el compromiso de una individualidad irreductible ante la presión sofocante de los mandatos sociales. El hecho de que el "ser" del sujeto se refleje invariablemente en el modelo corporal hegemónico no ha de interpretarse como una concesión reticente al "conformismo" generalizado, sino, por el contrario, como una confirmación retrospectiva del acuerdo que siempre había existido entre el yo profundo y las normas estéticas de la sociedad. Condenados injustamente a padecer las consecuencias de una "fealdad" exterior mentirosa, los pacientes que Macgregor describe como "Arregladores" tan sólo aspiraban con sus operaciones a conseguir la visibilidad de un interior subjetivo "auténtico", un interior percibido, sin excepciones, canónicamente bello.

La rinoplastia en el texto de Pasik y la consagración del ideal individualizante de la "narrativa ontológica"

El análisis del texto de Macgregor me permite elaborar una inferencia histórica relevante. La aparatosa taxonomía que acabamos de considerar admite ser definida como sintomática de un proceso emergente de reconfiguración del modo de funcionamiento del dispositivo de la cirugía estética. La característica distintiva de este proceso radicaría en el progresivo reemplazo de un régimen de normalización centrado en la supresión del estigma racial, por otro en que un ideal individualizante regula el ejercicio del poder normalizador. En el planteo de tal discontinuidad, por cierto, radica el núcleo de mi polémica con la interpretación histórica de la práctica que propone Gilman, según la cual la lógica del *passing*, pertinente para la comprensión de los orígenes de la rinoplastia moderna, se ofrece, no obstante, como un modelo generalizable a cualquier procedimiento estético, incluso en el presente.

En su análisis de las motivaciones de los pacientes de rinoplastia, el texto de Macgregor pone en escena el momento en que la matriz racial en que se había forjado la lógica del *passing* quirúrgico es sustituida por una matriz de género, cuya legitimación se articulará en los términos de una retórica de la autenticidad. La filósofa australiana Cressida Heyes (2007) ha interpretado este proceso histórico desde una perspectiva foucaultiana. Ella sostiene que, a partir de la segunda postguerra, el régimen normalizador que regula el funcionamiento del dispositivo de la cirugía estética comenzó a adquirir una especificidad de género determinada, proceso que cristalizaría definitivamente en el último cuarto del siglo pasado. En cuanto tecnología de género, su efectividad dependerá del despliegue de un discurso normativo que postule la relación entre

el yo y el cuerpo del sujeto en función de la distinción "interior/exterior" (Heyes, 2007, p. 9).

Heyes (2007) caracteriza semejante discurso, en términos generales, como la "narrativa ontológica", uno de cuyos rasgos constitutivos es su intencionalidad veridictoria, en la medida en que hace del disciplinamiento del parecer corporal exterior un prerrequisito para que se manifieste el ser interior "verdadero" del sujeto (p. 99). De este modo, la racionalidad homogeneizadora que había regulado el funcionamiento del dispositivo de la cirugía estética conforme a la lógica del *passing*, resulta, asimismo, sustituida por el ideal individualizante que consagra la retórica de la autenticidad. Toda vez que la transformación de la apariencia del cuerpo se plantea necesaria para afirmar el sentido del yo "auténtico", la cirugía estética ya no pretenderá *suprimir* la diferencia corporal estigmatizadora —a los efectos de volver al cuerpo "(in)visible"—, sino más bien *interpretarla* con el propósito de optimizar el cuerpo en cuanto encarnación sensible de la identidad individual.

Este proceso histórico de reconfiguración —cuyos efectos incipientes advertimos en el texto de Macgregor, publicado a mediados de los setenta pero gestado desde la postguerra— se manifiesta ya en estado consumado en el presente. Para ilustrar este punto propongo examinar el sentido con que se articula la experiencia de la rinoplastia en un texto contemporáneo. No recurriré, con todo, a una obra que aborde la cirugía estética desde una perspectiva académica, sino a una que puede describirse como un texto periodístico de divulgación.

El libro *Hacerse. El viaje de una mujer en busca de la cirugía perfecta* (2010), de la periodista argentina Daniela Pasik, es un texto que se propone informar a sus lectoras —la especificidad de género del destinatario es patente— acerca de los principales procedimientos quirúrgicos disponibles, sin dejar de problematizar reflexivamente el modo de funcionamiento de la cirugía estética en cuanto tecnología de género. Producto de la investigación periodística de su autora, se ofrece al analista como un abundante reservorio de las voces de cirujanos y pacientes.[3] En este sentido, considero al texto de Pasik como una ilustración particularmente elocuente del diagnóstico de la crítica cultural australiana Meredith Jones (2008), cuya tesis sostiene que la práctica de la cirugía estética en el presente ha de entenderse a la luz de su evidente ubicuidad mediática, y de los sutiles pero significativos efectos que esta circunstancia tiene sobre las relaciones de poder que se despliegan al interior del dispositivo.

[3] Aunque lo juzgo expresión discursiva de una lógica cultural transnacionalizada, el material de análisis que este texto suministra no está desprovisto de cierta inflexión local, representativa de su país de origen, dotado de una particularidad quirúrgica determinada en el concierto de las naciones. Argentina, en efecto, es el país que registra el índice de implantes mamarios per cápita más elevado del mundo, manifestándose la dimensión del género con especial claridad en cuanto eje estructurante del sentido de la práctica.

La díada cirujano/paciente representa acaso la relación más directamente afectada por este nuevo contexto. A propósito de la reconfiguración histórica del esquema de saber-poder que regula a la cirugía estética, importa destacar que, ante semejante escenario de omnipresencia mediática de la práctica, el cirujano es despojado de su condición de "proveedor único de información" ante la paciente (Jones, 2008, p. 66). En el pasado, por cierto, ésta no sólo debía recurrir a las competencias técnicas de las que aquél dispone en tanto experto a efectos de resolver el problema corporal que la aquejaba, sino que también dependía de su conocimiento especializado incluso para llegar a discernir y articular dicho problema. Se seguía de aquí una desigual distribución de las funciones de este encuentro, erigiendo al cirujano en un rol "múltiple y trascendente", y ajustando a la paciente a otro "singular y pasivo" (Jones, 2008, p. 66). Por el contrario, desde que esta relación aparece mediada por un proceso de apropiación reflexiva del conocimiento obtenido de una constelación de fuentes de información, el cirujano pierde sus prerrogativas de exclusividad sobre las demandas de la paciente. Se impone así un inevitable trastrocamiento de la relación de poder, toda vez que aquél ya no está en condiciones de dar por descontada la dependencia —técnica, pero también afectiva— de ésta, sino que de ahora en más deberá "seducirla" en su condición de "cliente" dispuesta a elegir entre opciones diversas. Expuestos a estas nuevas tensiones, los cirujanos procuran compensar la destitución de su estatus de expertos únicos a través de distintas estrategias de autopromoción, entre las que Jones (2008) enfatiza la invocación recurrente de una intangible "habilidad artística" cuyo aprovechamiento en la práctica quirúrgica se da por supuesto (p. 72).

Encuentro en el texto de Pasik una oportuna confirmación de todas estas transformaciones en el modo de funcionamiento de la cirugía estética. La consagración del ideal individualizante que sanciona el discurso normativo de la "narrativa ontológica" es aquella cuyos efectos resultan más notorios. En uno de sus capítulos, el texto presenta un testimonio particularmente revelador de una paciente de rinoplastia. El mismo título del capítulo, por su parte, no deja de resultar significativo: a saber, "Ser lo que se quiere ser" (Pasik, 2010, pp. 57-84), enunciado cuyo presupuesto, en este contexto, postularía a la corrección del parecer corporal exterior como un medio necesario para manifestar el ser interior que se siente como verdaderamente propio.

Como el resto de los capítulos del libro, éste se encuentra dividido en secciones presentadas por sus respectivos subtítulos. En no pocas ocasiones, éstos consisten en citas textuales de las mujeres entrevistadas; es el caso de la sección en que se encuentra el testimonio que me interesa: a saber, "'Me tocó un médico que era un artista, un visionario'" (Pasik, 2010, pp. 74-76). La cita corresponde al enunciado de una mujer a la que la autora presenta como "Alicia", de quien, además, considera pertinente informar

la edad ("47 años"), caracterizar la contextura física conforme a la analogía con un ícono popular ("bajita, fibrosa, con brazos musculosos símil Madonna"), y ponderar la ventajosa evolución de su trayectoria sentimental reciente ("se acaba de separar de un largo matrimonio y… ya tiene novio nuevo. Más joven, muy lindo"). Esbozado este perfil, transcribo el pasaje en que Alicia rememora las circunstancias de la rinoplastia a la que se sometió más de tres décadas antes, a la edad de quince años:

> Era muy mona, pero tenía esa nariz polaca de mi mamá que sólo a ella le quedaba bien. En esa época las cirugías no eran como ahora y podría haber quedado con esas naricitas respingadas que tienen muchas minas de mi edad… Pero me tocó un médico que era un artista, un visionario. Mirá: sólo me limó el hueso de arriba, así que no es que tengo una nariz nueva, sino la mía, con proporción perfecta y natural para mi cara, pero sin esa giba que me traumaba (Pasik, 2010, p. 75).

El testimonio condensa varias aristas distintivas de la experiencia contemporánea de la rinoplastia. Ya en la primera oración encuentro cifrada toda una parábola quirúrgica sobre el destino que el siglo XX deparó a la historia geopolítica de Europa central; observo, en este sentido, que en la Buenos Aires de la década del setenta —escenario de la "traumada" adolescencia de la Alicia pre-operación— una nariz judía sólo osará ser aludida elípticamente, por vía del eufemismo racialmente neutralizado de la "nariz polaca". Y aunque este rasgo facial aparezca explícitamente problematizado en virtud de su identificación con un determinado colectivo nacional, su normalización quirúrgica no es encuadrada —me remito al texto de Macgregor— en semejante "consideración etnocultural", aseverando, antes bien, que es sólo su naturaleza "antiestética" lo que se ha procurado corregir con la operación, el problema, se nos asegura, no radica en que la nariz delate una filiación polaca, sino en el hecho de que las narices polacas, con la prodigiosa excepción de la mamá de Alicia, jamás "quedan bien".

De entrada, advertimos pues que esta experiencia se articula desde una oposición diametral al horizonte imaginario de la homogeneización corporal. Contemplada en su faceta racial, según vimos, la imagen de la intervención homogeneizadora resulta efectivamente *reprimida:* la "nariz polaca" emerge aquí en tanto manifestación *espectral* de aquello que no admite ser reconocido, el estigma de la "nasalidad" judía. Ahora bien, una vez que el parámetro normativo se ha desplazado del eje de la raza al del género, lo que notamos es que la amenaza del desvanecimiento de la individualidad tras un resultado estandarizado suscitará, por el contrario, una impugnación abierta y deliberada. A este respecto, la negación superadora del horizonte del conformismo corporal adocenado se afirma en virtud de un supuesto progreso de la práctica justificado en términos evolutivos, si bien este progreso se sugiere menos dependiente del desarrollo

de la técnica, que de una mayor sofisticación del juicio estético de los cirujanos plásticos.

La admiración que Alicia declara profesar hacia aquel que operara su nariz radica, justamente, en su condición de adelantado: merced a una sensibilidad artística de "visionario", su obra —la rinoplastia— logró trascender los estrechos parámetros estéticos de su tiempo, esas "naricitas respingadas" otrora reproducidas en masa. Pero en la ponderación admirativa de las dotes artísticas de este cirujano detectamos ya el sutil reacomodamiento de los vectores de poder dinamizados en el vínculo con la paciente. El médico de Alicia es digno de elogio por cuanto su talento se atrevió a desafiar el cometido al que la rinoplastia había sido tradicionalmente consagrada, esto es, "cambiar" la nariz defectuosa por otra "nueva", más adecuada a la norma estética comúnmente aceptada. Una vez que esta expectativa tradicional es sustituida por el objetivo —históricamente novedoso— de "arreglar" la nariz en función de una proyección idealizada de la cara de la propia paciente, se anuncia también la emergencia de un nuevo fundamento para la legitimidad del juicio estético.

Desde entonces, la excelencia del cirujano ya no dependerá, en principio, de su habilidad para amoldar la apariencia de su paciente a un modelo preexistente, sino de su destreza para adecuarla —de manera "perfecta y natural"— a las singulares proporciones que la individualidad corporal de aquélla determine. En este contexto, toda vez que los parámetros del juicio estético se afirman inherentes a la singularidad irreductible de la apariencia individual, será también desde la perspectiva única e insustituible de que cada sujeto goza respecto de su cuerpo propio que aquéllos se discernirán verdaderamente. La misma paciente se erige a esta luz como la autoridad estética definitiva, pero en la medida en que este proceso supone la internalización de la mirada quirúrgica, su contrapartida necesaria será una disposición al auto-escrutinio tanto más rigurosa e implacable.

Así y todo, más allá de este paradójico efecto de auto-disciplinamiento propio de la normalización, lo cierto es que las consecuencias que de aquí se siguen para las relaciones de poder del dispositivo no dejan de resultar fundamentales. Tal como las ha evaluado Meredith Jones (en un tono acaso exagerado, pero acertada en lo esencial de su propuesta), cuando las pacientes se "auto-diagnostican", los médicos se convierten en "un medio para un fin más que en los árbitros de la belleza y la normalidad" (2008, p. 68, traducción propia). De acuerdo a esta interpretación, el rol otrora "trascendente" del cirujano queda ahora reducido a una función instrumental en relación con la voluntad de la paciente, cuya intención, a su vez, ya no apunta a la aceptación "pasiva" de una intervención heterodirigida, sino a la realización autónoma y responsable de un proyecto de autoafirmación de la identidad individual.

Conclusión

A modo de conclusión, comienzo recapitulando sintéticamente los resultados del análisis textual precedente. Encuadro tales resultados en un balance de mi crítica a la validez presente de la tesis del *passing* quirúrgico, con lo que pretendo contribuir a una comprensión histórica y analíticamente más diferenciada del actual modo de funcionamiento del dispositivo de la cirugía estética. La referencia específica de estos comentarios será la proposición de Gilman (2001) según la cual "el deseo de ya no ser percibido como diferente" representa la motivación de cualquier procedimiento (p. XXI, traducción propia). Mi planteo apunta, en este sentido, al cuestionamiento de una tesis que unilateralmente define a todas las técnicas quirúrgicas de transformación de la apariencia corporal como "medios para enmascarar el cuerpo, para hacerlo (in)visible" (Gilman, 1998, p. 22, traducción propia).

Producido en un contexto histórico constitutivo de la configuración contemporánea del dispositivo, el texto de Macgregor nos brindó la oportunidad de observar el momento en que la validez teórica de la tesis en cuestión comenzaba a ser ya en los hechos disputada. Si el deseo de asimilación racial operaba aún como la motivación presupuesta de los pacientes de rinoplastia, al mismo tiempo se registraba —no sin cierta perplejidad— la incidencia en una proporción casi equivalente de un propósito diverso, la afirmación de la propia individualidad. Ante la emergencia de este nuevo ideal individualizante, el sentido de la práctica se orienta hacia un horizonte que trasciende la racionalidad homogeneizadora en la que necesariamente se inscribe la comprensión de Gilman. A partir de la postguerra, en efecto, la cirugía de nariz ya no responderá únicamente al interés de "cambiar" un rasgo racialmente estigmatizado para dejar de ser percibido como diferente; también "arreglar" el defecto antiestético que impide una expresión plena de la identidad interior "auténtica" se invocará como una justificación razonable y verosímil de la intervención.

Como ya he apuntado, aunque publicado a mediados de la década del setenta, el texto de Macgregor es el resultado de investigaciones desarrolladas en los años inmediatamente posteriores al fin de la Segunda Guerra Mundial. En tanto reflejo de transformaciones históricas todavía incipientes, su análisis de las motivaciones de la rinoplastia da cuenta del desdoblamiento del argumento racial —percibido hasta entonces como el motivo excluyente de la operación—, de donde surgirá una nueva categoría de razones estéticas escindidas de las "consideraciones etnoculturales". Por su parte, la interpretación de la rinoplastia en el texto de Pasik, producido en las condiciones históricas presentes, permitió comprobar la relativa obsolescencia histórica del proceso de estigmatización racial de la nariz.

Reprimidas las "consideraciones etnoculturales" en tanto marco justificativo válido de la intervención, la legitimidad de la práctica se afirmará en virtud de una oposición declarada al horizonte de la homogeneización corporal, identificado con un estadio rudimentario y ya superado en la evolución del dispositivo.[4] Ahora bien, lo que resulta relevante para mi argumento es que este antagonismo no se predica respecto de aquellos procedimientos que buscaban facilitar la asimilación del paciente percibido como "diferente". Aquella práctica cuya obsolescencia merece ser reafirmada —e incluso llega a ponderarse— no es, por cierto, la rinoplastia para suprimir la diferencia racial, sino la reproducción regular y uniforme de la misma nariz en todas las operaciones, desdibujando la individualidad "auténtica" de cada paciente tras un modelo homogéneo de belleza. La racionalidad homogeneizadora de la cirugía estética, en cuanto dispositivo de normalización, ha sido efectivamente sustituida por el ideal individualizante consagrado por la "narrativa ontológica".

[4] Cabe aclarar que de mi argumento no ha de inferirse una negación de la relevancia que las dimensiones étnicas y raciales aún mantienen para cualquier análisis crítico de la cirugía estética. En los Estados Unidos, por cierto, hasta la década del noventa, la blefaroplastia (cirugía plástica de los párpados) fue un procedimiento ampliamente solicitado por pacientes de ascendencia asiática con el fin, ya no rejuvenecer la apariencia de sus ojos, sino más bien de "occidentalizarlos" (Kaw, 1993). Pero, si bien recibir una rinoplastia, hasta los años sesenta, era considerado una especie de "rito de pasaje" entre las adolescentes judías de medios urbanos, en las últimas décadas se constata en rigor que la valoración cultural de la nariz se ha desembarazado de su valencia racial, encuadrándose su corrección quirúrgica en términos meramente estéticos, como el mejoramiento de una "imperfección ligera" (Blum, 2005, p. 38). La socióloga estadounidense Kathy Davis (2003), por su parte, ha dedicado un artículo a evaluar la validez contemporánea de la tesis del *passing* quirúrgico. En este contexto, ella propone distinguir analíticamente entre la "cirugía cosmética para erradicar los signos de la 'etnicidad'" —es decir, una tecnología (des)racializante—, por un lado, y la "cirugía cosmética para mejorar la feminidad" —es decir, una tecnología de género —, por otro (Davis, 2003, p. 88).

Ahora bien, ya en el título de su artículo Davis menciona a la figura que, en los Estados Unidos —y, por añadidura, a nivel global—, se ha considerado el ícono definitivo del *passing* quirúrgico, Michael Jackson. Esta figura será invocada en el mismo sentido desde latitudes diversas del mundo occidental. La antropóloga mexicana Elsa Muñiz (2010) se refiere al cantante estadounidense como un caso paradigmático de lo que ella describe como "etnocirugía"; el interés que tal práctica reviste para esta autora se dirige, con todo, a esa "fascinación por la cirugía cosmética" que exhiben los países de América latina "donde la población indígena es numéricamente importante" (p. 20). La realización de rinoplastias para lograr la asimilación étnica del paciente es una práctica habitual en estos países, así como entre los inmigrantes latinoamericanos en España.

Otro país en que la cuestión racial se impone como una de las claves dominantes para la comprensión de la cirugía estética es Brasil. El aspecto racial aparece aquí particularmente sobredeterminado por la dimensión de la clase. La realización habitual de procedimientos estéticos en hospitales públicos, como parte de la formación universitaria de los cirujanos plásticos, ha permitido que en este país la práctica se insertara incluso entre los sectores populares, como afirma Ivo Pitanguy, estrella máxima en el firmamento de la cirugía estética brasilera, no sólo los ricos han de beneficiarse de la especialidad: "Los pobres [también] tienen derecho a ser hermosos" (citado en Edmonds, 2009, p. 156, traducción propia). En la medida en que este *povão* se identifica en el imaginario social con las raíces africanas del Brasil, según el propio Gilman (2001) observa, la distinción racial se convierte aquí en un elemento especialmente pertinente para comprender el sentido de la práctica (p. 225).

Más allá de estas inflexiones "etnoculturales" arraigadas en los particularismos que impone la relatividad histórica y geográfica de la práctica, mi argumento sostiene que en el presente el dispositivo de la cirugía estética funciona con arreglo a una lógica cultural transnacional, cuya articulación discursiva hegemónica reprime efectivamente su matriz racial originaria. Sepultada históricamente esta matriz racial, el dispositivo se asume plenamente en su condición de tecnología de género, menos orientado en su funcionamiento por el propósito de tratar el sufrimiento de un cuerpo femenino patologizado, que por el ideal de optimizar el bienestar integral (*wellness*) de un sujeto femenino saludable (Pitts-Taylor, 2007). Es precisamente esta articulación discursiva de la racionalidad de la práctica la que encuentro manifiesta en el texto de Pasik.

Superado estructuralmente el horizonte quirúrgico de la homogeneización corporal, los cirujanos enfrentan el desafío de adaptar sus competencias a la nueva configuración individualizadora de la práctica. En la medida en que el objetivo de la cirugía ya no es "cambiar" la nariz de la paciente por otra nueva, sino más bien "arreglar" sus imperfecciones conservando la singularidad de su apariencia original, la intervención del cirujano pierde, por su parte, la referencia estable de un modelo canónico. Como ya he apuntado a propósito de significativas transformaciones contemporáneas en el esquema de saber-poder del dispositivo, alegar la posesión de un talento artístico vagamente definido constituye en el presente una habitual estrategia discursiva de legitimación y posicionamiento en el campo. La maestría de este cirujano "artista" se probará, con todo, menos en su destreza técnica para someter la materia corporal a un ideal estético preconcebido, que en su sensibilidad para armonizarla de acuerdo a las proporciones únicas que cada caso determine. De un modo representativo respecto de la evolución general del dispositivo, mi análisis del sentido histórico de la rinoplastia esboza la trayectoria desplegada entre una técnica destinada a *suprimir* las diferencias individuales, hasta otra cuyo objetivo normativo es *interpretarlas*.

Termino, en fin, con una oportuna apostilla conceptual. Cabe aclarar, a propósito, que la consagración de semejante ideal individualizante no supone una denegación del poder normalizador ejercido por la cirugía estética. Tal como señala Michel Foucault, uno de los rasgos distintivos de la normalización es justamente que "obliga a la homogeneidad"; sin embargo, el verdadero alcance del poder de la norma no se comprende, en rigor, sin advertir al mismo tiempo su contrapartida individualizadora. El concepto de normalización, por tanto, necesariamente abarca también la producción sistemática, al interior de esa "homogeneidad que es la regla", de todo el espectro de las "diferencias individuales" resultantes de la aplicación de una medida común (Foucault, 1976/2002, p. 189). En este sentido, tal como he inferido a partir del análisis textual comparativo de la experiencia histórica de la rinoplastia, la deslegitimación relativa del horizonte normativo de la homogeneización corporal —tanto aquella sujeta a un modelo racial, cuanto aquella derivada de un determinado ideal de belleza femenina— es una circunstancia de la que no debería inferirse que la cirugía estética ha dejado de operar en tanto tecnología de *normalización*. Conforme a los términos de la "narrativa ontológica", el acceso autorizado a una posición enunciativa desde la cual afirmar positivamente la propia identidad individual representa, en rigor, uno de los propósitos constitutivos del poder disciplinario ejercido a través de las tecnologías quirúrgicas de transformación corporal.

Referencias

Blum, Virginia L. (2005). *Flesh Wounds. The Culture of Cosmetic Surgery.* Berkeley: University of California.

Davis, Kathy (2003). *Dubious Equalities & Embodied Differences. Cultural Studies on Cosmetic Surgery.* Lanham: Rowman & Littlefiels.

Edmonds, Alexander (2009). "Engineering the Erotic": Aesthetic Medicine and Modernization in Brazil. En Cressida Heyes & Meredith Jones (Eds.), *Cosmetic Surgery. A Feminist Primer* (pp. 153-69). Farnham: Ashgate.

Foucault, Michel (1976/2002). *Vigilar y castigar. Nacimiento de la prisión.* Buenos Aires: Siglo XXI.

Gilman, Sander L. (1998). *Creating Beauty to Cure the Soul. Race and Psychology in the Shaping of Aesthetic Surgery.* Durham: Duke University.

Gilman, Sander L. (2001). *Making the Body Beautiful. A Cultural History of Aesthetic Surgery.* Princeton: Princeton University.

Haiken, Elizabeth (1997). *Venus Envy. A History of Cosmetic Surgery.* Baltimore: The Johns Hopkins University.

Heyes, Cressida (2007). *Self-Transformations. Foucault, Ethics, and Normalized Bodies.* New York: Oxford University.

Jones, Meredith (2008). *Skintight. An Anatomy of Cosmetic Surgery.* New York: Berg Publishers.

Kaw, Eugenia (1993). Medicalization of Racial Features: Asian American Women and Cosmetic Surgery. *Medical Anthropology Quarterly, 7*(1), 74-89. https://doi.org/10.1525/maq.1993.7.1.02a00050

Macgregor, Frances C. (1974). *Transformation and Identity. The Face and Plastic Surgery.* Nueva York: Quadrangle/The New York Times.

Maltz, Maxwell (1936). *New Faces, New Futures: Rebuilding Character with Plastic Surgery.* Nueva York: R. R. Smith.

Muñiz, Elsa (2010). *Transformaciones corporales: La etnocirugía.* Barcelona: UOC.

Pasik, Daniela (2010). *Hacerse. El viaje de una mujer en busca de la cirugía perfecta.* Buenos Aires: Grijalbo.

Pitts-Taylor, Victoria (2007). *Surgery Junkies. Wellness and Pathology in Cosmetic Culture.* New Brunswick: Rutgers University.

Roe, John Orlando (1887). The Deformity Termed 'Pug Nose' and Its Correction, by a Simple Operation. *The Medical Record, 31*, 621-623.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Ciencia ficción política y construccionismo

Political Science Fiction and Constructionism

Carlos Andrés Sánchez Jaramillo; Nelson Molina Valencia

Universidad del Valle; carlos.sanchez.j@correounivalle.edu.co

Historia editorial

Recibido: 06-10-2015

Aceptado: 30-09-2016

Palabras clave
Ciencia ficción
Construcción de la realidad
Relativismo
Construccionismo

Resumen

Este artículo establece relaciones entre la construcción de la realidad y una forma de ciencia ficción de corte político, en las que prima la creación de mundos posibles, reales o no reales. Sabiendo que la ciencia ficción es una forma de explorar al ser humano a través de la pregunta: *qué pasaría sí*, con lo que imagina futuros y presentes diferentes. Para establecer la relación entre los elementos planteados, se emplean fragmentos de obras de ciencia ficción de corte político, cruzando conceptos sobre la cancelación de verdades universales, y aprovechando aspectos del relativismo y el construccionismo. Para concluir que la Ciencia Ficción de corte Político opera como una forma de construcción de la realidad.

Keywords
Science Fiction
Construction of the Reality
Relativism
Constructionism

Abstract

This article establishes relations between the construction of reality and a form of science fiction of political cut, in which the creation of possible worlds, real or not real. Knowing that science fiction is a way of exploring the human being through the question: *what would happen if*, whit what imagining different futures and different presents. In order to establish the relationship between the elements proposed, fragments of works of science fiction of political cut are used, crossing concepts about the cancellation of universal truths, and taking advantage of aspects of relativism and constructionism. To conclude that Political Science Fiction works as a form of construction of reality

Sánchez Jaramillo, Carlos Andrés & Molina Valencia, Nelson (2017). Ciencia ficción política y construccionismo. *Athenea Digital*, *17*(1), 79-96. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1722

Introducción

En este artículo discutimos la construcción de la realidad a partir de la ciencia ficción, en especial aquella de mayor corte político, que optaremos por llamar Ciencia Ficción Política (CFP), teniendo en cuenta que la ciencia ficción describe la posibilidad de otros mundos o de otras formas de comprender éste, con lo que consideramos, comparte ciertos aspectos con formas de construcción de la realidad, lo que nos lleva en este artículo, a revisar referentes de la CFP, con el fin de establecer conexiones con postulados del construccionismo.

El tejido de argumentos que presentamos se sustenta en una propuesta de análisis documental que se pregunta si todas las versiones de la realidad son ficcionales y que al revisar algunos contenidos de la literatura de CFP —frente a argumentos del construccionismo— propone un análisis que no se limita al campo de la psicología social, las humanidades, las ciencias sociales o la literatura, pues consideramos que se trata de un análisis político en general, que busca puntos de unión entre elementos, explícita-

mente no relacionados y cuya adscripción disciplinar es mejor que sea definida por quien lea esta propuesta.

Para discutir la relación entre elementos de la CFP y la construcción de la realidad, se hace necesario establecer qué se entiende por tales conceptos.

Así, para Alfonso Muñoz (2009), la ciencia ficción es una forma de explorar al ser humano, sus sentimientos y producciones, colocándolo en un mundo diferente al propio, trastocando los supuestos que rigen la cotidianidad, con el fin de verse fuera de sí mismo y comprenderse de otra manera.

De hecho, la ciencia ficción hace una crítica a las posibles consecuencias de la vida que estamos llevando, a través de un mundo imaginado, contrastando ambas realidades, asumiendo un mundo real y otro ficticio, presentando lugares o eventos no cotidianos que desfiguran lo real, originando una sociedad imaginada pero convincente.

Desde esta perspectiva, la ciencia ficción permite acceder a sí mismos a través de elementos que, para Adolfo Vásquez Rocca (2007), son la simulación, la imaginación y el engaño, aunque para Thomas Pavel (1986/1995), el mundo de la ficción y el real se cruzan, debido a la combinación de elementos posibles para ambos mundos, aunque buena parte de la ciencia ficción ha surgido de la modernización, la industrialización, la redefinición de la idea de progreso centrado en lo tecnológico y la mecanización de la economía. Elementos que escritores y académicos han criticado, mientras otros tantos han alabado.

Lo que nos lleva a afirmar, como lo hace Antonio Pantoja (2012), que la ciencia ficción trata sobre lo que puede ser posible bajo determinadas circunstancias, que es la misma idea del escritor Philip Dick, quien decía que la ciencia ficción es la transformación de un mundo real en otro mundo que aún no existe.

Y es que la ciencia ficción es una proyección de la vida, basada en argumentos y combinaciones narrativas del presente, no en vano Pablo Capanna (2008), plantea que este género se centra en formas que hasta el momento no se habían explorado, por lo que pueden llamarse ficciones.

Estos aspectos son, probablemente, los que le permiten a Miquel Barceló (1990), definir la ciencia ficción como:

> Una rama de la fantasía caracterizada por el hecho que facilita la suspensión voluntaria de la incredulidad por parte de los lectores, al presentar una atmósfera de credibilidad científica gracias a la especulación imaginativa en los campos de las ciencias físicas, el espacio, el tiempo, las ciencias sociales y la filosofía. (Barceló, 1990, p. 25)

Se trata pues, como lo afirma Barceló (1990), de especulaciones que suceden debido a la suspensión momentánea de la lógica y la aceptación de situaciones imaginarias, que son acompañadas por explicaciones aparentemente científicas, lo que permite ampliar su definición de la siguiente manera

> Un género que desarrolla su argumento de forma coherente según premisas pretendidamente plausibles con los conocimientos científicos que se poseen en la época en que se creó la obra y que, o difieren notablemente de algún aspecto concreto de la realidad tal y como es (o de su pasado tal y como fue), o sugieren un hipotético futuro derivado de tal realidad. (Alt+64-Enciclopedia de Ciencia Ficción, 2012, párrafo 1)

Consideraciones sobre ciencia ficción política

La ciencia ficción, entonces, tiene que ver con "las cosas que le ocurren a los humanos en situaciones de cambio y mutación, interna y externa [...] siendo cualquier obra que sea capaz de responder al interrogante qué ocurriría sí" (Vel Hartman, 2006, p. 7), de hecho, la posibilidad de responder a dicha pregunta es uno de los elementos que puede relacionarse con la construcción de la realidad, pues implica la movilización del límite de lo imaginado a lo posible.

Esto puede encontrarse en la novela *Un Mundo Feliz,* de Aldous Huxley (1932/1998), de la que sus editores de la versión mexicana de 1998 afirmaban:

> Representa una evolución clave de la ficción literaria [...] encarna el modelo actual de Distopía, visión en negativo de la Utopía, donde lo político y lo científico se unen para generar solamente lo peor. Un lugar donde se reunía un estado médico que selecciona a los niños, los forma dentro de sus moldes, para así controlar a la sociedad desde la raíz de sus deseos. (Editores Edivision, en Huxley, 1932/1998, p. 13)

Así, podemos ver que la ciencia ficción, al mostrarnos otros mundos posibles, intenta tener cierto carácter predictivo, pues presenta posibilidades que lentamente se han vuelto reales. Para evidenciar esta idea basta con citar a Isaac Asimov (1950/1986), quien afirmaba:

> La ciencia ficción tiene ciertas satisfacciones peculiares. Es posible que al tratar de expresar la tecnología del futuro se acierte, si después de haber escrito una historia se vive lo bastante, se puede tener la satisfacción de comprobar que tus profecías eran razonablemente acertadas y que a uno se le considere como un profeta menor. (Asimov, 1950/1986, p. 5)

Ejemplos de tal predictibilidad pueden encontrase en obras de Jules Verne, Herbert George Wells, Isaac Asimov, Arthur Clark y Philip Dick. De hecho, el mismo Asimov, en la Feria Mundial de Nueva York de 1962, propuso varios escenarios posibles que extrajo de obras de ciencia ficción, propias y ajenas, obteniendo un conjunto de realizaciones que superaron la virtualidad y que hoy son escenarios presentes e incluso pasados.

> En 50 años, la gente escuchará y verá a su interlocutor a través del teléfono convencional [...] La pequeña pantalla no solo servirá para conversar, sino también para consultar documentos y guardar fotografías. Con la gran cantidad de satélites artificiales en el espacio, además, se podrá llamar a cualquier lugar del mundo. ¡Ja! ¡Ojalá que estuviéramos en el 2014 ya mismo! (Villalobos, 2014, párrafo 12)

En el mismo artículo, Roberto Villalobos (2014), cita otros ejemplos de predictibilidad, hechos por Asimov en 1962, como los siguientes.

> En el campo de la Medicina, se habrán inventado aparatos para reemplazar corazones o riñones con problemas. La esperanza de vida al nacer, en algunas partes del mundo, se elevará a 85 años (Villalobos, 2014, párrafo 15)

> Pero no todas son buenas noticias. El planeta tendrá reveses en la medida en que su tecnología avance. El problema principal será la contaminación. (Villalobos, 2014, párrafo 17)

Retomando la idea de predictibilidad en la ciencia ficción, hay una pequeña e interesante extrañeza colombiana, la novela *Barranquilla 2132,* de José Antonio Osorio, escrita en 1932, afortunadamente reeditada en 2011, donde se incluye este fragmento

> Las maquinas lo hacían todo. Pero no era posible obtener lo que hacían las maquinas. Las antiguas teorías habían establecido que los hombres podrían encontrar la felicidad definitiva cuando no les fuera preciso trabajar, cuando todo pudiera lograrse mecánicamente [...] Pero, no pudieron evitar que un día las maquinas constituyeran la desventura definitiva. (Osorio, 1932/2011, p. 44)

A este proceso, de presagiar futuros y pensar pasados posibles Adolfo Vásquez (2007), lo denominó ficcionalización, siendo el medio por el cual se convierte la realidad en ficción, favoreciendo el surgimiento de la curiosidad, la invención y permitiendo trascender los límites del conocimiento.

La ficcionalización, así como la vinculación de temas relacionados con el poder, han llevado a Capanna (2008), a afirmar que la ciencia ficción excede la literatura, pues

como género literario configuró el imaginario sobre el futuro durante todo el siglo XX, ya que al establecerlo a través de imaginaciones también ayudó a construirlo.

Y aunque hay múltiples formas de ciencia ficción que van desde la ópera espacial, como la novela Galactica, de Glen Larson y Robert Thuston (1978/1979), al ciberpunk, como la novela ¿Sueñan los androides con ovejas eléctricas?, de Philip Dick (1968/2008); sin embargo, en este artículo, enfatizamos en aquella forma que denominaremos Ciencia Ficción Política (CFP), y que comprende obras ficcionales, literarias y cinematográficas, en las que los dispositivos materiales, operativizados en las ciencias sociales y exactas, ejercen poder, control y vigilancia sobre sus protagonistas, virtualizando los descubrimientos científicos, haciendo que su elemento clave sea el poder y cómo se coloca en funcionamiento.

Dentro de la CFP pueden incluirse obras literarias como: *Un mundo feliz* de Aldous Huxley (1932/1998); *Barranquilla 2132 de* José Antonio Osorio (1932/2011); *1984* de George Orwell (1950/1983); *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury (1953/2002); *El hombre en el castillo* de Philip Dick (1961/2010); y *Neuromante* de William Gibson (1984/2012); y obras cinematográficas como *Blade Runner* (Deleey y Scott, 1982), y *Gattaca* (DeVito y Niccol, 1997), por solo nombrar algunas.

También, hay que decir que la ciencia ficción no trata únicamente sobre el futuro, pues no toda es futurista ni sobre máquinas, por lo que no puede confundirse con tecnologización o futurismo, aunque siempre trata sobre mundos posibles y puede ser pensada como una forma de construcción de la realidad a través de alternativas utópicas, distópicas y ucrónicas, entendidas como imaginaciones, sobre un futuro diferente o un pasado distinto al existente.

De hecho, la enciclopedia de ciencia ficción Alt+64 (2012), define *Utopía* como un escenario social ideal, irrealizable e inalcanzable y le da por antónimo *Distopía*, que aborda lo indeseable y alienante, usualmente en relación con la tecnificación excesiva o el uso bélico de la ciencia, y que surge como crítica al futuro positivista producto de la modernidad y el advenimiento de la ciencia exacta como único marco de referencia para el desarrollo y el progreso; por lo que en las obras distópicas se presenta la ciencia, no como salvadora, sino como herramienta de opresión y dominación.

Ejemplos de distopías son la novela *1984,* de Orwell (1950/1983), tal vez una de sus novelas más famosas y la distopías más conocida. Otra novela, menos conocida pero igual de influyente, es *Nosotros,* de Yevgeni Zamiatin (1924/2010), basada en la Rusia de la revolución comunista, en la que una sociedad futura es contralada represivamente por el Estado Único a través de la destrucción de la intimidad y la aniquilación de la individualidad.

Dicen que la novela de Zamiatin sirvió de inspiración a Orwell para escribir *1984,* y aunque son bastantes los paralelismos que pueden encontrarse en ambas, cada una tiene una propuesta distópica diferente, de hecho, en uno de los fragmentos de *Nosotros,* Zamiatin muestra el reemplazo de la individualidad por una colectividad opresiva.

> Cada mañana nosotros, una legión de millones, nos levantamos como un solo hombre, todos a una misma hora, a un mismo minuto. Y a un mismo tiempo, todos, como un ejército de millones, comenzamos nuestro trabajo y al mismo tiempo lo acabamos. Y así fusionados, en un solo cuerpo de millones de manos, llevamos todos al unísono, en un segundo determinado por la Tabla de las Leyes, la cuchara a los labios, y al mismo segundo paseamos, nos reunimos en torno a los ejercicios de Taylor en los auditorios y nos acostamos. (Zamiatin 1924/2010, p. 29)

Estos elementos ficcionales nos han permitido definir, de manera amplia, la ciencia ficción, y lo que vamos a entender por ciencia ficción política, permitiendo a su vez, establecer puntos de unión con el construccionismo.

Construccionismo y su relación con la ciencia ficción política

Si hemos considerado la ciencia ficción como una forma de construcción de la realidad basada en condiciones de posibilidad efectivas, y que puede responder a la pregunta "*qué pasaría si...*" entonces, se pueden establecer relaciones específicas con el construccionismo y sus principales premisas, entendiendo que el construccionismo:

> No se circunscribe a un área específica de conocimiento ni campo de aplicación de la psicología, sino que está en condiciones de abordar preguntas acerca de la sociedad y la interacción humana siempre y cuando se adopten, como puntos de partida, la puesta entre comillas de la objetividad de la realidad, se asuma que todo conocimiento acerca de ella (la realidad), es producto de una ubicación histórica atravesada por un conjunto de intereses de aquellos quienes construyen ese saber, y que el lenguaje demarca la constitución de todos los fenómenos que pudiésemos llamar psicológicos, sociológicos, antropológicos, históricos e incluso filosóficos. (Molina, 2012, p. 6)

Y es que el construccionismo reconoce la existencia de múltiples mundos posibles que pueden hacerse reales, al igual que la ciencia ficción, la cual permite que a través de sus ficcionalidades emerja lo real, dando cuenta de un presente concreto, un pasado imaginado y/o un futuro ideado. Un ejemplo puede extraerse de la novela Barranquilla 2132, de Osorio.

> Rogers se detuvo suavemente sobre la terraza de El Sol, que emergía por su altura sobre los edificios que lo rodeaban. Luego descendió a las habitaciones de J. Gu. Estaba el periodista reclinado en cómodo sillón y sostenía en sus rodillas un tablerito que movía con destreza. Esta es la máquina de escribir —Explicó ante la mirada interrogante de Rogers— Ahora se escribe por sílabas, no siempre sale bien la ortografía, pero algo hay que sacrificar a la comodidad. Rogers observó el funcionamiento del aparato. Sobre una mesa situada más allá había un mecanismo que rodaba silenciosamente, trazando líneas sobre el papel. Ni un ruido delataba aquella actividad, que Gu provocaba desde el sillón, en aquel tablero que no pesaba medio kilo y funcionaba bien en cualquier posición. (Osorio, 1932/2011, p. 58)

Osorio, 80 años atrás, muestra dos aspectos claves para este artículo: 1). Un futuro imaginado con muchos años de antelación, que se hace actual influyendo virtualmente en la creación de ese mismo futuro, y 2). La interdependencia, cada vez más cotidiana, entre máquinas y seres humanos. Relación humanos-maquinas que puede encontrarse en la película *Her* (Barnard y Jonze, 2013), y en la que se reflejan relaciones que también pueden hallarse en la Teoría del Actor Red (ANT, por sus siglas en ingles), perspectiva de autores como Michael Callon, Bruno Latour y John Law.

De hecho, la ciencia ficción, en especial aquella de mayor contenido político, supone actualizaciones del presente, moviéndose desde la narrativa de ensoñación utópica a críticas distópicas de la realidad, la ciencia y la tecnología, proponiendo mundos diferentes, en los que, aprovechando recursos literarios o cinematográficos, se transforman las relaciones entre personas y objetos, permitiendo ver el pasado o el futuro de un modo distinto.

Frente a las construcciones posibles de la ciencia ficción, en especial aquella de mayor corte político, se presenta la realidad, que según Peter Berger y Thomas Luckman (1979/2011), es construida y promovida a través del lenguaje, siendo dependiente de la interacción y permitiendo movilizar valoraciones, subjetividades y objetivaciones.

Un ejemplo podemos encontrarlo, en la novela Un mundo feliz de Huxley (1932/1998), en la que se narra cómo la libertad y la intimidad desaparecen en un mundo controlado por la ciencia y la tecnología, en el que los seres humanos son producidos en serie bajo parámetros de calidad, mientras las drogas se han institucionalizado para facilitar el control de la población. Pero, ¿eso hace que sea un lugar feliz? Ese futuro distópico también puede leerse en *Barranquilla 2132.*

> — Y esa posibilidad de la superpoblación. Usted me ha dicho que fue, quizás, la superpoblación uno de los factores de la gran crisis del año 2000. ¿No puede, dentro de algunos siglos, repetirse el origen de malestar?
>
> — No —respondió el periodista— Existen disposiciones adoptadas por la Asamblea Universal y aceptadas por todo el mundo, que señalan el índice máximo de población. Para llegar a ese resultado, se han establecido divisiones imaginarias de núcleos de población compuestos por algunas ciudades limítrofes y se ha señalado un máximo de habitantes para ese núcleo. Esto no puede realizarse sin estudios detenidos sobre las posibilidades de la tierra, sobre la capacidad industrial, sobre la amplitud geográfica del transporte…
>
> — Entonces la natalidad…
>
> — La natalidad está limitada —completó el periodista—. Cada ciudad debe sostener una clínica para prevenir excesos de natalidad. Además, solo pueden tener hijos los individuos perfectamente conformados, previos exámenes de extraordinaria minuciosidad por parte de médicos. (Osorio, 1932/2011, pp. 69)

De hecho, si la realidad tiene que ver con las formas en las que se genera socialmente, entonces la ciencia ficción, en especial la de mayor contenido político, puede relacionarse con las bases epistemológicas del construccionismo planteadas por Nelson Molina (2012), las cuales son: antiesencialismo, relativismo, cuestionamiento de verdades y determinación cultural e histórica del conocimiento. Esto debido a que el construccionismo cuestiona lo asumido como real, proponiendo que el lenguaje influye en lo real, con lo que no hay realidad que no pase por el lenguaje, permitiendo la relativización y resignificación de la noción única de verdad.

Un ejemplo de esta idea de lenguaje creador de realidad puede leerse en *1984*, la novela de Orwell, en la que se narra un mundo distópico controlado por intereses gubernamentales que define lo bueno y lo malo, estableciendo, de esa manera, lo verdadero y lo real.

> Nosotros, Winston, controlamos la vida en todos sus niveles. Te figuras que existe algo llamado la naturaleza humana, que se irritará por lo que hacemos y se volverá contra nosotros. Pero no olvides que nosotros creamos la naturaleza humana. Los hombres son infinitamente maleables. O quizás hayas vuelto a tu antigua idea de que los proletarios o los esclavos se levantarán contra nosotros y nos derribarán. Desecha esa idea. Están indefensos, como animales. La Humanidad es el Partido. Los otros están fuera, son insignificantes. (Orwell, 1950/1983, p. 130)

Este ejemplo permite recordar que el mundo social es producto de procesos anclados en el lenguaje y que la realidad no es independiente de lo que decimos, hacemos o sabemos de ella, de hecho, en la misma novela, hay un fragmento, que en su época fue ciencia ficción pero que hoy es más que cotidiano.

> La telepantalla recibía y transmitía simultáneamente. Cualquier sonido que hiciera Winston superior a un susurro, era captado por el aparato. Además, mientras permaneciera dentro del radio de visión de la placa de metal, podía ser visto a la vez que oído. Por supuesto, no había manera de saber si le contemplaban a uno en un momento dado. Lo único posible era figurarse la frecuencia y el plan que empleaba la Policía del Pensamiento para controlar un hilo privado. Incluso se concebía que los vigilaran a todos a la vez. Pero, desde luego, podían intervenir su línea cada vez que se les antojara. Tenía usted que vivir —y en esto el hábito se convertía en un instinto— con la seguridad de que cualquier sonido emitido por usted sería registrado y escuchado por alguien y que, excepto en la oscuridad, todos sus movimientos serían observados. (Orwell, 1950, p. 2)

Sin embargo, no toda la ciencia ficción es sobre el futuro, pues también existen las Ucronías, reconstrucciones lógicas de un evento no sucedido pero que podría haber sido, convirtiéndose en narraciones de realidades no existentes, por eso suelen ser llamadas historia virtual, alternativa o contrafáctica, y buscan responder la pregunta ¿qué hubiera pasado si…? Lo que no es más que:

> Una pregunta que casi todos nos hemos planteado en algún momento de nuestra vida a propósito de las posibles consecuencias derivadas de haber adoptado, en un momento cronológicamente anterior, una decisión diferente de aquella por la que en ese momento nos inclinamos y que, por tanto, hubiese encaminado nuestra trayectoria vital posterior por un rumbo distinto en términos laborales, académicos, familiares, sentimentales, etc. (Roese, 1994. Citado por Pelegrín, 2010, p. 2)

En la actualidad cinematográfica la ucronía más famosa puede ser: Inglourious Basterds, traducida en algunos países como Malditos Bastardos o Bastardos sin gloria, película alemán-estadounidense (Bender y Tarantino, 2009), en la que se cuenta la muerte de Hitler, y buena parte de la cúpula nazi, a manos de un grupo de soldados judíos estadounidenses infiltrados en la Francia ocupada por el nazismo.

En el mundo literario, la ucronía más famosa puede ser *El hombre en el castillo,* de Philip Dick (1961/2010), y en la que el Eje ganó la Segunda Guerra Mundial, por lo que los países del Pacifico son controlados por el imperio japonés, los del Atlántico por el nazismo y los del Mediterráneo por el fascismo italiano; uno de sus fragmentos narra:

> En cuanto a África… Allí se habían dejado llevar por el entusiasmo y habían puesto lo mejor de sí mismos, no era posible dejar de admirarlos, aunque hubiese sido más prudente quizá esperar un poco, hasta que se completase el proyecto Granjas, por ejemplo. Allí los nazis habían mostrado todo su genio, su fondo de artistas. El mar Mediterráneo embotellado, secado, transformado en campos de labranza mediante el auxilio de la energía atómica… ¡qué imaginación! […] en verdad la experiencia de África casi había tenido éxito […] En cuanto a La Solución Final del Problema Africano, hemos alcanzado casi nuestros objetivos. (Dick 1961/2010, p. 32)

Incluso, en la enciclopedia virtual de Ciencia Ficción Alt+64 se presenta como ejemplo de Ucronía, el caso del historiador romano Tito Livio, quien en el siglo I a.C. escribió *La Historia de Roma desde su fundación*. El texto imagina cómo se hubiera desarrollado el mundo si las conquistas de Alejandro Magno hubieran iniciado hacia el Oeste, en Roma, y no hacia el Este. Pero, no es la referencia más antigua a una Ucronía, pues:

> Los primeros testimonios conocidos de formulación de propuestas contrafácticas en el ámbito de la historia han llegado en escritos de algunos de los más importantes historiadores de la Antigüedad griega y romana. Heródoto en las Historias (V a.C.), y Tucídides en Historia de la Guerra del Peloponeso (V-IV a.C.), coinciden en destacar el importante papel desempeñado por Atenas durante las Guerras Médicas, planteando cómo, si sus ciudadanos se hubiesen rendido Al Gran Rey, los persas habrían conseguido derrotar a los Griegos. (Pelegrín, 2010, p. 5)

Aunque las narraciones contrafácticas son de hace siglos, el término Ucronía sólo surgió en 1857 cuando el filósofo francés Charles Renouvier, en su libro *Uchronie* la definió como "lo que no tiene tiempo, lo que no está alojado en el tiempo, y, en particular, en el tiempo histórico… suponiendo la posibilidad de un cambio radical de la historia por la más ligera desviación de su curso" (Pelegrín, 2010, p. 6).

Estos ejemplos, literarios y cinematográficos, así como los elementos conceptuales que se han ido presentando, permiten establecer que las ideas reflejadas en distopías y ucronías dan cuenta de formas de poder apoyado en una ciencia tecnológicamente avanzada que facilita el control de diversos aspectos de la vida, tanto social como privada de los personajes, llevando a establecer lógicas de dominación.

Un aspecto interesante en este tipo de obras, es que muestran un sujeto oprimido e instrumentalizado, atrapado en un contexto subyugador, opresivo, al que se le es negada la individualidad, donde el valor del ser humano está dado por su capacidad productiva y/o militar, facilitando así procesos de poder y dominación absoluta.

Estas formas de poder, narradas en las obras de CFP, dan cuenta de mundos posibles, positivos o negativos, en los que se relativiza la realidad y se cancela la idea de una verdad universal, lo que implica:

> La negación de la existencia de fundamentos últimos del saber, a la existencia de ideas claras que den certeza al conocimiento mismo, o a la presencia de una facultad infalible que garantice el proceso de conocimiento (la racionalidad), o de facultades racionales con pretensiones de universalidad. (Olivos, 2009, p. 5)

Y es que lo que llamamos verdad, no solo es relativo a cada contexto especifico, sino que depende de cada momento sociohistórico, político y cultural, puesto que lo denominado realidad se construye con el otro, por el otro, para el otro y en relación constante con los otros, por eso es que según Harré y Krausz (1996, citado por Olivos, 2009):

> Las tesis principales del relativismo son una postura escéptica y una permisiva, la primera hace referencia a que ningún punto de vista es privilegiado, ninguna descripción es verdadera y ningún criterio de valor es válido; y la segunda a que todos los puntos de vista son igualmente privilegiados, todas las descripciones son verdaderas y todos los criterios de valor son igualmente válidos. (Olivos, 2009, p. 3)

Al no aceptar verdades absolutas, y colocar en duda cualquier postura, el relativismo se opone a la ciencia exacta como marco de referencia, lo que también sucede en la CFP, no en vano los editores de *Un mundo feliz*, en 1998, afirmaban que:

> Después de un siglo de continuos progresos es necesario detenerse para considerar la función correcta de la ciencia y la tecnología. La ciencia es una creencia y no debe imponerse sobre las demás, sin embargo, se ha convertido en un dogma con el apoyo de la economía y el Estado. Ciencia y tecnología parten de la creencia que la comprensión de la naturaleza implica el dominio de ésta por parte del hombre. (Editores Edivisión, 1998, en Huxley, 1932/1998, p. 7)

Si la ciencia no es absoluta, entonces la realidad tampoco es un elemento dado por sentado, es por esto que Philip Dick, en una de sus apariciones públicas en los 70s, sostuvo que la herramienta básica para la manipulación de la realidad es la manipulación de las palabras, lo que da paso a la afirmación de la existencia de múltiples mundos posibles, a travesados por realidades múltiples, que dependen de su propio espacio y tiempo y que son mediados por el lenguaje. Tal vez por esto es que Molina (2012), afirma que:

> Realidad y todos los fenómenos que podemos distinguir en ella, no son otra cosa que un producto de la manera como han sido nominados, apropiados en la acción, y por la manera en la que nos hemos relacionado con ellos (Molina, 2012, p. 3)

De hecho, no estaría de más recordar a Jorge Luis Borges, quien, al referirse a Ray Bradbury, autor de *Fahrenheit 451* y *crónicas marcianas*, afirmaba:

> ¿Cómo pueden tocarme estas fantasías de manera tan íntima? Toda literatura (me atrevo a contestar), es simbólica; hay unas pocas experiencias fundamentales y es indiferente que un escritor, para transmitirlas, recurra a lo "fantástico" o a lo "real", a Macbeth o a Raskolnikov, o a la invasión a Marte. (Borges, 1954. Citado en Bradbury, 1950/2009, p. 9)

Si la realidad depende del lenguaje, entonces, es atravesada por la comunicación, no en vano Kenneth Gergen (1994/1996), afirma que el elemento fundamental de nuestra existencia es la comunicación, ya que es a través suyo que interactuamos con los demás.

Hay que tener en cuenta, además, que el lenguaje es producto de la realidad objetivada, pero que también la produce, haciendo que lenguaje y realidad sean elementos interdependientes de la construcción social, siendo incapaces de existir por separado; y si el lenguaje permite crear conocimientos, entonces es la estructura social, también creada por este, la que los distribuye a través de procesos como la socialización, ya que:

> No podemos vivir sin interpretar constantemente, sin producir o atribuir significados, tampoco tenemos otra alternativa que la de vivir desde dentro de un entramado de valores y de opciones normativas. Ello, aunque sólo sea porque estamos hechos de una red de deseos, necesidades, preferencias y objetivos a corto y largo plazo, que incorporan necesariamente valores como elementos constitutivos de su propio tejido. (Ibáñez, 2005, p. 50)

Todo lo cual nos permite afirmar que la vida es un acontecimiento narrativo en el que se comparten sucesos a través de relatos, argumento retomado por José Morales (2005), quien recordando a Gergen, dice que el acontecer narrativo define la realidad, a través de la interacción social, con lo que la realidad cotidiana, pero también la de laboratorio o la literaria, no es más que una construcción de nuestra interacción con el otro, pues, como lo afirma Tomás Ibáñez (2005), "son las relaciones las que engendran los objetos, los seres y los actos, nunca lo contrario" (p. 199).

Esta noción de realidad creada a través del lenguaje, nos remite a otro ejemplo extraído de la CFP que puede encontrarse en la novela *Un mundo feliz:*

> Silencio, silencio, murmuraba un altavoz cuando llegaron al piso decimocuarto, y silencio, silencio, repetían infatigablemente los altavoces, a intervalos regulares, a lo largo de cada corredor. Los estudiantes y hasta el propio Director comenzaron a andar de puntillas automáticamente. Eran Alfas, naturalmente, pero hasta los propios Alfas se les acondicionaba bien, "silencio, silencio". Todo el ambiente del piso catorce vibraba con tal imperativo categórico. Cincuenta metros recorridos en puntillas los llevaron a una puerta que el Director abrió cuidadosamente. (Huxley, 1932/1998, p. 41)

Y es que la objetividad y la racionalidad son producciones sociales derivadas de su contexto, que al colocar en cuestión la construcción social de las ciencias y de toda forma de interacción social, permite la emergencia de la virtualidad, entendida como "aquello que existe en potencia pero no en acto. Lo virtual tiende a actualizarse, aunque no se concretiza de un modo efectivo o formal" (Levy, 1995/1999, p. 17).

Es decir que la virtualidad es la potencialidad para ser; lo que incluye la descripción de un mundo que aún no es posible pero que puede serlo; haciendo que toda interacción social sea, en principio, virtual, pues tiene posibilidades de ser. Esto mismo sucede en la ciencia, y en la ciencia ficción con mayor razón, pues se construyen desde el mundo de las posibilidades.

De hecho, la virtualidad en tanto potencialidad y posibilidad, planteada por Levy (1995/1999), solo es posible debido a la subjetividad, ya que:

> Lo virtual solo aparece con la entrada de la subjetividad humana en la secuencia textual, cuando del mismo momento surgen la indeterminación del sentido y la propensión del texto a significar. Tensión que resolverá la lectura mediante una actualización, es decir, una interpretación. (Lévy, 1995/1999, p. 39)

Desde esta perspectiva, lo virtual tiende a favorecer el futuro, ideándolo e imaginándolo y como lo dice Ibáñez (2009), pensar el futuro es un acto de imaginación, pues solo a través de la imaginación nos acercamos al futuro, que no puede existir sin imaginación, pues ante la ausencia de la capacidad imaginadora solo nos quedan presentes constantes.

Incluso, se puede retomar el prólogo de *1984,* escrito por Manuel Vásquez de Montalbán en 1983, donde hay un fragmento bastante desalentador pero altamente revelador.

> No está prohibido leer en la actualidad, pero el leer está condicionado por las organizaciones de la vida y por las intenciones de la industria de la cultura, sea del mercado librero, sea estatal. La cultura en 1983, y supongo que en

> 1984, está organizada para alienar, porque tiene como fetiche la mercancía en occidente o la capsula de verdad oficial en los países socialistas (Vásquez de Montalbán, en Orwell, 1950/1983, p. VII)

Y es que manteniendo la categoría de la CFP, se puede afirmar que las distopías son otra forma de lo virtual, pues tratan de un futuro al que se esperaría no llegar, pero al que cada vez nos parecemos más, ejemplos son: el Estado Mundial de *Un mundo feliz,* de Huxley (1935/1998), cada vez más parecido a las multinacionales farmacéuticas que deciden sobre el bienestar y malestar de los grupos humanos o los bomberos de *Fahrenheit 451,* de Bradbury (1953/2002), demasiado parecidos a las policías políticas de los regímenes totalitarios y a las de otros supuestamente democráticos, de la que podemos citar un fragmento, que acentúa dicho punto.

> Hemos de ser todos iguales. No todos nacimos libres e iguales, como dice la Constitución, sino todos hechos iguales. Cada hombre, la imagen de cualquier otro. Entonces, todos son felices, porque no pueden establecerse diferencias ni comparaciones desfavorables. ¡Ea! Un libro es un arma cargada en la casa de al lado. Quémalo. Quita el proyectil del arma. Domina la mente del hombre. ¿Quién sabe cuál podría ser el objetivo del hombre que leyese mucho? ¿Yo? No lo resistiría ni un minuto. Y Así, cuando, por último, las casas fueron totalmente inmunizadas contra el fuego, en el mundo entero, ya no hubo necesidad de bomberos para el antiguo trabajo. Se les dio una nueva misión, como custodios de nuestra tranquilidad de espíritu, de nuestro pequeño, comprensible y justo temor de ser inferiores. Censores oficiales, jueces y ejecutores. Eso eres tú, Montag. Y eso soy yo. (Bradbury, 1953/2002, p. 68)

A manera de conclusiones

Estos elementos presentados permiten afirmar que "los textos de ficción poseen cierta unidad discursiva, y para sus lectores los mundos que describen no están escindidos necesariamente según la división ficción/realidad" (Pavel, 1995, p. 29), puesto que tratan de aquello que es posible bajo determinadas circunstancias, claro está, que lo objetivamente posible depende de la subjetividad de cada cual, no en vano Philip Dick, solía decir que la ficción es la transformación de un mundo real en otro mundo que aún no existe, no en vano

> Los que leemos ciencia ficción, lo hacemos por que amamos la experiencia que supone la reacción en cadena de las ideas que tienen lugar en nuestras mentes por lo que hemos leído; así, el propósito final de la mejor ciencia ficción es la colaboración entre el autor y el lector, una colaboración en la que

> ambos son creadores, y disfrutan de ello: el disfrute es el ingrediente esencial y definitivo de la ciencia ficción, el disfrute del descubrimiento de las cosas nuevas (Dick, citado por Vel Hartman, 2006, p. 39).

Lo que nos devuelve al construccionismo, que acepta la posibilidad de múltiples realidades al concebir lo real como un espacio de invención, un espacio por llenar, creado y recreado constantemente a través de la posibilidad, la virtualidad del contacto con el otro, y por supuesto de la imaginación, la narración y la ficcionalidad.

Todo lo que nos lleva a afirmar que la realidad es un espacio de ficción, de ciencia ficción y en algunos casos, de ciencia ficción política, no en vano está atravesada por la inventiva, que según Pantoja (2012), es la base de cualquier narración, ya que toda inventiva genera innovación que sólo ve sus frutos en el futuro, lo que hace que realidad y ciencia ficción sean más cercanas de lo que parece.

Y es que la ciencia ficción, en especial aquella de mayor corte político, se configura como una forma de creación e incluso de recreación de la realidad, mediada por el lenguaje y la interacción con los demás, lo que favorece una realidad plagada de inventiva y de construcciones cada vez más ficcionales, que se han hecho tan frecuentes que no se discuten sus orígenes.

Sobra ver la cantidad de elementos relacionados con lo tecnológico salidos de series de televisión, películas o libros del género, ejemplos hay montones, por solo citar algunos referenciaremos dos: los dispositivos móviles y tabletas táctiles aparecidas en la serie *Star Trek* hace más de 40 años y el concepto de ciberespacio, ahora absolutamente cotidiano, inventado por William Gibson para su novela *Neuromante* (1984/2012).

De hecho, podemos ir más allá y decir que cualquier relato, por más histórico que sea o científico que pretenda serlo, puede ser entendido como un relato de ciencia ficción, pues está mediado por mundos posibles, no en vano para Vásquez (2007), aquello que denominamos mundo real, es solamente uno entre tantos posibles, ya que es atravesado por infinidad de sub-universos que organizan de manera diferente sus sistemas de realidad, por lo que aquello que consideramos mundo actual no es más que una alternativa, en el que el límite entre ficción y no-ficción, realidad e irrealidad, ciencia y ficción política se disuelve, quedando en entre dicho conceptos como verdad y ciencia.

Lo que afirmamos nos conduce a que la ciencia ficción, en especial la de mayor corte político, trata sobre los mismos temas que se discuten en los volúmenes de filosofía, economía o ética, pues sus temas son iguales a los de la CFP, pues, aunque tengan una forma retórica diferente, las obras teóricas y las de CFP, tratan sobre: poder y

control, producción y economía, dominación y libertad, manipulación y liderazgo, guerra y paz, vida y muerte, bien y mal, y tantos otros temas posibles.

Y es que la ficción es el mundo de lo que pudo ser y nunca fue, pero también, de lo que pudo no ser, pero sí fue, es el mundo de las posibilidades y como lo ha dicho Vásquez (2007), la ficción se hace posible porque podría llegar a suceder, aunque aún no haya ocurrido y ni se sepa si ocurrirá.

De hecho, la extrañeza de la ficción no es lo fantástico ni lo inverosímil, sino lo siempre posible de la realidad narrada ficcionalmente.

Así, la CFP no es más que otro producto de la construcción de la realidad hecha a través del lenguaje, incluso, desde la perspectiva que hemos expuesto, no es descabellado pensar que la realidad construida actualmente, no es más que otro producto de ciencia ficción política.

Al final, estamos ante una forma de ver, entender y crear el mundo, distinta a la que nos hemos acostumbrado formalmente a ver, una forma de hacer mundo desde la ficcionalización, con la que creamos y recreamos la realidad constantemente y que nos permite preguntarnos si ¿vivimos un mundo real ficticio?, ¿con cuáles referentes posibles?

Referencias

Alt+64. Enciclopedia de ciencia ficción (2012). *Ciencia ficción*. Disponible en http://alt64.org/wiki/index.php?title=Ciencia_ficci%C3%B3n

Alt+64. Enciclopedia de ciencia ficción (2012). *Distopía*. Disponible en http://www.alt64.org/wiki/index.php/Distop%C3%ADa

Asimov, Isaac (1950/1986). *Sueños de robot*. Barcelona: Editorial plaza y janes.

Barceló, Miquel (1990). *Ciencia ficción, guía de lectura*. Barcelona: ediciones B.

Barnard, Chelsa (productor) & Jonze, Spike (director). (1984). *Her*. [Cinta cinematográfica]. USA: Annapurna Pictures.

Bender, Lawrence (productor) & Tarantino, Quentin (director). (2009). *Inglourious Basterds*. [Cinta cinematográfica]. USA & Alemania: Universal Pictures, Weinstein Company, & A Band Apart.

Berger, Peter & Luckman, Thomas (1979/2011). *La Construcción Social de la Realidad*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

Bradbury, Ray (1953/2002). *Fahrenheit 451*. Barcelona: Plaza & Janes.

Bradbury, Ray (1950/2009). *Crónicas marcianas*. Barcelona: Ediciones Minotauro.

Capanna, Pablo (2008, 2 de febrero). Qué nos dejó la ciencia ficción (entrevistador: Diego Manso). *Revista Ñ*. Recuperado de http://edant.revistaenie.clarin.com/notas/2008/02/02/01598619.html

Deeley, Michael (productor) & Scott, Ridley (director). (1982). *Blade Runner.* [Cinta cinematográfica]. USA: The Ladd Company, Shaw brothers, Warner Bros & Blade Runner Partnership

DeVito, Danny (productor) & Niccol, Andrew (director). (1997). *Gattaca.* [Cinta cinematográfica]. USA: Columbia pictures Corporation & Jersey Films

Dick, Philip (1961/2010). *El hombre en el castillo.* Barcelona: Minotauro.

Dick, Philip (1968/2008). *¿Sueñan los androides con ovejas eléctricas?* Barcelona: Edhasa.

Gergen, Kenneth (1994/1996). *Realidades y relaciones.* Buenos Aires: Paidós.

Gibson, William (1984/2012). *Neuromante.* Barcelona: Minotauro.

Huxley, Aldous (1932/1998). *Un mundo feliz.* México D.F.: Compañía editorial Edivision.

Ibáñez, Tomas (2005). *Contra la dominación.* Barcelona: Editorial Gedisa

Larson, Glen & Thuston, Robert (1978/1979). *Galactica.* Bogotá: Círculo de Lectores.

Lévy, Pierre (1995/1999). *Qué es lo virtual.* Barcelona: Paidós multimedia

Molina, Nelson (2012). *Introducción al socioconstruccionismo.* Documento de trabajo no publicado. Instituto de Psicología, Universidad del Valle.

Morales, José (2005). *Teoría narrativa de la psicología social en modo de ser literario* Tesis Doctoral sin publicar, Universidad autónoma de Barcelona.

Muñoz, Alfonso (2009). Realidad virtual y memorias posibles: apuntes sobre la presencia de mundos virtuales en el cine postmoderno de ciencia-ficción. *Revista de filosofía eikasia, 4*(24), 275-284.

Olivos Santoyo, Nicolás (2009). Dimensiones argumentativas del relativismo epistémico: entre el programa y la duda escéptica. *Andamios, 5*(10), 197-226.

Orwell, George (1950/1983). *1984.* Bogotá: Círculo de Lectores.

Osorio, José Antonio (1932/2011). *Barranquilla 2013.* Bogotá: Laguna libros.

Pantoja, Antonio (2012). Recordando el futuro. La construcción de imaginarios sobre el futuro en la ficción cinematográfica. *Revista comunicación, 10*(1), 787-799.

Pavel, Thomas (1986/1995). *Mundos de ficción,* Caracas: Monte Avila Latinoamericana.

Pelegrín, Julián (2010). La historia alternativa como herramienta didáctica: una revisión historiográfica. *Proyecto CLIO, 36.* Recuperado de http://clio.rediris.es/n36/articulos/pelegrin.pdf

Renouvier, Charles (1876). *Uchronie: l´utopie dans l´histoire.* Paris: Bureau de la Critique Philosophique. Recuperado de https://archive.org/details/uchronielutopie01renogoog

Vásquez Roca, Adolfo (2007). *Semántica de los mundos posibles.* Recuperado de http://www.filosofia.net/materiales/num/num21/semantica.htm

Vel Hartman, Sergio (2006). *El universo de la ciencia ficción, los mejores escritores anglosajones del género.* Barcelona: Circulo Latino Editorial.

Villalobos Viato, Roberto (2014, 4 de mayo). El futuro, según Asimov. *Prensa Libre.* Recuperado de: http://www.prensalibre.com/revista-d/Isaac-Asimov-ciencia-ficcion-robots-2014-tecnologia-mundo-futuro-0-1129087255

Zamiatin, Yevgeni (1924/2010). *Nosotros.* México D.F.: Lectorum.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Autoayuda cerebral y nuevas gramáticas del bienestar. Cuidar el cerebro para una vida saludable

Cerebral self-help and new grammars for wellbeing. Caring for the brain for a healthy life

María Jimena Mantilla

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG-UBA); mantillamariajimena@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 23-11-2015

Primera revisión: 18-01-2016

Aceptado: 09-04-2106

Palabras clave
Neurociencias
Cerebro
Autoayuda
Bienestar

Resumen

En este artículo utilizo el caso de la bibliografía de "autoayuda cerebral" para analizar la organización y combinación de las definiciones neurocientíficas sobre el cerebro en torno a una gramática del bienestar personal. A partir del análisis de un corpus de publicaciones de autoayuda cerebral, describo los modos en que se construye una narrativa cerebralista de la conducta y de las emociones y cómo ésta se articula con una propuesta de cambio personal. El análisis ilumina cómo la vulgarización del discurso neurocientífico provee recursos narrativos para lidiar y dotar de sentido a las experiencias vitales.

Keywords
Neurosciences
Brain
Self-Help
Wellbeing

Abstract

In this paper I analyze the case of cerebral self-help literature and describe how the organization of neuroscientific definitions about the brain is combined within a grammar of personal wellbeing. Based on a corpus of publication of cerebral self-help, I describe the ways in which a brain narrative of behaviour and emotions is created and how is articulated with a proposal for personal growth. The analysis illuminates how the popularization of neuroscientific discourse provides with narrative resources to deal with and give meaning to life experiences.

Mantilla, María Jimena (2017). Autoayuda cerebral y nuevas gramáticas del bienestar. Cuidar el cerebro para una vida saludable. *Athenea Digital*, *17*(1), 97-115. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1755

Introducción

> *Solemos creer que estamos divididos en dos: con el cerebro se piensa y con el corazón se siente. Sin embargo, somos "cerebros con patas": somos cerebro cuando amamos, cuando tenemos sexo, cuando sentimos, y es el cerebro el que da forma a nuestros pensamientos, recuerdos, creencias, estados de ánimo, miedos y sueños. Hasta hace poco tiempo entonces, recurríamos a los libros de autoayuda para desintoxicar nuestras emociones y vivir mejor. Ahora, en cambio, la búsqueda incluye a nuestra parte más compleja: entrenar nuestros cerebros para vivir mejor.*
>
> *(Sousa Dias, 2015, p. 50)*

Desde hace unos años asistimos a un auge mundial de la difusión de los discursos científicos del cerebro (Mantilla, 2015; Racine, Waldman y Rosenberg, 2010; Thornton, 2011). La presencia de neurocientíficos en los medios de comunicación (tanto en programas de radio como de televisión), la creciente publicación de artículos periodísticos en torno a la temática, la emergencia de libros de divulgación de los conocimientos

científicos del cerebro, así como la presencia del cerebro y las neurociencias en obras de teatro, redes sociales y páginas web, son algunos ejemplos de este auge. La dispersión de espacios sociales en que se apela a conocimientos neurocientíficos muestra la importancia de la penetración de los discursos del cerebro en la arena social. La emergencia de libros de "autoayuda cerebral" se inscribe y cobra relevancia en este marco. Se trata de un tipo de subgénero relativamente nuevo dentro de la vasta literatura de autoayuda que se basa en cómo intervenir sobre el cerebro para mejorar su performance (Ortega, 2009a).

La literatura de autoayuda, en tanto género literario, se caracteriza por ofrecer soluciones a problemas de la vida cotidiana a través de propuestas concretas, del tipo receta, consejos prácticos y programáticos (Papalini, 2010; 2015; Souroujón, 2009). Se trata de un género multifacético, en el que conviven libros de espiritualidad, psicología, crianza y maternidad, finanzas y marketing, entre otras disciplinas.

¿En qué consiste la "autoayuda cerebral"? ¿Cómo se vincula el conocimiento científico del cerebro con la autoayuda? ¿Cómo se legitiman estas propuestas y qué nociones la sustentan? ¿Qué significa entrenar el cerebro y cómo esto se asocia al mejoramiento de capacidades personales? Para responder a estos interrogantes analizo un corpus de libros de autoayuda cerebral, prestando especial atención a cómo los autores apelan al discurso científico para fundamentar su abordaje, a las definiciones en clave cerebralista de la subjetividad y de los procesos emocionales, y a la articulación entre las propuestas de cambio personal y las características y potencialidades del cerebro.

El artículo forma parte de una investigación mayor que aborda las implicancias socioculturales de las ideas contemporáneas sobre el cerebro en Argentina, a partir de examinar la circulación de las representaciones del cerebro y las neurociencias en el espacio público.[1] Los estudios en este campo problematizan el fenómeno de divulgación de las neurociencias analizando las representaciones del cerebro que circulan en los medios de comunicación (Beck, 2010; Gonon, Bezard y Boraud, 2011; Palma, 2012; Racine, Bar-Ilan e Illes, 2005; Racine et al., 2010) y dando cuenta del impacto cultural de estos discursos, atendiendo a cómo las teorías y vocabularios neurocientíficos transforman las ideas sobre la identidad, el sufrimiento, el bienestar y las nociones mismas de persona (Azize, 2010; O'Connor y Joffe, 2013; Thornton, 2011).

En artículos anteriores examiné los usos discursivos de las imágenes y representaciones del cerebro y las neurociencias en medios de comunicación argentinos (Mantilla, 2015; Mantilla y Di Marco, 2016), dando cuenta de la multiplicidad de formas en

[1] Proyecto PICT 2013-0638 "Ciencia, cultura y sociedad. La difusión de las neurociencias y la circulación social de discursos sobre el cerebro", financiado por la Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica de Argentina.

que el cerebro y las explicaciones sobre su funcionamiento se utilizan para crear sentido en una diversidad de procesos de la vida cotidiana, desde la explicación de la memoria hasta la complejidad de decisiones políticas y amorosas (Mantilla, 2015). El abanico de procesos en los cuales el cerebro se muestra como un agente causal, desplegados a través de una "retórica cerebralista", va de la mano de sentencias que subrayan el carácter enigmático y misterioso del funcionamiento cerebral. La presencia de los discursos de la neurociencia y de neurocientíficos en diferentes espacios públicos, fenómeno en el que debe ubicarse la literatura de autoayuda cerebral, son elementos centrales de una plataforma cultural de instalación del cerebro como actor social.

Las investigaciones que problematizan la literatura de autoayuda cerebral son escasas, y en general se basan en el examen de una sola fuente. En el marco de su análisis sobre la difusión de los discursos sobre el cerebro y la generación de una cultura cerebral, David Thronton (2011) analiza el caso de la autoayuda cerebral y muestra cómo los comportamientos buenos o socialmente esperables son considerados como parte del repertorio de un "cerebro saludable", mientras que los comportamientos disfuncionales se asocian al repertorio de un "cerebro enfermo", revelando los modos en que la salud cerebral combina significados científicos y morales. Francisco Ortega (2009a) vincula la literatura de autoayuda cerebral con la expansión de prácticas nuevas de sociabilidad en las que las clasificaciones neurocientíficas se ponen en juego, y en otro texto (2009b) compara prácticas actuales de mejoramiento cerebral con las del siglo XIX, desarrolladas en el marco de la difusión de la frenología, señalando similitudes entre el tipo de ejercicios propuesto en ambos periodos.

A partir del análisis de un corpus de publicaciones de autoyauda cerebral, descripto en el próximo apartado, se describen las principales características que conforman este sub-género. Se examinan las estrategias de legitimación científica de estas publicaciones, basadas en la investigación neurocientífica, las nociones cerebralistas de la subjetividad que las sustentan, y las teorías y características del cerebro en que se apoyan las propuestas de cambios personales a partir del entrenamiento cerebral. El propósito del artículo es iluminar los procesos discursivos mediante los cuales el cerebro se convierte en un actor central de una retórica de optimización y mejoramiento que abarca la vida en todas sus dimensiones (laborales, personales, relacionales, entre otros). La autoayuda cerebral se torna así una vía de circulación masiva de esta retórica de optimización cerebral en tanto los libros enseñan a vincular problemáticas y experiencias vitales con procesos cerebrales al tiempo que muestran el camino para lograr cambios.

Notas metodológicas

El artículo es parte de una investigación en curso en que analizo la circulación de ideas científicas sobre el cerebro en el espacio público argentino a partir de un heterogéneo *corpus* de fuentes secundarias (como libros de divulgación, notas periodísticas, programas televisivos y eventos públicos, entre otros). Los datos en que se basa el artículo remiten principalmente a un segmento de la creciente producción en este campo: el de aquellos libros que, partiendo de un discurso inscripto o legitimado por las neurociencias, apelan a los lectores con recursos propios de la literatura de autoayuda.

El límite entre la literatura de divulgación neurocientífica y la autoayuda cerebral no es siempre evidente. Los libros que se analizan en este artículo toman como punto de partida algunos hallazgos de los actuales conocimientos neurocientíficos, y, si bien mantienen cierta proximidad con la literatura de divulgación científica, su objetivo excede la mera divulgación, ya que su principal foco está puesto en el mejoramiento de capacidades personales.

Examino cinco libros publicados en los últimos años en el mercado editorial argentino, tres de ellos escritos por autores locales y dos por autores extranjeros.[2] Los criterios de selección para elaborar el *corpus* fueron su relevancia en el mercado editorial local;[3] la presencia de los autores y de los libros en los medios de comunicación (ya sea de los propios autores como columnistas o invitados, o a que se recomiende y aliente la lectura de los libros en notas periodísticas); y por el perfil de los autores, científicos o profesionales con credenciales habilitantes en el campo de las neurociencias y/o de la divulgación de estas ideas. Varios de los libros incluidos en la muestra han encabezado los rankings de *best-sellers* de no ficción (tanto en Argentina como en otros países) y han tenido impacto en el mercado latinoamericano e hispanoparlante[4]. La inclusión de los libros escritos por autores extranjeros apunta a establecer comparaciones con la producción de los autores argentinos, de modo de perfilar aquellos elementos propios del género más allá de las características del medio local. En forma

[2] Se trata de los libros *Ágilmente* (2012) y *En Cambio. Aprendé a modificar tu cerebro para cambiar tu vida y sentirte mejor* (2014), ambos de Estanislao Bachrach; *Cómo entrenar tu cerebro* (2014), de María Fernanda López; *Gimnasia cerebral en acción* (1993/2012), de Marilyn vos Savant; y *Súper cerebro. Libere el poder explosivo de su mente para potenciar su salud, su felicidad y su bienestar emocional* (2012/2015), de Deepak Chopra y Rudolph Tanzi. El best-seller *Usar el cerebro. Conocer nuestra mente para vivir mejor* (2014), escrito por el neurocientífico Facundo Manes junto a Mateo Niro, no fue incluido en la muestra porque se trata fundamentalmente de un libro de divulgación científica, pese a lo que se sugiere desde el título.

[3] La relevancia editorial remite a rankings de *best-sellers* y a conversaciones informales con encargados de librerías que permitieron identificar los libros más vendidos en este campo.

[4] Los libros de Estanislao Bachrach se convirtieron en los libros de no-ficción más vendidos de la Argentina (el libro *Ágilmente* va por su 15ª edición y vendió más de 200.000 ejemplares), con gran permanencia en los rankings de *best-sellers* (Ríos, 2014). Ambos libros fueron editados en España y varios países latinoamericanos (Camacho, 2015), al igual que el libro de María Fernanda Lopez (2012). *Súper cerebro* fue un *best-seller* del *New York Times* y fue publicado es diferentes países.

complementaria relevé apariciones públicas de los autores de estos libros, como notas periodísticas en medios gráficos (columnas de opinión, entrevistas, etc.), participaciones en programas de televisión y de radio, y sus portales en las redes sociales.

Examiné estos documentos (tantos los libros como las participaciones públicas) a partir de técnicas de análisis cualitativas como el análisis temático de contenido, en torno a dimensiones analíticas que fueron emergiendo de una lectura inductiva. Entre los principales ejes analíticos pueden señalarse el rol de la fundamentación científica en las propuestas de autoayuda; la caracterización de la cerebralidad en los procesos subjetivos; la noción de la neuroplasticidad y el rol del entrenamiento cerebral, entre otros.

La selección de las fuentes analizadas no pretende ser exhaustiva ni representar el universo de este tipo de publicaciones. El carácter intencional de la muestra, guiada por fines teóricos, permite sin embargo delinear con mayor precisión el género de la autoayuda cerebral, así como contribuir al examen de las implicancias socioculturales de la difusión de los discursos científicos sobre el cerebro.

La autoayuda cerebral: el cerebro en el centro de las propuestas de bienestar

¿Qué características comparten los libros analizados? ¿Cuáles serían las principales componentes de la autoayuda cerebral? ¿Sobre qué nociones se basan, cómo se legitiman y qué proponen estas iniciativas? En los siguientes apartados discuto los ejes centrales que atraviesan estas publicaciones, precisando los contornos de una literatura de autoayuda cerebral. Se describen los intentos de los autores por inscribir su propuesta bajo un paraguas científico, el paradigma cerebralista en que se piensa la subjetividad y la noción de plasticidad cerebral que permiten inscribir las propuestas de entrenamiento cerebral como vía para el cambio personal.

La autoayuda científica

La literatura de la autoayuda se fundamenta en la vulgarización del conocimiento experto a través de vehiculizar diferentes teorías de la subjetividad, entre las cuales se encuentran las teorías científicas (Papalini, 2010). Un aspecto que caracteriza al caso que nos ocupa es que parte de una apropiación de los conocimientos neurocientíficos y va un paso más allá: enlaza una retórica científica de la optimización cerebral para cada aspecto de la vida cotidiana, convirtiendo al cerebro en el centro de todos los procesos vitales. Como lo deja entrever uno de los autores analizados:

> Hoy, basada en datos científicos, existe una razón fundamental por la cual se debe ser gentil con uno mismo, cultivando experiencias plenas y aprendiendo de ellas, ya que todas estas experiencias impactarán de manera real, estructural y anatómica en tu cerebro, pudiendo influir e impactar en tu presente y en tu futuro como persona. (Bachrach, 2012 p. 83)

En el discurso de la autoayuda cerebral los hallazgos de las neurociencias se utilizan, por un lado, como una forma de diferenciación de otros tipos de propuestas de autoayuda (aspecto no tan presente en el libro co-escrito por Deepak Chopra, autor de larga trayectoria en el género de la autoayuda en su vertiente espiritual), y por otro como una fuente de legitimación de las ideas que se presentan en los libros y publicaciones. Los siguientes ejemplos dan cuenta de esta búsqueda por establecer diferencias con otras propuestas del género:

> Para empezar a hablar de entrenar nuestro cerebro tenemos que comenzar por saber en qué nos estamos basando científicamente para ello y esto es la Neurociencia Cognitiva (López, 2012 p. 13).

> Está de moda el hecho de cientifizar las cosas, después de tantos años de autoayuda (…) No estoy diciendo que aquello esté mal, sino que simplemente esto es como una autoayuda con una base científica. De algún modo, nos enseñaron a creer más en la ciencia que en la no–ciencia (Estanislao Bachrach, en Santos, 2014, p. 19).

La legitimación científica le aporta una contundencia a los argumentos y propuestas de autoayuda, aún pese a que no difieran del todo de otros libros del rubro, tanto en sus propósitos como en la forma de apelar a los lectores. Asimismo, el cariz científico promueve la inclusión de lectores más interesados en la divulgación científica que en la autoayuda, así como de aquellos a quienes la pátina científica les "habilita" el consumo de este tipo de productos.

Al respecto cabe señalar la dificultad de establecer fronteras claras entre los libros de divulgación neurocientífica y los de autoayuda cerebral, ya que unos y otros comparten elementos de ambos sub-géneros, aunque en diferente proporción. Esta ambigüedad se debe en parte a la forma en que buena parte de los neurocientíficos que se dedican a la divulgación se posicionan en los espacios de difusión (como sus columnas en los diarios), o al modo en que promocionan sus productos. Títulos como *Usar el cerebro. Conocer nuestra mente para vivir mejor* (Manes y Niro, 2014), escrito por uno de los principales referentes de la disciplina en Argentina y con proyección internacional, coquetean con la literatura de autoayuda por más de que su contenido no se inscriba dentro de la misma.

El crecimiento de la oferta de literatura de autoayuda en las últimas décadas (Papalini, 2015; Souroujón, 2009), y la expansión de la "cultura de autaoyuda" (Illouz, 2008/2010) a través de los medios de comunicación, conforman un terreno fértil para la instalación de una perspectiva cerebralista en el género. Thornton (2011) da cuenta de un proceso de doble interprenetración entre la cultura de la autoayuda y la cultura cerebral, y sugiere que los discursos de divulgación de las neurociencias colaboran con la agenda terapéutica de la autoayuda imbuyéndole autoridad médica y científica. Asimismo, la cultura de la autoayuda favorece la inserción de los saberes populares neurocientíficos en el plano de lo terapéutico.

Ligado a este último, un segundo uso del discurso neurocientífico en las fuentes analizadas apunta a legitimar las recomendaciones terapéuticas y las descripciones del comportamiento humano que se describen a lo largo de los libros. La apelación reiterada a nociones como "evidencia científica" o "hallazgos científicos", antecediendo a cada idea que se desarrolla, las referencias frecuentes a investigaciones o experimentos, y en algunos casos hasta un apartado en que se lista la bibliografía citada, como es usual en libros académicos y/o de divulgación (en especial en los libros de Bachrach), dan cuenta de este punto.

> La ciencia ha descubierto que tu voluntad no es sólo dominio de la psicología sino también de la fisiología. Hay evidencias psicológicas y neurocientíficas que determinan que la voluntad es como un músculo que puede ejercitarse (Bachrach, 2014 p. 134).

Por ejemplo, en uno de los libros analizados (*En cambio)*, se presenta la fuerza de voluntad como dimensión clave para el cambio subjetivo. El autor se refiere a estudios que demuestran cómo las personas que creen tenerla, subestiman las tentaciones y pierden el control con más facilidad, y advierte que esos estudios demuestran que quienes tienen un mejor control sobre sus emociones "son más felices, ganan más plata y tienen relaciones más duraderas" (Bachrach, 2014, p. 133). Independientemente de la dimensión valorativa que se coloca bajo la lupa de las aspiraciones (valoración de lo económico y la temporalidad de las relaciones como componentes intrínsecos de la felicidad), el giro narrativo que proponen estos libros se centra en enmarcar dentro del discurso científico aspectos de la persona, tradicionalmente considerados como dentro de la esfera de la psicología. Con un énfasis más ligado a la espiritualidad, otro de los libros (*Súper cerebro*) presenta elementos similares (Chopra y Tanzi, 2012/2015). El lenguaje de las neurociencias está al servicio de caracterizar dimensiones psicológicas, espirituales y físicas del ser humano.

Los libros que se enfocan en el entrenamiento cerebral (*Cómo entrenar tu cerebro* y *Gimnasia cerebral*), si bien abordan temas más específicos, apelan también a una ca-

racterización neurocientífica de las capacidades, aptitudes y aspectos que buscan optimizar (López, 2012; vos Savant, 1993/2012). Lo central, más allá de las particularidades, es que se pretende fundamentar con datos científicos concretos, es decir, no sólo se basan en un paradigma científico en particular (como relacionar aspectos de la vida al funcionamiento cerebral en el caso analizado, o en conectar determinadas vivencias con una posición subjetiva en aquellos más apoyados en teorías psicológicas), sino que buscan conectar sus propuestas de autoayuda con datos actualizados de investigaciones en neurociencias, es decir, con evidencias.

Además de ampararse en el prestigio de la "ciencia", la autoayuda cerebral pretende construir una imagen práctica e instrumental del conocimiento científico aplicable en la vida cotidiana. Los aportes de las neurociencias son incorporados en los textos en carácter de "herramientas", con la invitación a ser reapropiadas por cada persona en forma singular. La noción de herramientas es seguida de la noción de "claves", es decir, ideas que se sugiere incorporar para optimizar la calidad de vida. En ese sentido, un aspecto que podría diferenciar a la autoayuda cerebral del resto del género es que no apela a un programa de pasos o actividades bien establecidas cuyo seguimiento es garantía de éxito (Papalini, 2015). Más que enfatizar en los resultados esperables, las propuestas se colocan en un plano de ambigüedad, dónde en última instancia los cambios van a depender de cada sujeto, que podrá verse beneficiado de esos recursos o no. Lo central de la optimización cerebral es que cada persona puede construir su propia versión en virtud de las necesidades y problemas que considere necesarios de intervenir.

En ese sentido, los libros colaboran en el proceso de generar una cultura científica al alcance de los legos. La fusión de la autoayuda con la divulgación de las neurociencias, al combinar un discurso legitimado por la ciencia con un discurso terapéutico, multiplica el impacto retórico de las argumentaciones que circulan en la literatura de autoayuda cerebral.

El cerebro y la experiencia subjetiva

Otro de los elementos comunes en las fuentes analizadas es que se apoyan en las investigaciones neurocientíficas sobre los comportamientos y emociones humanas para explicar las experiencias subjetivas que abordan. Para entender este proceso en el que el cerebro se torna el órgano clave de la subjetividad las nociones de "sujetos neuroquímicos" (Rose, 2007) y "sujeto cerebral" (Ehrenberg, 2004) resultan centrales.

Nikolas Rose acuña la noción de sujetos neuroquímicos para ilustrar el proceso mediante el cual los problemas personales, emocionales y, en definitiva, las vicisitudes de la vida, tienden a ser codificadas en términos cerebrales, atribuibles a mecanismos

moleculares que ocurren en el cerebro y que relegan el medio social y las condiciones biográficas. Por su parte, Alain Ehrenberg pone el foco en cómo el cerebro no sólo se considera el órgano de la identidad personal, sino que se convierte en un tipo de actor social, en tanto las características de la persona pasan a ser atributos del cerebro (el "cerebro depresivo", el "cerebro enamorado", el "cerebro ágil", entre otras formas lingüísticas frecuentes en los discursos circulantes en torno al cerebro).

"No sos vos, es tu cerebro", *leitmotiv* de dos de los libros consultados (*En cambio y Agil Mente*), ilustran —no sin ambigüedad— la ecuación entre estados cerebrales y subjetivos, entre procesos neuroquímicos y emociones, clave explicativa de todas las fuentes consultadas. Véase por ejemplo la forma en que se comprenden (y localizan) las emociones, a partir de una cartografía de áreas cerebrales:

> La corteza cingulada está a la mitad de la corteza cerebral, como un cinturón, y se considera parte del sistema límbico, el cual se encarga de las emociones, el aprendizaje y la memoria. Esta es la residencia física de la empatía. (Chopra y Tanzi, 2012/2015 p. 179)

> Es la amígdala (...) la que juega un rol central en recordar a qué te deberías acercar (una pareja, un refugio, comida, agua) y qué deberías evitar (un tigre, el frío extremo, no dormir). Lo interesante de la amígdala y sus redes neuronales asociadas es que puede procesar estos estímulos antes de que lleguen a tu conciencia, es decir, antes de que te des cuenta de que lo estás haciendo. (Bachrach, 2014 p. 150)

El enfoque cerebralista que la bibliografía de autoayuda retoma hecha luz sobre el interior del cerebro a partir del funcionamiento de entidades moleculares: las células, las neuronas, los neurotransmisores y las hormonas. El cerebro y sus componentes se entretejen con las explicaciones de los procesos subjetivos. Los siguientes fragmentos ejemplifican lo expuesto:

> Las emociones y el intelecto danzan en el nivel neurobiológico, como cuando los neurotransmisores excitatorios, como el glutamato, se enfrascan en un constante ying yang con los neurotransmisores inhibitorios, como la glicina. (Chopra y Tanzi, 2012/2015 p. 167)

> Si bien todo empieza en una neurona, son las interacciones entre ellas, como nosotros interactuamos con el mundo, las que mueven nuestra razón, nuestras emociones, nuestra creatividad, nuestros instintos, nuestra mente (Bachrach, 2012, p. 80)

En suma, los autores proponen explicaciones neurocientíficas sobre las experiencias subjetivas, utilizando para ello metáforas y asociaciones directas entre el cerebro y

las experiencias de la vida cotidiana. De esta forma, colaboran en la construcción de significados de los comportamientos humanos disponibles socioculturalmente. A la luz del análisis de la retórica de autoayuda cerebral, la noción de sujeto cerebral (Ehrenberg, 2004) o de sujeto neuroquímico (Rose, 2007) se muestra sólo como el primer eslabón de un proceso de cerebralización más amplio, donde cada experiencia, sea subjetiva o social, puede (y debe) ser interpretada en clave de cómo afecta al cerebro y cómo éste puede afectarla.

La neuroprastlicidad, la base del cambio

Si la subjetividad desde esta perspectiva se asocia a estados cerebrales, un cambio en estos últimos supondrá modificaciones en la primera. Desde la perspectiva de los libros analizados entender el funcionamiento de los circuitos cerebrales cobra importancia porque se los concibe como plausibles de modificación. En esto se basan en los actuales hallazgos sobre la plasticidad cerebral, que implica la capacidad que tienen diferentes áreas cerebrales de adoptar nuevos roles en función de los requerimientos ambientales, y así reemplazar neuronas o circuitos dañados. Los autores recuperan los hallazgos neurocientíficos sobre la plasticidad y los resignifican en sus propuestas. Por ejemplo, Bachrach (*En cambio)* acuña la noción de "neuroplasticidad autodirigida", ligada a la experiencia de cambio subjetivo:

> El cerebro adulto puede recablearse activando cables dormidos, o desenchufados y creando nuevos cables. O apagar cables y circuitos con actividades aberrantes o negativas para sus dueños, como las que caracterizan por ejemplo a la depresión. (Bachrach, 2014, p. 109)

Chopra y Tanzi, mediante la noción del "súper cerebro", que no remite a otra cosa que al explotar todo el potencial que tiene este órgano, ofrece "soluciones súper cerebrales" a problemas diversos como la depresión, la ansiedad o la falta de creatividad. Estas soluciones se amparan en la neuroplasticidad en tanto implican la posibilidad de generar cambios a nivel cerebral, cambios que se dan en el plano de la vida cotidiana y repercuten en lo orgánico:

> Asimismo, las actividades que liberan estrés, como ejercitarse o aprender cosas nuevas, fomentan el nacimiento de neuronas nuevas, las cuales, como ya hemos visto, promueven la neuroplasticidad: la creación de nuevas sinapsis y circuitos neuronales. La neuroplasticidad puede regular directamente el ánimo y así evitar la depresión. (Chopra y Tanzi, 2012/2015 p. 94)

La noción de plasticidad cerebral da lugar a procesos de continuidad entre lo psicológico y lo neuronal, en tanto se entiende que las experiencias subjetivas tienen

marcas bioquímicas que modifican, a su vez, las estructuras de personalidad (Fraser, 2001). En esta dinámica interactiva entre experiencia y biología cerebral se produce el espacio para el cambio personal que se plantea como objetivo de los libros.

Al respecto, la relación entre mente y cerebro se da en un espacio ambiguo. Por un lado, la identidad personal radica en el cerebro, este es el órgano que define nuestra identidad, y esa premisa central de las neurociencias actuales se reafirma en la perspectiva de los autores. Por otro lado, si bien la mente es un epifenómeno del cerebro, los procesos mentales poseen cierta autonomía, incluso la capacidad de modificar estados cerebrales. La noción de persona aparece identificada con estos procesos, ahí es donde la retórica de la autoayuda cerebral apela a la mente como espacio para el cambio. Tal como lo resume la filósofa Catherine Malabou (2008), la expresión "tu cerebro se convertirá en lo que sos" permite ubicar un camino de transformación cerebral que comienza en el propio sujeto. A esa tensión remite en última instancia el lema "no sos vos, es tu cerebro". Los siguientes ejemplos dan cuenta la estrechez del vínculo entre la mente y el cerebro que se plantea en los libros de autoayuda cerebral consultados:

> Algunos aspectos de nuestra mente actúan sobre el cerebro y causan cambios físicos en la mismísima materia que la ha creado. Pensamientos puros cambian la química cerebral, su actividad eléctrica, sus circuitos e incluso su estructura. (Bachrach, 2014, p. 64)

> Por más pequeños que sean los cambios, con el tiempo la calidad de vida deja marcas biológicas. Nuestro cerebro muestra marcas de estados subjetivos como la depresión, la soledad, la ansiedad y la hostilidad en general. (Chopra y Tanzi, 2012/2015, p. 310)

El énfasis en la importancia de la propia voluntad para cambiar, los nuevos hábitos y la repetición de las técnicas propuestas, son aspectos comunes al género de autoayuda, y se inscriben en el carácter instrumental de este tipo de literatura (Papalini, 2015). Asimismo, como estos últimos, la autoayuda cerebral recupera aspectos del llamado pensamiento positivo (*positive thinking*), un saber de origen norteamericano centrado en el entusiasmo y en la fuerza transformadora de la voluntad individual como eje del cambio de la realidad material y espiritual (Béjar, 2014; Cahn, 2011; Vargas y Viotti, 2013). Lo que difiere es que se apoyan en una retórica cerebralista fundamentada en las neurociencias, que funciona a modo dinámico, partiendo, como ya hemos visto, de algunos aspectos del conocimiento científico cerebral para introducirlos en una narrativa de la subjetividad.

Algunos autores del campo de las ciencias sociales y la filosofía han analizado la teoría de la plasticidad cerebral a la luz del contexto sociocultural contemporáneo,

pensada como una justificación biológica de un tipo de organización política, económica y social (Malabou, 2008). Desde este enfoque, la idea de un cerebro plástico y flexible, posible de ser modificado a través de la agencia personal, lejos de ser liberadora resulta una forma más de control social, ejercida por el propio individuo a través del autocontrol en el marco de una sociedad neoliberal que deposita en la iniciativa individual los controles societarios. Las demandas de autocontrol se articulan con la gestión de la salud que queda librada a la responsabilidad individual. En este marco, el cerebro se vuelve en un objeto más de control y cuidado (O´Connor y Joffe, 2013).

Entrenamiento cerebral

Ahora bien, ¿cómo se cambian los procesos y el cableado cerebral? ¿Qué emociones o capacidades pueden ser entrenadas? La idea de entrenar el cerebro es un concepto que atraviesa y está en la base de las propuestas de los libros consultados, y refleja el abanico de posibilidades que tiene el cerebro en tanto órgano plástico. Tal como señalan los autores analizados, la noción de entrenamiento se inscribe en una analogía con el ejercicio físico y el entrenamiento muscular, pero ¿cuáles son sus reales alcances?

La multiplicidad de áreas que cubre la "gimnasia cerebral" (vos Savant, 1993/2012) da cuenta de que casi todo es posible de entrenarse. En primer lugar, capacidades cognitivas clásicamente asociadas al cerebro, como la atención, la memoria, la percepción, pero también las emociones, las formas de sentir y reaccionar en una u otra forma. Acerca de las primeras, es decir las capacidades cognitivas clásicas, el libro *Gimnasia cerebral en acción*, tal vez el más específico dentro del *corpus* analizado, propone ejercicios que van de menor a mayor complejidad a través de los que se promueve el desarrollo de la habilidad espacial, la comprensión visual, la escritura, la comprensión de secuencias temporales, la creatividad y la perspicacia. Se dirige a optimizar la memoria, la comprensión, el pensamiento concreto y abstracto, entre otras. Entre las principales aptitudes a las que apunta el entrenamiento cerebral se encuentra la creatividad, no casualmente uno de los valores entronizadas en el nuevo capitalismo (Bolstanki y Chiapello, 2002). Todos los autores la definen y proponen trabajar sobre ella, aunque sólo uno de los libros se focalice enteramente en ella (*Ágilmente).*

Cómo entrenar tu cerebro apunta a capacidades cognitivas similares, pero son ejercicios más sencillos y el énfasis puesto en modificar actividades de la vida cotidiana, con el fin de hacerlas susceptibles de algún tipo de optimización cerebral. En ese sentido, se alienta una multiplicidad de formas acerca de cómo entrenar el cerebro:

> La fantasía es que uno tiene que resolver sopas de letras, crucigramas y sudokus, del mismo modo que si va a un gimnasio tiene que realizar abdominales, bíceps y cuádriceps o si hace una dieta solo tiene que decirle chau a los postres y sumar frutas a la vida. No es así: hay múltiples formas de entrenar nuestro cerebro. (López, 2012, p. 15)

En estos libros, la idea de entrenamiento se coloca como sustento de una lectura de la vida en clave cerebral, por eso, si bien hay actividades específicas para entrenar funciones y áreas puntuales, también las actividades concretas que forman parte de la vida cotidiana son plausibles de tornarse objeto de entrenamiento. En ese sentido, es interesante que las propuestas de cambios subjetivos, de conflictos más ligados a la personalidad o a las relaciones interpersonales, también se planteen en esa clave.

Para cambiar el cerebro a través del entrenamiento la noción de hábitos es central. Todas las propuestas se focalizan en generar hábitos nuevos que una vez incorporados modificarán estructuras cerebrales. La siguiente cita resume lo expuesto:

> Los hábitos son rutinas mentales que dependen de las redes neuronales. Una vez establecidas, la respuesta es automática. Cuando una persona se resiste a atiborrarse de comida, el cerebro recuerda que atiborrarse es lo que debe hacer. Por lo tanto, debemos darle al cerebro un nuevo camino, lo cual implica construir nuevas redes neuronales. (Chopra y Tanzi, 2012/2015 p. 83)

Los libros analizados coinciden en que no se puede cambiar esos comportamientos automáticos atacándolos, sino que se precisa construir otros comportamientos a través de nuevos hábitos. Repetir nuevos comportamientos, emociones o pensamientos es una forma de hacerlos parte de la biología del yo. Por eso, un cambio en la vida personal equivale a un cambio cerebral.

> Creo firmemente que es a través del conocimiento profundo de tu cerebro que vas a poder modificar conductas y ciertos hábitos que no te dejan ser feliz. A nivel cerebral cambiar no se trata de romper o hacer desaparecer mapas cerebrales que te llevan a comportarte de una u otra forma que ya no te beneficia, sino de que esos mapas sean reemplazados por otros mejores, más sanos o conducentes con lo que vos querés para vos y tu vida a largo plazo. (Bachrach, 2014, p. 167)

El cambio es definido como un proceso de aprendizaje: "aprender nuevas habilidades", "entrenar", "practicar". Se trata de aprender nuevos hábitos, conductas o estilos de pensamientos y entrenarse en ellos para convertirlos en modos corrientes de actuar, en los que la búsqueda del bienestar y una vida saludable, imperativo moral de la época (Clarke, Shim, Mamo, Fosket y Fishman, 2003), ocupan un lugar central. Al respecto,

buena parte de las indicaciones para alcanzar el bienestar personal (y entrenar así al cerebro) se encuadran en la búsqueda de la salud a través de la actividad física, la alimentación sana, el descanso, el trabajo reflexivo con las creencias y estilos de pensamientos, la respiración consciente y la meditación (legitimada en estos libros científicamente, señalando las evidencias de cómo esta práctica transforma la materialidad del cerebro), y especialmente la reconversión de los estados emocionales y estilos de vida al servicio de la salud. Ejemplo de ello es cómo el beneficio en la salud cerebral legitima las propuestas sobre tener vínculos positivos con otras personas, expresar determinadas emociones y cultivar actitudes morales como la gratitud y el perdón. Es decir, clásicos consejos sobre cómo llevar una vida saludable, en las que se revisitan consejos médicos y herramientas de la autoayuda más clásica, presentados bajo el ropaje de nuevas gramáticas, legitimadas científicamente. Las emociones, las actividades cotidianas y las capacidades cognitivas son susceptibles de ser entrenadas en vistas a mejorar la salud cerebral y en consecuencia la calidad de vida. De este modo, la autoayuda cerebral apela a una capacidad de agencia de la persona que se instala en una suerte de tensión entre la posibilidad y el deber moral de ocuparse de sí mismo a través del cerebro.

Conclusiones

En este artículo analicé el caso de la autoayuda cerebral, fenómeno inscripto en el marco de la difusión de los discursos científicos del cerebro. En primer lugar, describí cómo el discurso de autoayuda cerebral utiliza el discurso de la ciencia para diferenciarse de otras propuestas de autoayuda y para fundamentar los argumentos en base no sólo a un paradigma neurocientífico sino a evidencias y hallazgos de investigaciones. En segundo lugar, analicé cómo los libros movilizan una perspectiva cerebralista de las emociones y la subjetividad. En tercer lugar, describí cómo la literatura de autoayuda cerebral retoma los hallazgos de la plasticidad cerebral y los reincorpora como las condiciones de posibilidad de sus propuestas de cambio. Por último, me concentré en analizar los múltiples usos de la noción de entrenamiento cerebral, un aspecto clave para entender cómo opera la optimización del cerebro y la mejoría de las capacidades cerebrales.

El análisis ilumina cómo la apelación al discurso neurocientífico provee recursos narrativos que dotan de sentido a las experiencias vitales y generan nuevas gramáticas de bienestar, en el que la cerebralización de la subjetividad funciona como un repertorio de significados posibles en la percepción del sí mismo y la definición del bienestar. La particularidad de la autoayuda cerebral reside en la descripción de cómo el sostenimiento de una vida saludable, signada por la búsqueda de bienestar y el crecimiento

personal, afecta al cerebro y viceversa. La ecuación bienestar = cerebro saludable, forma parte de un proceso de transformación mayor, que consiste en la asunción de un paradigma físico de la persona, concomitante con una definición biológica de la vida y del ser humano, donde el cuerpo cobra relevancia identitaria (Bezerra, 2000; Russo y Venancio, 2006). Más puntualmente, el fenómeno se inscribe en los abordajes que señalan la progresiva adopción de lenguajes cerebrales al que las personas recurren para pensarse a sí mismos en tanto sujetos (Ehrenberg, 2004; Ortega, 2009a; Rose, 2007).

Ante esto cabe preguntarse sobre las posibles implicancias (culturales, sociales y políticas) de estos discursos. Por un lado, puede señalarse que estas corrientes en las que se inscriben los libros analizados promueven un modelo de sujeto que racionaliza su identidad a través de un trabajo reflexivo continuo, que le permite vislumbrar objetivos personales y a partir de allí evaluar acciones y caminos a tomar. Es decir, la subjetividad se emplaza en una dimensión de cálculo y obtención de resultados, donde los parámetros son el crecimiento personal, la autosuperación y la vida saludable. Estas dimensiones valorativas, frecuentes en el género de autoayuda (Papalini, 2015), no son características novedosas, aunque sí lo es el modo de articulación entre discursos neurocientíficos del cerebro y estas propuestas de bienestar. Las propuestas de cambios personales y el tipo de problemas que se tematizan en los libros se alejan del lenguaje de los conflictos existenciales, los dramas simbólicos y las angustias sin motivo aparente que pueblan las narrativas psicoanalíticas tan frecuentes en los modos de construcción de la subjetividad que caracterizan al "campo psi" en Argentina. El trabajo sobre el yo que propone la autoayuda cerebral no implica un proceso reflexivo de cuestionamiento personal, sino un tipo de cultivo exteriorizado de la subjetividad (Russo y Ponciano, 2002), a través de acciones y metas concretas (Papalini, 2013).

Por otra parte, estas definiciones de la subjetividad, y nociones que la sustentan como la de plasticidad cerebral, tienen afinidades electivas con las características del capitalismo neoliberal contemporáneo, como lo han notado algunos analistas (Malabou, 2008, Slaby, en preparación). Al respecto, el pasaje de una estructura de organización laboral rígida y piramidal al modo de trabajo descentralizado y en red se corresponde con las teorías sobre el funcionamiento cerebral que retoma la autoayuda cerebral. La entronización de la flexibilidad y la creatividad como virtudes a ser conquistadas por el individuo actual (Boltanski y Chiapello, 1999/2002; Illouz, 2007; 2010; Sennet, 1998/2000, entre otros) coinciden con los valores que se enaltecen mediante los discursos neurocientíficos. Tal como afirma Vanina Papalini (2015), la autoayuda es una clave fundamental para un sistema social y laboral que reposa en la capacidad de resiliencia de los sujetos y su readecuación a sus cambiantes exigencias. La realización personal, la búsqueda del crecimiento personal y el bienestar son los valores normati-

vos claves que se diseminan en diversos espacios sociales como el mundo empresarial, espiritual, y el de la autoayuda (Ehrenberg, 1998/2000).

¿Hasta qué punto los discursos científicos del cerebro darán lugar a nuevos lenguajes del yo y a nuevas referencias para organizar y simbolizar la conducta? Más que dar respuestas acabadas, en el artículo busqué precisar los contornos de estos interrogantes, que sin duda requerirán de futuros análisis en torno a la circulación y recepción de las ideas neurocientíficas.

Agradecimientos

Agradezco las sugerencias y comentarios efectuadas por los evaluadores anónimos que me permitieron enriquecer sustancialmente el trabajo. Agradezco también la ayuda en la elaboración de algunas reflexiones y el trabajo de edición de Juan Pedro Alonso.

Referencias

Azize, Rogerio (2010). *A nova ordem cerebral: a concepção de 'pessoa' na difusão neurocientífica.* Tesis doctoral sin publicar, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Bachrach, Estanislao (2012). *Ágilmente. Aprendé cómo funciona tu cerebro para potenciar tu creatividad y vivir mejor.* Buenos Aires: Sudamericana.

Bachrach, Estanislao (2014). *En Cambio. Aprendé a modificar tu cerebro para cambiar tu vida y sentirte mejor.* Buenos Aires: Sudamericana.

Beck, Diane (2010). The appeal of the brain in the popular press. *Perspectives on Psychological Science, 5*(6), 762–766. http://dx.doi.org/10.1177/1745691610388779

Béjar, Helena (2014). Los orígenes de la tradición del pensamiento positivo. *Athenea Digital, 14*(2), 227-253. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1321

Bezerra, Benilton (2000). Naturalismo como anti-reduccionismo: notas sobre cérebro, mente e subjetividade. *Cadernos IPUB*, *18*, 158-176.

Boltanski, Luc & Chiapello, Ève (1999/2002). *El nuevo espíritu del capitalismo.* Madrid: Akal.

Cahn, Peter (2011). *Direct sales and direct faith in Latin America.* New York: Palgrave & MacMillan.

Camacho, Elena (2015, 21 de junio). Bachrach: tu cerebro no quiere que pienses, quiere que hagas siempre lo mismo. *La Vanguardia: Vida*, 25.

Chopra, Deepak & Tanzi, Rudolph (2012/2015). *Súper cerebro. Libere el poder explosivo de su mente para potenciar su salud, su felicidad y su bienestar emocional.* Buenos Aires: Grijalbo.

Clarke, Adele; Shim, Janet; Mamo, Laura; Fosket, Jennifer & Fishman, Jennifer (2003). Biomedicalization: Technoscientific transformations of health, illness and US biomedicine. *American Sociological Review*, *68*(2), 161–194. http://dx.doi.org/10.2307/1519765

Ehrenberg, Alain (1998/2000). *La fatiga de ser uno mismo. Depresión y sociedad*. Buenos Aires: Nueva Visión.

Ehrenberg, Alain (2004). Le sujet cerebral. *Esprit*, 309,130-155.

Fraser, Miriam (2001). The nature of Prozac. *History of the Human Sciences*, *14*(3), 56-84. http://dx.doi.org/10.1177/095269510101400303

Gonon, François; Bezard, Erwan & Boraud, Thomas (2011). Misrepresentation of neuroscience data might give rise to misleading conclusions in the media: the case of Attention Deficit Hyperactivity Disorder. *PLoS ONE*, *6*(1), 1-8. http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0014618

Illouz, Eva (2007). *Intimidades congeladas. Las emociones en el capitalismo.* Buenos Aires: Katz.

Illouz, Eva (2008/2010). *La salvación del alma moderna. Terapia, emociones y la cultura de la autoayuda*. Buenos Aires: Katz.

López, María Fernanda (2012). *Cómo entrenar tu cerebro.* Buenos Aires: Ediciones B.

Malabou, Catherine (2008). *What should do with our brain?* New York: Fordham University Press.

Manes, Facundo & Niro, Mateo (2014). *Usar el cerebro. Conocer nuestra mente para vivir mejor*. Buenos Aires: Planeta.

Mantilla, María Jimena (2015). Educating 'cerebral subjects': the emergence of brain talk in the Argentinean society. *BioSocieties*, *10*(1), 84-106. http://dx.doi.org/10.1057/biosoc.2014.27

Mantilla, María Jimena & Di Marco, Martín (2016). La emergencia del cerebro en el espacio público: las noticias periodísticas sobre las neurociencias y el cerebro en la prensa gráfica argentina (2000-2012). *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, *26*(1), 177-200. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312016000100011

O´Connor, Cliodhna & Joffe, Helen (2013). How has neuroscience affected lay understandings of personhood? A review of the evidence. *Public understanding of science*, *22*(3), 254-268. http://dx.doi.org/10.1177/0963662513476812

Ortega, Francisco (2009a). Neurociencias, neurocultura e autoajuda cerebral. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, *13*(31), 247-60. http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832009000400002

Ortega, Francisco (2009b). Elementos para uma história da neuroascese. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, *16*(3), 621-640. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702009000300003

Palma, Hector (2012). *Infidelidad genética y hormigas corruptas. Una crítica al periodisimo científico.* Buenos Aires: Teseo.

Papalini, Vanina (2010). Libros de autoayuda: biblioterapia para la felicidad. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social, 19*, 147-169. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v0n19.722

Papalini, Vanina (2013). Recetas para sobrevivir a las exigencias del neocapitalismo. *Nueva Sociedad, 245*, 163-177.

Papalini, Vanina (2015). *Garantías de felicidad. Estudio sobre los libros de autoayuda.* Buenos Aires: Adriana Hidalgo.

Racine, Eric; Bar-Ilan, Ofek & Illes, Judy (2005). fMRI in the public eye. *Neuroscience, 6*(2),159-164. https://doi.org/10.1038/nrn1609

Racine, Eric; Waldman, Sarah; Rosenberg, Jarret & Illes, Judy (2010). Contemporary neuroscience in the media. *Social Sciences & Medicine, 71*(4), 725-733. http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2010.05.017

Ríos, Sebastián (2014, 10 de mayo). La ciencia se puso de moda. *La Nación: Sábado*, 1-2.

Rose, Nikolas (2007). *The politics of life itself. Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty- First Century.* Oxfordshire: Princeton University Press.

Russo, Jane & Ponciano, Ednal (2002) O Sujeito da Neurociência: da Naturalização do Homem ao Re-encantamento da Natureza. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, 12*(2), 345-373.

Russo, Jane & Venancio, Ana Maria Teresa (2006). Classificando as pessoas e suas perturbações: a "revolução terminológica" do DSM III. *Revista Latinoamericana de Psicopatía Fund*amental, *9*(3), 460-483.

Santos, Daniel (2014, 27 de junio de 2014). Estanislao Bachrach: El cerebro envejece cuando lo estresás o no lo usás. *La Voz del Interior*: *Libros*, 19.

Sennet, Richard (1998/2000). *La corrosión del carácter. Las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo.* Barcelona: Anagrama

Slaby, Jan (en preparación). *Against Empathy: Critical Theory and the Social Brain.* Documento no publicado.

Souroujón, Gastón (2009). Los libros de autoayuda. El último vástago del romanticismo. *Ciencia, docencia y tecnología, 38*, 87-114.

Sousa Dias, Gisele (2015, 12 de abril). Cerebro al gym: los científicos enseñan cómo entrenarlo para vivir mejor . *Clarín*: *Sociedad*, 50-51.

Thornton, David (2011). *Brain Culture. Neuroscience and popular media.* New Jersey: Rutgers University Press.

Vargas, Patricia & Viotti, Nicolás (2013). "Prosperidad y espiritualismo para todos": un análisis sobre la noción de emprendedor en eventos masivos de Buenos Aires. Horizontes Antropológicos, 40, 343-364. ***http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832013000200013***

vos Savant, Marilyn (1993/2012). *Gimnasia cerebral en acción.* Buenos Aires: EDAF.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Problematizações (im)pertinentes: (sobre)vivências das travestis nos serviços de atenção básica em saúde no Brasil

Problematizations (im) pertinent: (about) experiences of transvestites in primary health care in health in Brazil

Danielle Jardim Barreto; José Augusto Gerônimo Ferreira; Leticya Grassi de Oliveira

Universidade Paranaense; psicologia-umu@unipar.br

Historia editorial

Recibido: 26-11-2015

Primera revisión: 09-02-2016

Aceptado: 07-05-2016

Palavras-chave
Corpos
Travestilidade
Saúde Pública
Violência Psicológica

Resumo

Apresentamos neste artigo algumas discussões a respeito dos corpos nomeados travestis, e seus atravessamentos históricos e sociais, evidenciando as influências discursivas e essencialistas que os inventaram. Pontuaremos brevemente o processo de subjetivação, na qual tanto pode produzir culturas em massas, normalizando e padronizando identidades uniformizadas, como pode singularizá-las, possibilitando novas vivências, experimentações, desejos e prazeres. Em seguida discutiremos sobre o sistema sexo/gênero/sexualidade e a criação da sociedade cisheteronormativa, pontuando que esse sistema nada tem de natural, sendo estrategicamente implantado para manter o poder e sua hegemonia. Nesse sentido, propomos neste artigo, problematizar as violências psicológicas vivenciadas pelas travestis nas instituições públicas de saúde, instituições que em si, deveriam erradicar todo tipo de violência, mas que acabam contribuindo com sua intensificação.

Keywords
Bodies
Travestilidade
Public Health
Psychological Violence

Abstract

We present here some discussions about the appointed bodies transvestites, and its historical and social crossings, emphasizing the discursive and essentialist influences that invented them. Briefly Pontuaremos the subjective process, in which both can produce crops in masses, normalizing and standardizing uniform identities, how can distinguishes them, enabling new experiences, trials, desires and pleasures. Then we will discuss about sex system/gender/sexuality and the creation of heteronormative society, pointing out that this system is not at all natural, being strategically deployed to keep the power and hegemony. In this sense, we propose in this article, discuss the psychological violence experienced by transvestites in public health institutions, institutions which in itself should eradicate all forms of violence, but end up contributing to its intensification.

Barreto, Danielle Jardim; Gerônimo Ferreira, José Augusto & de Oliveira, Leticya Grassi (2017). Problematizações (im)pertinentes: (sobre)vivências das travestis nos serviços de atenção básica em saúde no Brasil. *Athenea Digital*, *17*(1), 117-143. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1758

Apresentação

Os diversos episódios de violências e as estratégias de estigmatização dos corpos e das vidas que estamos vivendo na atualidade, têm negado e coibido a existência de pessoas não-cis e/ou travestis por meio de discursos com bases essencialistas e moralistas. Assim, novas problematizações vêm sendo construídas nos campos da Psicologia, que se reinventa para suprir as necessidades e demandas emergentes, com intuito de prevenir e amenizar as ações que reduzem os seres humanos a abjeções, ou seja, pessoas que

experimentam-se como: "corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como *não importante*" (Prins & Meijer, 2002, p. 161).

Em favor dessas problematizações, encontramos no contexto acadêmico uma gama de possibilidades que permitem problematizar as relações sociais e as normas instituídas. Por meio disso torna-se possível a construção de novos caminhos e novas vivências aos corpos e vidas abjetas. Assim, emerge o desejo de conhecer as travestilidades[1], suas experimentações nas relações socializadas e seus direitos cidadãos. Além disso, interessa saber os marcadores sociais que atravessam e compõe essas realidades que socialmente são permeadas de conflitos.

Conflitos estes que são vivenciados pelas travestis desde muito cedo devido à sociedade heterossexista que vivemos, pressupondo a "heterossexualidade como algo supostamente natural ao mesmo tempo em que a impõe compulsoriamente por meios, educativos, culturais e institucionais" (Miskolci, 2011, p. 55). Igualmente se faz a cisnormatividade, agenciamento naturalizado e normalizado que perpassa, regula, estigmatiza e discriminam os corpos que não correspondem ao padrão cissexual imposto, qual seja, o que atribui a designação do sexo de nascimento a sua performatividade de gênero. Portanto cabe ressaltar que tanto a heteronormatividade, quanto a cisnormatividade moldam "a organização social e cria resistência à existência a outras formas de identidades/expressões de gênero. A construção desse termo visa, entre outras coisas, visibilizar o privilégio e legitimidade dado as pessoas não Trans dita como 'normais'" (Rodriguez, 2014, p. 36).

Assim sendo, ao negar viver sob os limites impostos, as travestis[2] são vistas pela sociedade como pessoas subalternas, de vidas precárias e invisíveis. No entanto, destacamos que algumas problematizações vêm sendo realizadas nos campos da Psicologia com almejo da visibilidade social e cidadã, evidenciando as singularidades existentes na travestilidade.

Utilizamos como metodologia o estado da arte, o qual permite através de reflexões teóricas compreender e mapear as questões a serem analisadas, dando aberturas para novas problematizações. Este método contribui para a condução e efetivação da análise elucidando "as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas

[1] O termo travestilidade é entendido por Wiliam Siqueira Peres (2011) como "variações múltiplas dos modos de se compor como uma travesti, sempre em construção permanente, como processualidades" (p. 83).

[2] A travesti será referida neste trabalho pelo artigo feminino (a), não cabendo o uso do (@), pois estamos retratando "aquelas que promovem modificações nas formas de seu corpo, com o objetivo de moldá-los mais precisamente com o das mulheres, vestem-se e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejarem explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina" (Benedetti, 2005, p. 6).

de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução" (Romanowski & Ens, 2006, p. 39).

Assim, o estado da arte, realizado através do levantamento bibliográfico acerca da temática proposta, contribui com as implicações dessa pesquisa, pois possibilita problematizar através de referenciais, os determinantes envolvidos nas ocorrências de violências psicológicas contra as travestis nas diversas instituições de saúde pública. Para efetivação desse processo optou-se por usar de referência primária, abrangendo com maior especificidade os conceitos abordados. Visto que ao se tratar sobre violência psicológica, compreende-se que a mesma está presente nas diversas instituições e mesmo em meio essa constatação a utilização de materiais secundários por vezes mostrou-se limitados, devido às poucas publicações a respeito desse tema.

De acordo com Wiliam Siqueira Peres (2015, p. 72), as violências permeiam as múltiplas "instituições disciplinares (igreja, família, estado, hospitais)", inviabilizando algumas existências, suas corporeidades e seu acesso aos bens sociais. A esse respeito, uma das problemáticas levantadas são as violências psicológicas que as pessoas em processo de travestilidades experimentam nas instituições de saúde pública, apontando que na atenção básica essas corporeidades são, muitas vezes, negligenciadas e negadas de direitos por práticas profissionais.

De acordo com o Relatório de Violências Homofóbicas no Brasil (Secretaria de Direitos Humanos, Brasil 2012), as travestis estão mais vulneráveis as violências de todas as ordens, ocupando o ranking com 51,68% dos casos denunciados, nos quais 83% das violências são psicológicas. Assim sendo, evidencia-se que no Brasil a transfobia[3] é estrutural, e suas ações desumanizam as "expressões de sexualidades divergentes da heterossexual, atingindo a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em todos os níveis e podendo ser encontrada nos mais diversos espaços" (Secretaria de Direitos Humanos, Brasil, 2012, p. 93).

As ocorrências de violências nas instituições públicas de saúde também são citadas pelo relatório e, apontam que nesses espaços as violações de direitos humanos de caráter transfóbico também são frequentes. Essas ações descumprem os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), ao negar direitos, universalidade, igualdade e integridade no atendimento às travestis (Brasil, 1990).

Sob essa ótica, Martha Helena Teixeira de Souza & Pedro Paulo Gomes Pereira (2015) ressaltam que a maioria d@s[4] profissionais de saúde "não atentam as especificidades desses sujeitos, desconhecendo as iniciativas governamentais na tentativa de

[3] Transfobia segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2012) é o: "Preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis. Não confundir com homofobia" (p. 29).

respeitar a diversidade dos usuários" (2015, p. 150). Assim, @s profissionais envolvid@s com esse público são permead@s por valores morais e pela falta de capacitação qualificada e continuada, negando às travestis direito a saúde.

Nesse sentido é necessário retratar a violência vivenciada por essas pessoas na saúde pública, cabendo antes compreender como acontece o processo de subjetivação em nosso contexto de socialização, assim como as influencias que perpassam uma posição ética profissional ao se tratar do atendimento público. Para Félix Guattari & Suely Rolnik (1986/1996) este processo se estabelece a partir das relações capitalísticas, "tornamo-nos assim – muitas vezes em dissonância com nossa consciência – produtores de algumas sequências da linha de montagem do desejo" (Guattari & Rolnik, 1986/1996, p. 12).

Tal fábrica capitalística produtora de subjetividades ordena, classifica e criminaliza, gerando preconceitos, discriminação e processos de estigmatizações vinculados às sexualidades, aos gêneros e aos prazeres sexuais.

Em Thomas Walter Laqueur (2001), compreendemos o processo de criação filosófica, científica e principalmente sociopolítica que inventou e organizou os sexos numa hierarquia. Essas criações produziram discursos de diferenciação do que é ser homem e do que é ser mulher, constituindo significações que atrelavam a corporeidade masculina, sua genitália e seus fluidos como quentes, ativos e potentes, consequentemente, afirmavam sua superioridade à mulher, vista como passiva e com menos calor. Assim, concretizam-se também os discursos sobre a funcionalidade do sexo reprodutivo e não prazeroso e a importância da manutenção da heterossexualidade para a procriação. Deste modo, esses discursos produzidos historicamente pela Biologia essencialista, são aparatos que influenciam no processo de patologização e negligência da existência de algumas subjetividades na contemporaneidade.

Nesse percurso consideramos também as contribuições de Michel Foucault (1976/1999), que esclarece-nos que os processos de subjetivação são compostos pelo disciplinamento e o controle dos corpos, sendo estes processos atravessados pelo dispositivo[5] da sexualidade. Este dispositivo é composto por verdades e discursos essenci-

[4] "O uso do símbolo arroba (@) durante toda a execução deste trabalho segue uma perspectiva de escrita feminista, conforme proposto no trabalho da Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi (UFSC). Tal perspectiva visa buscar, também na escrita, a igualdade entre os gêneros, de modo que, quando nos referirmos a pessoas tanto do sexo feminino quanto do masculino, estaria aí contemplado tanto um quanto o outro, em oposição à linguagem padrão na qual o masculino serve para englobar homens e mulheres" (Teixeira-Filho, 2013, p. 13).

[5] O dispositivo para Foucault (1979/1993) trata-se de "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos" (p. 244).

alistas, que agenciam as sexualidades pela lógica da reprodução e não pela intensidade dos prazeres.

De acordo com o mesmo autor, essas estratégias de disciplinamento dos corpos e das sexualidades emergem durante o século XVIII na burguesia, com intuito de criar mecanismos de reprodução do próprio sangue burguês, através do controle de seus corpos, instituindo assim, uma sexualidade própria e saudável.

Inicia-se nesse período o saber científico biomédico que produz saberes que contribuem para o agenciamento e controle das sexualidades permitidas e ensinadas. Esses mecanismos instalaram-se na classe operária através dos discursos disseminados nas relações e instituições sociais a partir do século XIX, com a emergência de corpos disciplinados requeridos pela organização capitalística, sendo necessário "a instauração de uma nova tecnologia de controle que permitia manter sobe vigilância esse corpo e essa sexualidade que finalmente se reconhecia neles" (Foucault, 1976/1999, p. 199). Logo, o que está em jogo não é a intensidade dos prazeres, mas sim a reprodução da espécie normatizada e imprescindível para a produção capitalística.

As estratégias citadas são criadas e agenciadas pelos discursos hegemônicos, disseminadas ao longo da história a todas as classes sociais através de dispositivos específicos, produzindo uma sociedade cisheteronormativa que disciplina e controla as sexualidades a partir da reprodução natural biológica. Deste feito, todas as sexualidades existentes que borram os padrões cisheteronormativos de reprodução constituem-se como abjeções, sendo impossibilitadas de alguns privilégios sociais.

Assim a travestilidade é uma corporeidade que resiste à lógica cisheternormativa, não sujeita a viver sob a norma instituída a seu corpo. No entanto, ao abdicar dessa norma sofre intensos processos de estigmatização, que marcam sua vivência e delimitam lugares específicos de seu trânsito na sociedade (Silva & Ornat, 2010).

Compreende-se melhor esse processo de estigmatização em Erving Goffman (1963/2004), que ressalta que os estigmas são atributos depreciativos, a qual a sociedade julga e naturaliza padrões de comparação com outrem. Para o autor há três tipos específicos de estigmas "as abominações do corpo; as culpas de caráter individual e os estigmas tribais de raça, nação e religião" (Goffman, 1963/2004, p. 7). Por conseguinte, os processos de subjetivação das travestis são atravessados por essas formas de estigmas deixando-as socialmente vulneráveis as violências de todas as ordens.

Nesse sentido, a violência psicológica vivenciada pelas travestis no sistema da saúde pública em atenção básica será um dos objetivos desta análise. Visto que, as produções científicas levantadas que abordam o tema travestilidade denunciam a ocorrên-

cia constante de violências a essas pessoas, sendo praticadas até mesmo por psicólog@s capturad@s pela lógica cisheteronormativa. A respeito disso, Martha Helena Teixeira de Souza, Paulo Malvasi, Marcos Claudio Signorelli & Pedro Paulo Gomes Pereira (2015) relatam que há o envolvimento de vários fatores, dentre estes, o despreparo d@s atendentes e especialistas dos serviços de saúde ao público travesti. Segundo @s autor@s isto ocorre constantemente pelo fato d@s servidor@s do sistema de saúde não irem além de sua formação, muitas vezes defasadas de informações, para buscar ferramentas de compreensão do atendimento da travesti.

Assim emerge a necessidade de um comprometimento ético reforçado nas políticas públicas devido à singularidade do público atendido, dado que o cotidiano entre @s usuári@s e os profissionais constituem relações de poder e saber que devem articular espaços de transformações políticas e sociais e não apenas de estigmas, preconceitos e violência como vem acontecendo (Foucault, 1976/1999).

O fato é que durante muito tempo as sexualidades que não se enquadravam a cisheteronormatividade foram oprimidas e negadas de direitos e cidadania, pois eram vistas sob a perspectiva biomédica dogmática como patologias que necessitavam de intervenções curativas, disciplinares e controladoras. Assim, argumenta Gayle Rubin (2012) que as sexualidades "são imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido o sexo é político" (2012, p. 1). Desta forma, as violências geradas na atualidade são frutos desse processo histórico, sócio, político e cultural de opressão das sexualidades.

Diante este prisma, a cisheteronormatividade produz uma relação de dominação, erradicação e controle das sexualidades que borram os limites impostos, no entanto "O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo'' (Foucault, 1976/1999, p. 96). Assim, as pessoas que não se encaixam nessa norma constituem corpos em resistências, os quais iniciam movimentos e lutas sociais a favor dos seus direitos e visibilidade. Os movimentos e lutas sociais agenciados pela comunidade travesti ganham visibilidade social na década de 90, ao criarem estratégias de enfrentamento e prevenção da epidemia HIV/AIDS, conquistando através desses, espaços para sua inserção política (Ministério da Saúde, Brasil, 2013).

Com base nas problematizações aqui ressaltadas, comungamos da ideia de que estas são fundamentais para a formação d@s profissionais em Psicologia, pois vivemos tempos de poucas discussões críticas a respeito da postura ética profissional.

Conrado Ramos (2012) acrescenta que tais problematizações são necessárias para não cair no cinismo, que "é a subjetividade que resulta do mundo desencantado" (p. 169). O sujeito desencantado é vazio e individualista, incapaz de compreender as negli-

gências que corroboram para manutenção das violências transfóbicas. Deste modo, @s profissionais não devem acomodar-se nos moralismos e nos essencialismos que inviabilizam vidas potentes e formas singulares de existir.

Portanto, verificamos a urgência de problematizações acerca da realidade vivenciada pelas travestis no sistema público de saúde, visto que nesses espaços essas corporalidades sofrem constantemente processos de violências psicológicas. Assim sendo, propomos a seguir problematizar o processo de subjetivação e os atravessamentos que compõem esses corpos, entendendo-os a partir de uma visão construcionista de permanentes mudanças e singularizações.

O corpo enquanto ação social: breves resgates sobre processos de normalização e de singularização

Assim é o corpo, uma porção de carne, cuja vida é moldada pelas relações socializadas sempre situadas na espacialidade. Estando em constante metamorfose, o corpo pode atingir sua existência singular de forma artística e criativa, sempre em acordo com seus sonhos, desejos, vivências, amores e prazeres, ou pode apenas reproduzir roboticamente a ordem normalizada imposta pelo sistema, continuando em suas mesmices massificadas (Guattari & Rolnik, 1986/1996).

Discussões a respeito desse corpo, assim como de seu sexo, sua funcionalidade e sua representação social atravessaram a produção de saber desde os filósofos gregos à medicina ocidental. Os discursos criados pel@s detentor@s do saber eram reproduzidos e, corporificando seu status de verdade, posteriormente eram engendrados e disseminados no seio da sociedade.

Em Thomas Walter Laqueur (2001) compreende-se que o desejo por desvendar os mistérios do corpo e do sexo, teve início na filosofia arcaica passando pelos conhecimentos empíricos e religiosos. Os procedimentos e estratégias de construção do corpo e do sexo são agenciados em diferentes épocas e contextos, modelando as relações sociais a partir do discurso linguístico, essencialista e biológico. Deste modo, o autor argumenta que:

> A visão dominante desde o século XVIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papeis no gênero, são de certa forma baseados nesses "fatos". A biologia – o corpo estável, não histórico e sexuado – é compreendida como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social. (Laqueur, 2001, p. 18)

Diante desse exposto, percebe-se que as expressões sociais atreladas a cada sexo são permeados por interesses políticos e de poder. Segundo Foucault (1976/1999), estratégias de disciplinarização e controle das sexualidades e dos corpos foram criados para a fixação e manutenção do poder, produzindo mecanismos disciplinares que agenciam a vida e seu modo de produzir e reproduzir, por meio de práticas sexuais reprodutivas e não prazerosas.

Assim Laqueur (2001) ressalta, que a construção histórica que inventou e organizou o sexo foi engendrada na sociedade pela linguagem, sendo esta responsável por criar, significar e reproduzir verdades essencialistas e naturais. Desta forma, o discurso produz uma diferenciação hierárquica, na qual o homem discursivamente fora construído como forte, potente, padrão, digno, poderoso, ativo, viril, quente e reprodutor, enquanto a mulher era vista como passiva e submissa às ações desse homem. Portanto, ao se assumir as características destinadas a cada sexo agenciam-se a visibilidade e legitimidade aos corpos de acordo com seu papel social.

Os corpos que não se limitavam ou não se identificavam com o padrão construído e aceito, estavam sujeitos a julgamentos moralistas e patologizantes. Assim, nas relações sexuais de sexos iguais o homem ativo que penetra, não era visto socialmente como ameaça a masculinidade, pois estava desempenhando sua função de penetrar, já o "parceiro fraco, afeminado é que tinha problemas profundos, em termos médicos e morais. Seu próprio semblante denotava sua natureza: pathicus, o que era penetrado" (Laqueur, 2001, p. 67). Nesse sentido, as relações sexuais praticadas por pessoas do mesmo sexo, passam a ser rejeitadas culturalmente, pois o contexto político e social até o período do século XVII engendrou na cultura as atividades masculinas e femininas e suas respectivas funções sociais.

Durante séculos as produções discursivas, empíricas e religiosas de dogmática cristã, produziram as normalizações dos corpos e dos sexos, sempre pautados pelos preceitos da Biologia natural e essencialista. Essas normalizações ocasionaram em fixações rígidas que denominou um único padrão de normalidade, padrão esse que tinha como princípio a reprodução da espécie.

Assim sendo, as produções de Foucault (1976/1999) possibilitam na contemporaneidade, problematizações além do naturalismo biológico e moralista criado para explicar e organizar as sexualidades, permitindo discussões a respeito do corpo, do sexo e seus atravessamentos sociais, históricos, políticos e culturais. Ou seja, registrando que esse corpo está em "construção permanente e flexível que lhe conferem marcas que variam de acordo com os tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos soci-

ais, étnicos, sexuais e de expressão de gêneros" (Peres, 2011, p. 71), portanto, devem ser absorvidos a partir de uma visão construcionista e não essencialista.

Sob essa perspectiva, Foucault (1976/1999) evidencia que a materialização dos corpos, sofre constantemente intervenções de normalizações pelas relações de poder e saber, em todas as ordens e níveis sociais. Este fato produz e concretiza significados e valores através dos discursos estabelecidos que mantém e organiza a ordem capitalística.

Nesse viés, Tomaz Tadeu Silva (2013) argumenta que:

> Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas características positivas possíveis, em relação as quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única (p. 83).

Através da normalização de verdades agenciadas nas disputas das relações de saber e poder, são produzidas as identidades fixas e acabadas, que definirão os papéis sociais, os desejos e os prazeres possíveis.

Gilles Deleuze & Félix Guattari (1980/1996) destacam que esse processo não é natural, mas composto de lineamentos que podem tanto normalizar, na qual, o sujeito reproduz a ordem do poder estabelecido, ou singularizar, criando estratégias e autonomia de si próprio. Esses lineamentos são denominados pelos autores como: linha molar; linha molecular e linha de fuga.

Essas linhas atravessam constantemente os indivíduos e as coletividades, sendo engendradas através de discursos históricos e culturais nos modos de produções atuais. As linhas molares, são rígidas e duras, carregam em si discursos e instituições dogmáticos que concretizam verdades absolutas, geralmente são produzidas em igrejas, escolas, mídias, estado, família, enfim, em todas as relações que nos permeiam. Sua ação produz e mantém identidades normalizadas, fixas e acabadas que repetem a ordem estabelecida, "tudo parece contável e previsto, o início e o fim de um segmento" (Deleuze & Guattari, 1980/1996, p. 61).

No entanto, para que ocorra a produção de identidades normalizadas é preciso disciplina e controle dos corpos, essa ação é entendida por Guattari & Rolnik (1986/1996) como produção de cultura de massas, na qual produz "indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão" (p. 16).

Para os autores, o processo de subjetivação envolve uma produção massificada, ou seja, uma modelação social, na qual a subjetivação será composta sob a influência de vários fatores em conjunto com as relações estabelecidas da lógica cisheteronormativa, disciplinando, controlando e reproduzindo a ordem estabelecida do poder de forma fabril.

Sendo a subjetividade composta e atravessada pelas relações estabelecidas entre indivíduo e a sociedade, onde os corpos estão sujeitos a ações de modelização em moldes normatizadores, por meio das instituições disciplinares, da comunicação linguística, das tecnológicas, das midiáticas, etc, confeccionando corpos dóceis e normalizados.

Essas estratégias agenciadas pelas instituições sociais normatizadoras criam normas que circulam entre os indivíduos e a coletividade que tende a se efetivar a toda população. Sua função é disciplinar e controlar os corpos e seus movimentos, visando à normalização e a regulamentação dos mesmos. Nesse sentido, as estratégias normatizadoras produzem, estabelecem e sistematizam as normas, as leis e as regras de padronização, já as normalizadoras regulamentam os corpos sob o padrão de normalidade instituído. Os sujeitos normais são aqueles que se adequam aos padrões estabelecidos, os que se amoldam as normas impostas, já os que deslizam, ou seja, os que não se sujeitam a esse padrão, são tidos como anormais e desviantes (Veiga-Neto & Lopes, 2007).

Deste feito, o processo de normalização dos corpos e das sexualidades objetiva a manutenção do poder e a reprodução disciplinada de identidades padronizadas, que reproduzirão a ordem estabelecida. No entanto, Foucault (1976/1999) argumenta que as relações de poder e saber produzem corpos resistentes a sua hegemonia, que questionam a segmentaridade e a rigidez dos modos de produções massificados.

Deleuze & Guattari (1980/1996) apresentam esse processo como uma movimentação flexível e maleável dos corpos. Para os autores o questionamento das verdades absolutas agencia uma desterritorialização[6], que permite e possibilita novas ações e movimentos, nomeados como moleculares. Sua flexibilidade questiona a existência da universalidade de produção massificada e permite novas conexões.

Desta forma, o processo de subjetivação, tanto pode reproduzir a lógica estabelecida pela normalização das identidades fixas, ou produzir processos de transições, no qual surgem possibilidades de experimentações de novos desejos e prazeres, consti-

[6] "O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada no imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios "originais" se desfazem e ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os passos da tribo e da etnia, com sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais" (Guattari & Rolnik, 1986/1996, p. 323).

tuindo "uma espécie de *linha de fuga*, igualmente real, mesmo que ela se faça no mesmo lugar: linha que não admite qualquer segmento, e que é, antes, como que a explosão das duas séries segmentares" (Deleuze & Guattari, 1980/1996, p. 64).

Esse processo também é nomeado como "revolução molecular", permitindo aos corpos resistentes iniciar um processo de singularização, que segundo Guattari & Rolnik (1986/1996) os sujeitos captam "elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referencias práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global" (p. 46). A revolução molecular produz condições de rompimento com os ideais capitalísticos, emergindo novas possibilidades de vivências, sonhos, desejos, amores, prazeres e expressões.

A singularização traz em seu bojo posicionamentos críticos e valores contrários aos estipulados pela organização capitalista. Em meio aos obstáculos e a invisibilidade social imposta às pessoas que desejam novas experimentações que não seja a estabelecida por esse sistema produtor de subjetividades normalizadas, encontramos corpos resistentes que almejam mergulhar na imensidão de possibilidades permitidas ao seu desejo e ao seu corpo, com intuito de criação singular e potencializadora de uma nova forma de existir (Guattari & Rolnik, 1986/1996).

A vista das problematizações aqui ressaltadas compreende-se que a produção discursiva criou/cria dispositivos de disciplinarização e controle dos corpos, agenciando e regulando a vida, as sexualidades e os prazeres permitidos pela lógica reprodutiva. Assim, as relações socializadas são permeadas por normas instituídas que atravessam as subjetividades e dão visibilidade aos corpos que se sujeitam a reproduzir as normalizações impostas pela sociedade cisheteronormativa.

Deste feito, propomos a seguir problematizar a lógica binária cisheteronormativa, qual seja: - sexo, gênero e sexualidade, entendendo que em nosso processo de subjetivação essa lógica é normalizada pelo dispositivo da sexualidade efetivado pelo biopoder, que segundo Foucault (1976/1999, p. 132) "foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de reprodução e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos", pautando-se em normas e leis que agenciam, disciplinam e controlam os corpos através do discurso instituído. Nesse sentido, através de uma perspectiva desconstrucionista, pretende-se questionar os atravessamentos naturalizados que essencializam e limitam os corpos e os prazeres.

(Des)construindo a lógica sexo, gênero e sexualidade

Ao pensar em lógica do sexo, gênero e sexualidade, devemos compreender o corpo e suas significações culturais, sociais e discursivas de modo construcionista e não essencialista, possibilitando assim, problematizações que questionam a naturalização dos modos de existir (Louro, 1999/2000).

Para o caminhar desse processo, torna-se fundamental as reflexões realizadas por Laqueur (2001) a respeito da invenção do sexo. Em seus estudos, pontua a construção discursiva e o entendimento biológico que criou os dois sexos – macho e fêmea – pois na antiguidade acreditava-se em apenas um único sexo. A partir desta constatação permitiu problematizações sobre o gênero e a influência presente no mesmo, como visibilidade perante a sociedade, pois "ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis." (p. 19). Isso gerou investimentos nos discursos a respeito das práticas sexuais exercidas, tendo sempre a mulher como inferior ao homem chegando a questionamentos sobre "a própria existência do prazer sexual feminino" (Laqueur, 2001, p. 22).

Assim, ainda é pertinente o conceito biológico, naturalista disseminado pela sociedade, na qual "os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher, porém a construção da nossa identificação como homens ou como mulheres não é um fato biológico, é social. " (Jesus, 2012, p. 8), deste modo considera-se que a construção da identificação sexual será a partir de práticas ditas padrões para a aceitação na sociedade.

Vimos que a sociedade capitalística controla, normaliza e naturaliza os corpos e os prazeres permitidos. Partindo desse viés, temos a contribuição de Foucault (1976/1999), com o conceito do dispositivo da sexualidade, ou seja, controle e regulação dos corpos através do sexo, estabelecendo discursos normalizadores relacionados ao poder, nas diversas instituições, como família, igreja, escola, hospitais, "o poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo a todos os níveis. [...] encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder. " (Foucault, 1976/1999, p. 82). Desta forma, as relações de poder permeiam as práticas sexuais, na qual promove controle sobre as mesmas, com o intuito de normalizar e disciplinar os corpos.

Como já citado, o controle é regido por estratégias que agenciam a vida e garante a manutenção do poder. Assim, Foucault (1976/1999) ressalta, sobre o biopoder, que tem o intuito do controle dos corpos pelo mecanismo de produção capitalista, ou seja, há um "ajustamento da articulação dos homens à expansão das forças produtivas e as repartições diferenciais do lucro foram, em parte, tornando possíveis pelo exercício do

biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos" (p. 133). É visto que essa modalidade do poder tem um domínio sobre os corpos e seus prazeres ditando as normas aceitas e as reprovadas pelo discurso cisheteronormativo (Peres, 2015).

Nesse sentido, o sistema impõe a sexualidade "Boa": normal, natural, sagrada, heterossexual, no matrimônio, monogâmica, para a procriação e não comercial. E a sexualidade "Má": anormal, antinatural, maldita, homo, bi, sem matrimônio, promíscua, em grupos, comercial, esporádica (Rubin, 2012, p. 19).

Do mesmo modo tanto a masculinidade quanto a feminilidade são impostas desde a infância pela sociedade, que dita às práticas corretas de acordo com o órgão genital. Conforme Analídia Rodolpho Petry & Dagmar Estermann Meyer (2011, p. 195) citam, a heteronormatividade como um dispositivo que:

> Visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologista e determinista". Assim como a cisnormatividade permeia as instituições e as relações sociais acarretando constantes influencias nos corpos e consequentemente a "união e alienação entre sexo-gênero. (Rodriguez, 2014, p. 50)

Este controle produz corpos normatizados, assim como todo processo de sexualidade se constitui dentro dos padrões biologistas naturalistas. Segundo Guattari & Rolnik (1986/1996) há uma ligação entre as máquinas produtivas e as máquinas de controle social, desta forma a sociedade tem o domínio sobre os corpos impondo sua ideologia binária. Sobre este conceito de binarismo os autores ressaltam que para o seu entendimento é necessário compreendermos que a todo o momento há uma segmentaridade presente nos modos de existir e nas relações.

A princípio uma segmentação binária "que se estrutura segundo grandes oposições duais, dentre as quais poderíamos destacar aquelas entre proletários e burgueses, homens e mulheres, adultos e crianças. " (Peixoto Júnior, 2012, p. 89), ou seja, grandes disparidades duais que estabelecem um discurso potente sobre os indivíduos vindos das grandes máquinas produtoras de subjetividade. Estes discursos enfatizam as regras normalizadoras, na qual as práticas se tornam apenas duas, homem/mulher, ativo/passivo, heterossexual/homossexual (Deleuze & Guattari, 1980/1996).

Deleuze & Guattari (1980/1996) apresentam também, a segmentaridade circular que "num regime flexível, os centros já procedem como *nós, olhos* ou *buracos negros*; porém não ressoam todos juntos, não caem num mesmo ponto, não convergem para um mesmo buraco negro central" (Deleuze & Guattari, 1980/1996, p. 79). Desta forma,

as relações tornam-se cada vez mais centralizadas, assim como o poder que se estabelece central nas mesmas.

Esses conceitos possibilitam as problematizações e as compreensões dos discursos advindos do contexto sócio, histórico, político, cultural, no qual a discussão de que os gêneros já são estabelecidos antes mesmo do nascimento da criança, visando à lógica do segmento linear, inviabilizando outras possibilidades de expressão de gênero.

Entretanto, as contribuições de Laqueur (2001, p. 23) retratam que "o que o gênero é, o que os homens e as mulheres são [...] não só refletem ou elaboram os 'fatores' biológicos como são produtos de processos sociais e culturais", sendo formado ao longo da vida pelos lineamentos que compõem e atravessam nosso processo de subjetivação. Rubin (2012) também retrata que os estudos feministas atuais, possibilitaram saberes sobre o sexo e consequentemente outras formas de entendimento sobre os fatos sexuais, compreendendo assim sua formação histórica e social, desviando de uma lógica biologista.

Desta forma, as determinações de expressões de gêneros são impostas pela cisheteronormatividade, esses discursos fazem com que o sexo seja naturalizado inviabilizando a lógica do desejo. Seguindo o mesmo pensamento os comportamentos criam "uma circularidade entre causa e efeito e revelando um esforço para manter o paradigma naturalista que estabelece uma continuidade causal lógica entre gênero e desejo sexual" (Jimenez & Adorno, 2009, p. 350). Sendo esse, um ponto chave para compreender a travestilidade, a qual desconstrói a lógica de que o sexo determinará o gênero, que determinará a sexualidade.

Diante dos fatos já mencionados, é visto que a travestilidade foge de todas as normas e padrões estabelecidos pela sociedade cisheteronormativa, sendo punida pela não adequação aos padrões. Ao oposto da lógica biologista, determinista e naturalista que dita apenas duas possibilidades, a travesti - "um corpo aparentemente feminino que tem entre as pernas o órgão sexual masculino, e mais ainda, faz o uso dele" (Peres, 2015, p. 36) - vem com um leque de possibilidades, gerando confusão por embaralhar todos os códigos pré-estabelecidos.

Por conseguinte, Joan Scott (1989/1995) ressalta que o conceito – gênero surge como forma de apontar as organizações sociais, e que o emprego desse termo exalta todo um conjunto de relações, englobando o sexo, mas que não é propriamente determinado por ele, nem destina a sexualidade. Pois, como no caso das travestilidades, suas características se aproximam das características ditas como femininas, mas isso não significa que elas desejam serem mulheres, mas sim travestis (Jimenez & Adorno, 2009).

Borrando todos os conceitos impostos pela cisheteronormatividade, aí vem ela: a Travesti, trazendo consigo além de todos seus apetrechos e seu silicone – muitas vezes inserido por elas mesmas, por serem impedidas de realizar cirurgias na saúde pública – trazem também toda a violência marcada no corpo, violência essa sofrida pelo simples fato de viver o seu desejo, violência vivida pelo simples fato de não serem vistas como humanas. Além de toda essa bagagem, as travestilidades trazem em seu bojo sua ambiguidade que não cabem nas normas. Segundo Fernanda Pivato Tussi (2006, p. 327)

> Elas encontram-se num espaço onde há exotismo, preconceito, exclusão, mas ao mesmo tempo são atribuídas a novos valores e olhares presentes na sociedade. (...) Isso demonstra que as travestis se transformam por uma categoria de gênero e não de práticas sexuais.

A travestilidade não se generaliza em um só padrão, mas sim em uma multiplicidade de possibilidades, todavia, é visível a necessidade de uma compreensão mais aprofundada sobre as realidades que permeiam nosso cotidiano, buscando assim cada vez mais informações para além da formação, tanto d@s profissionais da Psicologia, como tod@s profissionais inserid@s no sistema público de saúde que não vêm às pessoas como humanos de direitos.

Contribuindo com esse processo de produção da travestilidade, é necessário discorrermos também sobre os processos de estigmatização e exclusão que essas pessoas vivenciam no decorrer de suas existências, assim como a naturalização desses processos que pune a tod@s que borram as normas estabelecidas pela sociedade cisheteronormativa.

O percurso de estigmatização da existência travesti e a influência do saber científico

Permeadas por relações estigmatizadoras, as travestilidades se encontram vulneráveis as violências de todas as ordens e instituições. Nas instituições públicas de saúde, tema específico desse artigo, não é diferente, nesses locais essas pessoas também são estigmatizadas e discriminadas por julgamentos morais e preconceituosos d@s profissionais e agentes da saúde.

De acordo com Rubin (2012), no contexto do século XIX, todas as pessoas que mantinham condutas sexuais desviantes das estipuladas pela heteronormatividade de cunho prazeroso e não reprodutivo sofreram sanções, a qual, "um estigma extremo e punitivo mantém alguns comportamentos sexuais como baixo status e uma sanção efetiva contra aqueles que as praticam" (Rubin, 2012, p. 16). Ao pertencer às castas de

condutas proibidas por essas sanções, as travestilidades acabam sendo inviabilizadas socialmente, e por não limitarem seus corpos aos padrões estabelecidos ao seu sexo biológico são estigmatizadas, discriminadas e excluídas do convívio social.

Jorge Leite Júnior (2008) pontua que a invenção da travestilidade, sofre influência dos discursos médicos e religiosos, tendo a figura do hermafrodita como simbologia desses acontecimentos. Com a insurgência do saber médico o hermafrodita - antes venerado por sua associação com o universo mágico - passou a ser visto como anomalia monstruosa. Surge nesse contexto à noção de um pseudo-hemafrodita ou hemafrodismo-psíquico, corroborando com as definições clínicas e identitárias das práticas científicas patologizantes da época.

O pseudo-hemafrodita se torna figura simbólica das ambiguidades e dos desejos sexuais, antes expressas no corpo pela composição da genitália masculina e feminina passando a ser expressas na mente. Tal expressão era reconhecida nas pessoas, que apresentavam desejos sexuais e perversos ilícitos culturalmente, sendo vistas como psicopatologia, na qual a Psiquiatria seria o carro chefe responsável em produzir resoluções dessas doenças que embaralhavam os códigos de inteligibilidade do que se tinha por feminino e masculino (Leite Júnior, 2008).

Nesse sentido, os discursos da medicina essencialista produziram exclusão e estigmatização das pessoas que não correspondiam ao sistema sexo e gênero imposto, atribuindo a essas, presunções de "doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas" (Rubin, 2012, p. 16).

Assim, ao subverterem a ordem imposta pelo sistema sexo e gênero, as travestilidades sofrem processos de estigmatização em todas as ordens e setores sociais, pois não limitam seus corpos as ordenações biológicas do sexo, não se reduzem a cristalização e a naturalização de uma identidade fixa e acabada. Pelo contrário, elas apresentam uma "multiplicidade de possibilidades na qual nenhuma deve ser tomada como modelo absoluto, evidenciando processualidades infinitas de corpos que tomam a metamorfose como modos de felicidades" (Peres, 2015, p. 36).

Deste feito, ao abdicarem a lógica de padronização, começam a serem inseridas em suas vidas - desde a família as grandes e pequenas conjunturas da sociedade - inúmeras formas de discriminação, punição e correção. Essas violências ocorrem por subverterem e não se adequarem ao padrão de normalidade imposto, por esse motivo são vistas socialmente como diferença, como realidades distintas e desprezíveis. Para Silva (2013) a produção da identidade e da diferença encontra-se ai, na diferenciação entre as duas, numa constante teia de relacionamentos sociais e culturais, sendo engendra-

das pelos discursos linguísticos que geram a naturalização e a normalização das identidades.

Por meio da diferenciação entre ambas discriminamos e afirmamos a positividade e a negatividade existente entre uma e outra. A vista disso, "as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade" (Silva, 2013, p. 75). Essa diferenciação é permeada por relações de poder e saber, que inclui, exclui e classifica as vidas, demarcando fronteiras e espaços de trânsito dos corpos. De acordo com o mesmo autor "afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora" (Silva, 2013, p. 83). Esta constante posição binária estabelecerá o que é visível, aceito e bom e consequentemente o que é invisível, errado e mal.

Esse processo ocorre por um sistema de hierarquização, estando em constante produção pela máquina capitalística, que demarca a posição de cada indivíduo na sociedade. Assim "nascer na sociedade capitalística já é padecer de certa punição naquilo que se é, e por aquilo que dificilmente se poderá vir a ser" (Carvalho & Camargo, 2015, p. 118). Desta forma, as pessoas que atravessam as fronteiras estabelecidas, como as travestis, são punidas socialmente por não se limitarem a determinação hegemônica do poder.

Em Goffmam (1963/2004) esse processo de punição social é nominado como estigma, ou seja, atributos e estereótipos indesejáveis socialmente que marcam a vida e os processos de produção de subjetividade em relação às outras identidades normalizadas. Para o autor, essa marcação ocorre em relação às normas identitárias de comparação, que culminam na exclusão social e na inviabilização de cidadania aos corpos estigmatizados.

Nesse sentido, ao ultrapassarem as determinações naturalizadas e permitidas pelo sistema sexo/gênero, as travestilidades recebem os "diversos estigmas relacionados às sexualidades e as expressões de gênero, que se intensificam mais ainda quando se compõe com outras categorias, como classe social, raça e etnia, geração" (Peres, 2011, p. 80), tornando-a assim, um corpo sem voz e sem vez, que foge das classificações impostas, e por cruzar a fronteira são consideradas abjetas, sendo excluídas em todas as instâncias da sociedade, as travestis sofrem constantemente perdas afetivas, financeiras, morais, espaço na família, na escola, na saúde e até mesmo a um espaço a luz do dia.

Esses processos excludentes são frequentes em suas realidades, marcando suas vidas pela precariedade advinda da estigmatização sofrida. De acordo com Richard Miskolci, "vidas precárias seriam a de todos/as que aprenderam a se compreender a partir

da injúria, da experiência de serem ofendidos por estarem sob a suspeita ou serem sujeitos comprovadamente fora da norma heterossexual" (2011, p. 54).

Assim são constituídas socialmente as travestilidades. Uma vida precária e abjeta que aos olhos da sociedade cisheteronormativa é vista como pessoas invisíveis, e quando se tornam visíveis sofrem constantes processos de estigmatização e discriminação que negam direitos fundamentais a sua cidadania.

Nas instituições públicas de saúde, tema que discutiremos a seguir, estes processos estigmatizadores e excludentes são frequentes em suas realidades, nas quais, permeados pelos preceitos da Biologia essencialista e dos valores dogmáticos cristãos naturalizados, @s médic@s e @s profissionais acabam negligenciando o atendimento as travestilidades, gerando a essas pessoas sofrimentos psicológicos advindos dos julgamentos morais e patológicos. De acordo com o Art. 7 da Lei 8.080 de 1990 estas ações de negligencias ferem os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS) que prevê que o atendimento seja universalizado a todos os humanos, em sua integridade física e moral, longe de preconceitos e discriminações.

Saúde pública X violência psicológica: reflexões sobre as vivências das travestilidades na atenção básica

Os discursos normatizadores inseridos pela sociedade cisheteronormativa produzem muito mais que palavras, eles produzem a vida e o que nela há, mudando os modos como os "indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, aos seus deveres, aos seus prazeres, aos seus sentimentos e sensações, aos seus sonhos" (Foucault, 2006/2012, p. 188). Sob essa perspectiva acreditamos que o pensamento crítico de Foucault (1976/1999) possibilita na contemporaneidade problematizarmos a vida e as sexualidades de modo construcionista, de forma complexa e heterogênea, agenciando reflexões sobre a regulação e a normalização dos corpos, os controles sobre os sexos, o gênero e as sexualidades, assim como as formas permitidas e instituídas dos prazeres sexuais e suas influências no estabelecimento de relações entre os indivíduos estigmatizados e os profissionais que atuam na saúde pública.

De acordo com Souza et al. (2015), o sofrimento psicológico é presente na vida de uma travesti desde muito cedo, quando ela nem sequer iniciou as modificações corporais e a estética feminina, sendo punidas em diversos contextos, por sua aparente condição homossexual afeminada. Com as modificações do corpo em uma estética feminina as violências se intensificam a outras instituições sociais, segundo os mesmos autores, "uma das maiores experiências de sofrimento se dá quando a violência cotidiana é

efetuada por instâncias que deveriam amenizá-la ou erradicá-la" (Souza et al., 2015, p. 771) como no caso das instituições públicas de saúde.

Desta forma, pensar a realidade vivenciada pelas travestis nesse sistema de saúde nos remete a um pensar histórico e uma contextualização, evidenciando as estratégias criadas pelas relações discursivas de saber e poder que estigmatizam, negligenciam e inviabilizam essas pessoas de seus direitos básicos na saúde.

Atravessadas por violências cotidianas inclusive nas unidades básicas de saúde, onde buscam atendimento e amenização de suas dores físicas e psicológicas, as travestis acabam novamente sendo violentadas pelo descaso profissional, a influência da identidade de gênero "nas questões referentes à saúde/doença pode ser percebida em muitas dimensões, entre as quais o acesso aos serviços e políticas públicas" (Souza & Pereira, 2015). Assim tanto as travestis como toda população LGBT, por não se adequarem a lógica binária de sexo, gênero e sexualidade, "tem seus direitos humanos básicos agredidos e muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade" (Cardoso & Ferro, 2012, p. 553).

A vista disso é visível que desde as primícias das transformações das travestilidades, seus espaços de transição na sociedade começam a ser demarcados, limitados e violentados pela norma. De acordo com Rubin (2012) a produção dessas violências é regida pelos discursos vinculados pela categoria médica e das ciências psicológicas, que durante séculos produziram saberes que classificaram os comportamentos sexuais inadequados pela sociedade cisheteronormativa como doença e inferioridade mental, influenciando nos modos de atendimentos as travestilidades na contemporaneidade.

No Brasil tem-se como referência de classificação a essas "inferioridades mentais", o CID 10 e o DSM V, onde o termo é entendido pela perspectiva de Disforia de gênero, o qual ocorre na maioria das vezes com pessoas do sexo masculino e raramente no sexo feminino. Este fato refere-se a uma transformação do travestismo fetichista habitual em autoginecofilia, ou seja, "(excitação sexual associada ao pensamento ou à imagem de si mesmo como uma mulher) e outras formas mais gerais de problemas sociais, psicológicos ou do desenvolvimento" (American Psychiatric Association, 2014, p. 501).

São através desses meios científicos que @s profissionais se espelham para lidar com os diversos modos de existência, não as compreendendo como expressões de gênero, mas sim como uma patologia. Esse entendimento faz com que a prática realizada, quando realizada, seja de intuito curativo não as tratando como humanos de direito, a começar pela negação do nome social previsto na Carta dos Direitos Usuários da Saúde, acarretando uma barreira no atendimento (Souza & Pereira, 2015).

Referente ao tratamento hormonal e cirúrgico, o direito ao acesso na saúde pública está vinculado a um diagnóstico médico de transexualismo. Nesse sentido, as pessoas que desejam as modificações corporais, hormonais e cirúrgicas, necessariamente precisam apresentar um conjunto de características, atribuídas pela lógica biomédica como patológicas, que neguem o órgão genital do sexo de origem (Barbosa, 2013).

De acordo com Larissa Pelúcio (2011), as travestis não desejam a remoção cirúrgica da genitália masculina, elas reivindicam apenas tratamentos hormonais e cirúrgicos com acompanhamento médico e assepsia correta. No entanto para que isso ocorra, a sua vivência e forma singular de experimentar o mundo deve ser arbitrariamente diagnosticada e enquadrada nos moldes dos desvios de normalidade.

Nesse sentido, as experiências de exclusão, negligencia e patologização vivenciadas pelas travestis nos sistemas básicos de saúde fazem com que as mesmas não solicitem esses serviços, pois sabem que terão seus direitos agredidos. Assim as travestilidades procuram alívio as suas dores em outros locais, utilizando-se de outros meios. Segundo Michele Rodrigues Cardoso & Luís Felipe Ferro (2012):

> As travestis ficam à mercê do uso indiscriminado de hormônios e das bombadeiras, termo utilizado para a rede ilegal de pessoas que oferecem a essa população o serviço de modificações corporais através da aplicação de silicone. (p. 561)

Diante essa realidade precária oferecida as travestilidades, suas vivências acabam sendo empobrecidas de possibilidades. No entanto, mesmo nas misérias de oportunidades constituem-se como corpos resistentes, pois não se alinham a ordenação imposta pelo biopoder. A vista disso um dos marcos importante que vem dando visibilidade a essas pessoas são os movimentos e lutas sociais agenciados por elas próprias, nos quais reivindicam direitos e condições de cidadania.

De acordo com Peres (2015), as primeiras estratégias de visibilização social das travestilidades tiveram início na década de 90, a princípio com o intuito de prevenção das DST/HIV/AIDS. Posteriormente houve a construção de espaços, através das demandas, para discutir outras problemáticas como a luta por seus direitos enquanto cidadãs e a denúncia das violações dos mesmos. Visando também nestes espaços exercícios de empoderamento, que auxiliariam no enfrentamento dos preconceitos cotidianos e na inserção das travestis no meio social, assim como na reivindicação de políticas públicas especificas a essas pessoas.

Nesse sentido, os movimentos e lutas sociais organizados pelas próprias travestis no Brasil visam sua visibilidade social, reivindicando e criando estratégias de luta por direitos, cidadania, acesso aos bens sociais e qualidade de vida (Peres, 2015).

Através da militância, esses grupos começaram a ganhar força e autonomia, tecendo possibilidades de enfrentamento para desconstruir os estigmas e dar início ao exercício da cidadania. Por meio das lutas diárias enfrentadas ao longo de décadas, as minorias[7] sexuais por meio dos movimentos sociais e das reivindicações conquistam alguns direitos básicos. Dentre estes um bem específico, instituída pelo Ministério da Saúde e nominada como "a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais (LGBT)" é uma importante ferramenta para o acesso e inclusão dessas pessoas na saúde pública.

Esta política é instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, e pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), conforme Resolução nº 2 do dia 6 de dezembro de 2011, na qual norteia o Plano Operativo de Saúde Integral LGBT, visando à inclusão e o acesso das minorias sexuais ao Sistema Único de Saúde (Ministério da Saúde, Brasil, 2013).

Torna-se previsto por lei uma política que integra essa população vulnerável pelos processos de estigmatização e exclusão, com o intuito de acesso a direitos e redução das desigualdades sociais. No entanto, mesmo com a implementação dessa política e a exigência de seu cumprimento, ainda é constante os processos de negligencias e violação de direitos as travestis nas unidades básicas de saúde.

Peres (2011, p. 70) ressalta que "se para buscar atendimento para suas dores físicas já é difícil, buscar atenção para suas dores existenciais parece quase impossível, e isso, cada vez mais impede a efetivação do direito a saúde para todos". Constata-se, que a realidade violenta vivenciada pelas travestis nos sistemas públicos de saúde, tem afastado essas pessoas dessas instituições, pois sabem que nesses lugares serão discriminadas, estigmatizadas e negligenciadas por sua estética travesti e por sua singularidade rejeitada pela sociedade cisheteronormativa.

Nesse sentido, é necessário ressaltar que há uma falta de informação, ou como alega Ramos (2012), um cinismo por parte d@s profissionais da saúde sobre a política nacional de atendimento integral a população LGBT, além disso, poucos trabalhos informativos e preventivos são feitos nas instituições públicas de saúde a respeito dos direitos fundamentais das minorias sexuais.

Segundo Peres (2015), é através do empoderamento social e político que as travestilidades ganham força para os movimentos e lutas. Através destas relações de poder que surgirá um contra, uma estratégia de poder hegemônico tornando-as assim corpos

[7] As chamadas minorias, e aqui destacamos as que têm no dispositivo da sexualidade e de gêneros seus vetores de (in) visibilidade, rompem as binaridades identitárias, rompem as fronteiras alfandegárias, agenciam o constante policiamento, averiguações de vestígios humanóides nos corpos, pois as identidades essencializadas, fixadas e normatizadas servem para localizar os corpos dentro ou fora das fronteiras, servem para incluir ou excluir.

resistentes, como cita Michel Foucault, "onde há poder há resistência" (Foucault, 1976/1999, p. 91).

Em meio a toda negligencia e estigmatização praticada as pessoas travesti, é necessário que @s profissionais repensem suas práticas e seus conhecimentos a respeito dos direitos humanos, uma vez que somos regidos pela sociedade que impõe e controla os corpos e os saberes. Assim, cabem as instituições de saúde pública implementar capacitações sobre as diversidades sexuais e os direitos humanos aos seus profissionais, para que tenham compreensão acerca das realidades travestis e de toda categoria LGBT, visando a ampliação do direito a saúde a todos e a qualidade do atendimento pautada no respeito as pluralidades existentes (Mello & Patto, 2012).

Considerações Finais

Por meio das contribuições do estado da arte, pode-se compreender ao longo deste trabalho que as realidades vivenciadas pelas travestis nas instituições de saúde pública são permeadas por discriminação e estigmatização que negam a essas pessoas o direito pleno a cidadania.

Vimos que tal processo de exclusão se dá pela manutenção dos discursos instituídos, da sociedade cisheteronormativa, que normaliza e naturaliza um único modo de vida, ou seja, o que corresponde à ordem do poder hegemônico e produz subjetividades normatizadas. Nesse sentido, as vidas que borram os limites impostos constituem-se em vidas empobrecidas, inviáveis e invisíveis.

De acordo com Souza et al. (2015) a violência está presente cotidianamente na vida das travestis, negligenciando e delimitando espaços de sua transição na sociedade. Ao ser replicado por instituições e profissionais "os processos de violência simbólica atuam naturalizando as representações dominantes" (2015, p. 774). Neste sentido, na manutenção de seu trabalho, médic@s e profissionais da saúde acabam muitas vezes classificando as travestilidades em "mecanismos complexos de patologização, criminalização e exclusão" (Souza at al., 2015, p. 774), gerando a essas pessoas, sofrimentos psicológicos advindos do não reconhecimento de suas singularidades.

No entanto, as travestis iniciam a construção da sua identidade, guiadas pelos seus desejos e prazeres. Judith Butler (1999) ressalta sobre a performatividade, na qual, desloca-se a noção de identidade natural e imposta, para a ideia de um tornar-se, uma transformação. A travesti agencia essa transformação, mesmo em meio ao caos proporcionado pelas relações estigmatizadoras, e mesmo as margens da sociedade, sub-

vertendo a realidade normalizada imposta cria suas próprias estratégias de vivências e trânsito social.

A vista disso percebe-se que as ações de luta das travestis aos estigmas, ao preconceito e a negligencia são constantes. Assim faz-se necessário a@s profissionais da saúde embarcar no compromisso com a profissão e com @s usuári@s, pois é a partir de novas práticas, acerca de um novo olhar as multiplicidades existentes, e a compreensão das mesmas, que podemos pensar em respostas aos impasses, fortalecendo e expandindo "novas práticas, novos movimentos para contra-atacar as políticas tradicionais, afirmando os direitos humanos como direitos de todos, em especial dos miseráveis de hoje" (Coimbra, 2001, p. 146).

Pensando nessa atuação ética e crítica, Sandra Maria da Mata Azerêdo (2002, p. 16) cita que "é preciso querer saber das verdades do outro e não ficarmos presos à mesmice de nossas verdades, tantas vezes apoiadas em privilégios". É necessário olhar para as pessoas, em seus contextos e seus processos históricos, proporcionando a elas, que estão jogadas as margens, acesso aos seus direitos e possibilidades de construção de sua cidadania.

Para tanto cabe a@s profissionais inserid@s nas políticas públicas o engajamento e compromisso ético com sua "ciência" e com as pessoas que serão atingidas por ela. Em outras palavras, a problematização sobre as ações dos saberes éticos e científicos devem ser constantes, não sendo condizentes com práticas essencialistas e redutoras, que consideram a performatividade como patologia e que violentam as formas plurais de existir, de se expressar e de viver no mundo.

O decorrer do trabalho possibilitou também a compreensão de que são necessárias pesquisas a respeito das travestilidades, que lutam pelo direito a vida e a cidadania, ao respeito na escola, na saúde e pelo direito de viverem a luz do dia. Desta forma, salientamos aqui o envolvimento d@s profissionais da Psicologia com a ciência que se prega, para que cada vez mais se comprometa nos seus ambientes de atuação promovendo saúde e qualidade de vida a todos os humanos de direitos.

De acordo com Sylvia Leser de Mello & Maria Helena Souza Patto (2012, p. 20), @s psicólog@s devem estar em constantes reflexões a respeito de suas práticas para que elas não contribuam com os discursos essencialistas e reforce "o preconceito delirante, a opressão, o genocídio e a tortura", ou seja, com práticas não condizentes a ética profissional.

Assim, poderemos articular meios estratégicos de promoção de direitos e cidadania. Portanto, enquanto profissionais étic@s devemos "fortalecer e facilitar a ação

transformadora de uma sociedade em função da igualdade e da justiça social, dar voz aos silenciados e incorporar o saber popular" (Montero, 2009, p. 207, tradução nossa).

Ressaltamos ainda, que enquanto profissionais atuantes nas políticas públicas e regid@s pelo código de ética profissional, não devemos ser condizentes com nenhum ato de violência, que vise à diminuição das pessoas e a essencialização das vidas. Pelo contrário, devemos ser articuladores de novas possibilidades e pluralizadores de novas existências, problematizando os modos de subjetivação hegemônicos e as complexidades envolvidas na travestilidade.

Referências

American Psychiatric Association (2014). DSM-V-TR – *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (5ª. edição). Porto Alegre, RS: Artmed.

Azerêdo, Sandra Maria da Mata (2002). O político, o Público e a Alteridade Como Desafios para a Psicologia. *Psicologia ciência e profissão*, *22*(4), 14-23. http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000400003

Barbosa, Bruno Cesar (2013). "Freaks and whores": uses of travesti and transsexual categories. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, *14*, 352-379. http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200016

Benedetti, Marcos Renato (2005). *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis.* Rio de Janeiro: Editora Garamond.

Brasil (1990). Ministério da Saúde. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.* Conselho Nacional de Saúde. Recuperado em 01 de setembro de 2015, de http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080.htm

Butler, Judith (1999). Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do "sexo". In Guacira Lopes Louro (Org.), *O corpo educado – pedagogias da sexualidade* (pp. xxx-xxx). Belo Horizonte: Atêntica.

Cardoso, Michele Rodrigues & Ferro, Luís Felipe (2012). Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *32*(3), 552-563. http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000300003

Carvalho, Alexandre Filordi de & Camargo, André Campos de (2015). Guattari e a topografia da máquina escolar. *ETD- Educ. Temat. Digit*, *17*(1), 107-124.

Coimbra, Cecília Maria Bouças (2001). Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. *Revista Psicologia Política no Brasil*, *1*(1), 139-148. Recuperado de http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_9.pdf

Deleuze, Gilles & Guattari, Félix (1980/1996). *Mil Platôs- capitalismo e esquizofrenia, vol 3.* Rio de Janeiro: Editora. 34.

Foucault, Michel (1979/1993). *Microfisica do poder.* Rio de Janeiro, Edições Graal.

Foucault, Michel (1976/1999). *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (13ª. edição). Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, Michel (2006/2012). *Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política.* (3ª edição), Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Goffman, Erving (1963/2004). *Estigma- Notas a Manipulação da Identidade Deteriorada* (4ª. edição). Rio de Janeiro: LTC. Recuperado de http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/212947/mod_resource/content/3/Goffman.%20Estigma%20e%20identidade%20social.pdf

Guattari, Félix & Rolnik, Suely (1986/1996). *Micropolítica: Cartografias do desejo* (4ª. edição). Petropólis, RJ: Vozes.

Jesus, Jaqueline Gomes de (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.* Brasília: 42p. Recuperado de https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989

Jimenez, Luciene & Adorno, Rubens de Camargo Ferreira (2009). O sexo sem lei, o poder sem rei: Sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti. *Cadernos Pagu*, *33*, 343-367.

Laqueur, Thomas Walter (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.* Rio de Janeiro, Relume Dumará.

Leite Júnior, Jorge (2008). *Nossos Corpos também mudam: sexo, gênero e a invensão das categorias "travesti" e "Transexual" no Discurso científico.* Tese de Doutorado inédita, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado de http://livros01.livrosgratis.com.br/cp074600.pdf

Louro, Guacira Lopes (1999/2000). *O Corpo Educado pedagogias da sexualidade* (2ª Edição), Belo Horizonte: Autentica. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1

Mello, Sylvia Leser de & Patto, Maria Helena Souza (2012). Psicologia da violência ou violência da Psicologia. In Maria Helena Souza Patto (Org.), *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia* (pp. 17-21). São Paulo: Casa do psicólogo.

Ministério da Saúde, Brasil (2013). *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.* Brasília: Autor. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

Miskolci, Richard (2011). Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In Luís Antonio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine & Bóris Ribeir de Magalhães (Org.), *Michel Foucault, sexualidade corpo e direito* (pp. 47-68). São Paulo: Cultura Acadêmica.

Montero, Maritza (2009). Para qué Psicología Política? *Psicologia Política*, *9*(18), 199-213.

Peixoto Júnior, Carlos Augusto (2012). Capitalismo e esquizofrenia: cartografias políticas. *Ecos- Estudos Contemporâneos da Subjetividade, 2*(1), 87-93.

Pelúcio, Larissa (2011). Corpos Indóceis: a gramática erótica do sexo transnacional e as travestis que desafiam fronteiras. In Luís Antonio Francisco de Souza, Thiago

Teixeira Sabatine & Bóris Ribeir de Magalhães (Orgs.), *Michel Foucault, sexualidade corpo e direito* (pp. 105-132). São Paulo: Cultura Acadêmica.

Peres, Wiliam Siqueira (2011). Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In Luís Antonio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine & Bóris Ribeir de Magalhães (Orgs.), *Michel Foucault, sexualidade corpo e direito* (pp. 105-132). Marília, São Paulo: Cultura Acadêmica.

Peres, Wiliam Siqueira (2015). *Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania.* Curitiba-PR, Juruá.

Petry, Analídia Rodolpho, & Meyer, Dagmar Estermann (2011). Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, *10*(1), 193-198.

Prins, Baukje, & Meijer, Irene Costera (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos feministas*, *10*(1), 155-167. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009

Ramos, Conrado (2012). Tirando a venda dos espertos: Reflexão sobre a formação de psicólogos em tempos de cinismo. In Maria Helena Souza Patto (Org.), *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia* (pp. xxx-xxx). Casa do psicólogo, São Paulo.

Rodrigues, Ana Maria Mujica (2014). *Experiências de atenção à saúde e percepções das pessoas transgênero, transexuais e travestis sobre os serviços públicos de saúde em florianópolis/sc, 2013-2014.* Dissertação de Mestrado inédita. Universidade Federal de Santa Catarina.

Romanowski, Joana Paulin & Ens, Romilda Teodora (2006). As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. *Diálogo Educ.*, *6*(19), 37-50. Recuperado de http://www.chcbeira.pt/download/As%20pesquisas%20denominadas%20do%20tipo%20estado%20da%20arte.pdf

Rubin, Gayle (2012). *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade.* Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1

Scott, Joan (1989/1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*, *20*(2). 01-35. Recuperado de http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

Secretaria de Direitos Humanos, Brasil (2012). *Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil.* Recuperado de http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012

Silva, Tomaz Tadeu (2013). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (13ª. Edição), Petrópolis, RJ: Vozes.

Silva, Joseli Maria & Ornat, Márcio José (2010). Espaço urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti. *Revista de Psicologia da UNESP 9*(1), 83-95.

Souza, Martha Helena Teixeira de & Pereira, Pedro Paulo Gomes (2015). Cuidado com saúde: As travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul. *Texto Contexto Enferm*, *24*(1), 146-53.

Souza, Martha Helena Teixeira de; Malvasi, Paulo; Signorelli, Marcos Claudio & Pereira, Pedro Paulo Gomes (2015). Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, *31*(4), 767-776.

Teixeira-Filho, Fernando Silva (2013). *Psicologia e Teoria Queer: das identidades aos devires*. Tese de Livre-docência. Assis.

Tussi, Fernanda Pivato (2006). A travesti e o gênero: o corpo "todo feito" de ambigüidades, especificidades e curiosidades. *Horizontes Antropológicos*, *12*(26), 323-327. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a16v1226.pdf

Veiga-Neto, Alfredo & Lopes, Maura Corcini (2007). Inclusão e governamentalidade. *Educ. Soc.*, *28*(100), 947-963. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Desde las epistemologías feministas a los feminismos decoloniales: Aportes a los estudios sobre migraciones

From feminist epistemologies to decolonial feminism: Contributions to studies about migrations

Paola Contreras Hernández; Macarena Trujillo Cristoffanini[1]

***Universidad de Barcelona**
macarenatrujilloc@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 02-12-2015
Primera revisión: 27-02-2016
Aceptado: 10-11-2016

Palabras clave
Epistemologías feministas
Estudios decoloniales
Feminismos decoloniales
Migración y género

Resumen

Este artículo parte con el análisis de tres enfoques que han cuestionado el pensamiento científico convencional: las epistemologías feministas, la teoría decolonial y los feminismos decoloniales; luego, se integran las fortalezas de estos marcos con el fin de generar una propuesta epistemológica para los estudios de género y migración. Dicha propuesta —basada en tres ejes— desarticula los fundamentos androcéntricos y sexistas de las ciencias, así como las tramas eurocéntricas y colonialistas que se han plasmado en los estudios de género, apostando por una perspectiva investigativa que aborde las interseccionalidades que vivencian las mujeres en el marco de las experiencias sociales de género y migración desde una mirada dialógica, que entendemos debe ser impronta del quehacer científico.

Keywords
Feminist Epistemology
Decolonial Studies
Decolonial Feminist
Migration and Gender

Abstract

This paper start with the analusis of three approaches that have challenged conventional scientific thinking: feminist epistemologies, decolonial theory and decolonial feminism; then, the strengths of these frameworks are integrated in order to generate an epistemological proposal for gender and migration studies. This proposal —based on three axes— dismantles the androcentric and sexist foundations of science as well as eurocentric and colonialist arguments reflected in gender studies, betting on a research perspective that addresses the intersectionalities that women experience in the Framework of the social experiences of gender and migration from a dialogical view, which we understand must be imprint of the scientific work.

Contreras Hernández, Paola & Trujillo Cristoffanini, Macarena (2017). Desde las epistemologías feministas a los feminismos decoloniales: Aportes a los estudios sobre migraciones . *Athenea Digital*, *17*(1), 145-162.
http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1765

Introducción

El siguiente artículo desarrolla una propuesta epistemológica situada en los estudios de género y de mujeres migrantes. Para ello, se presentan las principales aportaciones de tres enfoques teóricos: epistemologías feministas, estudios decoloniales y feminismos decoloniales. Éstos se han caracterizado por contar con propuestas epistémicas cuestionadoras de la ciencia tradicional y de las relaciones de poder proyectadas al abordar el mundo social. En este sentido, analizamos sus principales postulados y también sus puntos ciegos, lo que nos permite generar un diálogo entre sus axiomas cen-

[1] Este artículo ha sido realizado como un proceso colaborativo en un contexto de coproducción, por lo cual el orden de las autoras es alfabético y no indica prelación.

trales con el fin de transitar hacia un marco analítico enriquecido en el contexto de los estudios de género y migración.

En primer lugar, examinamos las aportaciones realizadas por las epistemologías feministas, que han cuestionado los sesgos sexistas y androcéntricos de la ciencia convencional. En segundo lugar, abordamos el enfoque decolonial evidenciando las secuelas históricas y coyunturales de la colonialidad de poder, comprendiendo cómo la jerarquización social —a partir de la racialización de las personas— asentó una violencia epistémica basada en lo que Buenaventura De Suosa (2010) definió como pensamiento abismal. En tercer lugar, integramos las contribuciones de los feminismos decoloniales, pues reflexionan sobre la colonialidad de poder y cómo ésta determinó la subjetividad femenina, el control del cuerpo, de la sexualidad, etc. Por ello, consideramos central el concepto de interseccionalidad y de experiencia multi-situada/localizada para abordar la realidad de las mujeres migrantes en países del norte, pues nos otorga herramientas de carácter multidimensional para visualizar la fusión de las estructuras sociales en las experiencias y trayectorias vitales de este colectivo.

Por tanto, con base en la integración de las críticas epistemológicas que realizan estas tres perspectivas, y sumado a nuestra experiencia como investigadoras en el campo de migración y género, proponemos tres ejes que entendemos deben ser integrados en el estudio de las mujeres migrantes, con la finalidad de transformar las imágenes paternalistas y homogeneizadoras hacia las mujeres que han estado presentes tanto en las investigaciones referidas a migración como en los propios enfoques feministas de la academia eurocentrada. Así, estimamos que esta propuesta es un desafío político cuyo horizonte es contribuir a la sociología de las ausencias (De Sousa, 2010) desde una óptica feminista.

Epistemologías feministas: Cuestionando el saber científico tradicional

Las teorías feministas se han destacado por su carácter crítico, cuestionando los cimientos patriarcales de la sociedad y la cultura. En esta línea, han surgido diferentes perspectivas cuyo objetivo es develar las estructuras y los mecanismos que producen y reproducen las construcciones jerárquicas del género. Así, las epistemologías feministas —que surgen a finales de la década de los sesenta en países anglosajones— han examinado las premisas de neutralidad, objetividad y universalidad; bases en las cuales se ha erigido la ciencia moderna, interrogando los paradigmas tradicionales que han guiado la producción de conocimiento hasta la actualidad. En esta línea, Sandra Harding (1998) señala que:

> Las investigadoras feministas vienen sosteniendo que las teorías tradicionales han sido aplicadas de manera tal que hacen difícil comprender la participación de las mujeres en la vida social, así como entender que las actividades masculinas están determinadas por el género. (p. 2)

Así, las epistemologías feministas se conciben como una apuesta por deconstruir las prácticas convencionales en el marco de la investigación científica, desde una perspectiva crítica y propositiva, permitiendo avanzar hacia una praxis liberadora del conocimiento, cuestionando la "objetividad valorativa" basada en un sistema social y simbólico que se apoya en dicotomías rígidas y jerarquizadas. Éstas se reflejan en la construcción del saber y en las relaciones de poder existentes entre varones y mujeres. Desde esta crítica, se visibilizó el aspecto político de las relaciones entre los sexos y el papel que ha jugado la ciencia en la legitimación del orden patriarcal al sostener un discurso que tiende a la justificación de lo establecido, presentada como una realidad natural explicada de "manera científica", es decir, basada en una supuesta neutralidad ontológica apolítica, portavoz de la *razón y el progreso*. De este modo, existe una relación en los relatos que sustentan y legitiman la razón y la ciencia moderna, pues la ciencia se enuncia como una verdad absoluta (universal) a la que se accede por la aplicación de métodos y metodologías, independiente de quién la observa.

Sin embargo, estos argumentos han sido cuestionados por diferentes corrientes teóricas (como el postestructuralismo, el posmodernismo, los feminismos, etc.), demostrando su carácter eurocéntrico, pues colocan como punto culmine la civilización europea; etnocéntrica porque se consideran morales y naturales las prácticas que en estas sociedades se realizan; y androcéntrica, pues proclama como parámetro y/o modelo de lo humano al varón.

Por ello, las epistemologías feministas proponen distintas estrategias para aproximarse a la realidad y a los/as sujetas que componen su universo, con la finalidad de "subvertir los procedimientos establecidos en la práctica disciplinaria vinculada a los programas que han sido constituidos como relevantes por y para los hombres" (Hertz, 1990, p. 40).

En este sentido, se reconoce el papel de la experiencia de las mujeres como parte constitutiva de las interacciones cotidianas que debiesen ser estudiadas desde el punto de vista de género pues, históricamente, han sido canceladas o leídas desde prismas patriarcales que las han deformado y/o utilizado como herramienta para el mantenimiento del status quo.

Consecuentemente, para Dorothy Smith (2012), una epistemología feminista que considere el punto de vista de las mujeres es una forma de conocimiento que

implica concebir la experiencia como palabra de autoridad en sí misma, destacando la relevancia de abordar el mundo de las mujeres invisibilizado bajo el supuesto "sujeto universal masculino". De este modo, se entiende como un enfoque de investigación que trabaja con las experiencias cotidianas que dan forma a la vida de las personas, para comprender las dimensiones sociales que hay más allá de las propias experiencias. Así, el punto de vista de las mujeres se concentra en las realidades cotidianas de éstas, en aquella experiencia que constituye su día a día, para posteriormente comprender todas aquellas interconexiones de esas acciones con las relaciones de dominación. Justamente, en esta propuesta se apuesta por "conocer las actividades de las personas reales situadas en lugares y en tiempos locales y concretos son reconocidas por ellas mismas" (Smith, 2012, p. 24); las que se pueden comprender desde la investigación en cuanto se producen en el lenguaje como habla y/o texto.

Así, desde los diversos enfoques feministas se asume la tarea de formular nuevas orientaciones epistémicas que identifiquen sus investigaciones.

> ¿Existe un método distintivo de investigación feminista? ¿Cómo es que la metodología feminista desafía —o complementa— las metodologías tradicionales? ¿Sobre qué bases se sostienen los supuestos y procedimientos de las investigadoras feministas? (Harding, 1998, p. 9)

Estas interrogantes conceptualizan las distintas problemáticas desde el punto de vista de las mujeres, y en esta lógica, la autora señala tres características de las investigaciones feministas. En primer lugar, destaca que "existen nuevos recursos empíricos y teóricos: las experiencias de las mujeres" (Harding, 1998, p. 19), siendo necesario desarrollar preguntas de investigación que apunten a rescatarlas desde la pluralidad para evitar las imágenes o visiones parciales. En segundo lugar, se encuentran los "nuevos propósitos para la ciencia social: estar a favor de las mujeres" (p. 26), ampliando la mirada en la propia realidad social y los conflictos inherentes a ésta. En tercer lugar, se ubica el "nuevo objeto de investigación: situar a la investigadora en el mismo plano crítico que el objeto explícito de estudio" (p. 19), estableciendo un diálogo entre investigadora e investigada, contextualizado similitudes y diferencias.

Por su parte, Donna Haraway (1991/1995) al reflexionar sobre los cambios tecnológicos que acontecen en la actualidad, realiza una propuesta epistémica que:

> Toma como punto de partida y como objetivo del análisis la situación y los intereses de las mujeres. ¿De qué manera afectan el cambio tecnológico y las nuevas concepciones científicas de la naturaleza y de la sociedad a la calidad de vida de las mujeres? (Requejo, 1999, p. 220)

Esta pregunta la responde en su libro *Ciencia, Cyborgs y mujeres. La reivindicación de la naturaleza* (1991/1995), en el cual plasma una metáfora sobre la figura de los Cyborgs, indicando que éste "aparece mitificado precisamente donde la frontera entre lo animal y lo humano es transgredida" (Haraway 1991/1995, p. 257). Su inquietud por la ciencia plantea un desafío mayúsculo, pues se sirve de ésta para analizar la(s) visión(es) de la naturaleza y humanidad dominante bajo los criterios patriarcales; apostando por construir cimientos que permitan desarrollar "un modo feminista de entender el conocimiento, la concepción de la epistemología como teoría del punto de vista o situada" (Requejo, 1999, p. 224).

La propuesta epistemológica del *conocimiento situado,* es para Haraway (1988) una acción política ya que reconoce y evidencia que la producción de conocimiento no está descontextualizada ni desligada de la subjetividad de quién la realiza. Por ello, propone que al momento de investigar se especifique cuál es el punto de partida —más allá del método que se utilice—, pues no existe neutralidad en el o la investigadora; si la realidad es diversa, diversas son las miradas para analizarla. La condición parcial y situada del conocimiento ofrece una validez epistémica a quienes han estado en situaciones de subalternidad, respaldando con ello una múltiple y encarnada geopolítica del conocimiento. Así, las epistemologías feministas han permitido "precisar que la situación de los sujetos subalternos no es igual en todas partes y que categorías como género, etnia e identidad son configuradas en relación con determinados procesos espaciales" (Piazzini, 2014, p. 26), por lo que no es posible homogeneizar ni jerarquizar las realidades y localizaciones.

En este contexto, Patricia Hills Collins (1991) —una de las representantes de la epistemología del movimiento feminista negro— señala que, para el caso de las mujeres negras en Estados Unidos, es necesario ubicar sus experiencias vividas en el centro del análisis, pero sin esencializar ni objetivar. Asimismo, resalta la impronta dialógica en el proceso de conocimiento, estableciendo una relación horizontal que no neutraliza las experiencias, valores y pensamientos de quien investiga. El punto de partida es comprender cómo la intersección entre género, raza y otras condiciones como clase, identidad sexual, religión (entre otras) influyen en la conjugación de una matriz de opresiones y desigualdades, así como en la propia producción de conocimiento. En esta misma línea, se puede agregar lo planteado por la teórica y activista bell hooks, la cual indica que:

> Hay muchas pruebas que demuestran que las identidades de raza y género crean diferencias en la calidad, en el estilo de vida y en el estatus social que están por encima de las experiencias comunes que las mujeres comparten y se trata de diferencias que rara vez se trascienden. (1994/2004, p. 37)

De este modo, la autora cuestiona la manera en que los feminismos occidentales han determinado al sexismo como sistema de dominación universal, pues esta óptica no considera la diversidad de factores que forjan una cadena de violencias hacia las *otras* (no blancas).

Este cuestionamiento a la universalidad y homogeneización de la dominación patriarcal, también es argüido por feministas indígenas, musulmanas, migrantes, etc., quienes se han distanciado de los postulados de los feminismos occidentales para contribuir con una "genealogía de estrategias y propuestas de praxis política y reformulación teórica feminista en cuyo devenir político crítico realizaron aportes epistemológicos que (...) han ido redefiniendo las bases epistemológicas feministas" (Medina, 2013, p. 63).

En síntesis, estas aportaciones reconocen los contextos, localizaciones, experiencias vividas y conocimientos de investigadora y colectivo en investigación; posibilitando el tránsito del enfoque sujeto-objeto de estudio al de sujeto-sujeto de conocimiento. El horizonte es desestructurar la jerarquización convencional atribuida a quienes interactúan en la construcción de conocimiento.

Colonialidad de Poder en la construcción de conocimiento

Uno de los elementos centrales a la hora de hablar y pensar en la Colonialidad es situar cómo se ha construido el "paradigma otro", el cual para Walter Mignolo (2003) es "en última instancia, el pensamiento crítico y utopístico que se articula en todos aquellos lugares en los cuales la expansión imperial/colonial negó la posibilidad de razón, pensamiento y de pensar el futuro" (p. 20). Desde esta perspectiva, la otredad se sitúa como espacio negado debido a la forma en que el conocimiento se ha construido desde lo universal, cancelando, por un lado, la diversidad de experiencias e historias locales, y por otro, la potencialidad de las distintas formas de construcción de conocimiento; lo cual para Zulma Palermo (2010) se traduce en una violencia epistémica que de manera silenciosa se impone como pensamiento único.

De ahí que, para el autor, lo fundamental para una apertura hacia lo "otro" es reconocer cómo se ha establecido la superioridad epistemológica, desde dónde se enuncia y de qué manera legítima la Colonialidad global y actual, tanto del ser como del saber.

Es en este contexto que surge el giro decolonial, el cual postula que las bases estructurales de las colonias de América del Sur no cambiaron con la independencia,

sino que se generó una transición del colonialismo a la colonialidad global que —en el contexto del capitalismo globalizado— agudiza las exclusiones provocadas por las jerarquías epistémicas, espirituales, raciales/étnicas y de género/sexualidad desplegadas por la modernidad (Castro-Gómez y Grosfoguel, 2007; Mignolo, 2003). Ello entra en disputa con las posiciones de los/as intelectuales postcoloniales, pues se enfatiza la agencia cultural como elemento que ha determinado las identidades nacionales y el desarrollo de los pueblos colonizados, por lo cual sostienen que la "lucha por la hegemonía social y política del sistema pasa necesariamente por el control de esos códigos semióticos" (Castro-Gómez y Grosfoguel, 2007, p. 16).

En esta línea es el trabajo que realiza Aníbal Quijano, quien aporta un cuerpo teórico que desmonta las ramificaciones del colonialismo en América[2], señalando que en éste confluyeron dos procesos históricos que se constituyeron como ejes fundamentales del nuevo patrón de poder: el primero es la codificación de las diferencias entre conquistadores y conquistados basándose en la naturaleza biológica, justificando la superioridad/inferioridad; la segunda se establece en la manera en que se articuló el control del trabajo y sus productos en torno al capital. Esta situación configuró a Europa como el centro capitalista y sus colonias como periferia, lo que implicó que Europa "centró bajo su hegemonía el control de todas las formas de control de la subjetividad, de la cultura, y en especial del conocimiento, de la producción del conocimiento" (Quijano, 2000, p. 209). Esta dinámica avivó el desarrollo y posterior asentamiento del etnocentrismo y eurocentrismo, hegemonizando el conocimiento por medio de una supremacía epistémica que perpetuó una *geopolítica del conocimiento*. Por ello, para Quijano la colonialidad del poder impuso una nueva identidad racial, forjando una lógica discursiva que ha caracterizado al pensamiento contemporáneo, enfatizando dicotomías jerárquicas que diferencian lo moderno y lo pre-moderno. Así, se funda la exclusión hacia los "otros/as" en cuanto subalternos/as, sustrayéndoles de su agencia y conocimiento ancestral; en efecto, la existencia de un pensamiento abismal dividiría, según De Sousa (2010), el mundo en dos realidades: la visible y la invisible.

Este esquema da luces para comprender cómo se configuran las relaciones de subalternidad, alentando descolonizar el conocimiento por medio del "desprendimiento epistémico del conocimiento europeo, [para] pensar la propia historia, pensar la propia liberación, pero con categorías propias, desde nuestras propias realidades y experiencias" (Lozano, 2010, p. 11). En este sentido, De Sousa (2010) delinea una *epistemolo-*

[2] Para Quijano Colonialidad y Colonialismo se relacionan, sin embargo Colonialidad hace referencia al padrón de poder que comienza con la conquista y posterior expansión colonial de Europa, desde la cual la concepción racista permea todas las relaciones sociales, instaurando jerarquización, clasificación; en cambio Colonialismo hace referencia a la instauración de una estructura político-social a otro pueblo (Lugones, 2008). Por su parte, para María Teresa Garzón (2013), "el colonialismo es la ocupación territorial por medio coercitivos (militar, política, económica), mientras la colonialidad es la imposición del imaginario cultural europeo (p. 311).

gía del sur[3], desafiando el universalismo occidental; apostando por la concreción de una sociología de las ausencias, la que se basa en comprender cómo "lo ausente" se ha convertido en un "no es", constituyendo una estrategia para "transformar objetos imposibles en objetos posibles, objetos ausentes en objetos presentes" (p. 22).

De hecho, para el autor existen cinco lógicas en las cuales se sustenta tal invisibilidad; a) monocultura del saber y rigor del saber: vinculada a la lógica que impone la ciencia y la alta cultura como los únicos saberes legitimados en la de producción de conocimiento; b) monocultura del tiempo lineal: la que desde una lógica occidental concibe el desarrollo desde una perspectiva evolutiva y progresiva; c) monocultura de las clasificaciones sociales: en la que se naturalizan las diferencias con las que se categoriza jerárquicamente a las personas, siendo especialmente acusadas las vinculadas a *raza* y *sexo*, señalando el autor, que en el mundo capitalista la más explotada es la racial; d) lógica de la escala dominante: por medio de la cual se considera la realidad desde un punto de vista hegemónico, lo que queda fuera desde esta mirada se entiende como especificidades de lo particular; y e) lógica productivista: en la cual el crecimiento económico es incuestionable.

Sumado al punto anterior, el autor propone la sociología de las emergencias, que busca hacer visible las alternativas posibles, a la que se arribaría por medio de la acción colectiva de los grupos o movimientos sociales. De este modo, consistiría "en la investigación de las alternativas que caben en el horizonte de las posibilidades concretas" (De Sousa, 2010, p. 25).

En suma, el horizonte de esta corriente es cimentar un modelo/movimiento contra-hegemónico que apunte a comprender a las y los sujetos "del otro lado de la línea" como un "otra/o" válido en la producción de conocimiento.

Colonialidad de género: reflexiones desde los feminismos decoloniales

Los feminismos decoloniales se han caracterizado por desarrollar una intersubjetividad historizada "entablando una crítica de la opresión de género racializada, colonial y capitalista, heterosexualista, como una transformación vivida de los social" (Lugones, 2011, p. 105). Si bien entran en sintonía con las aportaciones de las epistemologías feministas occidentales que han refutado los paradigmas que excluyen a las mujeres de la teorización del conocimiento y la práctica científica; han cuestionado su sentido eurocéntrico, universalistas, categorial y colonial (Curiel, 2007; Lozano, 2010; Lugones,

[3] La diferencia entre Sur y Norte son connotaciones simbólicas. Para De Sousa (2006) esta dicotomía es una metáfora que posiciona al Sur (Sures) como aquel espacio, localidad o situación en el cual se padecen las consecuencias directas del sistema capitalista globalizado, y el Norte (Nortes) como aquel que ostenta sus privilegios. Por tanto, no se habla en términos geográficos propiamente tal, sino de posiciones en este contexto.

2011), pues discuten que el sistema patriarcal sea causa sine qua non de la opresión de las mujeres.

Así, los feminismos decoloniales otorgan una herramienta teórica-conceptual que nos permite explorar en las vidas de las mujeres migradas, "sus cuerpos sexuados, racializados, colonizados y transfronterizos" (Medina, 2013, p. 54), y la manera en que se han configurado las relaciones de subalternidad e itinerarios de lo *femenino* excluyéndolas de los espacios de enunciación. En este sentido, los feminismos decoloniales deconstruyen la categoría universal de *mujer,* en sintonía con las aportaciones del *black feminism* y su propuesta interseccional, la cual da cuenta de las jerarquías existentes entre mujeres, expresadas a través de la raza/etnia, clase, sexualidad, nivel formativo, y para el caso de las mujeres migrantes, el estatus administrativo. Esta alianza cuestiona la matriz homogénea de opresión, lo que en la vida de las mujeres migrantes evidencia la presencia de diversas opresiones sumadas a las desigualdades propias del patriarcado. Por ejemplo, la violencia simbólica-institucional que se ejerce con las leyes de extranjería que *per se,* son racistas y excluyentes y las discriminaciones, prejuicios y estereotipos presentes en el imaginario social (buenas cuidadoras, cariñosas/sensuales, con más habilidades para las labores domésticas; etc.).

En este marco, podemos señalar que los feminismos poscoloniales se distancian de los feminismos decoloniales porque los primeros han desarrollado un enfoque que evidencia las múltiples variables que configuran las identidades de las mujeres de las zonas colonizadas; en cambio, los segundos apuestan por desmantelar las bases de la modernidad como proyecto colonial —y su posterior despliegue en la Colonialidad—, el cual se refleja en la contribución de la Colonialidad del género desarrollada por María Lugones (2008). No obstante, existen similitudes que se ubican en las relaciones de continuidad —desde un enfoque genealógico feminista— sobre la forma en que se han constituido como feminismos periféricos, y la crítica a la manera en que se ha definido —desde el feminismo occidental— la diferencia sexual y cultural. Todo ello ha llevado a Rocío Medina a amalgamar ambas propuestas en lo que define como "Feminismos periféricos, feminismos-otros" (2013, p. 55). Aunque cabe destacar que no sólo estas dos corrientes componen la definición de Medina, sino que son todas aquellos pensados desde los márgenes del feminismo occidental: negro, transfronterizo, comunitario, lésbico, etc.

Así, al evidenciar la presencia del colonialismo en la producción científica feminista, este enfoque plantea qué se entiende por género y cómo éste se puede adaptar a la realidad de las mujeres del sur, contextualizando sus particularidades socio-históricas. En palabras de Joan Scott (1986/1996), este concepto "es un elemento constitutivo de las relaciones sociales basadas en las diferencias que distinguen los sexos, siendo

éste la forma primaria de relaciones significantes de poder" (p. 88), lo que para Gayle Rubin (1975/1986) es la división de los sexos socialmente impuesta; más aún, esta categoría posee una connotación política puesto que denuncia la opresión que viven las mujeres así como las relaciones de poder que entre los roles de género se establecen.

En este marco, consideramos que, si bien el concepto de género como categoría de análisis ha logrado superar la biologización como factor de identidad femenina, posee una connotación aséptica, pues pareciera excluir el peso de las influencias socio-históricas; por lo cual, para no debilitar su fuerza analítica y política, debe necesariamente contextualizarse en el marco de las especificidades culturales e históricas que construyen realidades diversas de las mujeres. Por ello, reconocemos central incorporar la influencia de la racialización del género como hecho fundamental para entender las relaciones jerárquicas que se establecen en contextos donde la colonialidad de poder ha impuesto subjetividades e idearios de lo femenino.

De esta manera, valoramos el concepto de género; sin embargo —al igual que los feminismos decoloniales— criticamos la homogenización de la experiencia de las mujeres desde un molde construido por/para europeas, blancas, heterosexuales. Por ello, entendemos primordial realizar una intersección categorial de raza, clase, género y sexualidad, para aproximarse de forma integral a las consecuencias contextuales del colonialismo. En este sentido, Breny Mendoza (2010) señala que "en los procesos de colonización, las de estas partes del mundo colonizado no sólo fueron racializadas sino que al mismo tiempo fueron reinventadas como "mujeres" de acuerdo a códigos y principios discriminatorios de géneros occidentales" (p. 23).

Retomando los estudios decoloniales, si bien reconocemos sus aportaciones vinculadas a la de-construcción del discurso universalista-hegemónico; observamos ciertas ambivalencias al valor que dicho análisis le otorga a las construcciones de género. En este sentido, consideramos que en sus bases es necesario incluir los planteamientos del feminismo decolonial, especialmente atendiendo a la integración de las dinámicas colonialistas de poder/saber, es decir a las propias lógicas del Sistema Moderno/Colonial de Género (Lugones, 2008). Este sistema, según María Lugones, está configurado en la relación de dos marcos analíticos: por un lado, la interseccionalidad[4] de género, raza, colonización; y por otro, el marco analítico que apunta a la colonialidad del poder, enfocándose en el trabajo desarrollado por Aníbal Quijano, quién explora cómo

[4] Entendemos que la "Interseccionalidad examina cómo interactúan tipos específicos, construidos históricamente desiguales en distribuciones de poder y / o normatividades vinculantes, actuando sobre la base de las categorizaciones socio-culturales, construcción discursiva, institucional y / o estructuralmente como el género, la etnia, la raza, el clase, la sexualidad, la edad o la generación, discapacidad, nacionalidad, lengua materna, etc., a fin de producir diferentes tipos de desigualdades sociales" (Kocze, en Expósito, 2013, p. 204).

esta colonialidad se estructuró desde el capitalismo eurocentrado y global; indicando que:

> La idea de raza fue un modo de otorgar legitimidad a las relaciones de dominación impuestas por la conquista. La posterior constitución de Europa como nueva *id-entidad* después de América y la expansión del colonialismo europeo sobre el resto del mundo, llevó a la elaboración de la perspectiva eurocéntrica de conocimiento y con ella a la elaboración teórica de la idea de raza como naturalización de esas relaciones coloniales de dominación entre europeos y no-europeos. (Quijano, 2000, p. 203)

Asimismo, la vinculación de ambos marcos permite comprender la relación entre raza-colonialidad-género. Por ello, Lugones complejiza el análisis de Quijano, señalando que éste trabaja las relaciones de género desde un enfoque colonial, por lo cual acepta este concepto desde la lógica occidental, existiendo una "descripción de género que no se coloca bajo interrogación y que es demasiado estrecho e hiper-biologizado ya que presupone el dimorfismo sexual, la heterosexualidad, la distribución patriarcal del poder y otras presuposiciones de ese tipo" (Lugones 2008, p. 82).

De ahí que la autora destaca la idea de interseccionalidad alejándose del pensamiento categorial,

> Puesto que el término mujer en sí, sin especificación de la fusión no tiene sentido o tiene sentido racista, ya que la lógica categorial históricamente ha seleccionado solo el grupo dominante, las mujeres burguesas blancas heterosexuales, y por tanto ha escondido la brutalización, el abuso, la deshumanización que la colonialidad de género implica. (Lugones, 1998, p. 82)

Frente a este escenario, las aportaciones que han configurado al feminismo decolonial, invitan a desmantelar las limitaciones históricas propias de los feminismos europeo, en donde se:

> Definió lo que era ser mujer y feminista, y las categorías de género y patriarcado establecieron lo que era la subordinación de la mujer y también las posibilidades de su emancipación. Para muchas teóricas, por fuera de estas categorías, tal como ellas las definen, ¡no hay salvación! (Lozano 2010, p. 8)

De ahí la importancia de considerar la manera en que se ha estructurado el discurso colonial y las secuelas prácticas-simbólicas en la vida de las mujeres del sur. Con todo, la necesidad de incorporar estos elementos supone profundizar en aspectos constitutivos que se encuentran normalizados, así pues, la necesidad de cuestionarlos radica en que la descolonización encarna interrogar la heterosexualidad obligatoria y denunciar todo tipo de violencia que afecta a las mujeres, normalizada y enraizada como

práctica social, impuesta desde la colonia. Igualmente, aunando discursos será posible articular una teoría feminista decolonial donde "debemos trabajar hacia una organización social sin dicotomías jerárquicas. No es el nombre 'mujer' el que me importa. Pero tenemos muchos otros nombres que si los decimos rompemos con la universalidad" (Lugones, 2012, p. 129).

Conclusiones: Situándonos desde los feminismos decoloniales: A propósito de las mujeres migrantes

Los planteamientos realizados hasta ahora evidencian la teoría decolonial como un enfoque contra-hegemónico, que transita hacia la comprensión de la realidad de las "dos terceras partes del mundo". Es importante destacar que, desde nuestra perspectiva, asumir estas bases teóricas no implica renunciar a los aportes realizados desde los feminismos occidentales. Aun así, en base a los marcos analizados e integrados en este artículo, proponemos una puntualización de elementos que deben abordarse al investigar la realidad de las migrantes. Esto tiene como fin subyacente no caer en la trampa de una visión escindida por el euro y/o androcentrismo, ya que "muchas de nosotras hemos entendido no sólo que el conocimiento tiene cuerpo, tiene sexo y está situado sino que el cambio epistemológico político es preciso, deseable y posible" (Garzón, 2011, p. 96).

A saber, consideramos imperioso establecer un diálogo que permita aunar las diversas aportaciones para investigar la realidad de las mujeres migrantes; y en esta lógica, presentamos una propuesta epistemológica integrada basada en tres ejes nucleares.

Recuperar la enunciación y experiencia de las mujeres

En este eje establecemos la relevancia de las múltiples dimensiones vividas de la migración femenina, abordando, por ejemplo, la forma en que se adaptan a su nueva realidad, la manera en que su identidad se transforma (en el caso que así fuera) o las estrategias de supervivencia que utilizan. Para ello, es preciso desmantelar construcciones monolíticas sobre este colectivo, puesto que cada mujer trae consigo, no sólo la "identidad nacional", sino también aquella forjada por la imbricación de su propia experiencia y contexto socio-cultural.

Tomando estas consideraciones, nos acercamos a las aportaciones de las epistemologías feministas, siendo centrales para la investigación la desarrollada por Haraway (1988; 1991/1995), quien, con la propuesta del c*onocimiento situado,* nos invita a

rescatar, no sólo las particularidades históricas y sociales en cada proceso de producción de conocimiento, sino también incluir la dimensión epistemológica de la enunciación, es decir, desde dónde se investiga, ello orientará una praxis transformativa que facilitará un diálogo hacia la co-construcción de conocimiento. La perspectiva dialógica se nutre al momento de subrayar las premisas que deconstruyen las categorías jerárquicas que invisibilizan y violentan. Por ejemplo, Haraway nos señala que:

> No existe incluso el estado de "ser" mujer, que, en sí mismo, es una categoría enormemente compleja construida dentro de contestados discursos científico-sexuales y de otras prácticas sociales. La conciencia de género, raza o clase es un logro forzado en nosotras por la terrible experiencia histórica de las realidades sociales contradictorias del patriarcado, del colonialismo y del capitalismo. (Haraway, 1995, p. 264)

De este modo, las voces, identidades, performatividad y subjetividad conforman un cúmulo de realidades que permiten comprender la amplitud de formas de vivir y entender lo existente. En síntesis, construir, de-construir, dialogar y edificar desde la horizontalidad, desde la validez de todas y todos a la hora de emprender el desafío de mirarnos y pensarnos desde la diferencia.

En este sentido, y a modo de ejemplo, queremos traer a la luz la reflexión realizada por Saba Mahmood (2008), quien hace un llamado a redimensionar el concepto de agencia en el estudio de mujeres no occidentales. Así, la crítica de la autora es que dicho concepto se utiliza sin contextualización, proyectando un interés unívoco de ubicar la agencia social de las mujeres en sociedades patriarcales que "incluso en las ocasiones en las que resulta difícil localizar una agencia social feminista explícita, existe la tendencia de buscar expresiones y momentos de resistencia que puedan sugerir un desafío al dominio masculino" (p. 171); y por esto, propone la ampliación de la idea de agencia como la "capacidad de acción que se habilita y crea en relaciones de subordinación históricamente específicas" (pp. 165-166). Con este ejemplo, rescatamos la necesidad de recontextualizar conceptos desde múltiples miradas y no desde lógicas unitarias y unívocas establecidas desde occidente, la que señala como ícono de la mujer "liberada"; y así, proponer la deconstrucción de conceptos dicotómicos, que, en el ejemplo señalado, transitan en una dinámica de reproducción versus subversión, obviando la diversidad de matices posibles. Para Rosi Braidotti, el sujeto mujer es "un conjunto de experiencia múltiples, complejas y potencialmente contradictorias, definido por variables que se superponen tales como la clase, la raza, la edad, el estilo de vida, la preferencia sexual y otras" (2000, p. 30).

En consonancia con lo anterior, "un rasgo distintivo de la investigación feminista es que define su problemática desde la perspectiva de las experiencias femeninas y

que, también, emplea estas experiencias como un indicador significativo de la realidad" (Harding, 1998, p. 25).

Denunciar el epistemicidio como práctica científica

En este eje, nuestro interés es subrayar la prerrogativa de las implicancias del epistemicidio en la producción de conocimiento. En este sentido, utilizamos las tres propuestas teóricas presentadas; pues integradas logran hacer frente a la legitimación arbitraria de ciertos saberes en detrimento de otros. En esta línea, la denuncia del epistemicidio se refiere a la condena de la "destrucción del conocimiento propio de los pueblos causados por el colonialismo europeo" (De Sousa, 2010, p. 8) excluyendo la diversidad de la experiencia cognitiva de las zonas del mundo que han sido dominadas. Desde nuestro punto de vista, este hecho también implica destacar la negación histórica derivada del saber androcéntrico cimentado en las sociedades patriarcales, en el cual se ha establecido el saber y las experiencias de las mujeres como no válidas o de menor relevancia. Es así como esta dimensión apareja visibilizar algunas de las lógicas indicadas por De Sousa (2010) en el marco de la sociología de las ausencias: la monocultura del saber y del rigor, así como la de las clasificaciones sociales. En este sentido, a este eje también concierne la demanda por desmotar la lógica falologocéntrica que ha incidido en nuestra manera de plantearnos las problemáticas sociales, así como el modo en que pensamos cómo éstas deben ser contestadas. Así, esta reflexión radica en desarticular las raíces en que se sustenta el quehacer científico basado tanto en el dominio masculino como en colonial, los cuales han permeado en las estructuras cognitivas, de significado y en las propias mentalidades en el marco de la supresión del derecho al conocimiento de los "otros" y especialmente de aquellas consideradas como subalternas.

Por esta razón, entendemos vital avanzar hacia lo que De Sousa (2010) denomina como justicia cognitiva la que es entendida como el derecho al propio conocimiento, pues históricamente la injusticia global ha estado ligada a la injusticia cognitiva.

Reconocer la posición multi/situada y multi/localizada

En concordancia con el punto anterior, en este eje queremos apuntar a las interacciones y tensiones —bidireccionales: país de origen/destino— que confluyen en la construcción social de las identidades de las mujeres migrantes, y que nos interroga epistemológicamente sobre la formación de campos sociales de acción que estimulan el surgimiento de realidades cualitativamente nuevas, más allá de los acostumbrados arraigos espaciales (Guarnizo, 2004).

Repensar los discursos en torno a las mujeres migrantes y los espacios diaspóricos nos permitirá descifrar cómo la separación territorial altera o re-configura las identidades, las cuales pueden ser entendidas por la confluencia entre experiencias biográficas individuales y biográficas colectivas. La localización multi/situada en espacios relacionales concretos/diversos, transita entre códigos culturales y sociales diferentes circunscritos en "un mundo en creciente movimiento de hibridación [que] requiere ser pensado no como un conjunto de unidades compactas, homogéneas y radicalmente distintas sino como intersecciones, transiciones y transacciones" (García Canclini, 1990, p. 12).

La conformación de una identidad local y global lidia con la formación de un híbrido biográfico que incita a ampliar las estrategias de negociación para construir una capacidad de adaptación y/o instalación en el tiempo/espacio transnacional. A ello, Patricia Tomic agrega:

> La nueva identidad está, sin duda, asociada al bagaje cultural, a los capitales económicos y sociales, a la memoria de lo ya vivido, a la identidad con que se llega, esa pesada maleta interior que constituirá un punto central en el enriquecedor pero a la vez costoso proceso de readaptación. (2006, p. 101)

Esta hibridez identitaria se gesta con el dinamismo de la globalización, situación que ha suscitado en la reflexión teórica feminista un pronunciamiento sobre cómo la mujer migrada se encuentra encasillada en una visión categorial que impide entender la multidimensionalidad que este proceso implica en sus experiencias vividas y encarnizadas. Y son, a nuestro parecer, atingentes las aportaciones de las feministas transfronterizas/chicanas (Anzaldúa, 1987; Sandoval, 1998), quienes, al proponer modelos teóricos situados en espacios *glocales,* ofrecen un análisis más amplio sobre cómo las fronteras simbólicas configuran espacios imaginados, y que influyen en la articulación y construcción de las identidades desde la diferencia y diversidad de experiencias. En esta línea, hablar de cartografías identitarias desde lo homogéneo limita la comprensión sobre cómo la movilidad espacial conduce a un cuestionamiento de las identidades de género, clase e individuales/nacionales.

Las experiencias vividas y multi-situadas de las mujeres migrantes necesitan ser contextualizadas histórica, política, social, pues desde ahí podremos indagar sobre la pertenencia en disputa que se despliegan en los territorios fronterizos, tanto simbólicos como materiales y cómo se materializan en la espacialidad de sus identidades. Y ese es el desafío: evidenciar la subjetividad multi-situada de estas mujeres y las consecuencias que esto implica en sus experiencias biográficas.

Los tres ejes propuestos están ligados entre sí, retroalimentándose y enriqueciéndose en una suerte de relación simbiótica. Es así como entendemos que la integración consciente de estas dimensiones en el quehacer científico implica, no sólo una práctica ético-política, sino un avance hacia una nueva construcción de conocimiento desde la "epistemología del sur" con la impronta propia de los feminismos y sus reivindicaciones socioculturales.

Referencias

Anzaldúa, Gloria (1987). *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute.

Braidotti, Rosi (2000). *Sujetos nómades*. Barcelona: Paidós.

Castro-Gómez, Santiago & Grosfoguel, Ramón (2007). *El giro decolonial Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.* Bogotá: Siglo del Hombre.

Collins, Patricia (1991). *Black feminist thought: Knowledge consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge.

Curiel, Ochy (2007). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, *26*, 92-101. https://doi.org/10.4000/books.iheid.6303

De Sousa, Boaventura (2010). *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Trilce.

Expósito, Carmen (2013). ¿Qué es eso de la interseccionalidad? Aproximación al tratamiento de la diversidad desde la perspectiva de género en España. *Revista Investigaciones Feministas, 3*, 203-222. http://dx.doi.org/10.5209/rev_INFE.2012.v3.41146

García Canclini, Néstor (1990). *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México DF: Grijalbo.

Garzón, María Teresa (2011). Es de suponerse que semejante delito haya sido cometido por mujeres… o el miedo a las otras. *Revista Andamios, 8*(17), 91-115. Recuperado de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1870-00632011000300005&script=sci_arttext

Guarnizo, Luis (2004). Aspectos económicos del vivir transnacional. *Colombia Internacional, 59*, 12-49. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81205902

Haraway, Donna (1988). Situated Knowledge: The Science Question in feminism and the privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies, 14*(3), 575-599. https://doi.org/10.2307/3178066

Haraway, Donna (1991/1995). *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reivindicación de la naturaleza.* Madrid: Cátedra.

Harding, Sandra (1998). ¿Existe un método feminista? En Eli Bartra (Comp), *Debates en torno a una metodología feminista* (pp. 9-34). México DF: Universidad Autónoma Metropolitana.

Hertz, Roxana (1999). Talking and listening from women's standpoint. Feminist strategies for interviewing and analysis. En Marjorie DeVault (Ed.), *Liberating method: Feminism and social research* (pp. 59-83). Philadelphia: Temple University Press.

Hooks, bell (1994/2004). Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. En María Serrano, Rocio, Macho, Hugo, Romero & Álvaro Salcedo (Traduc.) *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras* (pp. 33.50). Madrid: Traficantes de Sueños.

Lozano, Betty (2010). El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. *Revista La manzana de la discordia*, *5*(2), 7-24. Recuperado de http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/Vol5N2/art1.pdf

Lugones, María (2008). Colonialidad y género. *Revista Tabula Rasa, 9*, 73-101. Recuperado de http://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf

Lugones, María (2011). Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, *6*(2), 105-119. Recuperado de http://www.bdigital.unal.edu.co/48447/1/haciaelfeminismodecolonial.traducci%C3%B3n.pdf

Lugones, María (2012). Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. En Patricia Montes (Ed.), *Pensando los feminismos en Bolivia* (pp.129-149). La Paz: Fondo de Emancipación.

Mahmood, Saba (2008). Teoría Feminista y el agente dócil: algunas reflexiones sobre el renacimiento islámico en Egipto. En Liliana Suárez & Aída Hernández (Eds.), *Descolonizando el feminismo: Teorías y prácticas desde los márgenes* (pp. 162-214). Madrid: Cátedra.

Medina, Rocío (2013). Feminismos periféricos, feminismos-otros: una genealogía feminista decolonial por reivindicar. *Revista internacional de pensamiento político,* 8(1), 53-79. Recuperado de http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/8221/Feminismos_perifericos.pdf?sequence=2

Mendoza, Brendy (2010). La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. En Yuderkis Espinosa (Ed.), *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico política del feminismo latinoamericano* (pp. 19-36). Buenos Aires: La frontera.

Mignolo, Walter (2003). *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo, Cuestiones de antagonismo*, Madrid: Akal.

Palermo, Zulma (2010). Una Violencia Invisible: La "Colonialidad de Saber". *Cuadernos FHyCS-UNJu, 38*, 79-88. Recuperado de http://www.scielo.org.ar/pdf/cfhycs/n38/n38a05.pdf

Piazzini, Carlo (2014). Conocimiento situado y pensamientos fronterizos: una relectura desde la universidad. *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, *5*(1), 11-33. http://dx.doi.org/10.5209/rev_GEOP. 2014.v5.n1.47553

Quijano, Aníbal (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En Edgar Lander (Ed.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* (pp. 201-246). Buenos Aires: Faces/UCV.

Requejo, Stella (1999). Conocimientos situados y estrategias feministas. *Reden: Revista española de estudios norteamericanos, 17*(19), 219-235. Recuperado de http://dspace.uah.es/dspace/handle/10017/5017

Rubin, Gayle (1975/1986). El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. *Nueva Antropología, Revista de Ciencias Sociales, 8*(30), 95-145. Recuperado de http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/nuant/cont/30/cnt/cnt7.pdf

Sandoval, Chela (1998). Mestizaje as Method: Feminists of Color Challenge the Canon. En Carla Trujillo (Ed). *Living Chicana Theory* (pp. 352-370). Berkeley: Third Woman Press.

Scott, Joan (1986/1996). El género: una categoría útil para el análisis histórico. En Lamas Marta (Comp.), *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual* (pp. 265-302). México DF: PUEG.

Smith, Dorothy (2012). El punto de vista (standpoint) de las mujeres: Conocimiento encarnado versus relaciones de dominación. *Revista del CEIHM, 8*(8), 5-27. Recuperado de http://filo.unt.edu.ar/wp-content/uploads/2015/11/TEMAS_MUJERES_08_1-SMITH.pdf

Tomic, Patricia (2006). Fronteras e identidades: Viviendo en inglés en Canadá. En Loreto Rebolledo & Patricia Tomic (Coords.), *Espacios de género* (pp. 99-116). Mexicali: Universidad Autónoma de Baja California.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Produção enunciativa nas estratégias biopolíticas atuais: a questão da qualidade de vida

Statements production in current biopolitical strategies: the issue of quality of life

Gabriel de Freitas Gimenes; Rosane Azevedo Neves Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul; gfgimenes@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 04-12-2015

Aceptado: 10-09-2016

Palavras-chave
Qualidade de vida
Biopolítica
Enunciados

Resumo

Qualidade de vida é uma expressão com uma forte presença hoje em dia, de modo que se encontra ao seu redor uma profusão discursiva na qual esta expressão transita por vários campos e assuntos e apresenta diversos significados. O objetivo desse trabalho é pensar a qualidade de vida e essa profusão discursiva ao seu redor a partir das contribuições de Foucault e Deleuze acerca do conceito de enunciado e da análise enunciativa, a fim de se tornarem visíveis alguns enunciados de qualidade de vida. Uma vez tornados visíveis esses enunciados é possível problematizar essa múltipla e ambígua presença da qualidade de vida em nossa atualidade.

Keywords
Quality of Life
Biopolitics
Statements

Abstract

Quality of life is an expression with a strong presence nowadays, so there's a discursive profusion in which this expression transits through several fields and themes and presents different meanings. The aim of this work is to think this quality of life and this discursive profusion around it through the contributions of Foucault and Deleuze on the concept of statement and statement analysis, in order to render visible some statements of quality of life. Once these statements are rendered visible it's possible to problematize this multiple and ambiguous presence of quality of life in our actuality.

Gimenes, Gabriel de Freitas & Silva, Rosane Azevedo Neves (2017). Produção enunciativa nas estratégias biopolíticas atuais: a questão da qualidade de vida. *Athenea Digital*, *17*(1), 163-185.
http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1770

Introdução

O enunciado circula, serve, se esquiva,
permite ou impede a realização de um desejo,
é dócil ou rebelde a interesses,
entra na ordem das contestações e das lutas,
torna-se tema de apropriação ou de rivalidade.
(Foucault, 1969/2005, p. 119)

Em sua aula inaugural no *Collége de France*, publicada com o título de *A Ordem do Discurso,* Michel Foucault nos chama a atenção ao propor que, mais importante do que a descrição da proliferação discursiva encontrada em nossa sociedade, é a análise dos diversos procedimentos pelos quais se exerce uma rarefação do discurso. Como compreender essa rarefação do discurso?

Foucault (1970/2013) argumenta que aparentemente nossa sociedade "teria sido a mais respeitosa com o discurso", uma vez que aqui este "teria sido mais radicalmente liberado de suas coerções e universalizado" (pp. 49-50). Essa é uma crença fortemente compartilhada em diversos estratos de nossa sociedade ocidental, liberal e humanista, científica e democrática. Gostamos de acreditar na verdade, gostamos de pensar que nossos discursos estão mais perto da verdade, gostamos de acreditar que nossa verdade é a do livre fluxo, não apenas de discursos, mas também de bens, serviços e pessoas. Mas, como qualquer pensamento minimamente crítico consegue facilmente notar, esse livre fluxo ideal não se concretiza nos diversos estratos, e é apenas em aparência que os discursos proliferam livremente em nossa sociedade.

Inclusive, ao nos relacionarmos com esses diversos discursos, as principais preocupações giram em torno de saber "quem disse?", "onde disse?", "o que quis dizer?". Foucault considera que assim somos levados a nunca pensar nos discursos mesmos, mas a levá-los sempre em consideração a outra coisa, tal como um sujeito ou um lugar de enunciação, ou um significado do que foi enunciado. Investigam-se, assim, os discursos para compreender seus significados, para revelar as intenções ou motivações das pessoas que os enunciaram, ou o que elas quiseram dizer, ou para situar o lugar de onde foram enunciados, mas dificilmente esses discursos são pensados enquanto tais. Há um constante esforço em se estabelecer relações de continuidade entre os discursos e outros elementos identitários, de modo que os discursos são anulados em sua realidade.

Foucault (1970/2013) argumenta que, uma vez suspensas essas relações de continuidade dos discursos com esses elementos identitários, não se sabe muito bem o que sobra. Assim, essa pretensa afinidade de nossa sociedade com o fluxo livre de discursos se dissolve e manifesta toda sua potência em uma série de inquietações:

> Inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imaginam; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. (p. 8)

Desprovidos dessas relações de continuidade e de identidade, os discursos, em sua existência misteriosa, parecem ser fonte de grandes perigos. Foucault (1970/2013) propõe, assim, que "a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua

pesada e temível materialidade" (p. 9). Torna-se, desta forma, importante uma análise desses procedimentos de controle e de delimitação, de sujeição e/ou de rarefação do discurso, que Foucault tenta localizar em três níveis: procedimentos externos de controle que tornam visíveis as íntimas relações entre os discursos e as relações de poder e de desejo; procedimentos internos de delimitação que limitam o acaso dos discursos a um princípio de identidade; procedimentos de rarefação dos sujeitos que tornam seletivas as zonas de acesso ao discurso. Temos aqui uma grande quantidade de práticas pelas quais toda uma intensa proliferação discursiva que aparentemente se dá ao acaso e livremente é delimitada, controlada e sujeita a diversos critérios pelos quais ela se enquadra em uma estrita e restrita ordem, a ordem do discurso.

Essa ordem do discurso, articulada ao redor desses procedimentos de controle, garante os limites e contornos pelos quais uma produção discursiva pode ocorrer em uma sociedade. A questão é sutil porque essa ordem é composta por um conjunto de práticas de coerção e limitação dos discursos – a partir do que poderíamos pensar essa ordem enquanto uma ordem repressiva –, mas tal controle se exerce justamente para delimitar e, dentro desse contorno, incitar a produção e a proliferação discursiva. A ordem do discurso é, assim, principalmente uma ordem produtiva, de uma produção seletiva, produtora de segregações e distinções de valor.

Tomemos, por exemplo, a expressão "qualidade de vida". Ao seu redor variam os mais diversos significados, em uma profusão discursiva na qual proliferam distintos usos em campos difusos. De dicas e guias de promoção de saúde e bem-estar veiculados na mídia hegemônica a pesquisas científico/acadêmicas em diversas áreas ou programas de marketing, encontramos, hoje em dia, uma ruidosa falação sobre qualidade de vida.

Qualquer percurso pelos discursos sobre qualidade de vida apresenta um vasto campo de publicações que podem ser encontradas em diversos lugares, como sites de internet, revistas comerciais e revistas acadêmicas, num passeio que atravessa diversos campos, como medicina, administração de empresas, psicologia organizacional, epidemiologia, economia, psicometria, nutrição, saúde coletiva, educação física, sociologia, psicoterapia, administração, etc. Parece óbvio, portanto, que qualidade de vida seja algo importante, uma das coisas mais importantes na vida, inclusive. Parece natural a busca atual por qualidade de vida em nosso cotidiano, nas relações, no trabalho, nas cidades, na sociedade, no mundo como um todo.

Mas qualidade de vida parece ser também um ponto cego incômodo. Não se sabe muito bem o que isso seja, como defini-la, como buscá-la, muito menos como melhorá-

la. Qualidade de vida torna-se, assim, um alvo seguro e uma meta incerta. Como buscar e melhorar algo que se desconhece, que insiste em escapar?

Qualidade de vida parece estar em todos os lugares e em lugar algum. Esse intenso jogo atual entre presença e ausência de qualidade de vida indica uma questão urgente que tanto conforta quanto inquieta. Produz muitos sentidos, e parece apontar o sentido. Silencia e faz falar.

Há hoje em dia uma ruidosa falação sobre qualidade de vida, na qual proliferam discursos os mais diversos. Nessa dispersão discursiva, qualidade de vida é associada a diversos assuntos, tais como saúde individual, bem-estar, estilos de vida, felicidade, satisfação, equilíbrio, saúde coletiva, condições de vida, etc. Mas, apesar dessa intensa produção discursiva encontra-se também uma grande dificuldade em se definir qualidade de vida. Desse modo, em torno da questão *o que é qualidade de vida?* se articula um campo aberto em disputa de significados.

É nesse campo aberto em disputa de significados que transitam os diversos discursos sobre qualidade de vida que proliferam por aí. Mas essa profusão discursiva se dá dentro dos limites de uma certa ordem do discurso, de modo que podemos afirmar que *fala-se muito em qualidade de vida hoje em dia, mas não se fala qualquer coisa.*

É possível sustentar a constatação de que qualidade de vida é algo sobre o que muito se tem falado, mas, nessa excessiva falação, temos que levar em conta efeitos hegemônicos pelos quais não é qualquer coisa que pode ser dita. Há, enfim, uma produção específica e seletiva ao redor dessa qualidade de vida, de modo que qualquer questionamento que se relacione com esses discursos unicamente a partir de seus significados, de seus conteúdos, de seus lugares e/ou sujeitos de enunciação, é um questionamento que se realiza a partir e dentro dessa ordem do discurso.

A questão dos usos e significados da expressão qualidade de vida se mostra assim enquanto uma questão que apenas faz sentido dentro dessa ordem; se nossos esforços se movessem apenas nesse sentido, estaríamos apenas girando ao redor do estabelecido, nos movimentando apenas com os recursos que essa ordem permite, sem em momento algum questioná-la. Estaríamos indagando essa produção discursiva ao redor da qualidade de vida sem conseguir problematizá-la.

Como argumenta Foucault (1976/1999) o que importa "é a 'economia' dos discursos, ou seja, sua tecnologia intrínseca, as necessidades de seu funcionamento, as táticas que instauram, os efeitos de poder que os sustêm e que veiculam" (p. 67). Torna-se, assim, política e metodologicamente interessante se esforçar para se afastar dessa ordem do discurso e pensar essa produção discursiva ao redor da qualidade de vida a

partir de outros elementos. Foucault (1970/2013) afirma que para tanto é preciso optar por três decisões: "questionar nossa vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante" (p. 51). Aqui começamos a compreender algo sobre a imanência entre saberes e relações de poder, assunto sobre o qual Foucault insistiu tanto e de diversos modos. Se os discursos que encontramos ao nosso redor são produzidos a partir de uma restrita ordem, ordem essa que os sujeita a um significado, a um autor, a uma disciplina, a um contexto, enfim, a qualquer identidade e continuidade possível, isso torna visível que os discursos, muito mais do que simples elementos linguísticos significativos, são práticas que exercem efeitos num campo de relações de forças. Assim, temos de pensar em práticas discursivas, práticas essas que, como qualquer outra prática humana, são contingentes e múltiplas, envolvendo relações de poder e desejo, que são mais importantes do que as relações de representação e/ou de significado – que só se estabelecem em relação àquelas.

Nesse sentido, um trecho do primeiro volume da *História da Sexualidade* parece ser aplicável aqui ao tema da qualidade de vida, e também nos ajuda a compreender essas relações entre técnicas de saber e estratégias de poder:

> Se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos. Entre técnicas de saber e estratégias de poder, nenhuma exterioridade; mesmo que cada uma tenha seu papel específico e que se articulem entre si a partir de suas diferenças. (1976/1999, pp. 93-94)

Dessa forma, a questão "o que esses discursos querem dizer?" só faz sentido dentro de uma ordem do discurso e silencia outra questão, "como esses discursos podem dizer?". Ao se restituir aos discursos seu caráter de acontecimento, deixamos de questioná-los em suas relações de designação e/ou de representação e começamos a pensar em práticas discursivas em sua dimensão produtiva, como elementos estratégicos num plano de relações de forças. Deslumbra-se, assim, que práticas discursivas não apenas produzem significados, mas produzem significados específicos com efeitos estratégicos de poder, de modo que há em qualquer falação todo um potencial silenciador – somente dizem algo discursos que se inserem de antemão numa ordem do que pode ser dito. Aproximamo-nos então de uma questão política mais relevante, movimentada por um estranhamento diante desses acontecimentos que nos rodeiam e por uma sutil e constante dúvida diante do agora, pela qual podemos perceber a situação contingente e situada dessas presenças e nos questionar "porque esses discursos e não outros?".

Ao buscar um estranhamento diante dessa ordem do discurso deixamos de nos perguntar pelos significados desses discursos estabelecidos e começamos a indagá-los enquanto práticas, a problematizar seus efeitos hegemônicos, a partir do que a questão identitária *"o que é"* é substituída pela questão estratégica *"como"* – como esses discursos são produzidos; como produzem efeitos, e que efeitos produzem? Não tanto o que dizem, mas como dizem e como é possível que o digam.

Para tanto, "é preciso então rachar, abrir as palavras, as frases e as proposições para extrair delas os enunciados" (p. 61), como afirma Deleuze (1986/2013) ao comentar o método de Foucault. Rachar as palavras para extrair os enunciados, a partir do que o que se revela não são seus significados internos e/ou ocultos, mas sua função produtiva num espaço de dispersão.

Pensar a qualidade de vida a partir do conceito de enunciado parece, então, ser uma possibilidade interessante, justamente por conta da dificuldade em se delimitá-la enquanto unidade discursiva com um significado preciso e idêntico, em oposição à facilidade pela qual essa expressão se dispersa em muitos discursos, em relação a muitos sujeitos, objetos, conceitos e temas, exercendo efeitos diversos. Como, então, pensar a qualidade de vida a partir do conceito de enunciado, e para onde esse movimento pode nos levar?

Foucault como um novo arquivista: os enunciados e a análise enunciativa

Gilles Deleuze (1986/2013) inicia seu importante estudo sobre o pensamento de Foucault denominando-o de um "novo arquivista", uma vez que ele se afasta das preocupações dos arquivistas (as frases e proposições) para se instalar em uma "espécie de diagonal, que tornará legível o que não podia ser apreendido de nenhum outro lugar, precisamente os enunciados" (p. 13). Como entender esses enunciados?

Uma vez que as relações de significação são deixadas temporariamente de lado e que as distintas unidades discursivas que tradicionalmente dominam nossos modos de pensar são um pouco suspensas – uma vez, enfim, que se busque interrogar os discursos neles mesmos, a partir de suas próprias regras de formação – Foucault (1969/2005) afirma que cabe então à análise descrever os enunciados, "nessa descontinuidade que os liberta de todas as formas em que, tão facilmente, aceitava-se fossem tomados, e ao mesmo tempo no campo geral, ilimitado, aparentemente sem forma, do discurso" (p. 90).

Nesse campo geral e aparentemente sem forma do discurso podem ser facilmente encontradas diversas formas, que tradicionalmente são objeto de estudo de diversas disciplinas, como a gramática e a lógica. Entretanto, Foucault argumenta sobre o quanto essas formas, em suas definições rígidas e também excessivas, parecem não ajudar muito na compreensão dos enunciados.

Por exemplo, em qualquer discurso encontram-se facilmente diversas frases. Mas essas frases tradicionalmente remetem a um sujeito e a um objeto específicos, numa clássica estrutura gramatical tal como aprendemos – uma frase é uma relação entre um sujeito e um predicado mediado por um verbo, que é justamente a ação desse sujeito em relação a esse predicado. Além disso, as frases, em sua proliferação, parecem relacionar-se umas com as outras, numa dialética na qual uma parece responder à outra. Tendo em vista essas características, por mais que muitos enunciados se apresentem em frases, não é possível fazer uma analogia entre ambos. Há, aliás, muitas frases que apresentam mais de um enunciado, há enunciados únicos que se apresentam em diversas e distintas frases e, principalmente, há muitos enunciados que não se apresentam em frases.

Outra forma comum ao campo do discurso é a da proposição, tal como definida na lógica enquanto uma sentença que propõe um pensamento e que pode ser avaliada de diversos modos, como incompleta ou completa, verdadeira ou falsa. Nesse sentido, a operação do silogismo lógico seria justamente o procedimento pelo qual se relacionam proposições umas sobre as outras a fim de se compor um raciocínio logicamente correto. Muitas proposições podem conter enunciados, mas os critérios que permitem definir e avaliar as proposições também não são suficientes para se compreender os enunciados. Da mesma forma que ocorre com as frases, uma mesma proposição pode apresentar mais de um enunciado, um enunciado único pode se relacionar com diversas proposições e inclusive pode ocorrer de um enunciado ser apresentado sem relação alguma com uma proposição. Assim, a existência de uma estrutura proposicional definida também não é condição suficiente para a existência de enunciados.

Um enunciado, assim, não pode ser confundido com frases e proposições, uma vez que parece ser mais "tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente (...) como se seus caracteres fossem em número menor e menos difíceis de serem reunidos" (Foucault, 1969/2005, p. 95). Mas, justo por isso, seria como se "ele recusasse toda possibilidade de descrição" (p. 95). Parece inclusive haver nos enunciados algo como um caráter residual, como se fossem o que sobrasse das frases após sua análise gramatical, ou das proposições, após a análise lógica.

Foucault (1969/2005) reconhece assim a dificuldade em se definir essa categoria que ele se propôs analisar e se pergunta se não "será preciso finalmente admitir que o enunciado não pode ter caráter próprio e que não é suscetível de definição adequada" (p. 95). Os enunciados poderiam apenas ser largamente compreendidos como um conjunto de signos que são emitidos num momento e num lugar e que possuem uma existência material que os torna possíveis de serem repetidos.

Mas, será que com isso podemos entender que sempre que algo é dito ou escrito existe um enunciado? Será que qualquer conjunto de signos é capaz de produzir enunciados? Foucault (1969/2005) aqui se questiona se o "limiar do enunciado seria o limiar da existência de signos" (p. 95), a partir do que ele elabora um conhecido exemplo para pensar essa questão.

Poderíamos escrever aleatoriamente uma série de letras numa folha de papel para tentar mostrar que essa série não forma um enunciado; poderíamos também pegar os teclados de uma máquina de escrever, e esses teclados, apesar de signos dotados de materialidade, não constituiriam um enunciado. Entretanto, se escrevemos numa folha de papel uma série de letras tal qual elas se organizam em um teclado, encontramos aí um enunciado: "o teclado de uma máquina de escrever não é um enunciado; mas a mesma série de letras – A, Z, E, R, T – enumerada em um manual de datilografia, é o enunciado da ordem alfabética adotada pelas máquinas francesas" (Foucault, 1969/2005, p. 97). Um enunciado apresenta assim um arranjo específico, e é possível afirmar que em outro arranjo se encontra outro enunciado, como se nota ao perceber que o enunciado da ordem alfabética adotada pelas máquinas brasileiras é diferente – Q, W, E, R, T.

Diante desses exemplos, Foucault consegue esclarecer uma ou outra coisa, e já conseguimos compreender que os enunciados são conjuntos específicos de signos, produzidos em condições específicas, que podem ser encontrados nos discursos – sejam eles falados ou escritos – e que apresentam uma materialidade. Mas ainda assim a identidade do enunciado continua a escapar e parece ser difícil de ser delimitada. Parece apenas ser possível defini-lo ou dessa forma geral que não deixa muito claro o que ele é ou de uma forma negativa que apenas demonstra o que ele não é – não é o mesmo que as frases, não é o mesmo que as proposições, não é o mesmo que qualquer conjunto de signos, não é o mesmo que qualquer grupamento de objetos materiais. Todas essas dificuldades em se precisar a identidade do enunciado e em defini-lo precisamente enquanto uma unidade levam Foucault (1969/2005) a concluir que:

> O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apoia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua

> independência. Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem (...). Não é preciso procurar no enunciado uma unidade (...). Mais que um elemento entre outros (...) trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades (...). O enunciado não é, pois, uma estrutura (...) mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (pp. 97-98)

Os enunciados, assim, são grupamentos de signos e são dotados de uma materialidade, mas apresentam um modo singular de existência, "nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material", pelo qual se constituem menos enquanto uma unidade do que enquanto uma função pela qual se produzem as distintas unidades e suas relações.

A partir dessa concepção de enunciado Foucault (1969/2005) esboça alguns elementos para uma análise dos enunciados e propõe que esta é atravessada por três traços característicos: raridade, exterioridade e acúmulo. O efeito de raridade se relaciona mais ou menos (sem se confundir) com aqueles procedimentos de rarefação discutidos anteriormente. Assim, ao contrário do que a observação imediata atesta – de que há uma grande proliferação discursiva, e, por conseguinte, haveria uma grande quantidade de enunciados – os enunciados são *raros* e sua produção se dá necessariamente num espaço rarefeito.

Foucault (1969/2005) afirma que as análises de discurso estão tradicionalmente relacionadas com alguma concepção de totalidade e de sentido implícito e unitário, de modo que se busca substituir a diversidade das coisas ditas por uma totalidade que as ultrapassa e lhes confere um sentido único. A análise dos enunciados, por sua vez, segue outro caminho, uma vez que não busca o sentido implícito do que foi dito, nem busca reduzir as diversas coisas ditas a uma totalidade que as englobe e unifique, mas busca antes compreender as condições pelas quais puderam ser produzidos os únicos enunciados que foram formulados.

Assim, para além da proliferação de discursos e da abundância de palavras, frases e proposições ao nosso redor, a análise enunciativa aponta para o curioso fato de que não apenas poucas coisas são ditas, como também, e principalmente, que poucas coisas possam ser ditas. Foucault argumenta que "nem *tudo* é sempre dito", não no sentido de que cada formulação esconda em si sentidos ocultos (um não-dito), mas no sentido de que cada formulação discursiva se apresenta como "uma distribuição de lacunas, de vazios, de ausências, de limites, de recortes" (Foucault, 1969/2005, p. 135).

Mas essas lacunas não são decorrentes de uma repressão ou recalque; não há sob os enunciados significados implícitos que precisam ser revelados. Apesar de numa dada conjuntura nem tudo sempre ser dito, num enunciado tudo está manifesto, de modo que "o domínio enunciativo está, inteiro, em sua própria superfície. Cada enunciado ocupa aí um lugar que só a ele pertence" (Foucault, 1969/2005, p. 135). Não se busca, assim, analisar os enunciados como se eles estivessem no lugar de outros, mas se busca compreender os enunciados "como estando sempre em seu lugar próprio" (p. 135). Nesse sentido, Deleuze (1986/2013) afirma que "não há possível nem virtual no domínio dos enunciados; nele tudo é real, e nele toda realidade está manifesta: importa apenas o que foi formulado, ali, em dado momento, e com tais lacunas, com tais brancos" (p. 15).

A análise dos enunciados leva em conta esse efeito de raridade, de modo que busca se ater ao que efetivamente foi dito, na inscrição única do que foi dito, apesar de não pretender ser "uma descrição total, exaustiva da 'linguagem', ou de ´o que foi dito´" (Foucault, 1969/2005, p. 123). Assim, pela análise dos enunciados não se busca contornar o que foi dito para encontrar por trás seus significados ocultos, seus sentidos secretos não revelados, mas antes possibilita uma compreensão das condições pelas quais são exercidas as funções enunciativas em um espaço de raridade e de dispersão.

A análise enunciativa é assim uma análise histórica que se esquiva de qualquer interpretação ao se ater ao nível do que foi dito e nunca perguntar por um não-dito. Não se reconhece então, para a análise enunciativa, nenhum sentido implícito que precise ser interpretado, nenhum enunciado latente que precise ser revelado por trás das palavras, frases e proposições, mas somente enunciados sempre manifestos e que sempre ocupam seu lugar específico, lugar este estrategicamente situado num campo de relação de forças.

Entretanto, para se realizar a análise enunciativa, é preciso "rachar, abrir as palavras, as frases e as proposições para extrair delas os enunciados" (Deleuze, 1986/2013, p. 61). Como compreender a necessidade dessas extrações se, pelo que acabou de ser dito, os enunciados nunca são ocultos? Aqui uma sutileza importante se insinua, pois, por mais que não sejam ocultos, nem por isso os enunciados são imediatamente visíveis, sendo necessária "uma certa conversão do olhar e da atitude" para reconhecê-los. Assim, em seu modo singular de existência, um "enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto" (Foucault, 1969/2005, p. 124).

Não oculto, uma vez que se inscreve na dimensão do que foi efetivamente dito. Mas, ao mesmo tempo, não visível, porque não se apresenta imediatamente à percepção cotidiana. Assim, por mais que um enunciado apresente uma forte presença e seja

constantemente repetido, "talvez ele seja tão conhecido que se esconde sem cessar" (Foucault, 1969/2005, p. 126). Uma vez que os enunciados são ao mesmo tempo não ocultos e não visíveis, a análise enunciativa se configura enquanto uma tentativa de:

> Tornar visível e analisável essa transparência tão próxima que constitui o elemento de sua possibilidade. Nem visível nem oculto, o nível enunciativo (...) não é, em si, um conjunto de caracteres que se apresentariam (...) à experiência imediata; mas não é, tampouco, por trás de si, o resto enigmático e silencioso que não traduz. Ele [o nível enunciativo] define a modalidade de seu aparecimento: antes sua periferia que sua organização interna, antes sua superfície que seu conteúdo. (Foucault, 1969/2005, p. 127)

Esse esforço por se analisar os enunciados em sua superfície e periferia em oposição a sua organização interna e conteúdo apontam para outro traço característico da análise enunciativa: a exterioridade. Foucault (1969/2005) argumenta que tradicionalmente as análises históricas das coisas ditas são fortemente marcadas por uma oposição bem demarcada entre um interior – núcleo interno de significado – e um exterior – pura contingência ou necessidade que vem de fora. O exercício de análise seria assim atravessado por uma tarefa de se resgatar os discursos da sua dispersão para reencontrar neles seu núcleo interno, seu sentido essencial – ou seja, tomá-los em sua exterioridade para reencontrar sua interioridade.

Essa rígida distinção entre um núcleo interior de significado e condições exteriores de existência faz com que as análises de discurso sejam tradicionalmente atravessadas pelo tema de uma "subjetividade fundadora", como se fosse possível – e necessário – remeter todas as coisas ditas na história a uma outra história, "mais secreta, mais fundamental, mais próxima da origem, mais ligada a seu horizonte último" (Foucault, 1969/2005, p. 137), que seria justamente a história dos pensamentos individuais ou coletivos – uma história das mentalidades. Mas, como argumenta Foucault (1969/2005), "o tempo dos discursos não é a tradução (...) do tempo obscuro do pensamento" (p. 138), de modo que pela análise enunciativa se busca:

> Escapar do tema da interioridade, da subjetividade fundadora, do sujeito transcendental, para restituir os enunciados à sua pura dispersão (...), para analisá-los em uma exterioridade (...), para considerá-los em sua descontinuidade (...); para apreender sua própria irrupção no lugar e no momento em que se produziu; para reencontrar sua incidência de acontecimento. (pp. 137-138)

Assim, a partir da análise enunciativa os enunciados são tomados em sua dispersão e exterioridade, de modo que se evita o tema de um resgate dos discursos a um núcleo interno de significado, produto de uma subjetividade fundadora, e se nega a noção

de que os discursos sejam apenas uma tradução de pensamentos, individuais ou coletivos, em favor de uma concepção que leva em consideração esses discursos em sua autonomia – apesar de estes não serem independentes, visto se relacionarem com um campo de relações de forças. Os discursos, assim, podem ser analisados sem referência a outras coisas anteriores a eles – como pensamentos e ideias –, mas em referência a outras coisas contemporâneas a eles, que são precisamente as relações de forças pelas quais se determinam e a partir das quais se compõe uma complexa trama de saberes/poderes.

A análise dos enunciados não precisa, então, de nenhuma referência a uma "subjetividade soberana" e se situa, antes, no nível do "diz-se", uma vez que "não importa quem fala", ainda que o que seja dito "não é dito de qualquer lugar" (Foucault, 1969/2005, p. 139).

Os enunciados, analisados nesse nível do "diz-se", não se integram numa grande voz totalizante que diria indiscriminadamente a todos, mas se dispersam num murmúrio anônimo. Assim, da mesma forma que a análise dos enunciados não é uma tentativa de resgatar o núcleo interior de sentido, ela também não se configura como um esforço por retornar à origem muda e misteriosa dos discursos, na qual este núcleo interior estivesse intacto e preservado. Ao se afastar do tema de um núcleo interior de sentido, a análise enunciativa se afasta também do tema da origem e retorno. Não importa então a origem, esse momento distante e secreto do nascimento de uma formulação discursiva, na qual estariam em estado puro seus sentidos e as motivações e propósitos de quem a enunciou, a partir do que começaria o movimento do tempo pelo qual esses sentidos persistiriam ou mudariam, essas motivações seriam lembradas ou esquecidas e esses propósitos respeitados ou deturpados. Da mesma forma que não importa a origem, não importa também a originalidade, de modo que um enunciado não precisa necessariamente ser inédito para compor algo novo, mas, antes, em sua forma singular de acúmulo, os enunciados subsistem, se repetem e se transformam, de modo a exercer efeitos singulares em cada momento.

A análise enunciativa, em resumo, se atém expressamente ao nível do que foi dito, mas não se pretende uma análise exaustiva ou totalizante do que foi dito; não busca extrair do que foi dito um não-dito oculto; não busca resgatar no que foi dito a interioridade de um núcleo de sentido; muito menos busca um retorno ao ponto de origem do que foi dito. A análise dos enunciados, ao considerá-los enquanto função não oculta e não visível produzida num espaço de raridade e de dispersão, leva em conta "a *regularidade* do enunciado: não uma média, mas uma curva" (Deleuze, 1986/2013, p. 16, grifo original).

O que importa, então, é tornar os enunciados visíveis em sua superfície e em sua periferia, nessa diagonal ou transversal pela qual atravessam distintas unidades discursivas e exerce sua função enunciativa; é determinar o valor desses enunciados, não em função de sua relação com uma verdade, mas em função do plano de relações de forças no qual estrategicamente se situam e apresentam suas presenças lacunares e limitadas; é, enfim, compreender suas condições de existência e os efeitos que produzem enquanto existem.

Os enunciados, enfim, na dimensão de tempo em que subsistem, em sua raridade e exterioridade, em seu modo singular de existência e em sua espessura material, não precisam ser preservados, tais como textos ou conjuntos de documentos guardados num arquivo. Foucault (1969/2005) argumenta que, em vez de possuirmos um grande arquivo que seria o conjunto de documentos nos quais poderíamos resgatar enunciados, temos, "na densidade das práticas discursivas, sistemas que instauram enunciados como acontecimentos e coisas" (p. 146), e são esses sistemas que ele propõe denominar de arquivo:

> Trata-se do que faz com que tantas coisas ditas (...) não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias (...), mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo. (...) o arquivo não é o que protege (...) o acontecimento do enunciado e [o] conserva (...); é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o *sistema de sua enunciabilidade.* O arquivo não é, tampouco, o que recolhe a poeira dos enunciados (...); é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o *sistema de seu funcionamento.* (pp. 146-47, grifo original)

O arquivo, então, para Foucault (1969/2005), é o "*sistema geral da formação e da transformação dos enunciados*" (p. 148, grifo original), e é em função dessa proposta que Deleuze (1986/2013) o denomina de um novo arquivista. A análise dos enunciados ao nosso redor se esboça então enquanto uma análise de nosso arquivo. Foucault (1969/2005) ressalta, porém, que "não nos é possível descrever nosso próprio arquivo, já que é no interior de suas regras que falamos", de modo que nosso arquivo "não é descritível em sua totalidade e é incontornável em sua atualidade" (p. 148).

Não totalmente descritível e incontornável em sua atualidade, nosso arquivo é justamente de onde falamos e de onde podemos falar, assim como é por onde transitam os próprios enunciados que nos falam e sobre os quais pretendemos falar. Mas isso não desencoraja nosso exercício de pensamento, muito pelo contrário, lhe confere um ânimo mais intenso, mais vivo e político, uma vez que:

> A análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita. (Foucault, 1969/2005, p. 148)

As análises dos enunciados e do arquivo servem então para nosso diagnóstico e nos potencializam para o exercício de um pensamento crítico que proponha um estranhamento diante daquilo que se diz e se faz atualmente, assim como possibilitam uma problematização dessa atualidade que torne visível tanto seus contornos e limites quanto suas fissuras e possibilidades – uma análise caracteristicamente ético/política.

Enunciados de qualidade de vida

É possível agora tentar rachar algumas dessas palavras, frases e proposições que encontramos em abundância nessa ruidosa falação ao redor da qualidade de vida para extrair alguns enunciados e compreender suas condições de existência e os efeitos que produzem.

Essa tarefa implica algumas mudanças de perspectiva, uma vez que o estudo dos enunciados, em sua raridade e dispersão, mostrou não apenas que poucas coisas são ditas, como também que poucas coisas podem ser ditas. Temos assim de contornar essa falação ao redor da qualidade de vida e nos afastar um pouco dessa ruidosa profusão para, ao nos situar no nível de um murmúrio anônimo, deslumbrar o quanto que, por mais que proliferem diversos discursos, poucas coisas são ditas e poucas coisas podem ser ditas sobre qualidade de vida. E, se poucas coisas podem ser ditas sobre qualidade de vida, isso não se dá por conta de sua dificuldade de definição, nem por conta de sua generalização e banalização, muito menos por conta de uma insuficiência no debate técnico/conceitual, mas em função de efeitos próprios ao nível enunciativo no qual essa questão da qualidade de vida é produzida e em função do qual produz sentidos estratégicos e hegemônicos.

Assim, a generalização, banalização, polissemia e dificuldade de definição que atravessam a expressão qualidade de vida não são carências ou obstáculos que dificultam nossa compreensão – e que precisam ser resolvidos –, mas são características próprias ao nível enunciativo no qual a questão da qualidade de vida existe, subsiste e circula; são marcas de sua positividade específica.

Podemos então nos afastar de diversos temas que atravessam o debate em torno da qualidade de vida, como o rastreio da origem dessa expressão, a necessidade de resgatá-la de sua dispersão para reencontrar seu sentido original, a busca pela definição

de seu significado interno e a tentativa de delimitação de suas dimensões constituintes. Importa, em oposição a esses temas, compreender as regularidades enunciativas ao redor da qualidade de vida e suas condições de existência; importa acompanhar justamente sua dispersão e os modos pelos quais circula, se repete e se transforma em nossa atualidade; importa, enfim, não tanto as coisas que são ditas ou são entendidas, mas, em relação ao que se diz e se entende, o que se faz em função dessa qualidade de vida, e como isso pode servir para um diagnóstico de nós mesmos e de nossa atualidade.

Tais mudanças de perspectiva implicam não apenas em contornar a ruidosa falação sobre qualidade de vida a fim de extrair alguns poucos enunciados que circulam, se repetem e se transformam, como também mostram que a questão da qualidade de vida não é apenas discursiva, não se caracteriza apenas enquanto um problema especificamente relativo ao nível do que se diz, mas atravessa outras dimensões. Nesse sentido, o estudo dos enunciados também mostrou que os discursos são acontecimentos e coisas, e, antes de serem simplesmente relações significantes de designação ou representação, são práticas produzidas a partir de situações específicas, de modo que o campo discursivo é autônomo e pode ser analisado em seu próprio nível – sem ser mera tradução de pensamentos individuais ou coletivos, sem subordinação a uma intencionalidade ou teleologia, sem depender de sentidos ocultos, implícitos ou totalizantes.

Entretanto, apesar de autônomas, as práticas discursivas não são independentes. Assim, apesar de elas não precisarem ser analisadas em relação a outras coisas anteriores a elas – e que elas apenas reproduziriam, traduziriam ou maquiariam – não é por isso que possam ser analisadas independentemente de qualquer outra coisa, como se estivessem livremente sendo produzidas. As práticas discursivas se relacionam com diversas outras coisas, que são contemporâneas a elas e sem as quais não fariam sentido algum nem exerceriam efeitos. Que coisas são essas?

Trata-se de tangenciar outro domínio, "o do poder enquanto está combinado com o saber" (Deleuze, 1986/2013, p. 23), a partir do que nos aproximamos um pouco mais do tema das relações entre saber e poder, tão caro a Foucault, e que nos é muito útil para pensar a qualidade de vida. Formações discursivas e formações não-discursivas são práticas situadas, que acontecem atravessadas por um plano de relações de forças e que atualizam essas relações – que são estratégicas – em estratos – que são precisamente formas, ou formações. Ou seja, as formações – discursivas e não-discursivas – atualizam num dado momento e num dado local, numa conjuntura específica, as forças informes em formas específicas, que se bipartem em dois tipos, as enunciáveis e as visíveis, "mas essas formas não internam nada, nem interiorizam; são 'formas de exterioridade' através dos quais ora os enunciados, ora os visíveis, se dispersam" (Deleuze, 1986/2013, p. 52).

Conseguimos assim nos movimentar de outra maneira ao redor da questão. Deixamos de nos confundir tanto com uma ruidosa falação sobre qualidade de vida para nos aproximarmos de um nível enunciativo rarefeito e disperso no qual são produzidas algumas poucas coisas que podem ser ditas sobre qualidade de vida – de modo que não importa apenas o que dizem, mas, principalmente, como dizem e que condições possibilitam que o digam. Deslocamos também nossa questão para além de um campo estritamente discursivo, uma vez que não importa apenas essas condições de enunciação da qualidade de vida, como também as condições de visibilidade pelas quais certas coisas específicas passam a ser vistas. Uma vez que tanto as condições de enunciação quanto as de visibilidade são atravessadas por um plano de relações de forças, conseguimos nos afastar também das apresentações – tão recorrentes – da qualidade de vida enquanto um tema natural ou a-histórico (qualidade de vida sempre foi uma preocupação humana) ou enquanto um tema exclusivamente técnico (qualidade de vida é um conceito que instrumentaliza pesquisas em diversas áreas, mas sua generalização é um obstáculo a sua precisão, sendo assim preciso resgatar essa expressão de sua banalização no senso comum), para situar a qualidade de vida enquanto uma questão nossa que atravessa singularmente nossos modos de pensar e de agir.

Com isso não negamos a relevância dos diversos estudos atuais em relação ao conceito de qualidade de vida, muito menos ignoramos que as pessoas, ao longo da história, se preocuparam de diversos modos com a produção de uma vida com qualidades. Mas essa preocupação geral – ou virtual – se atualiza hoje em dia de modos específicos em termos de uma qualidade de vida sobre a qual é necessário falar (constantemente, em certos termos, a partir de certas condições), que é urgente pesquisar (muito, em várias áreas, a partir de certos problemas, com certos interesses), que precisa ser definida (precisamente, tanto para guiar as pesquisas quanto as condutas), e em função da qual a vida é gerida, de modo que essa qualidade de vida pode ser situada enquanto uma questão especificamente nossa, que atravessa de maneira singular nossa atualidade. Assim, sua problematização, antes de ser técnico/conceitual, é principalmente ético/política.

Após todas essas voltas, podemos retornar a toda àquela ruidosa falação com outra postura. O que escutamos?

...é importante ter qualidade de vida...

... é preciso melhorar a qualidade de vida...

...é preciso se cuidar para ter qualidade de vida...

...é preciso investir em qualidade de vida...

...saúde é qualidade de vida, é o bem-estar de uma pessoa...

Enunciados em dispersão, que circulam, se repetem, se atravessam e se transformam. Temos aqui um esboço de um espaço associado de enunciados de qualidade de vida. Tal qual o estudo dos enunciados mostrou, não existe enunciado livre e sem localização, uma vez que "um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados" (Foucault, 1969/2005, p. 110). Mas isso não significa que cada um desses enunciados é formado, e, depois de formado, se relaciona com outros. O espaço associado faz parte intrínseca das regras de formação de cada enunciado, de modo que a relação com outros enunciados é constituinte da formação singular de cada um.

Temos aqui então uma fina e complexa trama na qual cada um desses enunciados, em sua singularidade, chama pelos outros, se direciona aos outros, se movimenta ao redor dos outros, mas isso não quer dizer também que eles constituam, juntos, uma totalidade, um conjunto unitário, muito menos que todos reproduzam, cada qual a sua forma, um sentido único e implícito que os englobe. Deleuze (1986/2013) comenta que um espaço associado forma um grupo ou uma família de enunciados, mas o que forma essa família não é uma homogeneidade que une enunciados heterogêneos, mas, antes, são "regras de passagem ou de variação, de mesmo nível, que fazem da 'família' um meio de dispersão e de heterogeneidade" (pp. 17-18). Assim, um espaço associado não é um conjunto acabado e fechado; seriam, antes, multiplicidades:

> Eis o que é um grupo de enunciados, ou mesmo um enunciado sozinho: multiplicidades. (...) O essencial do conceito [de multiplicidade] é a constituição de um substantivo tal qual o 'múltiplo' deixe de ser o predicado que se pode opor ao Um, ou que se pode atribuir a um sujeito referido como um. A multiplicidade permanece totalmente indiferente aos problemas tradicionais do múltiplo e do um e, sobretudo, ao problema de um sujeito que a condicionaria, pensaria, derivaria de uma origem, etc. (...) Há apenas multiplicidades raras, com pontos singulares, lugares vagos para aqueles que vêm, por um instante, ocupar a função de sujeitos, regularidades acumuláveis, repetíveis e que se conservam em si. (p. 25)

"Multiplicidades raras com pontos singulares", esses enunciados compõem uma trama móvel na qual se articulam e variam diversos conceitos, temas e objetos que atravessam distintas formações discursivas, em diversos saberes; circulam numa dispersão anônima com "lugares vagos" que aceitam diversas posições possíveis de sujeito; e, em suas "regularidades acumuláveis", passeiam por vários lugares, por vários meios sociais, atualizando relações de forças de forma singular em cada lugar. Podemos, assim, ver esses enunciados em focos locais de saberes/poderes.

É importante ter qualidade de vida diz, por exemplo, um médico em um consultório, um administrador público ao assumir um cargo, um jornalista em uma reportagem

de revista, um psicólogo em uma empresa, um epidemiologista em uma pesquisa, uma notícia na internet, uma conversa informal, uma pessoa a sós consigo mesma. *É importante ter qualidade de vida,* dizem para nós, dizemos aos outros.

Diversas posições possíveis e variáveis de sujeito, de modo que esse enunciado circula por vários lugares distintos – clínicas, empresas, internet, pesquisas acadêmico/científicas, bancas de revistas, políticas públicas, casas, ruas, etc. –, atravessa formações discursivas diversas – medicina, psicologia, nutrição, jornalismo, guias, gestão pública, administração de empresas, dicas de saúde, economia, etc. – e se articula com variados conceitos e temas – saúde individual, bem-estar (*well-being*), felicidade, alegria, satisfação, estilos de vida saudáveis, saúde coletiva, bem-estar (*well-fare*), promoção, prevenção, gestão de riscos, condições de vida de um lugar, de uma região, de uma cidade, ou de uma situação de emprego, em um ambiente de trabalho, o equilíbrio entre a vida e o trabalho, etc. Esse grupamento de posições de sujeito e de temas e conceitos articulados constitui, por sua vez, o espaço correlativo desses enunciados, que, como podemos observar em relação a essa família de enunciados de qualidade de vida, é bem vasto.

É importante ter qualidade de vida, e isso pode se relacionar com a importância de uma pessoa ser feliz, estar satisfeita com sua vida; pode ser também a importância de uma pessoa conseguir ter bem-estar nas diversas áreas que compõem sua vida, seja nas suas relações pessoais, na sua saúde corporal e emocional, no seu trabalho, em relação a suas aspirações e desejos, etc.; pode ser também a importância de uma pessoa se cuidar e se esforçar para conquistar esse bem-estar, levar estilos de vida saudáveis, comer "bem", praticar exercícios regularmente, "não se estressar", "se harmonizar". *É importante ter qualidade de vida,* e essa importância não gira exclusivamente ao redor de sujeitos individuais e suas vidas pessoais, mas também se movimenta ao mesmo tempo para fora dessas individualidades para se direcionar a coletividades e situações, a lugares, regiões, cidades, ou até mesmo à sociedade pensada como um todo.

É importante ter qualidade de vida pode se relacionar assim com uma coletividade que compartilha uma situação de vida, como a importância da qualidade de vida nas pessoas que vivem com câncer ou com aids, por exemplo; ou numa situação de emprego, como a importância da qualidade de vida na rede pública de ensino, ou nos serviços de saúde pública, ou nas empresas de telemarketing, por exemplo; mas pode ser também em relação ao lugar onde se vive, como a importância da qualidade de vida que uma região oferece, ou mesmo uma cidade inteira, ou até a qualidade de vida na nossa sociedade.

Nesses focos locais de saberes/poderes, qualidade de vida pode estar relacionada tanto a indivíduos quanto a coletividades, tanto a pessoas quanto a lugares, tanto a situações de vida quanto a estruturas sociais, tanto a estilos de vida quanto a condições de vida. Isso não são simplesmente confusões, muito menos contradições ou incoerências entre dicotomias, são movimentos próprios desses enunciados em circulação e dispersão, atravessando simultaneamente e singularmente diversas práticas e temas, atualizando de formas específicas relações de forças numa trama móvel.

É importante ter qualidade de vida, e isso pode ser tanto uma constatação quanto uma prescrição, uma contestação ou uma ordem, uma vontade, uma necessidade ou uma obrigação. Nesse sentido, interessante o comentário de Deleuze (1986/2013) de que "os enunciados de uma mesma formação discursiva passam da descrição à observação, ao cálculo, à instituição, à prescrição" (p. 17).

É importante ter qualidade de vida, e esse enunciado chama quase que instantaneamente por outro, *é preciso melhorar a qualidade de vida,* uma vez que a enunciação dessa importância frequentemente vem acompanhada de uma constatação da pequena ou mesmo da falta de qualidade de vida atual, seja da vida de uma pessoa individual, de uma situação de vida de uma coletividade, de um lugar onde se vive, de uma região da cidade, de um ambiente de emprego, da sociedade inteira, etc. *É importante ter qualidade de vida,* mas temos pouca, ou nenhuma, ou poderíamos ter mais, então *é preciso melhorar a qualidade de vida.*

Em seus atravessamentos, esses enunciados apontam assim tanto para a presença quanto para a ausência da qualidade de vida, que é importante, mas que falta, ou que é importante, e justo por isso pode ser melhorada, aumentada, intensificada. *É preciso melhorar a qualidade de vida,* e isso pode se relacionar tanto à necessidade de uma pessoa se esforçar e se cuidar para melhorar sua qualidade de vida quanto à necessidade de se melhorar as condições de vida de uma região ou de uma cidade ou da sociedade inteira.

É preciso melhorar a qualidade de vida se relaciona assim tanto à necessidade de uma pessoa mudar seus estilos de vida quanto à necessidade de se transformar as relações sociais para mudar as condições de vida. Circula tanto por práticas individualizantes quanto por práticas coletivizantes, é enunciada tanto enquanto imperativo individual quanto como necessidade social, é tanto um convite à mudança e à liberação quanto um instrumento de governo e de dominação, é ao mesmo tempo hegemônico e contra-hegemônico... Mais uma vez, não é contradição muito menos incoerência, são enunciados em dispersão e transformação, de modo que se configura um terreno móvel em disputa, relações abertas de forças que se atualizam em formas específicas e

passageiras. Aqui se torna muito pertinente a observação de Foucault (1976/1999) de que:

> É justamente no discurso que vem a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. (...) é preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. (pp. 95-96)

Em seus múltiplos movimentos, o enunciado *é preciso melhorar a qualidade de vida* acaba por chamar ao mesmo tempo, com a mesma intensidade, tanto por *é preciso se cuidar para ter qualidade de vida* quanto por *é preciso investir em qualidade de vida.* Pois para melhorar a qualidade de vida *é preciso investir em qualidade de vida,* e, mais uma vez, isso pode ser um investimento a nível pessoal, no sentido de ser importante uma pessoa investir em qualidade de vida, o que implicaria em um investimento tanto financeiro – de comprar produtos melhores, alimentos melhores, etc – quanto um investimento afetivo/emocional/espiritual – investir tempo em si, investir consciência em si, em se cuidar – no que esse enunciado se vincula ao espaço correlato do enunciado *é preciso se cuidar.* É preciso investir em qualidade de vida, e isso é se cuidar. É preciso se cuidar, e se cuidar é investir em qualidade de vida, em si. Circularidades do espaço associado de enunciados.

É preciso se cuidar, e isso tem se vinculado cada vez mais a uma espécie de gestão de si, em um padrão hegemônico e individualizante pela qual as pessoas são cada vez mais responsabilizadas a gerir suas vidas de modo a evitar os diversos riscos a que estão sujeitas e aumentar e potencializar suas capacidades, compreendidas como recursos.

É preciso se cuidar, mas isso pode ser tanto esse imperativo quanto um conselho de alguém querido, pode ser tanto uma opressão quanto um carinho, uma responsabilização individual ou uma preocupação de um outro, um dever ou uma ajuda. São sutis esses níveis enunciativos, apontam para várias direções, como vetores móveis.

Desse modo, investir em qualidade de vida pode também não ter nada a ver com a agência específica de pessoas individuais na gestão de suas vidas e estar mais relacionada a outros tipos de gestão – gestão de empresas, de cidades, de pesquisas –, no que essa importância de investimento seria um elemento em diversas estratégias organiza-

tivas, políticas ou científicas. *É preciso investir em qualidade de vida*, e isso pode se relacionar tanto com uma empresa que precisa investir em qualidade de vida para manter sua competitividade no mercado quanto com uma gestão pública que precisa investir em qualidade de vida para melhorar as condições de vida em uma cidade. Pode ser tanto a importância de se investir em pesquisas sobre qualidade de vida para aprimorar as estratégias de cuidado em saúde e assistência quanto em se investir em políticas públicas de promoção de qualidade de vida; podem ser tanto programas de qualidade de vida em uma organização quanto programas de qualidade de vida em uma região de uma cidade.

Investir em qualidade de vida se aproxima assim muito fortemente da noção de promover qualidade de vida. Investir para promover, seja numa empresa para promover bem-estar no seu ambiente organizativo, ou para promover cuidados em saúde entre seus funcionários, ou para promover uma maior conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal, de modo a alcançar um equilíbrio que promova bem-estar e qualidade de vida; seja numa região ou coletividade que é alvo de políticas públicas de prevenção e promoção de qualidade de vida; seja na vida de uma pessoa individual que se cuida, que investe em si, para se prevenir de problemas e promover bem-estar e qualidade de vida.

Investir para promover, cuidar para promover, cuidar para prevenir, prevenir para promover... Nesses atravessamentos múltiplos, qualidade de vida gira ao redor do tema da saúde de diversos modos. De alguma forma, parece que qualidade de vida é justamente a saúde, ou, que saúde é justamente qualidade de vida, uma vez que *saúde não seria apenas ausência de doenças ou quantidade de anos vividos, mas a qualidade de vida e o bem-estar de uma pessoa.* Nessa equivalência, investir ou promover qualidade de vida seria investir em ou promover saúde; cuidar de si seria cuidar de sua saúde; melhorar a qualidade de vida seria melhorar a saúde; e saúde aqui seria atravessada por esses movimentos simultâneos individualizantes e coletivizantes, no sentido de promover a saúde individual e a saúde coletiva, a saúde de uma pessoa e de uma região, a saúde numa situação de vida ou numa situação de emprego, os estilos de vida que afetam a saúde e as condições de vida que promovem ou não saúde, etc.

Mas essa equivalência entre qualidade de vida e saúde não se sustenta totalmente e se desfaz em alguns outros movimentos, de modo que parece que, se saúde é qualidade de vida, qualidade de vida não seria apenas saúde, uma vez que essa saúde – seja a saúde física/corporal ou a saúde psicológica/emocional de uma pessoa, seja a saúde/condições de vida de uma região – seria apenas um dos aspectos da qualidade de vida. Parece assim que qualidade de vida e saúde se atravessam de diversos modos, e qualidade de vida pode ser justamente saúde, mas pode ser também algo mais que

saúde, algo maior que saúde, ao passo em que saúde poderia ser tanto qualidade de vida quanto apenas um dos elementos constitutivos dessa qualidade de vida.

Interessantes esses movimentos que observamos nesse espaço associado de enunciados de qualidade de vida; interessantes e sutis, sutis e complexos. Particularmente interessante essa ideia da qualidade de vida como *algo a mais.* Parece haver algo nessa qualidade de vida pela qual ela se configura como *algo a mais:* é algo a mais na vida, é algo a mais na saúde, é algo a mais no trabalho, é algo a mais no cuidado, na assistência, é, enfim, algo a mais na situação atual, e algo que a qualifica, a melhora, a intensifica, e precisa justamente ser continuamente melhorada e intensificada. Qualidade de vida parece ser um *algo a mais* que demanda um investimento intenso, que convida a um trabalho diário, que exige um cuidado constante, que convoca a falar, a pensar, a pesquisar, a se preocupar, a organizar, a agir, etc.

Qualidade de vida parece assim ser um algo a mais que mostra que *sempre é possível mais;* parece ser um *algo a mais* que demanda por *mais.* Essa qualidade de vida, enquanto algo a mais, poderia ser pensada como algo como uma mais-valia? Uma mais-valia de vida, uma mais-valia de saúde, uma mais-valia da situação atual? Como compreender essa presença, ou, como compreender esse sistema limitado de presenças e esses movimentos que atravessam tantos aspectos de nossa atualidade? Para compreender esses enunciados e os efeitos que produzem temos que compreender que forças são essas que, em suas relações, são atualizadas nessas formas. Quais as condições de possibilidade dessa qualidade que vida que se apresenta como um algo a mais possível?

Desse modo, antes de buscar uma delimitação do que seja essa qualidade de vida sobre a qual tanto se tem falado e em função da qual tanto se tem agido, o objetivo deste texto foi traçar um percurso por entre o que se diz e o que se faz, no sentido de "rachar as palavras e as coisas" (Deleuze, 1990/2008, pp. 105-117) para tornar visíveis alguns enunciados de qualidade de vida.

Esse percurso por alguns enunciados de qualidade de vida pode contribuir para uma análise crítica dessa questão ao tornar visíveis alguns movimentos que possam ser interessantes para pensarmos, nem tanto o que seja essa qualidade de vida, mas como, em função dos mecanismos pelos quais essa questão é produzida, se articula atualmente um potente dispositivo que nos captura ao investir na vida e na sua intensificação, ao determinar suas qualidades e os modos certos de alcançá-las, ao anunciar, na sujeição a essas determinações, uma maior felicidade e uma vida mais plena, liberta das indeterminações que possam incomodá-la.

Referências

Deleuze, Gilles (1990/2008). *Conversações.* Rio de Janeiro: Ed. 34.

Deleuze, Gilles (1986/2013). *Foucault.* São Paulo: Brasiliense.

Foucault, Michel (1976/1999). *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber.* RJ: Graal.

Foucault, Michel (1969/2005). *A Arqueologia do Saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, Michel (1970/2013). *A Ordem do Discurso.* São Paulo: Edições Loyola.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

De la biopolítica a la psicopolítica en el pensamiento social de Byung-Chul Han

From Biopolitics to Psychopolitics in Byung-Chul Han's social thought

Manuel Cruz Ortiz de Landázuri

Universidad de Navarra; mcruz@unav.es

Historia editorial

Recibido: 15-12-2015

Primera revisión: 27-02-2016

Aceptado: 13-07-2016

Palabras clave

Biopolítica
Control
Poder
Psicopolítica

Resumen

En este artículo analizo la noción de psicopolítica en el pensamiento de Byung-Chul Han. Trato de mostrar cómo transforma la comprensión biopolítica (desarrollada por Michel Foucault, Roberto Esposito y Giorgio Agamben) en un nuevo marco comprensivo que parte de la influencia de las nuevas tecnologías y las nuevas estructuras sociales y laborales en los individuos. Si en la edad moderna la biopolítica emerge en el cuerpo social como una práctica inmunológica (el control venía desde fuera), Han señala que actualmente los individuos se imponen un nuevo control desde dentro para ser más efectivos (psicopolítica). Analizo también cómo se relaciona su noción de psicopolítica con su tratamiento del poder.

Keywords

Bio-Politics
Control
Power
Psycho-Politics

Abstract

In this article I analyse the concept of psycho-politics in Byung-Chul Han's thought. I try to show how he transforms the bio-political comprehension of society (that has been developed by Michel Foucault, Roberto Esposito and Giorgio Agamben) into a new comprehensive framework that includes the influence of new technologies and new social and labour structures in the individuals. Whereas in the modern era the biopolitics emerged in the social body as an immunological practice (in which the control was set from outside), Han points out that actually the individuals impose on themselves a new control from the inside in order to be more effective (psycho-politics). I also analyse how does this notion of psycho-politics relate with his treatment of power.

Cruz Ortiz de Landázuri, Manuel (2017). De la biopolítica a la psicopolítica en el pensamiento social de Byung-Chul Han. *Athenea Digital*, *17*(1), 187-203. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1782

Introducción

En los últimos años ha cobrado gran protagonismo en medios de comunicación y en el mundo intelectual el pensamiento de Byung-Chul Han. Aunque ciertamente todavía puede ser prematura una valoración de su filosofía social (que, por otro lado, todavía está en fase de consolidación y mejora continua), algunos de sus conceptos y aproximaciones a los problemas de la sociedad resultan muy iluminadores y, en este sentido, pueden ser decisivos de cara al futuro de la teoría social.

En concreto, quisiera acercarme a su noción de psicopolítica (unida al concepto de "sociedad del rendimiento" y "sociedad de la transparencia") desde su crítica a la interpretación de la sociedad en términos de "biopolítica". La crítica a este modo de ver la sociedad como un cuerpo sujeto de control inmunitario reside fundamentalemente en las carencias que ofrece este modelo en la actual sociedad del rendimiento. De este

modo, no se trata de una crítica negativa al pensamiento de Michel Foucault, Roberto Esposito o Giorgio Agamben (con los que comparte muchos puntos de vista) sino más bien una propuesta que va más allá e intenta superar las deficiencias en un nuevo modelo.

En las próximas páginas intentaré rastrear los fundamentos filosóficos de esta crítica y de su noción de psicopolítica. Para ello parto de la consideración de la biopolítica en pensadores recientes y la comprensión del poder que subyace en el pensamiento de Han.

La biopolítica en el pensamiento social contemporáneo

La biopolítica como comprensión de la sociedad en términos de cuerpo sobre el que se ejerce un poder-control de cara a su inmunización aparece con nitidez en el pensamiento de Michel Foucault. Aunque ciertamente parece que es una noción que no pudo desarrollar de manera completa y directa (Cfr. Agamben, 1995/1998, p. 14), se encuentra muy presente en su pensamiento político y social. En concreto es posible rastrear esta noción en *La voluntad de saber*, en *Vigilar y castigar* y algunos escritos menores tomados de una serie de conferencias de 1976 en las que Foucault ya hizo mención al término (Cfr. Foucault, 1976/1994).

La biopolítica es tratada por Foucault (1976/1978) de una manera breve pero directa en el quinto capítulo de *La voluntad de saber*, que lleva por título "Derecho de muerte y poder sobre la vida". Aquí desarrolla Foucault la tesis de que el poder del soberano de conservar la vida o dar la muerte, propio de la sociedad de la Edad Media, se convierte en una política de la vida del cuerpo social en el mundo moderno. La modernidad, especialmente en el siglo XVIII, vino caracterizada por el afán de productividad y eficiencia. La sociedad, entendida como un cuerpo compuesto de individuos, debía ser sometida a control y regulada para mantener su propia vida y mejorar su eficiencia:

> El derecho de muerte tendió a desplazarse o al menos a apoyarse en las exigencias de un poder que administra la vida, y a conformarse a lo que reclaman dichas exigencias. Esa muerte, que se fundaba en el derecho del soberano a defenderse o a exigir ser defendido, apareció como el simple envés del derecho que posee el cuerpo social de asegurar su vida, mantenerla y desarrollarla. (Foucault, 1976/1978, p. 165)

De este modo sostiene Foucault que el poder de vida y de muerte que ejerce el soberano se transforma en una biopolítica o regulación de la vida del cuerpo social: "Ese formidable poder de muerte [...] parece ahora como complemento de un poder que se

ejerce positivamente sobre la vida, que procura administrarla, aumentarla, multiplicarla, ejercer sobre ella controles precisos y regulaciones generales" (Foucault, 1976/1978, p. 165). El ejemplo paradigmático se da en la amenaza atómica, donde "el poder de exponer a una población a una muerte general es el envés del poder de garantizar a otra su existencia" (p. 165).

Este poder sobre la vida es el eje de la biopolítica, que se ejerció en dos direcciones: por un lado, se centró en el cuerpo individual como máquina, al cual había que someterlo a disciplina para aumentar sus aptitudes y eficacia; por otro lado, el control del cuerpo de la población como especie mediante mecanismos de regulación (Cfr. Foucault, 1976/1978, pp. 168-169). La anatomopolítica surgió como control del cuerpo mediante disciplinas; la biopolítica emerge como un poder centrado en la vida y, más en concreto, en el aumento de la productividad vital. La escuela, el cuartel, el taller, son lugares para la disciplina del cuerpo individual; la demografía y la geografía humana permiten el control de la población. La política de la Edad Media, que se ocupaba de la guerra y la administración de penas contra delitos, deviene en la Edad Moderna en una bio-política que pretende la salud del cuerpo social. Foucault (1976/1978) sostiene que fue esta biopolítica la que contribuyó al desarrollo del capitalismo. Las instituciones de poder se concentraron en el control del cuerpo individual y social para aumentar su eficacia y beneficios.

> El ajuste entre la acumulación de los hombres y la del capital, la articulación entre el crecimiento de los grupos humanos y la expansión de las fuerzas productivas y la repartición diferencial de la ganancia, en parte fueron posibles gracias al ejercicio del bio-poder en sus formas y procedimientos múltiples. (Foucault, 1976/1978, p. 171)

Esta noción de biopolítica permitiría entender las sociedades disciplinarias como estrategias de control ejercidas sobre un cuerpo social. Tales sociedades cerradas, propias de la modernidad (escuela, fábrica, cuartel, hospital, cárcel) tienen sus propias reglas y mecanismos, enfocadas a mejorar el rendimiento del cuerpo social. Esta es la idea que vertebra buena parte de su obra *Vigilar y castigar*. Aquí Foucault desarrolla una historia de los castigos y el control de los cuerpos a través de su noción de "tecnología política".

El poder sobre el cuerpo es nombrado como "tecnología política": un saber (en términos foucaultianos, una estrategia) que se impone sobre el cuerpo para hacer de él un instrumento o fuerza de producción.

> El cuerpo está también directamente inmerso en un campo político; las relaciones de poder operan sobre él una presa inmediata; lo cercan, lo marcan, lo

> doman, lo someten a suplicio, lo fuerzan a unos trabajos, lo obligan a unas ceremonias, exigen de él unos signos. [...] Pero este sometimiento no se obtiene por los únicos instrumentos ya sean de la violencia, ya de la ideología; puede muy bien ser directo, físico, emplear la fuerza contra la fuerza, obrar sobre elementos materiales, y a pesar de todo esto no ser violento; puede ser calculado, organizado, técnicamente reflexivo, puede ser sutil, sin hacer uso ni de las armas ni del terror, y sin embargo permanecer dentro del orden físico. Es decir, que puede existir un «saber» del cuerpo que no es exactamente la ciencia de su funcionamiento, y un dominio de sus fuerzas que es más que la capacidad de vencerlas: este saber y este dominio constituyen lo que podría llamarse la tecnología política del cuerpo. (Foucault, 1975/2002, pp. 32-33)

Esta "tecnología política del cuerpo" se aplicaría a los cuerpos individuales, pero también a la sociedad entendida como cuerpo social. Es en la época moderna donde aparece la biopolítica como una estrategia de dominación sobre el cuerpo que pretende incrementar su mecanismo productivo. Emerge así un poder sobre la vida que intenta aumentar su propia productividad. La disciplina regulada sobre el cuerpo mediante ejercicios físicos y mentales en el ejército, en la escuela, en la prisión, en la fábrica, produciría cuerpos sometidos, dóciles y eficaces.

> El cuerpo humano entra en un mecanismo de poder que lo explora, lo desarticula y lo recompone. Una «anatomía política», que es igualmente una «mecánica del poder», está naciendo; define cómo se puede hacer presa en el cuerpo de los demás, no simplemente para que ellos hagan lo que se desea, sino para que operen como se quiere, con las técnicas, según la rapidez y la eficacia que se determina. La disciplina fabrica así cuerpos sometidos y ejercitados, cuerpos «dóciles». (Foucault, 1975/2002, p. 142)

Ahora bien, como ha puesto de manifiesto Pierre Macherey (2009) en relación a la concepción de la norma de Canguilhem y Foucault, la norma que se aplica al cuerpo social no tiene por qué ser únicamente exterior al cuerpo, sino que resulta también productiva, creadora de sus objetos de referencia. Esta idea, como veremos más adelante, resulta clave en la comprensión psicopolítica de la sociedad tal como la plantea Han.

En la misma línea del pensamiento foucaultiano ha centrado su atención Giorgio Agamben (1995/1998) en el concepto de biopolítica[1]. Al igual que afirmaba Foucault (1975/2002), aquello que caracteriza la política moderna es que la vida devenga un objeto de cálculo y previsiones del poder estatal. Agamben centra su atención en el papel

[1] Un estudio de la recepción foucaultiana de la biopolítica en Agamben y Esposito se encuentra en Adán Salinas, 2004.

del Estado como productor de un cuerpo biopolítico; el Estado pone el centro de atención de sus cálculos en la vida biológica: su acción es la regulación del cuerpo biopolítico (Cfr. Agamben, 1995/1998, pp. 16-18). La pareja categorial fundamental de la política occidental no es la de amigo-enemigo, sino la de nuda vida-existencia política, y el eje de la política sería el control o regulación de la vida. De este modo para Agamben toda política es en realidad biopolítica. La vida biológica se transforma en vida política mediante un proceso disciplinario:

> El estado de excepción, en el que la nuda vida era, a la vez, excluida del orden jurídico y apresada en él, constituía en verdad, en su separación misma, el fundamento oculto sobre el que reposaba todo el sistema político. Cuando sus fronteras se desvanecen y se hacen indeterminadas, la nuda vida que allí habitaba queda liberada en la ciudad y pasa a ser a la vez el sujeto y el objeto del ordenamiento político y de sus conflictos, el lugar único tanto de la organización del poder estatal como de la emancipación de él. Todo sucede como si, al mismo tiempo que el proceso disciplinario por medio del cual el poder estatal hace del hombre en cuanto ser vivo el propio objeto específico, se hubiera puesto en marcha otro proceso que coincide *grosso modo* con el nacimiento de la democracia moderna, en el que el hombre en su condición de viviente ya no se presenta como *objeto*, sino como *sujeto* del poder político. (Agamben, 1995/1998, p. 19, cursivas propias)

Pero quizás es Roberto Esposito (2004/2006) quien ha hecho de la biopolítica una noción capital para la comprensión social. Siguiendo la línea que interpreta la sociedad como un cuerpo que es sometido a control, Esposito vincula la biopolítica con la idea de "inmunización", propia del ámbito médico.

> Sólo si se la vincula conceptualmente con la dinámica inmunitaria de protección negativa de la vida, la biopolítica revela su génesis específicamente moderna. No porque no haya una raíz de ella reconocible también en épocas anteriores, sino porque sólo la modernidad hace de la autoconservación del individuo el presupuesto de las restantes categorías políticas, desde la soberanía hasta la de libertad. (Esposito, 2004/2006, pp. 17-18)

De este modo el concepto de biopolítica pone en relación la vida y el poder. El poder entra dentro del campo de la vida y, a través de un esquema inmunológico, trata de preservarla mediante mecanismos de control negativos.

> La inmunización es una protección negativa de la vida. Ella salva, asegura, preserva al organismo, individual o colectivo, al cual le es inherente, pero no lo hace de manera inmediata, frontal, sino, por el contrario, sometiéndolo a

> una condición que a la vez niega, o reduce, su potencia expansiva. (Esposito, 2004/2006, pp. 74-75)

Este modo de entender el poder como biopolítica encuentra su símil en la vacunación. El poder logra "inmunizar" el cuerpo político frente a los enemigos externos o internos mediante un mínimo de control y negatividad represiva que permite preservarlo. Como se tratará de mostrar más adelante, es precisamente esta concepción de la sociedad en clave inmunitaria y biopolítica la que es rechazada por Han para la actual sociedad y precisamente el punto de partida para la comprensión de las "sociedades de rendimiento".

Problemas de la comprensión biopolítica de la sociedad

El pensamiento francés postmoderno ha sido consciente de los límites del esquema biopolítico de Foucault. Las vías hacia una comprensión de la sociedad contemporánea más allá del esquema biopolítico-inmunológico fueron abiertas en los últimos decenios de la mano de Gilles Deleuze y Jean Baudrillard.

En un breve, pero penetrante artículo sobre las sociedades de control, Deleuze sitúa los límites de la comprensión social a través del esquema de "sociedades de control cerradas". Deleuze señala cómo la sociedad disciplinaria descrita por Foucault está dando lugar a una nueva sociedad de control. Si la sociedad disciplinaria se vertebraba en círculos cerrados con normas propias (escuela, fábrica, hospital, cárcel, etc.), en la nueva sociedad de control esas instituciones se difuminan y se sustituyen por el control continuo:

> La fábrica hacía de los individuos un cuerpo, con la doble ventaja de que, de este modo, el patrono podía vigilar cada uno de los elementos que formaban la masa y los sindicatos podían movilizar a toda una masa de resistentes. La empresa, en cambio, instituye entre los individuos una rivalidad interminable a modo de sana competición, como una motivación excelente que contrapone unos individuos a otros y atraviesa a cada uno de ellos, dividiéndole interiormente. (Deleuze, 1990/1999, p. 280)

De este modo Deleuze intuye que el esquema de la sociedad cerrada disciplinaria es un modelo que está siendo sustituido por otro en el que el control no viene dado desde fuera, sino más bien desde dentro de los propios individuos que componen la empresa. Estrictamente hablando los límites de las sociedades desaparecen, se desdibujan las disciplinas y sobre todo, los tiempos de cada una.

> En las sociedades disciplinarias siempre había que volver a empezar (terminada la escuela, empieza el cuartel, después de éste viene la fábrica), mientras que en las sociedades de control nunca se termina nada: la empresa, la formación o el servicio son los estados metaestables y coexistentes de una misma modulación. (Deleuze, 1990/1999, p. 280)

Deleuze había entrevisto la transformación de las sociedades disciplinarias en algo nuevo. Han parte de ese análisis de la sociedad de control y trata de ir más allá. Lo que define el cambio de la sociedad disciplinaria no es el nuevo tipo de control (que también), sino la ausencia de negatividad alguna. Se ejerce control sin imponer control alguno. La pura positividad, el afán de rendimiento, de mostrar, de estar informado, genera un nuevo tipo de control basado en la dependencia.

Con su característico estilo crítico también Baudrillard ha puesto de manifiesto los límites de la sociedad de control. Precisamente lo principal del nuevo modelo es que el control no es puesto desde fuera, sino que son los mismos individuos los que se vuelven imágenes para sí mismos. Si lo propio del panóptico de Bentham era la vigilancia desde fuera (ser visto sin poder ver al vigilante), las redes de comunicación han invertido el proceso: ahora somos nosotros mismos los que mostramos nuestra imagen sin ningún tipo de coerción externa:

> Nos encontramos más allá del panóptico en el que la visibilidad era fuente de poder y control. Ya no se trata de conseguir que las cosas resulten visibles para un ojo exterior, sino de que sean transparentes, esto es, de borrar las huellas del control y lograr que también el operador sea invisible. La capacidad de control se interioriza y los hombres ya no pueden ser víctimas de las imágenes: ellos mismos se transforman inexorablemente en imágenes (ya sólo existen en dos dimensiones o en una sola dimensión superficial). Esto significa que son legibles en cualquier instante, están sobreexpuestos en todo momento a las luces de la información y sujetos a la exigencia de producirse, de expresarse. (Baudrillard, 2006, pp. 49-50)

Pero precisamente ese "exceso de imagen" es la mayor fuente de violencia. Toda nuestra vida se convierte en imagen hacia fuera que debe poder ser visible, precisamente porque hacerse imagen es exponer por completo la propia vida cotidiana. Hacerse imagen es no guardar ningún secreto. "Hablar, hablar, comunicar incansablemente. Esta es la violencia más profunda de la imagen. Es una violencia penetrante que afecta al ser particular, a su secreto" (Baudrillard, 2006, p. 50). Aquí reside el principal punto de inflexión respecto a una comprensión biopolítica de la sociedad. La característica fundamental en los actuales procesos sociales reside en la positividad sin

secreto: mostrar la imagen, mostrar los resultados, mostrar los datos. Es lo que Han llama la "sociedad de la transparencia", que analizaré más adelante.

La noción de poder como fundamento del pensamiento político de Han

Hasta aquí he tratado de ofrecer un recorrido a través del desarrollo de la noción de biopolítica en los últimos decenios y cómo se han intuido las deficiencias de este modelo explicativo para la actual sociedad. Ahora quisiera observar cómo Han incorpora esta crítica a su pensamiento y vertebra a través de estas nociones una comprensión distinta de la sociedad. Sin embargo, sólo es posible entender el alcance del pensamiento político y social de Han teniendo en cuenta su particular filosofía del poder. Ésta se encuentra fundamentalmente en su obra *Was ist Macht*? (2005) donde se pregunta por la esencia del poder en la comunidad.

La idea fundamental que recorre su filosofía del poder es que éste debe ser comprendido como la capacidad de prolongar la propia voluntad en la voluntad de otros. Aunque el poder se ha interpretado a menudo desde un modelo coercitivo de obligatoriedad, sin embargo:

> Un gran poder es realmente aquel que forma el futuro del otro, y no aquel que se lo bloquea. En vez de ir contra una determinada acción del otro, más bien influye y conforma el entorno de acción (Umfeld) o el terreno previo (Vorfeld) de acción del otro, de modo que el otro (Alter) voluntariamente se decide, incluso sin sanciones negativas, por aquello que corresponde a la voluntad de uno (Egos Willen). (Han, 2005, p. 11)

El modelo coercitivo (Zwangsmodell) interpreta el poder desde categorías de enfrentameniento y oposición. Entre aquel que manda y el mandado aparece una relación antagónica. En cambio, un poder realmente poderoso no parece que sea aquel que se presenta de manera violenta, sino más bien aquel que consigue configurar la acción del otro, incluso libremente. Por eso mismo son precisamente las intermediaciones y los procesos comunicativos los que ayudan a desarrollar un gran poder. Alguien es poderoso no cuando logra unos resultados mediante la amenaza de violencia, sino cuando el otro cumple un mandato que asume libremente; ahora bien, esto sólo es posible en tanto que hay mediación, proceso comunicativo.

El poder es un fenómeno complejo, que implica cierta reciprocidad entre aquel que tiene poder y aquellos subordinados. Incluso en un modelo de poder jerárquico aquel que ostenta el poder necesita de consejeros de los cuales se vuelve dependiente.

El poder se dispersa a través de las múltiples interacciones: "Quien quiera lograr un poder absoluto, deberá hacer uso no de la violencia, sino de la libertad de los otros. Lo conseguirá en el momento en que la libertad y la subordinación coincidan" (Han, 2005, p. 14). Desde esta concepción del poder vertebra una crítica a la descripción de Niklas Luhmann de las relaciones de poder. Luhmann afirma que el poder del que manda y del subordinado crece si, en lugar de establecerse una relación autoritaria, se ofrece un modelo descentralizado del poder (Cfr. Luhmann, 1975/1995, pp. 149-150). No obstante, Han observa que no se debe confundir la esfera del poder con la esfera de la productividad. Posiblemente sea cierto que un reparto del poder, un poder no autoritario y con intermediaciones (es decir, basado en la confianza y el reconocimiento) sea más efectivo y productivo para la empresa; esto sin embargo no significa que aumente el poder de ambos (jefe y subordinado). Se hace preciso diferenciar entre poder e influencia:

> La influencia puede ser neutral respecto al poder. No le es inherente la específica intencionalidad del poder que conforma un continuo del yo (Kontinuum des Selbst). Un subordinado, que por razón de sus conocimientos especiales puede tener mucha influencia en el proceso de decisión, no tiene que tener mucho poder. La posibilidad de tener influencia no desemboca de suyo en una relación de poder. (Han, 2005, p. 24)

Tampoco consiste el poder en la mera capacidad de castigo o uso de la violencia. Aunque esa posibilidad de castigo exista y sea necesaria para garantizar el orden, sin embargo, el respeto del derecho y la ley viene, en primer lugar, por el reconocimiento de un orden jurídico y social que se siente como propio y se debe respetar. Por eso mismo "quien sólo puede establecer su decisión mediante la fuerza de una sanción negativa tiene poco poder" (Han, 2005, p. 25).

Luhmann parece interpretar el poder en una relación lineal (lineare Beziehung) entre alguien que manda y alguien que obedece, entre los distintos actores del proceso comunicativo del mando. Pero no se debe perder de vista que el poder no es sólo un proceso lineal, sino que configura un espacio, una red de sentido en la que las distintas acciones y poderes individuales quedan configurados en una dirección:

> El poder funciona aquí no tanto como una causa que produce una acción concreta por parte de los subordinados, sino que más bien abre un espacio (Raum) en el cual una acción posee una dirección, un sentido: un espacio que precede a la línea de la causalidad o de la cadena de acciones. (Han, 2005, p. 29)

Este espacio de sentido que vertebra el poder será de importancia capital en la noción de psicopolítica, precisamente porque la sociedad de rendimiento caracterizada

por la globalización y el uso de las tecnologías crea un espacio anónimo de sentido: la dictadura del "se". Habrá que analizarlo con detalle más adelante.

La tesis de Han es que el poder configura distintas formas de continuidad en las cuales la voluntad del yo puede expandirse y continuar en el otro. El auténtico poder crea un espacio de posibilidades y aumento de energías. Por eso mismo el poder basado en el miedo o en la violencia es un poder muy efímero, porque apenas crea espacio de desarrollo. El espacio del poder basado en el miedo no es ningún espacio positivo de acción (Cfr. Han, 2005, p. 36), sólo de temor frente al gobernante. En cambio, un poder fundado en la comunicación y las intermediaciones crea un espacio de libertad donde aumenta la capacidad de acción y, por tanto, el poder mismo. La pregunta que se genera desde esta noción de poder es: ¿hay un verdadero poder en la sociedad del rendimiento y la transparencia, propia de la psicopolítica?

Psicopolítica y sociedad del rendimiento: positividad/negatividad

Más allá del paradigma biopolítico basado en un sistema inmunológico, Han propone que la sociedad contemporánea avanza por un paradigma distinto, basado en el exceso de positivización que lleva al malestar individual y social, tal como ha sido intuido también por Deleuze y Baudrillard.

Han entiende que la comprensión biopolítica de la sociedad en clave inmunitaria (que sería un tránsito a la gubernamentalidad, tal como lo expone Foucault y desarrolla Esposito) sitúa el control disciplinario como eje negativo que posibilita el rendimiento del cuerpo social. En el esquema inmunológico el problema es lo otro, el elemento negativo que desde fuera afecta al sistema y frente al cual es sujeto (o el cuerpo social) se autoafirma mediante la negación. La analogía con la medicina es clara: en un periodo en que la enfermedad médica son las bacterias y los virus, el remedio es atacar al enemigo de fuera para conservar la salud. Del mismo modo el cuerpo social ve al enemigo en el cuerpo extraño, en el otro que es totalmente distinto y amenaza la existencia del cuerpo social.

Sin embargo, la sociedad contemporánea ha cambiado su paradigma y, del mismo modo que para la medicina la inmunología ha perdido peso (puesto que las enfermedades causadas por virus, bacterias y elementos extraños han sido controladas), han aparecido nuevas enfermedades causadas en el interior del sujeto y desde el propio sujeto (depresión, déficit de atención, cansancio crónico, etc.). El enemigo ha dejado de ser el elemento extraño, frente al que hay que estar preparado mediante medidas preventi-

vas, y ha pasado a ser el mismo sujeto el que está problematizado. Del mismo modo, Han entiende que el problema en la sociedad actual no viene dado por un control negativo, sino, paradógicamente, por un exceso de positividad o ausencia de barreras: "El *tú puedes* incluso ejerce más coacción que el *tú debes*" (Han, 2012/2014, p. 21, cursivas en el original). En el ámbito social había sido descrito por Foucault el esquema inmunológico en términos de "sociedad disciplinaria", es decir, sociedad regulada y controlada para obtener beneficios mediante la negatividad del mandato. Las instituciones de esta sociedad son la cárcel, el hospital, la fábrica, el cuartel. Sin embargo, el esquema inmunológico de la sociedad disciplinaria, basada en la negatividad y la fuerza del mandato, ha sido remplazado por una sociedad del rendimiento. Ya no se insiste en la prohibición y el mandato externo en el ámbito laboral, sino en el propio rendimiento, la capacidad de iniciativa y la promoción.

> Con el fin de aumentar la productividad se sustituye el paradigma disciplinario por el de rendimiento, por el esquema positivo del poder hacer, pues a partir de un nivel determinado de producción, la negatividad de la prohibición tiene un efecto bloqueante e impide un crecimiento ulterior. La positividad del poder es mucho más eficiente que la negatividad del deber. (Han, 2010/2012, p. 27)

Como había señalado Han en *Was ist Macht?* (2005), el poder se expande y se vuelve efectivo en la medida en que se desarrollan mediaciones entre los individuos. En la sociedad de rendimiento precisamente desaparecen los elementos coercitivos, negativos, del poder, pero, en contrapartida, no se generan vínculos sólidos de intermediación, sino más bien mero intercambio de información y resultados positivos:

> La sociedad del rendimiento está dominada en su totalidad por el verbo modal *poder*, en contraposición a la sociedad de la disciplina, que formula prohibiciones y utiliza el verbo *deber*. A partir de un determinado punto de productividad, la palabra *deber* se topa con su límite. Para el incremento de la producción es sustituida por el vocablo *poder*. La llamada a la motivación, a la iniciativa, al proyecto, es más eficaz para la explotación que el látigo y el mandato. (Han, 2012/2014, p. 19, cursivas en el original)

Paradójicamente, el aparente aumento de libertad y poder no genera ni una auténtica libertad ni un auténtico poder, sino más bien un mecanismo de dominación tanto más efectivo cuanto más callado y aceptado es por todos. Esta sociedad de la pura positividad viene marcada por el afán de absoluta transparencia y la falta de ocultamiento o elemento negativo. Con su estilo directo y claro afirma en las primeras páginas de *La sociedad de la transparencia*:

> Las cosas se hacen transparentes cuando abandonan cualquier negatividad, cuando se *alisan* y *allanan*, cuando se insertan sin resistencia en el torrente liso del capital, la comunicación y la información. Las acciones se tornan transparentes cuando se hacen *operacionales*, cuando se someten a los procesos de cálculo, dirección y control. (Han, 2012/2013, pp. 11-12, cursivas en el original)

El cuerpo biopolítico era un cuerpo sólido, rígido, que permitía un control disciplinario desde fuera, como en el famoso panóptico de Bentham. La sociedad del rendimiento no es un cuerpo, no tiene rigidez ni tampoco capacidad de disciplinas regladas, podría ser considerado líquido (Cfr. Bauman, 2000/2006) o incluso algo que va más allá de lo líquido, es transparente: es psique dominada por la mera positividad de datos e información. Aquí es donde se distancia Han del concepto de biopolítica:

> Foucault vincula expresamente la biopolítica con la forma disciplinaria del capitalismo, que en su forma de producción socializa el cuerpo. [...] El neoliberalismo como una nueva forma de evolución, incluso como una forma de mutación del capitalismo, no se ocupa primeramente de lo «biológico, somático, corporal». Por el contrario, descubre la *psique* como fuerza productiva. (Han, 2014, p. 41, cursivas en el original)

La característica fundamental de la sociedad del rendimiento es la positivización como puro "estar expuesto", "poder hacer sin barreras". La positivización propia de la sociedad del rendimiento ha invadido también la esfera de la comunicación gracias a las nuevas tecnologías de la era digital. Aparentemente estos medios de información (internet, móviles, etc.) nos dan una apertura sin límites, una libertad total, pero curiosamente esa libertad y comunicación ilimitadas se convierten en control y vigilancia totales: "La información es una positividad que puede circular sin contexto por carecer de interioridad. De esta forma es posible acelerar la circulación de información" (Han, 2014, p. 22).

La pura positividad de la información se reclama en la sociedad del rendimiento en términos de transparencia. Hay que mostrarlo todo y que nada permanezca en secreto. Pero, de este modo, todo se convierte también en susceptible de control y vigilancia. Todo puede ser observado, todo debe quedar plasmado como mera información sin interioridad. Por eso mismo la sociedad del rendimiento va ligada al concepto de psicopolítica. Si Foucault mantenía que la política propia de las sociedades disciplinarias había que entenderla como un control sobre el cuerpo social, Han señala que ya no es el control de un cuerpo físico (individuos) frente a las amenazas del ambiente o enemigos externos, sino más bien el dominio basado en la libre exposición de las psiques individuales mediante los medios digitales. El concepto de psicopolítica se cons-

truye así partir de la noción de poder inteligente. La manifestación más inmediata del poder aparece como la capacidad de los poderosos de imponer su voluntad mediante la coacción y la violencia. Sin embargo,

> El poder que depende de la violencia no representa el poder supremo. El solo hecho de que una voluntad surja y se oponga al poderoso da testimonio de la debilidad de su poder. El poder está precisamente allí donde no es tematizado. Cuanto mayor es el poder, más silenciosamente actúa. (Han, 2014, p. 27)

De este modo se pueden describir los términos en los que se enmarca el poder propio de la sociedad neoliberal, la sociedad del rendimiento. En la sociedad disciplinaria el poder se articula de manera inhibitoria, mediante la negatividad de la prohibición y la coacción. En la sociedad neoliberal, en cambio, el poder se ejerce de manera sutil y flexible, "el sujeto sometido no es consciente ni siquiera de su sometimiento. El entramado de dominación le queda totalmente oculto" (Han, 2014, p. 28): lo importante no es tanto someter a los sujetos como hacerlos dependientes. De este modo aparece el poder inteligente, que no se enfrenta a la voluntad de los sometidos, sino que los seduce. "El poder inteligente se ajusta a la psique en lugar de disciplinarla y someterla a coacciones y prohibiciones" (Han, 2014, p. 29). La psicopolítica supone un paso en aquella dirección marcada por Foucault desde la biopolítica. El poder productivo desde la regulación de la vida se transforma en un poder de productividad desde la psique.

Han sitúa también su perspectiva de la sociedad del rendimiento en diálogo con Marx. Aunque le parece un acierto el análisis de las formas productivas que surgen con la industrialización, discrepa que la situación a la que conduzca el capitalismo sea una revolución final comunista. Más bien sostiene que la dialéctica entre trabajador explotado y capitalista explotador se resuelve en el nuevo liberalismo en una coincidencia entre el sujeto explotador y el sujeto explotado:

> El neoliberalismo, como una forma de mutación del capitalismo, convierte al trabajador en *empresario*. El neoliberalismo, y no la revolución comunista, elimina la clase trabajadora sometida a la explotación ajena. Hoy cada uno es un *trabajador que se explota a sí mismo en su propia empresa*. Cada uno es amo y esclavo en una persona. También la lucha de clases se transforma en una lucha interna consigo mismo. (Han, 2014, p. 17, cursivas en el original)

En último término se trata de una "autoexplotación sin clases", precisamente porque afecta a todas las clases. Además, el sujeto de rendimiento, al trabajar sólo para sí mismo, se encuentra aislado frente a los demás, de modo que se vuelve incapaz para la acción en común. La revolución sólo era posible en el esquema de Marx debido a esa contraposición entre explotador y explotado. Ante la explotación ajena, surge la unión de proletarios para luchar contra su situación. En el liberalismo no cabe tal opción,

porque uno se explota a sí mismo: entonces sólo cabe dirigir la agresividad hacia uno mismo, pero no en forma de violencia, sino en forma de depresión.

> La sociedad del trabajo y rendimiento no es ninguna sociedad libre. Produce nuevas obligaciones. La dialéctica de amo y esclavo no conduce finalmente a aquella sociedad en la que todo aquel que sea apto para el ocio es un ser libre, sino más bien a una sociedad de trabajo, en la que el amo mismo se ha convertido en esclavo del trabajo. En esta sociedad de la obligación, cada cual lleva consigo su campo de trabajos forzados (Han, 2010/2012, p. 48).

De modo que la "sociedad de rendimiento", en la que hay una supuesta libertad y capacidad de hacer, se vuelve una auténtica sociedad de dominación encubierta mediante la autotransparencia. Concretamente las "tecnologías del yo", que Foucault entendía como ciertas prácticas que hacen que uno tenga su propio estilo, y las estudiaba separándolas de la esfera del poder y la dominación, se han convertido en los medios propios de dominación de la psique. Han entiende que en realidad esas "tecnologías del yo" son precisamente la técnica de poder de la sociedad neoliberal: "se ocupa de que el individuo actúe de tal modo que reproduzca por sí mismo el entramado de dominación que es interpretado por él como libertad" (Han, 2014, p. 46). Las "tecnologías del yo" en realidad serían formas de autoexplotación inconscientes en las que uno se vuelve transparente para los demás convirtiendo su vida en mera información de datos sin interioridad.

¿Cuál es el poder presente en la sociedad del rendimiento?

Un poder es realmente efectivo cuando menos se nota su presencia. Un poder ejercido desde la fuerza supone un sometimiento momentáneo. En cambio, cuando en una sociedad se asumen ciertos comportamientos y hábitos hay un poder que opera sin fuerza y que no es cuestionado por nadie. Siguiendo la filosofía de la cotidianidad de Heidegger (1927/2003, §51), la sociedad genera un horizonte de sentido que puede ser asumido de manera aséptica. El imperativo del "se" (das Man) es un poder impersonal, proporciona un sentido que los individuos toman como suyo sin más cuestionamiento: lo que "se" piensa, lo que "se" dice, lo que "se" hace.

> La «dictadura» del "se" (des Man) no se realiza por medio de la presión o la prohibición. Más bien toma la forma de lo que es habitual. Es una dictadura de lo que parece en sí mismo elemental (Selbstverständlichkeit). El poder que opera sobre la costumbre es mucho más eficiente y estable que el poder que articula órdenes o ejercita la violencia. (Han, 2005, p. 61)

La sociedad genera comportamientos y esquemas de pensamiento habituales que son asumidos por todos y a la vez no le pertenecen a nadie en concreto. Cuando un poder logra generar estos hábitos o esquemas de sentido es cuando es realmente poderoso. El poder tiene que ver, ante todo, con la propia afirmación (Selbstbejahung) frente a los obstáculos externos o internos, frente a la negatividad. Esta afirmación no tiene por qué consistir en un dominio negativo sobre el otro, sino que se ve reforzada, ante todo, en la medida en que hay mediación: "La afirmación de sí no tiene que darse con la fuerza o la negación del otro. Depende más bien de la estructura de mediación. Con una mediación intensa no está negando o excluyendo, sino más bien integrando" (Han, 2005, p. 78).

El espacio del poder que se crea en las sociedades del rendimiento podría parecer un espacio positivo de acción, pero en realidad no lo es. Precisamente porque la comunicación se vuelve mera información positiva (transparencia de datos), no hay auténticas intermediaciones, ni tampoco un espacio de libertad consciente. En realidad, la sociedad de rendimiento no aumenta la capacidad de acción individual, sino que la hace colapsar.

> Vivimos en una fase histórica especial en la que la libertad misma da lugar a coacciones. La libertad del *poder hacer* genera incluso más coacciones que el disciplinario *deber*. El *deber* tiene un límite. El *poder hacer*, por el contrario, no tiene ninguno. Es por ello que la coacción que proviene del *poder hacer* es ilimitada. (Han, 2014, p. 12, cursivas en el original)

Un mero poder hacer sin intermediaciones no genera un verdadero poder comunitario, precisamente porque el poder hacer individual anula la cooperación y el sentido global de la acción en común. Cuando desaparece un esquema de sentido que agrupa las acciones individuales en torno a un fin, el poder individual se torna en una coacción contra sí mismo.

Conclusiones

Más allá de la biopolítica, que surge de la comprensión de la sociedad como un cuerpo que hay que inmunizar y controlar para mejorar su efectividad y su salud, la psicopolítica surge en una sociedad del rendimiento, entendida como una red de positividad en la que los individuos son competidores de sí mismos y muestran su propia vida sin necesidad de un control externo explícito. Han desarrolla así un concepto que sitúa el eje de los problemas sociales en una dinámica interna y referida a la psique, más que al cuerpo social. La biopolítica se ha convertido en psicopolítica. Precisamente ese poder sobre la vida, que buscaba incrementar la productividad, se ha transformado en un po-

der sobre la psique, un control que paradójicamente no se ejerce desde fuera, sino desde dentro. Es el propio individuo el que asume la tarea del propio rendimiento y se impone a sí mismo una disciplina férrea. A la vez, este proceso ha ido acompañado de un nuevo uso de las tecnologías, en las cuales el sujeto se expone de manera voluntaria. De este modo los gobiernos y empresas pueden ejercer un gran dominio silencioso sobre los individuos, precisamente porque su poder, su capacidad de encauzar las voluntades, no topa con ningún obstáculo. Si admitimos con Han que un poder realmente poderoso no es aquel que se presenta de manera violenta, sino más bien aquel que consigue configurar la acción del otro incluso libremente, entonces habría que deducir que el poder de empresas y gobiernos en una época psicopolítica es verdaderamente abrumador. Sin embargo, añadiría que se ha desdibujado a su vez el sujeto portador de tal poder. La "dictadura del se" aparece como un poder impersonal al que libremente nos configuramos. La sociedad del rendimiento es también una sociedad anónima, también en términos de poder porque, aunque el control al que los individuos se someten es total, sin embargo, se trata de un control que no genera una trama con sentido. La transparencia y la ausencia de negatividad alguna no parecen engendrar un auténtico poder, sino más bien lo contrario, puesto que el gobierno de lo impersonal no es poder alguno. Ni siquiera produce algo nuevo: se repite, expone los datos, logra objetivos concretos, pero no apunta a nada más. Sin intermediaciones y comunicación auténtica más allá del tráfico de datos, no hay espacio de auténtico poder; en todo caso, hay espacio de eficiencia, de productividad, de positividad. La psicopolítica se nos revela entonces como un poder desdibujado, perdido entre la mera exposición transparente y la falta de libertad o, por decirlo de otro modo, como una libertad transparente que anula la propia libertad. En los próximos años habrá que ver los efectos de esta psicopolítica en el plano político y social. Parece que este poder impersonal, anónimo, conduce hacia una nueva manera de gobierno sin que parezca que haya un poder claro y establecido.

Referencias

Agamben, Giorgio (1995/1998). *Homo sacer. El poder soberano y la nuda vida*, Valencia: Pre-textos.

Baudrillard, Jean (2006). *La agonía del poder.* Madrid: Ediciones Pensamiento.

Bauman, Zygmunt (2000/2006). *Modernidad líquida.* México DF: Fondo de Cultura Económica.

Deleuze, Gilles (1990/1999). Post-scriptum sobre las sociedades de control. En José Luis Pardo (Comp.), *Conversaciones* (pp. 277-286). Valencia: Pre-textos.

Esposito, Roberto (2004/2006). *Bíos. Biopolítica y filosofía.* Buenos Aires: Amorrortu.

Foucault, Michel (1976/1978). *Historia de la sexualidad. 1. La voluntad de saber.* Madrid: Siglo XXI.

Foucault, Michel (1976/1994). La politique de la santé au XVIII siècle. En Daniel Defert-François Ewald (Comp.), *Dits et écrits III* (pp. 13-27). Paris: Gallimard.

Foucault, Michel (1975/2002). *Vigilar y castigar.* Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

Han, Byung-Chul (2005). *Was ist Macht?* Stuttgart: Reclam.

Han, Byung-Chul (2010/2012). *La sociedad del cansancio.* Barcelona: Herder.

Han, Byung-Chul (2012/2013). *La sociedad transparente.* Barcelona: Herder.

Han, Byung-Chul (2012/2014). *La agonía del eros.* Barcelona: Herder.

Han, Byung-Chul (2014). *Psicopolítica.* Barcelona: Herder.

Heidegger, Martin (1927/2003). *Ser y tiempo.* Madrid: Trotta.

Luhmann, Niklas (1975/1995). *Poder.* Barcelona: Anthropos.

Macherey, Pierre (2009). *De Canguilhem à Foucault. La force des normes.* Paris: La Fabrique.

Salinas, Adán (2014). *La semántica biopolítica. Foucault y sus recepciones.* Viña del Mar: Cenaltes.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Ações coletivas e comportamento político: produção científica da psicologia social brasileira (1986-2011)

Collective actions and political behavior: scientific production of Brazilian Social Psychology (1986-2011)

Frederico Alves Costa; Marco Aurélio Máximo Prado

Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Minas Gerais; fredericoalvescosta@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 17-12-2015

Primera revisión: 06-02-2016

Aceptado: 24-04-2016

Palavras-chave
Psicologia Social
Produção Científica
Político
Democracia

Resumo

Neste trabalho discutimos produções científicas no campo da psicologia social brasileira sobre ações coletivas e comportamento político. O objetivo é analisar o modo como os autores compreendem a politização das relações sociais e a construção de uma sociedade democrática no interior do debate sobre a circunscrição do conceito do político na atualidade. Os autores foram selecionados a partir de 3 fontes - Grupos de Pesquisa do CNPq, Grupos de Trabalho da ANPEPP, Revista Psicologia & Sociedade - e suas produções analisadas à luz da teoria democrática radical e plural (Laclau & Mouffe). Focalizamos a distância entre os modos de compreensão dos autores e uma concepção do político baseada na articulação entre três momentos - momento da articulação, momento da contingência, momento do antagonismo - e as implicações desta distância. Ademais, sugerimos a inserção da psicologia social no debate sobre o político a partir da retomada da noção de hegemonia em uma perspectiva não essencialista.

Keywords
Social Psychology
Scientific Production
Political
Democracy

Abstract

The article aims to analyze the scientific production about collective actions and political behavior written by authors of Brazilian social psychology. The main issue is to analyze how the authors understand the politicization of social relations and the process of building a democratic society. The authors were selected from three sources – Research Groups of the CNPq, Work Groups of the ANPEPP, and Psychology and Society Brazilian Journal – and the papers were analyzed by the perspective of the Plural and Radical Democratic Theory (Ernesto Laclau and Chantal Mouffe). The discussion demonstrates the distance of the articles in relation to the conception of the political based on the articulation between three moments – moment of the articulation, the moment of the contingency, moment of the antagonism – and the implications these distance. Moreover, the discussion suggests the emergence of social psychology in the debate about the political through a resumption of the concept of the hegemony in a non-essentialist perspective.

Costa, Frederico Alves & Prado, Marco Aurélio Máximo (2017). Ações coletivas e comportamento político: produção científica da psicologia social brasileira (1986-2011). *Athenea Digital*, *17*(1), 205-230.
http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1785

Introdução

O estudo das ações coletivas e do comportamento político tem sido um campo de debate na psicologia social e na psicologia política desde as análises sobre massas e multidões construídas no final do século XIX (Prado, 2001). Na psicologia social brasileira, a crise da psicologia social, nas décadas de 1970 e 1980, contribuiu para o enfoque nesta temática de investigação em razão da preocupação com a análise de processos de

desigualdade presentes no país, no intuito de se construir uma sociedade mais democrática (Camino, 1996; Lane & Codo, 1987; Sandoval, 2002).

Neste texto temos como objetivo discutir um recorte de artigos analisados em uma pesquisa anterior (Costa, 2014) que teve como objetivo analisar a dimensão do político em parte da produção da psicologia social brasileira sobre temas políticos, publicada em periódicos científicos, entre os anos de 1986 e 2011. O recorte a ser debatido refere-se a artigos empíricos incluídos em uma das categorias temáticas construídas na pesquisa, a categoria temática *Ações coletivas e comportamento político*. Os artigos que compõem esta categoria temática analisam, a partir de perspectivas teóricas distintas, aspectos psicopolíticos que caracterizam historicamente o campo da psicologia social crítica produzida no Brasil como participação política, estratégia política, posicionamento político de indivíduos e/ou grupos sobre temas políticos.

A relevância de refletirmos sobre a dimensão do político nas produções científicas sobre ações coletivas e comportamento político remete-se a estas produções orientarem-se para a análise de como determinados grupos constroem lutas políticas e/ou têm se localizado nos processos de democratização da sociedade, acarretando a discussão sobre a constituição dos sujeitos políticos e sobre a construção da democracia. Cabe-nos enfatizar que o objetivo neste texto não é propriamente a análise das concepções dos autores sobre ação coletiva e comportamento político, e sim discutir nos artigos localizados na categoria temática *Ações coletivas e comportamento político* aquilo que foi o problema da pesquisa: como os autores, nos artigos, compreendem a constituição do sujeito político (politização das relações sociais) e a construção de uma sociedade democrática (utopia de sociedade)? Nosso intuito foi debater as implicações da primeira compreensão na segunda.

A pesquisa realizada justificou-se por duas razões principais:

a) pela preocupação em circunscrevermos a análise do político na atualidade, a fim de contribuirmos para a reflexão sobre o político na psicologia social brasileira. Para isso nos posicionamos no interior do campo de estudo sobre o político, partindo de uma concepção específica para debater a produção científica, a saber, o conceito de político proposto pela Teoria Democrática Radical e Plural, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985/2015) desde meados da década de 1980. Assim procedemos em razão de considerarmos que analisar o político requer deixar visível como o entendemos, explicitar seu elemento definidor, suas condições de possibilidade e implicações no interior do debate sobre a especificação do político na modernidade. Debate este caracterizado por maneiras distintas, até mesmo antagônicas, de conceber o político, o que tem consequências no

modo como se compreende a constituição dos sujeitos políticos e a construção da democracia. A perspectiva da qual partimos localiza-se em um campo antagônico a outras que enfocam a racionalidade dos agentes e/ou o alcance do consenso na análise da dinâmica política (Mouffe, 2009), isto é, na análise das sedimentações, deslocamentos e subversões das relações sociais. Ao contrário, converge com perspectivas não essencialistas que enfatizam a inerradicabilidade do conflito (Laclau, 2005a). Assim como na pesquisa, o debate realizado neste texto foi orientado a partir da concepção do político proposta pela teoria democrática radical e plural.

b) pelo questionamento de conceitos caros à análise da dinâmica política pela psicologia social crítica brasileira construída após a emergência da crise da psicologia social, como os conceitos de consciência e identidade, em razão de entendermos, por um lado, que foram importantes para a construção de um debate crítico na psicologia social brasileira, mas, por outro lado, que acarretam em limitações para a compreensão da constituição dos sujeitos políticos e da construção da democracia. Este questionamento decorreu de pesquisas que temos realizado há alguns anos nos campos da psicologia social crítica e da psicologia política sobre processos de desigualdade social e sobre a construção de lutas políticas, bem como de nossa participação em encontros acadêmicos como os realizados pela Associação Brasileira de Psicologia Social e pela Associação Brasileira de Psicologia Política.

Devemos ressaltar que não tivemos a pretensão de rejeitar ou desconsiderar perspectivas teóricas distintas daquela a partir da qual nos orientamos para conceber e analisar o político. Nosso intuito é contribuir com o campo da psicologia social crítica brasileira após mais de 30 anos da emergência da crise da psicologia social.

Esta proposta coaduna-se com a compreensão desta "crise" não como limitada a um momento histórico único e ao estabelecimento de uma única perspectiva teórica, mas como a constituição de um imaginário social crítico, caracterizado pela ênfase na dimensão política da produção do conhecimento. Trata-se, assim, de entender a "crítica", a qual a "crise" se vincula, como uma necessidade constante de problematização do que foi e do que tem sido produzido na psicologia social (Iñiguez-Rueda, 2003; Montero, 2010).

Metodologia

Os artigos debatidos neste texto, como apontado acima, são um recorte daqueles analisados em uma pesquisa anterior. A seleção dos artigos para esta pesquisa foi feita a partir dos seguintes critérios:

a) Critério fontes: mapeamos pesquisadores nos Grupos de Pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / Brasil), Grupos de Trabalho da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia / Brasil) e na Revista Psicologia & Sociedade a partir da presença de termos-chave referentes à dinâmica política[1] no nome do Grupo ou no título dos artigos (no caso da Revista).
A escolha destas fontes decorreu da busca por pesquisadores que têm contribuído com o debate sobre temas políticos e que se encontram vinculados a grupos de pesquisa junto a agências de fomento (CNPq) e à Pós-Graduação (ANPEPP) no Brasil. O foco na Revista Psicologia & Sociedade foi devido este periódico científico ser o principal veículo de divulgação científica da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e ser publicado desde 1986. A ABRAPSO apresenta uma importante especificidade na história da psicologia social crítica no Brasil: ter sido fundada, em 1980, como resposta à crise da psicologia social, articulando desde esta época diversos pesquisadores que têm focalizado a mudança social como uma preocupação central à produção científica, o que tem como implicação a discussão sobre a constituição de sujeitos políticos e sobre a construção da democracia.

b) Critério pesquisador: acessamos o currículo Lattes de cada pesquisador e selecionamos apenas aqueles que informavam possuir título de mestre e/ou de doutor e vinculação com a psicologia social no campo Área de Atuação do currículo;

c) Critério artigos: buscamos no currículo Lattes de cada pesquisador selecionado artigos que apresentassem termos-chave referentes à dinâmica política no título;

d) Critério periódico científico: mantivemos apenas artigos presentes em periódicos que apresentassem pelo menos dois artigos selecionados;

e) Critério quantidade de artigos por pesquisador: para os pesquisadores que possuíam mais de um artigo, consideramos (a partir do número de citação de cada artigo nas referências bibliográficas de todos os artigos selecionados no critério

[1] Ver abaixo detalhamento sobre os termos-chave. Para melhor caracterização da metodologia da pesquisa ver Costa (2014).

"d" e do uso do software *Publish or Perish*) um ou dois artigos por cada período temporal delimitado na pesquisa:1986-1995, 1996-2005, 2006-2011. A única exceção foi considerarmos mais de dois artigos para autores cujo a saída de artigos acarretasse na exclusão de outro pesquisador escolhido na pesquisa.

Os termos-chave utilizados tanto no critério "a" quanto no critério "c" foram organizados a partir de um levantamento dos títulos e palavras-chave nos artigos publicados em todos os números da Revista Psicologia & Sociedade entre 1986 e 2011. Selecionamos aqueles termos que se remetiam diretamente à dinâmica política (sedimentação, deslocamentos e subversões de relações sociais). Posteriormente, os hierarquizamos da seguinte maneira:

a) **Categoria 1:** termos considerados centrais à pesquisa: político, política.

b) **Categoria 2:** termos derivados dos termos-chave da categoria 1. Exemplo: participação política, comportamento político, consciência política.

c) **Categoria 3:** termos que se remetem diretamente à dinâmica política e que não foram considerados nas categorias 1 e 2. Consideramos também termos derivados ou semelhantes aos selecionados para a categoria 3. Exemplo: poder (empoderamento), movimentos sociais (ação coletiva), comunidade (comunitário).

Em relação aos grupos do CNPq, acessamos o Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (censos e base corrente) e selecionamos aqueles grupos que apresentavam no nome do grupo, no título da linha de pesquisa e/ou nas palavras-chave da linha de pesquisa um dos termos-chave da categoria 1 e que possuíssem no título um dos termos-chave das categorias 1, 2 ou 3 ou que apresentassem neste a expressão "psicologia social".

Para os grupos da ANPEPP, acessamos o site da ANPEPP e buscamos os grupos presentes em cada um dos Simpósios realizados. Selecionamos aqueles grupos que apresentavam no nome do grupo ao menos um dos termos-chave das categorias 1, 2 ou 3.

Quanto à seleção dos artigos, selecionamos aqueles que apresentavam no título ao menos um dos termos-chave das categorias 1 ou 2 e ao menos um dos termos-chave das categorias 1, 2 ou 3 nas palavras-chave. Uma exceção refere-se a artigos publicados entre os anos 1986 e 1995: diante da escassez de artigos selecionados neste período a partir do critério anterior, decidimos por considerar também artigos com termos-chave da categoria 3 no título e não considerar o critério palavras-chaves nos resumos para

aqueles publicados na revista *Psicologia & Sociedade*, pois as publicações desta revista neste período não apresentavam resumo.

Ao final da aplicação destes critérios foram selecionados 78 pesquisadores e 90 artigos, publicados em 24 periódicos científicos, não existindo um critério de proporcionalidade de número de artigos por período temporal (32 artigos entre 1986-1995; 22 entre 1996-2005; 36 entre 2006-2011). Em razão do não acesso a seis destes artigos e também de 12 deles não permitirem uma análise específica e mais aprofundada sobre a dinâmica política, analisamos na pesquisa 72 artigos.

A discussão aqui proposta focaliza 17 destes 72 artigos, os quais foram incluídos na categoria temática *Ações coletivas e comportamento político*, que comporta pesquisas empíricas sobre estes fenômenos. Assim, ainda que utilizemos artigos que abordam conceitualmente a discussão sobre ações coletivas e comportamento político, nosso objeto nesse texto são estes 17 relativos a pesquisas empíricas. Estes artigos foram publicados em oito periódicos científicos, principalmente, entre 2006-2011 (12 artigos), existindo outros três no período entre 1996 e 2005 e outros dois no período entre 1986-1995.

Cada um dos artigos selecionados na pesquisa foi lido em sua totalidade e, a partir do foco no modo como os autores/as abordavam a constituição do sujeito político (politização das relações sociais) e em noções centrais à teoria democrática radical e plural (sobretudo, a noção de antagonismo), foram construídas quatro vertentes analíticas: fundamento último da realidade; sujeito racional; sujeito ético-político; antagonismo. Centramo-nos em aspectos que se encontravam *explícitos* nos artigos e que nos permitiam desenvolver o debate sobre a dimensão do político.

Nosso objetivo não foi rejeitar ou desconsiderar concepções sobre o político presentes nos artigos, e sim, a partir de uma concepção de político específica, construir análises que contribuam para a compreensão de perspectivas distintas na produção da psicologia social sobre a constituição do sujeito político e suas implicações para a construção da democracia. Na Tabela 1 trazemos uma breve identificação dos artigos analisados.

Todos os artigos distanciam-se da concepção de um sujeito abstrato e a-histórico e também afirmam um posicionamento político em direção à mudança social. Nestes aspectos, ainda que de modos distintos, encontram-se vinculados à crítica realizada pela psicologia social brasileira na emergência de sua crise nas décadas de 1970-1980.

Artigo	Tema	Vertente analítica	Periódico
Adrião e Toneli (2008)	Sujeito do feminismo e as políticas da identidade no movimento feminista	Antagonismo	Psicologia & Sociedade
Azeredo (1988)	Sexismo e racismo na relação entre patroas e empregadas	Sujeito racional	Psicologia & Sociedade
Barboza (2000)	Exclusão/inclusão de catadores de material reciclável	Sujeito ético-político	Psicologia & Sociedade
Cardia (1989)	Lideranças intermediárias em movimentos sociais	Sujeito racional	Psicologia & Sociedade
Castro-Silva, Hewitt e Cavichioli (2007)	Participação política em ONG/Aids	Sujeito racional	Psicologia & Sociedade
Costa, Machado e Prado (2008)	Participação política no movimento social LGBT	Antagonismo	Interamerican Journal of Psychology.
Fernandes, Costa, Camino e Mendoza (2006)	Valores e participação política de estudantes	Sujeito racional	Psicologia Política
Gomes e Maheirie (2011)	Participação política no Movimento Passe Livre	Antagonismo	Psicologia Política
Gonçalves (2009)	Participação política de mulheres	Sujeito racional	Pesquisas e práticas psicossociais
Leite e Aragão (2010)	Construção do sujeito ético-político em um fórum popular	Sujeito ético-político	Fractal: Revista de Psicologia
Mayorga, Magalhães, Patrício, Cruz e Alves (2008)	Participação política no Coletivo Hip Hop Chama	Antagonismo	Pesquisas e práticas psicossociais
Mendoza e Camino (2000)	Participação política de estudantes e configuração do espaço político	Fundamento último da realidade	Psicología Política (Espanha)
Menezes e Castro (2006)	Formas de subjetivação e dificuldades na convivência entre jovens	Antagonismo	Psicologia Política
Nunes e Camino (2011)	Atitude político-ideológica e inserção social de estudantes	Sujeito racional	Psicologia & Sociedade
Pereira e Camino (2003)	Representações sociais e posicionamento político de estudantes	Sujeito racional	Psicologia: Reflexão e Crítica
Rodrigues e Prado (2010)	Constituição do Movimento de Mulheres Negras	Antagonismo	Psicologia & Sociedade
Silva (2007)	Processo de conscientização política em trabalhadores e trabalhadoras rurais	Sujeito racional	Estudos e Pesquisas em Psicologia

Tabela 1. Artigos analisados por temática abordada, vertente analítica e periódico científico

A politização das relações sociais e a construção da democracia: teoria democrática radical e plural

Uma estratégia para se configurar como política, segundo Ernesto Laclau (2005b), necessita envolver uma síntese "indissociável" de três momentos:

> Um momento da articulação – a instituição do social; um momento da contingência, na medida em que aquela instituição é uma alternativa entre aquelas que são possíveis em um dado contexto; um momento do antagonismo – a instituição será somente possível através de uma vitória hegemônica sobre vontades conflitantes. (p. 69, tradução nossa)

O momento da contingência é possível na medida em que se concebe que não há um fundamento último da realidade, sendo qualquer objetividade social instituída a partir do "momento da articulação". Isto é, da articulação entre demandas políticas em torno de um imaginário social que, ao mesmo tempo, que visa preencher a plenitude vazia do social (inexistência de um fundamento último), implica, necessariamente, a exclusão de alternativas antagônicas, delimitando fronteiras políticas e, portanto, relações de poder que tornam impossível o ideal de uma sociedade reconciliada. A dinâmica política caracteriza-se, assim, pela luta entre projetos hegemônicos de sociedade, que visam transformar uma concepção particular em universal, invisibilizando sua contingencialidade. Hegemonia é um tipo de relação política caracterizada por essa convergência entre objetividade e poder.

Sujeito e sociedade são concebidos pela teoria democrática radical e plural em uma perspectiva ontológica não essencialista, definidos como vazios, pois não determinados por qualquer fundamento último da realidade, e também como precários, no sentido da impossibilidade de qualquer totalidade plena. A constituição do sujeito é compreendida a partir da identificação com discursos que delimitam a organização e as práticas de uma comunidade política num determinado contexto histórico, e a constituição da sociedade, a partir de sedimentações, deslocamentos e subversões das relações sociais pelos sujeitos. Trata-se, desse modo, de uma perspectiva psicossocial pós-fundacionalista que visa debater possibilidades de enfrentamento a relações de dominação.

A teoria compreende a constituição dos sujeitos políticos a partir da noção de antagonismo, entendendo-os como construídos não como "positividades" e sim como "negatividades". Isto é, não são identidades constituídas através do compartilhamento de atributos pelos indivíduos e que se politizam, posteriormente, a partir da mediação da racionalidade, numa relação de oposição (teorias da identidade social e da identidade coletiva). São sujeitos que se constituem no próprio momento do conflito, a partir

de um processo de subversão por um "nós" de práticas discursivas hegemônicas reproduzidas por um "eles" e, ao mesmo tempo, da afirmação pelo "nós" de uma alternativa de sociedade, delimitando uma fronteira política na disputa pela instituição da sociedade. A subversão significa a re-literalização do discurso hegemônico em sua particularidade, a partir da identificação do "nós" a um discurso que articula os princípios democráticos da liberdade e da igualdade de maneira irreconciliável ao discurso hegemônico e que busca ocupar (tarefa sempre impossível) a plenitude vazia do social. A identificação com um discurso que subverte ontologicamente o campo de representação hegemônico é a única possibilidade de existência do sujeito político.

Portanto, consensos na democracia moderna são concebidos como fixações parciais hegemônicas na disputa por modos de significação da realidade, pelo próprio fundamento sob o qual se constitui a ordem social. Assim, considera-se que os limites para se alcançar um consenso sem exclusão, defendido por teóricos deliberativos como Jurgüen Habermas, não são limites empíricos ou epistemológicos, capazes de serem solucionados pela racionalidade. Trata-se de limites ontológicos que decorrem da divisão relativa à disputa entre imaginários sociais antagônicos, que articulam diferentes formas de vida que não podem ser isoladas do debate público porque são intrínsecas a qualquer comunicação ou deliberação (Mouffe, 2009).

A dimensão do político, portanto, está para além do racionalismo liberal, no sentido em que indica "os limites de qualquer consenso racional e mostra que qualquer consenso se baseia em actos de exclusão" (Mouffe, 1993/1996, p. 165). Assim, a crença liberal de que o interesse geral decorre da livre discussão de interesses privados, sendo possível alcançar, desta forma, um consenso racional universal, torna o liberalismo cego ao fenômeno político.

Vertentes analíticas das ações coletivas e do comportamento político

Fundamento último da realidade

De maneira geral, nesta vertente analítica, os autores dos artigos selecionados na pesquisa compreendem as relações de produção como um fundamento último da realidade na análise da dinâmica política. Assim, ainda que afirmem a construção histórico-social dos sujeitos e defendam uma expansão do proletariado como sujeito histórico em direção às forças populares, apontam para uma determinação, em última instância, da economia, sendo a constituição dos sujeitos políticos entendida em torno de duas estruturas hegemônicas afirmadas a priori – burguesia e forças populares. A luta polí-

tica é concebida em torno da noção de contradição, de maneira que a negação é entendida como um momento interno e necessário ao próprio sistema, diferente da noção de antagonismo, na qual a subversão é compreendida nos termos da radicalidade da contingência.

Entre os 17 artigos analisados na categoria *Ações coletivas e comportamento político*, apenas um artigo localiza-se nesta vertente analítica: Roberto Mendoza e Leoncio Camino (2000). Estes autores discutem a participação política de estudantes e a configuração do espaço político a partir da perspectiva teórica materialista-histórica-dialética, a qual teve e ainda tem papel importante na produção científica da psicologia social crítica no Brasil que emergiu a partir da crise da psicologia social.

O artigo de Mendoza e Camino (2000) localiza-se nesta vertente analítica na medida em que nele a esfera econômica é considerada como aquela que "sustenta todo o edifício social, [e] determina em última instância as formas de organização da sociedade política, das pautas ideológicas-culturais e conforma as próprias identidades dos grupos e das classes sociais (Bottomore, 1992; Bobbio, 1986)" (p. 10, tradução nossa).

Para os autores, a sociedade é compreendida como uma "totalidade social contraditória" e a política é definida como "o processo através do qual *as classes que têm interesses contrapostos* lutam por obter, reter ou influir no poder do Estado" (Mendoza & Camino, p. 10, tradução nossa, grifo nosso).

Entendemos que a determinação da economia e a concepção dos sujeitos políticos como classes sociais dificulta compreendermos a pluralidade de sujeitos políticos e de demandas politicas presentes nas sociedades ocidentais modernas. Estas concepções acarretam na redução do sujeito político a uma necessidade histórica, pois a sua constituição e a dinâmica política são determinadas em última instância pela economia. Tornam possível, assim, reproduzir dicotomias como entre lutas principal e secundária, entre "velhos" e "novos" movimentos sociais, criticadas por diferentes autores (Alvarez, Dagnino & Escobar, 2000; Butler, 2000; Fraser, 1997) em razão de promoverem reducionismos na análise das ações coletivas contemporâneas.

Ao recorremos à compreensão do político que orientou a análise da pesquisa, cabe-nos ressaltar a importância do momento da contingência, proposto por Laclau (2005b), para a compreensão da estratégia política na atualidade, pois é o que nos permite falar em práticas articulatórias, sob as quais se constituem a pluralidade de sujeitos políticos e a luta democrática.

Ao reconhecermos a inexistência de um fundamento último da realidade (como o reducionismo econômico) e a pluralidade de sujeitos políticos como características da

democracia moderna, faz-se possível conceber o espaço político como descentrado, permitindo estender a luta democrática para todas aquelas áreas em que exista relação de dominação (Laclau & Mouffe, 1985/2015). A luta política é, assim, uma luta entre projetos hegemônicos de sociedade que se constituem não a partir da contradição entre duas classes sociais fundamentais, mas de identificações discursivas com imaginários sociais antagônicos no interior das possibilidades e condições históricas específicas.

Portanto, ao rompermos com concepções essencialistas de sujeito e de sociedade, tanto a luta de classes quanto lutas referentes a outras relações de dominação são entendidas como construídas a partir da expansão do imaginário igualitário da revolução democrática para diferentes relações sociais, politizando-as como formas de opressão (Laclau & Mouffe, 1985/2015).

Neste quadro teórico não essencialista, não há garantias que determinadas subversões ou deslocamentos na objetividade social produzirão sociedades mais democráticas, assim como nenhum sujeito poderá se afirmar, a priori, promotor da emancipação social. As características ideológicas dos sujeitos políticos e, assim, das ações coletivas não são determinadas do começo, e sim dependentes do momento da articulação (Laclau, 2005b).

Sujeito racional

De modo geral, nesta vertente analítica os autores compreendem a constituição do sujeito político a partir das noções de identidade e de consciência e não abordam, *ao menos explicitamente*, a ideia de um fundamento último da realidade, distinguindo-se da vertente analítica anterior. Têm por foco o processo do indivíduo tornar-se consciente das relações de subordinação (perceber as injustiças sociais), opondo seus interesses pessoais e grupais aos interesses de um outro grupo, sendo ressaltada a reflexividade e/ou a intencionalidade dos indivíduos. A luta política pode ser entendida em torno de uma oposição entre identidades constituídas "positivamente" e não a partir do momento do antagonismo.

Oito dos 17 artigos analisados neste texto (aproximadamente, a metade dos artigos) foram localizados nesta vertente analítica: Sandra Azeredo (1988), Nancy Cardia (1989), Cícero Pereira e Leoncio Camino (2003), Sheyla Christiane Santos Fernandes, Joseli Bastos da Costa, Leoncio Camino e Roberto Mendoza (2006), Alessandro Soares da Silva (2007), Carlos Roberto de Castro-Silva, W. E. (Ted) Hewitt e Silvana Cavichioli (2007), Betânia Diniz Gonçalves (2009), Aline Vieira de Lima Nunes e Leoncio Camino (2011).

Silva (2007) e Gonçalves (2009), nas análises que realizam sobre conscientização política e participação política, recorrem, sobretudo, à concepção de Salvador Sandoval sobre consciência política e participação política. Observa-se uma relação triádica entre socialização, participação e consciência no debate dos autores. De acordo com Gonçalves (2009),

> Conceitos consciência política e participação política se articulam e efetivamente se interligam. A qualidade e o tipo de consciência política, considerando o processo de socialização política do sujeito, mantêm uma relação de interdependência. Além disso, não se pode desconsiderar o contexto no qual os sujeitos se inserem, ou seja, o contexto histórico-político-cultural-social influencia na construção da sua consciência e na participação política. (p. 200, grifo no original)

De acordo com Silva (2007), "uma questão importante no processo de construção da consciência política é a re-socialização contínua, construída durante as práticas da vida, as quais são dadas cotidianamente e surgem segundo as oportunidades psicopolíticas ao dispor de cada sujeito" (p. 116).

Tanto Silva (2007) quanto Gonçalves (2009) abordam que a concepção de consciência política proposta por Sandoval foi influenciada pela concepção de consciência operária de Alain Touraine, que apresenta como princípios: a concepção do indivíduo sobre a dinâmica social (relações de poder); o reconhecimento do indivíduo sobre sua classe e a diferença desta em relação a classes que ele não pertence; a percepção e atribuição de sentido pelo indivíduo aos conflitos de interesse entre sua classe e a classe dominante. A esta concepção, segundo os autores, Sandoval acrescentou outro aspecto: a predisposição para intervenção. Segundo Gonçalves (2009), Sandoval ressalta, assim, que a consciência está diretamente ligada à busca pelo auto-interesse e pelo interesse de sua classe.

Nesse sentido, cabe-nos considerar que Salvador Sandoval (1989) propõe que a passagem dos interesses individuais para os interesses coletivos "se dá na interseção entre os fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus pré-conceitos de fundo cultural e as *reflexões conscientes de custos e benefícios de participar*" (p. 68, grifo nosso).

Assim, podemos considerar que a consciência política, que se refere à constituição do sujeito político, na proposta de Sandoval é mediada pela racionalidade instrumental (custos/benefícios) e pela disputa de interesses entre grupos sociais. Ademais, como apontam Silva (2007) e Gonçalves (2009), a consciência política nesta proposta é concebida em torno de níveis de complexidade da consciência, que vão desde a "consciência

do senso comum" até a "consciência revolucionária", indicando mais uma vez para o papel da racionalidade na compreensão da dinâmica política.

Importante ainda salientar que o modelo de consciência política de Sandoval, segundo Silva (2007), foi também influenciado pela teoria da identidade social de Tajfel no que se refere ao aspecto da identificação do adversário na construção da luta política. Outros artigos dessa vertente analítica baseiam-se na teoria da identidade social, considerando normas, valores e significados na análise das concepções dos indivíduos e dos sujeitos coletivos. Deve-se lembrar que a teoria da identidade social apresenta uma ênfase na racionalidade e na intencionalidade dos indivíduos: as matrizes do experimento de Tajfel utilizadas para estudar "grupo mínimo", que subsidiaram a construção da teoria, foram inspiradas na teoria dos jogos (Torres & Camino, 2011).

Nancy Cardia (1989) ao apresentar a perspectiva teórica que orienta sua pesquisa sobre lideranças intermediárias em movimentos sociais aborda a teoria da identidade social de Tajfel ao compreender que o estilo de uma liderança democrática "estaria associado a um clima social que permitisse a reconceitualização de uma identidade social negativa e o desenvolvimento de uma filiação psicológica ao grupo (Tajfel, 1981, Melucci, 1977 e Milbrath & Goel, 1977)" (p. 74). Ademais, ao caracterizar o ativista político concebe que,

> Teriam: consciência política apresentando sensação de privação relativa e fraterna (Gurr, 1970, Kinder & Sears, 1985) e atribuiriam a responsabilidade por suas condições de vida ao sistema mais amplo (Gurin & Epps, 1975). Estes ativistas apresentariam ainda eficácia política individual (Almond & Verba, 1963) e grupal (Kinder & Sears, 1985). (p. 75)

Cícero Pereira e Leoncio Camino (2003), Sheyla Fernandes et al. (2006), Aline Nunes e Leoncio Camino (2011), os quais realizam pesquisas referentes ao comportamento político de estudantes, também recorrem à teoria da identidade social de Tajfel, articulando-a com a teoria das representações sociais e com a teoria das minorias ativas, de Moscovici.

Pereira e Camino (2003) compreendem que a emergência dos conflitos sociais apresenta como fatores decisivos a percepção de injustiça social e de eficiência política. Tais conflitos são desencadeados diante de um conflito cognitivo gerado pela situação de desacordo de um indivíduo em relação àqueles que compartilham o mesmo grupo de pertença. Para os autores, a teoria da identidade social oferece "as bases para a compreensão da formação simbólica dos grupos sociais" (p. 449).

Fernandes et al. (2006) e Nunes e Camino (2011) compreendem a dinâmica política a partir de posicionamentos ideológicos distintos entre indivíduos que se constituem

em torno de pertenças grupais (identidade social), disputando a visão-de-mundo a ser sedimentada na sociedade. Compreensão que se, por um lado, denota similitude com a noção de hegemonia, por outro lado, ao basear-se na noção de identidade social, concebe o sujeito político a partir da politização de "identidades positivas", afastando-se, assim, do momento do antagonismo (Laclau, 2005b).

Nesses seis artigos abordados, nos quais é comum a influência da teoria da identidade social, a racionalidade e a intencionalidade dos indivíduos são os mediadores do processo de politização das relações sociais. O que aponta mais para a compreensão do campo político como um campo de representação de interesses entre identidades previamente constituídas do que como entendido em termos antagônicos. Isso implica o risco de se reduzir o campo do político à gestão da positividade social, isto é, ao conteúdo ôntico da contagem das partes que constituem a comunidade política, afastando-se da compreensão do político como fundado na disputa pelo princípio ontológico da comunidade política (Laclau, 2005a).

Deste modo, a luta democrática se limitaria ao que é passível de ser negociado no interior do discurso hegemônico, gerando lógicas políticas que ressaltam a particularidade das demandas democráticas e não o seu caráter equivalencial, que permite a articulação de diferentes demandas antagônicas à hegemonia na construção de alternativas contra-hegemônicas. O sujeito político seria concebido naqueles artigos a partir de uma relação de oposição ao discurso dominante e não pela identificação com discursos antagônicos.

Os artigos de Sandra Azeredo (1988) e de Carlos Castro-Silva et al. (2007), o primeiro sobre a inter-relação entre a ideologia sexista e a ideologia racista na relação entre patroas e empregadas e o segundo sobre participação política, também se pautam na compreensão de um sujeito racional, sendo a politização das relações sociais entendida a partir do desenvolvimento de uma consciência política.

Em Castro-Silva et al. (2007) a consciência política pode ser entendida como aquisição de informações sobre direitos - "fortalecimento psicossocial de sujeitos de direitos" (p. 81). O campo político é compreendido como um campo de representação de interesses entre identidades previamente constituídas e não há questionamento dos autores quanto à expectativa dos indivíduos por uma sociedade reconciliada - "uma comunidade mais cidadã, fraterna e saudável" (p. 85). A discussão se aproxima mais da ideia do consenso nos termos da teoria deliberativa do que do consenso como uma fixação parcial hegemônica.

Quanto ao artigo de Azeredo (1988), dois aspectos a salientar são as críticas à homogeneização e à essencialidade da categoria "mulher" e também à leitura economicis-

ta presente nos estudos no Brasil, na época, sobre a relação entre patroas e empregadas. Contudo, como nos outros artigos, se, por um lado, a sedimentação do social é concebida em torno de uma naturalização de relações de dominação, sendo possível afirmarmos uma relação entre objetividade e poder; por outro lado, a compreensão da politização das relações sociais a partir do processo de identidades prévias que se politizam (consciência política) acarreta no risco de limitarmos o campo do político à gestão da positividade social.

Sujeito ético-político

De modo geral, nesta vertente analítica, o sujeito político é concebido como um sujeito ético-político, sem que fique explícito o elemento mediador de sua constituição, e a democracia é entendida como um projeto ético, baseado na oposição entre a alteridade e a hostilidade/violência nos vínculos entre os indivíduos. Estas concepções fundamentam-se na compreensão que o enfrentamento a relações de dominação requer uma junção entre ética e política, o que implica compreender o campo político como um campo da multiplicidade (negação de toda transcendência) ou como produtor de uma sociedade reconciliada, sendo o conflito concebido apenas como temporário e não como a própria condição de constituição dos sujeitos políticos e da democracia.

Dos 17 artigos discutidos neste texto, dois localizam-se nesta vertente analítica: Daiani Barboza (2000), Lidiane Leite e Elizabeth Maria Andrade Aragão (2010).

Leite e Aragão (2010) propõem-se a discutir "a idéia de cidadania atrelada à perspectiva ética de conformação do sujeito político" (p. 545) e afirmam recorrer, principalmente, às noções de poder e de ética em Michael Foucault. Afirmam que a articulação entre política e ética se constitui a partir da construção das análises sobre o poder no campo da governamentalidade e, portanto, do poder como conjunto de relações reversíveis, como estratégias e relações de forças que produzem subjetividades.

Nesse quadro analítico, a constituição do sujeito político significa a constituição do indivíduo como sujeito da ação na "trama geral das governamentalidades", sendo o cuidado de si a estratégia de governamentalidade que produz sujeitos "de forma autônoma, livre das relações de dominação e sujeição" (Leite & Aragão, 2010, p. 549). A liberdade é considerada a condição ontológica da ética, buscando o sujeito ético-político criar novos modos de existir, de afirmar práticas de liberdade. A ética do cuidado de si é concebida como:

> Um exercício, um cuidado consigo mesmo, com o outro e com o mundo que, no terreno da luta política, traduz-se em movimentos de problematização quanto à prática de direitos universalizantes e transcendentais, quanto às di-

> versificadas formas de assujeitamento, dominação e controle produzidas pelas tecnologias de governo, às formas de anulação da política, à limitação aos impulsos participativos e democráticos e, também, quanto à limitação das relações de liberdade. (Leite & Aragão, 2010, p. 550).

Cabe-nos ressaltar no artigo destas autoras que a dinâmica política é caracterizada pela contingencialidade, indicada a partir da compreensão da possibilidade de modos alternativos de existência. Entretanto, a concepção da liberdade como condição ontológica da ética e a concepção da utopia democrática pautada na junção entre ética e política acarretam em conceber que o que se impõe à liberdade é avesso à política. O que significa

> Imaginar que existe um ponto onde ética e política pudessem perfeitamente coincidir, e isto é precisamente o que eu estou negando, pelo fato de que isso significa apagar a violência que é inerente à sociabilidade, violência que nenhum contrato ou diálogo pode eliminar, por constituir uma de suas dimensões. (Mouffe, 2009, pp. 134-135, tradução nossa).

Desse modo, poderíamos conceber o campo político em Leite e Aragão (2010) como um campo que se afasta da divisão, apontando para um campo da multiplicidade, no qual se verifica "uma perseguição sem fim do reconhecimento do Outro" (Mouffe, 2009, p. 129, tradução nossa). Assim, trata-se de um pluralismo que rechaça qualquer possibilidade de transcendência, de representação, mesmo a afirmação de uma comunidade política como uma objetivação social hegemônica (momento da articulação) e, portanto, inerentemente precária. Trata-se, assim, de uma proposta que parece se fundamentar numa imanência radical e, dessa forma, num enfoque ontológico que impede pensar o momento do antagonismo.

Esta negação dos momentos da articulação e do antagonismo implica o questionamento sobre qual seria o elemento mediador na produção da "problematização, inquietação, desestabilização e ação" característico do cuidado de si. Diante da junção entre ética e política não é possível pressupor a identificação com um imaginário social antagônico às práticas reprodutoras de relações de dominação como mediação. A política seria possível apenas numa completa oposição ao instituído e no rechaço a uma nova rearticulação do social.

Leite e Aragão (2010) afirmam que o cuidado de si permite a organização e a produção da consciência, o que poderia indicar a vinculação do elemento mediador a um processo de racionalização. Entretanto, diante da aproximação com uma ontologia imanente pode-se melhor apontar para uma essencialidade do sujeito político, como se fosse natural aos oprimidos rebelarem-se contra a dominação. Essa essencialidade

também é possível de ser considerada no artigo de Barboza (2000) a partir da noção de "potência de ação".

Barboza (2000) discute a constituição do sujeito excluído, buscando entender como práticas cooperativas podem contribuir para superação do sofrimento acarretado pelas condições de exclusão. Remetendo-se a Bader Sawaia, entende que na sociedade contemporânea, em decorrência de aspectos como o individualismo, o consumismo, o dogmatismo, é necessário vincular ética e política. Para tanto, visa "a construção de uma práxis em nossa realidade social mais humanizadora, plural e cidadã, com vistas à construção de sujeitos abertos à alteridade e à emancipação" (p. 64, nota de rodapé 2).

A politização das relações sociais é concebida por Barboza (2000) a partir do conceito utilizado por Sawaia, influenciada pelas ideias de Espinoza, de "potência de ação". Segundo Barboza (2000), o "despertar da potência de ação" nos sujeitos fomenta "a cidadania, a democracia e a esperança, facilitando-lhes a criação de vínculos que possam contribuir com a construção de um processo de qualificação pessoal e social, fortalecendo-lhes a integração comunitária" (p. 61).

Assim, a alternativa para as relações de subordinação é o fomento à "formação de referenciais de solidariedade, de cooperação e do sentido de comunidade" (p. 60), entendendo "comunidade como referencial na luta contra o sofrimento e na busca pela 'felicidade ética e política' (Sawaia, 1999)" (Barboza, 2000, p. 60). Essa noção de construção de uma sociedade democrática está atrelada à concepção de cidadania entendida como sentir-se igual aos outros, bem como à compreensão de que, a partir da integração comunitária, as identidades se tornam "crioulas", perdem o sentido de si e do outro, de modo a disporem-se de si para si e para o outro.

A afirmação de que as identidades se tornam crioulas, por um lado, indica para o caráter relacional das identidades, por outro lado, na forma como se concebe a democratização das relações sociais, ressalta-se a abertura para a alteridade e fica invisibilizado o "momento do antagonismo", indicando para a possibilidade do alcance de uma junção entre ética e política. A noção de comunidade, nesse sentido, é apresentada na utopia do fim da divisão, como se fosse possível alcançarmos uma sociedade reconciliada completamente oposta àquela caracterizada por relações de dominação. O que aponta para a crítica de Prado (2002) referente à negação do antagonismo como um processo político na concepção comunitarista presente na psicologia comunitária latino-americana: "o antagonismo é somente funcional e termporariamente admitido até que se possa construir um conjunto normativo de definição da identidade coletiva, que muitas vezes se apresenta como uma negação total da sociedade, já que esta é desumana e ideologizada" (p. 208).

A crítica à junção entre ética e política que propomos não significa a negação de uma relação entre ética e política na construção democrática, mas aponta para questionamentos em relação à compreensão do político nessas análises, tanto no que tange ao elemento mediador da politização das relações sociais quanto à proposta de democracia. Na teoria democrática radical e plural, a relação entre ética e política é concebida em torno de um "investimento radical", isto é, como uma distância entre o que "é" e o que "deve ser" que não pode ser preenchida plenamente, mas apenas a partir de uma nomeação hegemônica, na medida em que o antagonismo é inerradicável. Tal relação, nestes termos, implica a "impossibilidade da sociedade", ao mesmo tempo em que se faz necessária a nomeação de uma sociedade, sendo esta a única possibilidade dos sujeitos se constituírem como presença discursiva, já que não se trata de "identidades positivas" que se politizam, mas de sujeitos constituídos pela negatividade. Ademais, cabe-nos ressaltar, que diante do momento da articulação ser concebido numa perspectiva não essencialista, não há nada que garanta, a priori, que a luta política se constituirá em torno de um imaginário social progressista, sendo a luta política indeterminada (Laclau, 2005a).

Antagonismo

Esta vertente analítica engloba artigos que abordam a noção de antagonismo, proposta por Laclau e por Mouffe, na discussão sobre a dinâmica política. Podemos observar nos artigos uma variação nas análises, sendo a noção de antagonismo articulada a conceitos de outras perspectivas teóricas que se afastam da noção do político na teoria democrática radical e plural, aproximando-se de outras vertentes analíticas discutidas (sujeito racional e sujeito ético-politico). Diante destas articulações teóricas, ressaltamos o modo como os autores concebem a constituição dos sujeitos políticos e a construção da democracia.

Entre os 17 artigos debatidos neste texto, seis pertencem a essa vertente analítica: Jaileila de Araújo Menezes e Lúcia Rabelo de Castro (2006), Karla Galvão Adrião e Maria Juracy Filgueiras Toneli (2008), Frederico Alves Costa, Frederico Viana Machado e Marco Aurélio Máximo Prado (2008), Claudia Mayorga, Manuela de Souza Magalhães, Cláudio Junio Patrício, Daniel Antonio Gomes Cruz e Suellen Guimarães Alves (2008), Cristiano dos Santos Rodrigues e Marco Aurélio Máximo Prado (2010), Marcela de Andrade Gomes e Kátia Maheirie (2011).

No caso dos artigos de Costa, Machado e Prado (2008) e de Rodrigues e Prado (2010), relativos à participação política e à constituição e dinâmica de um movimento social, respectivamente, observa-se uma proposta de articulação entre os conceitos de antagonismo e de hegemonia, propostos pela teoria democrática radical e plural, indi-

cando uma compreensão de democracia baseada na impossibilidade de uma sociedade reconciliada, com uma compreensão de identidade política como uma identidade coletiva politizada, sendo os autores influenciados pelo conceito de identidade coletiva proposto por Alberto Melucci. Assim, esses artigos, no que tange à compreensão do sujeito político, aproximam-se da vertente analítica *sujeito racional*, pois a análise depende do conceito de consciência política na explicação da politização das relações sociais. Rodrigues e Prado (2010) resgatam também na análise da constituição e dinâmica de movimentos sociais a noção de estrutura de oportunidades políticas, proposta por Sidney Tarrow, evidenciando ainda mais a influência racionalista no debate.

Mayorga, et al. (2008) também retomam o conceito de identidade coletiva na compreensão dos movimentos sociais, afirmando que é a partir deste conceito e de uma concepção de identidade influenciada pela noção de antagonismo que analisam o objeto de estudo do artigo, a participação política, levando a mesma proximidade com a noção de um sujeito racional já apontada. Ademais, é interessante considerar que Mayorga et al. (2008) discutem a articulação entre diferentes lutas políticas a partir do conceito de tradução de Boaventura Sousa Santos. Podemos entender que esse conceito, diferente do momento da articulação em Laclau (2005b), apresenta uma vinculação necessária a um processo emancipatório, o que acarreta na limitação da contingência, pois implica a existência de uma determinação anterior à própria articulação, como se os oprimidos guiassem sempre em direção ao progresso. Podemos questionar, desse modo, se a noção de tradução não estaria mais relacionada à noção de consciência do que à noção de identificação, portanto, a identidades coletivas politizadas. Cabe-nos considerar que Mayorga et al. (2008) trabalham com a noção de "conscientização política" na reflexão sobre as causas das desigualdades, ao mesmo tempo em que vinculam este caráter "crítico" a uma dimensão contra-hegemônica, caracterizada pela construção de novas formas de representação da realidade.

Gomes e Maheirie (2011), tendo por objeto a participação política, também apontam para a noção de antagonismo em conjunto com a noção de identidade coletiva, aproximando-se de um modelo de consciência política (sujeito racional). Apesar disso, os dois aspectos centrais enfatizados são a dimensão da afetividade e a noção de dialética.

A dimensão da afetividade é compreendida por Gomes & Maheirie (2011) a partir de Vygotsky, que a entende como central "na apropriação dos significados constituintes e constitutivos das/pelas experiências do sujeito" (p. 365); e a partir da noção de "conatus do ser humano, compreendido por Espinoza como uma força para existir e agir na vida" (p. 368). Noção espinoziana também utilizada no artigo de Barboza (2000), discutido na vertente sujeito ético-político.

Os processos de subjetivação-objetivação, considerados por Gomes e Maheirie (2011) como fundamentais à constituição da participação política, se apresentam a afetividade como "motor", são entendidos a partir da noção de "síntese dialética" (Vygotsky). As autoras concebem a dialética a partir da crítica a uma perspectiva que a compreende como síntese acabada: "A concepção dialética utilizada neste artigo se caracteriza por ser aberta e inacabada, marcando a transformação, e não a resolução, das relações contraditórias, ou seja, trata-se de uma perspectiva que critica a dialética como síntese acabada" (p. 364, nota de rodapé). Para tanto, recorrem a Sartre, afirmando o movimento de constante devir, caracterizado pela desconstrução e criação de significados.

Apesar das autoras citarem a noção de antagonismo e afastarem-se da noção de dialética como "síntese acabada", a compreensão do político em termos antagônicos não se coaduna com um movimento dialético e com uma "força" ("conatus do ser humano") que mobiliza o sujeito. A proposta das autoras aproxima-se mais da concepção observada em Barboza (2000).

Adrião e Toneli (2008), ao discutirem o sujeito do feminismo e as políticas de identidade no movimento feminista, criticam conceber o sujeito feminista em termos estáveis ou permanentes ou "como instância última e detentora de 'uma' identidade" (p. 466) e compreendem o feminismo em torno da utopia de uma política democrática radical. Essa utopia é entendida como a construção de uma política agonística que propõe "transformar o antagonismo de identidades em um agonismo de diferenças. Ou seja, em um pluralismo agonístico, porque onde as identidades se multiplicam, as paixões se dividem (Mouffe, s.d.2, pp. 267, 269-270, 274)" (p. 473, nota de rodapé), evitando o surgimento do antagonismo dentro da própria comunidade política.

Cabe-nos ressaltar que, como afirma Mouffe (2009), a política agonística não significa pôr fim ao antagonismo, uma vez que reconhece este como inerradicável. O que Mouffe propõe, e que podemos observar na compreensão de Adrião e Toneli (2008), é que um bom funcionamento democrático depende de um conflito vibrante de posições políticas, sendo o "eles" concebido não como um inimigo a ser destruído, mas como um adversário. Isto é, que, apesar dos desacordos sobre o sentido e a implementação dos princípios democráticos de igualdade e liberdade, que não são passíveis de solução racional (são antagônicos), tanto o "eles" como o "nós" compartilhem esses princípios na luta política.

As autoras se defendem, a partir de Mouffe, essa concepção sobre a constituição do sujeito político e sobre a democracia, afirmam trabalhar "com as definições de poder e discurso a partir da leitura de Michel Foucault (1984, 1994, 1998), bem como de

sua correspondência na obra de Judith Butler (1987, 1997,1998, 2003) e de Stuart Hall (1995, 2005)" (p. 473, nota de rodapé). É possível questionarmos esta articulação teórica devido a divergências em relação às noções de antagonismo em Mouffe e Laclau e às noções de poder e de discurso no pensamento de Foucault. Como vimos em Leite e Aragão (2010), na vertente analítica *Sujeito ético-político*, a compreensão da dinâmica política a partir do pensamento de Foucault traz implicações que impossibilitam a viabilidade do momento do antagonismo, o qual é fundamental à compreensão de Mouffe sobre sujeito político e sobre democracia. Quanto à noção de discurso, Laclau (2000/2003) critica a associação feita por Butler entre a noção de discurso em Foucault e a noção de discurso defendida por ele e por Mouffe, pois, segundo ele, trata-se de um erro, na medida em que a concepção de Foucault está fundamentada numa distinção rechaçada por eles: a distinção entre discursivo e não discursivo.

Quanto ao último artigo presente nesta vertente analítica, o artigo de Menezes e Castro (2006), as autoras abordam o debate sobre política e juventude. De acordo com as autoras, a multiplicidade de reivindicações em nome das diferenças no contemporâneo torna ainda mais problemático pensar as bases sobre os quais se fundam os laços da convivência. Segundo elas,

> Ao pensarmos tais bases no âmbito de uma perspectiva identitária do sujeito, ou de um campo político fundamentado na superação das diferenças em prol de um consenso a ser atingido, 'recalcamos' o conflito e a contradição do cenário político, esperando, assim, que ele venha a ser superado. (p. 18)

Neste sentido, criticam a concepção de democracia na abordagem racionalista do liberalismo político, baseada no consenso, afastando-se do "mito da sociedade transparente que, através do diálogo racional, poderia chegar a definir procedimentos tidos como verdadeiros e universais para a gestão da vida em comum" (Menezes & Castro, 2006, p. 18).

Outro aspecto a ser ressaltado no artigo é que se, por um lado, as autoras recorrem a uma noção de amizade no entendimento de formas de sociabilidade entre jovens e como modo de articular igualdade e diferença no interior de uma proposta democrática, apresentando uma preocupação em relacionar ética e política; por outro lado, sustentam a impossibilidade de uma junção entre esses elementos ao defenderem a compreensão de Mouffe da natureza do político como antagônica. Nesta medida, a ampliação de direitos localiza-se não no campo da multiplicidade, mas no reconhecimento da divisão como uma dimensão ontológica da dinâmica política, entendendo que "Hostilidade e conflito são aspectos ontologicamente constitutivos das subjetividades (pois a afirmação de cada sujeito se faz à custa da determinação de uma alteridade) e inerentes às sociedades humanas" (p. 31, nota de rodapé). Assim, ressaltam uma concepção de

amizade que recorda a noção de agonismo em Mouffe, isto é, um agonismo que não exclui o antagonismo, diferente do que vimos na vertente analítica *Sujeito ético-político.*

A proposta das autoras possibilita tanto a crítica à lógica racional e moral do liberalismo político, que concebe aqueles que se afastam do tipo de racionalidade desejada como sujeitos não-razoáveis; quanto a crítica à eticização da democracia que, na busca incessante pelo outro, crê na possibilidade de uma política não-excludente, acabando, como o liberalismo, por invisibilizar o momento do antagonismo.

Considerações finais

A análise da produção em psicologia social sobre ações coletivas e do comportamento político permitiu-nos observar modos distintos de compreender a constituição dos sujeitos políticos e a construção da democracia.

Cabe-nos ressaltar nos artigos, por um lado, a busca pelos autores em construir análises sobre ações coletivas e sobre comportamento político a partir de uma concepção psicopolítica, buscando-se afastar de perspectivas individualistas e a-históricas que marcaram a produção da psicologia social antes da emergência de sua crise nos anos 1970/1980. Por outro lado, a presença de um reducionismo econômico, a ênfase na noção de sujeito racional ou a proposta de uma junção entre ética e política, como discutimos, acarreta na invisibilidade do momento do antagonismo, o que resulta em implicações para os outros dois momentos também definidores do político e, consequentemente, para a compreensão de aspectos importantes ao nosso contexto histórico: a pluralidade de sujeitos políticos e a disputa por direitos democráticos.

A radicalidade da contingencia, aspecto fundamental para compreendermos a relação entre indivíduo e sociedade sem cairmos em determinações últimas e, assim, numa compreensão dicotômica entre indivíduo e sociedade, fica limitada diante do determinismo econômico na compreensão da sociedade e também diante dos pressupostos da racionalidade e intencionalidade dos sujeitos.

Estes mesmos aspectos limitam o momento da articulação, na medida em que no primeiro caso, as demandas democráticas podem acabar sendo concebidas em torno da dicotomia entre luta principal e lutas secundárias; e no segundo caso, estas demandas podem ser reduzidas a sua dimensão particular, circunscrevendo a luta política à gestão da positividade social. No caso da vertente analítica *Sujeito ético-politico*, pudemos observar a utopia de uma oposição completa ao instituído, seja em termos da construção de um campo da multiplicidade seja em termos de uma totalidade homogênea.

Ao tratarmos da vertente analítica *Antagonismo*, pudemos observar proximidades em alguns artigos com as vertentes *Sujeito racional e Sujeito ético-político*, ainda que utilizassem o conceito de antagonismo a partir da concepção do político em Laclau e em Mouffe. Concebemos que estas articulações teóricas podem ser decorrentes de três hipóteses.

Uma primeira hipótese é que, ainda que se identifiquem com algumas teorias, os autores buscam recursos em outras teorias, mesmo que não compartilhem de um mesmo princípio epistemológico e ontológico, a fim de encontrar conceitos úteis para a análise do fenômeno abordado. Outra hipótese é que, mais do que rupturas paradigmáticas, observa-se na psicologia social continuidades e descontinuidades na produção do conhecimento. Neste sentido, poderíamos entender a presença de conceitos como consciência e identidade juntamente com a noção de antagonismo. Uma terceira hipótese, que está relacionada a esta segunda, é que, na crítica a perspectivas individualistas e, ao mesmo tempo, a análises macroestruturais das relações sociais, mantém-se na psicologia social um modelo analítico que, com diferentes matizes, fundamenta-se no conceito de consciência.

Sendo objetivo deste artigo contribuir com o campo da psicologia social crítica brasileira, além das considerações realizadas sobre cada vertente analítica abordada, propomos que a concepção do político apresentada pela teoria democrática radical e plural é relevante para a construção de análises psicopolíticas sobre ações coletivas e comportamento político na psicologia social crítica. Ressaltamos, neste sentido, o resgate da tradição marxista, que orientou muitas das produções da psicologia social crítica no Brasil na emergência da crise da psicologia social (e que ainda é importante arcabouço teórico neste campo), no interior de uma postura não essencialista. Outros teóricos no Brasil têm realizado a crítica à utilização do marxismo na psicologia social brasileira, apresentando como saídas, por exemplo, perspectivas orientadas para a noção de *sujeito racional* (Camino, 1996) ou para a noção de *sujeito ético-político* (Aguiar & Rocha, 2007; Rocha & Pinheiro, 2011).

Por meio da teoria democrática radical e plural enfatizamos o resgate da tradição marxista a partir da radicalidade da contingência, propiciada pelo imaginário democrático moderno, e da inerradicabilidade do antagonismo como condições fundamentas para a concepção dos sujeitos políticos e da democracia no contexto histórico presente. Ressaltamos a importância de compreendermos a luta democrática como uma luta hegemônica em um terreno político não essencialista a partir desses dois aspectos, pois, deste modo, evidenciamos a necessidade da articulação entre demandas democráticas de diferentes sujeitos políticos na construção de uma política democrática radical e plural, e nos afastamos tanto da redução do campo do político à gestão da positivida-

de social, quanto de concepções de transformação social pautadas em determinismos, a priori, do sujeito e da sociedade.

Referências

Adrião, Karla G. & Toneli, Maria Juracy F. (2008). Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, *20*(3), 465-474. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000300017

Aguiar, Kátia F. & Rocha, Marisa L. (2007). Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos de análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *27*(4), 648-663. http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000400007

Alvarez, Sônia E.; Dagnino, Evelina & Escobar, Arturo (2000). Introdução: O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In Sônia E. Alvarez, Evelina Dagnino & Arturo Escobar (Orgs.), *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras* (pp. 15-57). Belo Horizonte: UFMG.

Azeredo, Sandra (1988). Relações entre empregadas e patroas: a interrelação do racismo e sexismo. *Psicologia & Sociedade*, *3*(4), 157-159.

Barboza, Daiani (2000). Cooperativismo, cidadania e a dialética da exclusão/inclusão: o sofrimento ético-político dos catadores de material reciclável. *Psicologia & Sociedade*, *12*(1/2), 54-64.

Butler, Judith (2000). El marxismo y lo meramente cultural. *New Left Review,* 2, 109-121.

Cardia, Nancy (1989). O papel de líderes intermediários nos movimentos sociais em favelas na cidade de São Paulo. *Psicologia & Sociedade*, *4*(7), 73-89.

Camino, Leoncio (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia & Sociedade*, *8*(1), 16-42.

Castro-Silva, Carlos R.; Hewitt, W. E. (Ted) & Cavichioli, Silvana (2007). Igualdades e dessimetrias: participação política em ONGs HIV/Aids do Canadá e do Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 79-88. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000200011

Costa, Frederico A. (2014). *A dimensão do político na Psicologia Social no Brasil (1986-2011): Uma análise da produção científica a partir da Teoria Democrática Radical e Plural.* Tese de doutorado inédita. Universidade Federal de Minas Gerais.

Costa, Frederico A.; Machado, Frederico V. & Prado, Marco Aurélio M. (2008). Participação política e experiência homossexual: dilemas entre o indivíduo e o coletivo. *Interamerican Journal of Psychology*, *42*(2), 325-337.

Fernandes, Sheyla C. S.; Costa, Joseli B.; Camino, Leoncio & Mendoza, Roberto (2006). Valores psicossociais e participação política de estudantes universitários de uma cidade do nordeste brasileiro. *Psicologia Política*, *6*(11), 35-64.

Fraser, Nancy (1997). *Justicia interrupta: Reflexiones críticas desde la posición "postsocialista"* (Magdalena Holguín & Isabel C. Jaramillo, Trads.). Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes.

Gomes, Marcela A. & Maheirie, Kátia (2011). Passe Livre Já: participação política juvenil na contemporaneidade. *Psicologia Política*, *11*(22), 359-375.

Gonçalves, Betânia D. (2009). Impactos da participação e da consciência política na vida das mulheres líderes em política. *Pesquisas e práticas psicossociais*, *3*(2), 199-213.

Iñiguez-Rueda, Lupicinio (2003). La psicologia social como crítica: continuísmo, estabilidad y efervescencias tres décadas después de la "crisis". *Interamerican Journal of Psychology*, *37*(2), 221-238.

Laclau, Ernesto (2000/2003). Construyendo la universalidad. In Judith Butler, Ernesto Laclau & Slavoj Zizek (Orgs..), *Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos en la izquierda* (pp. 281-306) (Cristina Sardoy & Graciela Homs, Trads.). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

Laclau, Ernesto (2005a). *La razón populista* (Soledad Laclau, Trad.). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

Laclau, Ernesto (2005b). Desconstruction, pragmatism, hegemony. In Chantal Mouffe (Ed.), *Descontruction and pragmatism* (pp. 49-70). London and New York: Routledge.

Laclau, Ernesto & Mouffe, Chantal (1985/2015). *Hegemonia e estratégia socialista. Por uma política democrática radical* (Joanildo A. Burity; Josias de Paula Júnior & Aécio Amaral, Trads.). São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq.

Lane, Sílvia T. M. & Codo, Wanderley (1987). *Psicologia social: o homem em movimento.* São Paulo: Editora Brasiliense.

Leite, Lidiane & Aragão, Elizabeth M. A. (2010). O exercício ético na constituição do sujeito político como cidadão. *Fractal: Revista de Psicologia*, *22*(3), 543-556. http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922010000900007

Mayorga, Claudia; Magalhães, Manuela S.; Patrício, Cláudio J.; Cruz, Daniel A. G. & Alves, Suellen G. (2008). O cultural e o político no coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais. *Pesquisas e práticas psicossociais*, *3*(1), 96-109.

Mendoza, Roberto & Camino, Leoncio (2000). Configuración del espacio político. El caso de los estudiantes brasileños. *Psicología Política*, *21*, 7-29.

Menezes, Jaileila A. & Castro, Lúcia R. (2006). Vicissitudes da subjetivação política juvenil na contemporaneidade. *Psicologia Política*, *6*(11), 13-34.

Montero, Maritza (2010). Crítica, autocrítica y construcción de teoria en la psicologia social latinoamericana. *Revista Colombiana de Psicología*, *19*(2), 177-191.

Mouffe, Chantal (1993/1996). *O regresso do político* (Ana Cecília Simões, Trad.). Lisboa: Gradiva.

Mouffe, Chantal (2009). *The democratic paradox*. Londres/New York: Verso.

Nunes, Aline V. L. & Camino, Leoncio (2011). Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito racial? *Psicologia & Sociedade, 23*(1), 135-143. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000100015

Pereira, Cícero & Camino, Leoncio (2003). Representações sociais, envolvimento nos direitos humanos e ideologia política em estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *16*(3), 447-460. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722003000300004

Prado, Marco Aurélio M. (2001). Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do nós. *Psicologia Política, 1*(1), 149-172.

Prado, Marco Aurélio M. (2002). A psicologia comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *15*(1), 201-210. https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722002000100021

Rocha, Tatiana G. & Pinheiro, Francisco P. H. A. (2011). Políticas cognitivas da psicologia comunitária: a meio caminho entre a recognição e a invenção. *Psicologia & Sociedade*, *23*(3), 486-495. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000300006

Rodrigues, Cristiano S. & Prado, Marco Aurélio M. (2010). Movimento de Mulheres Negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, *22*(3), 445-456. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000300005

Sandoval, Salvador A. M. (1989). Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. *Psicologia & Sociedade*, *4*(7), 61-72.

Sandoval, Salvador (2002). O que há de novo na psicologia social latino-americana. In Regina H. F. Campos & Pedrinho A. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana* (pp. 101-109). Petrópolis, RJ: Vozes.

Silva, Alessandro S. (2007). A Identificação de Adversários, de Sentimentos Antagônicos e de (In)Eficácia Política na formação da Consciência Política no MST Paulista. *Estudos e pesquisa em psicologia*, *7*(1), 105-126.

Torres, Ana Raquel R. & Camino, Leoncio (2011). Grupo social, relações intergrupais e identidade social. In Leoncio Camino, Ana Raquel R. Torres, Marcus E. O. Lima & Marcos E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias* (pp. 215-239). Brasília: Technopolitik.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

¿Del "alma bella" al "cuerpo feo"? Un análisis materialista de la subjetividad política

From the "beautiful soul" to the "ugly body"? a materialistic analysis of political subjectivity

Ana Cecilia González*; José Enrique Ema**

*** Universitat Autònoma de Barcelona; ** Universidad de Castilla-La Mancha; joseenrique.ema@uclm.es**

Historia editorial

Recibido: 13-01-2016

Aceptado: 05-02-2016

Palabras clave
Subjetividad Política
Alma Bella
Cuerpo
Psicoanálisis

Resumen

A la luz de los movimientos sociales y políticos en proceso de construcción en España, reflexionamos sobre las condiciones de posibilidad de un proyecto que resista frente a la inercia de la repetición y los impasses de antaño. Un proceso, en suma, capaz de mantener abierto cierto margen para el acontecimiento, y una de idea de lo común que no caiga en la trampa del Todo y sus efectos de segregación. Desde diferentes ángulos, se ha abordado la cuestión repensando el concepto de sujeto y/o subjetividad. Esta breve reflexión, en cambio, retoma la noción de "alma bella" según Hegel y luego Lacan, para producir un pequeño giro introduciendo la noción el "cuerpo feo" como alternativa a dicha posición subjetiva. Analizamos dos ejes: 1- cómo entender la "fealdad" del cuerpo sin caer en una propuesta dualista o idealista; 2- revisamos la noción lacaniana de "rectificación subjetiva" y su posible aplicación política.

Keywords
Political Subjectivity
Beautiful Soul
Body
Psychoanalysis

Abstract

In the light of the social and political movements currently developing in Spain, we reflect on the conditions of possibility of a project that resists repetition's inertia and previous impasses. A process, in short, capable of keeping an open angle to event and an idea of community without the trap of Totality and its segregation effects. Various approaches to such question have rethought the concept of subject and/or subjectivity. The present reflection, on the contrary, takes up the notion of "beautiful soul" by Hegel and then Lacan, in order to produce a small twirl by introducing the notion of "ugly body", as an alternative to such subjective position. The analyses takes two axes: 1- how to conceptualize the "ugliness" of the body, avoiding a dualistic or idealistic approach; 2- we examine de lacanian notion of "subjective rectification" and its political application.

González, Ana Cecilia & Ema, José Enrique (2017). ¿Del "alma bella" al "cuerpo feo"? Un análisis materialista de la subjetividad política. *Athenea Digital*, *17*(1), 231-248. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1797

Introducción

A la luz de los movimientos sociales y políticos abiertos en España en la actualidad, reflexionamos acerca de las condiciones de posibilidad de un proceso político emancipador que no se encierre en la inercia de la repetición y los *impasses* totalizantes de antaño. Un proceso capaz de abrir nuevas posibilidades y nociones sobre la vida en común que no caigan en la trampa del idealismo (por ejemplo, bajo la imagen de una sociedad reconciliada y armónica sin relaciones de poder) y sus efectos de segregación más radicales, precisamente los que aparecen cuando el orden social se reclama como definitivo, total y sin exclusiones.

Nuestra reflexión parte de la atención a los procesos de subjetivación política como condición (y consecuencia) necesaria de la política emancipatoria. No hay transformación política viable y durable sin transformación subjetiva. Sin embargo consideramos, y este es el punto de partida de nuestro trabajo, que no toda subjetivación política crítica (antagonista, opuesta al orden establecido, etc.) es inherentemente transformadora. Ejemplificamos esta cuestión con la figura del "alma bella", reformulada por Lacan a partir de la lectura de Hegel (Hegel, 1807/1966; Lacan, 1966/2002), que, aunque rechaza y critica el orden del mundo y se sitúa ante él como una entidad pura no contaminada por él, finalmente lo produce activamente como su exterior constitutivo en la medida en la que ese mundo que critica es necesario para sostener su propia posición narcisista.

A partir de la presentación de esta noción discutimos las implicaciones de plantear una suerte de "cuerpo feo" como alternativa a ella en función de las siguientes preguntas: ¿qué cuerpo hace falta para llevar adelante un proceso político transformador?, ¿un "cuerpo feo", que "sabe" que forma parte de lo que hay?, ¿qué posición subjetiva implica esto?, ¿cuál sería su relación con el alma bella?, ¿de qué "fealdad" se trata?, ¿cómo hacer advenir esta subjetividad corporeizada?

Tras discutir con el "cuerpo feo" proponemos entender el cuerpo como lugar de la experiencia de la extimidad, de lo ajeno, extraño, radicalmente otro, que es constitutivo de la propia posición subjetiva y funciona como condición del vínculo con la situación. Finalmente, a través de tres ejemplos teóricos (rectificación subjetiva, Lacan; hegemonía, Laclau y Mouffe; y proceso de verdad, Badiou) terminamos de caracterizar nuestra propuesta de subjetividad corporeizada para la política.

En la medida en la que el lugar del cuerpo es el de la experiencia de la extimidad él puede funcionar también como soporte de un proceso de verdad, dividido entre las condiciones de la situación en las que ha de participar (hegemonía), y la novedad que puede abrir en tanto que sujeto deseante capaz de sostener una intervención sin garantías en la realidad (rectificación subjetiva).

La política del alma bella o cómo hacerse un lugar sin riesgo, es decir, finalmente sin política

Aunque la noción de alma bella tiene un origen anterior, es Friedich Schiller (1793/1985) quien la utiliza inicialmente en el sentido que tomamos en este texto. A modo de reacción romántica frente al racionalismo ilustrado pretende señalar con ella la encarnación de la moralidad, no como regla o deber, fruto de la voluntad, sino como

expresión espontánea de la sensibilidad natural del sujeto. Hegel criticó está noción, al igual que hizo Nietzsche posteriormente, llegando hasta nuestros días como expresión que descalifica a quien, por mantener la pureza de sus ideales, no se compromete en la transformación efectiva del mundo, ya que ésta siempre presentará alguna contradicción con aquellos.

Nosotros retomamos este sentido, pero haciendo hincapié en los elementos subjetivos implícitos en esta toma de postura y en sus repercusiones políticas. Para ello recurrimos al hilo que vincula a Lacan, con Freud y con el propio Hegel y que Slavoj Žižek (2011/2013) delimita con precisión en uno de sus textos sobre Hegel.

Žižek se refiere al alma bella indicando cómo describe de modo crítico el estado deplorable del mundo como si ella misma no participara de él, observándolo como desde fuera, "objetivamente". Al hacer esto puede dotarse de una cierta consistencia subjetiva, aunque sea en la posición de víctima que necesita de la maldad del mundo para mantenerse a salvo, incontaminada, conservando su pureza y su inocencia. Y prosigue:

> La crítica hegeliana del 'alma bella' no consiste meramente en reprocharle que hable en lugar de actuar, que se contente con deplorar el estado del mundo sin hacer nada por cambiarlo; el 'alma bella' es responsable del estado que deplora de una manera mucho más radical: al quejarse de su 'inadaptación' al mundo cruel, 'está perfectamente adaptada a ese mundo puesto que participa de su creación' (Lacan, 2002, p. 596). La red de relaciones intersubjetivas en el marco de la cual el alma bella desempeña el papel de víctima no puede reproducirse sin que el 'alma bella' consienta en desempeñar ese papel. La apariencia de una constatación de los hechos ('estos hechos están ahí, corresponden a la realidad...') disimula la complicidad, el consentimiento, hasta la voluntad activa de cumplir con aquel rol y de permitir de ese modo que se reproduzca la situación de la que se queja. (Žižek, 2013, p. 95)

Por ello, la posición del alma bella supone la cancelación de la política en la media en la que el mundo y sus posibilidades se cierran bajo una mirada en la que nada puede modificarse, en la que es necesario que las cosas sigan como están para que paradójicamente pueda mantenerse la propia posición subjetiva de insatisfacción inconformista con ellas.

Si el alma bella nos lleva a este camino sin salida ¿qué figura subjetiva podría funcionar como alternativa a ella? El intento de responder a esta pregunta nos lleva a plantearnos las posibilidades a las que nos invita el juego con sus antónimos, frente a un alma bella, pensemos en un cuerpo feo.

El cuerpo feo como alternativa fallida. El cuerpo éxtimo

Acerca de la fealdad del cuerpo: algunas claves de lectura

El cuerpo (feo) modesto que se da cuenta

Una primera clave de lectura permanece anclada en el sentido común, oponiendo la fealdad del cuerpo a la belleza del alma: el cuerpo feo sería entonces el que se implica, se incomoda, se exaspera, arremete, pelea, se cae y se levanta. Y a veces consigue algo.

Acorde con la filosofía de la consciencia bastaría una decisión voluntaria para sacudirse la posición de alma bella y lanzar el cuerpo a la arena política, para luchar y darlo todo al estilo "sangre sudor y lágrimas". Según la crítica ideológica en su modalidad "clásica" —por no decir ingenua—, bastaría con develar la "agenda oculta" del alma bella, para movilizar al cuerpo feo en pos de la emancipación.

Incluso si procuramos anclar la "modestia" del cuerpo echando mano del par de categorías actualmente en boga para pensar la corporalidad, a saber, vulnerabilidad y precariedad[1], la perspectiva derrapa en mero voluntarismo si recurre al "darse cuenta", "asumir" o "aceptar" la propia vulnerabilidad/precariedad, y al mismo tiempo eleva las expectativas respecto de la agencia conferida al cuerpo, como antídoto a las pretensiones del alma.

La objeción general que les cabe a las aproximaciones antepuestas es que dejan intacto el dualismo, anclado en la tradición metafísica, aun cuando el elemento valorado ahora esté del lado del cuerpo. En definitiva, estas versiones vehiculan, de manera más o menos explícita, la creencia de un yo-cuerpo fuerte, autónomo, amo de sí mismo, lo cual implica desconocer, entre otras lecturas críticas, el descentramiento producido por el inconsciente freudiano, y, más tarde, lo real lacaniano, aquello que formando parte de la realidad no puede ser simbolizado, ordenado o capturado por estructura de significación alguna.

En cambio, haciendo uso justamente de esta perspectiva es posible eludir la trampa narcisista de la posición sacrificial ("sangre, sudor y lágrimas") y advertir el carácter fantasmático de toda ideología (Žižek, 1992/2001). En efecto, ella funciona mejor allí donde *creemos* que termina, es decir, en el punto en el cual nos "damos cuenta" de algo

[1] Estos términos, aunque provenientes de tradiciones diferentes, con frecuencia son utilizados como sinónimos. La vulnerabilidad ha sido promovida por autoras del campo del feminismo y la teoría *queer*, como Adriana Cavarero (2009) y Judith Butler (2004/2006), y remite al campo epistémico y semántico de los estudios contemporáneos del cuerpo, tomando un matiz ontológico. La noción de precariedad cobra relevancia en el post-operaísmo italiano (en autores como Toni Negri, Paolo Virno, Mauricio Lazzarato), y en ese contexto brinda la clave de las condiciones de producción del capitalismo post-fordista, que estos autores denominan "precariado".

con un grado de evidencia difícil de conmover. Incluso más: no es que la realidad esté ideologizada, sino que la realidad misma es siempre ya fantasma ideológico que pretende domesticar lo real.

El cuerpo (feo) como potencia inmanente (o como imaginarización que finalmente reintroduce una lectura metafísica)

Una segunda opción resulta de situar la propuesta en un cierto linaje, el que ha hecho de la reivindicación del cuerpo un caballo de batalla contra las veleidades y estragos de la metafísica. Mediante una operación de inversión imaginaria —que suele atribuirse a Nietzsche y/o Spinoza— el cuerpo, invisibilizado y denigrado (allí su fealdad) por la tradición, pasa a ser objeto de reivindicación, se le supone un cierto saber, así como capacidad de acción y transformación (según la noción contemporánea de "agencia"[2]). En esta senda se han adentrado importantes pensadores, de suerte que otra manera de entender la relación alma bella/cuerpo feo es la propuesta de Michel Foucault, quien invierte la perspectiva tradicional cuando afirma que el alma es la prisión del cuerpo (Foucault, 1975/2002). Si el alma es a la vez efecto e instrumento de una "anatomía política", se trataría entonces de rastrear las condiciones de posibilidad histórico-epistémicas que han hecho del "alma bella" uno de los mecanismos de control y disciplinamiento de los cuerpos.

¿Qué noción de cuerpo, entonces, que resulte capaz de contrarrestar el efecto alma bella? Foucault aborda la cuestión, en primer lugar, con una noción de escritura capaz de reescribir el cuerpo, concebido como texto[3]. Más tarde se remontará a la Antigüedad clásica, en busca de unos placeres "otros"[4] con los cuales dar consistencia al cuerpo como potencia transformadora capaz de eludir los dispositivos de poder.

Por otra parte, la idea de un cuerpo como potencia inmanente atraviesa también algunas corrientes del pensamiento político contemporáneo como, por ejemplo, los trabajos de Michael Hardt y Antonio Negri (2000/2002) hasta algunas propuestas femi-

[2] Este término se traduce del inglés *agency*, que remite a la condición de un "agente." La traducción al castellano es un tanto forzada y confusa, pero así se ha establecido en la bibliografía especializada, aunque más recientemente se ha empezado a optar por "agentividad".

[3] La incidencia de esta noción puede constatarse en múltiples pasajes. Por ejemplo, en el artículo titulado *Nietzsche, la genealogía y la historia* el filósofo sostiene que "El cuerpo es superficie de inscripción de los sucesos" (Foucault, 1971/1988, p. 26); en *La arqueología del saber*, afirma: "Más de uno, como yo sin duda, escriben para perder el rostro", pues entiende la escritura como un medio privilegiado de la invención de sí mismo.

[4] Evidentemente aludimos al segundo tomo *Historia de la sexualidad*, cuyo subtítulo es *El uso de los placeres* (Foucault, 1984/2005). Esta idea está presente en su trabajo sobre Herculine Barbin, donde se refiere a su uso de la "multiplicidad de placeres", como si fueran previos a las limitaciones e imposiciones del dispositivo cultural y normativo del "sexo", tal como es descrito por el propio Foucault (1976/2008) en la *La voluntad de saber*. Butler (1990/2007) ha efectuado una crítica aguda de estas ideas en el libro que la hizo célebre: *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*.

nistas (Balza, 2014). Sin que resulte posible analizar aquí estas teorías con detenimiento, sólo señalaremos que cierta lectura inmanentista (en deuda con Deleuze y Guattari) de los textos de Spinoza lleva a pensar el cuerpo como potencia natural, ya dada, constreñida por la vida cultural y los mecanismos de control, que podría liberarse haciendo saltar las barreras sociales. El cuerpo puede resultar así sustancializado y esencializado, reintroduciendo paradójicamente la misma miranda esencialista-metafísica de la que se pretendía escapar.

El cuerpo (feo) como abyección (previa) o como derrape/error performativo

Otra alternativa posible es entender la fealdad del cuerpo como abyección, según la modalidad que inundó ciertas corrientes del arte contemporáneo, haciendo síntoma de mostración, exhibiendo cuerpos mortificados y doloridos, fluidos corporales, desechos y partes disjuntas. El cuerpo feo, entonces, como aquel que se rebela contra el mandato estetizante, que se exhibe en su abyección. El problema de esta alternativa es que se funda sobre el fantasma de un cuerpo anterior a la marca de la cultura, un cuerpo desublimado, carnal, incluso animal, como el que describen Yves-Alain Bois y Rosalind Krauss (1997) siguiendo la noción de "lo informe", tomada de Georges Bataille. Esta versión incurre en una contradicción performativa, porque el cuerpo sólo puede ser aprehendido como abyecto si ha sido marcado/sancionado como tal por la cultura.

También podría entenderse la fealdad/abyección —según la línea elaborada por Judith Butler (1993/2002)— como una operación de catacresis al estilo *queer*, es decir, como el desplazamiento de la norma efectuado por los cuerpos que no se avienen a ella. Entonces, el cuerpo feo/abyecto sería aquel que resiste la norma mediante la mera inadecuación, que reivindica su carácter de anormal hasta hacer de la anormalidad la norma. El alma bella sería entonces la reivindicación cuasi-delirante de una norma que sólo la denuncia machacona de los desórdenes del mundo hace existir, al dar por supuesto cómo "deberían" ser las cosas —poniendo en juego el revés mortificante del ideal, es decir, la exigencia superyoica, teniendo en cuenta la voracidad que Freud le atribuyó a esta instancia moral, que más exige cuanto más se renuncia (Freud, 1929/1992). El obstáculo que esta opción presenta es que, tal como la propia Butler advierte, su empresa teórica se rebela contra la norma heterosexista, pero no deja de tener en sí misma una dimensión normativa "positiva", al prescribir la necesidad de que los cuerpos abyectos importen, que los límites de lo inteligible y lo habitable se ensanchen para darles cabida. Por tanto, no sale de la posición normativa, tampoco de la lógica identitaria[5].

[5] Sin que quepa aquí extendernos sobre este punto, sólo vale recordar que Butler sostiene la categoría de identidad a lo largo de sus reflexiones sobre el género, y que la noción de cuerpo abyecto se articula con la noción de "norma heterosexista".

Más grave incluso, el punto ciego de esta teoría es el goce[6] de la excepción[7] que sostiene la posición de abyección, de suerte que el cuerpo feo, así entendido, no sería sino el reverso adherido al alma bella, la otra cara de la misma moneda. La de Butler es una suerte de visión heroica de los cuerpos abyectos, que desconoce el goce que se enquista al asumir la posición de abyección y/o excepción respecto de la norma. El sujeto de este goce, más que subvertir la norma, necesita de ella para subsistir en su goce, y por ende contribuye activamente a su mantenimiento. En este punto es necesario recordar la distinción entre la voz pasiva y la reflexiva, retomada por Lacan (1964/1999) en su aguda lectura de la gramática pulsional freudiana. La voz reflexiva denota la estrategia fantasmática del sujeto, y por ende "hacerse abyectar", bien puede designar la raíz pulsional del cuerpo feo. De este modo la noción de abyección se articula fácilmente con el proceso de (auto)victimización que culmina en la coagulación de una identidad consistente: la víctima que reclama incasablemente su condición de excepción, por haber sufrido un perjuicio.

Entonces, para decirlo retomando los términos de Jean-Luc Nancy (2004/2010) el alma (bella) no es más que la extensión del cuerpo (feo), que goza de espaldas al yo. Dicho de otro modo: el revés del alma bella es un cuerpo feo, que goza el goce neurótico de la víctima abyecta.

Cuerpo y extimidad

El recorrido por las opciones precedentes y los callejones sin salida en que ellas desembocan —demostrando lo imprescindible de tomar en cuenta la incidencia del inconsciente y el goce en la elucidación de los procesos políticos— permite extraer una serie de conclusiones. Lo primero que resulta evidente es que no cabe situar al "cuerpo feo" como alternativa frente al alma bella, porque de este modo se reproduce el esquema que se busca desarticular, lo cual denota cierto encierro conceptual, es decir, la impotencia de producir una categoría externa al circuito. En efecto, y como segunda conclusión, los *impasses* enumerados se reducen a dos opciones: o bien se erige el fantasma de un cuerpo previo/externo a la marca cultural, o bien se promocionan unas no-

[6] El concepto de "goce", introducido en la teoría psicoanalítica por Jacques Lacan, desde el inicio de su enseñanza, pero con más fuerza conceptual en el seminario *La ética del psicoanálisis* (Lacan, 1960/2009), designa la satisfacción de la pulsión, que, por ser una exigencia constante, va "más allá del principio del placer," como señala Freud. Por lo tanto, es una satisfacción paradójica, que puede ser cercana al sufrimiento, incluso al dolor. Pero ante todo se trata de una satisfacción cuyas condiciones permanecen inconscientes para el sujeto que la porta, que no obstante se aferra a ella.

[7] "Los de excepción" es uno de los "tipos de carácter" descritos por Freud (1916/1992), que se caracteriza por el repliegue narcisista de quien, habiendo sufrido alguna clase de perjuicio (enfermedad, invalidez, infortunio), considera que puede y *debe* ser eximido de someterse a las leyes y requerimientos de la vida en común, reclamando para sí la condición de excepción. Paul-Laurent Assoun (1999/2001) extrae las consecuencias de esta posición, tanto para la clínica como para la cultura.

ciones de cuerpo que consolidan la cerrazón del yo, cuya "función de desconocimiento"—Lacan *dixit*— lo yergue en alma bella estructural que excluye, no sólo lo que rechaza de sí —y allí su goce—, sino las condiciones mismas de su constitución.

Como resulta evidente, estamos lidiando con un problema topológico, con el que las propuestas teóricas tropiezan una y otra vez: o la posibilidad de emancipación se ubica *afuera* (de la cultura, el significante, el discurso, el poder), o permanecemos encerrados *dentro* de la esfera de la filosofía de la consciencia y se deslizan nociones voluntaristas como "asumir", "hacerse cargo", etc. En definitiva, toda la cuestión se reduce a una oposición dicotómica: o todo dentro, o todo fuera.

Para sortear el obstáculo y procurar extraer sus incidencias políticas, proponemos echar mano de la noción de "extimidad", acuñada por Lacan en 1960, para designar una "exterioridad íntima", es decir, una topología[8] capaz de subvertir el binarismo dentro/fuera en el que se sostienen el alma bella y el cuerpo feo.

Como señala Jacques-Alain Miller (2010), el neologismo lacaniano tiene una formulación paradójica: se construye sobre "intimidad" pero no es su contrario, sino que se trata de lo más íntimo que *sin embargo* está en el exterior, como *un cuerpo extraño*. Aunque Lacan jamás calificó al cuerpo como éxtimo, es factible articular ambas nociones teniendo en cuenta otras ideas lacanianas: el cuerpo no es del orden ser, sino del tener[9], y por eso mismo deviene extraño cuando nos vemos confrontados con la fractura constitutiva de la intimidad y la identidad consigo mismo, cuando el cuerpo es el Otro, como afirma en *El reverso del psicoanálisis*. De allí deriva el sentimiento de extrañeza de estar localizados en un cuerpo. El cuerpo, entonces, es donde hacemos experiencia de lo éxtimo, que a menudo cobra el cariz de "lo ominoso" descrito por Freud (1919/1992, p. 134). Además, el cuerpo es éxtimo en relación con el lenguaje, puesto que ambos mantienen una relación de íntima exterioridad que denominamos goce. En efecto, Lacan entiende el goce como resultado de la singular relación entre cuerpo y lenguaje. En sus palabras, el cuerpo "no se goza sino corporeizándolo de manera significante" (Lacan, 1973/2009, p. 20). Y este cuerpo concebido como sustancia gozante —*no sin* el significante—, difiere radicalmente del cuerpo de la unidad imaginaria (o alma bella) frente al cual aquel se erige como objeción.

[8] Que Lacan concibió de entrada la extimidad como una noción topológica podemos verificarlo si ponderamos el pasaje en que formula por primera vez el neologismo: "Quizás lo que describimos como ese lugar central, esa exterioridad íntima, esa extimidad que es la Cosa, esclarecerá la pregunta que aún subsiste, el misterio incluso que representa para quienes se interesan en el arte prehistórico –a saber, precisamente su emplazamiento." (Lacan, 1960/2009, p. 171).

[9] Lacan sostiene este axioma desde los inicios de su enseñanza, como puede verificarse en "Joyce el Síntoma", en los *Otros escritos* (Lacan, 2001/2012).

El cuerpo no es externo al significante y por ende tampoco es externo al discurso (en el sentido de Lacan) ni al poder (en el sentido de Foucault), sino que mantiene una posición de extimidad respecto de ellos, constituye una exterioridad interna ineludible. En consecuencia, y justamente porque supone un hiato o fisura irrenunciable, el cuerpo, así entendido, es condición de posibilidad y a la vez está expuesto a los avatares de lo político en cuanto tal. Incluso más, una política podría definirse por el tratamiento que confiere al cuerpo en tanto que extimidad, es decir, en tanto que goce. Así, a modo de ejemplo, Miller (2010) enumera entre los "envoltorios" del hiato éxtimo, la figura del amo tradicional, quien libera de la extimidad porque la ubica como una opresión externa, lo cual permite comprender el enganche subjetivo de la "servidumbre voluntaria". Otro ejemplo es el racismo, en el que el hiato éxtimo se clausura mediante el odio al otro extranjero, el diferente, que goza de otro modo, y a quien se le atribuye algo del propio goce rechazado.

A contrapelo de las opciones anteriores, una "política de lo real" (en el sentido lacaniano del término) sería aquella que, en vez de obturar el hiato de la extimidad, logre hacer de él un resorte fundamental. Para ello hace falta adoptar una posición materialista que ubique el cuerpo como el sitio en que tiene lugar cierto desencuentro o dislocación —ya como falta, ya como exceso— que hace imposible la clausura del alma bella. Se trata entonces de alojar la tensión inherente al discurso entre la encarnación y su difracción o falla, que permite hacer lugar a cierta sustracción, fuga o novedad en relación al poder y sus modos de captura simbólico-imaginarios.

Entonces, una política corporeizada no es una política que toma el cuerpo como lugar de una certeza olvidada que ahora podría ser recuperada para clausurar definitivamente el hiato éxtimo. Por el contrario, la política implica la experiencia de lo imposible, de lo que no encaja, lo que no marcha bien, lo que no admite solución definitiva. Dicho de otro modo: la condición necesaria de lo político es hacer experiencia de que la única solución definitiva pasa por convivir con la imposibilidad constitutiva, con el hiato de la extimidad. Esta es una condición necesaria, pero no suficiente, porque la política requiere algo más. Parafraseando a Freud, hace falta "una nueva acción psíquica" (Freud, 1914/1992, p. 74) para eludir las trampas imaginarias de la impotencia y el resentimiento, para sostener la imposibilidad como apertura, como condición de una apuesta relanzada a perpetuidad.

De clínica y política. Más allá del alma bella: rectificación subjetiva, hegemonía y proceso de verdad

¿De qué modo podemos poner en diálogo esta noción de cuerpo éxtimo con una posición subjetiva alternativa a la del alma bella? En este apartado damos cuenta de ello vinculando tres conceptos teóricos para terminar de dar forma a nuestra propuesta.

La corporeización subjetiva: la "rectificación subjetiva" como "inversión dialéctica" en el texto de Jacques Lacan

A la luz de los tanteos del punto anterior, conviene desplazar la pregunta: ¿cómo resituar los términos en pos de un proyecto emancipatorio? ¿es posible, para decirlo en términos más lacanianos, articular de otro modo la cópula imposible entre cuerpo y significante? ¿cómo operar un desplazamiento? Esta empresa no es sino la apuesta del psicoanálisis en la clínica, que es uno por uno, pero resulta de difícil, sino imposible, traducción a lo colectivo, razón por la cual los psicoanalistas no pueden dejar de intentarlo.

De acuerdo con lo formulado por Lacan acerca del caso Dora en *Intervención sobre la transferencia* (Lacan, 1966/2002) la rectificación subjetiva se produce por efecto de la intervención del analista, mediante *una serie* de "inversiones dialécticas".

La primera de tales inversiones apunta directo al alma bella cuando éste le espeta al analizante: "mira cuál es tu propia parte en el desorden del que te quejas", que apunta a poner en evidencia la división subjetiva. Pero la cosa no acaba allí: a esta intervención, que relanza el trabajo analítico, le siguen otras. Y es que no basta con efectuar un primer movimiento. Si la cosa se quedara ahí, derraparía en moral superyoica, es decir en una intervención culpabilizadora que mortifica sin incidir sobre la posición subjetiva, reforzando la represión. Un claro y actual ejemplo es el "hemos vivido por encima de nuestras posibilidades" con que se ha buscado culpabilizar a la ciudadanía por la crisis financiera e inmobiliaira en España. Por el contrario, Lacan muestra, que, si bien Freud acierta el primer tiro, es decir, la implicación del Dora en el desorden que denuncia (Freud 1905/1992), no logra escuchar/interpretar su deseo, que apunta al "cuerpo blanquísimo" (Lacan, 1966/2002, p. 209) de la Sra. K. Y es que, desorientado por cierto prejuicio heterosexista, Freud la reenvía al Sr. K. y ella le responde marchándose con un portazo, a seguir gozando su bella indiferencia. Podríamos quizás sacar la siguiente indicación: **de nada vale la intervención que apunta a la implicación subjetiva, si no le sigue otro movimiento capaz de hacer advenir un deseo.** Es decir, una intervención que haga lugar, incluso que haga existir un deseo.

Así, si tomamos la perspectiva de Lacan, y para recapitular, ni la apelación a la voluntad, ni la sola crítica ideológica, ni la inversión imaginaria de "valor" del cuerpo, ni la apelación al fantasma de un cuerpo que ha roto las cadenas estetizantes impuestas por la cultura, ni un cuerpo que en su fealdad abyecta interpela las normas hegemónicas, alcanzan para operar una rectificación subjetiva. Hace falta poder hacer lugar a un deseo, porque sólo el deseo es capaz de movilizar un proceso transformador, de la índole que fuere.

El cuerpo de la necesidad, el cuerpo ciego por la privación (sin casa, sin trabajo, incluso, sin miedo) es un cuerpo que se arroja hacia adelante, que empuja con la fuerza de la desesperación. Pero para perdurar en el tiempo, para soportar las idas y vueltas de un proceso político hace falta un nuevo deseo. Un deseo que procure una transformación de la posición subjetiva.

El deseo vale entonces como término que permite otra articulación entre alma y cuerpo: ¿cuál es el cuerpo capaz de parir otro deseo? ¿o qué deseo es capaz de engendrar otro cuerpo? Hace falta un deseo que sea capaz de engendrar otro régimen de goce, y ahí el cuerpo, otra vez, en medio del entuerto.

De la lógica hegemónica (Laclau y Mouffe) al cuerpo en un proceso de verdad (Badiou)

Aun sin forzar un paralelismo imposible entre psicoanálisis y política, existen modos de entender las prácticas y los actores colectivos alternativos a la figura del alma bella en los que podemos reconocer un cierto parecido de familia con lo que hemos presentado en relación al sujeto, la extimidad y el deseo en la clínica psicoanalítica. Encontramos esta posibilidad en algunas de las respuestas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe y Alain Badiou en torno a una pregunta similar: ¿cómo podemos pensar el cambio político, la novedad que efectivamente modifica el escenario dominante incorporando algo que se escapa a su gobierno y control?

Pensemos, en primer lugar, en la noción de hegemonía tal y como ha sido desarrollada por Laclau y Mouffe (1985/1987). Ellos entienden el proceso de constitución de una nueva hegemonía sin reservar o proponer un lugar exterior a las coordenadas del orden establecido que pudiera irrumpir desde fuera modificando de un plumazo la situación (por ejemplo, mediante una confrontación superadora de la ideología burguesa dominante derrotada por la ideología de clase de los grupos subordinados). No, las transformaciones políticas operan en el interior de la formación hegemónica establecida rearticulando sus marcos de sentido y sus relaciones de poder, es decir, jugando en sus propias coordenadas. No funcionan como victoria o sustitución de una determina-

da configuración política, en bloque, por otra, confrontadas ambas como entidades completamente separadas y perfectamente delimitadas previamente antes del conflicto político. Tal y como hemos afirmado en otro lugar:

> No se trata, por tanto, de imponer a la realidad un paquete de nuevas ideas que sustituyan a las viejas, sino más bien de liarse a tejer y destejer sentido común compartido utilizando los mimbres de lo que hay para que pueda ser otra cosa. (Ema, 2015, p. 76)

Es necesario, por tanto, participar en la situación para que algún tipo de desplazamiento, novedad o ruptura pueda advenir en ella. Y aquí el concepto de articulación (Laclau y Mouffe, 1985/1987) nos ofrece alguna pista clave. Con él se señala que la política no se produce mediante la expresión de algún tipo de necesidad previa al juego de relaciones y prácticas políticas, sino mediante la propia relación (de articulación) que modifica y re-constituye a los viejos elementos que se vinculan políticamente (las identidades, las demandas y propuestas políticas, etc.) para así hacer de ellos momentos de una nueva articulación diferente a la anterior. Entender la política como articulación supone, por tanto, aceptar que no hay novedad que no esté relacionada con la situación en la que emerge como ruptura, sustracción o desplazamiento.

Para ejemplificar esta cuestión podemos recordar la escena de la película *Mary Poppins* (Disney y Stevenson, 1964) en la que la protagonista llega por primera vez a la casa en la que finalmente trabajará. Es el momento de la entrevista en la que el empleador, Mr. Banks, desde su posición de poder quiere seleccionar a la candidata ideal de acuerdo a sus presupuestos establecidos (seriedad, austeridad, rigor, mano dura con los niños, etc.) Sin embargo, la protagonista logra revertir la situación pasando ella misma a ocupar el lugar de la entrevistadora que decide si quiere aceptar el trabajo de acuerdo a sus criterios contrahegemónicos (los mismos criterios más liberales, alegres y flexibles que los propios hijos de Mr. Banks le habían propuesto sin éxito a su padre anteriormente).

Mary Poppins juega en las mismas coordenadas del escenario dominante, aprovecha lo que, formando parte de ella, es declarado como imposible y debe permanecer excluido (el deseo de los niños, secundario para el modelo de familia decimonónica patriarcal que la película cuestiona) para articular una nueva configuración hegemónica contando con elementos de la anterior. Merece la pena contrastar el estilo hegemónico de nuestra heroína con la caricatura testimonial del sufragismo de la madre que reclama fuera del orden establecido, de la casa, que cambien las normas sin tocar la correlación de fuerzas realmente existente en ella, aceptando y reforzando el reparto tradicional de los roles sexuados en el espacio doméstico.

Las nociones de hegemonía y articulación nos permiten pensar una práctica política alternativa a la del alma bella. Con ellas podemos reconocer la tensión constitutiva de la política que quiere cambiar efectivamente las cosas, la que opera vinculando la novedad política, que aparece como excepción a lo que hay, con las condiciones de posibilidad de su emergencia presentes en la situación. Lo nuevo ocurre en la situación, pero no puede aparecer como una mera recomposición de lo existente, como un resultado prefijado en las propias condiciones antecedentes. Si fuera así no habría novedad alguna, sino mera evolución natural de lo que ya estaba latente. Para pensar está tensión que divide a la novedad política (en deuda con sus condiciones, pero no determinada por ellas) recurrimos a la teorización de Alain Badiou sobre el acontecimiento. En ella vamos a poder encontrar, además, una noción de subjetividad a la altura de la extimidad del cuerpo que hemos propuesto anteriormente.

El interés de sus aportaciones tiene que ver con los avances de su último gran libro filosófico, *Lógica de los mundos*. Badiou (2006/2008) está preocupado por enfrentar la lógica dominante de nuestro tiempo, en sus palabras, el "materialismo democrático", que reduce nuestra vida a la pluralidad de opiniones (y lenguajes) dentro de un marco de posibilidades dadas, no modificables y que hacen de la satisfacción de las necesidades del cuerpo, biológico, el destino de la vida contemporánea. Es decir, en la medida en la que somos cuerpos-animales solo podemos aspirar a cumplir un programa de satisfacción, o de protección, de nuestras necesidades finitas para evitar recibir daño. No hay posibilidad de transformación política bajo este horizonte que homogeneiza las diferencias como únicamente opiniones y lenguajes particulares y que reduce el cuerpo a su animalidad de modo tal que, ni cuerpos, ni lenguajes, puedan suponer impugnación alguna al orden establecido.

Frente a esta lógica "materialista democrática" Badiou propone como alternativa una "dialéctica materialista" cuyo axioma sería: "no hay más que cuerpos y lenguajes, sino que hay verdades" (Badiou, 2006/2008, p. 20). Con él, además de reconocer efectivamente nuestro carácter de "animales del lenguaje", afirma que no todo termina y se clausura en ello. Cabe la posibilidad, a veces rara y difícil, de las verdades, de la excepción y la novedad frente a la naturalización totalizante de lo que hay (cuerpos y lenguajes) como lo único posible. Badiou, en deuda con Lacan, considera las verdades como excepción a los saberes de la situación, en términos políticos, como posibilidad de novedad y ruptura con lo hegemónico dominante.

En el edificio teórico badiouano la novedad, el cambio, es explicado a partir de su noción de acontecimiento. Con ella, el filósofo señala la posibilidad de irrupción de una auténtica excepción a la situación, algo que no puede ser ordenado, capturado y codificado por ella (en resonancia con lo real lacaniano). Un acontecimiento, que no es

un milagro, es la apertura de una posibilidad para que lo imposible de la situación se haga posible trastocando las coordenadas de lo establecido. Y justo en este punto resuena lo éxtimo. Esta imposibilidad es precisamente éxtima. Aquello que formando parte de la situación no cuenta como parte para ella y que, a la vez, funciona como su "talón de Aquiles", como ese punto clave que es necesario que permanezca como excepción incluida para que el orden establecido funcione como orden natural de las cosas en las que efectivamente lo imposible está necesariamente proscrito. Es ahí donde se juega la verdad del sistema y en donde encontramos la posibilidad de su transformación y de la irrupción y construcción de otras posibilidades alternativas.

Veamos esta cuestión con más detalle. Una configuración hegemónica necesita una parte que "no cuenta". Y esta parte que debe contar para la totalidad como "sin parte" (Rancière, 1995/1996.), sin lugar, como excepción de la regla, etc. es clave para la política emancipatoria porque nos muestra el punto de apoyo fundamental del orden establecido, aquello que, apareciendo como una disfunción particular, un mal funcionamiento excepcional dentro de un buen orden general, señala, en realidad, la verdad del funcionamiento del sistema social en su conjunto; precisamente su punto de imposibilidad, aquello que no debe ocurrir en él. Pensemos, por ejemplo, en la situación de los inmigrantes sin papeles de residencia en Europa. Lejos de representar una anormalidad, ¿no muestran el verdadero modo de funcionamiento de las democracias occidentales que se sostienen en la exclusión y la explotación de las personas y países del sur?

El acontecimiento supone la apertura de la posibilidad de un proceso de verdad, de construcción viable de una novedad política, a partir de la irrupción de esta "parte sin parte", lo inexistente, en términos de Badiou (2006/2008), éxtima a la situación. Es decir, no hay transformación política que cambie efectivamente la situación que no pase por el lugar de lo éxtimo-imposible, lo que —formando parte de ella— debe permanecer invisible como lo ajeno y extraño que no encaja, su condición, imposible, de posibilidad.

Es preciso aclarar que la novedad que el acontecimiento porta no deriva automáticamente en un proceso de verdad. El acontecimiento no es la verdad. La verdad se construye como proceso que transforma y constituye un sujeto a partir de la construcción de las consecuencias del acontecimiento. Es por eso que un proceso de verdad es finalmente un proceso de construcción subjetiva, de subjetivación. La verdad del acontecimiento no está tanto en el momento de su irrupción distorsionadora, sino en la construcción de sus consecuencias convocando a un sujeto capaz de sostenerlas.

Y en este punto, y esto es lo relevante para la cuestión que nos ocupa, Badiou, se refiere al cuerpo, ya no como un mero receptáculo de necesidades biológicas, sino

como la misma condición material capaz de soportar la creación excepcional de un proceso de verdad. Así, en deuda con Lacan, considera que el cuerpo, lejos de ser aquello en lo que se reconoce lo más propio e íntimo del sujeto, es el receptor del "sello del Otro", "el lugar donde el sujeto se constituye como exterioridad a sí mismo" (Badiou, 2006/2008, p. 523). Y es gracias a este devenir otro, a esta experiencia corporeizada de la extimidad, que el sujeto puede participar, "incorporarse" a un proceso de verdad. No se trata tanto de reconocerse o de identificarse en un ideal político, como de encontrarse afectivamente implicado, es un proceso "en carne y hueso" porque finalmente es así como habitamos materialmente el mundo del lenguaje que nos constituye. Y, tal como observamos en la clínica, para que algo ocurra en el cuerpo es necesario modificar en él sus pasiones, no es suficiente con una mera aproximación racional-imaginaria cambiando, por ejemplo, las ideas y los modos de interpretar la realidad. Por eso una subjetivación política como la que proponemos supone también la constitución de un sujeto deseante, aquel que es capaz de mantener abierto el deseo cuando éste, movilizado por una causa (en política, la justicia o la igualdad, por ejemplo), no encuentra un objeto-meta definitivo. Nunca una causa política podrá encontrar una respuesta definitiva, y por ello, su sujeto inevitablemente deberá ser capaz de sostener esta condición ambivalente para la apertura del deseo: hay deseo cuando su causa no se cierra completamente en un efecto, cuando falta algo. Si finalmente no hay sólo lenguajes y cuerpos, tal y como Badiou propone, es porque cabe la posibilidad de un proceso de subjetivación deseante que permita ir más allá de lo que estaba previsto incorporándose y sosteniendo un proceso de verdad.

Conclusiones

Hemos comenzado este trabajo problematizando teórica y políticamente la figura del alma bella y la de su contraparte, el cuerpo feo. Con ello apuntamos a la cuestión de fondo que motiva nuestro trabajo: ¿cómo pensar políticamente el cuerpo?, ¿de qué modo podemos tenerlo en cuenta cuando ponemos la subjetividad en el centro de la política? Sobrevuela una pregunta práctica-política, no exclusivamente teórica: ¿cómo enfrentar políticamente las derrotas de los proyectos emancipadores del pasado cuando hoy ya estamos advertidos de los *impasses* idealistas y totalizantes de algunos de sus principios sobre lo humano?

Sí, la figura subjetiva del alma bella no nos permite escapar del idealismo, pero hemos mostrado que tampoco la del cuerpo feo porque reproduciría una suerte de idealismo intentando reintroducir de contrabando un lugar privilegiado para fundamentar la política. Como hemos argumentado, el cuerpo no puede funcionar como fundamento o principio completo. Es el lugar en el que experimentamos la división

subjetiva que supone lo éxtimo. Hemos retomado esta noción lacaniana precisamente para dar cuenta del ambivalente y contradictorio lugar de lo imposible, extraño, ajeno… pero simultáneamente constitutivo de lo más propio e íntimo del sujeto; aquello que descompleta cualquier posibilidad de unidad o totalidad. Finalmente, hemos desarrollado nuestra propuesta de lectura materialista del cuerpo sacando las consecuencias de este "principio de extimidad" recurriendo a tres conceptos: la rectificación subjetiva, la hegemonía y la incorporación a un proceso, político, de verdad.

Nuestras conclusiones solo podrían servir como condición y quizá como orientación, pero de ningún modo como garantía para ninguna propuesta o proyecto político. Hay política cuando es posible desbordar las posibilidades dadas, las prisiones de lo posible que naturalizan lo que hay como carente de alternativas. Esta apertura de posibilidades no ocurre sin transformación subjetiva, y ésta supone, no sólo estar advertido de que la situación cuenta con la complicidad del sujeto (y de que, por tanto, hay algo de ella que está en manos de él), sino de que, para que haya compromiso y movilización política, no es suficiente con saber o querer (voluntad). Es necesario también, como nos enseña la noción de rectificación subjetiva, estar convocado como un sujeto de deseo, movilizado y atrapado en él. Con Laclau y Mouffe hemos mostrado que no hay transformación política que no participe de las condiciones que se pretenden modificar. Pero es finalmente en diálogo con Badiou y su teoría del acontecimiento, como hemos podido darle un lugar a la subjetividad corporeizada y deseante en la política. El sujeto de la política es resultado y condición, se constituye en deuda con un acontecimiento/causa del deseo que lo precede, y a su vez, nada hay en sus condiciones antecedentes que pueda determinar sus prácticas. Si hay sujeto, deseo e incorporación subjetiva a un proceso político es pasando la prueba de una invención sin garantías a partir de la experiencia, que es corporal, de la extimidad. Así, la subjetividad corporeizada por la que nos hemos interrogado aparece como resultado de la experiencia de la subjetivación del cuerpo, ya no como el depósito de necesidades, sino como el lugar, situado y a la vez en construcción, de la participación en un proceso político (de verdad).

Referencias

Assoun, Paul-Laurent (1999/2001). *El perjuicio y el ideal. Hacia una clínica social del trauma.* Buenos Aires: Nueva Visión.

Badiou, Alain (2006/2008). *Lógicas de los mundos: el ser y el acontecimiento, 2.* Buenos Aires: Manantial.

Balza, Isabel (2014). Los feminismos de Spinoza: corporalidad y renaturalización. *Daimon. Revista Internacional de Filosofía,* 63, 13-26 http://dx.doi.org/10.6018/daimon/199491

Bois,Yve-Alain Bois & Krauss, Rosalind (1997). *Formless. A user's guide*. Canada: Zone Books

Butler, Judith (1993/2002). *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós.

Butler, Judith (2004/2006). *Vida precaria. El poder del duelo y la violencia.* Buenos Aires: Paidós.

Butler, Judith (1990/2007). *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad.* Barcelona: Paidós.

Cavarero, Adriana (2009). *Horrorismo. Nombrando la violencia contemporánea.* Anthropos: Barcelona

Disney, Walt (productor) Stevenson, Robert (director) (1964). *Mary Poppins*. Estados Unidos: Walt Disney Productions

Ema, José Enrique (2015, abril 10). Política y hegemonía hoy. *La Circular*. Recuperado de http://lacircular.info/politica-y-hegemonia-hoy/

Foucault, Michel (1971/1988). *Nietzsche, la Genealogía, la Historia.* Valencia: Pre-Textos.

Foucault, Michel (1975/2002). *Vigilar y castigar. Nacimiento de la prisión*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Foucault, Michel (1984/2005). *Historia de la sexualidad 2: el uso de los placeres*. Buenos Aires: Siglo XXI

Foucault, Michel (1976/2008). *Historia de la sexualidad 1: la voluntad del saber*. Buenos Aires: Siglo XXI

Freud, Sigmund (1905/1992) Fragmento de análisis de un caso de histeria. En Freud, Sigmund, *Obras completas* (v. 7, pp.32-34). Buenos Aires: Amorrortu.

Freud, Sigmund (1914/1992) Introducción al narcisismo. En *Obras completas* (v. 14, pp. 65-97). Buenos Aires: Amorrortu.

Freud, Sigmund (1916/1992). Algunos tipos de carácter dilucidados por el trabajo psicoanalítico. En Sigmund Freud, *Obras completas* (v. 14, pp. 313-340). Buenos Aires: Amorrortu.

Freud, Sigmund (1919/1992). Lo ominoso. En Sigmund Freud, *Obras completas* (v. 17, pp. 215-254). Buenos Aires: Amorrortu.

Freud, Sigmund (1929/1992). El malestar en la cultura. En Sigmund Freud, *Obras completas* (v. 21, pp. 57-140).). Buenos Aires: Amorrortu.

Hardt, Michael & Negri, Antonio (2000/2002). *Imperio.* Barcelona: Paidós.

Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (1807/1966). *Fenomenología del espíritu.* México DF: Fondo de Cultura Económica.

Kristeva, Julia (1980/1988). *Poderes de la perversión. Ensayo sobre Louis-Ferdinand Céline.* Buenos Aires: Siglo XXI

Lacan, Jacques (1964/1999). *El Seminario. Libro 11. Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis.* Buenos Aires: Paidós.

Lacan, Jacques (1966/2002). *Escritos.* Buenos Aires: Siglo XXI

Lacan, Jacques (1960/2009). *El seminario. Libro 7. La Ética del Psicoanálisis.* Buenos Aires: Paidós.

Lacan, Jacques (1973/2009). *El Seminario. Libro 20. Aún.* Buenos Aires: Paidós.

Lacan, Jacques (2001/2012). *Otros escritos.* Buenos Aires: Paidós

Laclau, Ernesto & Mouffe, Chantal (1985/1987). *Hegemonía y Estrategia Socialista. Hacia una radicalización de la Democracia.* Madrid: Siglo XXI.

Miller, Jacques-Alain (2010). *Extimidad.* Buenos Aires: Paidós.

Nancy, Jean-Luc (2004/2010). *58 indicios sobre el cuerpo. Extensión del alma.* Buenos Aires: Ediciones La Cebra.

Rancière, Jacques (1995/1996). *El desacuerdo. Política y Filosofía.* Buenos Aires: Nueva Visión.

Schiller, Friedrich (1793/1985). *Sobre la gracia y la dignidad.* Barcelona: Icaria

Žižek, Slavoj (1992/2001). *El sublime objeto de la ideología.* México: Siglo XXI.

Žižek, Slavoj (2011/2013). *El más sublime de los histéricos.* Buenos Aires: Paidós

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Lazo social y globalización: las sociedades imaginales y un abordaje metodológico para su estudio

Social bond and globalization: the imaginal societies and a methodological approach for study

Esteban Marcos Dipaola

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET); Universidad de Buenos Aires (UBA); estebanmdipaola@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 18-03-2016

Aceptado: 11-09-2016

Palabras clave

Producciones Imaginales
Subjetivación
Prácticas sociales
Metodologías

Resumen

El objetivo en el artículo es establecer dimensiones metodológicas para analizar las sociedades contemporáneas, vínculos y procesos de subjetivación, en sus relaciones con imágenes. Primeramente, entiendo la noción de imagen en sentido extendido a formas de apropiación social: las modas, consumos y gustos, diseños, tecnologías de comunicación y redes, etc. constituyen propiedades imaginales que intervienen sobre producciones normativas de prácticas sociales. Para concretar ese análisis general deben establecerse criterios acordes al objeto de estudio: se asume como objeto general de las ciencias sociales las relaciones (no el actor o el sistema), asumiendo las lógicas discursivas de lo social. Finalmente, se proponen especificidades metodológicas, entendiendo la interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad como fundamentales. El trabajo sobre lo imaginal, es decir, acerca de la indiscernibilidad entre lo social y las imágenes, implica un abordaje de superposiciones de capas, cuestionando esencialismos y binarismos.

Keywords

Imaginals productions
Subjectivation
Social practices
Methodology

Abstract

The objective in the article is to establish methodological dimensions to analyze contemporary societies, links and processes of subjectivation, in their relations with images. First, I understand the notion of image in an extended sense to forms of social appropriation: fashions, consumption and tastes, designs, communication technologies and networks, are imaginals properties that intervene in normative productions of social practices. To achieve this general analysis, criteria must be established according to the object of study: the relations (not the actor or the system) are assumed as the general object of the social sciences, assuming the discursive logics of the social. Finally, we propose methodological specificities, understanding interdisciplinarity and transdisciplinarity as fundamental. The work on the imaginal, that is, on the indiscernibility between the social and the images, implies an approach of layered overlays, questioning essentialisms and binarisms.

Dipaola, Esteban Marcos (2017). Lazo social y globalización: las sociedades imaginales y un abordaje metodológico para su estudio. *Athenea Digital*, *17*(1), 249-267. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1843

Globalización e identidad: la cultura y la ética postradicional

Las sociedades cuyos procesos de desarrollo y expansión política, cultural y económica se concretan en la actual globalización, son en buena medida distintas a las sociedades que se desarrollaron durante épocas más estables en lo institucional. Los procesos de modernización afectaron el desarrollo económico y modificaron los patrones de acumulación de capital, pasando la centralidad del capital de lo productivo hacia lo financiero (Harvey, 1990/2008). Pero también aquellos procesos afectaron los modos de or-

ganización cultural de la sociedad, iniciando procesos de desinstitucionalización y destradicionalización. En tal medida, las instituciones que determinaban las regulaciones de lo social como conjunto en la primera mitad del siglo XX, esto es: educación, familia, trabajo, etc. han cedido en sus capacidades de socialización y la propia dinámica de las metamorfosis del capitalismo provocó que los individuos desmaterialicen aquellas seguridades institucionales de carácter rígido y estable y expresen sus acciones de acuerdo con diferentes modalidades de sentido.

En este mundo contemporáneo globalizado, las identidades se han vuelto más flexibles, atravesando distintas experiencias y dinámicas de interacción que posibilitan multiplicidades de sentidos en su constitución (Dipaola, 2013). Debido a esto, Étienne Balibar (1997/2005) prefiere referir a procesos de identificación más que a identidades, en tanto tales procesos resaltarían que no hay identidad esencial o positiva, que no hay caracteres adquiridos para siempre, sino que cualquier individuo siempre se encuentra ante plurales sentidos e identificaciones. En la misma línea reflexiona sobre la identidad Stuart Hall (1996/2011), para dar cuenta de los procesos relacionales de la identidad que obligan a pensar a éstas sin anclaje y por fuera de toda implicancia sustancial.

También las nuevas condiciones de las sociedades globales modificaron los modos de comprender y participar, no solo de los lazos de solidaridad con un otro, sino de la propia referencia en el territorio y la relación con el Estado y los mercados. Ante esto las "escalas jerárquicas" que producían referencias institucionales específicas en relación con el poder y lo hegemónico también se desestabilizan, porque el Estado ya no se representa al igual que en la modernidad, es decir, como la institución fundamental en la armonización de todos los rasgos esenciales de la sociedad: la autoridad, la identidad, el territorio, la ley, la seguridad y la acumulación económica. En términos de Saskia Sassen:

> Gracias a la reformulación de esta dinámica de las escalas, en la actualidad se produce un corte transversal en el tamaño y en el encasillamiento institucional del territorio históricamente producido a través de la formación de los estados nacionales. Esto no significa que las viejas jerarquías hayan desaparecido, sino que junto a las anteriores surgen nuevas escalas y que con frecuencia éstas pueden vencer a aquéllas. Las jerarquías anteriores, constituidas como parte del desarrollo del Estado-nación, siguen funcionando, pero en un campo mucho menos exclusivo que en el pasado reciente. (2007/2012, pp. 26-27)

Sassen considera, de esta manera, que los procesos de la globalización son de "carácter multiescalar" y con pérdida de centro, es decir, no pueden ser correctamente

identificados en una escala y se movilizan entre lo global y lo local permanentemente. Esta posición ubica el contexto general que promueve una composición cultural, política y económica distinta a lo precedente. A su vez, esta transformación repercute en un cambio de paradigma para los estudios sociales, pues, si no son definibles escalas estables ni una centralidad precisa para resguardar el vínculo del individuo con la sociedad, eso indica además que ya no es posible un desarrollo explicativo mediante la circularidad tautológica que dice: *lo social se explica por lo social*. Cuando Émile Durkheim escribe *Las reglas del método sociológico* (1895/2004) reflexionaba frente a una modernidad que avanzaba junto al desarrollo del capitalismo y siempre a través de registros institucionales evidentes. La sociedad era reflejo de sí misma en tanto conjunto armónico que podía definir con claridad la norma y la anomia. Ese carácter autoevidente de la totalidad social se constataba en regulaciones institucionales que en su efectividad material reproducían como representación *supra* al lazo social. Por ello, la "solidaridad orgánica" (Durkheim, 1893/1985) era el modelo de producción de la identidad social para esa trascendencia representativa del lazo.

Pero el modelo de sociedad institucional rígido se revela inapropiado para pensar, ya no instancias de socialización, sino lo que un pensador como Ulrich Beck denominó "individualización", entendiendo por esto la crisis de la sociedad industrial y de sus instituciones regulativas de la identidad, cuya consecuencia es que los individuos se ven afectados en su reposo identitario debiendo, entonces, producir su vida constantemente como medio de re-asegurar su pertenencia a la sociedad. De este modo, "el motor de la individualización está en pleno funcionamiento, y por tanto no hay manera de saber cómo fundar nuevos nexos sociales duraderos comparados con la estructura profunda de las clases sociales" (Beck, 1986/2006, p. 162).

La consecuencia del desapego identitario con la función social establecida es la "institucionalización de los modelos biográficos" que se definen por la incertidumbre que produce la pérdida de los lazos tradicionales y sus protecciones:

> En el curso de los procesos de individualización realmente no desaparecen las diferencias de clase ni las relaciones familiares; más bien permanecen en el trasfondo en relación al nuevo "centro" emergente del modelo biográfico vital. Paralelamente, surgen nuevas dependencias. Éstas remiten a *contradicciones inmanentes en el proceso de individualización*. En la modernidad avanzada se realiza la individualización bajo las condiciones de un proceso de socialización que precisamente impide gradualmente la autonomía individual. El individuo, ciertamente, rompe los lazos tradicionales y las relaciones de protección, pero los intercambia por las constricciones del mercado de trabajo y del consumo, así como por las estandarizaciones y controles implícitos en esas constricciones. En lugar de los lazos *tradicionales* y de las formas so-

> ciales (clase social, familia nuclear) aparecen instancias *secundarias* e instituciones que configuran el curso de la vida del individuo y que, de manera contraria a la aptitud individual de la que es consciente, le convierten en una pelota de modas, relaciones, coyunturas y mercados. (Beck, 1986/2006, p. 215, cursivas en original)

Beck comprende esa metamorfosis de las sociedades en los procesos de modernización y flujo de la cultura y las identidades globales, que significan, al mismo tiempo, un cambio en los paradigmas para las teorías sociales. Pues el individuo ya no es la evidencia de la existencia previa y regulativa del lazo social, sino que el propio individuo, de maneras imprecisas y a veces imprevistas, debe producir los sentidos que lo vinculen con algunos otros. Continúa en esa línea Beck:

> Con la pérdida de lo tradicional y la creación de redes de comunicación mundiales, la biografía se separa cada vez más del ámbito de la vida inmediata y se abre a una *moral lejana* (...) que sitúa el individuo en una actitud de tomar posición de modo virtualmente perenne. Simultáneamente, se le desplaza hacia la insignificatividad y es elevado al trono aparente de un hacedor mundial. (Beck, 1986/2006, p. 223, cursiva en original)

Sobre esas pérdidas de lo tradicional no debe considerarse el arrojo de los individuos en una "era del vacío" y del relativismo de las infinitas opciones (Lipovetsky, 1983/2000). Lo que Beck denomina "sociedades del riesgo", equivale más precisamente a este modelo articulado en las incertidumbres de estar obligado a la producción de sentido de sí todo el tiempo para suplir el retraimiento institucional de lo que antaño se conformaba como lazo social. En definitiva: "la sociedad contemporánea está sometida a un cambio radical que plantea un reto a la modernidad (...) y abre un ámbito en que las personas *eligen* formas sociales y políticas nuevas e inesperadas" (Beck, 1999/2002, p. 1, cursiva en original).

Así, lo social abre lugar a un nuevo "paradigma cultural", que es, además, una nueva "imagen de la sociedad". La imagen de aquella sociedad autoevidente sobre la que reflexionaba Durkheim se debilita, debido a que "ese carácter puramente "social" de la sociedad, esa autofundación de la sociedad, manifiestan una creencia ilimitada en la capacidad de esas sociedades para transformase a sí mismas" (Touraine, 2005/2006, p. 65). Sin embargo, lo que irrumpe en el presente son los "problemas culturales" que afectan los modos de organización de la vida colectiva y expresan un traspaso del lenguaje social a un lenguaje cultural. Así, Alain Touraine promueve una reflexión acerca del "fin de lo social" para desprender a la sociedad de su carácter de fundamento y situar de una manera más acorde a los tiempos corrientes la perspectiva de los actores. ¿Es posible el actor sin sociedad? Esa es la pregunta que aqueja permanentemente la

reflexión acerca del paradigma cultural. Entonces, a medida que las categorías sociales se disgregan y cesan de explicar lo social, Touraine considera que "la unidad de los movimientos y conflictos se formará cada vez más arriba, muy por encima del orden propiamente social, allí donde se afirman las grandes concepciones culturales que orientan las conductas, incluyendo las conductas sociales" (Touraine, 2010/2013, p. 28). De este modo, para el autor, en la globalización es la cultura la que organiza y explica el curso de las fuerzas sociales.[1]

Este traspaso de paradigma social a cultural, que incluye, además, una modificación desde un lenguaje social a otro cultural, y que, al tiempo, es asumido por Touraine como una transformación de imágenes de la sociedad, nos permite comenzar a revelar nuestras perspectivas relativas a las relaciones entre las sociedades y las imágenes en la contemporaneidad. Lo expuesto sobre la globalización y las flexibilidades identitarias que promueve en conjunto con los debilitamientos de las regulaciones tradicionales del lazo social, permite revisar las modalidades constitutivas de la subjetividad y de los vínculos entre personas para estas sociedades cuya característica aquí adelantamos que es definirse entre prácticas inmanentes que se condicionan como imagen, generando lo que llamamos una estetización de lo social y de lo cotidiano.

Para una buena comprensión y delimitación de la exposición en este artículo, primeramente, se abordará una explicación sobre la noción de "producciones imaginales de lo social", en tanto la consideramos de relevancia para el conocimiento de la complejidad de nuestra cultura visual en el presente. Seguido a ello, interesa dar cuenta de las modalidades por las cuales estos registros imaginales inducen procesos de estetización de lo social que coligen en estéticas de la subjetividad y en alteraciones del lazo social. Una vez presentados esos enfoques, la propuesta se expande a definir líneas epistemológicas que determinen un modelo teórico-metodológico adecuado para la reflexión y análisis del mundo contemporáneo de acuerdo a esas indicaciones previamente expuestas y explicadas. Desde esta exposición metodológica, además, se introducirá la necesidad de considerar el carácter discursivo de toda práctica social y cultural y el requerimiento de situarse sobre el eje de las "interdiscursividades" para el análisis. Finalmente, con la intención de aportar una conclusión que posibilite delimitar aperturas para continuar la reflexión sobre las transformaciones de la cultura en la era global, se realiza una breve exposición y análisis de las producciones imaginales de lo

[1] Cabe aquí preguntarse si no se incurre en una nueva representación y trascendencia al inscribir una especie de Gran Sistema Cultural como promotor de las prácticas y actitudes de los actores. Por supuesto, que la explicación de Touraine corre por el sendero de mostrar los ejercicios de libertad que los actores desarrollan a partir de esas incidencias culturales, sin embargo, la prevalencia con la cual define al orden cultural en tanto anterior y mayor a toda evidencia social, parece obturar el sentido práctico de la elección de cada actor. Dejamos este debate para una ocasión más propicia, aunque remitimos también al libro *Comunidad impropia: Estéticas posmodernas del lazo social* (Dipaola, 2013), donde se ensaya una reflexión crítica acerca de la posición de Touraine.

social como dispositivos de subjetivación y como cumplimento de una nueva ética de vida articulada sobre las prácticas del "diseño de sí".

Producciones imaginales de lo social

Cuando se propone la idea de "producciones imaginales de lo social", se está diciendo por lo menos tres cosas: primero, algo respecto a lo imaginal, categoría que es constituida y comprendida como una coalescencia o indiscernibilidad entre las imágenes y lo social. Esa indiscernibilidad explica que las sociedades contemporáneas y globales promueven una serie de prácticas que vuelven indistinguible las imágenes de las experiencias sociales. Cuando los individuos se relacionan lo hacen permanentemente entre imágenes y definen los sentidos de sus vínculos mediante las "reglas de confianza" (Bauman, 2008/2010; Giddens, 1991/1997) que esas imágenes expresan en la interacción. En segundo lugar, se menciona una cualidad productiva, es decir, las imágenes no son mera proyección de algo que vemos, sino que producen las visualidades de las que formamos parte. Finalmente, esa producción de imágenes es producción de lo social, es decir, se producen las imágenes de nuestra vida en sociedad y, más concretamente, se hace posible un proceso de organización de lo social que ahora es entre imágenes. Entonces, producciones imaginales de lo social da cuenta, no solamente de una condición descriptiva de las sociedades de la globalización, sino que es a la vez operativa, nos indica de qué maneras producimos los sentidos relacionales que nos permiten la vida social.

Si lo social se produce como imagen y entre imágenes, es necesario considerar que lo que se define como imagen no se concentra en la idea de un registro indicial de la cosa o del mundo y, por ello, tampoco en la dimensión exclusivamente representacional de las imágenes. La imagen es interpretada como una experiencia performativa que produce un mundo y en la dimensión precisa de nuestro enfoque, produce específicamente reglas inmanentes de socialidad. En otros términos, en las sociedades del presente, el lazo social se constituye a través de imágenes. ¿Cuáles son estas imágenes performativas que fugan de todo presupuesto representacional?

Diferentes dimensiones y prácticas sociales expresan los modos imaginales de la socialidad contemporánea. Estas dimensiones son plurales y diversas porque no se ajustan a una definición central y directriz, sino que permiten reevaluaciones constantes a medida que las identidades se despliegan en los cruces de esas mismas dimensiones. A modo de ejemplo, si tomamos una dimensión fuerte para el mundo actual como es la de consumos, debemos comprender que hay matices de ejercicio entre consumos de vestimenta, de música y de productos televisivos, entre otras cosas, y es el modo de

identificación que cada sujeto realice en sus prácticas el que podrá definir sus singularidades. Por eso toda identidad social está entrecruzada por dimensiones diversas y que no son constantes y solo en ese devenir constituye las imágenes de su experiencia cultural, que es siempre y en cada caso visual.

Entonces, las producciones imaginales se especifican en prácticas de consumos, circuito de las modas, publicidades y diseños, prácticas y eventos artísticos, gustos y preferencias, vestimentas y objetos portados, redes virtuales y formas de aparición en los vínculos públicos. Puede decirse que en todo ello se mencionan medios de identificación que cualquier individuo utiliza desde siempre como forma de organizar su apariencia social y pública. Sin embargo, sin dejar de ser medios de identificación, se han vuelto regulativos de la práctica de producción de la subjetividad. Cada sujeto entre sus prácticas sociales organiza sus condiciones de identidad mediante las imágenes que vuelve posible de sí mismo, ejerciendo una normativa de relación sostenida en lo afectivo y la confianza. La sociedad moderna utilizaba esos medios de identificación en perspectiva del reconocimiento social de acuerdo a reglas institucionalizadas: las formas de asistir al trabajo requerían determinadas reglas de producción, las formas de convivir al interior de la familia de otras y así con cada experiencia de sociabilidad. En las sociedades contemporáneas, al ser la producción normativa del lazo social de carácter inmanente, las reglas no se precisan previamente, sino que se obtienen en el curso de la práctica, y por eso no es ya el reconocimiento sino la confianza lo que promueve el vínculo. Producir la imagen de sí no es lo definitorio, sino la producción imaginal de toda una experiencia de socialidad. Los individuos se relacionan entre imágenes porque esas prácticas y dimensiones mencionadas anteriormente revelan el modo de intervención en un grupo, al tiempo que expresan el desplazamiento permanente entre distintas producciones imaginales. Se efectúa un desplazamiento hacia un nuevo tipo de solidaridad social que, siguiendo a Françoise Ascher, puede denominarse *conmutativa* y de "múltiples pertenencias sociales":

> Los diversos campos sociales son de naturaleza diferente. La participación en cada uno de ellos puede ser de manera más o menos voluntaria y duradera. Las interacciones pueden ser económicas, culturales, afectivas, recíprocas, jerárquicas, normalizadas, cara a cara, escritas, habladas, telecomunicadas, etc. Los campos son de escala variable (de "local" a "global") y más o menos abiertos. (...) Y los individuos efectúan un *code switching*, es decir, intentan hacer malabarismos con los distintos códigos para poder pasar de uno a otro. (Ascher, 2001/2007, p. 43, cursiva en original)

En definitiva, lo imaginal expresa la coalescencia entre las imágenes y lo social, si comprendemos que las imágenes son prácticas que conforman modalidades de la expe-

riencia cultural vivida y que, por ello mismo, se trata de producciones imaginales de lo social. Lo social se produce como imagen porque los procesos de subjetivación desregulados se expresan en la propia experiencia y de acuerdo a códigos de propiación de un espacio o comunidad flexible. El sujeto desapropiado solo puede producir su vínculo con los demás en su devenir imagen entre diferentes experiencias de socialidad.

Estetización de lo social: la constitución inmanente del lazo social

Se viene caracterizando lo que, en última instancia, es un procedimiento de subjetivación de las sociedades contemporáneas. Reflexionar sobre las modalidades que los entrecruzamientos de imágenes generan para provocar la insistencia subjetiva del individuo singular. El lazo social tejido entre imágenes es inestable, pero no por ello inexistente o carente de la posibilidad de coaligar sujetos. Por eso: "La socialidad, la del "mundo de la vida", no se reduce a un social que pueda deducirse por simple razonamiento. Ésta reposa sobre la repartición de imágenes. Lo que está en juego es del orden de lo *emocional*" (Maffesoli, 2007/2009, p. 43, cursiva en original). Michel Maffesoli llama a ese lazo social comprendido entre afectos y emociones "religancia imaginal", entendido como formación de un "espíritu común". Su endeblez, de todos modos, obliga a la metamorfosis permanente del lugar de definición de la identidad y, por ende, a la misma mutación del lazo.

Las imágenes, entonces, constituyen la experiencia social y cultural como régimen estético, y en tales circunstancias, estética y lazo social también son indiscernibles y se expresan por superposición.

En este punto es pertinente ubicar un trazo entre la propuesta que realizamos y lo que algunos autores expresan como "cultura visual" y que definen mediante los "actos de ver", de una parte; o la incidencia de un "giro pictórico", de otra.

Para José Luis Brea, lo contemporáneo se instituye a partir de una experiencia del ver que es siempre compartida, lo que significa que ver es una práctica que realizamos mediante el vínculo con otros. Lo que vemos es siempre una relación o la constitución de esa relación. Es decir, no hay hechos, objetos ni fenómenos de visualidad puros, sino "actos de ver" que son siempre complejos, por esto mismo *ver* es el resultado de una construcción cultural (Brea, 2005). En esta línea, Georges Didi-Huberman entiende el acto de ver como una inquietud del sujeto, como aquello que evidencia una experiencia que no remite únicamente al sentido de la vista, sino que determina la alteración de los sentidos en la producción de lo visible. En sus propias palabras: "dar a ver

es siempre inquietar el ver, en su acto, en su sujeto. Ver es siempre una operación de sujeto, por lo tanto una operación hendida, inquieta, agitada, abierta" (Didi-Huberman, 1992/1997, p. 47).

El denominado "giro pictórico" también remite a las huellas de estas composiciones de lo visible en la cultura visual de nuestro presente. Pero en este caso se ubica el énfasis en lo figural y en la imagen como ejercicios de la vida contemporánea. William J. T. Mitchell (1994/2009), precisamente se ocupa de establecer a partir de esa dimensión de "giro pictorial" las coordenadas para entender que las imágenes no pueden restringirse al lenguaje y remitir a un sencillo análisis semiológico, porque, en realidad, ellas devienen mundo. La cultura visual es aquello que se figura desde las imágenes y por ello cuestiona corrientemente la representación, pues cuando se puede pensar el mundo o la sociedad como imagen, lo que se gesta en ello es un desplazamiento de las huellas y los trazos que antes suturaban una totalidad. Para Mitchell las imágenes hacen de la representación algo agrietado, heterogéneo y expuesto a una asidua alteración, porque las imágenes no son aquello que reponen lo ausente, sino la presencia de una realidad. En esa clave el giro pictorial introduce una matriz de reflexión para las sociedades imaginales y sus experiencias estéticas, tal como interesa pensar en este texto.

Ese giro pictórico y, en conjunto, la noción de cultura visual, condensan las formas materiales de aquellas prácticas que referíamos en el apartado precedente, a saber: consumos, modas, publicidades, gustos, ocio, etc., establecen, tal como dijimos, una producción normativa inmanente, lo que significa que en las mismas relaciones los sujetos, mediante la performatividad de las imágenes, consagran reglas no estables para sus vínculos. En otro texto, Maffesoli (2000/2005) denomina esto como una "lógica del instante" donde toda emoción, pasión y afecto del sujeto es puesto sobre la relación para extinguirse efímeramente en ese dado instante. Esto no dice que necesariamente la relación es fugaz —aunque casi siempre lo sea—, pero sí que se debe vivir cada singularidad como una totalidad del vínculo para que el mismo se haga posible. Así, la relación con lo social es meramente estética, puesto que se concreta en la conformación de una nueva sensibilidad a cada instante.[2]

Desde la línea de indagación comprendida hasta aquí, es productivo como regla teórica que posibilite la emergencia de una metodología adecuada a este interés de la investigación, recurrir para pensar esto a Jacques Rancière y sus tesis respecto al "reparto de lo sensible" (1995/1996; 2000/2009):

[2] "La estética es el término esencial que permite comprender el *juego de los afectos* que resume todo esto" (Maffesoli, 2007/2009, p. 37, cursiva en original).

> Llamo reparto de lo sensible a ese sistema de evidencias sensibles que al mismo tiempo hace visible la existencia de un común y los recortes que allí definen sus lugares y las partes respectivas. Un reparto de lo sensible fija entonces, al mismo tiempo, un común repartido y partes exclusivas. Esta repartición de partes y de lugares se funda en un reparto de espacios, de tiempos y de formas de actividad que determina la manera misma en que un común se ofrece a la participación y donde los unos y los otros tienen parte en ese reparto. (Rancière, 2000/2009, p. 9)

Es una delimitación de tiempos y espacios, de lo visible y lo invisible, de la palabra y el ruido, de lo que define a la vez el lugar y el dilema de la política como forma de experiencia. La política se refiere a lo que se ve y a lo que se puede decir. De este modo, un proceso de subjetivación se presenta en el contexto de una transformación de lo sensible; eso que Maffesoli (2000/2005) exponía como puesta en ejercicio de toda actitud de goce y placer en la relación para atraparla en la totalidad de una singularidad.

En este aspecto es determinante la propuesta de Rancière porque permite definir una estética vinculada directamente con las prácticas sensibles, es decir, con la experiencia cultural vivida. Sin detenernos demasiado en ello para esta ocasión, recordemos que Rancière (2000/2009; 2008/2010) describe tres regímenes estéticos del arte: *a)* régimen ético de las imágenes: el arte solo es pensado subsumido a las imágenes; *b)* régimen poético o representativo de las artes: es el principio normativo de la imitación; *c)* régimen estético de las artes: aquí no se trata de una identificación de las artes por distinciones en el modo de hacer, sino de una producción sensible.

Es de nuestro especial interés el "régimen estético de las artes", no solo porque es el que pone en tela de juicio los modelos normativos de la modernidad, sino además porque quiebra el principio de representación como determinación de un modo de proceder. A partir de esto, la inmanencia de lo sensible congrega instancias de acción que adquieren y modifican sus recursos normativos en ese mismo devenir de las prácticas que establecen. A eso nos referimos al hablar de la performatividad de las imágenes, vale decir, un anudamiento de prácticas que multiplican sus potencialidades de relación a cada instante.

De este modo, lo real es siempre algo sensible, y esto equivale a decir algo ficcionado; de la misma forma que comprendemos que lo social es siempre algo compuesto y superpuesto entre imágenes y con eso definimos lo imaginal. Pero Rancière en ese giro, en ese retorno singular a la *aisthesis* para definir el modo estético de las artes, pero también de la política contemporánea, permite reflexionar sobre el límite a cualquier reduccionismo que puede aquejar a las tesis aquí desarrolladas. Porque que lo so-

cial esté superpuesto entre imágenes o, como afirma Rancière, que lo real esté siempre ficcionado, no pretende suscribir que todo es ficción o todo es imagen, algo que anularía cualquier posibilidad de relación. En la era estética hay una conexión entre la presentación de los hechos y la inteligibilidad desde la cual se analizan. Se difumina la frontera entre razón de los hechos y razón de la ficción. Según lo postula el propio pensador francés:

> No se trata de decir que todo es ficción. Se trata de constatar que la ficción de la época estética ha definido modelos de conexión entre presentación de hechos y formas de inteligibilidad que confunden la frontera entre razón de los hechos y razón de la ficción, y que estos modos de conexión han sido retomados por los historiadores y por los analistas de la realidad social. Escribir la historia y escribir historias dependen de un mismo régimen de verdad. (Rancière, 2000/2009, pp. 48-49)

Entonces, comprender producciones imaginales de lo social, implica atender a las formas estéticas de producción de la experiencia social y cultural del presente, y explicar sus modos de acción y funcionamiento cuando se extinguieron los condicionantes representativos que hacían posible un modelo total de sociedad. El lazo social es así una deriva y una diseminación inmanente que produce sus lógicas ficcionales en el curso de las transformaciones imaginales y afectivas de los individuos que anudan sus identidades entre reglas no estables e imprecisas, que posibilitan, por ello, un modo de interacción dinámico y flexible desde un espacio a otro.

Epistemología y metodología para el estudio de las producciones imaginales

Resta atribuir lo expuesto hasta el momento a una aproximación metodológica que indique cómo proceder en el análisis de las producciones imaginales de lo social y que, mediante ello, establezca los caminos para una debida comprensión de las sociedades del tiempo presente y sus cambios.

El punto de partida metodológico debe ser el cruce de disciplinas y una correlación entre lo que suele entenderse como interdisciplinariedad y transdiciplinariedad evitando la reducción entre las disciplinas. La identidad social y cultural, así como las mutaciones culturales que se vienen produciendo en los tiempos presentes, deben evaluarse y estudiarse desde la relación entre disciplinas sociales diversas (interdisciplinariedad), como desde los intentos de superación de los estrechos límites en los que el particularismo metodológico separa los distintos ámbitos del pensamiento cultural (transdisciplinariedad).

Desde esa condición inicial es necesario proseguir con una correcta revisión de los materiales que cada disciplina aporta y los puntos de vista que en su divergencia expanden las posibilidades de enunciación de la teoría. Una metodología de estas características debe vigilar su distancia respecto a los esencialismos y reduccionismos, que mantienen su fuerza en nociones metodológicas como *datos*, *fuentes*, *documentos*, etc. concebidas como objetos de una realidad, en apariencia, inmutable. Es preciso insistir en la condición metodológica de comprender que cualquier objeto de análisis está expuesto a valoraciones, operaciones críticas y transformaciones que alteran constantemente su percepción y su definición, incluso su propia posición y cualidad de objeto en el estudio.

De esta manera, es productiva la noción de *rizoma* (Deleuze y Guattari, 1980/2004), pues posibilita organizar un procedimiento metodológico contrapuesto a cualquier esencialismo y también a los binarismos que todavía sostienen el pensamiento científico.

La perspectiva rizomática posibilita una aproximación al objeto de análisis sin reglas jerárquicas o preestablecidas de acuerdo a un orden inalterable. Propone la afectación o incidencia de los elementos entre sí diagramando una expansión de multiplicidad, que escapa a la trayectoria definida y hasta teleológica de la práctica investigativa normalizada en el campo científico. Propone una relación con el objeto sin centro y de acuerdo a una multiplicidad de puntos de vista.

De acuerdo con ello, las relaciones de oposición y de constricción del objeto a una unidad que es analizada sobre una perspectiva cerrada se vuelven nulas en la lógica rizomática. Esa constricción del objeto mencionada es el medio a través del cual la actividad científica repone la neutralidad valorativa como condición necesaria del conocimiento. Para la perspectiva rizomática la neutralidad no es siquiera un modo de la ciencia, pues la multiplicidad y disolución de jerarquías que persigue hace que cualquier vestigio de neutralidad sea innecesario y hasta contraproducente en la relación con el objeto estudiado.[3]

Entonces, retomando a partir de lo rizomático las condiciones de interdisciplinariedad y transdisciplinariedad, la dirección de la metodología propuesta no puede determinarse hacia un lado u otro, no tiene opción de un único sentido, sino que promueve la heterogeneidad y el devenir del objeto y de la mirada sobre ese objeto. Por lo cual, el modo de intervención del método es situarse corrientemente en un espacio *entremedio*, en lo que Deleuze (1969/1989) denominó el *intersticio* o la *paradoja*, es decir,

[3] "Una multiplicidad no tiene ni sujeto ni objeto, sino únicamente determinaciones, tamaños, dimensiones que no pueden aumentar sin que ella cambie de naturaleza (las leyes de combinación aumentan, pues, con la multiplicidad)" (Deleuze y Guattari, 1980/2004, p. 14).

el punto múltiple de conexión donde todos los sentidos se inscriben y pueden darse. Desde la paradoja es posible analizar y establecer ejes y líneas de comprensión de las sociedades imaginales de la globalización y de las producciones imaginales de lo social, atendiendo precisamente a sus mutaciones y a su producción normativa inmanente. Las paradojas ofrecen al pensamiento y a la investigación un lugar de incertidumbre que permite no definir una unidad de sentido y retornar al modo universal y esencial del conocimiento, dejando, entonces, lo a conocer siempre abierto y por ello también, no-conocido, vale decir, no totalizable en la unidad del saber ni sujeto a principios de análisis estandarizados y estables.

A partir de este modelo de aproximación metodológica se propone el análisis e interpretación de una relación singular de las sociedades contemporáneas que es la que se da entre el lazo social y las prácticas. Al ser estas últimas, tal como argumentamos anteriormente, las que producen una insistencia normativa del lazo social, esa relación regulativa es material y performativa, es decir, atravesada por las imágenes coalescentes a la experiencia cultural vivida y, en ese aspecto, la producción de las identidades es completamente flexible, así como los espacios comunitarios dinámicos (Dipaola, 2013). Esa flexibilidad y dinamismo de las identidades y de las comunidades, también imprime la reflexión sobre los métodos en el intento de asir un objeto de estudio tan cambiante. En este sentido, la perspectiva rizomática que indicaba una no-posición entre sujeto y objeto permite llevar la reflexión al nivel sociológico del análisis material de las relaciones sociales. Es decir, se trata de no suscribir a dicotomías perimidas como las de *sistema vs. actores*, *estructura vs. acción*, *subjetivo vs. objetivo*, para, contrariamente, situarse en ese entremedio, en el *y* que interrumpe la oposición. No se trata del sistema o del actor sino del movimiento que los hace devenir a uno en el otro, el punto de heterogeneidad que impide el reposo en la unidad.

Philippe Corcuff (2007/2013) entiende esto mismo como el ejercicio de una nueva reflexividad sociológica que deben practicar los investigadores del campo, e implica que el investigador debe "integrar una reflexión acerca de su propia relación con el objeto" (p. 23). Ello posibilita que el científico social promueva reflexiones sobre sus presupuestos y pueda incluir perspectivas nuevas a su estudio (p. 33).

En definitiva, se trata en la propuesta de Corcuff —a la que adherimos siempre en conexión con la noción de rizoma— de un nuevo tipo de "relacionismo metodológico", que modifica las modalidades de intervención de la sociología en sus estudios:

> El relacionismo metodológico lleva a redefinir *el objeto mismo de la sociología*: ni la sociedad, ni los individuos, considerados como entidades separadas, sino las relaciones entre individuos. (...) El programa relacionista *desplaza* nuestra mirada. Permite tratar dentro de un mismo marco las dimensiones

> individuales y colectivas de la vida social. (Corcuff, 2007/2013, p. 28, cursivas en original)

Cuando las relaciones se prestan como el objeto de la sociología, esa cualidad de "entremedio" que definimos antes adquiere mayor sentido, pues de lo que se trata no es de seguir pensando al lazo social como una cualidad que excede a los sujetos y *representa* un modo institucional de organización, pero tampoco a los individuos como átomos fragmentados y carentes de integración. El relacionismo metodológico es un aporte más al modelo metodológico que aquí proponemos, porque, justamente, posibilita esa relación inmanente y flexible entre lazo social y prácticas materiales, que conllevan una normatividad no institucional ni rígida, sino siempre en devenir. Esa experiencia social y cultural en devenir es consecuencia de aquello que antes definimos como la indiscernibilidad entre lo social y las imágenes, lo que abre a plurales formas de socialidad.

Es importante insistir con esta noción de *indiscernibilidad*, porque lo que intenta explicar es que la indistinción entre las prácticas sociales y las imágenes que producen sociedades imaginales, no implica que todo se ha vuelto imagen o, como se lee en Guy Debord (1967/1999), que toda relación social es espectáculo. Busca suscribir la explicación de lo indiscernible a los "hechos sociales" que se expresan entre prácticas imaginales, entonces, no es que aquéllos sean efectivamente imágenes, pero sí es que devienen imaginales en su aparición entre las distintas prácticas de los individuos.[4] Cuando los sujetos consumen, eligen sus vestimentas, asisten a espacios públicos y de entretenimiento, adoptan modas, etc. están concurriendo en su relación mediante esas experiencias imaginales y, por esto, todo lazo social se expresa como deviniendo entre imágenes.

Finalmente, si el modelo metodológico propuesto parte de condiciones de interdisciplinariedad y transdisciplinariedad y, a la vez, se sostiene en la dimensión de las relaciones y en la multiplicidad rizomática como medio de desplazar la recurrencia de esencialismos y binarismos, resta plantear el procedimiento de análisis sobre el objeto. En este punto, se debe referir a *prácticas discursivas*, por un lado y, derivado de ello, a la *interdiscursividad*, por otro.

[4] Asistiríamos entonces a una situación de postespectáculo con saturación de imágenes y exceso de lo mediático. Eso es el principio de análisis de una sociedad imaginal. Si el espectáculo manipula, el postespectáculo seduce, provoca, habilita a intervenir.

Interdiscursividades: modelos prácticos de interpretación social

Respecto a las prácticas discursivas: si exponíamos las características de la performatividad para describir aquellas prácticas de los individuos que se constituyen como imágenes y promueven desde esa referencia vínculos, incidiendo en formas de "socialidad instantáneas" (Maffesoli, 2000/2005) o flexibles, es correspondiente admitir que tales prácticas remiten a posiciones materiales de discursividad, en el marco que Ernesto Laclau entendió ello (2014). Para Laclau una comunidad se constituye desde un "objeto imposible", es decir, desde la imposibilidad de un cierre metafísico, ahí es donde emerge la ideología como problema.[5] Ahora bien, interesa a este planteo la dimensión de significación. Para Laclau, todo "significante flotante" remite a un fenómeno de vacuidad, es decir, todo significante se completa en una cadena discursiva. Dice Laclau:

> Pero si analizamos el problema con más atención, veremos que el carácter flotante de un significante es la única forma fenoménica de su vacuidad. Un significante como "democracia" es, ciertamente, flotante; su sentido será diferente en los discursos liberales, radicales antifascistas o conservadores anticomunistas. (2014, p. 31)

En nuestro plano de análisis, esto se expresa comprendiendo que toda relación imaginal (sea la misma una actividad de consumo, vestirse según la moda que promueven los medios y las publicidades, asistir a determinados festivales y eventos u optar por específicas actividades de ocio y entretenimiento) es afectada según los dominios de prácticas donde se disemine y otorgue sentidos. En buena medida, lo que en párrafos anteriores expusimos retomando a Ascher (2001/2007) y su perspectiva del *code switching* remite a esto mismo: lo imaginal opera discursivamente de manera performativa en el devenir de la experiencia cultural. Es decir, ninguna práctica imaginal tiene los mismos efectos en cualquier parte, sino que multiplica rizomáticamente sus sentidos dependiendo del modo relacional que instituye como lazo. Por eso no hay relación entre sujeto y objeto o entre sistema y actor, sino operaciones discursivas que no cierran nunca el sentido de la relación.

Este procedimiento sobre lo discursivo remite, a su vez, a lo que en apartado anterior expusimos como el "giro pictórico", de acuerdo a cómo lo definió Mitchell (1994/2009). Por cuanto a partir de ello se pretende establecer una forma de intervención analítica que no restrinja las imágenes de la sociedad a las palabras o al lenguaje, sino que posibilite indagar sobre una instancia de "metaimágenes", esto lo vuelve im-

[5] "La operación de cierre es imposible, pero al mismo tiempo necesaria; imposible en razón de la dislocación constitutiva que está en la base de todo arreglo estructural; necesaria porque sin esa fijación ficticia del sentido no habría sentido en absoluto" (Laclau, 2014, pp. 27-28).

prescindible para la reflexión metodológica que proponemos. Porque no se trata con lo que estamos argumentando de reducir las imágenes a los análisis discursivos, sino de interrogar las tramas y trazos de socialidad que las propias imágenes persiguen y posibilitan.

De este modo, se deriva de esta composición de lo imaginal como práctica discursiva, la condición de interdiscursividad. Esto significa que las prácticas discursivas y también las imaginales o pictóricas, por ser el modo material de las relaciones, remiten unas a otras y, por ser diseminación de sentidos, *insisten* unas *entre* otras. Lo que llamamos el devenir de la experiencia social se vislumbra en esto: no hay nada en las producciones imaginales de lo social que no resuene en cada una de las prácticas que constituyen experiencias de socialidad. Los entrecruzamientos son permanentes y los hechos sociales devienen como imágenes entre diferentes posiciones relacionales de los sujetos. En este aspecto, el modelo metodológico sigue consideraciones aportadas por Marc Angenot (1998; 2010) relativas al "discurso social" como totalidad de las distribuciones discursivas que organizan un "estado de sociedad", y que para su análisis se requiere de admitir una "interdiscursividad generalizada" (Angenot, 1998).

Las prácticas discursivas comprendidas según la propuesta de una "retórica de la sociedad" que esgrime Laclau, en articulación con la promoción por parte de Angenot de la "interdiscursividad" como análisis de todo el conjunto de enunciados, hechos, voces e imágenes, condensan, en correspondencia con lo anteriormente expuesto, la aprehensión metodológica de las sociedades globales del mundo contemporáneo, que definimos como imaginales atendiendo a los modos de inscripción de sus prácticas y lazos sociales.

Corresponde a este modelo epistemológico y metodológico la composición de las categorías que sirvan al análisis de los objetos en su singularidad. Las sociedades imaginales, así como los sujetos que expresan sus relaciones entre imágenes requieren de marcos de análisis actualizados y propicios a una constante reflexividad crítica de sus presupuestos.

Subjetividad y subjetivación en sociedades imaginales

Las producciones imaginales de lo social remiten, a su vez, a procesos de subjetivación. ¿Cómo se constituye un sujeto entre prácticas y relaciones que se viven entre imágenes y como imágenes? La respuesta puede hallarse en la misma idea de proceso o procedimiento: se trata de procesos de subjetivación nunca saldados, por lo mismo que hemos argumentado en lo extenso de este artículo. Cada individuo establece relaciones que no se sustentan ni ajustan en un punto originario y otro final, sino que devienen

entre diferentes maneras de interacción y producción comunitaria. En su desplazamiento entre una multiplicidad de imágenes cada individuo despliega distintas expresividades de subjetividad que no se realizan, es decir, no se sustancian, sino que prosiguen su desplazamiento relacional. En ese sentido, las producciones imaginales de lo social son modelos o instancias de subjetivación inmanentes y materiales que no dejan de operar. Porque en el contexto de las producciones imaginales de lo social no hay nada en la sociedad, en la cultura o en la experiencia que pueda observarse como dado o previo a alguna práctica, sino que es desde las mismas prácticas que hay experiencia, lazo social y regulaciones normativas. Así toda subjetivación es inacabada o, más bien, siempre en proceso.

Es por esto que afirmamos que por *producciones imaginales de lo social* —entendidas como ese principio de indiscernibilidad entre lo social y las imágenes—, comprendemos dispositivos de subjetivación concretos de las actuales sociedades globales. En estos dispositivos de subjetivación hay una incidencia de la condición del sujeto como alguien público, que obliga al "diseño de sí". Es decir, la constitución estética de cualquier individuo se define como una nueva ética de vida (Groys, 2014). En tal aspecto, los individuos se constituyen a sí mismos de acuerdo a experiencias de consumos, modas, usos de tecnologías, gustos, etc., que organizan la cultura visual e imaginal contemporánea. En esa dimensión de la exposición pública del sujeto producido como imagen, el dispositivo expresa las constituciones estéticas de producción de una verdad del sujeto como imagen, siendo la lógica de todo ello el autodiseño permanente.

Entonces, las producciones imaginales de lo social se constituyen como modo organizacional de las estéticas de las sociedades globales contemporáneas, luego de los repliegues institucionales que anteriormente posibilitaban medios y modalidades estables de vida social.

En este artículo hemos descrito algunos rasgos relevantes de estas transformaciones radicales de la vida contemporánea y sus modos de afectar las relaciones sociales y a los individuos mismos, al tiempo que nos preocupamos por alcanzar una reflexión sobre las perspectivas epistemológicas y metodológicas que deben afrontar las ciencias sociales para la mejor comprensión e interpretación de nuestras sociedades que se presentan cada vez más complejas y en fluente transformación.

Referencias

Angenot, Marc (1998). *Interdiscursividades.* Córdoba: Editorial Universitaria.
Angenot, Marc (2010). *El discurso social.* Buenos Aires: Siglo XXI.
Ascher, François (2001/2007). *Los nuevos principios del urbanismo.* Madrid: Alianza.

Balibar, Étienne (1997/2005). *Violencias, identidades y civilidad. Para una cultura política global.* Barcelona: Gedisa.

Bauman, Zygmunt (2008/2010). *Mundo consumo.* Buenos Aires: Paidós.

Beck, Ulrich (1999/2002). *La sociedad del riesgo global.* Madrid: Siglo XXI.

Beck, Ulrich (1986/2006). *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad.* Barcelona: Paidós.

Brea, José Luis (2005). *Estudios visuales. Epistemología de la visualidad en la era de la globalización.* Madrid: Akal.

Corcuff, Phillippe (2007/2013). *Las nuevas sociologías.* Buenos Aires: Siglo XXI.

Debord, Guy (1967/1999). *La sociedad del espectáculo.* Valencia: Pre-Textos.

Deleuze, Gilles (1969/1989). *Lógica del sentido.* Barcelona: Paidós.

Deleuze, Gilles & Guattari, Félix (1980/2004). *Mil mesetas.* Valencia: Pre-Textos.

Didi-Huberman, Georges (1992/1997). *Lo que vemos, lo que nos mira.* Buenos Aires: Manantial.

Dipaola, Esteban (2013). *Comunidad impropia. Estéticas posmodernas del lazo social.* Buenos Aires: Letra viva.

Durkheim, Émile (1893/1985). *La división del trabajo social.* Barcelona: Planeta.

Durkheim, Émile (1895/2004). *Las reglas del método sociológico.* Madrid: Alianza.

Giddens, Anthony (1991/1997). *Modernidad e identidad del yo. El yo y la sociedad en la época contemporánea.* Barcelona: Península.

Groys, Boris (2014). *Volverse público.* Buenos Aires: Caja negra.

Hall, Stuart (1996/2011). Introducción. ¿Quién necesita identidad? En Stuart Hall & Paul du Gay (Comps.), *Cuestiones de identidad cultural.* (pp. 13-39). Buenos Aires: Amorrortu.

Harvey, David (1990/2008). *La condición de la posmodernidad.* Buenos Aires: Amorrortu.

Laclau, Ernesto (2014). *Los fundamentos retóricos de la sociedad.* Buenos Aires: FCE.

Lipovetsky, Gilles (1983/2000). *La era del vacío. Ensayo sobre el individualismo contemporáneo.* Barcelona: Anagrama.

Maffesoli, Michel (2000/2005). *El instante eterno. El retorno de lo trágico en sociedades posmodernas.* Buenos Aires: Paidós.

Maffesoli, Michel (2007/2009). *El reencantamiento del mundo.* Buenos Aires: Dedalus.

Mitchell, William John Thomas (1994/2009). *Teoría de la imagen.* Madrid: Akal.

Rancière, Jacques (1995/1996). *El desacuerdo. Política y filosofía.* Buenos Aires: Nueva visión.

Rancière, Jacques (2000/2009). *El reparto de lo sensible. Estética y política.* Santiago de Chile: LOM ediciones.

Rancière, Jacques (2008/2010). *El malestar en la estética.* Buenos Aires: Capital intelectual.

Sassen, Saskia (2007/2012). *Una sociología de la globalización.* Buenos Aires: Katz.

Touraine, Alain (2005/2006). *Un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy.* Buenos Aires: Paidós.

Touraine, Alain (2010/2013). *Después de la crisis.* México DF: Fondo de Cultura Económica.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Retórica y divulgación científica. Una propuesta para la web de empresas biotecnológicas

Rhetoric and scientific disclosure. A proposal for the web of biotechnology companies

M. Luisa García-Hernández*; Estrella Martínez-Rodrigo; Juan Salvador Victoria Mas***

*** Universidad de Málaga; **Universidad de Granada; mluisagarcia@uma.es**

Historia editorial

Recibido: 04-09-2015

Aceptado: 09-02-2016

Palabras clave

Retórica
Divulgación científica
Empresas biotecnológicas
Web corporativa

Resumen

La retórica como teoría de la argumentación y de la persuasión se relaciona con un modo específico de enfocar la divulgación científica, que ya no se concibe como mera alfabetización, sino como un diálogo. Tal cambio implica la participación activa de la sociedad en la toma de decisiones sobre la orientación de la ciencia. Con ese marco, entendemos que empresas como las biotecnológicas, cuya actividad despierta entre la ciudadanía filias y fobias que pueden marcar su devenir, deben tomar un papel activo en esas conversaciones. Sobre ese planteamiento hemos seleccionado una muestra constituida por pymes biotecnológicas asentadas en cuatro parques tecnológicos de Andalucía. Hemos analizado los textos de las páginas de inicio de 29 pymes; porque entendemos que esos relatos, propios y no intermediados, nos permiten conocer si consideran a la ciudadanía como auditorio de interés al que dirigirse, primer paso para hacer de la divulgación el eje de su comunicación corporativa. La respuesta es negativa.

Keywords

Rhetoric
Scientific Disclosure
Biotechnology Companies
Corporate Website

Abstract

Rhetoric as a theory of argumentation and persuasion specially relates to a specific way of approaching scientific disclosure, which is no longer regarded as mere literacy, but as a dialogue. Such a change involves the active participation of society in making decisions on the course of science. With this framework, we believe that companies such as biotechnology whose activity arouses philias and phobias among the public — which can make its becoming — must take an active role in these talks. On the approach we have selected a sample consisting of biotech SMEs settled in four technology parks in Andalusia. We have analyzed the texts of the homepages of the 29 SMEs; because we understand that these stories themselves and not intermediated, let us know if you consider citizenship as audience interest at which he first step in making the disclosure the axis of its corporate communication. The answer is no.

García-Hernández, M. Luisa; Martínez-Rodrigo, Estrella & Victoria Mas, Juan Salvador (2017). Retórica y divulgación científica. Una propuesta para la web de empresas biotecnológicas. *Athenea Digital*, *17*(1), 269-290. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1710

Introducción

La ciudadanía demanda —como un derecho y no como una concesión graciosa por parte de las instituciones— que se la escuche y se valoren sus aportaciones sobre todo aquello que incida en el desarrollo económico, social y personal, sobre gestión de recursos, políticas comunitarias, etc. La dirección de la ciencia no queda fuera de ese espacio.

De forma tradicional se ha estimado que la ciudadanía debe dejarse guiar por los expertos y no entorpecer el avance científico, o se ha optado por la alfabetización científica —de arriba hacia abajo—, en la idea de que cuanto más se conozca sobre ella menos trabas se pondrá a su desarrollo. Sin embargo, ambos planteamientos se han mostrado erróneos (Evans y Durant, 1995; Hilgartner, 1990; Miller, 2001), porque la gente tiene opiniones, no siempre coincidentes con las de los guías, y la actitud favorable o de rechazo no depende de la adquisición de un corpus de conocimientos, sino que en esa relación influye "una serie de variables subjetivas estrechamente relacionadas con el contexto social desde el que los sujetos se pronuncian sobre este tema" (López, Garzón y Rey, 2011, p. 68).

La ciencia afecta directamente a las personas, posean o carezcan de conocimientos científicos. Planteamientos éticos, políticos, de conciencia medioambiental y creencias, entre otros, influyen en los posicionamientos ciudadanos y, en consecuencia, se crean corrientes de opinión que pueden orientar, frenar o estimular, políticas concretas que influyen directamente en la investigación y la praxis científica.

Con esa panorámica, los responsables de las empresas biotecnológicas deben implicarse, hablar sobre la ciencia en la que operan, no para sentenciar ni para ser "oligarcas sobre su propio dominio de conocimiento" (Fuller, 2003, p. 37) sino para formar parte de un debate público, en el que su voz también se debe oír al mismo nivel que otros colectivos. Las soluciones que emanen de esos debates deben trascender los puntos de partida de cada uno de los grupos, sin dejar de servir a los intereses de cada uno de ellos. Porque cuando un grupo social rechaza el conocimiento experto suele estar motivado porque no se ha tomado en consideración su experiencia (Wynne, 1992).

La cercanía física de las empresas —en especial las pymes— a la ciudadanía de su entorno, la complicidad que genera compartir ecosistema y problemáticas comunes, debería contribuir a facilitar un diálogo sobre temas científicos propios que pueda integrarse como parte, no menor, de su comunicación corporativa (Martínez-Rodrigo y García-Hernández, 2014). Cuando los productos y/o servicios de las empresas biotecnológicas no van destinados a personas físicas concretas, es decir, sus vecinos no son sus clientes, esa tarea divulgativa se percibe desprovista de intereses mercantilistas y debe generar más confianza en sus aportaciones. Lograrlo pasa porque esas compañías sean capaces de ligar su comunicación corporativa a las nuevas tendencias guiadas por una divulgación que hunde sus raíces en la retórica.

La retórica

Noción de retórica

Aristóteles (1990, p. 9) entiende la retórica como "la facultad de considerar en cada caso lo que cabe para persuadir". Y Quintiliano (1997, p. 269) precisa que es "la ciencia de hablar bien. Pues tal definición incluye de una vez todas las virtudes del discurso y en consecuencia también los fundamentos morales del orador, ya que no puede hablar bien sino el hombre bueno".

Para Chaïm Perelman y Lucie Olbrechts-Tyteca (1958/1989), con los que nace la nueva retórica, la retórica y la filosofía están estrechamente ligadas, ya que ambas contienen argumentaciones no demostraciones, que quedan en el ámbito de la ciencia. Pero la argumentación retórica se orienta a un auditorio concreto y particular al que pretende persuadir, para que adopte una actitud determinada o la puesta en práctica de una acción, mientras que la filosofía se dirige a un auditorio ideal y universal al que intenta convencer, sin trascender la esfera mental.

Si la Retórica orienta sobre cómo y dónde hallar los medios de persuasión en cada ámbito, encontrarlos depende del conocimiento y manejo de los tres factores de la comunicación:

Éthos: El oyente debe estimar que el orador es una persona válida para transmitir ese mensaje y debe entender sus motivos.

Páthos: El oyente debe sentir alguna emoción. Aristóteles cita más de un centenar de emociones que se pueden provocar en el oyente.

Logos: La lógica del orador debe tener sentido para quien escucha. El argumento debe ser comprensible y claro desde el punto de vista del oyente.

Es decir, toda argumentación se desarrolla en función de un auditorio. Al respecto sostienen Perelman y Olbrechts-Tyteca (1958/1989, p. 52):

> Con frecuencia, los autores de comunicaciones o de memorias científicas piensan que es suficiente con relatar ciertas experiencias, mencionar ciertos hechos, enunciar cierto número de verdades para suscitar infaliblemente el interés de los posibles oyentes o lectores. Esta actitud procede de la ilusión, muy extendida en diversos ámbitos racionalistas o cientifistas, de que los hechos hablan por sí solos e imprimen un sello indeleble en todo ser humano, cuya adhesión provocan, cualesquiera que sean sus disposiciones. K.F. Bru-

> ner, secretario de redacción de una revista psicológica, compara a estos autores, poco interesados en el auditorio, con un visitante descortés.

Tal omnipresencia del auditorio, el oyente, el receptor o destinatario de la comunicación está en la base de la retórica, y ésta sólo cabe en libertad, donde exista la posibilidad del diálogo.

Seguir un método es básico para que el uso de la retórica permita alcanzar sus objetivos. "Toda la doctrina de la oratoria [...] consta de cinco partes: invención, disposición, elocución, memoria y pronunciación o acción, pues se emplean ambas denominaciones" (Quintiliano, 1997, p. 327).

A las cinco operaciones retóricas cabría añadir una sexta, la *intellectio*, que Francisco Chico Rico (1989) define como una operación retórica de examen minucioso o conocimiento de la realidad sobre la que la *inventio* va a operar y como una operación retórica de naturaleza pragmática, acerca de la comprobación de que la causa posee un estatus y es defendible en un contexto concreto.

El punto de partida, sin duda, es hablar de lo que se conoce, pero Cicerón introduce un aspecto que se nos antoja imprescindible cuando nos centramos en la divulgación científica, "nadie puede hablar bien de lo que no sabe, y que aunque lo sepa, si ignora el arte de construir y embellecer el discurso, no podrá explicar lo mismo que tiene bien conocido" (Cicerón, 2002, p. 41).

A partir de ahí se empaqueta el discurso enmarcado por la corrección, claridad y ornato. Porque "la exigencia de que sea conveniente, que es el elemento principal, lo ponen muchos bajo la categoría del ornato" (Quintiliano, 1997, p. 71).

Muchas de esas claves se olvidaron durante siglos para reducir la retórica a un aspecto formal y marginal, el de las figuras retóricas. Por fortuna, la retórica vive un resurgir que es consecuencia de su polivalencia, es decir, de su capacidad para ser útil en diferentes ámbitos de la cultura. En este sentido sostiene José María Pozuelo Yvancos (1988, p. 144) que, "el énfasis actual sobre ese dominio, lejos de ser causa, es consecuencia del propio modo de ser de una ciencia que nació interdisciplinar".

Retórica y divulgación

La divulgación tiene mucho, o todo, de comunicación persuasiva y la retórica orienta y facilita la búsqueda de los medios de persuasión adecuados para cada asunto; no resulta extraño, por tanto, la alianza entre ambos mundos.

En palabras de Alan Gross (1994, p. 3), en la divulgación la retórica tiene dos funciones que cumplir: "es tanto una teoría capaz de analizar la comprensión del público como una actividad capaz de crearla, y los científicos están participando en el proceso de persuasión en todas sus actividades profesionales e intelectuales".

Y otro punto de enlace está en la ligazón que los clásicos hacían entre retórica y ética, y entre retórica y democracia. Como Aristóteles y Quintiliano, Gross sostiene que el proceso persuasivo es un proceso marcado por la confianza del público en aquellos que están tratando de persuadirlo, hasta el punto de que el orador que evoca las emociones apropiadas y apoya los valores adecuados debe ser una persona o grupo "en cuya virtud, buena voluntad y sentido común el público tenga confianza" (Gross, 1994, p. 4).

La retórica, según esa perspectiva, está ausente en modelos de divulgación como el del déficit, ya que al asumir la ignorancia del público aleja a éste de la ciencia y lo margina, a la vez que le achaca un rol pasivo a la sociedad; de forma que esa postura, al no permitir la participación de la ciudadanía, en realidad, enmascara las implicaciones éticas y políticas de la ciencia. Mientras que el modelo contextual, para Gross, al integrar lo local y las particularidades del caso, propicia la interacción entre ciencia y público, de modo que crea conocimiento social y político legítimo.

A partir de este autor se ha desarrollado un importante cuerpo de investigaciones en el que la retórica aparece como marco para analizar la relación entre divulgación y retórica (Condit, Lynch y Winderman, 2012). El problema es que muchos de esos estudios se sitúan en los márgenes de la retórica aristotélica, y "descuidan la atención a esas fuentes teóricas" (Condit, Lynch y Winderman, 2012, p. 388); mientras que otros perciben la retórica como una práctica mecánica y se centran en encontrar algunas estrategias y tácticas retóricas "adecuadas".

Lo que parece evidente a la luz de la literatura sobre el tema es que, tal y como explica Greg Myers (2003), el desarrollo de una afirmación científica y de ser un científico exitoso requiere de la participación en una variedad de géneros, argumentaciones distintas para distintos públicos.

La metáfora

Buena parte de la responsabilidad de la degradación a la que se sometió la retórica durante siglos la tuvo la simplificación de los estudios retóricos, que deja el arte en un simple listado de figuras de dicción. Pero también decían Perelman y Olbrechts-Tyteca (1958/1989) que no se puede desligar fondo y forma. Entre esas figuras, nosotros en-

tendemos que la metáfora tiene una importancia capital en los estudios sobre ciencia y sobre divulgación científica. De tal forma que al renacer de la retórica se ha unido una metáfora reavivada.

La Real Academia Española (2014) define a la metáfora como un tropo que consiste en trasladar "el sentido recto de las voces a otro figurado, en virtud de una comparación tácita" (párrafo 1). Desde nuestro enfoque, entendemos que la metáfora no sólo contribuye a acercar la práctica científica a la ciudadanía en general, sino que la propia experiencia científica es una metáfora en sí. En este sentido, Umberto Eco (1990/1992, p. 174) sostiene que "uno de los rasgos de la moderna metaforología es haber insistido, más que sobre la relación entre metáfora y poesía, sobre la relación entre metáfora e investigación científica y, en general, entre metáfora y conocimiento".

De ahí que algunos autores asocien el nacimiento de nuevas teorías, donde los términos adquieren significados novedosos, con la metáfora (Feyerabend, 1975/1986; Kuhn, 1962/1971).

Si la metáfora es útil en la investigación científica, más lo es en la divulgación (Cortiñas, 2008; Liakopoulos, 2002). Además, como sostiene Jorge Laborda (2011, p. 51), "el seco, áspero, a veces hasta rudo conocimiento debe ser revestido de emotividad".

Retórica en internet

Modernidad y tradición nunca han estado tan en sintonía como lo está la retórica con los nuevos formatos de comunicación que introduce internet. Y es que "los sitios web tienen la intención de presentar posiciones coherentes, e informar, influir y persuadir a aquellos que entren en ellos" (Resnick, 1997, p. 48). Un enfoque que requiere de la retórica para analizar su funcionamiento (Warnick, 2001).

La retórica está también presente en la organización de los sitios y páginas web. Quien elabora uno de estos espacios ejecuta un proceso productivo retórico en cuanto a la organización semiótica del objeto significativo que construye: con la *inventio* obtiene y prepara los contenidos, con la *dispositio* los estructura, con la *elocutio* los expresa con todos los medios con los que cuenta y con la *actio* o *pronuntiatio* los comunica (Albaladejo, 2005). Además, la retórica aparece en aspectos que, a primera vista, le pudieran resultar ajenos, como la usabilidad (Navarro, 2003).

Si el ágora era el lugar por excelencia de desarrollo de la retórica, el espacio donde concurren los miembros de la sociedad interesados en el intercambio verbal y práctico, hoy esa plaza es internet. Así, el interés por la retórica desde ese nuevo formato reside, tanto en la propia construcción del discurso, como en las relaciones pragmáticas entre

el autor y el lector, en los intercambios de papeles que ambos pueden realizar, en la hipertextualidad, etc. (García, 2005). Unas interacciones que James Zappen (2005, p. 322) califica de "negociación compleja" porque una misma persona puede ocupar diferentes posiciones en ese entramado de comunicaciones.

El usuario de la red deja de ser un elemento pasivo, tal y como lo entendían las propuestas teóricas sobre comunicación más tradicionales, y pasa a ser parte activa "sea como emisor, sea como receptor, sea como actor o como mero espectador" (Berlanga, García y Victoria, 2013, p. 128).

En materia de ciencia y divulgación la retórica tiene un campo de trabajo y un potencial de desarrollo enormes, también cuando el canal es internet. Puede fomentar las colaboraciones creativas; producir nuevas ideas y resultados de investigación; promover el desarrollo de comunidades científicas y espacios de discusión digitales, desde los cuales impulsar el debate sobre asuntos de actualidad en materia de ciencia, entre los científicos y los no científicos, etc. A fin de cuentas, se trata de comprobar cómo la autoexpresión, participación y colaboración, propias de los entornos digitales, tienen su réplica en el ámbito de la ciencia.

La retórica está también presente en la organización de los sitios y páginas web. Quien elabora uno de estos espacios ejecuta un proceso productivo retórico en cuanto a la organización semiótica del objeto significativo que construye: con la inventio obtiene y prepara los contenidos, con la dispositio los estructura, con la elocutio los expresa con todos los medios con los que cuenta y con la actio o pronuntiatio los comunica (Albaladejo, 2005). Además, la retórica aparece en aspectos que, a primera vista, le pudieran resultar ajenos, como la usabilidad (Navarro, 2003).

Si el ágora era el lugar por excelencia de desarrollo de la retórica, el espacio donde concurren los miembros de la sociedad interesados en el intercambio verbal y práctico, hoy esa plaza es internet. Así, el interés por la retórica desde ese nuevo formato reside, tanto en la propia construcción del discurso, como en las relaciones pragmáticas entre el autor y el lector, en los intercambios de papeles que ambos pueden realizar, en la hipertextualidad, etc. (García, 2005). Unas interacciones que James Zappen (2005, p. 322) califica de "negociación compleja" porque una misma persona puede ocupar diferentes posiciones en ese entramado de comunicaciones.

El usuario de la red deja de ser un elemento pasivo, tal y como lo entendían las propuestas teóricas sobre comunicación más tradicionales, y pasa a ser parte activa "sea como emisor, sea como receptor, sea como actor o como mero espectador" (Berlanga, García y Victoria, 2013, p. 128).

En materia de ciencia y divulgación la retórica tiene un campo de trabajo y un potencial de desarrollo enormes, también cuando el canal es internet. Puede fomentar las colaboraciones creativas; producir nuevas ideas y resultados de investigación; promover el desarrollo de comunidades científicas y espacios de discusión digitales, desde los cuales impulsar el debate sobre asuntos de actualidad en materia de ciencia, entre los científicos y los no científicos, etc. A fin de cuentas, se trata de comprobar cómo la autoexpresión, participación y colaboración, propias de los entornos digitales, tienen su réplica en el ámbito de la ciencia.

Objeto de estudio

Nuestro objeto de estudio es la comunicación externa de las empresas biotecnológicas a través de sus sitios web corporativos. De ese universo tomamos las pymes biotecnológicas asentadas en los cuatro parques tecnológicos de Andalucía que cuentan en su seno con al menos dos de estas compañías, a saber: Parque Científico y Tecnológico Cartuja, PCT Cartuja (Sevilla); Parque Tecnológico de Andalucía, PTA (Málaga); Parque Tecnológico de Ciencias de la Salud, PTS (Granada), y Parque Científico y Tecnológico Rabanales 21, Rabanales 21 (Córdoba). En total contamos con un corpus de 32 empresas de las cuales 29 disponen de un espacio propio en internet. A él nos enfrentamos tal y como eran entre los meses de junio y julio de 2013.

Objetivos e hipótesis

Los objetivos que planteamos son:

- Analizar dónde focalizan las empresas sus discursos en sus sitios web.
- Acreditar a qué públicos pretenden llegar.
- Vislumbrar si en esas web tiene cabida la divulgación científica sobre las parcelas de conocimiento en las que trabajan.
- Comprobar si los discursos que presentan en sus sitios web se han construido atendiendo a un auditorio real o ideal.

Nuestra hipótesis es que las pymes biotecnológicas tienen una labor que desarrollar para llegar a comunicarse con diferentes públicos a través de su web, pero aún no han encontrado los contenidos y las formas y registros de expresión adecuados, para establecer relaciones fructíferas con auditorios específicos al margen de sus clientes, es decir, no han hallado una retórica propia.

Metodología

Entendemos con John Austin (1962/1982) que el lenguaje no es sólo un vehículo para expresar ideas, sino que tiene la capacidad de participar en la construcción de la realidad social, no sólo describe, es un modo de acción y, por tanto, tiene intencionalidad y no sólo significado.

De ahí que en este trabajo usemos métodos cualitativos y cuantitativos de investigación, mediante las técnicas del análisis del discurso y del análisis de contenido, respectivamente, sobre los textos que aparecen en la página de inicio de cada uno de los sitios web de las empresas. Igualmente, nos hemos apoyado en análisis estadísticos de datos, ya que entendíamos que podía resultarnos de utilidad para comprobar el grado de coincidencia entre los sitios y para la descripción de resultados globales. El programa estadístico con el que hemos trabajado ha sido el STATA 13.1.

Abordamos esta aproximación desde la semiótica, entendida tal y como lo hace Eco (1971/1988, p. 19): "la semiótica es la disciplina que estudia las relaciones entre el código y el mensaje, y entre el signo y el discurso".

Así, arrancamos documentando el tipo de oraciones que aparecen en los textos de las páginas de inicio de las 29 empresas biotecnológicas analizadas; también buscamos las unidades semánticas principales, es decir, las palabras que concentran la mayor carga de significación en esos relatos, e indagamos sobre las formas personales del verbo que se utilizan al presentar la empresa. Tales datos nos permitirán comprobar la claridad en la exposición, cómo se afronta la comunicación con el lector y sobre qué ejes pivota la argumentación, entre otras cuestiones.

Por otra parte, si un texto es un conjunto estructurado de signos, no necesariamente lingüísticos, entendemos que las imágenes que las empresas plasman en sus páginas no son casuales, actúan como los ropajes de las personas, que proporcionan a quienes las ven cierta idea de cómo son y cómo quieren mostrarse. Esas imágenes constituyen un texto que pretendemos examinar.

Igualmente, hemos construido unas plantillas en las que recoger información acerca de la estructura matriz de cada uno de esos textos, que le proporcionan coherencia lógica, y que se relaciona con los paradigmas de discurso en las empresas, que se corresponden, a su vez, con distintas identidades organizacionales (Weil, 1990/1992, p. 74 y ss.). Así, segregamos:

El discurso de la soberanía: Digo quién soy. Traduce una identificación con la empresa por su categoría, por su superioridad.

El discurso de la actividad: Digo lo que hago y cómo lo hago. Traduce una identificación con la empresa por el conocimiento del sector, del oficio o del saber hacer.

El discurso de la vocación: Digo para qué y para quién lo hago. Traduce una identificación con el espíritu de servicio e insiste sobre el beneficio del destinatario.

A estos tres paradigmas de Pascale Weil añadimos dos más:

El discurso del alcance: Digo las consecuencias de lo que hago. Traduce el compromiso de la empresa con las derivaciones de su actividad y constituye el germen para establecer un pacto con el destinatario.

El discurso del emplazamiento: Digo dónde lo hago. Traduce una voluntad de conexión (aunque sólo sea de forma implícita) con el entorno más próximo.

Relacionado con el bloque anterior está el de los códigos o campos asociativos de señalizaciones —unidades de sentido o lexías— que desciframos a partir de una adaptación propia basada en Roland Barthes (1979/2004). Así, descartamos el código semántico y el estilístico y nos quedamos con los que más información pueden proporcionarnos acerca del sentido de los textos de las páginas de inicio, a los que añadimos un código descriptivo:

Código cultural: atiende a las citas a una ciencia o saber; en nuestro caso nos centramos en las que corresponde a la biotecnología.

Código hermenéutico o de interpretación y acercamiento de hechos y datos. Se conforma en estructuras de preguntas (implícitas o explícitas) y respuestas.

Código simbólico y metafórico: es el lugar propio de la multivalencia. Buscamos la presencia de metáforas y símiles en los textos.

Código proairético: observa los comportamientos, las acciones. Nos adentramos en las acciones deliberadas que se registran en la sintaxis narrativa del texto.

Código descriptivo. examinamos la sintagmática o unidades descriptivas que se suceden en el discurso.

Y volvemos al principio porque "esta lingüística del discurso ha tenido durante mucho tiempo un nombre glorioso: Retórica" (Barthes, 1966/1977, p. 68).

En cuanto a la técnica del análisis de contenido la aplicamos sobre un corpus de palabras a través del cual pretendemos comprobar ciertas características en la presentación de las empresas seleccionadas, en concreto el tipo de público al que se dirige. Nos apoyamos en esta operación en Teun Van Dijk (1988/1990, p. 122) cuando apunta

que "la elección de palabras específicas puede señalar el grado de formalidad, la relación entre los participantes en el habla, la inserción institucional o grupal del discurso, y en especial las actitudes [...] del hablante".

Se trata de un corpus constituido por ocho sustantivos, todos ellos abordados como campos semánticos.

Cuatro se refieren a la actividad de estas empresas: negocio, usos, innovación y tecnicismos.

El resto se engloba en sus vinculaciones con el entorno físico y social, no sólo el más próximo: sociedad, entorno, beneficios, persona.

Resultados

Análisis del discurso

Como ya adelantamos, en este bloque analizamos los textos de cada una de las páginas de inicio de los sitios web desde una perspectiva cualitativa, pero pretendemos apoyar ese enfoque sobre datos cuantitativos que nos permitan corroborar la certeza de los resultados.

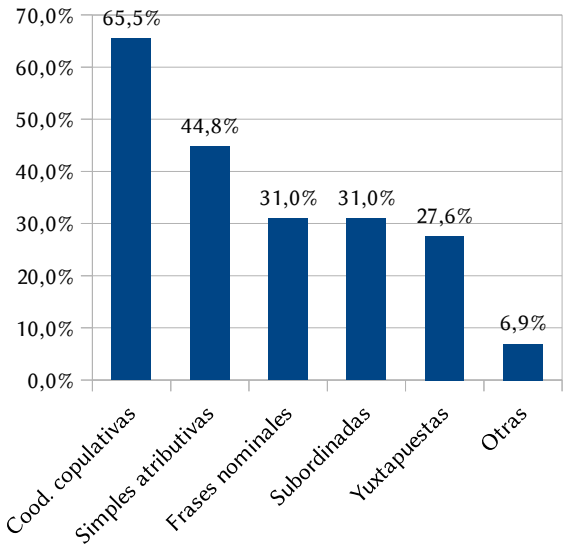


Figura 1. Sintaxis predominante en páginas de inicio

Así, arrancamos documentando el tipo de oraciones —sintaxis— que aparecen en los textos de la página de inicio (Figura 1). Destaca la alta presencia, en las oraciones simples de las leyendas, de oraciones atributivas (44,82%) y frases nominales (31,03%). En cuanto a las compuestas la preeminencia corresponde a las coordinadas copulativas (66,51%) frente a las subordinadas adjetivas (17,24%), adverbiales (10,34%), sustantivas (3,45%) y otras (6,90%). Debemos señalar en este punto que en un mismo texto pueden aparecer, y de hecho es lo habitual, más de un tipo de oración, por lo que la suma de esos porcentajes no puede dar como resultado 100.

Un texto con predominio de oraciones simples y una estructura lógica (sujeto + verbo + complementos) es el que proporciona una mayor claridad para el lector; no así las frases nominales por su ausencia de verbo. En cuanto a las compuestas, las oraciones subordinadas permiten identificar la información importante con más facilidad que las coordinadas, siempre que no se acumulen más de dos proposiciones (King, 1978). En nuestro caso, al predominio de la coordinación y la presencia de frases nominales se añade, en algunos de los sitios, la tendencia a acumular elementos y alargar en exceso las oraciones, con preeminencia de las comas frente a otros signos de puntuación. Tales estructuras entorpecen la comprensión y oscurecen la argumentación que se pretende plasmar. La sintaxis sencilla, sin llegar a ser telegráfica, resuelve esos problemas.

Por lo que se refiere a las unidades significativas principales, las que acumulan la mayor carga semántica, comprobamos que se concentra en elementos sustantivos (89,66% de los textos) con predominio de los sacados directamente de los campos de la ciencia y la tecnología.

Por el contrario, los verbos, ausentes en el 10,34% de los discursos que optan en exclusiva por frases nominales, aparecen en modo indicativo y suelen ser de baja carga semántica; además de los copulativos, encontramos verbos como desarrollar, centrar, realizar, encontrar, ofrecer, contar, disponer…

Predominan las exposiciones que utilizan la tercera persona del singular, (76%), frente al 12% que opta por la primera del plural; y el restante 12% alterna una y otra forma en un mismo texto. Tal predominio de la tercera persona del singular lo entendemos influido por prácticas discursivas del ámbito científico —de forma particular por el artículo científico— en el que el protagonismo se les concede a los datos y, por tanto, se presupone que la carga subjetiva está ausente.

En cuanto a la adjetivación, está presente en buena parte de los textos, centrada en amplificar la novedad de un producto, servicio o proceso y su singularidad, sin embargo, no destaca por su reiteración.

Con referencia a las imágenes que acompañan los textos que examinamos, hemos de señalar el predominio absoluto de las directamente relacionadas con la actividad investigadora: desde pipetas o matraces, hasta cadenas de ADN –en distintos grados de esquematización–, ellas están presentes en casi las tres cuartas partes (72,41%) de los sitios (Figura 2). En relación con este grupo están las figuras humanas que se pueden identificar como integrantes de un laboratorio, las cuales se reconocen en el 24,14% de las páginas de inicio. Las manos que humanizan esos elementos propios de la actividad investigadora aparecen acompañando a los textos en el 27,79% de los casos; mientras

que edificios o productos de la empresa están presentes en menos ocasiones (13,79%). Al margen de este ámbito situamos las imágenes de la naturaleza —vegetación, frutos, construcciones naturales minerales, etc.— que se encuentran en casi la tercera parte de los sitios (31,03%); las personas extrañas a la actividad investigadora figuran en las páginas de inicio con una frecuencia inferior (27,59%); mientras que los elementos ajenos al laboratorio apenas aparecen (3,45%).

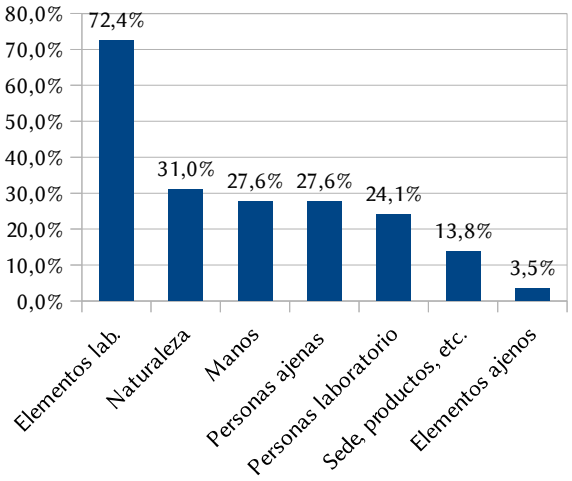


Figura 2. Imágenes en las páginas de inicio

Respecto a los paradigmas de la narrativa que guía la retórica de exposición en los textos en la página de inicio de los sitios web destacamos, en primer lugar, la presencia casi absoluta (96,56%) del discurso que Weil (1990/1992) denomina de la actividad. Las empresas dicen, en ese primer contacto con los usuarios que se acercan a su web, cuál es su ocupación, su saber hacer en el sector de la biotecnología y, en menor medida el cómo, que aunque Weil engloba en el mismo parámetro, lo cierto es que en nuestras empresas apenas se hace referencia a ese aspecto.

También está presente en más de las dos terceras partes de esos relatos (68,97%) el discurso que nuestra autora titula como de la soberanía; un discurso que es propio de los líderes del sector, pero que en los casos analizados aparece en relación con otros argumentos salvo en una de las ocasiones en que es el único que se expone. De hecho, la conjunción de soberanía y actividad representa la estructura matriz, usada en más de la mitad de los textos (Tabla 1). Igualmente, debemos apuntar la escasa presencia de otras argumentaciones, que mostrarían la voluntad de la empresa de salir de un mundo propio para asomarse a otros universos con los que pudiera comuni-

Estructura matriz	Frecuencia	%	Acumulado
Soberanía	1	3.45	3.45
Soberanía+ Actividad	16	55.17	58.62
Soberanía+ Actividad+ Vocación	1	3.45	62.07
Soberanía+ Actividad+ Alcance	1	3.45	65.52
Soberanía+ Actividad+ Emplazamiento	1	3.45	68.97
Actividad	8	27.59	96.55
Actividad+ Vocación	1	3.45	100.00
Total	29	100.00	

Tabla 1. Distribución de la estructura matriz de los textos en las páginas de inicio

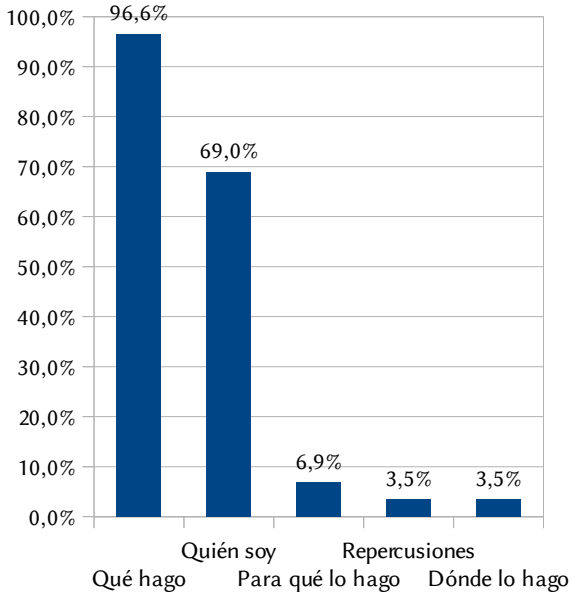


Figura 3. Estructura matriz del discurso

carse. Así, el discurso de la vocación (para qué y para quién lo hago) sólo se recoge en dos de los textos estudiados Más desaparecido aún está el discurso que hemos llamado del alcance (3,45%), en el que se da cuenta de las derivaciones de la actividad y que explicita una vinculación con el destinatario del argumento; e idéntica escasa aparición registra el del emplazamiento (3,45%) por el que la empresa se vincula con su entorno más cercano.

De forma segregada, la distribución de argumentos queda tal y como se expone en la figura 3. En él podemos comprobar el salto entre la presencia de discursos que miran al interior de la empresa, (qué hago —actividad— y quién soy —soberanía—) frente a los que miran al exterior, (para qué y para quién lo hago —vocación—, consecuencias de lo que hago —alcance— y dónde lo hago —emplazamiento—).

Para profundizar más en el sentido de esos textos, separamos los elementos significativos que, a nuestro parecer, se dan cita en los textos que abordamos para, a partir de esa descomposición, construir una hipótesis interpretativa sobre su alcance. Y como la percepción que suscite en cada lector puede ser diferente, nos centraremos en los códigos de Barthes, con alguna variación que ya hemos expuesto con anterioridad. De tal forma que destacamos la presencia en todos los discursos a los que nos hemos enfrentado de un código cultural propio, el de la biotecnología, así como del código proairético; en menor medida (65,52%), encontramos unidades descriptivas en las páginas de inicio analizadas, que en muchos casos se vinculan a productos y servicios ofrecidos por la empresa y no a su actividad. Más atención reclama la escasa presencia de unidades de significado relacionadas con el código hermenéutico o de interpretación, tan sólo exhibidos en 6 de esos textos

Códigos	Frecuencia	%	Acumulado
Cultural+ Proairético	4	13.8	13.79
Cultural+ Hermenéutico+ Proairético+ Descriptivo	6	20.7	34.48
Cultural+ Proairético+ Descriptivo	19	65.5	100.00
Total	29	100.0	

Tabla 2. Distribución de códigos (unidades de sentido) en las páginas de inicio

(20,69%), y la completa desaparición del código simbólico, tal y como se puede comprobar en la tabla 2.

A la vista de esos resultados una de las dudas que se le puede presentar al lector es la de cómo hemos identificado en todos los textos la presencia del código proairético, vinculado a las acciones, cuando en algunas de esas leyendas no figura verbo alguno y en otras los verbos son de baja carga semántica. La solución viene de la mano de la definición de *lexia* que da Barthes y de la apertura del ángulo con el que aborda sus análisis; nosotros hemos aprovechado esa escasa delimitación formal para integrar en ese código no la palabra, sino su significado, lo que nos permite, por ejemplo, vincular a acciones lo que formalmente son sustantivaciones de acciones verbales.

Análisis del discurso

Nos apoyaremos en un análisis positivo (de contenido) según lo entienden Roger Wimmer y Joseph Dominick (1987/1996), como un método de estudio y análisis de comunicación de forma sistemática, objetiva y cuantitativa, con la finalidad de medir determinadas variables. Nuestro parámetro será la palabra, porque de la acumulación o carencia de voces concretas podremos intuir un determinado sentido del texto y una vocación premeditada de llegar a ciertos grupos (lectores) y descartar otros. Por lo que este epígrafe no puede entenderse en desconexión con el anterior.

Por supuesto, sabemos que los signos no son de lectura única, sino polisémicos, y que el mero hecho de optar por los que elegimos, y no por otros, implica una cierta tergiversación; aun así, confiamos en que los resultados nos permitan acercarnos lo más posible a una realidad no falseada, que se complemente con el acercamiento anterior.

Los dos bloques de sustantivos —recordemos que los abordamos como campos semánticos— que habíamos propuesto para acometer el análisis de contenido de la página de inicio de los sitios web, nos aportan una diferenciación muy explícita, tal y como queda de manifiesto en la figura 4.

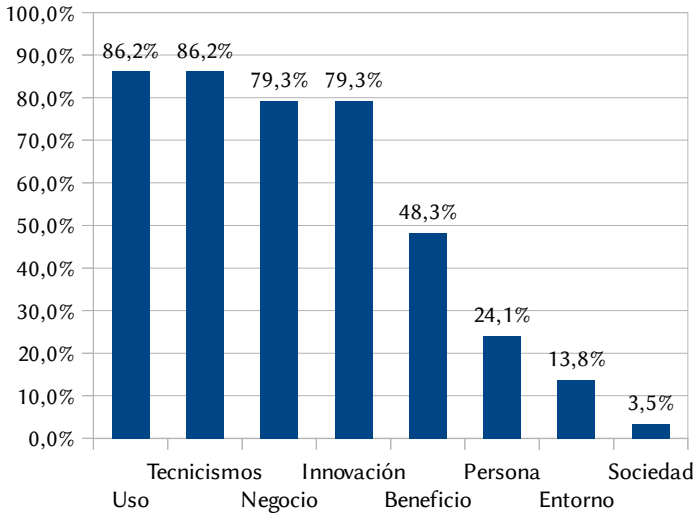


Figura 4. Campos semánticos en páginas de inicio

Los cuatro sustantivos que hacen referencia a la actividad empresarial de las compañías analizadas están muy presentes. Así, las menciones a negocio y a innovación rozan el 80%; mientras que tecnicismos y uso (entendido como campo de aplicación) sobrepasan el 86%. La escasez es, por el contrario, la característica que predomina en la segunda mitad, la relacional, aquella que alude a la vinculación social de la empresa. El campo semántico de sociedad, sólo está presente en una de las páginas de inicio, el 3,45% del total; el entorno se manifiesta exclusivamente en forma de la universidad de la que esas empresas nacieron como *spin off*, en el 13,79%; en el 24,14% de las ocasiones se manifiesta el campo semántico de persona, y a beneficios se refieren el 48,28% de las páginas de inicio.

Consideramos que conviene desgranar algo más estos números. Así, en cuanto al uso o campo de aplicación al que se destinan los productos o servicios que generan las empresas, que podría servir como nexo con la ciudadanía al adentrarse en su utilidad, se limitan a nombrar los sectores de destino, industria farmacéutica, agricultura, alimentación…

La presencia de tecnicismos tiene una alta variabilidad; conviven páginas de inicio, en especial una, en la que este tipo de voces aparecen encadenadas hasta convertir el texto en jerga, junto a otras en las que su presencia es esporádica, incluso, aunque estemos ante términos propios de la ciencia, están asimilados en registros de otros ámbitos.

Por lo que se refiere al léxico relativo a negocio, no sólo tiene una alta incidencia considerado en términos de presencia/ausencia, sino que, además, se suelen utilizar sinónimos en varias ocasiones, hasta en siete ocasiones una de las empresas utiliza términos relativos a este ámbito en su página de inicio.

La fuerte presencia de referencias a innovación no resulta extraña, debido a que ella marca el ser o no ser de su negocio.

Casi en la mitad de los textos analizados aparecen indicaciones sobre algún tipo de beneficio que su actividad conlleva, la mitad de las páginas analizadas apunta a alguna ventaja, pero sin profundizar en ella. Además, no se alude a los beneficios que puede acarrear la empresa —sus productos, servicios o actividad— para las personas como individuos, y no se detallan, sino que se plantean casi en abstracto; aspecto que se relaciona con la utilización de un concepto genérico de ser humano, por ejemplo, "mejora de la calidad de vida" o "investigación y tecnología aplicada al bienestar del hombre". Ese distanciamiento se produce también cuando se hace referencia a enfermedades, pero no a las personas que los padecen y, en los casos en que se alude a ellas, aparecen con la palabra "paciente".

Igualmente, el entorno más próximo también se obvia, y sólo cuatro de ellas hacen referencia explícita al recinto o ciudad en donde se asientan, o a la universidad local de la que surgen como *spin off*.

Así, no resulta extraño que la palabra sociedad u otras con su mismo significado, sólo se registre en una de las veintinueve páginas de inicio (3,45%), ni que en esa ocasión no se explicite relación alguna de la empresa y la sociedad, sino que la referencia es indirecta. De hecho, sólo se constata la existencia de una tendencia social "hacia lo natural" que, entiende la empresa, contribuye a la adecuación de sus productos a esa corriente. De tal forma que también en este análisis registramos un salto, en apariencia similar al que dibujaban los resultados de la estructura matriz del discurso (Figura 3), entre los aspectos, en este caso palabras, referidas al ámbito de la empresa y los que miran al exterior.

Discusión y conclusiones

Tanto para la retórica clásica como para la nueva retórica el discurso debe construirse en función del auditorio, como se ha comentado más arriba, y con este trabajo uno de los objetivos que nos planteábamos era comprobar a qué públicos se dirigen las pymes biotecnológicas desde sus sitios web. Pues bien, a tenor de datos como que la carga semántica de los textos se concentre en sustantivos extraídos de la esfera de la ciencia y la tecnología; que el código cultural propio del ámbito biotecnológico se exhiba en todos los textos abordados, o que los tecnicismos tengan la más alta incidencia numérica respecto a los campos semánticos propuestos, entendemos que el público con el que pretenden comunicarse esas empresas es el que conoce esos conceptos, mientras el resto queda alejado.

Decía Eco (1979/1981) que cada texto va dirigido a un lector modelo que comparte con el autor una serie de competencias y saberes similares a los suyos, para que interprete sus textos de la forma prevista por él. Pero añade que esos textos también pueden contribuir a producir tales competencias. Para logarlo, es preciso que esos relatos contengan una fuerte carga hermenéutica en sus unidades de sentido, que según hemos comprobado sólo aparece en seis de los textos analizados (20,69%). Además, el código simbólico o metafórico ni siquiera hace acto de presencia; una ausencia significativa y que nos alerta de que la divulgación científica difícilmente tiene cabida en esas páginas.

A ello se suma que la sintaxis elegida en la construcción de los textos no es la que facilita una mejor comprensión por parte del lector.

Esos datos nos proporcionan una primera impresión de que las empresas, al menos a través de sus sitios web, se alejan voluntariamente de los públicos con los que no tiene relación directa o no están familiarizados con la biotecnología. Una sensación que ratifica el hecho de que el discurso de la vocación (digo para qué y para quién lo hago) y el del alcance (digo las consecuencias de lo que hago), tengan una mermada presencia. De forma que los textos no buscan la complicidad de públicos ajenos a su actividad, mediante un ofrecimiento manifiesto de respuestas a las preguntas que la biotecnología en general y su actividad concreta en particular pueden plantear.

Igualmente, que los campos semánticos de persona, sociedad y entorno presenten tan baja incidencia en esos textos, son registros que entendemos que corroboran la tendencia a la que apuntan otros resultados, el de un distanciamiento que no puede ser fortuito o accidental, respecto a la sociedad en general y su entorno más próximo en particular.

Ese desapego también lo encontramos en las imágenes que acompañan a los textos. El predomino de elementos propios de un laboratorio, incluso de las personas que identificamos como personal de ese ámbito, marcan las diferencias con los que pudieran ser beneficiarios de su trabajo.

La elección de la persona verbal tampoco es casual. El predominio de la tercera persona del singular en las exposiciones parece influida por prácticas discursivas del ámbito científico; como también lo es el hecho de que el argumento que prevalece y sobre el que se levanta la estructura matriz de esos discursos es el de la actividad (digo qué hago) en 28 de las 29 páginas de inicio analizadas, apoyado por el de la soberanía (digo quién soy); como si la mera enunciación de hechos o experiencias, por sí solos, provocaran la adhesión de todo ser humano, como criticaran Perelman y Olbrechts-Tyteca (1958/1989).

En definitiva, tras cubrir los objetivos que nos habíamos planteado en esta investigación, podemos afirmar que nuestra hipótesis ha quedado avalada por los resultados que hemos obtenido. Esto es: las pymes biotecnológicas no han hallado una retórica propia que les permita establecer relaciones fructíferas con auditorios específicos al margen de sus clientes.

Por el contrario, entendemos que las empresas observadas han construido los textos de sus sitios web como tarjetas de visita, un mero escaparate donde mostrarse a un auditorio ideal. Cierto que ese problema es habitual en las pymes (García, Carrillo y Castillo, 2012) y en otros sectores corporativos (Victoria, 2005); pero no se puede olvidar que internet ya es la primera fuente de información sobre cuestiones científicas,

por encima de la televisión (Fecyt, 2015), y las empresas no pueden permanecer ajenas a esas tendencias.

Es hora de que tomen conciencia de que entre sus públicos de interés no sólo están sus clientes, reales o potenciales, sino que ese concepto se amplía para acoger a todos sus *stakeholders*, entendidos a la manera de Edward Freeman (1984), como cualquier grupo o individuo que puede afectar o ser afectado por el logro de los objetivos de la empresa. A partir de ahí cada compañía debe preguntarse quiénes son esas personas, qué buscan en el ámbito de la biotecnología, qué intereses tienen, cómo pueden propiciar el diálogo con ellas, cómo contribuir a proporcionarles respuestas, etc. Y para lograrlo deberían empezar por no alejarlas de sus sitios web con discursos que excluyen sus intereses.

Porque si la retórica pretende obtener mediante la argumentación persuasiva un cambio de actitud ante una cuestión determinada —o provocar una acción, en nuestro caso—, presentarse con discursos divulgativos puede, no sólo contribuir a que sus públicos de interés —no sólo sus clientes— mejoren la imagen o conformen una imagen positiva de cada una de esas empresas, sino que también pueden lograr un mayor interés por su actividad. Tal cambio conlleva la generación de vocaciones científicas, también empresariales y, en consecuencia, en el futuro, les permitirá optar a una mayor disponibilidad de personal cualificado, incluso el crecimiento en el volumen de empresas en su sector, compañías con las que no sólo competir, sino también colaborar. Aspecto este de especial interés cuando, como es nuestro caso, tales empresas comparten recintos específicos: los parques tecnológicos. Además, divulgar no es una tarea que competa en exclusiva a las administraciones y organismos educativos y económicos.

Con esta investigación sólo hemos pretendido hacer un primer acercamiento a la retórica de los textos de un puñado de sitios web; somos conscientes de que la muestra sobre la que hemos trabajado es pequeña, sólo 29 empresas, quizá demasiado escasa para poder extraer de ella conclusiones extrapolables al ámbito de las empresas biotecnológicas en general. Además, nos hemos limitado a la página de inicio y, tal vez, en otras páginas del sitio y en sus incursiones en las redes sociales se cubran las carencias que hemos detectado. Pero no debemos obviar que esa página inicial conforma el primer contacto, y si no cubre las expectativas del usuario, difícilmente seguirá buceando en ella.

A pesar de tales limitaciones, entendemos que ejercicios de este tipo se hacen progresivamente más necesarios, y cobran todo su sentido, cuando apreciamos que la crítica retórica puede aplicarse para iluminar el funcionamiento de unas comunicaciones en internet que están diseñadas, ordenadas y organizadas para privilegiar ciertas ideas

e influir en el pensamiento de sus usuarios y lectores, tal y como desveló Barbara Warnick (2001).

Referencias

Albaladejo, Tomás (2005). Comunicación retórica en los sitios web. En Fernando Garrido, (Coord.), *Actas electrónicas del II Congreso On line del Observatorio para la Cibersociedad*. Barcelona, 2005. Recuperado de http://urbinavolant.com/audiovisual/wp-content/uploads/2015/02/T.Albaladejo.-La-comunicacion-ret%C3%B3rica-en-los-sitios-web.pdf

Aristóteles (1990). *Retórica*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.

Austin, John Langshaw (1962/1982). *Cómo hacer cosas con palabras: palabras y acciones*. Barcelona: Paidós.

Barthes, Roland (1966/1977). Introducción al análisis estructural de los relatos. En Silvia Niccolini (Ed.), *El análisis estructural* (pp. 65-101). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.

Barthes, Roland (1979/2004). *S/Z*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Berlanga, Inmaculada; García-García, Francisco & Victoria, Juan Salvador (2013). Ethos, pathos y logos en Facebook. El usuario de redes: nuevo «rétor» del siglo XXI. *Comunicar*, *41*(21), 127-135. http://dx.doi.org/10.3916/C41-2013-12

Chico Rico, Francisco (1989). La intellectio: notas sobre una sexta operación retórica. *Estudios de Literatura, 14*, 47-55.

Cicerón, Marco Tulio (2002). *Sobre el orador*. Madrid: Gredos.

Condit, Celeste; Lynch, John & Winderman, Emily (2012). Recent rhetorical studies in public understanding of science: multiple purposes and strengths. *Public Understanding of Science, 21*(4), 386-400. http://dx.doi.org/10.1177/0963662512437330

Cortiñas, Sergi (2008). Las metáforas del ADN. Una revisión de los procesos divulgativos. *Journal of Science Communication, 7*(1), 1-9.

Eco, Umberto (1979/1981). *Lector in fabula. La cooperación interpretativa en el texto narrativo*. Barcelona: Lumen.

Eco. Umberto (1971/1988). *Signo*. Barcelona: Labor.

Eco, Umberto (1990/1992). *Los límites de la interpretación*. Barcelona: Lumen.

Evans, Geoffrey & Durant, John (1995). The relationship between knowledge and attitudes in the public understanding of science in Britain. *Public Understanding of Science, 4*(1), 57-74. http://dx.doi.org/10.1088/0963-6625/4/1/004

Feyerabend, Paul Karl (1975/1986). *Contra el método: esquema de una teoría anarquista del conocimiento*. Madrid: Tecnos.

Freeman, Edward (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman.

Fuller, Steve (2003). La ciencia de la ciudadanía: más allá de la necesidad de expertos. *Isegoría, 28*, 33-53. http://dx.doi.org/10.3989/isegoria.2003.i28.505

Fecyt. (2015). *VII Encuesta de Percepción Social de la Ciencia 2014. Dossier informativo.* Recuperado de http://www.idi.mineco.gob.es/stfls/MICINN/Prensa/NOTAS_PRENSA/2015/Dossier_PSC_2015.pdf

García, María; Carrillo, Victoria & Castillo, Ana (2012). La usabilidad en los portales web de las pymes. Herramientas y usos para la comunicación empresarial. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico, 18*, 365-375. https://doi.org/10.5209/rev_esmp.2012.v18.40990

García, Francisco (2005). Una aproximación a la historia de la Retórica. *Icono 14,* 3(1), 1-28. http://dx.doi.org/10.7195/ri14.v3i1.426

Gross, Alan G. (1994). The roles of rhetoric in the public understanding of science. *Public Understanding of Science, 3*(1), 3-23. http://dx.doi.org/10.1088/0963-6625/3/1/001

Hilgartner, Stephen (1990). The dominant view of popularization: Conceptual problems, political uses. *Social Studies of Science, 20*(3), 519-539. http://dx.doi.org/10.1177/030631290020003006

King, Lester (1978). *Why not say it clearly: a guide to scientific writing*. Boston: Little Brown.

Kuhn, Thomas (1962/1971). *La estructura de las revoluciones científicas*. México DF: Fondo de Cultura Económica

Laborda, Jorge (2011). La emoción de divulgar. En Fecyt (Ed.). *Diez años de divulgación científica en España 2001-2011* (pp. 51). Madrid: Fecyt

Liakopoulos, Miltos (2002). Pandora's Box or panacea? Using metaphors to create the public representations of biotechnology. *Public Understanding of Science, 11*(1), 5-32. http://dx.doi.org/10.1088/0963-6625/11/1/301

López, Irene; Garzón, Belén & Rey, Jesús (2011). Percepción de la ciencia y la tecnología en el sector privado. La visión de empresarios y trabajadores autónomos. En Fecyt (Ed.). *Percepción social de la ciencia y la tecnología 2010* (pp. 67-92). Madrid: Fecyt.

Martínez-Rodrigo, Estrella & García-Hernández, María Luisa (2014). Las pymes biotecnológicas y la ciudadanía. Un ecosistema por construir. En Juan Enrique Gonzálvez & Mercedes Valderrama (Coords.), *Comunicación actual: Redes sociales y lo 2.0 y 3.0* (pp. 363-374). Madrid: McGraw Hill.

Miller, Steve (2001). Public understanding of science at the crossroads. *Public Understanding of Science, 10*(1), 115-120. http://dx.doi.org/10.1088/0963-6625/10/1/308

Myers, Greg (2003). Discourse Studies of Scientific Popularization: Questioning the Boundaries. *Discourse Studies, 5*(2), 265-279. http://dx.doi.org/10.1177/1461445603005002006

Navarro, Borja (2003). Aspectos retórico-comunicativos del desarrollo de sitios web. *XIV Biennial Conference International Society for the History of Rhetoric.*

Madrid y Calahorra, junio 2003. Recuperado de http://www.dlsi.ua.es/~borja/ishr03.pdf

Perelman, Chaim & Olbrechts-Tyteca, Lucie (1958/1989). *Tratado de la argumentación. La nueva retórica*. Madrid: Gredos.

Pozuelo Yvancos, José María (1988). *Del formalismo a la Neorretórica*. Madrid: Taurus.

Quintiliano, Marco Fabio (1997). *Sobre la formación del orador. Obra completa. (Vol.I-IV)*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca.

Real Academia Española (2014). Metáfora. En *Diccionario de la lengua española* (23.a ed.). Recuperado de http://dle.rae.es/?id=P4sce2c

Resnick, David (1997). Politics on the Internet: the normalization of cyberspace. *New Political Science, 41/42*, 47-67.

Van Dijk, Teun Adrianus (1988/1990). *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós.

Victoria, Juan Salvador (2005). *Reestructuras del Sistema Publicitario*. Barcelona: Ariel Comunicación.

Warnick, Barbara (2001). Rhetorical criticism in new media environments. *Rhetoric Review, 20*, 60-65.

Weil, Pascale (1990/1992). *La comunicación global. Comunicación institucional y de gestión*. Barcelona: Paidós.

Wimmer, Roger D. & Dominick, Joseph R. (1987/1996). *La investigación científica en los medios de comunicación. Una introducción a sus métodos*. Barcelona: Bosch

Wynne, Brian (1992). Misunderstood misunderstanding: social identities and public uptake of science. *Public Understanding of Science, 1*(3), 281-304. http://dx.doi.org/10.1088/0963-6625/1/3/004

Zappen, James (2005). Digital rhetoric: toward an integrated theory. *Technical Communication Quarterly, 14*(3), 319-325. http://dx.doi.org/10.1207/s15427625tcq1403_10

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

¿Se acabaron las lágrimas? Estudio de las repuestas culturales a la violencia de género[1] [2]

Are the tears over? Cultural responses to domestic violence. A case study

Laura Filardo Llamas*; Cristina Perales García**

*** Universidad de Valladolid; **Universitat Pompeu Fabra; cristina.perales@upf.edu**

Historia editorial

Recibido: 07-03-2016
Primera revisión: 20-05-2016
Aceptado: 11-11-2016

Palabras clave
Violencia de género
Discurso multimodal
Análisis Crítico del Discurso
Canción

Resumen

Mediante el análisis de la canción del El Huecco "Se acabaron las lágrimas", en este artículo se busca conseguir un doble objetivo. Por un lado, comprender cómo las canciones, y otras manifestaciones culturales, sirven para responder a determinados acontecimientos sociales, como por ejemplo la violencia de género. Por otro lado, se busca identificar las estrategias discursivas que se utilizan en dicha canción para oponerse a la violencia de género, y cómo estas contribuyen a establecer una relación de empatía con el receptor. Para ello adoptamos un enfoque multimodal, que entiende que la canción es un discurso unitario compuesto de diversos modos comunicativos (texto, música e imagen, en su caso). Combinando dicho enfoque multimodal con el Análisis Crítico del Discurso pretendemos comprobar cómo las estrategias discursivas utilizadas en esta canción sirven para, al menos aparentemente, combatir creencias fuertemente arraigadas en determinados estereotipos de género.

Keywords
Gender-based Violence
Multimodal Discourse
Critical Discourse Analysis
Song

Abstract

In this paper, we study El Huecco's song "Se acabaron las lágrimas" (The tears are over) with a double objective. On the one hand, we intend to understand how songs, and other cultural manifestations, can be used as a response to given social problems, such as gender-based violence. On the other hand, we intend to identify the discourse strategies which are used in this song to oppose domestic violence, and also to see how these discourse strategies are helpful to establish an emphatic relationship with the audience. To do so, we adopt a multimodal approach which understands the song as a unitary discourse made of different communicative modes (lyrics, music and image, at least in this case). We combine that multimodal approach with Critical Discourse Analysis with the objective of explaining how the identified discourse strategies are used to oppose commonly-held beliefs about the role that women, and men, have in society.

Filardo Llamas, Laura & Perales García, Cristina (2017). ¿Se acabaron las lágrimas? Estudio de las repuestas culturales a la violencia de género. *Athenea Digital*, *17*(1), 291-315. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1828

Introducción y contexto

El discurso público que impera en la sociedad española indica que todas las personas disponen de los mismos derechos con independencia de su sexo. Sin embargo, desde una perspectiva social, sabemos que la violencia de género (independientemente de si

[1] Investigación financiada por el Instituto de la Mujer (Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad) en el marco del proyecto de investigación titulado "La transmisión de estereotipos de género a través de la canción y su relación con la violencia de género" (039/12) y por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad y los Fondos Fodor en el marco del proyecto RECDID (FFI2013-40934R)

[2] Las autoras agradecen el asesoramiento y consejos recibidos de Virginia Carrera, Gerard Coll-Planas y Anna Pérez Quintana.

es ejercida en el seno familiar o fuera del mismo) surge precisamente de la vulneración de tales derechos, y de la construcción cultural de dichos sexos: el género. El origen de este tipo de violencia se presenta, por tanto, como consecuencia de situaciones discriminatorias, desiguales y subordinantes que pueden surgir a partir de la aplicación de los roles sociales que se pueden encontrar en una sociedad patriarcal (Maqueda Abreu, 2006; Puleo, 2005). Dado que la violencia de género se entiende como el resultado de un proceso de construcción sociocultural, el estudio de las canciones se plantea como una interesante área de investigación para poder identificar cuáles son las creencias culturales que pueden originar dichos comportamientos violentos, o cuáles son las creencias culturales a las que se puede aludir para oponernos a ellos. Entendemos, por ello, que las canciones son parte del proceso de socialización y contribuyen a la construcción de una identidad de género (Butler, 2004) mediante la objetivación (Berger y Luckman, 1966) de determinados tipos de comportamientos.

La violencia de género y las creencias en las que se basa, perpetúa un problema de fondo: una desigualdad estructural basada en el esquema *dominante-subordinado* que va más allá del sexo pues afecta las condiciones sociales de las víctimas. Las características apropiadas para cada género pueden variar dependiendo del periodo histórico en el que nos encuadremos o la cultura en la que se construyan (Puleo, 2007). Por tanto, se puede decir que la mujer sufre violencia derivada de las creencias y estereotipos sociales que se han construido en torno a su sexo; algo que no está necesariamente relacionado con sus características biológicas. Con la finalidad de combatir esa limitación, el gobierno socialista de José Luis Rodríguez Zapatero presentó en junio de 2004 un anteproyecto de ley que quedaría aprobado por unanimidad en el Parlamento a finales de diciembre de ese mismo año. Aun cuando la ley describe la violencia de género como un problema que no afecta sólo al ámbito privado, sino que se "manifiesta como el símbolo más brutal de la desigualdad existente en nuestra sociedad" (Ley Orgánica 1 de 2004), la ley da respuesta a las situaciones de violencia de género que se circunscriben al ámbito doméstico, descuidando, al menos aparentemente, otros entornos en los que existe y se ejerce violencia de género más allá de ese entorno familiar:

> Artículo 1. Objeto de la Ley.
>
> 1. La presente Ley tiene por objeto actuar contra la violencia que, como manifestación de la discriminación, la situación de desigualdad y las relaciones de poder de los hombres sobre las mujeres, se ejerce sobre éstas por parte de quienes sean o hayan sido sus cónyuges o de quienes estén o hayan estado ligados a ellas por relaciones similares de afectividad, aun sin convivencia. (Ley Orgánica 1 de 2004, artículo 1.1.)

Desde una óptica sociológica, este tipo de violencia debe ser tratado como problemática estructural, ya que hay una relación de desigualdad independientemente del sexo en tanto que alusión a la distinción biológica, aunque sí tiene que ver con el género, en tanto que es una categoría sociocultural. Es precisamente esta distinción la que fundamenta la crítica que Gerard Coll-Planas, Gloria García-Romeral, Carmen Mañas Rodríguez y Lara Navarro-Varas (2008) hacen a la Ley Orgánica 1 de 2004. Para estos autores, la norma victimiza a las mujeres, en tanto que mujeres, y criminaliza al hombre como agresor. Aun cuando la ley es pionera en su intento de mejorar las condiciones sociales en las que viven las mujeres, el paso de los años ha demostrado que no se han tenido en cuenta factores sociales y estructurales que influyen en la construcción de las identidades de hombres y mujeres y las relaciones entre mujeres y hombres. Esta ley no contempla que la agresión también pueda ser ejecutada por una mujer, y que esta no necesariamente ha de ser la víctima (pueden ser también menores y hombres). Sin embargo, no descuidamos que son precisamente las agresiones contra las mujeres las más atendidas socialmente y mediáticamente al ser las que más sufren de malos tratos atendiendo al número de víctimas y de casos de denuncia.

A pesar de las limitaciones de la ley, el gobierno español dio un paso para intentar solucionar este problema. Para ello, la ley pretende erradicar la violencia de género mediante el endurecimiento de las penas para los agresores y la creación de juzgados especializados en esta temática. Otro ejemplo de la preocupación social y sensibilidad del gobierno central del momento fue la creación del Ministerio de Igualdad, que estuvo en vigor desde abril de 2008 hasta octubre de 2010, cuando desapareció integrándose en el de Sanidad y Política Social. El nuevo Ministerio pretendió estimular el debate de la violencia de género a través de su visualización mediante campañas de sensibilización.

Según los datos publicados en el *Informe de violencia de género de 2008* (Observatorio de Salud de las Mujeres, 2010) elaborado por el Observatorio de Salud de las Mujeres de la Dirección general de la Agencia de Calidad del Sistema Nacional de Salud y la Comisión contra la Violencia de Género del Consejo Interterritorial del Sistema Nacional de Salud, el número de mujeres muertas a manos de sus parejas o ex parejas fue de 682 víctimas en los años que van desde el 1998 al 2008[3]. Según este estudio, es en 2008 donde más víctimas se registran. Según el Informe publicado por el Servicio de Inspección del Consejo General del Poder Judicial (2008), en ese año fallecieron 121 personas por violencia de género. El estudio detalla que 75 mujeres murieron dentro del ámbito de la pareja o ex pareja y casi el 60% de esos casos las víctimas convivían con sus agresores.

[3] Las autoras han optado por ofrecer los datos de víctimas y asesinatos hasta el 2008, con el fin de enmarcar la problemática en el año en que se realiza la campaña y se publica la canción que forma parte de este estudio.

En este contexto, se lanza una campaña mediática, promovida en 2009 por el Ministerio de Igualdad dirigido por Bibiana Aído, orientada a contrarrestar la violencia de género. En aquel momento, y apoyado por la Fundación Mujeres, el cantante español Huecco graba un single titulado "Se acabaron las lágrimas", en colaboración con la cantante Hanna, con quien hace un dueto. Esta canción, que forma parte del álbum *Assalto*, también fue parte de la campaña de solidaridad mencionada anteriormente.

Esta canción es el principal objeto de estudio de este trabajo, dado nuestro objetivo de analizar la construcción discursiva de la violencia de género, así como el intento de luchar contra la misma. Para ello nos centraremos en comprender cómo los diferentes modos comunicativos (letra e imagen, fundamentalmente) interactúan en la canción, así como en establecer cómo la relación entre los mismos contribuye a representar la violencia de género a la vez que se opone a la misma. Partimos de la idea de que dicha representación textual se puede identificar mediante herramientas propias de la lingüística cognitiva (Chilton, 2004; 2005) y de que, con frecuencia, dicha representación está determinada por algunas creencias ideológicas. El análisis de esta canción es pertinente en tanto en cuanto contribuye a oponerse a la violencia de género mediante una serie de estrategias de deslegitimación discursiva (Berger y Luckman, 1966). Como se ha mencionado con anterioridad, dado su carácter comunicativo (Eco, 2007), la canción se puede considerar un proceso de lenguaje performativo (Butler, 2004) que contribuye a transmitir creencias o a oponerse a las mismas. Esta performatividad, junto con el papel que puede jugar la canción en los procesos de educación informal y su importancia a la hora de construir las identidades de género (Bosch Fiol, 2007), están en cierta medida supeditadas a la necesidad de objetivar la realidad de tal manera que esta se vea legitimada (Berger y Luckman, 1966). Como veremos en el análisis, es por ello que la canción se apoya principalmente en estrategias basadas en la generalización de los participantes discursivos que podrían llegar a funcionar como arquetipos.

Marco teórico

Tal y como se ha expuesto con anterioridad, en este estudio partimos de la hipótesis de que existe una intrínseca relación entre la lengua y el contexto social en el que ésta se produce. Si consideramos que las canciones, entendidas como discurso musical, tienen un importante componente lingüístico, es posible partir del Análisis Crítico del Discurso (ACD) y de la estilística crítica (Jeffreis, 2010) y tomarlos como los enfoques básicos que nos permitirán comprender la vinculación existente entre lengua y sociedad (Fairclough, 1989; Van Dijk, 1993). Ambos campos de estudio pretenden descubrir cómo y por qué la realidad se estructura de una determinada manera (Wodak, 1989, p. xiv) utilizando el lenguaje como objeto de análisis. Es por ello que la descripción lin-

güística de un texto se perfila como la principal herramienta a la hora de entender cómo se representan determinados aspectos de la realidad en el mismo.

En concreto, en el caso de la conceptualización de la violencia de género a través de las canciones, y en particular en la canción "Se acabaron las lágrimas", nos planteamos la hipótesis de que este tipo de discurso define y redefine el concepto violencia de género, así como los rasgos sociales constitutivos del mismo, a través de un discurso multimodal (Forceville, 2009) que surge de la combinación de texto, música e imagen. En el caso de la canción de El Huecco, se realizaron dos vídeos, uno de carácter más institucional y el otro centrado en el dueto entre El Huecco y Hanna. Ambos son interesantes desde el punto de vista del análisis multimodal, en tanto en cuanto se centran en aspectos diferentes del acto comunicativo. En el primero se enfatiza la relación que se puede establecer con la audiencia a través de la utilización de mensajes escritos en cartulina y mostrados por distintos personajes de la vida pública. El vídeo se centra, por tanto, en la faceta comunicativa de establecer una relación interpersonal con la audiencia (cf. Filardo e Iglesias, 2010; Halliday, 2004). El segundo vídeo, por su parte, muestra la liberación de la mujer a través de la utilización de una metáfora visual (Forceville, 2009) en la que se observa cómo una marioneta bailarina, que físicamente se parece mucho a la cantante, Hanna, se libera de las ataduras que determinan su comportamiento. Dicha metáfora fomenta el aspecto comunicativo e ideacional[4] de la canción; aspectos que, como veremos en el análisis, están intrínsecamente relacionados con la evaluación moral de los comportamientos sociales referidos en el texto.

Dado que el objetivo de este trabajo es entender cómo se puede luchar contra la violencia de género a través de la canción y qué estrategias lingüísticas y socio-cognitivas se han utilizado en este ejemplo en concreto, la primera parte del análisis se ha centrado en identificar los rasgos textuales que contribuyen a crear representaciones mentales (o mundos textuales) (Gavins, 2007; Werth, 1999) y cómo éstos se evocan a través de la letra de una canción. Puesto que estas representaciones se pueden definir como qué hace quién y en qué circunstancias (dónde, cuándo y cómo), el análisis se ha centrado en la identificación de expresiones referenciales, entendidas como pronombres y/o sintagmas nominales (Halliday, 2004, p. 550), que nos permitan responder a dichas preguntas. Se ha puesto especial interés en observar qué posición sintáctica ocupan dichas expresiones referenciales con el fin de observar quién es el actor dominante en la representación de un caso de violencia de género.

[4] Siguiendo la terminología de Michael A. K. Halliday (2004), entendemos por función ideacional la que explica cómo se utiliza el lenguaje para transmitir una determinada conceptualización del mundo. La función interpersonal hace referencia a aquellos usos lingüísticos que contribuyen a fomentar la relación entre los distintos participantes en el acto comunicativo.

De igual modo, el análisis de las expresiones referenciales se ve completado con el análisis de los procesos de transitividad (Halliday, 2004, p. 44; p. 302). Mediante la identificación de los procesos verbales que aparecen en un texto, se puede establecer si los participantes retratados en una canción existen, se relacionan entre sí, o realizan una acción material, mental, o verbal. Dicha identificación nos permite comprender qué acciones van asociadas al rol femenino y cuáles al masculino, a la par que se vinculan dichas acciones con los procesos de violencia de género.

Habida cuenta de que las canciones no son sólo textos comunicativos, sino que tienen un componente lírico, es importante analizar también algunos mecanismos de evaluación que subyacen a las canciones. Puesto que en el caso que nos ocupa, la metáfora conceptual es uno de los principales mecanismos de evaluación en el caso de los vídeos, hemos optado por señalar también su utilización en el aspecto textual para ver si existen similitudes y/o diferencias entre ambos modos discursivos, texto e imagen. Este tipo de metáfora se define como la comprensión de un dominio conceptual en base a otro dominio conceptual, entendido éste como una forma coherente de organizar la experiencia (Kövecses, 2002, p. 4). En general, las metáforas conceptuales se representan por medio de expresiones lingüísticas que se toman del dominio conceptual más concreto, lo que da lugar a conceptualizaciones similares a BUENO ES ARRIBA que subyacerían a una frase como por ejemplo "tiene un estatus social alto".

El análisis no sólo se ha guiado por la utilización de categorías lingüísticas que se han aplicado para realizar un análisis del texto de las canciones, sino que también se han tenido en cuenta algunos de los rasgos que se pueden observar en otro de los modos discursivos presentes en la canción: las imágenes. Para su análisis se ha aplicado el estudio de la corriente semiótica del Grupo de Entrevernes (1982). Este equipo de investigación presta gran atención al componente narrativo y los estados que caracterizan discursivamente a sujeto y objeto.

El enunciado narrativo se entiende aquí como "un cambio en la relación sujeto-objeto", mientras que la secuencia narrativa es "la organización lógicamente dispuesta de algunos enunciados" (Sedeño, 2007, párrafo 24). Partiendo de estos parámetros, en el análisis del componente visual se han tenido en cuenta aquellos rasgos que caracterizan a los dos vídeos. Entre otros aspectos, por su importancia comunicativa, cabe destacar la utilización del color que es significativa en ambos videoclips, ya que se fundamenta en la utilización de colores dentro de la gama del blanco y negro cuando el mensaje está vinculado al contexto socio-político, y en el uso de colores más vibrantes siempre y cuando se observa una relación con las metáforas visuales que permean los vídeos. Como veremos en el análisis, esta es una elección significativa (Kress y Van Leeuwen, 1996, p. 90). De igual modo, veremos cómo la utilización de imágenes procedentes de

diferentes orígenes, político o musical, es también significativa a la hora de trasmitir el mensaje de lucha contra la violencia de género.

Tal y como se recoge en la figura 1, los rasgos textuales y visuales analizados contribuyen a crear un espacio mental (Fauconnier, 1994) en el que se enfatizan o difuminan ciertos aspectos relacionados con la violencia de género. Es este espacio mental el que contribuye a transmitir determinados aspectos ideológicos, que surgen de la necesaria "simplificación" discursiva que va asociada al texto de una canción. Dicha aparente simplificación se torna compleja, no obstante, mediante la combinación de texto, imagen (y música): todos ellos modos que contribuyen a que las canciones se puedan considerar discursos, y por tanto elementos de distintos actos comunicativos.[5]

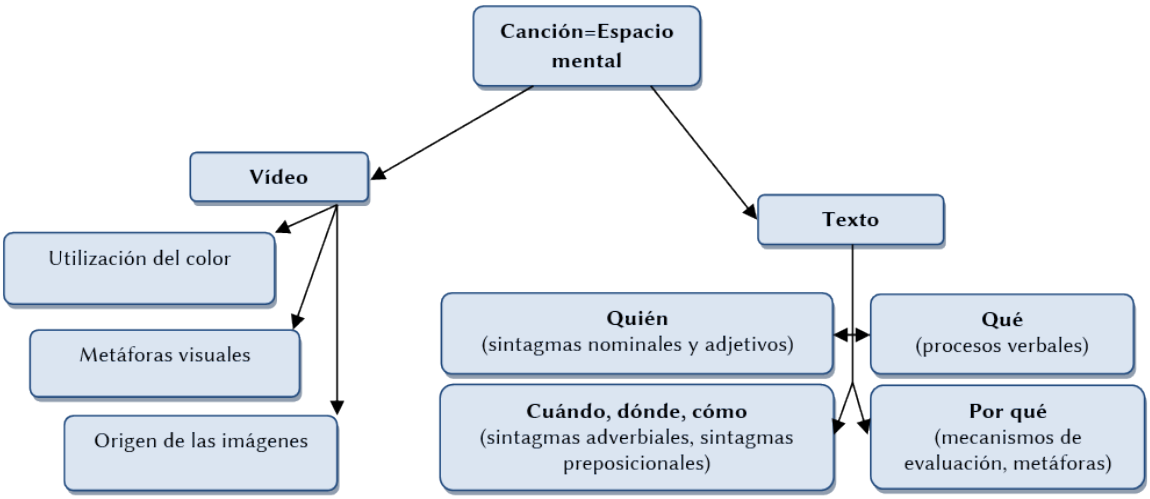


Figura 1. Modos discursivos de la canción analizados en este estudio

Utilizando las herramientas descritas en esta sección, este trabajo busca entender cómo posibles experiencias personales relativas a episodios reales o ficticios de violencia de género se transforman en un discurso universal que es altamente efectivo. Dicha efectividad es consecuencia de la empatía que puede producirse entre cantante/emisor y audiencia gracias a la utilización de un registro lingüístico relativamente fácil de comprender combinado con un artefacto cultural que se asocia a la diversión y el tiempo libre. Como veremos a través del análisis de "Se acabaron las lágrimas", los espacios mentales creados en las canciones, y su enorme capacidad para trasmitir un significado que se puede vincular a distintos contextos socio-políticos, hacen de éstas un pode-

[5] Por cuestiones de espacio, no se ha tenido en cuenta en este estudio el componente musical de estas canciones. No obstante, cabe señalar su importancia, fundamentalmente en aspectos tales como la utilización de ritmos rápidos en el estribillo que contribuyen a enfatizar la necesidad de que la mujer reaccione de manera dinámica y adopte un papel activo en la lucha contra la violencia de género. Más información sobre este aspecto se puede encontrar en Laura Filardo Llamas, 2017.

roso artefacto que se puede utilizar para luchar tanto contra la diseminación de estereotipos como contra la violencia de género.

Análisis

Análisis textual

Un análisis textual pormenorizado de la letra de la canción "Se acabaron las lágrimas" nos lleva a identificar la construcción de diversos participantes discursivos, que se pueden equiparar a los participantes que podemos encontrar en una situación de violencia de género: tú (representando a la mujer que ha sufrido el episodio de violencia de género), y él o ella[6] (como la persona que ha cometido el ataque). Siguiendo los postulados de Theo Van Leeuwen y Ruth Wodak (1999) acerca de la construcción de determinadas prácticas sociales y algunas creencias sobre cognición social (Croft y Cruse, 2004), la identificación de los participantes en un acontecimiento social nos permite comprender qué figuras se enfatizan en la representación discursiva del mismo. Esto es importante a la hora de comprender cómo se conceptualiza dicho acontecimiento, ya que se nos presenta un mundo discursivo habitado únicamente por determinados grupos sociales (Chilton, 2004).

Si nos centramos en la construcción discursiva del "tú", que se podría decir que hace referencia a la audiencia implícita de la canción, podemos observar que el referente de este pronombre no se menciona en el texto. Es importante además observar la caracterización del mismo (fragmento 1)[7], que, mediante la descripción de una serie de rasgos físicos, nos evoca la fragilidad de una muñeca.

> 1. cuando sientes frío en la mirada / cuando alguien ha roto tu sonrisa de cristal / y tu carita de porcelana / se acuerda de su mano / mano de metal.

La referencia a dos materiales claramente contrapuestos para describir a la víctima de la violencia de género y a quien la ejerce (cristal/porcelana *vs* metal) genera importantes implicaciones. Por un lado, mediante el énfasis de la descripción de los participantes en base a sus características físicas genera un proceso de categorización (Van Leeuwen, 1996) que permite que todas aquellas personas que consideran que tienen dichos rasgos se puedan sentir identificadas como parte de los participantes discursivos. Resulta interesante advertir que, atendiendo tanto a la letra como a la imagen del videoclip, la imagen de la

[6] Aun cuando el significado que se infiere de la canción nos hace pensar que es una persona de género masculino la que ha perpetrado el ataque de violencia de género, no hay una referencia clara dominada por un género gramatical. Es por ello que, de entrada, se ha identificado un género "neutro".

[7] Se incluirán a lo largo del artículo varios fragmentos, cada uno de ellos se irán señalando mediante números consecutivos a lo largo del texto.

víctima va asociada al sexo femenino, a quien se atribuyen connotaciones de debilidad o fragilidad (porcelana/cristal). Se produce de esta manera un proceso de empatía entre el cantante y los receptores de la canción; algo que es posible gracias a la utilización del pronombre "tú" y a la ausencia del referente contextual de dicho pronombre.

Por otra parte, la elección de rasgos físicos asociados a elementos materiales (y por tanto rasgos no humanos) genera un proceso metafórico basado en dos conceptualizaciones Se asemeja a la víctima con una muñeca muy frágil que puede romperse fácilmente si sufre el ataque por parte de un material con una consistencia más fuerte. Cabe destacar además los rasgos físicos que se describen tanto en el caso de la víctima, cuyos aspectos fundamentales son la cara y la sonrisa, como en el caso de quien perpetra la violencia, centrado en la mano. En ambos casos observamos la utilización de metonimias en las que se pone en primer plano (Croft y Cruse, 2004) el principal rasgo definitorio de cada uno de los dos participantes discursivos. Se podría incluso decir que, mediante la referencia a la víctima, generalmente asociada al género femenino, con rasgos físicos propios de una muñeca se está intentando contravenir creencias comúnmente aceptadas y basadas en los estereotipos de género que conceptualizan a la mujer como una muñeca, destacando por tanto por su belleza y carente de capacidades intelectuales (Freeman, 2005, p. 38).

El participante discursivo que se engloba dentro del pronombre "tú" va ligado a diferentes tipos de usos verbales, lo que contribuye a asociarlo a diversas funciones en el mundo discursivo. En primer lugar, cabe señalar el uso del presente simple, que no sólo dota de universalidad temporal a las acciones descritas, que podrían contextualizarse en cualquier momento presente, sino que también las confiere un halo de objetividad (Halliday, 2004).

> 2) Cuando sientes frío en la mirada / […] 4 primaveras callada / las rosas secas ya no saben perfumar / sientes las espinas que se clavan pinchando bien adentro/ donde duele más / […] cuando sientes que nunca lo extrañas / y la lluvia cae destiñendo la ciudad (énfasis de las autoras)

Si observamos el fragmento dos, cabe destacar la utilización del verbo "sientes". Dicha forma verbal va asociada a un proceso mental (Halliday, 2004) que evoca el recuerdo de algo negativo. Se crea de esta manera un sub-mundo textual en el que se reconstruye la mente de la víctima (Gavins, 2007). El uso de la negación en "nunca" es significativo también ya que se recanaliza (Hidalgo-Downing, 2000, p. 149) la información evocando de esta manera un sub-mundo inexistente en el que cabría una relación entre víctima y maltratador. Estas estrategias contribuyen a enfatizar la distancia social que se establece entre ambos participantes discursivos, cuya existencia se proyecta en mundos discursivos diferentes.

> 3) Cuando sientes frío en la mirada /cuando alguien ha roto tu carita de cristal (énfasis de las autoras)

Aun cuando el tiempo verbal predominante en la canción en lo que se refiere a la descripción de los procesos de recuerdo de la víctima es el presente, cabe destacar el uso del presente perfecto acompañado de un proceso material (romper) (Halliday, 2004) asociado a quien comete el acto violento, como podemos ver en el fragmento 3.

Tanto la elección del tiempo como del proceso verbal son significativos a la hora de explicar cómo se conceptualiza el rol del maltratador. En primer lugar, cabe señalar que dicha figura no está claramente identificada, sino que aparece textualmente mencionada como "alguien". La vaguedad de esta forma pronominal permite que la audiencia empatice con la víctima ya que el referente se puede identificar, y anclar, en cualquier contexto. Además, la audiencia y víctima convergen ya que, mediante el uso del pronombre "tu", ambos se convierten en el objeto que recibe la acción material de romper. El uso del presente perfecto contribuye a su vez a localizar la acción de romper en un tiempo pasado no muy lejano, a la vez que se anclan sus consecuencias en el presente y se le dota a esta acción de un importante grado de veracidad: mediante la localización de las consecuencias del acto de violencia de género en el presente se enfatiza la existencia del mismo (cf. Halliday, 2004).

Es interesante observar cómo, en términos cognitivos, en el proceso material mencionado con anterioridad, la víctima es objeto de la fuerza motora de la acción (Talmy, 2000). Por el contrario, la víctima se convierte en la fuerza motora y sujeto de la acción de todos los procesos materiales presentados en imperativo en la canción, que son los que más abundan, como se puede observar en el fragmento 4.

> 4) escapa que la vida se acaba, que los sueños se gastan / los minutos se marchan / salta que la llama te abrasa, los momentos se pasan [...] / siente la llamada de la libertad / rompe las cadenas que te hacen llorar / carretera y manta, no lo pienses mas / salta, ríe, baila. (énfasis de las autoras)

El valor deóntico del imperativo es fundamental (Chilton, 2004) para comprender el valor persuasivo de esta canción, ya que, por una parte, enfatiza la autoridad moral del emisor, y por tanto legitima la percepción del mismo acerca de la necesidad que tiene la víctima de escapar, y por otra, dota de una doble fuerza motora a las acciones: no sólo la víctima se convierte en agente activo, sino que además el emisor la compele a ello. Se observa, por tanto, cómo el emisor pretende que la víctima de la violencia de género pierda el rol pasivo que ha tenido hasta entonces como receptor(a) de los actos de violencia a la par que adquiere un nuevo rol activo e independiente. Se percibe esto claramente si comparamos los dos usos del verbo romper que aparecen en los frag-

mentos 3 y 4: mientras que en el primero la víctima es el objeto, en el segundo se convierte en sujeto. Tal y como podemos observar en la figura 2, el énfasis, y por tanto lo que se pone en primer plano (Langacker, 2008, p. 100), varía en cada una de las acciones (de objeto a sujeto), lo que contribuye a modificar el rol asociado a la víctima.

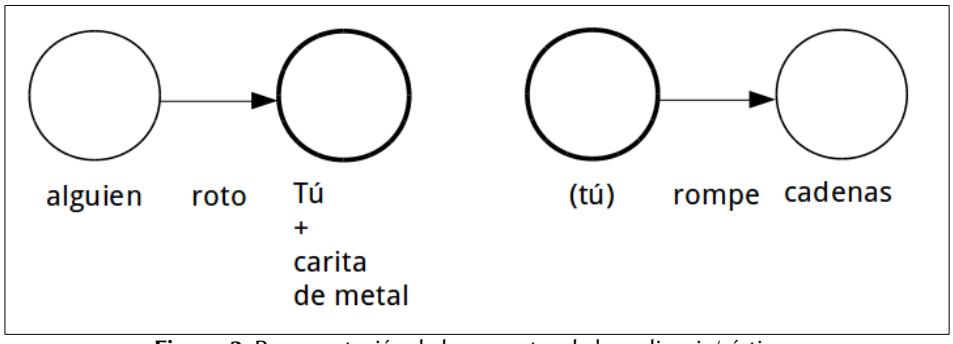


Figura 2. Representación de los aspectos de la audiencia/víctima puestos en primera plano por el verbo romper.

Destacamos la connotación semántica positiva asociada a las acciones que ha de realizar la víctima, y que con frecuencia se asocian a momentos lúdicos, como se puede ver en el fragmento 4. El cambio que el emisor intenta que se produzca en la víctima se ve claramente en la palabra que introduce el estribillo (incluido en el fragmento 4): "mira". Contribuyen a ello el uso del imperativo que enfatiza el valor deóntico de la acción asociada al verbo de percepción mirar, así como la utilización de la metáfora conceptual SABER ES VER (Kövecses, 2002). La elección del verbo mirar, que lleva implícita la necesidad de que haya una fuerza motora relacionada con la voluntad de realizar la acción, no sólo sirve para enfatizar la necesidad de que la audiencia/víctima tome las riendas y se convierta en un sujeto activo, sino que además establece el objeto de la mirada (todas las acciones materiales que ha de realizar la audiencia/víctima recogidas en el fragmento 4) en una escala positiva de valores que está intrínsecamente ligada a la autoridad del hablante (cf. Chilton, 2004).

Se puede establecer además un vínculo entre esta metáfora y el título de la canción ("Se acabaron las lágrimas") que además aparece en alguno de los carteles que llevan las distintas personalidades que aparecen en los vídeos. Es significativo señalar que la entonces ministra de Igualdad Bibiana Aído es una de las personas que sujeta el cartel con dicho texto, y que además esta frase aparece en la imagen que se ve inmediatamente después de que El Huecco diga "mira". Si entendemos las lágrimas como el agua que impide ver de forma clara, el fin de las lágrimas significa el principio de la visión y por tanto el principio del conocimiento; un conocimiento que va asociado a la libertad que se le supone a la audiencia/víctima que va a emprender una nueva vida. Es significativa también la variación en el uso de colores que se observa en la imagen en este momento que aparece más clara y con más brillo, reconceptualizando de esta manera la metáfora textual en una visual que muestra la luz como uno de los elementos que contribuyen a facilitar la visión.

Textualmente es importante también la vinculación que se establece entre las lágrimas y las cadenas que impiden andar, tal y como se recoge en el fragmento 5. Esta vinculación está relacionada con la conceptualización del espacio que subyace al mundo creado en la canción y que es el resultado de la aplicación de la metáfora conceptual LA VIDA ES UN VIAJE (Kövecses, 2002).

> 5) es hora de empezar a andar / se acabaron las lagrimas / es hora de empezar a andar / rompe tu jaula ya [...] ¡Mira! / escapa que la vida se acaba, que los sueños se gastan, los minutos se marchan [...] los momentos se pasan y se te rompe el alma [...] sientes que ya no hay marcha atrás / rompe tu jaula ya [...] siente la llamada de la libertad / rompe las cadenas que te hacen llorar / carretera y manta, no lo pienses mas (énfasis de las autoras).

Si observamos cómo se va desarrollando esta metáfora a lo largo del texto de la canción podemos ver cómo el principio del camino, o de la vida, está asociado al cambio de actitud de la audiencia/víctima. Este movimiento está siempre conceptualizado como hacia delante, lo que sirve para enfatizar el futuro en contraposición con la negatividad del pasado (para el que no hay marcha atrás). Todo aquello que plantea un obstáculo a la capacidad de caminar, y por tanto a la conceptualización de la audiencia/víctima como un sujeto libre, hay que destruirlo y romper con ello (como se observa en el caso de las cadenas). Además, el espacio se construye como algo abierto, tal y como se observa en la referencia a la carretera como el camino que hay que seguir y cuyo final (destino del viaje) no se especifica. Esta conceptualización de la carretera como el camino a seguir contrasta claramente con la jaula en la que vivía la audiencia/víctima. Es importante señalar que la utilización de la palabra jaula no parece baladí, ya que no sólo hace referencia a la negatividad del espacio cerrado, posiblemente asociado al espacio del hogar que es el estereotipo con el que habitualmente se relaciona el género femenino (Garcés y Filardo, 2004, p. 51), sino también establece una referencia implícita con una posible conceptualización de la persona que habita dicha jaula como un animal, y por tanto desprovisto de rasgos humanos.

Al igual que la construcción del espacio es importante en la canción, el tiempo adquiere también un rol significativo en la construcción del mundo textual. Se puede observar en el fragmento 5 cómo se utilizan expresiones temporales para enfatizar la importancia de realizar acciones vinculadas con la libertad. Por el contrario, si no se llevan a cabo dichos actos, el tiempo, entendido como una entidad positiva, tiende a desaparecer ("la vida se acaba" o "los minutos se escapan").

Como se vio con anterioridad, esta conceptualización del tiempo contribuye a enfatizar los rasgos positivos del futuro, y la nueva vida de la víctima, que se oponen a la negatividad del pasado. La necesidad de que la víctima se convierta en un ser activo de

forma inmediata se ve en el uso del adverbio "ya" acompañando a la acción de romper la jaula. Al igual que en casos anteriores, "ya" no sólo indica inmediatez, sino que hace referencia a una inmediatez descontextualizada cuyo referente puede ser cualquier momento. Esto contribuye a dotar al texto de la canción de un rasgo de universalidad temporal que se observa también cuando se describen las acciones del pasado, siempre enmarcadas por la conjunción "cuando" sin especificar el referente exofórico (Cutting, 2005, p. 7) y por tanto el momento temporal concreto al que dicha conjunción hace referencia.

> 6) Cuando sientes frio en la mirada / cuando alguien ha roto tu sonrisa de cristal [...] Cuatro primaveras callada / las rosas secas ya no saben perfumar (énfasis de las autoras).

Al principio de la canción observamos también otra referencia a los acontecimientos del pasado a través del sintagma nominal "cuatro primaveras". La utilización de la estación primaveral para medir el tiempo tiene una doble importancia. Por una parte, se puede considerar una frase hecha en castellano cuyo uso está altamente lexicalizado. Por otra parte, y quizá más significativo en el caso que nos ocupa, la primavera conlleva una serie de evocaciones y significados implícitos que evocan el renacer, florecer, y por tanto el inicio de la vida. Si la audiencia/víctima ha estado callada durante la primavera, se puede inferir que no ha vivido. Es importante señalar además las referencias co-textuales que acompañan a la palabra primavera y que parecen apoyar este significado, fundamentalmente a través de la mención de unas "rosas secas", y por tanto muertas.

Análisis de los vídeos

El videoclip es un género descrito por John Mundy (1999) como la complicidad de la música, la imagen y la industria cultural a través del cual se promociona productos (trabajos musicales, ideas, o movimientos ciudadanos, entre otros). La principal característica de este género audiovisual es precisamente la dificultad a la hora de definirlo por su vertiente dinámica en lo visual y musical, así como la interacción de ambos componentes. Los dos vídeos oficiales que forman parte de este estudio contribuyen precisamente a la promoción y difusión tanto de la campaña contra la violencia de género como del mensaje que, como se ha mencionado con anterioridad, se identifica con la víctima y difunde la solución propuesta por los agentes sociales y políticos. El fuerte atractivo del videoclip, asociados a la música y el entretenimiento, permite una mayor penetración social y la consecuente cristalización del discurso en la sociedad en general.

Sostenemos que la imagen del videoclip se adapta al fragmento sonoro. Se puede decir, por tanto, que la visualización de la historia narrada completa, funciona como valor añadido (Sedeño, 2012), a la letra de la canción. Resulta clave localizar, pues, los elementos más característicos del texto que se muestran en el videoclip, ya que contribuyen a una mayor y mejor interpretación de la finalidad última del/de los cantante(s) y/o autores. En el caso de la canción de El Huecco, se puede observar que las principales similitudes entre letra y vídeo, y música, se encuentran en su capacidad globalizadora. En los dos modos comunicativos en los que se centra este análisis se observa una estrategia de universalidad basada fundamentalmente en la ausencia de elementos lingüísticos y visuales que permitan anclar el mensaje a un contexto concreto. Se consigue, por tanto, de esta forma que el mensaje de liberación sea válido en diferentes contextos.

Sin duda, los elementos que ayudan a que el mensaje de la canción cristalice en la sociedad/audiencia son aquellos elementos que se repiten (ya sea a través del coro de la canción o como elementos icónicos a través del lenguaje visual). Según Chion (citado por Sedeño, 2012), en los videoclips aparecen elementos continuos que hacen avanzar la secuencia narrativa, de tal modo que se contribuya a contar una historia. En nuestro caso, se puede observar en la aparición de la bailarina y en cómo ella se convierte en un sujeto activo de igual modo que la mujer que aparece caracterizada en la letra ha de convertirse en un sujeto activo.

El análisis de los dos videoclips que se presenta en este trabajo nos permite estudiar la relación directa entre la imagen y el enunciado de la letra. Hemos tenido en cuenta la correlación de los diferentes elementos visuales que construyen a la trama narrativa, así como los diferentes sujetos directos e indirectos que aparecen, la construcción del espacio y la temporalización de la historia.

El videoclip sobre todo tiene un alto componente emotivo, que permite con facilidad transmitir valores sociales a partir de la conjunción de la música con la imagen. El discurso resultante tiene carácter multimodal (Forceville, 2009) y un alto contenido simbólico, que surge principalmente del uso de metáforas y metonimias visuales (Amadeo, 2008). Estos elementos, que son fundamentales en este estudio, son instrumentos semióticos que permiten a la producción audiovisual vehicular el mensaje de la canción, desde una propuesta educativa y emotiva, a través de la representación de determinados actores.

El primer videoclip analizado (Huecco, 2008/2010), que se utilizó como promoción de la campaña impulsada desde el Ministerio de Igualdad, está protagonizado íntegramente por el cantante español El Huecco. Canta la necesidad de "empezar a andar" en

caso de violencia de género y de "escapar" de la situación. Se trata, como se mencionaba en el apartado anterior, de un mensaje positivo que busca empoderar a la mujer, a quien se compele a convertirse en un sujeto activo. Destaca, en este sentido, la utilización de planos medios centrados en la figura de El Huecco, que contribuyen en crear una relación cercana de este artista con la audiencia a quien se dirige el mensaje (Machin, 2010, p. 42). Este mismo tipo de planos se observa también en las figuras que portan los carteles que compelen a las víctimas (reales o potenciales) a actuar. Destaca también que todos los actores representados visualmente dirigen su mirada a la audiencia, lo que contribuye a enfatizar la petición de reacción que textualmente está representada por el imperativo (Machin, 2010, p. 40).

Formalmente el videoclip es sobrio. Los personajes que aparecen se suceden dentro de un mismo espacio escénico: una pared rebozada de cemento y sin pintar. Se trata de una falta de concreción del espacio donde se desarrolla la narración, lo que contribuye a universalizar la contextualización del mensaje del videoclip (Machin, 2010, p. 45). Todos los planos de imagen, excepto la primera secuencia, se suceden a través de empalmes por corte, lo que dota de dinamismo a la narración audiovisual. Durante los primeros cuatro segundos del vídeo aparece el cantante sosteniendo un cartel en el que difícilmente se puede leer "nos duele a todos" ya que está muy desenfocado. Sin cambiar de plano, la imagen corrige el foco y la nitidez llega a partir del segundo cinco, cuando empieza a cantar y la imagen ofrece la cara y la mirada de El Huecco como elementos de la composición en primer plano corto. La mirada frontal a cámara contribuye en provocar una reacción en la audiencia, de empatía y solidaridad con el problema de la violencia de género. A la vez, el tamaño del plano suscita cercanía entre audiencia-cantante y sensibilidad con el mensaje que este está verbalizando en ese momento.

El vídeo cuenta con la participación, inicialmente estática, de personalidades del mundo de la comunicación (Juan Ramón Lucas, Susana Griso, Àngels Barceló, Mamen Mendizábal, Pepa Bueno, Ana Pastor, Hilario Pino e Iñaki Gabilondo), del baloncestista Juan Carlos Navarro, los actores y actrices Pilar Bardem, José Mota, Juanjo Puigcorbé, Vanesa Romero y Antonia Sanjuán, la escritora Carmen Posadas, las presentadoras Sanda Ibarra y Anne Igartiburu; la jueza María Tardón; los y las cantantes Diana Navarro, Kutxi Romero, Rulo y Leo; del mundo de la política participan el delegado para la Violencia de Género Miguel Lorente y la entonces ministra de Igualdad, Bibiana Aído. Todos ellos aparecen sosteniendo, ocasionalmente, el mismo cartel del inicio, enfocado: "nos duele a todos", "nos duele a todas".

Los planos en que aparecen todos los participantes obedecen al mismo tamaño (primer plano) donde se aprecia la mirada y semblante serio de los personajes que se

suceden simulando que cantan la canción de la que sólo se capta la voz del cantante. El uso de voces polifónicas, al menos visualmente, contribuye a universalizar el mensaje (Van Leeuwen, 2012)

La secuencia narrativa del clip musical está dividida en dos fases claramente diferenciadas por la actitud de los sujetos. La primera parte, que podríamos considerar como la fase de "influjo" (Sedeño, 2007) es la etapa inicial donde se pone en marcha el mensaje del vídeo musical a través de un sujeto, El Huecco. Dura hasta el primer minuto. En este caso, el sujeto principal es el cantante, que refuerza su mensaje a través de la interacción y apoyo de los participantes que simbolizan, en definitiva, la generalidad de la sociedad y la implicación de esta en la resolución de la lacra que nos ocupa. Todos aparecen en actitud seria y preocupada.

A partir de ese primer minuto y hasta el final, el ritmo de la canción se acelera considerablemente. Es el momento en que la trama de la historia que se canta pasa por un punto de inflexión propuesta por la proposición: "rompe tu jaula ya" (minuto 1'01"). Michel Chion (1998, pp. 61-88) denomina a este momento "fenómeno síncresis", es decir, el punto en que coinciden un momento sonoro con un instante visual de alta significación o relevancia narrativa: el cantante toca la guitarra con energía y canta, a la vez, «rompe tu jaula ya». Es aquí donde se observa el cambio de actitud de los participantes, que se vuelven más sonrientes. El tamaño de los planos se abre ligeramente a planos medios y de tres cuartos, lo que equivale a un tamaño más descriptivo e impersonal y que resulta en una universalización de la alegría (Machin, 2010, p. 42). Además, en esta escena, la ubicación de la acción empieza a tomar más presencia y, por ende, más valor. Se añaden voces de coro que gritan "es hora de empezar a andar", "se acabaron las lágrimas". Los participantes bailan e interactúan alegremente con el cantante, dejan de ser mostrados estáticos y serios. El fondo en el que se ubican sigue siendo el mismo, aunque las actitudes que muestran son diferentes a las del inicio.

En esta segunda parte, que coincide con la fase de "capacidad" (Sedeño, 2007), el sujeto adquiere capacidades para realizar un cambio. En nuestro caso, el sujeto obtiene la fuerza necesaria para dejar de ser una víctima: las cuerdas, que aquí adquieren un significado de dependencia emocional, ya están en un segundo plano. Es también el momento en que se acelera el ritmo de la canción. Todo ello junto adquiere el significado metafórico de avanzar, de salvarse de una situación oscura y estática (Karam, 2014).

Estos rasgos nos permiten concluir que la narratividad del primer videoclip pasa por ofrecer a El Huecco como el sujeto principal que asume la acción, junto a la aparición de "ayudantes" que refuerzan el mensaje esperanzador del cual el cantante es por-

tador. Es lo que Ana Sedeño (2012) llama "videoclips no argumentales", ya que carecen de contenido temático ficcional.

Por el contrario, podríamos decir que el segundo vídeo analizado (Warner Music Spain, 2008/2009) sí se podría clasificar como "argumental" (Sedeño, 2012), ya que en el mismo podemos observar contenido ficcional protagonizado por El Huecco, la cantante Hanna (con quien forma un dúo) y una bailarina que se asemeja físicamente a la cantante. Se trata de un vídeo de algo más de cuatro minutos de duración (4'18") que muestra una historia con imágenes que se acomodan perfectamente a la letra de la canción e incluso a los usos metafóricos que se han identificado en el análisis textual. Se presenta una narración condensada sobre la salida de una experiencia de violencia de género, simbolizada por la liberación de una bailarina. El género femenino de la bailarina contribuye a enfatizar que este es el género que más sufre este tipo de violencia.

A grandes rasgos, la línea argumental de este vídeo coincide con el anterior: se canta sobre la necesidad de salir de la espiral de violencia de género y la posibilidad de hacerlo con éxito. Este clip también se puede dividir en dos bloques. El primero, que responde a la "fase de influjo" (Sedeño, 2007), dura hasta el minuto 2'40", cuenta con la participación de las personalidades destacadas que también aparecían en la anterior versión institucional del vídeo. Su semblante es también serio y triste, y su imagen se presenta en primer plano. La narración se simultanea con la inclusión de imágenes de una bailarina. El vídeo, en gran medida, obedece a un producto fruto de una cultura patriarcal, pues el cantante principal de la canción, El Huecco, es un hombre que se dirige a la mujer/bailarina para que reaccione. Esta consideración nos resulta relevante, sin desmerecer el valor que tiene esta producción musical en la lucha contra la violencia de género.

La cara de la bailarina, que viste falda negra y blusa blanca, es triste y cabizbaja. En la primera secuencia en la que aparece, la bailarina entra en escena arrastrando, mediante una cuerda, algo que parece pesado. El escenario en el que se dibuja esta secuencia es oscuro y cerrado, y una vez más, descontextualizado (Machin, 2010). Se aprecian dos cuerdas más que cuelgan del techo. De esta manera, se refleja visualmente las ataduras a las que el texto de la canción hace referencia (ver fragmento 4). Además de como a un ser débil, se representa a la mujer-víctima como un ser pasivo, ya que aparece simulando una marioneta que es incapaz de actuar por sí mismo. El inicio de la canción, que sirve de exposición del conflicto (fase de *influjo*) (fragmento 1), se representa visualmente en la imagen de la bailarina y en sus movimientos, que son titubeantes, imprecisos y temblorosos. La cara de la bailarina simula que está a punto de romper a llorar. Vemos, por tanto, que la caracterización textual y la visual contribuyen a representar a una mujer que cumple con los estereotipos tradicionalmente asociados a este género (Garcés y Filardo, 2004)

A partir del minuto 2'40", la canción y la historia entran en un punto de inflexión, o *síncresis* (Chion, 1998). La bailarina tira de una cortina blanca y rompe con sus ataduras y da inicio a un segundo bloque caracterizado, en un primer momento, por una escena en la que la protagonista corre por un pasillo hacia un espacio muy luminoso. Se establece de esta manera una conexión entre la letra de la canción (indicado en "mira") y la imagen, ya que ambas expresan la metáfora SABER ES VER (Kress y Van Leeuwen, 1996, p. 199; Lakoff y Johnson, 1980). La luz es por tanto un elemento modalizador (Kress y Van Leeuwen, 1996) que sirve para enfatizar la posibilidad de que haya un cambio. Se establecen también otras conexiones con la letra de la canción, ya que la bailarina ha dejado atrás el peso que arrastraba en la fase anterior, lo que refleja la acción textual de romper las cadenas. Entramos en una fase de *capacidad* (Sedeño, 2007), pues el sujeto, la bailarina, adquiere la fuerza necesaria para cambiar la situación presentada hasta el momento. En este punto de la historia, la víctima asume un papel activo y decidido a dar fin a una relación que impedía que actuara libremente. Desde el minuto 2'40" hasta el final, la intervención de los famosos que participan en videoclip es más alegre. En este momento, además, el color del vestido de la bailarina cambia y nos encontramos con uno de color verde, en alusión a la esperanza.

El ritmo de la canción se acelera y los músicos también aparecen más sonrientes en este punto de la historia. Coincide en el momento en que la letra canta "siente la llamada de la libertad, rompe las cadenas que te hacen llorar, carretera y manta no lo pienses más, salta, ríe, baila". Los movimientos son ahora más precisos y seguros, y se caracterizan por ser saltos y piruetas que muestran una total libertad y control de movimientos; estamos en la fase de *realización* (Sedeño, 2007): el cambio se ha efectuado y la historia entra en un entorno físico y musical diferente al presentado hasta el momento. El espacio físico donde se ubica esta fase ha variado. Es una sala más espaciosa, donde se aprecian ventanales que dejan pasar mucha luz y donde no hay nada que entorpezca los movimientos de la bailarina. Las cuerdas ya no aparecen y se visualiza la cara de la protagonista alegre y feliz. Se observa, por tanto, una clara reminiscencia visual de las metáforas textuales: CONOCER ES VER, para lo que hace falta luz, y LA VIDA ES UN VIAJE, para lo que es necesario la libertad de movimientos que observan en un espacio más abierto. El final del videoclip es una fiesta absoluta, donde los cantantes bailan, salta, ríen, e interactúan con los participantes. Se entremezclan estas imágenes con las de la bailarina, aparentemente, más enérgica y feliz, y los músicos: el batería y el guitarra. Cabe destacar la mayor utilización de instrumentos y la aceleración rítmica en la fase final de la canción. Ambos aspectos enfatizan el dinamismo y el rol activo que ha de adoptar la víctima de violencia de género. Además, la aparición de distintas voces que cantan conjuntamente contribuye a enfatizar la cohesión social, y por tanto que el mensaje es el que transmitiría la sociedad en su totalidad (Machin, 2010, p. 117). Para Sedeño (2007), este fragmento coincide con la fase de *valoración*: se in-

terpreta la necesidad del cambio y de pasar a un estado de liberación. Es un momento de alto componente persuasivo, pues la interpretación de esta fase de evaluación implica, necesariamente, entender la violencia de género como una experiencia negativa que debe ser entendida como temporal y salvable y de la que toda la sociedad es responsable.

En este videoclip aparecen los dos cantantes, El Huecco y Hanna, así como los músicos y los participantes famosos. En total se aprecia más participación femenina (32 mujeres) que masculina (22 hombres). Todos ellos portan las pancartas que se leían en el videoclip anterior: "se acabaron las lágrimas", "nos duele a todos", "nos duele a todas" y una pancarta portada por un chico con un icono en el que se ve el puño barrado, símbolo de "prohibido golpear".

Como hemos visto con anterioridad, la secuencia narrativa de este videoclip se basa en una serie de imágenes metafóricas (los colores de los vestidos, los movimientos y expresiones de la bailarina y los espacios físicos) que ejemplifican los estados anímicos de una víctima de la violencia de género. Aparentemente, resulta, desde el punto de vista del procesamiento cognitivo, un mensaje directo y sin complejidades para llegar a entender el éxito de la liberación de la víctima.

Compartimos con Sedeño (2007, párrafo 38) que "los vídeos imitan los intereses de la música, pues tienden a ser una consideración de un tema más que una representación". De ahí que entendamos que los mensajes sean elusivos, necesariamente dinámicos, pues busca atraer (a través del mecanismo de la seducción visual y rítmica) la atención del consumidor hacia una postura concreta del tema que se nos plantea. No obstante, se observa una cierta complejidad en la interrelación entre los distintos modos discursivos, así como en el papel que tienen en la construcción del mundo discursivo de la canción. Los tiempos de la narración no responden a una correlación cronológica de los hechos, los coros *atemporalizan* la narración con la finalidad de destacar la esencia del mensaje, elementos que conjugan con una trayectoria lineal de la explicación visual de la trama: la liberación de una mujer víctima de la violencia de género.

Conclusiones

El objetivo de este artículo era comprender la construcción discursiva que se hace de un acto concreto de violencia de género tal y como se presenta en la canción de El Huecco "Se acabaron las lágrimas", así como ver si dicha representación discursiva puede contribuir de alguna medida a luchar contra este problema social. La identificación de estrategias lingüísticas y visuales que van asociadas a la lucha contra la violencia de género puede ayudar no sólo a comprender mecanismos textuales, sino también a plantear campañas efectivas por parte de los organismos oficiales. Esto es más signi-

ficativo, si cabe, si tenemos en cuenta que uno de los vídeos analizados se enmarca dentro de una campaña institucional.

El análisis ha demostrado que hay una serie de estrategias discursivas que caracterizan la canción estudiada y que ayudan a la hora de establecer una relación de empatía entre el cantante y la audiencia. En primer lugar, cabe destacar la representación textual de únicamente dos participantes, víctima y agresor, que no están claramente asociados a ningún referente contextual concreto. Esto contribuye a una universalización del mensaje, y a su posible recontextualización en diferentes lugares, y por parte de diferentes audiencias.[8] Ambos participantes están claramente asociados a una serie de estereotipos de género, como son la fragilidad de la mujer *vs.* fuerza del hombre, o la ubicación de la mujer en un espacio cerrado. La misma estrategia de universalización se ha observado en la descontextualización en la que se anclan los vídeos. Por ello, tanto el mensaje visual como el mensaje textual son susceptibles de ser recontextualizados. Esta recontextualización está intrínsecamente ligada a los procesos de objetivación y legitimación discursivas mencionados por Peter Berger y Thomas Luckman (1996) que, en cierto modo, se basan en la atribución de rasgos arquetípicos a los participantes discursivos representados de tal manera que puedan utilizarse como prototipos de un determinado grupo social. Ambos aspectos son fundamentales para entender el rol de la canción en los procesos de educación informal y cómo sirven para construir determinadas identidades de género (Butler, 2004).

La división de la canción, y fundamentalmente el segundo de los vídeos analizados, en dos partes claramente diferenciadas contribuye a crear una clara oposición discursiva a los estereotipos de género anteriormente mencionados. Mediante la utilización de imperativos combinados con un uso de verbos que hacen referencia a procesos materiales y que enfatizan el nuevo rol activo de la víctima, así como mediante la referencia textual a nuevos espacios, se intenta asociar a la mujer con una "nueva" característica: la libertad.

Es importante señalar que la efectividad del mensaje surge de la combinación de varios modos discursivos, y fundamentalmente de la interrelación entre letra y vídeo, más

[8] Entendemos por universalización la identificación de situaciones de violencia de género que sean fácilmente identificables con los postulados establecidos por la Ley 1/2004: aquella ejercida contra las mujeres en diversas sociedades. Cabe señalar que el modelo de relación representado visual y textualmente refleja una concepción occidental y que no es equiparable a las situaciones que algunas mujeres pueden vivir en otros contextos, como por ejemplo las luchas por la libertad de las mujeres en pueblos indígenas o en aquellas comunidades cuya identidad étnica complica la identidad de la propia mujer. Cabe señalar también que el videoclip analizado únicamente recoge como violencia de género la ejercida por el hombre contra la mujer en el contexto doméstico y silencia otras posibles realidades, por ejemplo, la violencia de género entre parejas homosexuales, que son estadísticamente menos habituales y que no están recogidas en la Ley 1/2004. Es importante mencionar, no obstante, que la música, como mecanismo de comunicación universal, simplifica y categoriza situaciones, lo que supone, efectivamente, una limitación en el estudio y en el contenido comunicativo del propio videoclip. Sin embargo, como gran propagador de discursos, resulta de alto interés por su implicación en la construcción de identidades y estereotipos sociales.

aún en el caso del segundo vídeo analizado. De esta manera, tanto los espacios textuales, ejemplificados en la jaula y en la carretera, como los espacios visuales, la habitación cerrada *vs.* el nuevo espacio abierto de la bailarina, adquieren un valor metafórico. El hecho que la bailarina pase de un espacio cerrado a uno abierto no sólo es un cambio de sala, sino que simboliza un cambio de percepción del mundo y un cambio de vida. La interpretación de los espacios representa, por tanto, una posible solución al problema de la violencia de género que se ha planteado en la primera parte de la canción. El mismo valor metafórico adquieren las cuerdas en el discurso visual y las cadenas en el texto de la canción. Su existencia en la primera parte de la canción y su desaparición en la segunda parte tiene una gran importancia puesto que representan el paso de la de la existencia de una situación de violencia de género a su desaparición, que el cantante asocia a una nueva libertad de la víctima. La desaparición de ambas ataduras también se podría identificar como una liberación de los postulados del patriarcado en los que se sustenta la violencia de género. Es interesante señalar, no obstante, que esta liberación y por tanto empoderamiento de la mujer viene determinada por una situación comunicativa cuyo emisor es una voz masculina, algo que, en parte, todavía refleja una serie de creencias patriarcales ya que la libertad de la mujer está simbólicamente otorgada por un hombre.

Tanto el texto de la canción como el discurso visual que lo acompaña tienen un claro valor universal. El texto se caracteriza por la utilización de marcas deícticas de persona para referirse al agresor y a la víctima, de lugar, y de tiempo muy vagas. Es esta vaguedad la que permite que estas adquieran significado en diferentes contextos, pudiéndose de esta manera promover la búsqueda de una nueva vida por parte de diferentes personas que han sufrido ataques relacionados con la violencia de género. De igual modo, el uso de un vídeo de carácter "no argumental" y en el que parecen distintas personalidades de la vida pública en España enfatiza la validez de dicho mensaje y la pertinencia de luchar contra la violencia de género en el caso del primer vídeo analizado. El valor metafórico del segundo vídeo y la utilización de la imagen de una bailarina que se libra de sus ataduras tiene un amplio potencial cognitivo y puede producir un alto impacto afectivo, ya que la pertinencia del mensaje se incrementa a medida que el receptor realiza el proceso de descodificación y extrae los significados asociados a dicha metáfora. Esta utilización metafórica permite expresar conceptos y emociones que son difíciles de reproducir de manera literal, permitiendo que el mensaje que se quiere transmitir cale con mayor facilidad.

Cabe destacar que el contenido videográfico necesariamente está fundamentado dentro de un marco cultural occidental a partir del que se construye la universalidad del mensaje. El uso de este tipo de representación cultural (mujer blanca, adulta, de cultura occidental, etc.) está en parte justificado porque se trata de un mensaje institucional, por parte

del Ministerio de Igualdad español, que busca concentrar el máximo contenido del mensaje en un espacio relativamente corto de tiempo. El vídeo y la canción recogen de esta manera las situaciones de violencia de género previstas en la Ley Orgánica 1 de 2004 , silenciando así otro tipo de situaciones violentas que no están dispuestas en la ley. El uso de estereotipos y generalidades construye la historia de manera que el público al que va dirigido, la sociedad española, la pueda identificar fácilmente. De igual manera, el videoclip únicamente representa la violencia del hombre hacia la mujer como ejemplificación de la violencia de género o machista —por ser ésta la más numerosa en relación al número de denuncias—, y deja de lado otras situaciones como por ejemplo la violencia existente en relaciones homosexuales.

El análisis propuesto en este estudio y los resultados obtenidos permiten abogar a favor del estudio de distintos mecanismos de producción cultural, como es el caso de las canciones, como medios con los que luchar contra determinadas lacras sociales, tales como la violencia de género. De igual modo, el intento realizado por comprender cómo funciona la comunicación multimodal, así como los resultados obtenidos, nos permiten enfatizar la importancia de estudiar nuevas formas de comunicación cuyo uso cada vez es más común en esta nueva era digital. De esta manera, el estudio de la canción se perfila como importante y significativo en el ámbito de los estudios de género.

Referencias

Amadeo, María Julia (2008). La metáfora y la metonimia icónicas, clave de lectura del clip. *La Trama de la Comunicación*, *13*, 53-68.

Berger, Peter & Luckmann, Thomas (1966). *The social construction of reality*. Londres: Penguin.

Bosch Fiol, Esperanza (2007). *Del mito del amor romántico a la violencia contra las mujeres en la pareja*. Madrid: Instituto de la Mujer. Recuperado de http://centreantigona.uab.cat/izquierda/amor%20romantico%20Esperanza%20Bosch.pdf

Butler, Judith (2004). *Lenguaje, Poder e Identidad*. Madrid: Síntesis.

Chilton, Paul (2004). *Analysing political discourse*. Londres: Routledge.

Chilton, Paul (2005). Discourse Space Theory: Geometry, brain and shifting viewpoints. *Annual Review of Cognitive Linguistics*, *3*, 78-116.

Chion, Michel (1998). *La audiovisión. Introducción a un análisis conjunto de la imagen y el sonido*. (2ª ed.) Barcelona: Paidós.

Croft, William & Cruse, Alan (2004). *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cutting, Joan (2005). *Pragmatics and discourse. A resource book for students*. Londres: Routledge.

Eco, Umberto (2007). *Apocalípticos e integrados*. Barcelona: DeBolsillo.

Fairclough, Norman (1989). *Language and power*. Londres: Longman.

Fauconnier, Gilles (1994). *Mental spaces. Aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press.

Filardo Llamas, Laura (2017). When the Fairy Tale Is Over: An Analysis of Songs and Institutional Discourse against Domestic Violence in Spain. En Lyndon C.S. Way & Simon McKerrell (Eds.), *Music as Multimodal Discourse. Semiotics, Power and Protest* (pp. 159-178). Londres: Bloomsbury.

Filardo Llamas, Laura & Iglesias Botrán, Ana Ma. (2010). Canción vs. Violencia. Respuesta al 11 de septiembre en la canción norteamericana. El caso de los Black Eyed Peas. *Revista de Lingüística y Lenguas Aplicadas*, *5*, 29-40.

Forceville, Charles (2009). The role of non-verbal sound and music in multimodal metaphor. En Charles Forceville & Eduardo Urios-Aparisi (Eds.), *Multimodal metaphor* (pp. 383-400). Berlín: Mouton de Gruyter.

Freeman, Margaret (2005). The poem as complex blend: conceptual mappings of metaphor in Sylvia Plath's 'The Applicant'. *Language and Literature, 14*(1), 25-44.

Grupo de Entrevernes (1982). *Análisis semiótico de los textos: Introducción, Teoría, Práctica*. Madrid: Ediciones Cristiandad.

Garcés García, Pilar & Filardo Llamas, Laura (2004). Do Lords think in male? Gender and language in parliamentary speech? *Pragmalingüística*, *12*, 45-54.

Gavins, Joanna (2007). *Text-world theory. An introduction*. Edimburgo: Edinburgh University Press.

Halliday, Michael A.K (2004). *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold. 3ª ed.

Hidalgo-Downing, Laura (2000). *Negation, text worlds and discourse: The pragmatics of fiction*. Stamford: Ablex.

Huecco. (2008/2010). Se acabaron las lágrimas (Con artistas) (Videoclip). *YouTube*. Recuperado el 24 de febrero de 2017, de https://www.youtube.com/watch?v=2jkOxacyfwM

Jeffreis, Lesley (2010). *Critical stylistics. The power of English*. Basingtoke: Palgrave.

Karam, Tanius (2014). *Introducción a la semiótica de la imagen*. Recuperado 2l 24 de febrero de 2017, de http://portalcomunicacio.org/uploads/pdf/23_esp.pdf

Kövecses, Zoltan (2002). *Metaphor. A practical introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Kress, Gunther & Van Leeuwen, Theo (1996). *Reading Images. The Grammar of Visual Design*. Londres: Routledge.

Lakoff, George & Johnson, Mark (1980). *Metaphors We Live by*. Chicago: University of Chicago Press.

Langacker, Ronald W. (2008). *Cognitive grammar. A basic introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Ley Orgánica 1/2004 de 28 de diciembre de 2004 (BOE del 29.12.2004). Extraído de https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2004-21760

Machin, David (2010). *Analysing popular music. Image, sound, text.* Londres: Sage.

Maqueda Abreu, María Luisa (2006). La violencia de género. Entre el concepto jurídico y la realidad social. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología, 8,* 1-13. Recuperado de http://criminet.ugr.es/recpc/08/recpc08-02.pdf

Mundy, John (1999). *Popular music on screen: from the Hollywood musical to music video.* Manchester: Manchester University Press.

Observatorio de Salud de las Mujeres (2010). *Informe violencia de género 2008.* Madrid: Ministerio de Sanidad y Política Social. Recuperado el 24 de febrero de 2017, de http://www.msps.es/organizacion/sns/planCalidadSNS/pdf/equidad/informeViolenciaGenero2008/General.pdf

Planas, Gerard; García-Romeral Moreno, Gloria; Mañas Rodríguez, Carmen & Navarro-Varas, Lara (2008). Cuestiones sin resolver en la Ley integral de medidas contra la violencia de género: las distinciones entre sexo y género, y entre violencia y agresión. *Papers, revista de sociologia, 87,* 187-204. https://doi.org/10.5565/rev/papers/v87n0.795

Puleo, Alicia (2005). El patriarcado, ¿una organización social superada? *Temas Para el Debate, 133,* 39-42.

Puleo, Alicia (2007). Introducción al concepto de género. En Juan F. Plaza & Carmen Delgado (Eds.), *Género y comunicación* (pp. 13-32). Madrid: Fundamentos.

Sedeño, Ana María (2007, abril-mayo). Narración y descripción en el videoclip musical. *Razón y palabra, 56.* Recuperado de http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n56/asedeno.html

Sedeño Valdellós, Ana (2012). Cultura de la escucha y videoclip musical: aportaciones de este formato audiovisual a la recepción de la música popular. *Revista Faro, 15,* 1-9.

Talmy, Leonard (2000). *Toward a cognitive semantics, vol I : Concept structuring sytems.* Cambridge: MIT Press.

Van Dijk, Teun A. (1993). Principles of critical discourse analysis. *Discourse and society, 4,* 249–283. http://dx.doi.org/10.1177/0957926593004002006

Van Leeuwen, Theo (1996). The representation of social actors. En Carmen Caldas-Coulthard & Malcolm Coulthard (Eds.), *Texts and practices. Readings in critical discourse analysis* (pp. 32-70). Londres: Routledge. http://dx.doi.org/10.1075/z.184.55lee

Van Leeuwen, Theo (2012). The Critical Analysis of Musical Discourse. *Critical Discourse Studies, 9*(4), 319-328. http://dx.doi.org/10.1080/17405904.2012.713204

Van Leeuwen, Theo & Wodak, Ruth (1999). Legitimizing immigration control: A Discourse-Historical Analysis. *Discourse Studies, 1*(1), 83-118. http://dx.doi.org/10.1177/1461445699001001005

Warner Music Spain (2008/2009). Se acabaron las lágrimas (dueto con Hanna) (Video clip). *YouTube*. Recuperado el 24 de febrero de 2017, de https://www.youtube.com/watch?v=br1greLZ0qk

Werth, Paul (1999). *Text worlds. Representing conceptual space in discourse.* Nueva York: Longman.

Wodak, Ruth (Ed.) (1989). *Language, power and ideology. Studies in political discourse.* Amsterdam: John Benjamins.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Reseñas

Manuel Alcántara y Santiago Mariani (2016).

La política va al cine. Madrid: Tecnos.

ISBN: 978-84-309-6869-5

David Carrión Morillo

Universidad Europea de Madrid; david.carrion@universidadeuropea.es

Hoy en día existen una serie de libros que intentan, bajo la honorable égida de enseñar divirtiendo, resultar interesantes a los alumnos que cada vez pueblan menos nuestras aulas universitarias. Es evidente que el alumno actual, dada la terrible incertidumbre económica que se ha instalado hace algunos años en nuestras sociedades, ya no viene tan motivado como antaño pues piensa, no sin razón, que el acabar una titulación universitaria con brillantez, y el escribir y hablar con fluidez el inglés, no significa tener asegurado un buen futuro profesional. Por ello, hoy más que nunca es necesario que el profesor motive al alumno, y una forma inmejorable de lograrlo es intentar comentar conceptos importantes de su asignatura vinculándolos a alguna de las aficiones de sus estudiantes. Parece, en ese sentido, que el cine sería el instrumento idóneo para ello.

Manuel Alcántara y Santiago Mariani han coordinado una obra coral, en la que los autores que firman sus capítulos reflexionan sobre el cine y la política con la férrea convicción de que el cine, como arte por antonomasia del siglo XX, es un mecanismo imprescindible para comprender en profundidad la política. Los coordinadores han dado plena libertad a los autores sobre el contenido de sus capítulos, limitándose a homogeneizar la forma de los mismos. Es de agradecer, en cuanto a este aspecto formal, que en este libro se hayan incluido solamente las notas bibliográficas necesarias y a pie de página, además, lo que facilita y agiliza, en gran medida, la lectura, frente a esa costumbre extendida en no pocas editoriales de llevar las notas bibliográficas al final del libro, a pesar de que dificulten y, en no pocos casos, disuadan de su lectura.

Carrión Morillo, David (2017). Reseña de Alcántara y Mariani (2016) La política va al cine. *Athenea Digital, 17*(1), 319-322. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1916

Quizá un aspecto no muy positivo para algunos lectores en esta obra notable, interesante y amena es que, a causa de esa libertad temática, no existe un auténtico hilo conductor a lo largo del libro, más allá de la reflexión política enmarcada en alguna obra cinematográfica, pero que queda salpicada de conceptos, ideas y reflexionas dispersas: a saber, y sin ánimo de ser exhaustivo, hay algún capítulo, por ejemplo, dedicado a la obra cinematográfica de un director de cine —*Complejidad, subjetividad y poder en el cine de Stanley Kubrick* (Alcántara, 2016)—, también es posible encontrar algún capítulo que desgrana el tratamiento cinematográfico que ha recibido la figura de un pensador político —*Maquiavelo en el cine. Mito y distorsión de la imagen del poder* (Barrientos, 2016)—, otros capítulos están dedicados a películas específicas —*Marea Roja y los límites del poder ejecutivo* (Cameron, 2016)— o bien a conceptos políticos determinados —*Partidos políticos y selección de candidatos: una visita cinematográfica* (Luca, 2016) —. Los coordinadores del libro, probablemente conscientes de esta ligera falta de cohesión, han insertado los capítulos de los autores, en función de su contenido, en alguno de los tres ejes temáticos que forman parte de él.

La primera parte del texto, o primer eje temático, se denomina, sencillamente, *El poder*. Uno de sus capítulos más destacados es el titulado *Los políticos y sus entornos desde el cine* (Ames, 2016). En él se analizan tres películas estrenadas en el siglo XXI: *El ejercicio del poder* —sobre una situación límite que vive un ministro de un gobierno—, *Il divo* —una biografía de Giulio Andreotti— y *Presidente Miterrand. El paseante del Campo de Marte*. Las dos primeras películas mencionadas son las más interesantes, en cuanto son más críticas con la política. De hecho, Andreotti queda señalado, por su propio personaje, como un digno modelo de la obra más célebre de Nicolás Maquiavelo (1961), al afirmar refiriéndose a la acción de gobierno, sin pudor alguno, que "hay que saber usar el estiércol porque hace falta para que la vegetación florezca" (p. 41). Esta afirmación constituye una prueba irrefutable de que consideraba, como el autor florentino, que la ética es un obstáculo en el ámbito político (Ritter, 1972).

El ejercicio del poder, escrita y dirigida por Pierre Schoeller, se antoja como una de las reflexiones cinematográficas más importantes sobre la crisis política actual. En ella se puede observar el imparable distanciamiento entre la política y la opinión pública, con un papel muy cuestionable de los medios de comunicación. El deterioro de las relaciones entre los políticos y la sociedad parece irreparable y la película, sin ninguna anestesia, nos permite observar no solo la mediocridad de la clase política de nuestros tiempos sino también, y, sobre todo, el papel nuevo que desempeñan los periodistas, que ya no informan sino, como si fueran el fiscal del pueblo, acusan ante la indiferencia de la mayoría de ciudadanos, que prefieren centrarse en la búsqueda de su confort y entretenimiento. Los gobiernos actuales, no sabemos si en respuesta a ese cambio so-

cial, tratan de ganarse a los medios de comunicación y a los ciudadanos diciendo lo que guste de inmediato a su público, en una clara banalización de la política (Lipovetsky, 1986/1990).

La segunda parte del libro, o segundo eje temático, se denomina *La construcción de lo político: Estado, nación y partidos políticos*. En él se puede leer otro capítulo de mucha altura y creciente interés titulado *El cine y la visión cínica de las campañas electorales* (D'Alessandro, 2016). Muchas son las películas mencionadas por él, ya que el cine se ha ocupado con generosidad de las campañas políticas al representar, como el propio autor destaca, "una de las dimensiones de la política en la que los cambios de época se advierten más claramente" (p. 119). En general, lo que ha ocurrido a lo largo del siglo XX y comienzos del XXI sería una absoluta profesionalización de las campañas políticas, que usarían las llamadas por Farrell (1996), como señala el propio texto, "tres t" —tecnología, tecnócratas y técnicas—, con lo que los asesores del candidato se vuelven más importantes incluso que su propio partido político y las campañas políticas cada vez resultan más caras. Una película relativamente reciente, *Los idus de marzo*, dirigida por George Clooney, ilustra con una buena dosis de crudeza y cinismo estos extremos.

La tercera parte, o tercer eje temático del libro, se titula, casi lapidariamente, *La negación de la democracia*. El capítulo *Dictaduras, ridiculez y tragedia* (Serrafero, 2016) sirve, por un lado, como una poderosa ilustración de lo mejor que se puede encontrar en esta última parte, pero también tendría valor intrínseco suficiente, por otro lado, no solo para concluir esta obra, sino para apuntar algunas de las incertidumbres políticas del futuro. De hecho, entre otras películas importantes sobre autocracias o regímenes no democráticos, el autor se va a centrar en el análisis de una de las obras cinematográficas más inquietantes, en sentido político, de este siglo: *La ola*. Aunque se trate de una ficción, está basada en un experimento realizado por Ron Jones, profesor de historia en un instituto de Palo Alto, en 1967.

En realidad, *La ola*, dirigida por Dennis Gansel, describe la manera en que un profesor decide dejar de lado la teoría para plantear un curso sobre autocracia como una auténtica experiencia para sus alumnos, consiguiendo demostrar, al final del mismo, cómo el ser humano está vinculado a la dominación y el sometimiento (Watson, 2002) y cómo valores que creemos consolidados en nuestras sociedades, como la libertad, la igualdad o los derechos individuales, pueden deteriorarse hasta llegar a desaparecer inclusive. El experimento de este profesor termina de manera trágica al aplicarlo sus estudiantes, transformados en otras personas, fuera de las aulas. Lo más terrorífico que nos deja este capítulo y este apreciable libro por extensión, recomendable especialmente para todos aquellos estudiantes y ciudadanos, en general, preocupados por el

futuro, es que podemos estar condenados a repetir experiencias dictatoriales. En palabras del propio autor: "A la vuelta de la esquina estará esperando, siempre, la tentación autoritaria-totalitaria que suele vestir distintos ropajes y resalta los fallos de la democracia" (p. 273).

Referencias

Alcántara, Manuel (2016). Complejidad, subjetividad y poder en el cine de Stanley Kubrick. En Manuel Alcántara y Santiago Mariani (Eds.), *La política va al cine* (pp. 19-33). Madrid: Tecnos.

Ames, Rolando (2016). Los políticos y sus entornos desde el cine. En Manuel Alcántara y Santiago Mariani (Eds.), *La política va al cine* (pp. 35-49). Madrid: Tecnos.

Barrientos, Fernando (2016). Maquiavelo en el cine. Mito y distorsión de la imagen del poder. En Manuel Alcántara y Santiago Mariani (Eds.), *La política va al cine* (pp. 51-69). Madrid: Tecnos.

Cameron, Maxwell A. (2016). Marea Roja y los límites del poder ejecutivo. En Manuel Alcántara y Santiago Mariani (Eds.), *La política va al cine* (pp. 71-86). Madrid: Tecnos.

D'Alessandro, Martín (2016). El cine y la visión cínica de las campañas electorales. En Manuel Alcántara y Santiago Mariani (Eds.), *La política va al cine* (pp. 119-138). Madrid: Tecnos.

Farrell, David (1996). Campaign Strategies and Tactics. In Lawrence LeDuc, Niemi Richard G. & Pippa Norris (Eds.), *Comparing Democracies. Elections and Voting in Global Perspective* (pp. 160-183). Thousand Oaks: Sage.

Lipovetsky, Gilles (1986/1990). *La era del vacío*. Barcelona: Anagrama.

Luca, Miguel de (2016). Partidos políticos y selección de candidatos: una visita cinematográfica. En Manuel Alcántara y Santiago Mariani (Eds.), *La política va al cine* (pp. 139-155). Madrid: Tecnos.

Maquiavelo, Nicolás (1961). *Obras*. Barcelona: Vergara.

Ritter, Gerhard (1972). *El problema ético del poder*. Madrid: Revista de Occidente.

Serrafero, Mario D. (2016). Dictaduras, ridiculez y tragedia. En Manuel Alcántara y Santiago Mariani (Eds.), *La política va al cine* (pp. 263-276). Madrid: Tecnos.

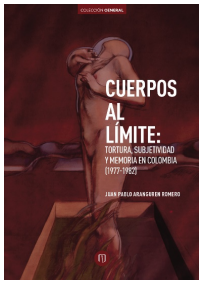
Watson, Peter (2002). *Historia intelectual del siglo XX*. Barcelona: Crítica.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*



Juan Pablo Aranguren Romero (2016).

Cuerpos al límite: tortura, subjetividad y memoria en Colombia (1977-1982). Bogotá: Uniandes.

ISBN: 978-958-774-364-7

Edgar Andrés Avella González

Universidad Pedagógica Nacional; andresavella79@gmail.com

La posibilidad de comprender las dinámicas sociales que se erigen como condiciones de producción de la violencia socio-política y de las guerras contemporáneas, difícilmente entraña en su horizonte de análisis la profundización en torno a los factores subjetivos y mucho menos en relación con las experiencias corporales de los sujetos implicados en tales dinámicas. De hecho, como bien lo han mostrado las aproximaciones que las ciencias sociales han realizado al estudio de la violencia política y la guerra en Colombia, parece factible indagar o por los factores estructurales o por los factores subjetivos, pero difícilmente hacerlo por ambos al mismo tiempo. Con contadas excepciones, es difícil encontrar puntos de análisis que rompan un cierto lugar común sobre los análisis del "caso" colombiano. Es así, como, por ejemplo, los análisis sobre los cuerpos en situaciones de violencia política o bien analizan el cuerpo de los sujetos víctimas —incluso de los perpetradores— o bien, profundizan en las dimensiones del cuerpo social, entendido este último, de forma genérica y etérea como las tramas de relaciones que hacen al lazo social.

El libro de Juan Pablo Aranguren, *Cuerpos al límite: tortura, subjetividad y memoria en Colombia (1977-1982)*, logra trascender este dualismo y muestra, a través de un análisis profundo de una época violenta y represiva de la historia de Colombia (la del Estatuto de Seguridad Nacional del presidente Julio César Turbay Ayala), un cuerpo que, no solamente es factible de ser leído y comprendido por medio de los sujetos que la vivieron, sino que, además, requiere de ser entendido a través de aquellos dispositivos que han pretendido su gobierno. El libro de Aranguren profundiza así, de una par-

Avella González, Edgar Andrés (2017). Reseña de Aranguren (2016) Cuerpos al límite: tortura, subjetividad y memoria en Colombia (1977-1982). *Athenea Digital*, *17*(1), 323-325.
http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1999

te, en las dimensiones que objetualizan al cuerpo y que logran, a veces con aparente efectividad promover un ideal de ciudadanía en la Colombia de finales de la década del setenta; y de la otra, con aquellas dimensiones que muestran a los cuerpos en resistencia, en objeción a impugnación a este ideal.

Las tres partes que conforman el libro transitan por las diferentes dimensiones de lo corporal. La primera, plantea una lectura compleja en torno a la seguridad nacional en Colombia como un engranaje de dispositivos biopolíticos. El autor propone una mirada inmunológica sobre la construcción del enemigo interno en el que las amenazas se aglutinan bajo un concepto etéreo pero generalizado de "comunismo" en la sociedad colombiana y se conjuran a través de la aplicación por parte de las Fuerzas Militares de dosis reguladas de violencia sobre el cuerpo social. Es así como Aranguren sitúa el rol de la acción cívico militar como dispositivo inmunológico por excelencia, en tanto que vía para producir un contra-contagio de lo que los militares llamaron como "ideologías subversivas". La primera parte, cierra con una mirada a la excepcionalidad generalizada en la política colombiana que muestra en qué medida una de las democracias más antiguas de América Latina se sostuvo la mayor parte del tiempo a través del Estado de Excepción, lo que terminaría por generar, no solamente una ampliación del poder político de las fuerzas militares —hecho que explica por qué no recurrieron como en otros países latinoamericanos al golpe de Estado—, sino, además, los efectos represivos de dicha ampliación.

La segunda parte muestra cuáles son los impactos de la extensión del poder político y jurídico de las fuerzas militares. Sin embargo, Aranguren, opta por leer dichos impactos desde una óptica centrada en la militarización del cuerpo ciudadano. Parar ello, el autor recurre a los documentos oficiales de las fuerzas militares y muestra de qué forma se busca promover un ideal de ciudadanía que guarda relación con los ideales decimonónicos y con la concepción de un ejército ordenado.

Con todo, mientras esta militarización del cuerpo social avanza con cierta efectividad de la mano de los ordenamientos jurídicos posibilitados por el uso recurrente del estado de excepción, se puede entrever también la emergencia de prácticas de impugnación encarnadas en los movimientos sociales. Aranguren toma como referencia la emergencia del Movimiento 19 de abril (M-19) y abordando como hecho paradigmático el robo de armas que dicho grupo insurgente hace al interior de una guarnición militar, explica las respuestas sociales al avance militarista.

Es interesante notar que el autor tome la experiencia del M-19 para explicar la impugnación del militarismo de la época, pues el texto logra mostrar que dicho grupo logró en parte cuestionar las estructuras militares y los ideales de ciudadanía que otros

grupos como las FARC o el ELN, en cierto modo, han mantenido intactas. Al mismo tiempo, esto le permite profundizar en la respuesta represiva del Estado colombiano, obsesionado con recuperar no sólo las armas, sino una mejor estima para su estructura de vigilancia y seguridad cuestionadas por el golpe del grupo insurgente.

A partir de allí, el libro ingresa a algo por todos sabido: la represión, la detención, las torturas. Por todos sabido, pero de lo que casi nadie habla y de lo que no se ha indagado casi en las investigaciones académicas colombianas. En su tercera parte, el libro recorre las ignominias y el horror de las detenciones y las torturas, pero cuestionando los límites de la representación, el silencio, la imposibilidad de lo decible. La tercera parte incluye un recorrido cuidadoso de entrevistas que permiten ir más allá de una voz y de un cuerpo sufrientes y desciende desde una perspectiva, menos foucaltiana y más deceaurtaniana al ámbito de la vida cotidiana. En esta tercera parte se reconoce una propuesta teórica robusta con la que el autor discute con gran habilidad los impactos que tiene la tortura sobre el régimen de representación mismo.

El texto de Aranguren posibilita así una discusión esencial sobre el campo de la representación del sufrimiento, sobre las formas en las que la violencia política se inscribe en los cuerpos y sobre lo que implica construir una ética de la escucha; ofrece un recorrido detallado por una época compleja de la historia colombiana y analiza desde una perspectiva novedosa el ámbito de lo corporal.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Joana Sabadell-Nieto y Marta Segarra (2014).

Differences in common. Gender, vulnerability and community. Amsterdam: Rodopi.

ISBN: 978-90-420-3835-6

Joseba García Martín

Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea; joseba.garciam@ehu.eus

Cuando las minorías son oscurecidas o silenciadas, cuando la homogeneidad subsume la diferencia, la comunidad emerge como condición de posibilidad para el agenciamiento y la visibilización de colectivos vulnerables. "¿Pueden aquellos que han sido excluidos de la razón, representados sin ella (...), confiar en la razón misma? La razón es tramposa, reguladora y reflexiva, un dispositivo normativo que apuntala la forma dominante de pensar" (Iveković, 2014 p. 23). *Differences in common* rubrica la emergencia interdisciplinar en el análisis de la comunidad caracterizando las dinámicas que generan vulnerabilidad social, afianzando el rol del constructo género en la producción de desigualdades estructurales y delimitando el papel de los marcos de violencia en la construcción de vida social.

Para representar el oscuro y arbitrario pasado pre-Estatal, el constructo "comunidad" se instala como el que mejor expone cómo el gesto uniformador moduló las poblaciones a partir de la violencia física, simbólica y estructural; el espacio-tiempo donde se postulaba el proceso de construcción de homogeneidad y, paralelamente, la imposición de una lógica normativa de actuación y razón. Dicho gesto prosperó en virtud de la insistencia de una racionalidad que delimitara un territorio de seguridad: memoria institucionalizada, identidad colectiva y gestión poblacional. Operando, siempre, bajo la lógica totalizante y excluyente, el poder y los discursos hegemónicos nacionales conforman la alteridad, la diferencia, como el "otro lado" exterior a la razón. Es en este espacio, frente a la racionalidad patriarcal constituyente de sociedad y nación en

García Martín, Joseba (2017). Reseña de Sabadell-Nieto y Segarra (Eds.) (2014) Differences in common. Gender, vulnerability and community. *Athenea Digital*, *17*(1), 327-332.
http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.2002

la modernidad y la contemporaneidad, que aparecen colectivos y características que cuestionan la unidad: frente a la heteronormatividad, el empoderamiento que el constructo "género" permite; frente a la inmunidad social, la "vulnerabilidad" de los individuos que la conforman; frente a la sociedad integradora, la "comunidad" que posibilita la peculiaridad y la pluralidad de pautas de actuación.

La comunidad está de regreso por el esfuerzo contemporáneo de resignificación hecho, a finales de los años 80 y principios de los 90, por colectivos que postulaban una alternativa a la sujeción que el Estado ha históricamente imprimido sobre las minorías. En este sentido, comprometidas con la deconstrucción de la lógica constitutiva de la racionalidad occidental y, paralelamente, buscando emplazar conflictos vinculados a cuestiones de género en el debate público, pensadoras como Rada Iveković (2003), Gayatri Chakravorty Spivak (1985/2011) o Judith Butler (1990/2007) han articulado reflexiones que nutren, abierta o veladamente, el contenido de todos y cada uno de los trece textos que componen el ensayo que nos convoca (con contribuciones de las tres en este ensayo). Estas teóricas, continuando las reflexiones comenzadas por Hannah Arendt (1958/2005), Michel Foucault (1976/2006), Jacques Derrida (1993/2012) o Giorgio Agamben (1990/2006), buscan aplicar el concepto de "comunidad" al campo de la política, incidiendo especialmente en la ampliación de los derechos sociales y políticos a minorías sexuales y étnicas en Occidente para, así, abrir una vía de reflexión que destaque cómo el sumatorio de diferencias generan, también, solidaridades; solidaridades sostenidas y enunciadas desde su misma vulnerabilidad, articuladas, además, sobre subjetividades construidas en torno a aquél elemento que las ha puesto en común y que, a través de la "apropiación de la injuria" (como dan cuenta la mayoría de los textos del ensayo) instalan su lugar de enunciación en la reivindicación de la señalada diferencia como espacio de resistencia, acción y reflexión. En este sentido, observando el constructo comunidad como un hecho social fluido que contiene diferencias significativas entre sí, además de estar en permanente transformación y debate, es cómo se compondrá un renovado espacio del que se proveerán nuevas aproximaciones para su caracterización.

Differences in common, editado por Joana Sabadell-Nieto y Marta Segarra (filólogas de referencia en el campo de los estudios de género y feministas), es un compendio de artículos producto de una investigación titulada *Literatura y comunidades. Una visión desde el género* que, desde la perspectiva de los estudios culturales, reflexiona en torno a tres ejes (género, vulnerabilidad y comunidad) operativizados multidisciplinarmente (historia, filología, arte, sociología y antropología) y abordados desde artefactos culturales (TV, cine, literatura, blogs, fotografía, etc.) que examinan una suerte de formación comunitaria a través del tiempo y el espacio.

El primer bloque, *Gender and trans-national citizenship* presta atención a los conceptos de nacionalismo y nación para, desde ahí, observar las lógicas de exclusión de la razón patriarcal que sitúan a la mujer en una posición inferioridad. Desde aquí, en relación a la lógica que articula el bloque, los textos conciben la comunidad, no como la afirmación de propiedades que nos unen a otros individuos similares, sino como la expropiación de las múltiples alternativas que pudieran darse en la "diáspora íntima" (Esposito, 1998/2003). La comunidad, por tanto, se instala en la brecha, en el renovado espacio intermedio producido entre la institucionalización absoluta y la anomia, reproduciéndose como una lógica de sentido que se articula al margen o, en ocasiones, en oposición al discurso hegemónico. Los cuatro textos que exploran esta vía lo hacen desde diferentes prismas en el plano discursivo e instalados, siempre, en el espacio que busca mostrar la lógica heteronormativa bajo la que se construyen la ciudadanía, nación y razón. La nación, que como institución patriarcal se construye alineando masculinidad y razón hegemónica —como lo desarrolla Iveković—, genera un espacio liminal en donde residen tanto las lógicas que combaten al poder, como aquellas otras que, tal como desarrolla Spivak (2014), no constituyen colectivos de resistencia, sino grupos que "aceptan su miseria como normalidad" (p. 35). Paralelamente, siguiendo la propuesta teórica expuesta, se proponen dos estrategias para la reinvención: Belén Martín-Lucas (2014) analiza las consecuencias de vincular al género femenino con la nación (la feminización de los símbolos nacionales) para, desde ahí, proponer algunas pautas para la comprensión de la violación como tecnología de guerra. Continuando la misma senda, a partir de la poesía de Concha Zardoya y Juana Castro, Margaret Persin (2014) propone una forma de aproximarnos a la subversión y al combate de los totalitarismos a través del lenguaje que se desarrolla, positivamente, como herramienta performativa y ensanchadora de los conceptos que exploran los límites de la ciudadanía y el género.

La segunda sección, titulada *Vulnerability and politics*, sondea los límites de la autosuficiencia del individuo, así como los espacios y contextos en los que "su finitud y fragilidad" (Esposito, 1998/2003) —es decir, su vulnerabilidad— se acentúan. Aquí se exploran los espacios abiertos por medio de la metáfora "herida" (Cixous, 2011), conceptualizada ésta como la apertura que cuestiona la inmunidad de la comunidad y, con ella, la homogeneidad y unidad representada a través de la imagen orgánica y autosuficiente del "cuerpo" (Butler, 2004/2007). La contribución de Butler arroja puntos de luz para comprender la noción de vulnerabilidad en relación al campo político, es decir, como el proceso que posibilita, a través de la exposición del cuerpo en el espacio público, alternativas para la construcción colectiva: "la consideración de la vulnerabilidad como forma de activismo, o en algún sentido movilizada como forma de resistencia" (Butler, 2014, p. 99). Los tres últimos capítulos del bloque abordan la cuestión de la vul-

nerabilidad como mecanismo relacional. Asumiendo la teoría de Butler (2010) como punto de partida, todas estas contribuciones se esfuerzan por mostrar cómo y en qué sentido, a través del medio cinematográfico, la filología y los estudios culturales, las ciencias sociales son capaces de evidenciar lógicas y prácticas heteronormativas que vulneran la agencia según desiguales relaciones de poder.

Àngela Lorena Fuster (2014) y Joana Sabadell-Nieto (2014) abordan el poder y la vulnerabilidad a la luz del cine (con el film *Hiroshima mon amour* de Alain Resnais y Marguerite Duras por un lado y *La vida secreta de las palabras* y *Elegy* de Isabel Coixet por otro). Tratando de representar las conexiones entre memoria, duelo y sometimiento heteronormativo, la conformación de comunidades políticas en situaciones de catástrofe social servirán para, desde estos escenarios, hacer emerger el postulado butleriano (2010) que sostiene que no todas las vidas son igualmente dignas de ser lloradas. Rodrigo Andrés (2014) por su parte, a partir de la obra de Herman Melville (el relato *The Piazza* y la novela *Moby Dick*), especula sobre la (im)posibilidad de la empatía y las solidaridades efectivas para reivindicar, en el reverso de la reflexión, la fortaleza/debilidad del vínculo social cuando la "otredad" se aproxima a la radicalidad.

La tercera y última sección, titulada *(Fictional) Identities and the politics of memory*, reflexiona sobre cómo gestionar lo individual en relación a la construcción de identidades colectivas y nacionales a través de la ficcionalización de la memoria. Esta sección, articulada sobre la noción de "comunidades imaginadas" de Benedict Anderson (1983/2006), se erige sobre la noción de "constructo social" en el sentido en que se unifican poblaciones al tiempo que se dotan de pautas culturales que se fortalecen en la reproducción de su racionalidad. Aprovechando esta idea, la tercera sección se desarrolla sobre productos transculturales que desestabilizan y erosionan la noción de "comunidad imaginada" homogénea. Los dos primeros artículos de este bloque indagan la vía de las "políticas de la memoria", investigando los límites del concepto de "historia oficial" y extendiendo los constructos históricos que buscan certidumbres, vínculos y lógicas de legitimación. En este sentido, el capítulo escrito por Marta Segarra (2014) explora el papel oscurecido de la comunidad árabe en la construcción de la nación francesa a través del cine de Rachid Bouchareb. Explorando este mismo espacio de reflexión, aunque en sentido contrario, Eloi Grasset (2014) indaga en experiencias de apropiación del relato histórico para legitimar prácticas de gubernamentalidad genocida, concretada a partir del análisis del fraudulento documental que el nazismo realizó en el campo de Theresienstadt.

En la misma línea teórica, aunque leyendo imágenes (las fotografías de Frédéric Brenner y el documental *Fake Orgasm*, los blogs de Dora García y Marilene Ribeiro además de la adaptación generizada de la serie *True Blood*), las tres últimas contribu-

ciones cuestionan la visibilización de la diferencia que, más que mostrar la divergencia entre colectivos, evidencia el sentido en el que son subsumidas por una racionalidad que se ensancha y busca comprender, bajo su dosel de significados, los enunciados que la resisten y disputan. La construcción de identidades a través de ficciones narrativas, así como la disolución de la figura del autor en el territorio de la comunidad virtual es abordada, principalmente, a través de la escritura colaborativa articulada bajo las lógicas que operan entre comunidades *on-line* de aquellas no-digitales. A través de estas tecnologías se sondean los límites de la cohesión y el sentimiento de pertenencia, así como el sentido en que pueden resistirse, a partir del arte y el medio audiovisual y digital, la reproducción de desigualdades de género.

* * *

Bajo el aserto "defender la sociedad", Foucault (1976/1996, p. 215) advierte de la construcción estratégica de la "esencia común"; esencia problematizada a partir de la emergencia de diversas comunidades que, perteneciendo al conjunto de la sociedad, no se ven recogidas dentro de sus límites normativos. En *Differences in common*, los textos compilados acentúan el sentido en el que la desigual relación de poder consubstancial a la construcción de género dificulta el establecimiento del vínculo social, así como el hecho de tener en cuenta esta perspectiva para el análisis de la realidad social, posibilitando la emergencia de nuevas perspectivas de abordaje. Este ensayo, como afirman las editoras, se compromete con el diálogo intelectual y político sobre las posibilidades e imposibilidades de las comunidades.

Referencias

Agamben, Giorgio (1990/2006). *La comunidad que viene*. Valencia: Pre-Textos.

Anderson, Benedict (1983/2006). *Comunidades imaginadas*. México D.F.: FCE.

Andrés, Rodrigo (2014). Opaque Encounters, Impossible Vicinities. Joana Sabadell-Nieto & Marta Segarra (Eds.), *Differences in common. Gender, vulnerability and community* (pp. 171-173). Amsterdam: Rodopi.

Arendt, Hannah (1958/2005). *La condición humana*. Barcelona: Paidós.

Butler, Judith (1990/2007). *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós.

Butler, Judith (2004/2007). *Vida precaria: el poder del duelo y la violencia*. Barcelona: Paidós.

Butler, Judith (2009/2010). *Marcos de guerra: las vidas lloradas*. Barcelona: Paidós.

Butler, Judith (2014). Bodily Vulnerability, Coalitions, and Street Politics. Joana Sabadell-Nieto & Marta Segarra (Eds.), *Differences in common. Gender, vulnerability and community* (pp. 99-119). Amsterdam: Rodopi.

Cixous, Hélène (2011). *Volleys of Humanity. Essays 1972-2009*. Edinburgh: EUP.

Derrida, Jacques (1993/2012). *Espectros de Marx*. Madrid: Trotta.

Esposito, Roberto (1998/2003). *Communitas: origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu.

Foucault, Michel (1976/1996). *Genealogía del racismo*. La Plata: Altamira.

Foucault, Michel (1976/2006). *Historia de la sexualidad: la voluntad de saber*. Madrid: Siglo XXI.

Grasset, Eloi (2014). Fiction Traces. The Ideal Community and Historical Sabotage. Joana Sabadell-Nieto & Marta Segarra (Eds.), *Differences in common. Gender, vulnerability and community* (pp. 191-202). Amsterdam: Rodopi.

Iveković, Rada (2003). *Le sexe de la nation*. Paris: Léo Scheer.

Iveković, Rada. (2014) The reason(s) of Nation and Gender. Joana Sabadell-Nieto & Marta Segarra (Eds.), *Differences in common. Gender, vulnerability and community* (pp. 21-30). Amsterdam: Rodopi.

Lorena Fuster, Àngela (2014). Mora than Vulnerable: Rethinking Community. Joana Sabadell-Nieto & Marta Segarra (Eds.), *Differences in common. Gender, vulnerability and community* (pp. 121-141). Amsterdam: Rodopi.

Martín-Lucas, Belén (2014). The Hostage of the Womb by the Motherland. Joana Sabadell-Nieto & Marta Segarra (Eds.), *Differences in common. Gender, vulnerability and community* (pp. 57-73). Amsterdam: Rodopi.

Persin, Margaret (2014). Women and Citizenship: Poetry of Power, Time and Space. Joana Sabadell-Nieto & Marta Segarra (Eds.), *Differences in common. Gender, vulnerability and community* (pp. 75-95). Amsterdam: Rodopi.

Sabadell-Nieto, Joana (2014). Passionately Losing Oneself. Joana Sabadell-Nieto & Marta Segarra (Eds.), *Differences in common. Gender, vulnerability and community* (pp. 143-160). Amsterdam: Rodopi.

Segarra, Marta (2014). Community and the Politics of Memory. Joana Sabadell-Nieto & Marta Segarra (Eds.), *Differences in common. Gender, vulnerability and community* (pp. 177-189). Amsterdam: Rodopi.

Spivak, Gayatri Chakravorty (1985/2011). *¿Puede hablar un subalterno?*. Buenos Aires: Cuenco de plata.

Spivak, Gayatri Chakravorty (2014). Nationalism and the Imagination. Joana Sabadell-Nieto & Marta Segarra (Eds.), *Differences in common. Gender, vulnerability and community* (pp. 31-55). Amsterdam: Rodopi.

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*

Alexander Weheliye (2014).

Habeas Viscus: Racializing Assemblages, Biopolitics, and Black Feminist Theories of the Human. Durham: Duke University Press.

ISBN: 978-0-8223-5691-2

Ander Mendiguren Nebreda

Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV/EHU); andermendiguren@hotmail.es

My principal question, phrased plainly, is: what different modalities of the human come to light if we do not take the liberal humanist figure of Man as the master-subject but focus on how humanity has been imagined and lived by those subjects excluded from this domain? (p. 9)

El esfuerzo por elaborar marcos de comprensión críticos ante las lógicas que expulsan determinadas formas de vida del estatuto de plena humanidad, junto al estimulante reto de aprehender la existencia *invivible* de las "víctimas" del sometimiento, articula el contenido de *Habeas Viscus*. Situado en la órbita de los *Black Studies* y, en especial, del *Black Feminism,* Alexander G. Weheliye retoma el proyecto intelectual de Sylvia Wynters (2003) buscando producir un "terreno demoniaco" que desvele las estructuras que disciplinan la especie Homo Sapiens y refuerzan la sobrerrepresentación del Hombre —sujeto liberal humanista, blanco, heteromasculino, propietario, burgués, occidental…— como "lo humano".

Mediante la apropiación heterodoxa de herramientas deleuzianas, el libro confecciona el concepto de "ensamblaje racializador" (Desarrollado en el capítulo 3: *Ensamblajes: articulación*), definido como una red de formaciones en curso, inestables y en circulación, que configura realidades previamente inexistentes impregnando la carne humana de constructos políticos "mediante una constante perpetuación a través de instituciones, discursos, prácticas, deseos, infraestructuras, lenguajes, tecnologías, ciencias, economías, sueños y artefactos culturales" (p. 3). Se trata de una elaboración

Mendiguren Nebreda, Ander (2017). Reseña de Weheliye (2014) Habeas Viscus: Racializing Assemblages, Biopolitics, and Black Feminist Theories of the Human. *Athenea Digital*, *17*(1), 333-338. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.2003

conceptual que incorpora las exigencias políticas de Gayatri Spivak (1988/2011) y Stuart Hall para visibilizar al servicio de qué intereses cooperan las dinámicas de dominación política, económica, social, racial y heteropatriarcal.

Para comprender esas formaciones que configuran determinadas vidas como sub(ex)-humanos *explotables* en beneficio de otros, Weheliye propone una "teoría general de la humanidad" que trasgreda los límites de la episteme moderna-occidental. Esa producción de residuos humanos es el *sine qua non* de nuestra racionalidad constituyente: la circulación de categorías y jerarquías sociopolíticas que enmarcan determinados sujetos como aberraciones disgénicas (negros, indígenas, colonizados, enfermos, pobres, minusválidos…) para que el Hombre pueda "delimitarse a sí mismo como el humano universal" (p. 24). Esos seres liminales forman parte del continuum de la "gran cadena de la humanidad"; son el "exterior constitutivo" del centro normativo (Butler, 1993/2002).

Partiendo de esas premisas, el ensayo medita acerca de cómo se configura y vive la *Otredad*, abordando estas temáticas: la implicación de los "ensamblajes racializadores" en la legitimación del "Hombre" como humano universal; la posibilidad de aprehender la *vida* cuando ésta parece suspendida; la reconceptualización del sufrimiento como co-constitutivo de la humanidad; y, finalmente, la necesidad de comprender los escenarios de violencia política en términos relacionales. A lo largo de sus ocho capítulos, estas profundas reflexiones son articuladas con el análisis de artefactos culturales. Mientras los seis primeros encaran, desde múltiples ángulos, la cuestión del sometimiento, los dos últimos exploran cauces críticos para pensar lo humano.

Apoyándose en discursos minoritarios, Weheliye debate la hegemonía de teorías *viajeras* —aparentemente puras y aplicables a todo contexto— que no problematizan su posición de enunciación. En este sentido, cuestiona la universalización de las tesis de Michel Foucault y Giorgio Agamben, porque obvian la implicación de la raza en la constitución de lo humano, definiendo las diferencias raciales como adscripciones de significados sociales sobre clasificaciones biológicas (Crítica desarrollada en los capítulos 2, *Nuda vida: la carne*, y 4, *Racismo: biopolítica*). Por ejemplo, a pesar de la centralidad del racismo en *Hay que defender la sociedad* (1977/2003), Foucault establece una distinción entre el "racismo biológico", resultado de los procesos de *purificación* de la sociedad, y el "étnico", aparentemente ajeno a esa modalidad de gobierno. Ciego ante la indiscutible retroalimentación entre la gestión de las poblaciones internas y las colonizadas, caracteriza las etnicidades como "nociones primitivas". Además, su celebración de la mezcla bastarda, compartida por Gilles Deleuze y Felix Guattari, reifica la existencia previa de pureza racial.

La crítica más tenaz apunta a Agamben y su conceptualización de la "nuda vida" como substancia degradada que trasciende los marcadores sociopolíticos —mera vida biológica (*Zoe*) despojada de humanidad (*Bios*)—, porque la "homo sacerización" es un modo de racialización. Además, al situar los campos de concentración como muestra excepcional del sufrimiento y *nomoi* de la soberanía moderna, encubre su gruesa relación con el colonialismo, el genocidio indígena y la esclavitud racial. A pesar de desarrollarse en periodos históricos más extensos que la Shoah, los últimos fenómenos no son narrados como excepcionales, pues revelan cómo la extrema brutalidad coexiste con otras formas de coerción bajo el orden jurídico-político normal—.

Las objeciones de Weheliye se soportan en la definición de racismo ofrecida por Ruth Wilson Gilmore (2007): "la producción y explotación estatal o extralegal de vulnerabilidad grupalmente diferenciada ante la muerte prematura" (p. 28). Una asignación de vulnerabilidades cuyo fin es "maximizar la precariedad para unos y minimizarla para otros" (Butler, 2009/2010, p. 15), que se legitima impregnando el "dominio de la carne" con fuerzas abstractas, provocando una relación aparentemente natural entre fenotipo —color de la piel, por ejemplo— y estatus sociopolítico.

La distinción cuerpo/carne proyectada por Hortense Spillers (1987), para quien la violencia política niega la identidad legal del sujeto como propiedad del cuerpo (*habeas corpus*) y lo reduce a la carne, permite a Weheliye elaborar el concepto de "habeas viscus" (p. 51). Una noción que enfatiza la centralidad de la carne, porque posibilita atender tanto a los mecanismos por los que la ley define quién merece identidad como a los *procesos de encarnizamiento* de los oprimidos. El brillante concepto de Spillers (1987), "jeroglíficos de la carne", desvela las perversas dinámicas por las que el pasado de sometimiento continúa atormentando a las "víctimas" y sus descendientes. A través del anclaje de esos jeroglíficos, tanto en el registro fisiológico como en la "institución sociogenética", el *potencial encarnizador* se oculta bajo el tejido aparentemente cicatrizado de las generaciones reconocidas por el aparato institucional del Hombre. Los afro-americanos post-liberación, por ejemplo, continúan condicionados por las ficciones legales y extralegales del color de la piel configuradas en el periodo colonial y la esclavitud.

Para Weheliye, adentrarse en los *procesos de encarnizamiento* que caracterizan a la *anomia humana racializada*, en la materialidad de los seres privados del estatus de lo vivible por los "ensamblajes racializadores" del Hombre, requiere superar las conceptualizaciones que enfatizan la mortalidad ("nuda vida", "muerte social" o "necropolítica"). En este sentido, propone formas creativas de pensar la *vida encarnizada* en las zonas *invivibles*, insistiendo en la importancia de la *dulzura* de los movimientos minúsculos, residuos esperanzadores, restos de comida… porque las zonas de abyección total

no aniquilan por completo las "líneas de fuga", ni niegan toda dimensión de socialidad, existencia y subjetividad.

Mientras Agamben (1998/2002) conceptualiza el *Musselman* como la encarnación de la más absoluta "condición inhumana" —un ser inerte confinado en la zona estática de excepción—, Weheliye aboga por atender al "devenir-*Muselmann*" (p. 128). Las entrevistas a los supervivientes que pertenecieron a esa casta de los campos de exterminio nazi reconstruyen su cotidianeidad como un proceso de declive físico-psíquico en el que la alimentación deviene el centro del ser. Valora las contribuciones de Wolfgang Sofsky (1997), quien trata de pensar el desvarío mental y corporal del *Muselmann* —falto de toda auto-disciplina e incapaz de ajustarse a las reglas de orden y limpieza— como un "insulto al poder": su apatía agitaba la rabia de los perpetradores y el exceso de violencia era inefectivo ante su absoluta pasividad.

En una línea similar, cuestiona las propuestas académicas que sitúan el sufrimiento extremo de las "víctimas" de la violencia más allá de la inteligibilidad, considerando el "pre-lenguaje de los llantos y los gemidos" como *lenguajes encarnizados* que escapan a las estructuras del mundo del Hombre. Por ello, apuesta por excavar en la *(post-)vida social etérea de la existencia desnuda*, por aprehender la carne que "evade la captura, que niega el resto, que da testimonio de la imposibilidad de la propia existencia" (p. 52). Una mirada valiente ante la materialidad *viscosa* de la "nuda vida", la carne que permanece imperceptible bajo los esquemas conceptuales hegemónicos del Hombre.

La crítica a las dinámicas que predominan en el campo intelectual y legal del Hombre, estimulan a Weheliye a cuestionar los discursos que producen "elementos de cálculo que consideran algunas formas de humanidad como más excepcionales que otras" (2008, p. 322). Discursos que impregnan el aparato institucional y que tienden a *monumentalizar unas vidas mientras otras devienen olvidadas, relegadas a los márgenes de la historia*. En este sentido, Weheliye cuestiona las modalidades de reconocimiento de las "víctimas", en las que el sufrimiento sirve de palanca de acceso a determinados derechos. Es un reconocimiento que, además de reforzar la legitimidad de los poderes hegemónicos, fomenta la comparación entre "víctimas" y la competición por recursos limitados.

En este sentido, frente a los discursos favorables a la inclusión en las estructuras del humanismo liberal, Weheliye cuestiona la utilización del sufrimiento minoritario como medio para la reconstrucción de la identidad individual. Con las aportaciones de Asma Abbas, propone una "reconceptualización materialista del sufrimiento" como co-constitutivo del mundo que habitamos, porque el sufrimiento producido por la violencia política es una vía hacia formas de vida que no se ajustan a los *marcos de reconoci-*

bilidad (Butler, 2009/2010). Se trata de una resignificación que establece las bases para pensar la "humanidad como una totalidad ontológica relacional" (p. 32).

Un proyecto que precisa de una estrategia analítica relacional que Weheliye denomina como "proceso de poner-en-relación" (p. 125). Ejemplifica dicha estrategia a través del relato de C. L. R. James, donde narra sus graves problemas digestivos en Ellis Island a la espera de ser deportado de Estados Unidos. Consciente del carácter político de sus padecimientos, los vincula al sometimiento de los campos de concentración nazis y los gulags rusos. Aunque es suficientemente humilde para no compararlos o para clasificar su experiencia —o la de los otros— como excepcional, los sitúa en la misma órbita. Esa forma relacional de pensar la violencia política podría resultar especialmente útil para investigaciones *multisituadas* que estudian diferentes situaciones de sometimiento, porque posibilita atender a las esferas interconectadas de existencia, revelando las dimensiones globales y sistémicas de las divergentes fuerzas sociales.

Sin duda, Weheliye ofrece nuevas formas de pensar y analizar la producción y vivencias de aquellas figuras "dislocadas", identidades liminales y constituyentes del mundo del Hombre, que por no ajustarse a los marcos normativos de la vida social instituida son enmarcados como sub(ex)-humanas. Atender a ese "espacio negativo de lo social", a esas "vidas que no son dignas de ser lloradas" (Butler, 2004/2006), extiende la comprensión de los "sistemas de racionalidad" hegemónicos, así como las posibilidades de imaginar la humanidad más allá de los límites instituidos.

Referencias

Agamben, Giorgio (1998/2002). *Lo que queda de Auschwitz: El Archivo y el testigo (Homo sacer III).* Valencia: Pre-Textos.

Butler, Judith (1993/2002). *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo".* Buenos Aires: Paidós.

Butler, Judith (2004/2006). *Vida precaria: el poder del duelo y la violencia.* Buenos Aires: Paidós.

Butler, Judith (2009/2010). *Marcos de guerra. Las vidas lloradas.* Barcelona: Paidós.

Foucault, Michel (1977/2003). *Hay que defender la sociedad.* Madrid: Akal.

Gilmore, Ruth W. (2007). *Golden Gulag. Prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California.* London: University of California Press.

Sofsky, W Wolfgang (1997). *The order of Terror.* Princeton: Princeton University Press.

Spillers, Hortense J. (1987). Mama'sBaby, Papa'sMaybe: An American Grammar Book. *Diacritics*, *17*(2), 64-81. https://doi.org/10.2307/464747

Spivak, Gayatri C. (1988/2011). *¿Puede hablar un subalterno?* Buenos Aires: Cuenco de plata.

Weheliye, Alexander G. (2008). AfterMan. *American LiteraryHistory*, *20*(1-2), 321-336. https://doi.org/10.1093/alh/ajm057

Wynters, Sylvia (2003). Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/FreedomTowards the Human, AfterMan, ItsOverrepresentation—AnArgument. *CR: The New CentennialReview*, *3*(3), 257-337. http://dx.doi.org/10.1353/ncr.2004.0015

Este texto está protegido por una licencia *Creative Commons 4.0*.

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

Resumen de licencia - *Texto completo de la licencia*